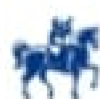
O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Quarta-feira 26 de FEVEREIRO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 47975 | estadao.com.br

Mudanças no primeiro escalão __A8

Lula demite Nísia, confirma Padilha na pasta da Saúde e deflagra reforma ministerial

__ Presidente busca marca no atual mandato; PT deve manter a articulação política e o deputado José Guimarães (CE) é o mais cotado

WILTON JUNIOR / ESTADÃO



Na manhã de ontem, Nísia participou da última cerimônia no Planalto, com a presença de Lula: a despedida teve clima de constrangimento

Depois de semanas de "fritura", Nísia Trindade foi demitida do Ministério da Saúde. Sem uma marca de destaque no atual mandato e com a popularidade em baixa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva queria que a ex-presidente da Fiocruz acelerasse o programa Mais Acesso a Especialistas, lançado em abril de 2024, mas que ainda não chegou a todas as regiões do País. O Centrão reivindicava a Saúde, mas, para comandar a pasta considerada estratégica e com orçamento de R$ 239,7 bilhões, Lula escolheu o petista Alexandre Padilha. Ao deslocar o ministro que cuidava da articulação política do governo, o presidente abre espaço para mudar a área responsável pela relação do Planalto com o Congresso. O mais cotado para a Secretaria de Relações Institucionais é o deputado José Guimarães (PT-CE). Líder do governo na Câmara, Guimarães foi chamado para uma conversa com Lula na noite de ontem.

Coluna do Estadão __A2

Como Nísia escalou a crise na Saúde

Presença feminina fica mais reduzida

Nísia Trindade é a 3.ª ministra a ser substituída por homem no atual governo. Antes, saíram Ana Moser (Esporte) e Daniela Carneiro (Turismo). Agora, restam nove mulheres. __A6

A guerra de Putin __A14

Ucrânia aceita acordo de minerais após EUA baixarem exigências

Governo Trump desistiu de receber US$ 500 bilhões em receitas da exploração dos recursos como compensação pela ajuda militar e financeira dos últimos três anos. Acordo faz referência a segurança, mas não especifica papel americano.

Andrés Oppenheimer __A15

Trump é imprevisível ou improvisa?

E&N Prévia da inflação __B1 e B2

IPCA-15 tem variação de 1,23% e é o maior para fevereiro em 9 anos

Foco de desgaste do governo, alta de preços foi puxada por energia elétrica, mensalidade escolar e gasolina.

Notas e Informações __A3

'Tudo de graça'

Lula faz pronunciamento, mas eleitor já não se deixa seduzir facilmente pelo seu falatório.

Marcelo Godoy __A9

Grupo do PT articula volta de José Dirceu

Fábio Alves __B12

A torcida por trás do rali dos ativos brasileiros

Coluna do Broadcast __B23

Maior produtora de ovos do País quer IPO nos EUA

Criminalidade em SP __A18

Moradores põem placas nas ruas do Ibirapuera com alerta sobre assaltos

Roubos e furtos atingem também usuários do parque. Secretaria da Segurança diz que intensificou patrulhas.



TABA BENEDICTO / ESTADÃO

Crime organizado __A17

Operação do MP e da PF mira duas fintechs por lavar dinheiro do PCC

Um dos alvos é o policial civil Cyllas Salerno Elia Júnior. Ele é sócio da 2Go Instituição de Pagamento Ltda.

Equilibrismo político __A10

Tarcísio diz que denúncia contra Bolsonaro é 'forçação de barra'

Denúncia da PGR é alvo de governador em entrevista, mas assessoria evita publicar áudio com críticas.

OS EMPREENDIMENTOS MAIS EXCLUSIVOS DA JHSF COM RESIDÊNCIAS DISPONÍVEIS TAMBÉM PARA LOCAÇÃO.



JHSF RESIDENCES

VEJA NAS PÁGS. A12 E A13.

Edição de hoje
5 CADERNOS – 84 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar... E&N. Destacar Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento, A fundo

Especial Agro

JC. Jornal do Carro

Tempo em SP
24° Mín. 28° Máx.

ISSN - 1516-2931

Eufrázio

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO E IANDER PORCELLA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Anatomia de uma queda: Nísia escalou crise na Saúde em 5 degraus antes de ser demitida

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, demitida ontem pelo presidente Lula, cometeu pelo menos cinco erros que tornaram sua permanência na pasta insustentável. De polêmicas com a bancada evangélica à crise da falta de vacinas; do avanço da dengue no País à inabilidade política, alvo de tantas queixas de deputados e senadores. A cada degrau que escalou na crise, ficou mais difícil sua sustentação. Nísia só não foi demitida antes porque o presidente Lula bateu o pé para não ceder à pressão do Centrão, que sempre teve apetite pela pasta. E, mesmo depois de decidir entregar a Saúde a Alexandre Padilha (PT), padrinho de Nísia no cargo, o presidente esbarrou na dificuldade para encontrar um substituto para o petista na Secretaria de Relações Institucionais.

• PALIATIVO. Lula chegou a acionar o marqueteiro, hoje ministro da Secom, Sidônio Palmeira, para tentar socorrer Nísia e melhorar a imagem dela e da pasta. Não teve jeito. Agora, com a avaliação cada vez pior do governo, derrubar Nísia passou a ser uma das apostas para tentar dar novo fôlego em pautas populares na Saúde. Um exemplo foi o pronunciamento de Lula nesta semana.

• RECORDAR... A primeira crise na gestão Nísia ocorreu com a apresentação de uma dança erótica em evento da pasta. Depois com a "portaria do aborto", estabelecendo não haver limite temporal para os casos previstos em lei. O ministério teve de recuar. A falta de algum tipo de vacina em pelo menos 11 Estados e no Distrito Federal, no final do ano, agravou a situação. Os números da dengue no País pioraram o quadro. E crise na liberação de emendas da pasta gerou problemas com deputados e senadores, que sempre se queixaram por não ser recebidos pela ministra.

• C.V. O Conselho de Administração da Vale aprovou, ontem, e divulgou com seus respectivos perfis a lista de candidatos apresentados pelo Comitê de Indicação e Governança para compor o colegiado no mandato 2025-2027. O material distribuído aos "investidores e demais pessoas interessadas", porém, omitiu do currículo de Anelise Quintão Lara, uma das indicadas, que ela foi diretora da Petrobras de 2019 a 2021, período do governo Bolsonaro.

• DETALHES. O relatório sobre as indicações menciona a relevante experiência incluindo "desenvolvimento de grandes projetos de E&P, logística de transporte e geração térmica na Petrobras". Já o texto do perfil da candidata nem sequer menciona a estatal.

• OUTRO LADO. Procurada, a Vale não respondeu por que não incluiu a informação. Disse que o relatório destaca a vasta experiência acumulada por todos os profissionais e líderes.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Nísia Trindade,
ex-ministra da Saúde

• DATA... A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, vai se filiar ao PSD em 10 de março. O convite, inclusive, já foi disparado a deputados e senadores do partido de Gilberto Kassab, para que estejam no Recife nesse dia.

• ...MARCADA. Como antecipou a *Coluna*, o "namoro" da governadora com o PSD começou em 2023, quando incluiu em sua equipe a filha do ministro da Pesca, André de Paula (PSD). Depois Raquel preferiu esperar o PSDB decidir se faria fusão com PSD, o que não ocorreu. Ao entrar para a sigla de Kassab, ela deixa o selo de opositora de Lula.

VODCAST 'DOIS PONTOS' | Hoje sobre bastidores de 'Ainda Estou Aqui'

ALEX SILVA/ESTADÃO



Rodrigo Teixeira
Produtor de 'Ainda Estou Aqui'

"O filme precisava de uma voz para amplificá-lo e ela veio: Fernanda Torres. Uma comunicadora incrível. Ela já ganhou mais que o Oscar. Ganhou a simpatia."

Barbara Demerov
Crítica de cinema

"Lindo ver diferentes gerações, muitos jovens, conhecendo a história dos Paiva. Fico triste por quem ainda não torce pelo filme por opiniões políticas."

ESTADÃO
NEWSLETTER
Saúde & Bem-Estar
Inscreva-se para receber notícias sobre qualidade de vida que vão inspirar você.
Use o QR code ao lado para **inscrever-se** e receber seleções de notícias sobre **rotina saudável**, às **segundas e quintas-feiras**.
bit.ly/news-bemestar
Saúde & Bem-Estar
O Estado de S.Paulo

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO FEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

‘Tudo de graça’



Pressionado pela queda na popularidade, Lula faz comício travestido de pronunciamento oficial e oferece ‘tudo de graça’ a um eleitor que já não se deixa seduzir facilmente pelo seu falatório

No pronunciamento que fez em rede nacional de rádio e televisão anteontem, o presidente Lula da Silva exibiu mais um elemento do manual de marketing adotado pelo novo ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, Sidônio Palmeira. Nessa cartilha da comunicação presidencial, produzida sob a lógica de comitê eleitoral, revogam-se todas as disposições legais, morais ou políticas em desfavor de uma comunicação pública, republicana, impessoal e apartidária. O mundo mágico de Lula da Silva e de Sidônio Palmeira é outro.

Em pouco mais de dois minutos, o presidente leu o roteiro do seu marqueteiro não como chefe de Estado, mas como candidato; fez um comunicado não como uma prestação de contas ou informação de interesse público destinada à população, mas como uma peça de propaganda eleitoral; apresentou dois programas de seu mandato não como novidade ou celebração de um marco digno de tal, mas como uma das patranhas tipicamente lulopetistas que servem de louvação aos poderes sobrenaturais de Lula da Silva.

“Uma dupla que não é sertaneja, mas que está mexendo com o Brasil: o Pé-de-Meia e o novo Farmácia Popular”, anunciou o presidente, numa fala permeada com imagens de cortes e cenas de atores reproduzindo momentos dos dois programas. Sobre o primeiro, informou-se o pagamento da poupança para os jovens do ensino médio – represado em parte pela marotagem do governo de destinar recursos do programa fora da previsão orçamentária – e descreveu-se uma “ação extraordinária” que “está ajudando 4 milhões de jovens a permanecerem na escola”. A segunda notícia já fora anunciada pela agora ex-ministra da Saúde, Nísia Trindade, isto é, a gratuidade de 100% dos medicamentos do programa, além da oferta de fraldas geriátricas. “Tudo de graça”, resumiu Lula da Silva.

É da graça marqueteira, concentrada num presidente em campanha permanente, que se sustenta a cartilha do seu ministro da Propaganda. Na realidade onírica do lulopetismo, “tudo de graça” não se resume apenas a uma informação literal ou a uma frase de efeito, mas se revela uma ideia-força por meio da qual funciona o modo petista de governar: num País “reconstruído” por Lula da Silva, ao Estado convém dar dinheiro e medicamentos “a quem mais precisa”. Nesse esforço de um presidente convicto de que é o pai dos pobres, ignora-se que, a despeito dos méritos de tais iniciativas, nada, na prática, é de graça – o País paga a conta de qualquer benefício concedido pelo governo, legítimo ou ilegítimo.

Pelo que diz, como diz e quando diz, o pronunciamento é tudo menos um comunicado tradicional ao País, como os brasileiros se acostumaram a ver sempre que um presidente ou algum de seus ministros recorre à rede nacional de rádio e TV. É evidente que, em nome da boa comunicação pública, instituições e autoridades devem modernizar o formato de seus informes. Mas o que está em curso é de outra natureza: trata-se de campanha eleitoral antecipada. Não havia nenhuma urgência que demandasse um pronunciamento oficial do presidente da República. A única urgência óbvia é a queda acentuada da popularidade de Lula.

O ministro da Propaganda mostrou a Lula da Silva que os tempos são outros. Engolfado pelo mau momento nas pesquisas, balançado por uma coalizão instável e hostil e pressionado pela proximidade cada vez maior do ciclo eleitoral de 2026, o governo resolveu agir – do modo lulopetista, claro. Não à toa, a peça publicitária mirou em dinheiro no bolso e medicamento de graça, com foco no brasileiro pobre, aquele que passou a engrossar o índice de desaprovação ao presidente e ao governo.

À certa altura do pronunciamento-comício, Lula da Silva diz algo que trai suas aspirações: “Seguimos ao lado de cada brasileiro e de cada brasileira: para levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima”. A frase completa mostra que o presidente se referia à “reconstrução de um País que estava destruído”. Mas, na cosmologia lulopetista, trata-se, no fundo, de uma tentativa de fazer o governo, esse sim, sacudir a poeira e tentar dar a volta por cima.●

O inverno da democracia

Ao alinhar os EUA à Rússia na ONU contra a Ucrânia, Trump dá o tom da nova era geopolítica. O mundo está mais confortável para os autocratas, o que desafia as democracias remanescentes

Nenhuma imagem poderia ser mais ilustrativa da nova era geopolítica que o painel de votação na Assembleia Geral da ONU de uma resolução movida pela Ucrânia e apoiada pela Europa, no terceiro aniversário da invasão russa àquele país, anteontem, reconhecendo a Rússia como agressora, pedindo uma paz justa e apoiando a soberania e a integridade territorial da Ucrânia. Junto à Rússia, Bielorrússia, Coreia do Norte, Nicarágua e outros 14 países, os EUA votaram contra. Outros 93 países apoiaram – o Brasil se absteve – e a resolução foi aprovada. Mas não vale o papel em que está escrita. Seu real valor é documentar que agora os EUA estão lado a lado com a Rússia.

Alguns líderes e analistas ainda tentam racionalizar essa atitude. Uns dizem que seria uma manobra para atrair a Rússia, tirando-a da esfera de influência da China, tal como fizeram os EUA em 1972, na presidência de Richard Nixon, ao atrair a China para tirá-la da esfera de influência soviética. Outros afirmam que seria um incentivo para motivar os europeus a ampliar seus investimentos em defesa, reduzindo a dependência em relação aos EUA. A realidade, contudo, é mais simples e cruel: o relógio geopolítico parece voltar à era dos impérios, em que grandes potências redesenhavam o mundo conforme seus interesses comerciais e coloniais.

Em relação às negociações bilaterais sobre a Ucrânia, por exemplo, isso significa que Vladimir Putin continuará afirmando seus objetivos maximalistas – anexar os territórios sob seu controle, alijar a Ucrânia da Otan e mutilar suas capacidades militares – em troca de ofertas econômicas para os EUA, enquanto o tíquete da Ucrânia para a mesa de negociações com Washington são seus recursos naturais.

Essa visão implica uma transição da cooperação multilateral para uma ordem multipolar, na qual a China projeta sua esfera de influência sobre o Leste Asiático e a Rússia sobre a Europa Oriental. O objetivo de Trump é buscar um equilíbrio favorável aos EUA, afirmando uma posição dominante nesse arranjo e ao mesmo tempo evitando conflitos diretos.

Nesse mundo de rivalidade entre grandes potências, a primeira meta de Trump é estabelecer a hegemonia sobre o Hemisfério Ocidental, numa espécie de novo “Destino Manifesto”, e limitar a influência russa e chinesa sobre regiões estratégicas como a Ásia Central ou a África através de relações bilaterais que enfraquecerão ainda mais organizações internacionais como a ONU e outras instituições criadas no pós-guerra.

A dinâmica internacional será marcada por uma fragmentação crescente, mais insegurança territorial, proliferação nuclear e novos realinhamentos determinados menos por valores e ideais comuns do que por necessidades econômicas e de segurança.

A consequência será um mundo mais confortável para os autocratas. Em sua rivalidade, Trump, Putin e Xi Jinping estão unidos por seus desejos de expansão territorial, seu combate aos “inimigos internos” e seu desprezo pelas democracias liberais.

A traição dos EUA à ordem liberal que eles promoveram por quase um século não significa necessariamente seu fim. As forças liberais nos EUA estão sob pressão, mas não desapareceram. Em cerca de um ano e meio o país realizará suas eleições de meio de mandato. A Europa, fragilizada pelo baixo crescimento, excesso de regulações, defesas defasadas e crescimento dos partidos extremistas, ainda tem uma economia dez vezes maior que a da Rússia e equiparável em tamanho à dos EUA, uma base industrial sofisticada, um amplo mercado de exportações e um ambiente jurídico seguro para os negócios. E ela pode buscar alianças com outras democracias liberais no mundo, como Japão, Coreia do Sul, Austrália ou Canadá.

As Guerras Mundiais e a guerra fria provaram que o autoritarismo é autodestrutivo. Até esse desfecho, contudo, a traição dos EUA, a democracia mais rica e poderosa do mundo, cobrará um altíssimo preço dos próprios americanos e do chamado mundo livre – que, para atravessar esse inverno, precisa resistir e redobrar a aposta na democracia liberal, que tanto progresso trouxe à humanidade.●

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

Contradições

Nicolau da Rocha Cavalcanti

Não consigo entender. Se são abundantes as provas da prática do crime de golpe de Estado – tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído – por Jair Bolsonaro, por que apoiar tanto a denúncia contra ele numa delação repleta de problemas e fragilidades, que não cumpre a exigência de autonomia tal como aplicada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a outros casos?

A defesa do Estado Democrático de Direito exige trabalhar estrategicamente, tendo em vista também o médio e o longo prazos. É preciso atuar de forma a não produzir nulidades que ponham a perder depois todo o trabalho feito – o que, no Brasil, não é uma hipótese remota.

Não basta obter uma condenação da opinião pública. Não basta transformar o caso num espetáculo midiático. Não é isso o que protegerá o Estado Democrático de Direito. Esse não é – eis a verdade incômoda – o *modus operandi* de um Estado Democrático de Direito.

Não consigo entender. Depois de tanto esforço, aprovamos no Brasil uma legislação de proteção do regime democrático, revogando a antiga Lei de Segurança Nacional. No entanto, logo nas primeiras aplicações dos novos tipos penais em defesa do Estado Democrático de Direito prevaleceu uma interpretação abusiva, punindo o mesmo ato duas vezes. Aplicou-se, para uma única lesão jurídica, a pena de dois crimes.

Tal distorção não oferece nenhuma proteção adicional ao bem jurídico. Não há nela razoabilidade. Não há sentido em inaugurar uma jurisprudência de proteção da democracia instaurando uma interpretação arbitrária – irracionalmente severa – dos seus tipos penais.

Achar que a defesa do regime democrático precisa desse tipo de arranjo é o mesmo que achar que a prevenção e a responsabilização da corrupção demandam as práticas da Operação Lava Jato. Por que tanta insistência em não aprender com o passado?

Não consigo entender. Se os primeiros réus do 8 de Janeiro foram julgados no plenário do STF, por que aqueles que agora foram denunciados como os grandes artífices do 8 de Janeiro deveriam ser julgados por uma turma da Corte? O caso é tão frágil a ponto de não resistir ao colegiado pleno do Supremo, com sua pluralidade de perspectivas?

> *Não basta transformar o caso num espetáculo midiático. Esse não é o 'modus operandi' de um Estado Democrático de Direito*

Eis a dura realidade. O princípio do juiz natural anda pouco prestigiado na Corte constitucional. São tantas mudanças em seu regimento na última década – e tantas exceções a essas mudanças – que, nos casos realmente importantes, não se sabe qual caminho seguir. Em vez de ser a aplicação de uma regra prévia e estável, decide-se casuisticamente.

Não consigo entender. Se o julgamento da denúncia contra Jair Bolsonaro é tão importante para o presente e o futuro da democracia no País, por que não seguir os trâmites legais que mais podem prover autoridade ao Supremo neste momento tão delicado?

A percepção de imparcialidade melhoraria muito se o STF aplicasse a este processo – e a todos os outros seguintes – o que o Congresso Nacional aprovou em 2019: a separação entre as funções do juiz de garantias e as do juiz da instrução e julgamento. Nesse sentido, uma via possível para aplicar essa separação de funções ao caso seria considerar o ministro Alexandre de Moraes como o juiz de garantias e, a partir da denúncia, outro ministro – sorteado – assumir a relatoria da ação penal. Ainda que o relator não seja propriamente o juiz de instrução e julgamento da causa – a função recai sobre o órgão colegiado, não sobre uma pessoa –, tal medida, alinhada com o sentido da reforma de 2019, fortaleceria a autoridade do STF.

É uma máxima bastante conhecida que a democracia exige cuidado e vigilância. Por que ignorar o cuidado e a vigilância justamente na hora de defender a democracia? Por que deixar como relator do caso o magistrado que interpelou e pressionou o delator?

Reitero a afirmação feita no artigo *Articular uma saída para o País* (**Estadão**, 15/9/2024): "O problema não é o ministro Alexandre de Moraes. Há uma questão de dinâmica institucional". Se o tema fosse apenas a compreensão distorcida de um ou alguns ministros do STF, não haveria, a rigor, nenhum problema. O Supremo é órgão colegiado. A questão é mais profunda, como mostra a própria denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR). Por que oferecer uma peça de acusação misturando elementos de densidades probatórias tão díspares? Por que a necessidade de dar à denúncia um tom hollywoodiano, incluindo o crime de organização criminosa armada?

Nessas hipérboles, subsiste a ilusão, sempre presente na história nacional, de que o direito penal – a punição superlativa – é capaz de resolver os nossos problemas. Certamente, é preciso punir os crimes. Mas isso não tem nada que ver com espetacularização do processo, menos ainda com transigência com os princípios penais constitucionais.

O caso denunciado pela PGR é muito sério – e seria muito bom, para o presente e o futuro do País, que todos pudessem facilmente entendê-lo. A tramitação sóbria deste processo pode e deve ser luminosamente pedagógica. Pode e deve ser uma aula de Direito, uma aula de democracia. ●

ADVOGADO CRIMINAL

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas. Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail**: forum@estadao.com

Congresso Nacional

Número de deputados

Notícia no **Estadão** de ontem nos deu conta de que o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), quer construir um acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF) para aumentar o número de deputados federais de 513 para 527. "Penso que a solução seria um acordo, combinado com o Supremo, para que se aumente a quantidade de deputados federais e ninguém perca", disse Motta. Como assim, para que "ninguém perca"? O novo presidente da Câmara se esqueceu de considerar a parte mais importante nesta equação, que é a população brasileira, que remunera os 513 deputados atuais, seu vasto contingente de servidores e assessores parlamentares e paga por todas as suas mordomias. Ainda que a representação de alguns Estados, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2022, não reflita mais a proporcionalidade constitucional, a solução justa, objetiva e simples é cumprir a Constituição, respeitando a proporcionalidade estabelecida na Carta para as eleições de 2026. O que realmente seria importante mudar é o limite constitucional estabelecido, que diz que cada Estado tem um número mínimo de 8 e máximo de 70 deputados federais. Esse teto é altamente injusto para São Paulo, por exemplo, cujos 70 deputados representam 13,6% da Câmara, enquanto a população do Estado (de 45,9 milhões de habitantes) representa 21,88% da população total do País.

Francisco Paulo Uras
São Paulo

Governo Lula

Reforma ministerial

A notícia é de que o presidente Lula quer Gleisi Hoffmann no Planalto. Se alguém tinha alguma dúvida de que Lula 3 está mais para desgoverno do que para governo, Gleisi ministra é a pá de cal. Gleisi é uma pessoa ácida, de ideias retrógradas e adoradora de ditadores – basta lembrar seu cumprimento efusivo ao companheiro Nicolás Maduro pela *reeleição* em 2024 na Venezuela. Existem pessoas que somam, Gleisi divide. Talvez seja esta a intenção de Lula: continuar com e exacerbar o *nós contra eles*. Boa sorte ao meu amado Brasil. Vai precisar.

Luiz Gonzaga Tresseldi Saraiva
Salvador

Lula não governa

Como é que este ano "será o ano da colheita", se o Plano Safra afundou? O presidente Lula hoje não tem liderança – as emendas parlamentares falam por si –, e quando reclama de que nem seu ministério sabe o que o governo tem feito, deve ser porque seus ministros não entendem o que ele fala. O problema está na comunicação? Não só. Lula precisa se comunicar melhor e há quem, na imprensa, se desdobre para ensiná-lo, mas ele é vaidoso e acha que não precisa de conselhos desse tipo. Enquanto isso, a estimativa do mercado para a inflação sobe para 5,65% ao ano, segundo o boletim *Focus* de segunda-feira, mas só se combate a inflação gastando menos e com rigidez fiscal, com o governo mudando sua forma de governar. Receitas para isso Lula recebe aos montes; pelo visto, não as lê.

Izabel Avallone
São Paulo

Bolsonaro no STF

Por que não o plenário?

Qual é o receio do ministro Alexandre de Morais de transferir para o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, que envolve um assunto tão importante para o País? Dr. Moraes sabe que tanto faz: na 1.ª ou na 2.ª turmas, a maioria dos votos seria sempre contra Bolsonaro; no plenário, seriam 9 a favor e 2 contra o ex-presidente. Desgaste do STF? Poupe-nos!

Tania Tavares
São Paulo

Muita calma nesta hora

A caminho do banco dos réus, o inelegível Jair Bolsonaro tem enormes chances de ser condenado e preso, mas é preciso ter muita calma nesta hora. Os brasileiros já se envergonharam, perante o mundo, das mazelas jurídicas em que se envolveram Lula da Silva e seus colegas corruptos. Mesmo depois de a condenação de Lula ser confirmada por nossas cortes superiores, apareceu um ministro do STF dizendo que o julgamento deveria ter sido realizado em Brasília, e não no Paraná, e anulou todo o trabalho. Portanto, a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra Bolsonaro e outros 33 aliados dele deve ser tratada com muito carinho e com a Constituição e o Código Penal embaixo do braço. A preocupação é não cair, novamente, diante do arcabouço jurídico probatório, evitando que todo o processo seja anulado.

Júlio Roberto Ayres Brisola
São Paulo

ESTADÃO BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio.

Maturidade institucional alavanca projetos público-privados no Brasil

Ajuste na legislação de concessões e PPPs deve acelerar processos

Sobre a mesa dos gabinetes do governo federal, há planos para 15 leilões na área de transportes até dezembro e a possibilidade de ocorrer a contratação de R$ 300 bilhões para a infraestrutura nacional. Conta que leva em consideração tanto novos projetos quanto o acerto de contratos defasados. Nesta quinta-feira, 27, será dado mais um passo para o avanço da agenda de concessões.

Com a presença do ministro dos Transportes, Renan Filho, a sede da B3 vai receber o primeiro leilão de uma rodovia federal na Região Norte do Brasil. O governo federal vai conceder 686,70 quilômetros da BR-364/RO, entre Porto Velho, capital de Rondônia, e Vilhena, município localizado na divisa com o Estado de Mato Grosso.

O leilão terá como critério a oferta do maior desconto sobre a



Divulgação/P3C

Ministro Fernando Haddad durante painel na abertura do evento P3C - PPPs e Concessões

Tarifa Básica de Pedágio. "O governo está promovendo um modelo inovador de otimização e leilão de contratos antigos, buscando garantir a melhor oferta", afirmou o ministro durante a abertura do evento P3C – PPPs e Concessões: Investimentos em Infraestrutura no Brasil, realizado pela Necta.

A cerimônia aconteceu na sede da B3, em São Paulo, e também contou com a presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele destacou que os números apresentados refletem a "maturidade institucional" do Brasil. Lembrou, ainda, que participou da elaboração da primeira versão das leis de parcerias público-privadas (PPPs) em 2003 e ressaltou que inovações recentes, como as debêntures incentivadas, também têm impulsionado os contratos entre o setor público e o privado. Além disso, o ministro informou que técnicos da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda estão oferecendo suporte técnico ao Congresso na formulação de uma nova lei para modernizar a legislação sobre o tema.

A previsão é de que essa lei possa ser aprovada na Câmara dos Deputados ainda no primeiro semestre deste ano, fazendo com que ela se torne, segundo o ministro, "uma legislação mais robusta, mais segura e mais transparente para que haja mais investimento no País". Todo o esforço, de acordo com Haddad, visa dar eficiência aos projetos, para que eles sejam bem executados. "A Lei de PPPs, apesar das preocupações iniciais sobre riscos fiscais e éticos, evoluiu e gerou diversas experiências bem-sucedidas no País. Entre elas, a da iluminação pública em São Paulo, apesar de todos os questionamentos", afirmou Haddad, citando uma das parcerias que ele firmou quando ainda era prefeito de São Paulo. "A modernização da iluminação pública teve impacto positivo no consumo de energia e na sustentabilidade ambiental", afirma o ministro.

Conteúdo patrocinado

ESTADÃO BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por Nova Rota do Oeste.



'Solução da BR-163' em Mato Grosso vira case de sucesso

Importante via de escoamento da produção agrícola tem obras entregues e vê redução de acidentes em trechos duplicados



Divulgação/Nova Rota do Oeste

Considerada a principal rodovia de escoamento da produção agrícola de Mato Grosso, a BR-163 é hoje a maior obra rodoviária em execução no Brasil. Já teve 100 km duplicados e há mais de 350 km de duplicação contratados. O atual cenário só foi possível após uma solução inédita desenvolvida pelo Governo de Mato Grosso e aprovada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Concedida em 2013, a BR-163 estava com as obras paradas, pois a concessionária vencedora do leilão teve problemas financeiros e não cumpriu as obrigações do contrato. Por meio da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a ANTT, aprovado pelo TCU, o governo estadual assumiu o controle societário da concessionária em maio de 2023.

"Saímos de um cenário de devolução amigável, que levaria anos até a nova concessão e causaria prejuízos à população do Estado, para uma solução inovadora, na qual o governo estadual assumiu o controle e as obras na rodovia", revela Luciano Uchoa, diretor-presidente da Nova Rota do Oeste.

Virada de chave

Além da troca do controle acionário da empresa, que passou a ser gerida pela MT Participações e Projetos Ltda. (MTPar), uma sociedade de economia mista do Governo do Estado de Mato Grosso, o TAC permitiu repactuar prazos e estabelecer um novo cronograma para as obras na BR-163.

O novo cronograma prevê investimentos de R$ 9,5 bilhões na duplicação de 444 km da rodovia, além da construção de dispositivos de trânsito, passarelas, vias marginais e a instalação de câmeras de monitoramento e fibra óptica ao longo da estrada.

"Fizemos um aporte de R$ 1,6 bilhão na concessão quando assumimos a Nova Rota e tudo o que foi construído até o momento foi investimento do Governo de Mato Grosso. Hoje colhemos os frutos", afirmou o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (União).

Além de melhorar a fluidez da rodovia, trouxe mais segurança para a população. De acordo com dados da concessionária, em 2024, houve uma redução de 82% no número de mortes no trecho duplicado.

Contratos assinados

"Saudáveis financeiramente, voltamos ao mercado e conseguimos financiamento para as futuras obras", revelou o presidente do Conselho de Administração da Nova Rota do Oeste, Cidinho Santos. De acordo com Santos, foi adquirido um financiamento de R$ 5,35 bilhões com o BNDES e todos os contratos de duplicação já estão assinados. Atualmente, há sete frentes de obras na rodovia, cinco em execução e outras duas que esperam o período das secas para ser iniciadas.

Conteúdo patrocinado

Eufrázio

ESPAÇO ABERTO

Missão para os bons brasileiros

Luiz Felipe D'Ávila

O principal problema do Brasil é o baixo crescimento econômico. Desde a redemocratização, em 1985, o Brasil perdeu mercado, renda, competitividade e produtividade, o que contribuiu para o empobrecimento do País. Enquanto a renda *per capita* dos principais países emergentes cresceu 127% desde os anos 80, a nossa aumentou apenas 18%. A renda *per capita* do Brasil era dez vezes maior que a da China e um terço maior que a da Coreia do Sul. Hoje, a nossa renda *per capita* é menor que a chinesa e três vezes menor que a dos sul-coreanos. O que nos levou a fazer tantas escolhas erradas durante tanto tempo?

É mister reconhecer que todos têm culpa nessa história. Elite, povo e governo contribuíram para a destruição do crescimento econômico. A elite, com sua visão míope, imediatista e dissociada de senso de dever público, se transformou numa casta de oligarcas. Ela foi cúmplice dos governos populistas que mantiveram a economia fechada e a perpetuação do nacional-estatismo, que impediram as mudanças vitais para abrir a economia e transformar o Brasil numa potência exportadora. Nossas exportações representam apenas 1% das exportações mundiais. Em vez de ajudar a criar instituições inclusivas e governos responsáveis e democráticos, a elite trabalhou para capturar o Estado e extrair vantagens, privilégios e subsídios do governo. Somente em 2023, foram mais de R$ 640 bilhões de subsídios da União.

O povo vem elegendo governos populistas em troca de promessas vazias que aumentaram a sua dependência de favores do Estado, minaram a igualdade de oportunidades e arruinaram a meritocracia e a mobilidade social. Desde a eleição presidencial de 1989 o povo elegeu presidentes populistas. A única exceção foi Fernando Henrique Cardoso, que debelou a inflação com o Plano Real e se elegeu presidente em 1994 e em 1998. Fernando Henrique e Michel Temer foram os dois únicos presidentes que se preocuparam com o fortalecimento das instituições democráticas. Já os populistas trabalharam para detoná-las.

Governos populistas buscam subjugar as instituições e usá-las como meio para legitimar o mando pessoal, debilitando a credibilidade da democracia e a confiança nas leis e nas regras do jogo. O desastre de décadas de governos populistas comprometeu a retomada do crescimento econômico, arruinou as finanças públicas e manteve o Brasil como uma das economias mais fechadas do mundo. Os resultados dessas escolhas são a existência de um Estado ineficiente, caro e disfuncional, a predominância do capitalismo de Estado e a participação insignificante do Brasil no comércio mundial. O destino de Lula 3 é nos deixar um gigantesco rombo fiscal, taxa de juros nas alturas, inflação alta e o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) mais alto do mundo. Não podemos permanecer sentados na arquibancada, assistindo ao jogo de petistas pernas de pau e torcer para que um salvador da Pátria entre em campo em 2026. Precisamos de um plano de ação.

> ***Se a missão da geração passada foi restaurar a democracia, a nossa missão é garantir que o Brasil volte a crescer de maneira sustentável***

Se a missão da geração passada foi restaurar a democracia, a nossa missão é garantir que o Brasil volte a crescer de maneira sustentável. A primeira tarefa é separar o joio do trigo. Temos de reunir as boas lideranças do País para cumprirmos o trabalho mais importante da nossa geração: implementar os alicerces institucionais para garantir o crescimento econômico sustentável.

Há muita gente boa lutando para fazer a coisa certa, mas é vital coordenar esforços para que se tornem a mola propulsora da retomada do crescimento. O trabalho do bom professor que se preocupa com a qualidade do aprendizado dos alunos na sala de aula precisa estar atrelado ao ganho de produtividade dos futuros trabalhadores e empreendedores. A atuação importante de uma parte da elite que investe na descarbonização da economia tem de estar alinhada à retomada do crescimento e ao aumento do valor agregado dos bens exportáveis do agronegócio. A batalha dos bons governantes para simplificar regras, desburocratizar processos e recorrer às privatizações e concessões para impulsionar os investimentos em infraestrutura necessita estar em sintonia com o ganho de competitividade e de produtividade do País.

A segunda tarefa é ocupar espaço na política. Não adianta a sociedade civil coordenar seus esforços para promover o crescimento econômico, mas deixar a política nas mãos de governos populistas que acreditam nas virtudes do nacional-estatismo, enxergam a economia de mercado como um mal necessário e sabotam a competitividade econômica. Atue na arena pública e incentive os seus filhos e amigos a participarem da política, disputarem eleições e ocuparem cargos públicos para ajudar o País a avançar com as reformas do Estado, criar instituições inclusivas e desmantelar o capitalismo de Estado que perpetua o corporativismo, o clientelismo e o patrimonialismo.

O crescimento econômico sustentável não é uma bandeira eleitoral que trará voto no curto prazo, mas ele é vital para recuperarmos a esperança no País e deixar um Brasil melhor para as próximas gerações. Está na hora de fazermos algo pelo nosso país! ●

CIENTISTA POLÍTICO, AUTOR DO LIVRO 'VIRE À DIREITA, SIGA EM FRENTE', FOI CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

TEMA DO DIA

JOSÉ FERNANDO OGURA/AEN



Parque

Disputa judicial pode fazer com que Cataratas do Iguaçu mudem de dono

Decisão da Justiça transfere grande área do Parque Nacional do Iguaçu, que pertence à União, para o Estado do Paraná. Se a decisão for mantida, parte das receitas com turismo ficará com o estado e não com o governo. ●

3.007 interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Certíssimo. A União não cuida do patrimônio, que deve ser estadual mesmo."
HAROLDO MAGALHÃES

● "Uma das poucas coisas que funcionam. Espero que não mude nada para os turistas."
CAROLINA NADER

● "A administração do parque é impecável. Se colocar na mão do Paraná, já viu..."
CÁTIA MARINA BARROS

● "Vai privatizar. Depois não reclamem de ingresso caro, desmatamento e concessão para condomínio na beira do rio."
JOSUÉ NOBREGA



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão
https://bit.ly/LOBEstadao

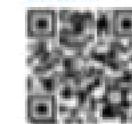
Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

PHOTOLOGY1971/ADOBE STOCK

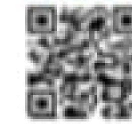


Saúde



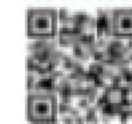
Veja 8 motivos para você dar uma chance ao pilates. ●
https://bit.ly/4ihKl5n

Embate internacional



Elon Musk sugere sanções a Alexandre de Moraes. ●
https://bit.ly/43veKP1

Newsletter



Receba conteúdos do 'New York Times' no e-mail. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● Fax: (11) 3856-2940 ● E-Mail: forum@estadao.com ● Central do assinante: Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● Central ao leitor: (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 Preços venda avulsa: SP: R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). RJ, MG, PR, SC E DF: R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). ES, RS, GO, MT E MS: R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). BA, SE, PE, TO E AL: R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO: R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● Vendas de assinaturas: 0800-014-9000 ● Whatsapp: (11) 99248-2333 ● Vendas corporativas: (11) 3856-2524 ● Agências de publicidade: (11) 3856-2531 ● cas@estadao.com

Os pratos mais cativantes da temporada



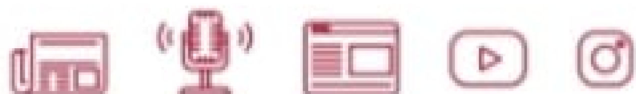
Descubra em Paladar

paladar 20 ANOS

ESTADÃO 150

Acompanhe conteúdos exclusivos sobre o mundo da gastronomia em nossa multiplataforma





Por aí
Rádio Eldorado

Paladar testou
no site: estadao.com.br

Cozinha do Brasil
Evento Gastronômico

A gosto do freguês
Websérie

Desafio Paladar
Canal Estadão no YouTube

Executivo

Lula confirma Padilha na Saúde e deve manter articulação política com o PT

Presidente ratificou a saída de Nísia Trindade do ministério, dando início à reforma na Esplanada; petista José Guimarães é o mais cotado para assumir a relação com o Congresso

VERA ROSA
SOFIA AGUIAR
CAIO SPECHOTO
BRASÍLIA



WILTON JUNIOR/ESTADÃO

Lula e Nísia Trindade, que foi demitida ontem; cerimônia no Planalto teve clima de constrangimento

Pressionado pela queda de popularidade, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demitiu ontem a ministra da Saúde, Nísia Trindade, deflagrando a reforma no primeiro escalão do governo. Para comandar a Saúde, que tem um orçamento de R$ 239,7 bilhões, Lula escolheu o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT). A ideia é ter um perfil mais político no ministério.

Com as mudanças, que continuarão nos próximos dias, o presidente tenta impor um freio de arrumação na segunda metade de seu mandato para estancar o desgaste e se preparar para 2026, quando pretende disputar a reeleição.

Ao deslocar Padilha, que cuidava da articulação política do governo, Lula abre espaço para uma nova troca justamente na área que trata da difícil relação do Palácio do Planalto com o Congresso, agravada por causa do impasse em torno das emendas parlamentares.

O mais cotado para a cadeira ocupada pelo ministro é o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), que foi chamado para uma conversa com Lula na noite de ontem. Caso a ida de Guimarães para o núcleo duro do governo se confirme, a chamada "cozinha do Planalto" continuará nas mãos do PT.

A não ser que haja uma mudança de última hora, a presidente do partido, Gleisi Hoffmann, deve comandar a Secretaria-Geral da Presidência. No Planalto, o único ministro não filiado ao PT é o publicitário Sidônio Palmeira, que em 2022 foi marqueteiro da campanha de Lula e desde janeiro está à frente da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência.

O Centrão reivindicava o Ministério da Saúde, mas Lula não atendeu o grupo, sob o argumento de que a pasta é estratégica para o seu governo.

A demissão de Nísia já era esperada e ocorre após semanas de "fritura" no cargo. Sem novas marcas em seu terceiro mandato, Lula queria que ela acelerasse o programa Mais Acesso a Especialistas, que foi lançado em abril do ano passado, mas ainda não chegou a todas as regiões do País. Agora, até mesmo o nome do programa, considerado burocrático e sem apelo popular, vai mudar.

Orçamento

R$ 239,7 bilhões é orçamento do Ministério da Saúde, que agora será ocupado pelo petista Alexandre Padilha

SOLENIDADE. Na manhã de ontem, Nísia participou da última cerimônia no Planalto, com a presença de Lula. Ela assinou portarias referentes à produção de vacinas contra dengue, influenza H5N8, vírus sincicial respiratório (VSR) e também ampliação do fornecimento de insulina pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Fez um longo discurso, em tom de despedida, foi ovacionada pela plateia e agradeceu vários integrantes de sua equipe.

A solenidade foi marcada por um clima de constrangimento, com Lula olhando o relógio a todo instante. Uma hora e meia depois, o presidente chamou Nísia para uma conversa reservada, em seu gabinete no terceiro andar do Planalto. O *Estadão/Broadcast* apurou que Lula lamentou, mas disse a ela que precisaria do cargo. Mais tarde, ele também se reuniu com Padilha.

Saída de Nísia reduz ainda mais a presença de mulheres na Esplanada

Nísia Trindade é a terceira mulher a deixar a Esplanada dos Ministérios, reduzindo a presença feminina na equipe a nove ministras. Antes dela foram Ana Moser (Esporte) e Daniela Carneiro (Turismo). Em 2023, o presidente Lula também demitiu a então presidente da Caixa Maria Rita Serrano, entregando a direção do banco para um aliado do Centrão.

A atual ministra das Mulheres, Cida Gonçalves (PT), também deve sair na reforma planejada pelo presidente. ● V.R.

EX-MINISTRO. Médico infectologista, Padilha já foi ministro da Saúde no governo de Dilma Rousseff, de 2011 a 2014, e é deputado federal licenciado. Ele se comprometeu com Lula a não deixar o governo no fim de março do ano que vem para disputar nova eleição à Câmara. Este é o prazo dado pela Justiça Eleitoral para que ocupantes de cargos públicos entreguem seus postos.

No ano passado, Padilha chegou a ter duros embates com o então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que o chamou de "incompetente". Mesmo com a eleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) para o comando da Câmara, Lula avaliava que era preciso trocar o interlocutor político com o Congresso porque Padilha estava desgastado na função.

Em nota, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) informou que a posse de Padilha ocorrerá no dia 6 de março. "O presidente agradeceu à ministra pelo trabalho e dedicação à frente do ministério", destacou o comunicado.

'AMIGA'. Nas redes sociais, Padilha disse ter "profunda admiração e carinho" por Nísia, a quem chamou de "amiga". Ex-presidente da Fiocruz, ela não é filiada ao PT, mas próxima do partido, e foi indicada por Padilha para o cargo.

"Símbolo de compromisso e seriedade à frente da Fiocruz e do Ministério da Saúde, Nísia deixa um legado de reconstrução do SUS, após anos de gestões negacionistas, que nos custaram centenas de milhares de vidas", escreveu o novo titular da Saúde numa referência governo de Jair Bolsonaro (PL). Na postagem, Padilha agradeceu até mesmo o desafeto Arthur Lira. ●

PRIMEIRA VACINA 100% BRASILEIRA CONTRA DENGUE CHEGA EM 2026. PÁG. A21

Avaliação negativa do governo chega a 44%, diz pesquisa

JULIANO GALISI

A reprovação ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) atingiu a pior marca desde janeiro de 2023, segundo pesquisa CNT/MDA, da Confederação Nacional do Transporte – divulgada ontem. Para 32% dos entrevistados, o governo é "péssimo"; para outros 12%, "ruim".

A soma das avaliações negativas (44%) cresceu 13 pontos percentuais desde o último levantamento, em novembro. Trata-se do pior resultado da série histórica da CNT (agora na 163.ª edição) a esta altura do mandato presidencial, após dois anos, igualando a marca de Michel Temer (MDB) em fevereiro de 2017, pouco depois do impeachment de Dilma Rousseff.

A gestão Lula é positiva para 28,7% dos entrevistados: 19,4% a avaliam como "boa" e 9,3%, como "ótima".

O levantamento, realizado pelo instituto MDA, incluiu 2.002 entrevistas presenciais em 137 municípios do País entre 19 e 23 de fevereiro. A margem de erro é de 2,2 pontos porcentuais.

Entre outros temas abordados, a pesquisa mostrou que 35,1% dos brasileiros dizem preferir votar para presidente, em 2026, em um candidato que não seja ligado nem a Lula nem ao ex-presidente Jair Bolsonaro. ●



Marcelo Godoy email: marcelo.godoy@estadao.com; twitter: @MarceloGodoy000

A volta de Zé

José Dirceu, o ex-ministro e estrategista que levou à aliança entre o PT e o PL em 2002, será candidato a deputado federal em 2026. É o que articulam fundadores do Partido dos Trabalhadores, advogados ligados à sigla e integrantes do grupo que se autodenomina "geração de 68".

Eles preparam duas grandes festas "para o Zé", uma em Brasília e outra em São Paulo. A primeira no dia 11 de março e a outra no dia 15 para comemorar o aniversário de Dirceu, que completará 79 anos – ele nasceu em 16 de março de 1946. Cassado em 2005 na esteira do escândalo do mensalão, preso em 2013, após ser condenado pelo Supremo a 7 anos e 11 meses de prisão – ele cumpriu 354 dias na cadeia – e detido outras três vezes durante a Operação Lava Jato, que o condenara a 23 anos de prisão, o ex-ministro viu as ações contra ele serem anuladas pelo STF na esteira do movimento que levou à revisão de outras condenações, como as de Lula.

Em São Paulo, a festa para o Zé deve ocorrer no galpão do Espaço Elza Soares, que tradicionalmente abriga eventos do MST. A expectativa é reunir até 500 pessoas. Entre os seus organizadores estão os ex-deputados Lucas Buzato e Adriano Diogo. O advogado e ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh é uma das lideranças do PT que, ao lado do ex-presidente do partido José Genoino, foram convidadas para o evento.

> *Grupo articula duas festas para marcar retorno de Dirceu, o que deve aumentar a polarização em 2026*

O grupo em torno do Zé acredita que a presença de Dirceu na campanha de 2026 deve ajudar o partido a melhorar o desempenho pífio no Estado – na eleição municipal a sigla elegeu apenas quatro prefeitos –, pois o ex-ministro teria a capacidade de organizar a antiga militância.

A aposta no retorno à política do homem que passou por cima da esquerda do partido em nome da aliança com o empresário José Alencar já se desenha desde o ano passado. Em seu aniversário, comemorado em Brasília, Dirceu reuniu ministros petistas, o vice-presidente Geraldo Alckmin e deputados como Arthur Lira (PP-AL) e Hugo Motta (Republicanos-PB), atual presidente da Casa.

Por enquanto, no entorno de Dirceu, há quem pregue discrição com o tema – há o temor de que as festas sejam vistas como "campanha antecipada". Mas o movimento de Ronaldo Caiado (União Brasil), ao assumir a pré-candidatura à Presidência, ajudou a diminuir esse temor.

A candidatura de Dirceu em 2026 será a renovação da aposta petista na polarização? É fato que as urnas mostraram em 2022 que quase a metade do País considerava Lula um político impróprio para a Presidência. A direita o vê como sua nêmesis. Mas também é verdade que só um petista desperta ainda mais antagonismo e rejeição. E ele se chama José Dirceu. ●

REPÓRTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

LEILÃO DE VEÍCULOS DE FINANCIAMENTO
27/02(QUINTA) ÀS 14H
SOMENTE ONLINE
ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS!
É AMANHÃ
HYUNDAI I30 2.0 10/11
CHEVROLET PRISMA 10MT JOYE 16/17
RENAULT SANDERO EXPR 10 18/19
CITROEN C3 90M TENDANCE 13/13
CITROEN C3 AIRCROSS EXCM 10/11
NOVIDADE!
COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO
*SUJEITO À ANÁLISE DE CRÉDITO
*FINANCIAMENTO ATRAVÉS DE
*CORRESPONDENTE BANCÁRIO
*INDEPENDENTE
B2Capital
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195

Câmara

Ampliar bancadas custaria R$ 46,2 milhões por ano

Se a Câmara dos Deputados aumentar seu total de parlamentares de 513 para 527, o custo extra aos cofres públicos deve ser de R$ 46,2 milhões por ano, mostra um estudo feito pelo Instituto Millenium para o **Estadão**. O acréscimo no número de deputados é um desejo do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), que busca cumprir uma determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) – adequar a proporcionalidade dos Estados aos dados do Censo de 2022 – sem reduzir o tamanho atual de nenhuma bancada.

Se mantidas as 513 cadeiras, sete Estados terão suas bancadas reduzidas (RJ, PI, PB, BA, RN, PE e AL) para que as de outros sete sejam ampliadas (PA, SC, AM, CE, MG, MT e GO). Motta tem dito que quer criar as 14 novas vagas sem ampliar os gastos da Casa, mas, procurado pelo **Estadão**, não respondeu como faria isso. ● GABRIEL DE SOUSA

Ex-presidente acusado

Tarcísio afirma que denúncia é 'forçação de barra'; governo tira fala de áudio

REPRODUÇÃO LEO DIAS TV



Entrevista

Bolsonaro diz 'se colocar no lugar' de Mauro Cid

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou ontem "se colocar no lugar" do ex-ajudante de ordens Mauro Cid. Garantiu que não iria "acusá-lo de nada". Na semana passada, Bolsonaro foi denunciado por tentativa de golpe. A entrevista foi dada ao jornalista Léo Dias. ●

Governador vê ainda 'revanchismo'; trechos com críticas à peça da PGR são apagados de gravação publicada da entrevista

GEOVANI BUCCI

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse ontem que a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) oferecida contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros 33 investigados por tentativa de golpe de Estado "não faz sentido nenhum". "É uma questão de revanchismo, uma forçação de barra", afirmou durante agenda em Mogi das Cruzes (SP).

"Deixe as paixões de lado, desconsidere o fato de você gostar ou não da pessoa. Vamos para as evidências. Nada do que é apresentado (*na denúncia*) mostra alguma conexão ou relação", continuou o governador. "Está se criando uma maneira de se responsabilizar pessoas que não têm responsabilidade", declarou.

Ao publicar a entrevista de Tarcísio em seu canal oficial na plataforma de áudios SoundCloud, no entanto, o governo de São Paulo editou o material e apagou as declarações do chefe do Executivo estadual com críticas à denúncia apresentada pela PGR.

Questionada sobre a exclusão dos trechos, a assessoria da gestão estadual afirmou que "o áudio disponibilizado trata das entregas realizadas pelo governador na região do Alto Tietê e temas relacionados ao governo". "O governo de São Paulo disponibiliza em seus canais de divulgação áudios dos discursos do governador e as respectivas entrevistas coletivas dos conteúdos relacionados às entregas e agendas públicas do dia", informa o comunicado do governo.

Tarcísio é aliado de Bolsonaro, de quem foi ministro da Infraestrutura, entre 2019 e 2022. O governador já havia saído em defesa do padrinho político depois que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, acusou formalmente o ex-presidente perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

LÍDER. Gonet analisou durante três meses as provas reunidas pela Polícia Federal no inquérito do golpe e concluiu que Bolsonaro não apenas tinha conhecimento de um plano de ruptura institucional como liderou as articulações da "organização criminosa".

Ainda na agenda em Mogi das Cruzes, Tarcísio declarou que não há nada de "responsabilidade objetiva" em áudios atribuídos a integrantes das Forças Armadas que indicam o envolvimento de militares e civis em uma trama de golpe. As mensagens foram obtidas pela PF em telefones celulares e computadores apreendidos durante as investigações.

PRAZOS. Os denunciados no inquérito do golpe pediram que seus recursos para prorrogar o prazo de apresentação das defesas sejam analisados na Primeira Turma ou no plenário do Supremo. O movimento ocorre após o ministro Alexandre de Moraes rejeitar as solicitações. As defesas querem que Moraes reconsidere a decisão ou envie os recursos para julgamento colegiado.

Os advogados de Bolsonaro pediram a votação "já na próxima sessão, com a urgência que o caso demanda, tendo em vista que o prazo exíguo dado para a apresentação da resposta preliminar já está correndo". As defesas do coronel Marcelo Costa Câmara, do general Walter Braga Netto, do ex-assessor Filipe Martins e do ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques também apresentaram recursos.

Todos os 34 denunciados têm 15 dias cada um para enviar ao STF suas defesas prévias. O prazo começou a contar a partir da notificação dos advogados, determinada por Moraes no dia 19 de fevereiro. As defesas alegam, no entanto, que o prazo precisa ser suspenso porque elas não tiveram acesso a todas as provas.

Moraes levantou o sigilo dos autos depois de receber a denúncia. São 18 volumes de documentos que somam mais de 3 mil páginas. A delação do tenente-coronel Mauro Cid também foi tornada pública. O STF deu publicidade aos anexos do termo de colaboração premiada do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro tanto em vídeo como por escrito.

> ***"(A denúncia) Não faz sentido nenhum. É uma questão de revanchismo, uma forçação de barra (...) Está se criando uma maneira de se responsabilizar pessoas que não têm responsabilidade"***
>
> **Tarcísio de Freitas (Republicanos)**
> **Governador de São Paulo**

O ministro do Supremo ainda compartilhou com todos os acusados provas de investigações sigilosas que têm relação com a denúncia. São apurações que envolvem o aparelhamento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o uso da PRF para influenciar as eleições de 2022 e os atos do 8 de Janeiro. A decisão atendeu a um parecer da PGR.

IMPEDIMENTO. Em outra frente, a defesa de Bolsonaro deu entrada ontem em um pedido para tentar impedir os ministros Flávio Dino e Cristiano Zanin de participarem do julgamento da denúncia do plano de golpe. A decisão cabe ao ministro Luís Roberto Barroso, presidente da Corte.

Em maio de 2024, Zanin se declarou impedido para julgar um recurso de Bolsonaro contra a condenação que o deixou inelegível. A defesa alega que ele não deve participar do julgamento do plano de golpe porque os casos têm relação.

Sobre Dino, os advogados citam uma queixa-crime por calúnia, injúria e difamação movida pelo ministro quando ele era governador do Maranhão. Dino já afirmou que não tem motivos para ser impedido de participar da votação. ● COLABORARAM RAYSSA MOTTA E RAISA TOLEDO

Áudio de agente da PF cita 'Moraes na mira para atirar'

O agente da Polícia Federal Wladimir Matos Soares, um dos 34 nomes denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022, enviou áudios a colegas referindo-se ao plano de assassinato de autoridades conhecido como "Punhal Verde e Amarelo".

"Eles estavam com Moraes na mira para atirar", afirmou o policial em gravação obtida pela CNN Brasil. O processo corre sob sigilo.

Matos Soares é um dos implicados no plano de execução de autoridades públicas como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e o ministro do STF Alexandre de Moraes. O agente foi um dos cinco alvos da Operação Contragolpe, deflagrada pela PF em 19 de novembro no ano passado, e segue preso preventivamente desde então.

O plano de assassinatos pretendia criar forte comoção nacional para que, em seguida, fosse criado um gabinete de crise, segundo apurado pelos investigadores. A ação contaria com o apoio de "kids pretos", como são chamados os militares das Forças Especiais do Exército Brasileiro.

PLANO. O "Punhal Verde e Amarelo" previa assassinatos e sequestros, além de utilizar codinomes como referência aos alvos. Moraes era a "professora", Lula, o "Jeca", e Alckmin, o "Joca". Uma quarta vítima, apelidada de "Juca", foi descrita pelo planejamento como "eminência parda do futuro governo", mas não chegou a ser identificada pela PF.

POSSE. Matos Soares foi um dos agentes da PF escalados para trabalhar durante a posse de Lula em 1.º de janeiro de 2023. A investigação apontou que o agente forneceu informações sobre o evento aos golpistas.

A PF também constatou que Matos Soares realizou o monitoramento de integrantes da equipe de segurança do presidente eleito. Em depoimento, ele afirmou que foi "convidado" a realizar a segurança do Palácio do Planalto e de Jair Bolsonaro caso o então mandatário "não entregasse a faixa presidencial".

Mensagens do agente interceptadas pela investigação da PF apontam que Matos Soares estava disposto a aderir à ruptura institucional tão logo houvesse a "canetada". "Eu e minha equipe estamos com todo equipamento pronto para ir ajudar a defender o palácio e o presidente (*Bolsonaro*). Basta a canetada sair", disse o policial federal em uma mensagem de texto. ●

Redes sociais

‘Ele não tem bens nos EUA?’, diz Musk ao sugerir sanções a Moraes

Dono do X e secretário de Trump repercute críticas feitas pelo ministro do STF a big techs; magistrado é alvo de ação nos EUA

RAISA TOLEDO

Dono da plataforma X (antigo Twitter) e secretário de Eficiência Governamental dos Estados Unidos, o empresário Elon Musk sugeriu ontem possíveis sanções ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Moraes é alvo de uma ação conjunta movida na Justiça dos Estados Unidos pela plataforma de vídeos Rumble e pela Trump Media, empresa do presidente Donald Trump, que atribui ao ministro violação da soberania americana por ter ordenado a suspensão da conta do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos na plataforma.

Em postagem no X, Musk respondeu a uma publicação do influenciador Mario Nawfal que reproduzia declaração de Moraes sobre big techs. Anteontem, durante aula magna na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), o ministro disse que as plataformas “não são enviadas de Deus” e fazem “lavagem cerebral” nos eleitores.

“Moraes não tem bens nos Estados Unidos?”, escreveu o dono do X. O blogueiro bolsonarista Paulo Figueiredo respondeu que sanções poderiam ser aplicadas ao magistrado brasileiro mesmo que ele não tenha propriedades em território americano.

“Uma vez que ele (*Moraes*) seja incluído na lista SND do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros, todas as instituições financeiras imediatamente fecham a conta bancária dele, inclusive no Brasil, para que não sejam alvo de sanções secundárias. O presidente Trump pode fazer isso a qualquer momento, a seu critério, através da Lei Magnitsky”, postou Figueiredo.

“Interessante”, respondeu Musk. Assim como Allan dos Santos, Figueiredo é investigado e está foragido nos EUA. Ele também é um dos 34 denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por tentativa de golpe de Estado.

SANÇÕES. A Lei Magnitsky, mencionada por Figueiredo, autoriza o presidente dos Estados Unidos a impor sanções econômicas e negar a entrada em território americano de pessoas acusadas de corrupção ou violação de direitos humanos. O dispositivo se aplica a pessoas que, no entendimento do presidente, sejam responsáveis “por execuções extrajudiciais, tortura ou outras violações graves dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos” ou, então, “um oficial de governo estrangeiro responsável por atos de corrupção significativa”.

Já a lista SND do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (no original em inglês Specially Designated Nationals and Blocked Persons List, da Office of Foreign Assets Control, ou Ofac), segundo o site da Ofac, contém indivíduos e entidades que têm seus ativos bloqueados. Cidadãos e empresas dos Estados Unidos são proibidos de fazer negócios com integrantes da lista.

EMBATE. A ação judicial conjunta contra Moraes tramita em um Tribunal de Justiça federal na Flórida. Na última sexta-feira, o ministro deu prazo de 48 horas para que a plataforma de vídeos indicasse um representante legal no País e regularizasse sua situação cadastral nos órgãos competentes, a exemplo da Junta Comercial – como determina a legislação.

Como a empresa não cumpriu a ordem judicial, a Rumble foi bloqueada no território nacional por tempo indeterminado, até que cumpra as decisões do magistrado e pague as multas aplicadas. “Chris Pavlovski (*CEO da Rumble*) confunde liberdade de expressão com uma inexistente liberdade de agressão, confunde deliberadamente censura com proibição constitucional ao discurso de ódio e de incitação a atos antidemocráticos”, escreveu Moraes.

No sábado, as empresas apresentaram ação contra o ministro do STF, alegando que suas decisões “violam a soberania americana”. Ontem, o pedido de liminar foi negado (*mais informações nesta página*). ●

> **Bloqueio**
> **A rede Rumble foi bloqueada por ordem judicial no País por tempo indeterminado**

Justiça americana nega pedido de liminar contra ministro do STF

A Justiça dos Estados Unidos rejeitou o pedido de liminar apresentado pela Rumble e pela Trump Media contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. A juíza Mary Scriven não chegou a analisar o mérito da ação, apontando que as determinações de Moraes não seriam aplicáveis nos EUA e que não teria havido, até o momento, nenhuma movimentação para forçar esse cumprimento em território norte-americano. A informação foi divulgada pela agência Reuters.

A Trump Media e a plataforma de vídeos Rumble acionaram a Justiça para impedir a aplicação das ordens de Moraes, sob o argumento de que elas violam a soberania dos EUA, além de ferirem a Constituição e as leis do país. As empresas afirmam ainda que Moraes violou a legislação americana ao ordenar à Rumble a suspensão da conta do blogueiro Allan dos Santos.

Scriven destacou que, até o momento, nenhuma medida foi adotada pelo governo brasileiro, pelo governo norte-americano ou por qualquer outra autoridade para garantir que determinações de Moraes sejam cumpridas nos Estados Unidos. No entanto, afirmou que, caso alguma iniciativa seja tomada nesse sentido, ela poderá agir em resposta.

A juíza escreveu que não foram formalizadas as notificações das ordens de Moraes, conforme a Convenção de Haia e o tratado de assistência jurídica entre Brasil e EUA preconizam. A magistrada afirmou também que falta documentação e há outros problemas formais no pedido das empresas. O mérito da ação ainda será analisado.

● ADRIANA VICTORINO

Operação Zelotes

Ação penal contra Mantega por lavagem de dinheiro é arquivada

FAUSTO MACEDO
RAYSSA MOTTA

A Justiça Federal declarou extinta a punibilidade do ex-ministro Guido Mantega, de 75 anos, na Operação Zelotes. A investigação foi deflagrada em 2017 pela Polícia Federal (PF) e mirou suspeita de esquema de propinas instalado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para beneficiar empreiteiras, bancos e montadoras autuados pela Receita Federal.

O juiz Antônio Cláudio Macedo da Silva, da 10.ª Vara Criminal Federal de Brasília, reconheceu a “prescrição da pretensão punitiva” pelo crime de lavagem de dinheiro atribuído a Mantega (Planejamento/Fazenda e presidente do BNDES nos primeiros governos Lula, entre 2003 e 2010). A ação penal foi arquivada.

A decisão acolhe parecer favorável do Ministério Público Federal, após um pedido da defesa do ex-ministro. “Trata-se do último processo-crime promovido contra o ministro, agora livre do calvário a que foi submetido nos últimos anos”, disse o criminalista José Roberto Batochio, que integra a equipe de defesa. Mantega sempre negou taxativamente ligação com o esquema que teria se instalado no Carf.

A prescrição penal se dá quando o Estado perde o poder de punir o réu pelo tempo decorrido. Esse prazo cai pela metade quando o acusado tem mais de 70 anos.

RODRIGUES POZZEBOM/AG. BRASIL–27/10/2015



Guido Mantega; ex-ministro está ‘livre do calvário’, disse defesa

ACUSAÇÃO. Na Operação Zelotes, a Procuradoria denunciou um grupo de 14 investigados, alguns por corrupção, outros por lavagem de dinheiro, caso de Mantega. A acusação foi formalizada em novembro de 2017 e o processo, iniciado em março de 2018.

O Carf é o “tribunal da Receita”, instância que julga recursos administrativos contra multas de natureza tributária. De acordo com a denúncia, o grupo favoreceu conglomerados empresariais e financeiros, derrubando autuações milionárias do Fisco.

A Zelotes voltou a ganhar destaque nos últimos dias. Uma decisão do juiz Antônio Macedo da Silva de novembro passado declarou falso um Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e abriu caminho para paralisações e anulações na operação (*mais informações nesta página*). ●

Para lembrar

Decisão de juiz abriu caminho para anulações

● **Relatório**
Como revelou a *Coluna do Estadão* nesta semana, o juiz Antônio Claudio Macedo da Silva, da 10.ª Vara Criminal Federal de Brasília, declarou falso relatório do Coaf que embasou a Operação Zelotes

● **Defesas**
O relatório serviu de base para o início de investigações da PF, para medidas cautelares como quebras de sigilo. Com a decisão, réus passaram a pressionar por anulações de processos

● **‘Envenenada’**
O argumento das defesas é inspirado na “teoria dos frutos da árvore envenenada” – a tese jurídica sustenta que, se houve um erro no início, tudo decorrente desse erro está comprometido e precisa ser descartado

JHSF RESIDENCES





SAIBA MAIS



OS EMPREENDIMENTOS
MAIS EXCLUSIVOS DA JHSF
COM RESIDÊNCIAS DISPONÍVEIS
TAMBÉM PARA LOCAÇÃO.





JHSF
SURPREENDENTE

+55 11 97202.3702 | +55 11 3702.2121

Eufrázio



A guerra de Putin

Ucrânia aceita acordo de minerais após EUA reduzirem exigências

Casa Branca abandona obrigação de receber US$ 500 bilhões em receitas da exploração dos recursos; texto faz referência à segurança, mas não especifica papel dos americanos

KIEV

Autoridades ucranianas aceitaram ontem o acordo de exploração conjunta de minerais raros com os EUA, depois que o governo americano abandonou a exigência de receber US$ 500 bilhões em receitas provenientes dos recursos. "O acordo foi concluído", afirmou o gabinete do presidente da Ucrânia, Volodmir Zelenski, ao jornal *Kyiv Independent*.

Segundo fontes do governo ucraniano, citadas pela agência France-Presse, Zelenski deve viajar amanhã a Washington para a cerimônia de assinatura do documento com Donald Trump. "Os americanos removeram todas as cláusulas que não nos convinham, em particular os US$ 500 bilhões que os EUA deveriam receber", disse um alto funcionário do governo ucraniano à AFP.

Trump exigia a assinatura do acordo com a Ucrânia para compensar os EUA pela ajuda militar e financeira já enviada nos últimos três anos. Até então, apesar da pressão, Zelenski havia rejeitado alguns termos e exigia garantias de segurança do governo americano. "A Ucrânia não está à venda", repetia Zelenski.

Segundo informações publicadas ontem pelos jornais *Financial Times* e *Ukrainska Pravda*, que tiveram acesso a uma cópia do documento, datado de 24 de fevereiro, o texto faz uma referência à segurança, mas não especifica o papel dos americanos.

"É uma cláusula geral que diz que os EUA investirão em uma Ucrânia soberana, estável e próspera, que os americanos trabalharão por uma paz duradoura e apoiarão os esforços para garantir a segurança do país", disse o alto funcionário ucraniano.

ISENÇÕES. O documento estabelece um fundo para o qual a Ucrânia contribuiria com 50% dos rendimentos da "futura monetização" de recursos minerais, incluindo petróleo e gás. O acordo, porém, exclui a exploração que já contribui para as receitas do governo ucraniano, o que significa que não envolveria as atividades da Naftogaz ou da Ukrnafta, as maiores produtoras de gás e petróleo da Ucrânia.

Segundo o *Financial Times*, o acordo já foi aprovado pelos ministros da Justiça, da Economia e das Relações Exteriores da Ucrânia. Em entrevista ao jornal britânico, a vice-premiê e ministra da Justiça da Ucrânia, Olha Stefanishyna, afirmou que o tratado é apenas uma das ações para aproximar os dois países. "Ouvimos várias vezes do governo americano que o acordo faz parte de um quadro maior", disse.

Encontro
Presidente ucraniano deve viajar a Washington amanhã para a assinatura do acordo com Trump

VINCENT MUNDY/BLOOMBERG



Exploração de minério de ferro na região de Poltava, na Ucrânia

OFERTA. Ontem, o Kremlin também se movimentou para ganhar a atenção dos americanos, oferecendo a exploração conjunta de suas próprias reservas minerais. Na segunda-feira, o presidente russo, Vladimir Putin, chegou a oferecer aos americanos direitos de exploração lucrativos, incluindo em regiões anexadas que pertencem à Ucrânia.

Na ocasião, Putin também minimizou o acordo de minerais entre EUA e Ucrânia, afirmando que a Rússia detém reservas de metais e terras raras em uma ordem de grandeza superior à dos ucranianos. Ele também citou a exploração de alumínio na Sibéria, que poderia, segundo ele, suprir a demanda americana.

Em Moscou, o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, afirmou ontem que a Rússia tem muito potencial para a exploração de terras raras – minerais fundamentais para o setor de Defesa e indústrias de alta tecnologia. "Quando chegar a hora de demonstrar vontade política para isso, estaremos abertos", disse. "Quanto aos novos territórios (*anexados pelos russos*), estamos prontos para atrair parceiros para projetos nas regiões históricas que retornaram à Rússia." ● NYT, AP e AFP

Xi Jinping diz a Putin que China e Rússia 'não podem ser afastadas'

China e Rússia "não podem ser afastadas uma da outra", disse o presidente chinês, Xi Jinping, em telefonema ao russo Vladimir Putin. A conversa foi a primeira ligação entre os dois desde que Donald Trump mudou a direção da política externa dos EUA, se aproximando de Moscou.

Segundo relato do governo chinês, a iniciativa do telefonema partiu de Putin e enviaram a mensagem de que as relações entre os dois países não serão abaladas pela proximidade entre Washington e o Kremlin, após questionamentos de que Trump poderia provocar uma cisão entre China e Rússia.

"O vínculo entre os dois países não está sujeito a influências externas e não é dirigido contra ninguém", disse o Kremlin. "As estratégias de desenvolvimento e as políticas externas de China e Rússia são de longo prazo e não são influenciadas pelos outros", afirmou Xi. ● AFP

Rússia contradiz Trump e rejeita presença de tropas de paz da Europa

MOSCOU

A Rússia contestou ontem a informação de que aceitará o envio de forças de paz europeias para a Ucrânia como parte de um acordo para o fim do conflito, contradizendo as declarações do presidente americano, Donald Trump, de que o líder russo, Vladimir Putin, já havia aceitado a ideia.

Países europeus, como França e Reino Unido, têm discutido o envio de forças de manutenção de paz para a Ucrânia, para garantir a segurança do país e o cumprimento de um eventual acordo para acabar com a guerra.

"Sim, ele aceitará", disse Trump, na segunda-feira, após encontro com o presidente francês, Emmanuel Macron, em que discutiram o envolvimento de forças de paz na região. "Eu fiz essa pergunta a ele (*Putin*). Ele não está procurando por mais guerra."

No entanto, ao ser questionado ontem sobre a declaração de Trump, o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, não confirmou a informação, indicando que a Rússia se opõe à ideia. "Há uma posição sobre esse assunto que já foi expressa pelo chanceler da Rússia, (*Serguei*) Lavrov. Não tenho nada a acrescentar e nada a comentar. Deixo isso sem comentários", afirmou Peskov.

Os comentários do porta-voz do Kremlin são uma referência à fala do de Lavrov, na semana passada, após uma reunião com representantes dos EUA na Arábia Saudita. "O envio de tropas da Otan sob uma bandeira diferente, sob a bandeira da União Europeia ou sob bandeiras nacionais, não muda nada. É claro que é inaceitável para nós", declarou o chanceler russo, na ocasião.

RECUO. A divergência enfraquece o trabalho de Trump por um acordo de paz rápido na Ucrânia, apesar de seus esforços diplomáticos, incluindo as conversas da semana passada e uma notável distensão na retórica entre Washington e Moscou.

A rejeição do Kremlin à presença de forças ocidentais na Ucrânia, segundo análise do jornal britânico *Guardian*, poderia representar um grande teste para a equipe de negociadores dos EUA, que terão de gerenciar uma repreensão pública de Moscou. Ao mesmo tempo, a divergência expõe a limitada influência de Washington sobre o presidente russo. ● AFP e NYT

Realidade
Divergência enfraquece esforço de Trump por um acordo de paz rápido pelo fim da guerra na Ucrânia



Andrés Oppenheimer

Trump é imprevisível ou improvisa?

O enviado para as Américas do governo Trump pode ser acusado de várias coisas, mas de ser tímido em suas declarações públicas não é uma delas. Mauricio Claver-Carone, de 49 anos, nascido em Miami, filho de pais cubanos e ex-assessor da Casa Branca para assuntos latino-americanos no primeiro mandato de Trump, me fez erguer as sobrancelhas durante entrevista na semana passada.

Quando perguntei sobre o desmantelamento da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), ele sugeriu que o governo não apenas revisasse seus programas de ajuda externa, mas também suas contribuições para organizações regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Claver-Carone, que foi presidente do BID por dois anos, me disse que ele "é uma farsa".

Quando questionado a respeito do México, Claver-Carone fez elogios surpreendentes à presidente esquerdista Claudia Sheinbaum. Falando da ameaça de Trump de impor uma tarifa de 25% ao México, que Trump justificou, em parte, alegando que há uma "aliança intolerável" entre o governo mexicano e os cartéis de drogas, Claver-Carone disse que Sheinbaum "mostrou ser uma grande líder" e sua cooperação na questão da imigração foi "extraordinária".

> *Palavras duras do governo Trump em contraste a gestos afáveis sinalizam o caos na Casa Branca*

As palavras excepcionalmente gentis de Claver-Carone para Sheinbaum me levam a pensar que Trump talvez esteja preparando o terreno para adiar novamente a aplicação de suas tarifas ao México. Trump disse que elas entrarão em vigor no início de março, a menos que o México aumente sua cooperação em questões de imigração e combate às drogas.

ESTRATÉGIA. Segundo Claver-Carone, a estratégia do presidente americano é ser "imprevisível" e incutir medo em seus adversários. "A pior coisa que pode acontecer é ser previsível", disse. "Ser previsível ajuda outros jogadores a antecipar suas jogadas e fazer seus movimentos."

Depois da entrevista, não pude deixar de me perguntar se o governo Trump é deliberadamente imprevisível ou simplesmente finge sê-lo, para encobrir suas políticas erráticas. As declarações duras e contraditórias do secretário de Estado americano, Marco Rubio, sobre a Venezuela e as fotos do enviado de Trump Richard Grenell apertando a mão de Nicolás Maduro, em Caracas, me fazem suspeitar que o caos reina na Casa Branca. Mas este segundo governo está apenas começando. Em breve, saberemos melhor se sua característica mais notável é a imprevisibilidade ou a improvisação. ● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

É COLUNISTA DO 'MIAMI HERALD', APRESENTADOR DO PROGRAMA 'OPPENHEIMER APRESENTA' NA CNN EM ESPANHOL

SEG. Oliver Stuenkel (quinzenalmente) ● QUA. Andrés Oppenheimer ● SÁB. Fareed Zakaria ● DOM. Lourival Sant'Anna

LEILÃO DE MATERIAIS
ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES

27/02
15H00
SOMENTE ONLINE
É AMANHÃ!













SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

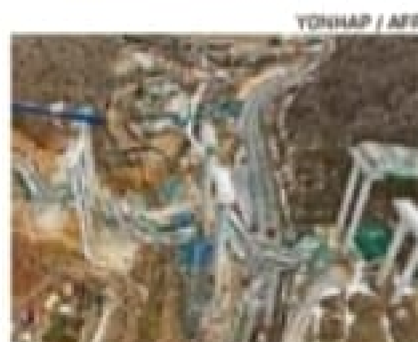
Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607

Coreia do Sul

Ponte em construção desaba e deixa 4 mortos

Quatro pessoas morreram e seis ficaram feridas após uma ponte desabar em uma rodovia em construção na cidade de Anseong, na Coreia do Sul. A Hyundai Engineering, principal contratante do projeto, pediu desculpas e disse que estava ajudando nas investigações. ●

YONHAP / AFP



Chile

Apagão deixa 19 milhões de pessoas sem energia

O Chile sofreu ontem seu pior apagão dos últimos 15 anos, provocado por uma falha no sistema elétrico. Serviços públicos em 14 das 16 regiões do país, como hospitais e metrôs, ficaram paralisados. Cerca de 19 milhões de pessoas foram afetadas. O governo decretou emergência e toque de recolher. ●

Segurança

Primeiro-ministro britânico ampliará gastos com Defesa

Keir Starmer anuncia que aumento chegará a 2,5% do PIB, em 2027, e a 3%, até 2034; dinheiro virá de corte da ajuda internacional

LONDRES

O premiê do Reino Unido, Keir Starmer, disse ontem que cortará a ajuda internacional para aumentar os gastos com Defesa para 2,5% do PIB. O anúncio ocorre no momento em que a Europa discute aumentar sua autonomia militar e reduzir sua dependência dos EUA, em meio ao afastamento do presidente Donald Trump.

Starmer afirmou no Parlamento que aumentará os gastos com Defesa para 2,5% do PIB até 2027, e para 3% até 2034. O anúncio envia um sinal para Trump antes do encontro entre os dois, amanhã, na Casa Branca. Ele já tinha prometido ampliar as despesas com Defesa para 2,5% do PIB – atualmente os gastos estão em 2,3% –, mas Starmer não tinha divulgado datas. "Um desafio geracional exige uma resposta geracional", disse Starmer, para justificar o aumento.

Ontem, ele afirmou que a mudança será viabilizada por cortes na ajuda externa, que passará de 0,5% do PIB para 0,3%.

> ***"Devemos mudar nossa posição sobre segurança nacional. Um desafio geracional exige uma resposta geracional"***
> **Keir Starmer**
> **Primeiro-ministro do Reino Unido**

Starmer lamentou a redução, mas insistiu na necessidade da mudança orçamentária. "Em momentos como este, a defesa e a segurança dos britânicos devem estar sempre em primeiro lugar", afirmou.

Fontes do Exército britânico afirmaram ao jornal *Guardian* que o aumento para 2,5% do PIB não será suficiente para reconstruir Forças Armadas. Para eles, o incremento deveria ser de pelo menos 3% do PIB.

O corte de ajuda internacional é o segundo em cinco anos no Reino Unido. O ex-premiê Boris Johnson também promoveu uma redução no setor.

CRÍTICAS. No anúncio de ontem, Starmer indicou que a medida era temporária, devido ao cenário de segurança no mundo. A presidente do comitê de desenvolvimento internacional do Parlamento, Sarah Champion, pediu que o primeiro-ministro repensasse a decisão. "Cortar o orçamento de ajuda para financiar despesas de Defesa é uma falsa economia que apenas tornará o mundo menos seguro", afirmou Sarah. ● NYT

Cortes no governo

Trump apoia exigências de Musk a servidores

WASHINGTON

O presidente americano, Donald Trump, endossou ontem a exigência de Elon Musk para que servidores federais prestem contas de suas tarefas semanais por e-mail para evitar demissão. Mesmo após o prazo inicial para resposta ter se encerrado na segunda-feira, ainda havia confusão sobre o e-mail, enviado pelo Escritório de Gestão de Pessoal com a pergunta: "O que você fez na última semana?"

Em postagem no X, Musk – que comanda o Departamento de Eficiência Governamental (Doge), responsável por cortar gastos do governo – disse que os funcionários federais teriam outra chance de responder. "A falha em responder uma segunda vez resultará em demissão", escreveu.

A postagem entrou em contradição com as orientações de algumas agências federais – chefiadas por pessoas nomeadas por Trump. O temor é que muitos agentes trabalham infiltrados ou com informações sensíveis, que seriam reveladas na descrição de tarefas.

O diretor do FBI, Kash Patel, disse aos servidores que eles não deveriam responder ao e-mail e garantiu que apenas o FBI lida com suas questões de pessoal. O Departamento de Defesa também afirmou aos seus funcionários para "ignorar qualquer resposta", adicionando que era responsável pela revisão de desempenho.

INTERVENÇÃO. Diante do caos causado pelas informações desencontradas, Trump manifestou apoio a Musk. Ontem, o presidente foi questionado sobre a ordem. "Se você não responder, eu acho que está demitido", disse Trump. "Se você não responder, haverá uma punição."

As declarações foram mais diretas do que as do dia anterior, quando Trump havia respondido que quem não enviasse o e-mail estaria "meio que demitido". ● WP e NYT

CLASSIFICADOS JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar:
(11) 3855-2001

OPORTUNIDADES

LEILÕES

LEILÃO DE PEDRAS PRECIOSAS
Dia 26 de Fevereiro de 2025 às 19:30 horas. 209 Lotes de Belíssimas Pedras Preciosas. Mais informações: (11) 99184-8731 ou www.camaleadeleiloes.com.br Leiloeiro Oficial Gabriel Rota Gota Guimarães - JUCESP nº 1438.

RELAX / ACOMPANHANTES

MASSAGEM Q.VIRA SEXO!!!
Nana (11)98398-1091 - LAPA

IMÓVEIS SÃO PAULO

Vendem-se

CASAS

ZONA OESTE

PINHEIROS
Ocasião !!!. Vendo sobrado, na Rua: Hermes Fontes nº 164, com excelentes acomodações. Terreno 10x25. Garagem para 5 carros. Vale a pena ser visto !!!! Tratar com Pakas Adm. Imobiliária.
(11) 3032-6555

negocios & oportunidades
Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos
Dicas para fazer um bom negócio

✓Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor

✓Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida

✓O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo

✓Forneça seus dados apenas pessoalmente

✓Faça a transação apenas pessoalmente

✓Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios

✓Não adiante nenhum valor

PESTANA LEILÕES
Santander
11/03/25 - 10h
Terça | Eletrônico

LEILÃO - 118 IMÓVEIS RESIDENCIAIS

Apartamento em Campinas/SP
Rua Dr. Antonio Da Costa Carvalho, 577
Apto 81, c/2 vagas de garagem - Box 01 Box 02. Condominio Edifício Saint Martin
Área privativa: 214,00m²
Lance inicial: R$ 1.100.000,00

Casa em Suzano/SP
Rua Inglaterra, 479, Chacara Recreio Internacional. C/ vaga de garagem
Área terreno: 100,00 m²
Área construída: 141 m²
Lance inicial: R$ 377.000,00

Excelentes oportunidades em todo o Brasil - Acesse nosso site e confira

COND. DE PGTO: À vista | Financiamento a partir de 20% de entrada e saldo em até 420 meses | Comissão de 5% à Leiloeira. | Edital completo, descrição e fotos dos imóveis no site

Liliamar Pestana Gomes - Leiloeira Oficial | JUCISRS 168/00 | 51 3535.1000 | pestanaleiloes.com.br

Inscrições gratuitas e informações:
Tel. 3003-2433
(O custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

site www.ciee.org.br ou na unidade CIEE mais próxima, informando o código da vaga.

PODCAST
Estadão Analisa
com Carlos Andreazza

Uma das principais vozes da análise política brasileira está no podcast 'Estadão Analisa'.

Com um texto irreverente e críticas contundentes, Andreazza tem um encontro marcado com você nas manhãs para um papo intimista, em que analisa temas do momento a partir do discurso de figuras centrais da política e da economia.

O Estadão Analisa vai ao ar de segunda a sexta-feira, às 7h.

Assista AO VIVO pelo canal do Estadão no Youtube.

Estadão Analisa com Carlos Andreazza
DE SEGUNDA A SEXTA 7h DA MANHÃ

Ou ouça depois nas principais plataformas de áudio e vídeo do Estadão.

ESTADÃO

Crime organizado

Operação mira 2 fintechs por lavagem de dinheiro do PCC

MP e PF apontam que empresas usavam contas de 'laranjas' para movimentar valores; uma delas tem como sócio policial que foi preso

RAYSSA MOTTA
FAUSTO MACEDO
MARCELO GODOY

A Polícia Federal (PF) e o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) deram início ontem à Operação Hydra, que mira um esquema de lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) por meio de fintechs. Um dos alvos da operação é o policial civil Cyllas Salerno Elia Júnior, que teve prisão preventiva decretada pela Justiça. Ele está afastado do cargo de policial e é sócio de uma das fintechs investigadas.

Os agentes federais também realizaram buscas em dez endereços ligados aos investigados na capital paulista e nas cidades de Santo André e São Bernardo do Campo, no ABC. Foram apreendidos armas, computadores, carros de luxo e dinheiro em espécie.

A investigação que levou a PF e o MP-SP a deflagrarem a operação teve como ponto de partida a delação premiada do empresário Antônio Vinicius Lopes Gritzbach, assassinado a tiros de fuzil no aeroporto de Guarulhos em novembro do ano passado. Três policiais militares foram presos como suspeitos de executar o crime, além de outros 14 PMs, que prestavam serviço de segurança para Gritzbach.

As empresas investigadas na Operação Hydra são a 2Go Instituição de Pagamento LTDA, da qual Salerno é sócio, e a Invbank Solução de Pagamentos. Segundo a investigação, as fintechs dirigiam depósitos para contas de "laranjas" controladas por elas mesmas e, depois, transferiam o dinheiro para a compra de imóveis e outros bens ou para contas no exterior, dificultando a fiscalização por órgãos de controle, como o Banco Central e a Receita Federal. Relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) detectaram movimentações suspeitas envolvendo as fintechs.

Promotores do Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), braço do MP-SP, afirmam na representação que deu origem à operação que "empresas que oferecem serviços financeiros de forma alternativa às instituições bancárias tradicionais estavam movimentando valores ilícitos, através de sofisticados métodos de engenharia financeira para dissimular sua procedência e beneficiários reais".

Ligação com terrorismo
Banco identificou transações de fintech com contas digitais que, segundo Israel, financiam terrorismo

REPRODUÇÃO/POLÍCIA FEDERAL



Foram apreendidos carros de luxo e dinheiro em espécie nas buscas

Não é a primeira vez que o policial Salerno entra na mira da PF. Ele já havia sido preso preventivamente em novembro, na Operação Dólar Taipan, mas conseguiu um habeas corpus no mês seguinte.

O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, afirmou ontem que a soltura dele demonstra falta de compreensão sobre o patamar alcançado pelo crime organizado. "Nas estruturas do sistema de Justiça, em tribunais superiores, às vezes se tem uma interpretação onde tratam alguém ligado a um crime organizado, a organização criminosa, como um crime comum, sendo que não é", afirmou. "Eu não estou falando aqui de endurecimento (*da legislação*), mas de aplicação."

Em depoimento à Corregedoria da Polícia Civil, uma semana antes de ser assassinado, Gritzbach afirmou que a fintech 2Go teria lavado R$ 6 bilhões para o PCC. Também declarou que Salerno teria negócios com Rafael Maeda, o Japa, e Anselmo Santa Fausta, o Cara Preta, ambos integrantes do PCC já mortos.

O **Estadão** tentou, sem sucesso, contato com as defesas das fintechs e de Salerno.

LARANJAS. O MP-SP identificou uma rede de laranjas e operadores que teriam sido usados pelas duas fintechs para lavar dinheiro do PCC. "As referidas fintechs servem para dissimular e integrar recursos ilícitos na economia formal. Demonstrou-se que o capital que movimentam tem vínculo direto com pessoas físicas sem capacidade financeira lícita e com pessoas jurídicas de fachada, que sequer possuem local comercial e são registradas em nome de laranjas ou testas-de-ferro", diz um trecho da representação do MP-SP.

Ao se debruçar sobre as movimentações financeiras das empresas, as autoridades identificaram vultosas transações em nome desses laranjas. Um deles é o servente de pedreiro Josenilson Urbano, que consta como dono de uma empresa, a Crédito Urbano, que enviou milhões à Invbank.

> ***"As referidas fintechs servem para dissimular e integrar recursos ilícitos na economia formal. Demonstrou-se que o capital que movimentam tem vínculo direto com pessoas físicas sem capacidade financeira lícita e com pessoas jurídicas de fachada, que sequer possuem local comercial"***
> **Trecho de representação do MP que deu origem à operação**

As movimentações da 2Go também revelaram ligações com pessoas e empresas suspeitas. Em 2024, a fintech recebeu R$ 5 milhões da MRB Intermediação e Negócios Digitais LTDA. O endereço registrado da empresa, em Sinop, Mato Grosso, não tem atividades comerciais. A MRB recebeu, por sua vez, R$ 31,8 milhões da 4TPag, de Matie Obam, uma jovem de 23 anos dona de oito empresas, muitas delas sediadas no Tocantins, que movimentaram mais de R$ 500 milhões. Matie é investigada por lavagem de dinheiro, financiamento e custeio de tráfico de drogas. Entre os destinatários do dinheiro da MRB estão a Upcambio Serviços Digitais LTDA, criada em 2019 por Bruno da Silva, preso em uma operação conjunta da PF e da Receita Federal contra fraudes em criptomoedas.

A 2Go ainda recebeu R$ 7,7 milhões da AR Intermediações, empresa de Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo, que também não tem atividades comerciais no endereço registrado. A AR recebeu R$ 21,3 milhões da Adega Garagem, empresa em nome de Mauricio Walter de Cordeiro. Segundo o MP, Cordeiro recebeu em 2020 o auxílio emergencial pago pelo governo federal na pandemia de covid-19, ou seja, não teria capacidade financeiras para essas movimentações.

"Trata-se de modus operandi típico de operadores financeiros incumbidos de lavar dinheiro ilícito: o responsável pela operação recebe o dinheiro, distribui-o entre diversas pessoas e, em contrapartida, tais pessoas direcionam os montantes recebidos para outras, a mando do operador, ou devolvem uma parte para a origem."

TERRORISTAS. As transações da 2Go envolveram ainda réus em processos criminais, inclusive por roubo. Em sua teia de relacionamentos suspeitos, há até grupos terroristas, com quem teria negociado por meio de criptomoedas.

O MP-SP tomou conhecimento de um comunicado do Ministério da Defesa de Israel sobre a existência de carteiras de ativos digitais e contas digitais que "seriam operacionalizadas para movimentação de criptomoedas com fins de perpetração de crimes de terrorismo". A 2Go teria ligação com as contas. A conexão foi descoberta após o Banco Topázio identificar transações entre a fintech, que é sua cliente, e as carteiras digitais (wallets) listadas no comunicado do ministério israelense. O banco não é investigado, colabora com o inquérito e notificou as autoridades.

Os promotores do Gaeco afirmam que a ligação demonstra "como a empresa proporciona condições apropriadas para a movimentação dos recursos das mais variadas origens ilícitas". ●

'Facção está montando instituições financeiras'

O promotor de Justiça Lincoln Gakiya, que investiga o PCC há 20 anos e foi um dos responsáveis pela Operação Hydra, alerta que a facção sofisticou sua engenharia financeira e opera hoje em um novo patamar de lavagem de dinheiro. A Hydra é a 2.ª ofensiva do tipo contra o PCC. Em agosto do ano passado, a Operação Concierge avançou sobre bancos digitais usados pela organização.

Quando o PCC foi criado, na década de 1990, enterrava dinheiro em casas-cofre. Com o tempo, passou a recorrer a doleiros para lavar o lucro do tráfico de drogas. Mais recentemente, empresas de fachada foram abertas em nome de laranjas para despistar os órgãos de investigação. Hoje, segundo o promotor, os criminosos do PCC estão operando no mercado financeiro formal. "Melhor do que você ter laranjas para poder lavar o seu dinheiro ou montar uma empresa de fachada, é você ter o seu próprio banco", disse Gakyia. O diagnóstico do promotor é o de que a desburocratização do setor do sistema de bancos e pagamentos digitais facilita a lavagem de capitais. Há casos de fintechs que passam a operar como bancos, segundo Gakyia, emprestando dinheiro, gerando cartões de crédito e oportunidades de fundo de aplicação. ●

Eufrázio

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : CRIMINALIDADE

Placas ao redor do Ibirapuera alertam sobre risco de roubo de celular

TABA BENEDICTO/ESTADÃO



Segundo morador, sensação de quem reside do bairro é de que os casos de roubo seguem em alta

Moradores colocaram 8 avisos na região; SSP diz que dados mostram redução de crimes e reforça que é preciso registrar B.O.

ÍTALO LO RE

Moradores do Jardim Lusitânia, na zona sul de São Paulo, instalaram placas para alertar frequentadores do Parque do Ibirapuera sobre a recorrência de roubos em alguns pontos do bairro. Foram colocados oito avisos em diferentes vias, como na Rua Macau, que chega ao portão 6 do parque. Outra placa foi colocada na Rua dos Açores, em frente a uma guarita de segurança. A previsão é que apareçam mais duas nos próximos dias.

Como mostrou o **Estadão**, casos de roubo e furto, cometidos especialmente por criminosos de moto, têm preocupado moradores da região e frequentadores do Ibirapuera. Chamam atenção as ocorrências não só no Jardim Lusitânia, mas também perto do Museu de Arte Contemporânea (MAC), na Vila Mariana, como mostrou o Radar da Criminalidade, ferramenta desenvolvida com exclusividade pelo **Estadão** que mostra dados oficiais de registros de crimes em determinada região.

Procurada, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (SSP) afirmou, em nota, que as forças de segurança têm intensificado as ações de combate a crimes realizados com o uso de motocicletas, com operações especiais das Polícias Civil e Militar. "Na região, houve redução de 9,8% nos roubos gerais na 2.ª Delegacia Seccional em 2024, em comparação com 2023", disse a pasta.

'ALTO ÍNDICE DE ROUBO'. As placas, instaladas em cavaletes, trazem um aviso de "atenção!" em vermelho e, logo abaixo, o alerta: "região de alto índice de roubo de celulares". A ideia é que moradores de diferentes ruas recolham esses avisos de noite e voltem a colocá-los pela manhã. "É uma maneira de chamar atenção a qualquer custo para que seja feita alguma coisa", disse ao **Estadão** o morador de 61 anos que encabeçou a iniciativa. Há 30 anos no Jardim Lusitânia, o homem, que é empresário, preferiu não se identificar.

> ***"A gente sabe que alguns moradores não gostam (da colocação das placas), acham que vai desvalorizar a região, mas está insustentável (...) Sábado (22), enquanto colocávamos a primeira placa, na Rua Macau, ouvimos uma senhora gritando porque tinha acabado de acontecer um assalto"***
> **Morador do Jd. Lusitânia que encabeçou a iniciativa**

"A gente sabe que alguns moradores não gostam (*desse tipo de iniciativa*), acham que vai desvalorizar a região, mas está insustentável", disse. "Sábado (22), enquanto colocávamos a primeira placa, na Rua Macau, ouvimos uma senhora gritando porque tinha acabado de acontecer um assalto."

O Radar da Criminalidade indica que nos arredores da Rua Macau foram registrados 5 crimes entre os mapeados pela ferramenta (latrocínio, sequestro e roubo/furto de celular e veículos) em dezembro de 2024, redução de 37,5% ante o mesmo mês de 2023. A principal incidência foi de roubo de celular, com dois casos.

Já no 36.º Distrito Policial (Vila Mariana), responsável pela área, foram contabilizados 91 crimes, com o furto de celular no topo da lista de casos (45). Trata-se de uma diminuição de 16% em relação ao mesmo período do ano passado.

Para o empresário que encabeçou a iniciativa das placas, apesar de os indicadores mais recentes mostrarem uma possível melhora no fim do ano passado, a sensação de quem reside do bairro é de que os casos seguem em alta por ali, com destaque para o começo deste ano.

Imagens de câmeras de segurança obtidas pelo **Estadão** mostram dois homens em uma moto assaltando três jovens pouco antes das 7h em 9 de fevereiro na Rua Nun'Álvares, a poucas quadras do Parque do Ibirapuera.

REGISTRO DE OCORRÊNCIAS. A SSP reforçou a importância do registro de ocorrências para subsidiar investigações. "Quando os crimes são registrados, seja em unidades territoriais ou pela Delegacia Eletrônica, os boletins de ocorrência são encaminhados ao setor de investigação, que analisa imagens de câmeras de segurança e realiza diligências para identificar os responsáveis." ●

COLUNA SECOVI SP
A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO
Jornalista Responsável: Silvia Carneiro - MTB 19.444 | Ano 42 Nº 2.221 - 26 de fevereiro de 2025 | secovi.com.br

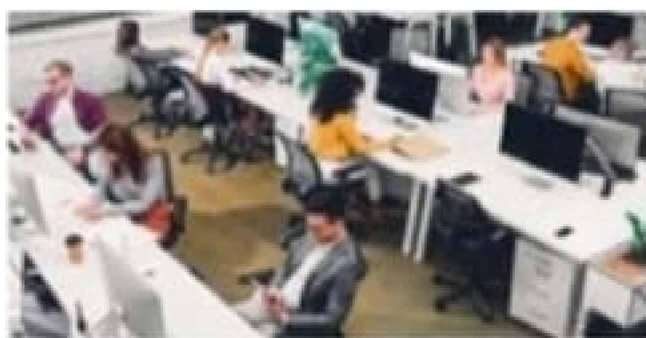
Locação de escritórios tem bom ano e segue crescendo neste início de 2025

A Pesquisa e Análise do Mercado de Locação de Escritórios, divulgada trimestralmente e realizada pelo Secovi-SP em parceria com a CBRE, mostra que, na cidade de São Paulo, o setor encerrou 2024 com o segundo maior volume anual de absorção bruta da história e uma absorção líquida 90% superior ao ano anterior. O levantamento, que abrange 9,3 milhões de m² de área locável na capital paulista, está disponível em www.secovi.com.br.

No 4º trimestre de 2024, em particular, o volume de novas locações atingiu 259 mil m², um aumento de 13,4% em relação ao mesmo período de 2023, marcando o maior volume trimestral de absorção bruta dos últimos 5 anos.

"A aceleração das novas locações e o novo estoque controlado contribuíram para a queda contínua da taxa de vacância, que reduziu 2,0 pontos percentuais no mercado geral e 4,6% no mercado Triple A nos últimos 12 meses", afirma Adriano Sartori, vice-presidente de Gestão Patrimonial e Locação do Secovi-SP e também presidente da CBRE.

A tendência da volta ao trabalho presencial, tema que vem sendo mundialmente discutido, influencia os resultados. Diversos fatores têm levado muitas organizações a trazer de volta seus colaboradores. Dentre eles, assimilação da cultura da empresa, produtividade, desempenho e desenvolvimento de talentos. Se não houver grandes reveses no cenário econômico, tudo indica que a demanda deve crescer este ano, até porque funcionários em regime híbrido também precisam de espaço quando de sua permanência no escritório.



Tendência mundial de retorno ao trabalho presencial deve impulsionar a demanda



Investigação

Exército expulsa 6 militares por tortura

O Exército Brasileiro expulsou seis militares investigados por agredir e torturar um soldado nas dependências de um quartel em Pirassununga, no interior de São Paulo. O caso ocorreu em 16 de janeiro, no 13.º Regimento de Cavalaria Mecanizado, unidade militar na qual todos os envolvidos serviam. Desde o dia 24 de janeiro, a vítima está afastada das funções para tratamento psicológico e psiquiátrico.

Em nota, o Exército disse que um Inquérito Policial Militar (IPM) foi aberto, concluído e já remetido para a Justiça Militar da União (JMU). E afirmou que os investigados vão responder como civis ao processo judicial. "Os militares envolvidos no fato já foram expulsos das fileiras do Exército Brasileiro", informou a Força, via Comando Militar do Sudeste. "O Exército Brasileiro repudia, veementemente, a prática de maus tratos ou qualquer ato que viole os direitos fundamentais do cidadão."

Os investigados foram identificados como sendo os soldados Bonifácio, Felipe, Jonas, Gião, Souza Fontes e o cabo Douglas. As defesas dos suspeitos não foram localizadas.

Pablo Canhadas, advogado que representa o militar agredido, diz que os cinco soldados e o cabo seguraram a vítima, que foi obrigada a deitar de bruços e agredida na região dos glúteos, nas coxas e cotovelos com um cabo de vassoura, que chegou a se quebrar durante as agressões. ● CAIO POSSATI

Violência

Ladrões matam homem em ponto de ônibus

Segundo testemunhas, dupla chegou em moto para fazer um 'arrastão' no ponto, na Rodovia Raposo Tavares, no Butantã

JOSÉ MARIA TOMAZELA

Um homem de 46 anos foi morto a tiros durante uma tentativa de roubo em um ponto de ônibus na Rodovia Raposo Tavares, na zona oeste de São Paulo. A ação criminosa aconteceu na manhã de ontem na altura do km 17,8 da rodovia, no Jardim Boa Vista, região do Butantã. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP), a vítima, o haitiano Ariol Elvariste, foi atingido no tórax e morreu no local.

De acordo com testemunhas, dois assaltantes chegaram ao ponto de ônibus em uma moto vermelha. Elas descrevem a abordagem como um arrastão, já que os ladrões tentaram roubar várias pessoas que estavam no local. Os suspeitos atiraram na vítima e fugiram em seguida. A Polícia Militar foi acionada e iniciou buscas pela região. O caso foi registrado como latrocínio 75.º Distrito Policial (Butantã). Até a noite de ontem, nenhum suspeito havia sido preso.

O **Estadão** apurou que Elvariste trabalhava como auxiliar de produção em uma empresa de revestimentos metálicos na Vila Menck, em Osasco, na Grande São Paulo, e deixa dois filhos menores de idade. Ele também era morador de Osasco e esperava a condução para o trabalho. Segundo testemunhas, ele não reagiu, mas teria demorado a atender os ladrões, que queriam seu celular, por isso foi baleado. O Samu chegou a ser acionado, mas a equipe constatou a morte da vítima ao chegar no local.

Não reagiu

Auxiliar de produção teria sido baleado após demorar para entregar celular à dupla, dizem testemunhas

REPRODUÇÃO/TV GLOBO



Samu foi acionado, mas constatou morte da vítima no local

A Secretaria da Segurança Pública do Estado (SSP) diz que a Polícia Civil investiga o caso como latrocínio (assalto seguido de morte). Em 2024, o total de crimes desse tipo na capital paulista cresceu 23,2% em relação a 2023.

LATROCÍNIOS. O caso mais recente noticiado ocorreu em 13 de fevereiro, quando o ciclista Vitor Medrado, de 46 anos, foi morto com um tiro ao lado do Parque do Povo, no Itaim Bibi, zona oeste, por uma dupla que levou seu celular.

No fim de janeiro, um jovem de 23 anos foi morto pelos ladrões na frente do namorado em Pinheiros. No mesmo mês, o delegado Josenildo Belarmino, de 32 anos, foi morto durante um assalto na Chácara Santo Antônio, perto do Consulado Americano, na zona sul. ●

Policial civil flagra assalto e mata suspeito no Guarujá

Um homem de 21 anos foi morto após tentar roubar uma mulher na Avenida Leomil, no Guarujá, litoral de São Paulo, na manhã de segunda-feira.

Segundo a SSP, um policial civil que presenciou a ação reagiu e atirou duas vezes contra o suspeito, que tentou fugir na garupa de uma motocicleta, mas caiu momentos depois. O condutor da moto conseguiu escapar. O Samu foi acionado e constatou o óbito no local. Ainda segundo a SSP, a arma do policial foi apreendida para perícia.

Com o suspeito, diz a pasta, havia R$ 1.470, além de uma corrente, que foi devolvida à vítima. O caso foi registrado como roubo, morte decorrente de intervenção policial e legítima defesa. ● RENATA OKUMURA

Em Guarulhos

Voo do Rio para SP faz pouso de emergência

Um voo da companhia aérea Gol que partiu do Rio de Janeiro com destino ao aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo, precisou desviar sua rota e pousar no aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, na região metropolitana da capital. A mudança aconteceu após a aeronave ativar um plano de emergência.

"O Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, informa que, em decorrência da necessidade de um pouso de emergência, foi ativado o plano de emergência, com acompanhamento da chegada da aeronave. Nenhuma ação extraordinária foi necessária. Para mais informações, procurar a companhia aérea", disse a concessionária GRU Airport.

Em nota, a Gol informou que "durante o trajeto do voo G3 1033, entre o (*aeroporto*) Santos Dumont (SDU) e Congonhas (CGH), na tarde desta segunda-feira (24), a aeronave apresentou problemas técnicos e o voo foi alternado para Guarulhos (GRU), onde pousou normalmente, sem qualquer intercorrência".

O tipo de problema técnico enfrentado pela aeronave não foi informado pela companhia aérea. "Todos os clientes desembarcaram no aeroporto da Grande São Paulo e receberam as facilidades previstas pela Resolução 400 da Anac. A GOL reforça que todos os procedimentos foram realizados com foco na Segurança, valor número 1 da Companhia", diz a nota.

No site de monitoramento de voos Flight Radar, é possível ver que o avião, um Boeing 737-8EH, chegou a sobrevoar Congonhas, mas em seguida se direcionou para Guarulhos. O voo total durou 47 minutos.

VOO DA AZUL. Situação parecida ocorreu no final de janeiro, em um voo operado pela Azul. Na ocasião, foi emitido o alerta de urgência "pan-pan" momentos antes de chegar ao Aeroporto Internacional do Recife, em Pernambuco.

O alerta funciona como um pedido de prioridade de pouso. Ele foi acionado depois de a aeronave, que tinha partido de Guarulhos, em São Paulo, apresentar falha no sistema de dispositivos móveis das asas, chamados de slats. ●

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

UM LUGAR DE PAZ E
TRANQUILIDADE

Descanse em um ambiente acolhedor no Hotel Resort e Golfe Clube dos 500, onde o seu bem-estar é nossa prioridade.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital
Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 25/02

HOJE: MANHÃ	HOJE: TARDE	HOJE: NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA	AMANHÃ	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
0% 25°	10% 28°	20% 24°	1MM	40 a 95%	20°/31°	20°/31°	21°/31°	21°/32°

SOL: NASCENTE: 5h59 | POENTE: 18h31

LUA: MINGUANTE

MINGUANTE	20/02	14h33
NOVA	27/02	21h44
CRESCENTE	06/03	13h31
CHEIA	14/03	3h54

Regiões do Estado de SP — Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperatura (mín./máx.)

Região	Chance de chuva	Volume de chuva	Temperatura
RIBEIRÃO PRETO	30%	0.3mm	17°/24°
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	52%	16mm	20°/34°
ARAÇATUBA	60%	13mm	21°/34°
PRESIDENTE PRUDENTE	75%	3.3mm	22°/34°
MARÍLIA	60%	16mm	20°/35°
BAURU	47%	1.7mm	20°/35°
ARARAQUARA	30%	0mm	20°/34°
CAMPINAS	40%	0.5mm	16°/34°
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	40%	2.1mm	14°/33°
LITORAL NORTE	10%	0mm	21°/34°
SOROCABA	70%	21mm	16°/34°
SÃO PAULO	77%	1mm	18°/34°
LITORAL SUL	58%	26mm	22°/33°

Ondas: 26/02

TEMPOnaCidade.com.br

METEOBLUE high precision weather

Precipitação Média: 100mm, 50mm, 25mm, 10mm, 5mm, 2mm, 1mm

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJU	60%	1mm	23°C/30°C
BELÉM	65%	13mm	24°C/29°C
BELO HORIZONTE	0%	0mm	20°C/27°C
BOA VISTA	10%	0mm	25°C/32°C
BRASÍLIA	35%	1mm	18°C/25°C
CAMPO GRANDE	10%	13mm	22°C/30°C
CUIABÁ	75%	9mm	24°C/30°C
CURITIBA	60%	1mm	17°C/23°C
FLORIANÓPOLIS	10%	0mm	25°C/30°C
FORTALEZA	60%	3mm	25°C/30°C
GOIÂNIA	40%	3mm	20°C/27°C
JOÃO PESSOA	10%	0mm	24°C/30°C
MACAPÁ	30%	1mm	24°C/30°C
MACEIÓ	41%	1mm	21°C/30°C
MANAUS	60%	7mm	23°C/31°C
NATAL	30%	1mm	27°C/31°C
PALMAS	50%	11mm	23°C/31°C
PORTO ALEGRE	30%	1mm	21°C/28°C
PORTO VELHO	80%	8mm	24°C/31°C
RECIFE	25%	0mm	27°C/30°C
RIO BRANCO	85%	11mm	24°C/28°C
RIO DE JANEIRO	0%	0mm	23°C/31°C
SALVADOR	60%	6mm	24°C/31°C
SÃO LUÍS	85%	11mm	23°C/31°C
TERESINA	85%	4mm	24°C/31°C
VITÓRIA	30%	0mm	23°C/31°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	23°C/33°C
ATENAS	+5h	11°C/15°C
BARCELONA	+4h	10°C/14°C
BERLIM	+4h	3°C/11°C
BRUXELAS	+4h	5°C/10°C
BUENOS AIRES	0h	21°C/30°C
CARACAS	-1h	22°C/30°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	11°C/23°C
ESTOCOLMO	+4h	2°C/6°C
GENEBRA	+4h	1°C/10°C
JOANESBURGO	+5h	16°C/26°C
LIMA	-2h	22°C/24°C
LISBOA	+3h	10°C/18°C
LONDRES	+3h	4°C/10°C
LOS ANGELES	-5h	12°C/26°C
MADRI	+4h	3°C/18°C
MIAMI	-2h	20°C/23°C
MONTEVIDÉU	0h	21°C/31°C
MOSCOU	+6h	-1°C/1°C
NOVA YORK	-2h	0°C/10°C
PARIS	+4h	5°C/10°C
ROMA	+4h	11°C/17°C
SANTIAGO	0h	16°C/33°C
SYDNEY	+14h	22°C/28°C
TEL-AVIV	+5h	11°C/19°C
TÓQUIO	+12h	4°C/16°C
TORONTO	-2h	-3°C/2°C
WASHINGTON	-2h	5°C/12°C

Religião

Papa segue em estado crítico, mas estável, e tem reunião em hospital

Pontífice foi submetido a uma tomografia computadorizada na segunda; ontem, ele se reuniu com secretário de Estado do Vaticano

O papa Francisco permanece em estado crítico, mas o quadro é estável, segundo divulgado pelo Vaticano na tarde de ontem. O pontífice está hospitalizado com pneumonia em ambos os pulmões há 12 dias – é a sua maior internação desde que foi eleito papa, em 2013.

"A condição clínica do Santo Padre permanece crítica, mas estável. No início da noite (*de segunda-feira*), foi submetido a uma tomografia computadorizada programada para monitoramento radiológico da pneumonia bilateral. O prognóstico permanece reservado. Pela manhã, após receber a Eucaristia, retomou suas atividades de trabalho", disse comunicado do Vaticano.

Mais cedo nesta terça, o Vaticano havia informado que o papa Francisco estava bem e tinha descansado a noite toda. O papa chegou a se reunir com o secretário de Estado do Vaticano, dentro do hospital em que está internado, em Roma, para aprovar novos decretos para possíveis santos.

Na noite de segunda-feira, outra publicação do Vaticano dizia que "o estado clínico do Santo Padre, embora ainda crítico, apresentou uma ligeira melhora". "Não houve episódios de crise respiratória asmática; alguns exames laboratoriais melhoraram", escreveu a Santa Sé.

VIGÍLIA DE ORAÇÕES. Também na noite de segunda-feira, centenas de pessoas se reuniram na Praça de São Pedro, incluindo cardeais, bispos e membros da Cúria Romana, para rezar o Rosário pelo papa Francisco. As orações devem acontecer todas as noites pelos próximos dias, conforme convocação do próprio Vaticano.

Motivo da reunião
Papa encontrou secretário para aprovar novos decretos para possíveis santos

No final de semana, o pontífice apresentou uma insuficiência renal leve, teve crises respiratórias e precisou receber altos fluxos de oxigênio. Também foi constatada anemia e queda de plaquetas no sangue, o que exigiu a administração de transfusões de sangue.

SAÚDE DELICADA. O estado de saúde de Francisco é delicado devido à sua idade, fragilidade e doença pulmonar preexistente. Quando era jovem, o pontífice teve uma infecção pulmonar grave, o que levou à remoção de parte do seu pulmão direito.

A principal ameaça no momento é o risco de sepse, uma infecção grave do sangue que pode ocorrer como complicação de uma pneumonia. ● AFP

Ativista é barrado ao tentar entrar no quarto do pontífice

Um ativista e influenciador argentino tentou entrar no quarto do Hospital Gemelli, em Roma, onde o papa Francisco está internado, anteontem à tarde, publicou o jornal italiano 'Corriere della Sera'.

Segundo o periódico, o ativista pelos direitos dos trabalhadores, Juan Grabois, queria cumprimentar o papa. "A entrada do quarto é, no entanto, altamente protegida e o influenciador, embora seja um conhecido pessoal do papa, também consultor em um departamento do Vaticano, foi prontamente impedido."

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor reclama de postes sem luz em Pinheiros

Reclamação de Uri Behar: "Gostaria de pedir auxílio para resolver um problema no bairro onde eu moro. Em Pinheiros, na Rua Benjamim Egas, mais precisamente na quadra entre as Ruas Mourato Coelho e Simão Álvares, tem dois postes que deveriam iluminar a rua, mas estão sem luz há mais de um mês. Não adianta ligar para a Prefeitura de São Paulo, no departamento que cuida da iluminação, e ficar colecionando protocolos que não servem para nada. Os prazos também nunca são cumpridos. As atendentes dizem sempre que o prazo de manutenção será cumprido em até 24 horas, o que não é verdade. Já não sabemos mais a quem recorrer para resolver. Obrigado desde já pela atenção."

Resposta da SP Regula: "A SP Regula informa que a concessionária Ilumina SP realizou a manutenção necessária na Rua Benjamin Egas, em Pinheiros, zona oeste de São Paulo, tendo a iluminação pública totalmente restabelecida, conforme registro fotográfico. Estamos à disposição para qualquer informação adicional."

Caso necessário, o leitor pode entrar em contato novamente no e-mail spreclama@estadao.com. ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ 150 ANOS

Zoologico do Rei de Oudes

O jardim está situado a hora e meia de Calcutta, em uma nesga de terra que os inglezes deram ao Rei de Oude, em troca de seu reino tomado depois da revolução e carnificina dos Cypaios. (...) Possue tres palacios – Chenneh, Serdekami e Andmensil. Este último é cercado pela menagerie do rei, que é a mais completa do mundo. Possue 20.000 animaes, entre passaros, quadrupedes e serpentes. Em cada um dos cantos da immensa propriedade ha um tanque de 300 pés de comprido e 240 de largo, e nesse tanque existem todas as qualidades de peixes de agua doce, e as suas bordas são povoadad por aves aquaticas de todas as partes do mundo. ●

ALTA NOVIDADE
CHEGOU A' CASA CORBISIER
...
DE TOUCADINHOS E CHAPÉOS
vindos em direitura de
PARIS
Á LUVA DE OURO
RUA DA IMPERATRIZ, 48

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena**.

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2131 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11) 91123-8351 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

A esposa Zenaide, e os filhos Ana e Ari comunicam com pesar o falecimento do muito querido
Aristides Ferreira
no dia 25/02/2025 em São Paulo.

Guido Fiorentini - Dia 25, aos 71 anos. Era casado com Iole Stignani Fiorentini. Deixa os filhos Guilherme, Mariana, parentes e amigos. O enterro será realizado **hoje** no Cemitério Congonhas.

MISSA

Luciola Angelina Iervolino - Dia 1º, às 16 horas, na Igreja de Santa Rita de Cassia, na Pça. Santa Rita de Cassia, 133, Mirandópolis (7º dia).

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita somente por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a SP-Regula. Não há funerárias particulares.

O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário pelo telefone 156 ou pelo Portal 156 (sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal).

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Eufrázio

Saúde

Governo promete 60 mi de doses de vacina brasileira contra dengue

Segundo o Ministério da Saúde, imunizante, o 1.º contra a doença em dose única, será aplicado em 2026 em pessoas de 2 a 59 anos

GABRIEL DAMASCENO

O Ministério da Saúde anunciou ontem que mais de 60 milhões de unidades da primeira vacina 100% nacional e de dose única contra a dengue serão ofertadas anualmente a partir de 2026.

A produção da vacina será viabilizada por uma parceria entre o Instituto Butantan e a empresa WuXi Biologics, com investimento previsto de R$ 1,26 bilhão.

O Butantan submeteu o pedido de registro da vacina à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em dezembro de 2024 e aguarda o parecer do órgão. Quando aprovada, a Butantan-DV será a primeira do mundo em dose única e poderá ser aplicada em pessoas de 2 a 59 anos.

Nos ensaios clínicos, o imunizante demonstrou 79,6% de eficácia geral para prevenir casos de dengue sintomática e uma proteção de 89% contra dengue grave ou com sinais de alarme.

Com a produção do imunizante, o objetivo do governo é ampliar a proteção contra a doença. O Brasil foi o primeiro País do mundo a oferecer um imunizante contra a dengue na rede pública, a vacina Qdenga, da farmacêutica japonesa Takeda. Mas, devido ao número limitado de doses, só crianças e adolescentes de 10 a 14 anos de 521 municípios selecionados foram incluídos no programa de vacinação.

"É fundamental que, dentro das estratégias de controle da doença, tenhamos mais vacinas disponíveis", concorda Juarez Cunha, diretor da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm). "A partir do momento que tivermos um outro produtor, em especial sendo um produtor nacional, vai ser muito importante ampliar a faixa etária de utilização da vacina", explica Cunha.

OUTRA VACINA. O ministério também informou que pretende produzir no Brasil a vacina contra o vírus sincicial respiratório (VSR), maior causa de hospitalizações em crianças de até 1 ano e responsável por 60 a 80% dos quadros de bronquiolite e pneumonia na população de até 2 anos.

Uma parceria entre o Butantan e a Pfizer permitirá a fabricação de até 8 milhões de doses anuais, segundo a pasta. A ação começou em 2023 e segue até 2027.

O primeiro fornecimento da vacina para o SUS está previsto para o segundo semestre deste ano e, de acordo com o ministério, estima-se que o projeto vai evitar cerca de 28 mil internações anuais relacionadas a complicações do VSR.

"É fundamental que a gente caminhe cada dia mais para uma certa autonomia na produção de imunobiológicos e também é muito importante reforçar a nossa indústria nacional", avalia Cunha. ●

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEIS
PRÉDIO COMERCIAL
CENTRO - SÃO PAULO/SP
POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 60X
28/02 ÀS 09H
SOMENTE ONLINE
PRÉDIO COMERCIAL COM 19 PAVIMENTOS
DESOCUPADO
ÁREA CONSTRUÍDA : 3.780,00 M²
LANCE INICIAL: R$11.550.000
TERRENO COM 247,00M²

EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 002/2025. Nº do Processo: 018.00018312/2024-01. Interessado: SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO DO ESTADO - SPE. Alienação Onerosa de imóvel localizado em São Paulo/SP. Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Patrimônio do Estado da Secretaria de Gestão e Governo Digital (CNPJ 39.467.292/0001-02), realizará licitação na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento por MAIOR LANCE POR ITEM, para venda do imóvel descrito e caracterizado no Anexo I do Edital, na situação jurídica e no estado de conservação em que se encontram. • Imóvel urbano, localizado na Rua Boa Vista, nº 103, Centro, São Paulo/SP – Prédio Adhemar de Barros. Área de terreno de 247,00m. Área Construída: 3.780,00M², 19 Pavimentos. DESOCUPADO. LANCE INICIAL: R$ 11.550.000,00. O imóvel é tombado (preservação de fachadas e volumetria), conforme Resolução nº 17/2007 Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento. DATA E HORÁRIO DO LEILÃO ELETRÔNICO: Dia 28/02/2025 a partir das 9h00 (horário de Brasília). Necessário cadastramento prévio dos interessados no site do leilão www.sodresantoro.com.br. A abertura para lances será a partir das 09h00 (nove) horas do dia 28 de fevereiro de 2025 até as 15h00 (quinze) horas do dia 28 de fevereiro de 2025. Da participação no leilão, ressaltamos que o presente leilão terá início às 09h00 com encerramento previsto para às 15h00, sendo que o Leiloeiro Oficial iniciará o apregoamento do lote a partir das 12h00, ocasião em que o evento poderá ser encerrado a qualquer momento, com os interessados tendo a possibilidade de ofertar lances desde a sua abertura às 09h00. A hora prevista para o início dos pregões sempre será a de Brasília. A hora indicada para a colocação do lote no pregão será apenas estimada, podendo ser antecipada ou postergada, conforme o andamento do leilão, cabendo aos interessados acompanhá-lo do começo ao fim. Consulte edital completo: www.sodresantoro.com.br ou e-negócios públicos - Imprensa Oficial e Leilões (sggd.sp.gov.br) (sggd/transparência/editais/leilões), ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico. Dúvidas: 11-2464-6460. Visitação mediante agendamento prévio através do e-mail af@sodresantoro.com.br.

SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Otavio Laura Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607

Insulina glardina também será fabricada no País

O governo federal anunciou ontem a fabricação nacional da insulina glargina, indicada para o tratamento de diabetes. Ela é um análogo sintético de insulina, produzido com DNA recombinante, que oferece uma ação mais longa e duradoura, controlando a taxa de glicose no sangue por cerca de 24 horas.

O projeto envolve a produção nacional do insumo farmacêutico ativo (IFA) pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a ampliação da fabricação do produto final pela Biomm.

A parceria pode possibilitar a produção de 70 milhões de unidades anuais até o fim do projeto. O produto está previsto para chegar ao SUS no segundo semestre de 2025. "A produção do IFA será realizada na planta da Fiocruz em Eusébio, no Ceará, fortalecendo o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) e incentivando o desenvolvimento regional. Esta será a primeira planta produtiva de IFA de insulina da América Latina, assegurando ao Brasil uma cadeia produtiva completa para o abastecimento do SUS", destacou o Ministério da Saúde. ●

Libertadores

Corinthians tenta evitar surpresas e aposta no jogo ofensivo para avançar

Após empate por 1 a 1 no jogo de ida, Alvinegro recebe, na Neo Química Arena, o Universidad Central, da Venezuela, e precisa vencer para continuar na competição

RODRIGO SAMPAIO



21h30: GLOBO E ESPN

O Corinthians se reencontra com sua torcida na Neo Química Arena hoje para o decisivo jogo com o Universidad Central da Venezuela, às 21h30. Será a partida de volta da segunda fase da Copa Libertadores da América. Após empate por 1 a 1 na partida de ida, em Caracas, o time alvinegro precisa vencer para avançar à terceira fase da etapa preliminar. Em caso de nova igualdade no placar, a vaga será decidida nas penalidades.

Para sair da Neo Química Arena com a classificação garantida e em paz com a torcida, os comandados de Ramón Díaz vão precisar melhorar o nível de atuação. No duelo realizado na Venezuela, o time brasileiro demonstrou superioridade técnica, especialmente na jogada do gol de Carrillo, mas pecou nas finalizações e, ainda, diminuiu o ritmo no segundo tempo, permitindo ao adversário "gostar" do jogo e ir atrás do empate.

No último domingo, o técnico Ramón Díaz iniciou o jogo contra o Guarani, pela última rodada da fase de classificação do Campeonato Paulista, com os reservas. Apesar de ser dono da melhor campanha do Estadual e ter alcançado a classificação de maneira antecipada, o Corinthians deixou sua torcida preocupada. Após sair na frente, levou a virada do time de Campinas e só empatou o jogo quando os principais jogadores entraram em campo.

RODRIGO COCA/AGÊNCIA CORINTHIANS - 22/2/2025



Ramón Díaz conversa com Memphis Depay; jogador holandês é uma das armas do time esta noite

CONFIANÇA. Ramón Díaz admite que a equipe caiu de rendimento, mas tem confiança na classificação. "Não fomos o Corinthians por um montão de fatores. Aquilo não pode acontecer nunca mais. Quarta-feira, aqui dentro tem que ser um inferno e vai ser um inferno. Eles sabem o que podem dar e sabem o que está em jogo. É vida ou morte", comentou o treinador, em coletiva após o empate com o Guarani.

"Na Copa Libertadores, você não pode dar mole. O grupo sempre responde. Foi uma semana brava, muita cobrança, mas o grupo sabe e está consciente", concluiu.

Sem Raniele, lesionado, o treinador pode promover mudanças no esquema tático da equipe. O substituto natural seria Breno Bidon. No entanto, com a necessidade de vencer, Talles Magno, autor de cinco gols e uma assistência até agora na temporada, pode ganhar a vaga, levando o time a ir a campo com três atacantes.

PRÉ-LIBERTADORES • VOLTA

CORINTHIANS × UNIV. CENTRAL

CORINTHIANS: Hugo Souza; Matheuzinho, André Ramalho, João Pedro e Hugo; Breno Bidon (Talles Magno), José Martínez, André Carrillo e Rodrigo Garro; Memphis Depay e Yuri Alberto. **Técnico:** Ramón Díaz.
UNIVERSIDAD CENTRAL: Miguel Silva; Kendrys Silva, Martínez, Simarra e Cumana; Gonzalez e Sole; Sosa, Zapata e Juan Cuesta; Ortiz.
Técnico: Daniel Sasso.
Árbitro: Wilmar Roldán (COL)
Horário: 21h30.
Local: Neo Química Arena, em São Paulo (SP)

Esta é a quarta vez que o Corinthians disputa a pré-Libertadores. Em 2011, o time alvinegro caiu para o modesto Tolima, da Colômbia, após perder por 2 a 0 fora de casa – antes, havia empatado sem gols no Pacaembu. O confronto marcou a primeira eliminação de uma equipe brasileira na história na fase preliminar.

Em 2015, o Corinthians passou com tranquilidade por outro colombiano, o Once Caldas, vencendo por 4 a 0 em casa, e empatando por 1 a 1 na partida de volta.

Histórico
Em 2011 e em 2020 o Corinthians foi eliminado. Só avançou em 2015 contra o Once Caldas

Cinco anos depois, o time alvinegro voltou a cair na pré-Libertadores, desta vez para o Guaraní, do Paraguai. Na ida, os paraguaios venceram por 1 a 0. O Corinthians até triunfou por 2 a 1 na volta, em São Paulo, mas foi eliminado por conta do gol qualificado, critério de desempate à época.

Quem passar do confronto desta noite entre Corinthians e Universidad Central vai enfrentar o vencedor do duelo equatoriano entre Barcelona e El Nacional – o Barcelona venceu o primeiro jogo por 1 a 0 e agora joga pelo empate e em casa. ●

Campeonato Paulista

Santos aperta o passo para lançar a camisa azul

SANTOS

A diretoria do Santos está preparando o lançamento de uma camisa azul para marcar a volta de Neymar ao clube. Além dos novos uniformes 1 e 2, o clube vai lançar uma terceira camisa, em edição especial, em homenagem à primeira passagem do craque pela Vila.

"Essa camisa sempre foi um pedido do torcedor santista e a vinda do Neymar transformou esse lançamento em uma verdadeira missão", afirmou Eduardo Dal Pogetto, diretor da Umbro, fornecedora de material esportivo do Santos.

As camisas da temporada 2025 estarão nas lojas em breve. "Vamos lançar o uniforme 1 imediatamente e o número 2 próximo do aniversário do clube (14 de abril). Entendemos a urgência do momento e nos antecipamos ao calendário previsto. Assim, o torcedor santista vai poder desfrutar das camisas com antecedência", disse Pogetto.

Segundo o executivo, várias são as etapas que precisam ser realizadas para produzir uma nova camisa que atenda às exigências de um clube. Mas a volta de Neymar fez o processo ser acelerado.

"O planejamento em torno de uma camisa leva cerca de um ano, pois são diversos estudos de tecido, estampas, desenhos e outras questões técnicas, além de todo o processo de distribuição. Por isso teremos que fazer o trabalho de um ano em 3 meses", disse.

A expectativa de venda das camisas, sobretudo a azul, é bastante otimista. "Nós também sabemos que a demanda será alta e, nos bastidores, já trabalhamos em planos de ação para reposições, caso o estoque inicial esgote rapidamente", completou Pogetto.

Primeira versão
Na temporada de 2012, o Santos teve uma camisa azul turquesa, que foi bem recebida pela torcida

Com o Santos classificado para as quartas de final do Campeonato Paulista, e motivado pela evolução que Neymar vem demonstrando em sua volta (o atacante coroou sua atuação contra a Inter de Limeira com um gol olímpico), o presidente Marcelo Teixeira disse que o lançamento das novas camisas tem a ver com o momento do Santos.

"Nossa expectativa em relação a essa temporada é extremamente positiva. É fundamental a modernização do material de jogo. Numa análise de imagem, é a exposição da marca Santos. Com certeza, sensibilizará também os nossos torcedores", afirmou Teixeira. ●

Luta pelo poder

Em resposta a Ronaldo, CBF promete eleição 'transparente'

FÁBIO FIGUEIREDO/CRUZEIRO



Ronaldo quer presidir a CBF e pede eleição com segurança jurídica

Ex-jogador pretende disputar a presidência e faz duras críticas ao processo eleitoral; entidade diz que modelo é democrático

RIO

A CBF reagiu rápido às críticas de Ronaldo, que pretende ser candidato à presidência da entidade e por meio de uma carta pública disse que a confederação peca por "falta de transparência e segurança jurídica no processo eleitoral, que pode comprometer a imparcialidade e a legitimidade das eleições". Na resposta, a CBF garantiu ao ex-jogador que seu atual modelo de eleições é "transparente e democrático".

"A governança da CBF prima por um modelo transparente e democrático, permitindo que aqueles que desejam contribuir para o desenvolvimento do futebol brasileiro possam fazê-lo de maneira legítima, respeitando os trâmites estabelecidos", disse a CBF, ontem. A entidade afirmou que seu processo eleitoral "segue critérios objetivos e bem definidos, garantindo que qualquer pessoa que atenda aos requisitos formais possa apresentar sua candidatura".

A reação da CBF é referência às críticas feitas por Ronaldo na carta divulgada na noite de segunda-feira. "A falta de transparência e segurança jurídica no processo eleitoral, que pode comprometer a imparcialidade e a legitimidade das eleições", escreveu.

O ex-jogador afirmou, ainda, que o presidente Ednaldo Rodrigues tem "controle absoluto" sobre o processo eleitoral. "É notório que, com o estatuto vigente, o presidente em exercício tem controle absoluto de todo o processo – o que, por si só, nos distancia das condições de concorrência leal e isonômica. Além de não contribuir para a integridade do pleito, o modelo dificulta (quiçá, impede) o surgimento de candidaturas alternativas", disse Ronaldo.

RESPEITO ÀS NORMAS. Em sua resposta, a CBF disse que a organização das eleições da CBF é "responsabilidade de Comissão Eleitoral, cuja atribuição é justamente assegurar o cumprimento das normas estatutárias eleitorais e a lisura do processo eleitoral, a qual estará à disposição dos candidatos para o recebimento e análise de demandas relacionados ao pleito".

A CBF também respondeu uma demanda de Ronaldo sobre a supervisão da eleição pela Fifa e Conmebol para "dar mais transparência e segurança jurídica ao processo eleitoral". A entidade alegou que o estatuto da CBF "foi revisado pela Fifa e, posteriormente, aprovado em assembleia pelas 27 federações estaduais que integram o sistema do futebol brasileiro."

A confederação, contudo, não respondeu a uma das demandas de Ronaldo, de agendar a data da eleição com antecedência de um mês. "Solicito que a data para as próximas eleições – cujo prazo estatutário é de um ano a partir de 23 de março de 2025 – seja definida com antecedência mínima de um mês, a fim de assegurar a organização e participação dos interessados", pediu o ex-atleta.

Apesar disso, a CBF se colocou à disposição para qualquer "esclarecimento" e disse estar "sempre esteve aberta ao diálogo".●

Prazo

Pelo estatuto, a CBF tem de marcar a eleição a partir de 23 de março, no período de um ano

Futebol

Em reestruturação, Vasco entra com pedido de recuperação judicial do clube e da SAF

O Vasco anunciou que entrou com pedido de recuperação judicial do clube e da SAF. O clube já planejava esse movimento desde o ano passado e garantiu que "os investimentos no futebol continuarão, assim como o pagamento em dia dos salários e demais obrigações". O Vasco deseja reestruturar suas dívidas, avaliadas em R$ 1,4 bilhão, com todos os credores.●

Paulistão

São Paulo tenta recuperar atletas e espera até quatro 'reforços' nas quartas

O São Paulo só volta a campo na segunda-feira, quando recebe o Novorizontino no MorumBis. Desta forma, o clube tenta recuperar seus atletas lesionados. O zagueiro Ruan, os volante Alisson e Luiz Gustavo e o atacante Ferreirinha devem voltar a treinar com o grupo principal hoje e poderão ser utilizados pelo técnico Luis Zubeldía nas quartas de final do Paulistão.●

Copa da Itália

Internazionale de Milão bate a Lazio e se junta a Milan e Bologna nas semifinais

Com um gol em cada tempo, a Inter fez valer o mando de campo e derrotou a Lazio por 2 a 0 ontem, gols de Arnautovic e Çalhanoglu, no estádio San Siro, em partida válida pelas quartas de final do torneio. Com o triunfo, a equipe do técnico Simone Inzaghi confirmou presença na semi do torneio. A Inter se junta ao Milan e ao Bologna, que superaram Roma e Atalanta, respectivamente. O último semifinalista sai do confronto entre Juventus e Empoli, que acontece hoje, em Turim.●

LUCA BRUNO/AP



Campeonato Inglês

Chelsea se recupera com goleada e 'rouba' quarto lugar do Manchester City

Após duas derrotas seguidas, o Chelsea se recuperou ontem com goleada por 4 a 0 sobre o lanterna Southampton, resultado levou a equipe à quarta posição no Campeonato Inglês com 46 pontos – dois acima do Manchester City, que visita o Tottenham hoje. Nkunku, Pedro Neto, Colwill e Cucurela fizeram os gols. O Southampton tem apenas nove pontos.●

Copa do Rei

Empate com oito gols deixa classificação indefinida

Barcelona e Atlético de Madrid protagonizaram ontem um dos confrontos mais emocionantes e imprevisíveis da temporada europeia. Em uma partida repleta de reviravoltas, as equipes empataram por 4 a 4 no jogo de ida das semifinais da Copa do Rei, realizado no Estádio Olímpico Lluis Companys, em Barcelona. O jogo de volta será no dia 2 de abril, em Madri.

O Atlético de Madrid começou de forma arrasadora, marcando dois gols nos primeiros seis minutos, mas viu o Barcelona reverter a situação para 4 a 2. Contudo, o Atlético, demonstrando resiliência, equilibrou e buscou o empate em um jogo que parecia perdido.

A partida teve vários destaques individuais. Raphinha, com duas assistências, foi crucial para a reação do Barcelona. Após os visitantes marcarem dois gols rápidos com Julián Álvarez e Griezmann, o Barcelona igualou o placar nos 20 minutos iniciais e completou a virada antes do intervalo. Pedri diminuiu e Cubarsí e Iñigo Martínez, ambos servidos por Raphinha em escanteios, marcaram os gols da virada.

Na etapa final, Lewandowski deixou sua marca. No entanto, o Atlético mostrou espírito de luta, com Llorente e Sorloth marcando nos minutos finais, mantendo a disputa pela vaga na final totalmente em aberto.

Hoje, na outra semifinal, o Real Madrid visita a Real Sociedad – a volta será no dia 1º de abril, em Madri.●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
- Campeonato Inglês

Tottenham x Manchester City
16h30 / ESPN
Nottingham Forest x Arsenal
16h30 / ESPN 4
Manchester United x Ipswich
16h30 / ESPN 2
Liverpool x Newcastle
17h15 / Disney+
- Copa da Itália

Juventus x Empoli
17h / CazéTV
- Copa do Rei

Real Sociedad x Real Madrid
17h30/ Disney+
- Copa Libertadores

Corinthians x Univ. Central
21h30 / Globo e ESPN
Barcelona-EQU x El Nacional
21h30 / ESPN 4
- Copa do Brasil

Concórdia x Ponte Preta
21h30 / SporTV e Premiere

VÔLEI
- Superliga Feminina

Brusque x Sesc Flamengo
17h45 / SporTV 2
Fluminense x Mackenzie
20h45 / SporTV 2

BASQUETE
- NBA

Philadelphia 76ers x N.Y. Knicks
21h / ESPN 2
S.A.Spurs x Houston Rockets
23h30 / ESPN 2

Mudança de identidade

O Tottenham não quer mais ser chamado só de Tottenham

Clube pede para passar a ser identificado por outras denominações; uma delas é apenas Spurs, a preferida

TOM EVERSLEY/ADOBE STOCK - 26/11/2021



Estádio do Tottenham Hotspur, inaugurado em 2019; clube não quer o nome associado só ao bairro

MARK CRITCHLEY
THE ATHLETIC

O Tottenham não quer mais ser chamado de Tottenham. A partir de agora é Spurs. Com algumas variações na nomenclatura. O desejo do clube foi oficializado em correspondência enviada aos jornalistas que acompanham a Premier League há alguns dias, com algumas opções além da versão curta.

"Ao se referir ao time ou à marca, por favor use Tottenham Hotspur, Tottenham Hotspur Football Club ou THFC", orientou o clube, que advertiu: "Nunca se refira ao nosso Clube como Tottenham, Tottenham Hotspur FC ou TH".

Existe uma razão para a preferência por Spurs: Tottenham é o nome do bairro de Londres, não do clube.

O Tottenham tem sido consistentemente mencionado como Spurs nas listagens de jogos no site oficial da Premier League há algum tempo. Nas redes oficiais da liga, praticamente as únicas menções da palavra Tottenham são referências ao 'Estádio do Tottenham Hotspur'.

De certa forma, o clube está simplesmente voltando às suas raízes. Quando um grupo de garotos jogadores de críquete o fundou, em 1882, a escolha de nome foi Hotspur FC. O Tottenham foi adicionado dois anos depois porque, diz a história, eles começaram a receber correspondências de outro clube chamado Hotspur.

Não é como se tivesse realmente mudado o nome e erradicado qualquer marcador geográfico por completo. Outro clube no norte de Londres estabeleceu o precedente em 1913 ao deixar o bairro de Woolwich e tornar-se apenas Arsenal.

Então, isso torna esse "decreto" do Spurs mais explicável? Alguns fãs do Tottenham disseram que, com o time do técnico Ange Postecoglou na metade inferior da tabela do Campeonato Inglês, após ser eliminado de ambas as copas domésticas no espaço de três dias neste mês, eles e o clube têm coisas mais importantes com que se preocupar.

Outros torcedores sugeriram que a mudança é simplesmente relacionada a direitos autorais, já que o termo "Spurs" seria mais fácil de registrar do que o nome da área ao redor. Exceto pelo fato de que o Tottenham já lista a palavra Tottenham entre suas marcas registradas.

E mesmo que não listasse, o que isso teria a ver com a forma como o clube é identificado nas chamadas do *Soccer Saturday* (programa de uma emissora de TV britânica)?

SINAL DOS TEMPOS. Mas é difícil não concordar com outro lado da reação, dos fãs do Tottenham e apoiadores de outros clubes que veem essa mudança como um sinal decepcionante de onde o futebol está atualmente: mais um pequeno tijolo pavimentado em uma estrada em que o esporte já percorreu um longo caminho.

Muitos torcedores do Manchester United ainda lamentam a remoção das palavras Football e Club do escudo em 1998 – controverso na época. Mas as mesmas palavras ou as iniciais 'F.C.' agora são regularmente dispensadas com pouca reação contrária.

> ***"Ao se referir ao time ou à marca, por favor use Tottenham Hotspur, Tottenham Hotspur Football Club ou THFC", orientou o clube, que advertiu: "Nunca se refira ao nosso Clube como Tottenham, Tottenham Hotspur FC ou TH"***
> **Comunicado do clube**

Seis anos atrás, o Liverpool falhou em registrar o nome da cidade para fins de merchandising. De certa forma, o Chelsea teve mais sucesso no início desta temporada, ao celebrar seu 120º aniversário com um novo escudo alternativo do clube que mostra seu leão rampante acima das letras 'LDN'.

Da mesma forma, em 2016, o West Ham United adicionou a palavra 'London' ao seu escudo renovado, embora pelo menos tenha colocado isso em votação entre os apoiadores antes de fazê-lo.

Em um nível superficial, a preferência do Tottenham por Spurs é diferente de alguns desses exemplos. Em vez de se associarem mais estreitamente a uma metrópole maior ao redor, foram na direção oposta: traçando uma linha entre Spurs, o time, e Tottenham, o bairro, em suas justificativas.

QUESTÃO DE MERCADO. Mas há um fio comum em tais decisões. Todas são tentativas de tornar a identidade de um clube algo que possa ser mais facilmente engolido e digerido. Ou seja, algo que possa ser consumido, especialmente no mercado global.

Muitas vezes, isso ocorre à custa do que um clube é: sua história, cultura, localidade. É dito com frequência suficiente para ser um clichê, mas ainda é ignorado o suficiente para valer repetir: clubes de futebol são representações de suas comunidades em primeiro lugar, marcas globais em segundo.

A grande maioria dos clubes reconhece isso no trabalho louvável que fazem dentro dessas comunidades, mas são rápidos em esquecer essa responsabilidade em seus departamentos de marketing quando é hora de pensar no que venderá melhor em uma garrafa de água plástica.

O Tottenham não está sozinho nisso. Muitas vezes parece que os clubes que querem avançar na paisagem atual do futebol precisam priorizar para onde estão indo em detrimento de onde vieram. Referir-se ao clube como Spurs em vez de Tottenham é uma mudança pequena, mas não é insignificante. ●

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

Publique seus atos societários no jornal impresso!

AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS
INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL
BUSCADOR INTELIGENTE
PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS
CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS

PORTAL ESTADÃO RI
ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 · ESTADÃO RI · ELDORADO FM 107,3 · ESTADÃO BLUE STUDIO · AGÊNCIA ESTADO · broadcast

Eufrázio

B22 Novas apostas. Eike Batista volta ao setor de energia e lança criptomoeda com seu nome

ECONOMIA & NEGÓCIOS
QUARTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO

E&N



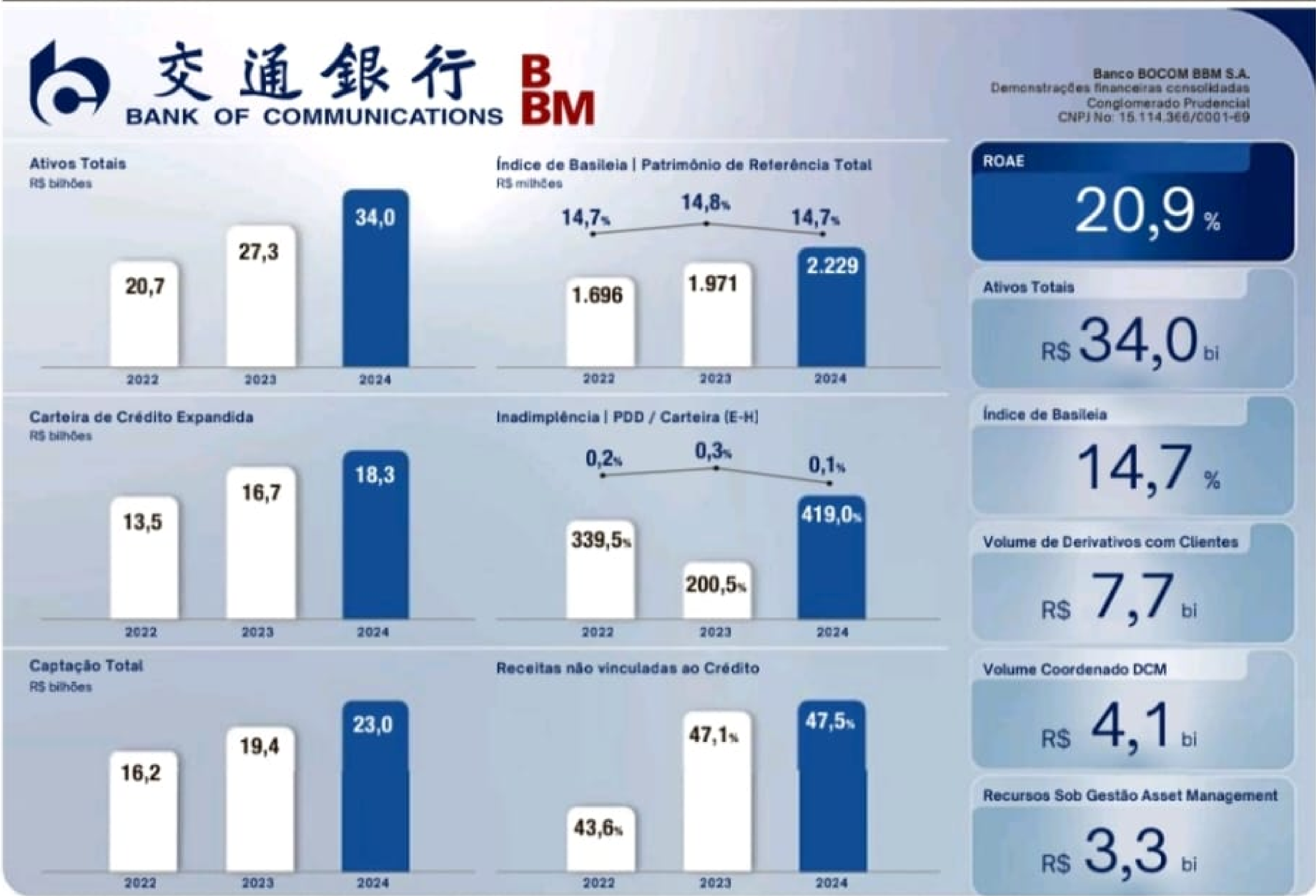
B1
DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B24)

Indicadores **Preços sob pressão**

Energia pesa e IPCA-15 vai a 1,23%

Prévia da inflação em fevereiro também é puxada por mensalidade escolar e gasolina, diz IBGE; com resultado, índice acumulado em 12 meses encosta em 5%

MAIS INFORMAÇÕES NA PÁG. B2



Ratings

Moody's	AAA.br	Baa3	Baa3
	Nacional	Global (Moeda Local)	Global (Moeda estrangeira)

Fitch	AAA(bra)	BBB-	BB+
	Nacional	Global (Moeda Local)	Global (Moeda estrangeira)

Balanço Patrimonial Consolidado em 31 de dezembro de 2024 R$ milhões

Ativo	2024	2023
Circulante e Realizável a Longo Prazo	**33.946**	**27.273**
Disponibilidades	727	49
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.994	2.470
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	14.878	10.052
Relações Interfinanceiras	7	6
Operações de Crédito e Outros Créditos	14.412	14.769
Provisões para Operações de Crédito e Outros Créditos	(82)	(86)
Outros Valores e Bens	10	13
Permanente	**60**	**55**
Investimentos	1	1
Imobilizado de Uso	12	12
Intangíveis	47	42
Total do Ativo	**34.006**	**27.328**

Passivo	2024	2023
Circulante e Exigível a Longo Prazo	**32.612**	**26.118**
Depósitos	2.428	2.092
Obrigações por Operações Compromissadas	4.027	2.803
Relações Interdependências e Interfinanceiras	76	67
Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.553	6.245
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	10.787	9.582
Dívida Subordinada – Letra Financeira	882	803
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.917	2.779
Outras Obrigações	940	1.745
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	2	2
Patrimônio Líquido	**1.394**	**1.210**
Total do Passivo	**34.006**	**27.328**

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2024 R$ milhões

	2024	2023
Resultado Bruto de Intermediação Financeira antes de Provisão	736	727
(Provisão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20)	(22)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**716**	**705**
Receitas de Serviços	158	147
Despesas de Pessoal	(123)	(140)
Outras Despesas Administrativas	(117)	(108)
Despesas Tributárias	(39)	(44)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	6
Resultado Operacional	**595**	**566**
Resultado Não Operacional	(3)	1
Resultado antes de Tributação sobre o Lucro e Participações	**592**	**567**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(190)	(190)
Participações de Administradores e Empregados no Lucro	(129)	(103)
Lucro Líquido	**273**	**274**

As Demonstrações Financeiras individuais completas foram publicadas no site www.bocombbm.com.br, nesta mesma data. A DIRETORIA – Aline Gomes - Controller - CRC 087.989/O-9-"S"-BA

www.bocombbm.com.br

Eufrázio

Importações chinesas ameaçam produção industrial brasileira

ARTIGO

Ana Laura Sellmann e Guilherme Gomes
Advogados

O comércio entre Brasil e China é vital para garantir o superávit da balança comercial brasileira e as vendas de nossas commodities, mas também apresenta concorrência desafiadora – e, por vezes, desleal – à indústria nacional. Essa dualidade foi acentuada nos últimos anos em razão de surtos de exportações chinesas ao Brasil registrados por diversos setores. Causa disso está no maior protecionismo mundial, que, mascarado por medidas ambientais, elevou a capacidade ociosa da indústria chinesa, que busca mercados alternativos para enviar seus produtos.

Nesse contexto adverso, mecanismos tradicionais, como alterações tarifárias e defesa comercial, se mostram insuficientes para conter essas importações. O governo brasileiro criou, então, a "lista de alterações tarifárias por razões de Desequilíbrios Comerciais Conjunturais (DCC)", lançada em janeiro de 2024 com cem vagas, visando a assegurar a competitividade da indústria nacional. Ainda assim, a restrição de vagas da DCC a impede de atender a toda a demanda de solicitações da indústria.

Outra limitação dessa solução é seu impacto indiscriminado: o aumento tarifário vale para todos os países, exceto os poucos que têm acordos de livre comércio com o Brasil. Com isso, o remédio, voltado principalmente para a China, também dificulta a compra de outros países e encarece os produtos importados, afetando seus consumidores no Brasil.

> *Enquanto o Brasil não encontra soluções efetivas, competitividade seguirá caindo e sofrendo com elevadas perdas*

Como alternativa, medidas antidumping permitem uma abordagem mais precisa, restringindo importações apenas de países que causam dano à indústria nacional, mas seu processo é demorado.

Ironicamente, a solução de longo prazo pode estar na própria causa do problema. Políticas ambientais da UE e dos EUA, que funcionam como barreiras comerciais, podem inspirar ações semelhantes no Brasil. Em junho de 2024, o governo lançou uma tomada de subsídios para identificar atributos de sustentabilidade de bens nacionais, com o objetivo de desenvolver regulações que garantam concorrência justa entre produtos brasileiros e importados, especialmente chineses.

A nova realidade do comércio internacional – mais restritiva e instável – deve seguir pelos próximos anos, principalmente após as medidas comerciais anunciadas pelo presidente americano, Donald Trump. Enquanto o Brasil não encontra soluções efetivas para reduzir os prejuízos causados pelas desleais importações chinesas – sem barrar totalmente a entrada de produtos alternativos –, a competitividade da indústria nacional seguirá caindo e sofrendo com elevadas perdas. ●

Indicadores **Preços sob pressão**

Com variação de 1,23%, IPCA-15 é o maior para fevereiro desde 2016

Aumento de preços tem preocupado o governo, que vê na inflação o principal motivo para queda de popularidade de Lula

RIO
BRASÍLIA
SÃO PAULO

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) acelerou e registrou alta de 1,23% em fevereiro, muito acima do 0,11% apurado em janeiro. Apesar de ter ficado abaixo das previsões iniciais do mercado (de alta de 1,37%), a variação da prévia da inflação foi a maior desde abril de 2022 (1,73%) e também a maior para um mês de fevereiro desde 2016 (1,42%).

Pelos dados divulgados ontem pelo IBGE, o índice foi puxado principalmente pelo impacto do aumento de 16,33% na conta de luz. Depois, na sequência, aparecem mensalidades escolares (com reajuste de 7,5%) e gasolina (1,71%). A variação acumulada em 12 meses passou de 4,5%, até janeiro, para 4,96% – aumentando ainda mais a distância para a meta de inflação (cujo centro é de 3%, com 1,5 ponto porcentual de tolerância para mais ou para menos).

O aumento de preços tem preocupado o governo, que vê na inflação o principal motivo para a queda da popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pressionado, Lula já chegou a dizer que era preciso "educar" o consumidor para boicotar produtos caros. O governo também decidiu adiar o aumento da mistura de biodiesel ao diesel por conta da alta de preços do óleo de soja – matéria-prima para o combustível verde.

Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, em reunião ontem à tarde foi apresentado a Lula um rol de medidas debatidas desde a segunda-feira por equipes técnicas dos ministérios para conter a escalada de preços de alimentos. Entre as medidas em avaliação, estariam a limitação de exportações e, de outro lado, a redução da tarifa de importação de alimentos – que contariam com o apoio da Casa Civil.

> **Ritmo menor**
> **Alimentação no domicílio teve alta de 0,63% em fevereiro, após avanço de 1,1% no mês anterior**

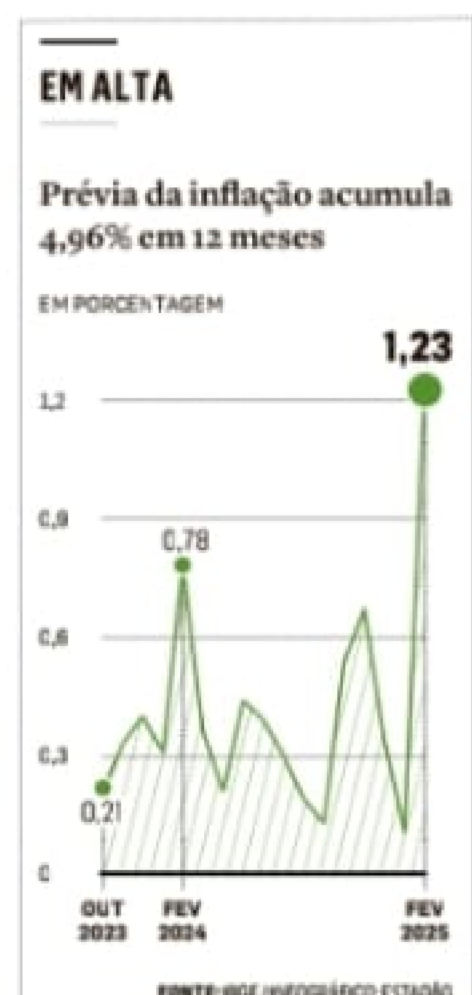
A equipe econômica, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic) são contrários a qualquer proposta relacionada à limitação de exportações.

A reunião terminou sem pronunciamento dos participantes. Estiveram presentes o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Geraldo Alckmin; o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa; o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro; o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira; o ministro da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira; e o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto.

Para o economista Igor Cadilhac, do PicPay, o avanço do IPCA-15 de fevereiro a 1,23% foi um resultado qualitativamente ruim. "As principais métricas seguem próximas de 6% na média dos últimos três meses dessazonalizados e anualizados", detalha ele, em nota. Cadilhac acrescenta que o cenário permanece desafiador do ponto de vista da política monetária.

Já o economista Fabio Romão, da LCA 4intelligence, reduziu sua projeção para a inflação final de fevereiro, de 1,34% para 1,27%, após o resultado mais baixo do que esperado do IPCA-15. A estimativa para 2025, porém, segue em 5,6%, porque alguns fatores inflacionários incomodaram nesta leitura.

O economista aponta que em fevereiro do ano passado os bens duráveis registraram alta de 0,21%, enquanto em igual período de 2025 foi de 0,63%.



"Alguns itens apareceram com ritmo de reajuste importante, como aparelhos eletroeletrônicos", destaca Romão, que avalia o avanço como um possível impacto da depreciação cambial. "Entendo que houve uma mudança de tabelas de preços para compensar os efeitos da depreciação do câmbio do fim do ano passado. Isso vai acabar, essa conta vai chegar à precificação principalmente de duráveis e semiduráveis."

VARIAÇÕES. Os preços do grupo Habitação subiram 4,34%, exercendo o maior impacto sobre o índice do período, de 0,63 ponto porcentual. A principal pressão do grupo veio da energia elétrica residencial, que em fevereiro não contou com a incorporação do bônus de Itaipu.

Ainda em Habitação, a alta de 0,52% da taxa de água e esgoto decorreu de reajustes de 6,42% nas tarifas em Belo Horizonte e do reajuste de 6,45% nas tarifas de uma das concessionárias em Porto Alegre, vigente desde 1.º de janeiro. Já o item gás encanado viu os preços caírem 0,32% em fevereiro, em função de variações nos preços do Rio de Janeiro, de Curitiba e de São Paulo.

As únicas taxas negativas vieram dos grupos Vestuário (-0,08%) e Comunicação (-0,06%). Em Educação (4,78%), a maior contribuição veio de cursos regulares (5,69%), por conta dos reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo. As maiores variações vieram do ensino fundamental (7,50%), do ensino médio (7,26%) e do ensino superior (4,08%).

Os preços do grupo Alimentação e Bebidas subiram 0,61% em fevereiro, após alta de 1,06% registrada em janeiro. O grupo deu uma contribuição positiva de 0,14 ponto porcentual para o IPCA-15.

Entre os componentes do grupo, a alimentação no domicílio teve alta de 0,63% em fevereiro, desacelerando após o avanço de 1,1% no mês anterior. Contribuíram para esse resultado os aumentos da cenoura (17,62%) e do café moído (11,63%). Entre as quedas, destacam-se a batata-inglesa (-8,17%), o arroz (-1,49%) e as frutas (-1,18%).

Já os preços da alimentação fora do domicílio subiram 0,56% no período, também desacelerando com relação à alta de 0,93% em janeiro. Tanto a refeição (0,43%) quanto o lanche (0,77%) tiveram variações inferiores às observadas no mês anterior, de 0,96% e 0,98%, respectivamente.

Os preços de Transportes subiram 0,44%, com impacto de 0,09 ponto porcentual no índice do período. Essa alta representa uma desaceleração com relação a janeiro, quando os preços do transporte tiveram alta de 1,01%. ● GABRIEL VASCONCELOS, ISADORA DUARTE, GABRIELA JUCÁ e ANNA SCABELLO

Eufrázio

Vida em Condomínio

Ligia Ramos,
Síndica profissional



APRESENTADO POR



ESTADÃO BLUE STUDIO

Carnaval paulistano - Blocos fecham ruas e mudam a rotina de condomínios

Foram mais de R$ 63 milhões que saíram dos cofres públicos para a organização do carnaval de São Paulo, sendo R$ 42 milhões destinados apenas para o carnaval de rua, segundo números divulgados no diário oficial da cidade. A previsão do impacto econômico é de R$ 3,4 bilhões obtidos pelo rebolar frenético dos 16 milhões de foliões, sendo 4,5 milhões de turistas. Haja cruzamento de Ipiranga com São João para servir de pista de dança para tanta gente!

Com 767 agremiações inscritas, haverá 860 desfiles e cortejos que seguramente passarão pela frente de muitos condomínios, que terão suas rotinas alteradas. Gestores terão de investir em adaptações para que a vida continue normal nesses três finais de semana, em que muitas vezes ninguém pode entrar nem sair na rua. Entregas são suspensas e emergências médicas têm de ser tratadas de maneira não convencional, já que nada disso é levado em conta quando o acesso das famílias residentes é bloqueado pelo advento festivo.

A falta de preparo da população para esse tipo de evento é notada ainda pela grande quantidade de lixo deixada para trás. Canteiros públicos e os que constituem a frente dos condomínios são sapateados e muitas vezes servem de banheiro. Na tentativa de mitigar essas ocorrências, síndicos investem em grades de isolamento. Aumentam a rotina de limpeza e muitas vezes precisam contar com a empatia dos funcionários que precisarão recolher restos e dejetos humanos, que passarão a "enfeitar" nossas entradas sociais. Com frequência, gestores lançam mão da contratação de contingente adicional para segurança externa. Aumentam a iluminação, e já vi até recorrerem a alertas sonoros para pedido de socorro, pois muitas vezes a turba adentra limites que são de uso privativo.

Mas, claro, a rua é de todos e quem tem o bloquinho passando na porta pode curtir de camarote as atrações. Quem já sabe do perrengue também pode se programar e deixar a capital nesses dias. Enfim, a Pauliceia lança mais um desafio para seus habitantes.

Interessante, claro, observar que há demanda por esse tipo de evento, e que essa tendência só aumentará. Dessa forma, cabe aos gestores ajustar suas operações em termos de mudança de rotinas de limpeza e segurança e, claro, também de programação financeira. Querendo ou não, surgiu agora uma nova necessidade e os condomínios têm de se adaptar.

Vale refletir, também, que caberá a todos os cidadãos, e não só ao síndico, um posicionamento. Participar das audiências públicas, escrever e-mails, fazer abaixo-assinados. Temos de ativamente participar das decisões que modificam o uso do espaço público. Assim como os bloquinhos, talvez esse maior engajamento para que haja diálogo da população com os órgãos municipais seja uma grande novidade, à qual o paulistano também terá de se adaptar.

Cabe aos gestores ajustar suas operações em termos de mudança de rotinas de limpeza e segurança e também de programação financeira. Surgiu agora uma nova necessidade e os condomínios têm de se adaptar

Conteúdo patrocinado





Indicadores **Alimentos**

Após carne e café, verduras disparam e pressionam a inflação da comida

Preços que registraram queda na primeira semana deste mês subiram agora em razão das fortes chuvas na região produtora

MÁRCIA DE CHIARA

Depois da carne e do café, o novo foco da inflação está nos produtos vendidos em feiras livres. Os preços das verduras, que recuaram na primeira semana de fevereiro em relação ao mesmo período do mês anterior, voltaram a subir com força na segunda e terceira semanas deste mês, saindo da deflação para a inflação. Já os ovos continuaram a trajetória de alta.

O aumento nos preços tem relação com o clima. As chuvas pesadas de duas semanas atrás inundaram as lavouras do cinturão verde de São Paulo, provocaram perda na produção e agora estão impactando os preços ao consumidor.

Entre as verduras, a grande vilã é a alface. O preço da hortaliça tinha recuado 8,79% na primeira semana de fevereiro, segundo pesquisa semanal de preços da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), mas subiu 5,95% na semana seguinte e teve alta de 18,48% na terceira semana deste mês.

O brócolis, com altas de 4,33%, 5,93% e 12,78% na primeira, na segunda e na terceira semana de fevereiro, respectivamente, contribuiu para a mudança de cenário. As verduras em geral, que tinham ficado 5,15% mais baratas na primeira semana de fevereiro, registraram alta de 5,7% na segunda e fecharam a terceira com aumento de 12,11%, aponta a Fipe.



BENEDITO TSUGUSHIRO GISHIFU/ARQUIVO PESSOAL

Lavoura alagada do produtor Tsugushiro Gishifu, em Mogi das Cruzes

O produtor Benedito Tsugushiro Gishifu, de 62 anos, que produz hortaliças em Mogi das Cruzes (SP), perdeu 80% da produção de alface, coentro, repolho e espinafre. "De seis hectares plantados, cinco tiveram perda total", diz. O motivo foi a chuva excessiva que atingiu a região 15 dias atrás. "Todo dia chovia à tarde e não tinha sol", conta.

Com isso, as áreas ficaram alagadas e houve proliferação de bactérias e fungos nas verduras. A saída, segundo o produtor, foi incorporar essa verdura ao solo e voltar a plantar.

Se o tempo ajudar, a oferta deve se regularizar em 60 dias, calcula o produtor. Uma caixa com 20 pés de alface que, em épocas normais, saía por R$ 25, hoje está custando R$ 60, diz Gishifu, que vende diretamente verduras para os feirantes. É uma alta de 140% em poucas semanas.

Bruno Takahasi, agrônomo do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes (SP), calcula que, em média, as perdas foram de 50% na produção de verduras na região de atuação do sindicato, que reúne cerca de 250 produtores. "Quem não perdeu antecipou a colheita de pés de alface menores e com preços elevados", diz ele, confirmando que as altas de preços passam de 100%.

A região de Mogi das Cruzes responde por cerca de 10% a 15% do abastecimento da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (Ceagesp).

Em alta

Alface teve alta de 18,48% na terceira semana deste mês; já o brócolis subiu 12,78% no mesmo período

REPIQUE DOS OVOS. No caso dos ovos, as cotações tiveram um repique. Depois de subir 3,08% na primeira semana de fevereiro, aumentaram 11,96% na segunda semana e registraram alta de 24,32% na terceira semana deste mês, segundo pesquisa semanal da Fipe.

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) diz, em nota, que "a alta registrada no preço dos ovos é uma situação sazonal, comum ao período pré e durante a quaresma". ●

ESTADÃO
QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO



CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA
Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.



ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

ACESSE E CONHEÇA



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS
A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES
CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)
ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS
LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

ESTADÃO150 ESTADÃO RI 107,3 broadcast

Eufrázio

CAIXA *Residencial*

XS3 SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 38.155.802/0001-43

Relatório da **Administração**

Nossa trajetória (principais fatos e alterações societárias)

A XS3 Seguros S.A. ("CAIXA Residencial", "seguradora" ou "companhia") foi constituída em 2020 no contexto da operação contemplada no Acordo de Associação celebrado entre a Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), a CAIXA Seguridade Participações S.A. e a Tokio Marine Seguradora S.A., por meio do qual foi decidida a criação de uma nova parceria para explorar, de maneira exclusiva ou preferencial, conforme o caso, a distribuição, promoção, oferta e venda de produtos de seguro habitacional e residencial na rede de distribuição da CAIXA.

Em 4 de janeiro de 2021 foi concluído o fechamento da operação, fazendo com que a CAIXA Residencial se tornasse uma "*Joint Venture*" entre a CAIXA Seguridade e a Tokio Marine Seguradora e possibilitando o início das operações de emissão de prêmios nos ramos "Habitacional" e "Residencial".

Após o fechamento da operação, a participação acionária passou a ter a CAIXA Seguridade com 75% de participação no capital total da CAIXA Residencial, sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% de suas ações preferenciais. A Tokio Marine, por sua vez, detém 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da CAIXA Residencial.



Joaquim Cruz
CEO da CAIXA Residencial

Um novo olhar estratégico

Os primeiros anos da CAIXA Residencial focaram na implantação da companhia, no tombamento da operação e na estabilização dos processos, etapa fundamental para melhor explorar as oportunidades do ecossistema.

Em 2024, construímos uma estratégia corporativa que integrou os cenários e tendências do mercado e as estratégias dos acionistas, e desenvolvemos uma proposta de estrutura organizacional em condições de entregar as novas capacidades estabelecidas pela estratégia com um orçamento integrado, ou seja, aperfeiçoamos nossa arquitetura estratégica, contemplando todas as exigências de inovação, comunicação, pessoas, processos e resultados.

Os efeitos desse novo ciclo nos trouxeram muito trabalho e nos levaram a diversas conquistas, dentre elas: as superações de metas; o aumento da exposição da marca junto aos empregados e aposentados da CAIXA; o crescimento de *market share*; a ampliação de sinergia com empresas do conglomerado; a construção de um ambiente corporativo mais cooperativo e acolhedor conforme Certificação FIA *Employee Experience* (FEEx) - Clima Organizacional; a elevação da nossa avaliação realizada pela Rede CAIXA; a inauguração do nosso escritório em Brasília; e a maior aplicação de recursos das leis de incentivo à Cultura (Lei Rouanet), ao Desporto (Lei de Incentivo ao Esporte) e demais fundos sociais regulamentados. Tudo isso foi motivo de muito orgulho para todos nós.

Vamos aos números que apresentam melhor nossas conquistas de 2024 comparadas ao ano de 2023: registramos um crescimento de 60% no Seguro Habitacional, atingindo R$1,283 MM, e 18% para o Seguro Residencial, com R$857 MM em prêmios emitidos. Assim, aumentamos o faturamento em 40% (R$616 MM), alcançando o volume de R$2,140 MM, o que nos levou a um resultado de R$521 MM, um acréscimo de 36% em relação ao ano anterior, mantendo o índice combinado em 63%, ou seja, bem abaixo dos índices da concorrência.

Assim, em uma jornada construída a partir do compromisso de todo o time em levar proteção e cuidado preventivo a todos os lares e comunidades brasileiras, diversas entregas transformaram a experiência dos funcionários e dos clientes em iniciativas pautadas em valores que contribuíram com a sociedade.

A CAIXA Residencial também esteve lado a lado com os moradores do Rio Grande do Sul, onde intensificou o atendimento após as fortes chuvas que atingiram diversas cidades, entre abril e maio de 2024, reforçando o nosso apoio aos segurados, por meio das coberturas e assistências que possibilitaram a retomada e o funcionamento de suas residências.

Agradeço a todos que percorreram essa caminhada e vamos juntos, com dedicação, protagonismo e inovação, construir um futuro ainda mais seguro e sustentável para os lares do Brasil.

Agora nossos *stakeholders* esperam mais de nós. Assim, nossos desafios estão bem maiores, mas tenho certeza de que estão a nossa altura.

Governança

A área de Governança Corporativa da CAIXA Residencial conta com estrutura e processos consolidados, assegurando conformidade legal e a observância dos princípios e melhores práticas. A equipe atua com o assessoramento aos administradores e acionistas, que participam de maneira paritária dos conselhos, quer sejam deliberativos ou consultivos, sendo que estes últimos oferecem suporte técnico para os conselhos deliberativos.

Adicionalmente ao Comitê de Auditoria - COAUD, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, possuímos os seguintes Comitês Consultivos: Comitê de Nomeação e Remuneração, Comitê de Produtos e Negócios, Comitê Consultivo Financeiro, Comitê de Riscos e *Compliance* e Comitê de Transação de Partes Relacionadas.

Gestão

A CAIXA Residencial realizou uma revisão abrangente do seu planejamento estratégico para o próximo triênio 2025-2027. O plano foi desenvolvido por meio de uma reavaliação da visão de futuro do negócio, que resultou em uma nova proposta de essência para a companhia:



Propósito

Tornar a proteção e o cuidado preventivo acessíveis para todos os lares brasileiros e suas comunidades



Visão

Seremos especialistas em proteção e cuidado dos lares, referência em tecnologia de ponta e responsabilidade social



Valores/Princípios

- Foco no Cliente
- Inovação
- Confiança
- Sustentabilidade
- Relações.

A nova essência manteve indicadores estratégicos de performance e adicionou outros como relacionados à perenidade da companhia.

Essas novas diretrizes e habilitadores estratégicos vêm com o objetivo de fortalecer nossa posição de mercado e aumentar a eficiência operacional.

Esta revisão estratégica reflete o compromisso contínuo da CAIXA Residencial em aprimorar sua arquitetura organizacional de modo a responder aos objetivos do Planejamento Estratégico e, dessa maneira, consolidar resultados de curto, médio e longo prazo, assumindo cada vez mais protagonismo no mercado de seguros Habitacional e Residencial.

Desempenho dos negócios



Temos a satisfação de apresentar as demonstrações financeiras CAIXA Residencial relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

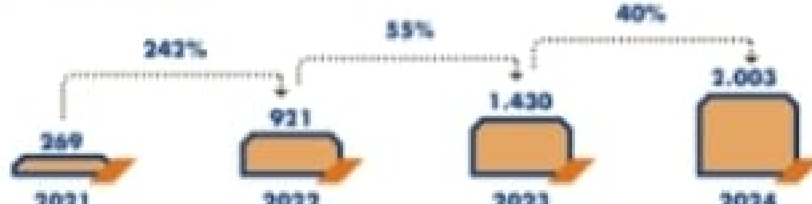
Prêmios emitidos (R$ milhões)



As receitas de prêmios emitidos em 2024 atingiram R$ 2.140 milhões sendo:

- R$ 857 milhões no Seguro Residencial - 3º lugar no ranking SUSEP com 14,1% do total
- R$ 1.283 milhões no Seguro Habitacional - 2º lugar no ranking SUSEP com 18,2% do total

Prêmios ganhos (R$ milhões)



Os prêmio ganhos totalizaram R$ 2.003 milhões (sendo R$ 720 milhões no Residencial e R$ 1.283 milhões no Habitacional).

A carteira de investimentos alcançou R$ 1.476 milhões (R$ 1.105 milhões em dezembro de 2023).

O patrimônio líquido da seguradora em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 1.790 milhões (R$ 1.756 milhões em dezembro de 2023) e como resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi registrado um lucro líquido de R$ 521 milhões (R$ 382 milhões em dezembro de 2023).

O Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, o PIS e a COFINS, totalizaram R$ 425 milhões (R$ 323 milhões em dezembro de 2023).

continua→

CAIXA *Residencial*

XS3 SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 38.155.802/0001-43

continuação



Clima organizacional

A seguradora conta com cerca de 290 colaboradores (230 em dezembro de 2023) e mantém programas para desenvolvimento profissional e para o bem-estar.

Em 2024, CAIXA Residencial implementou as seguintes iniciativas:

- **Programa de Saúde e Bem-estar:** ginástica laboral, *quick massage* e acesso ao aplicativo TotalPass (academia);
- **Primeiro circuito de corridas de rua *"Neo Running"*:** distribuiu gratuitamente aos seus colaboradores kits para participação nas modalidades caminhada e corrida;
- **Capacitação online:** por meio do convênio com a Universidade CAIXA e da criação da Redeflix (plataforma da CAIXA para produção de cursos e treinamentos) e do podcast Fora da Casa, os colaboradores têm acesso a cursos, artigos, infográficos, entrevistas e *e-books* disponíveis nestas plataformas digitais, perfazendo diversos temas para o seu desenvolvimento profissional;
- **Programa de Imersão para Executivos:** visa imergir os executivos da companhia nas diferentes realidades das agências da CAIXA, de todas as regiões do país, proporcionando uma experiência enriquecedora e genuína, identificando oportunidades, dores e desafios e aprimorando a nossa estratégia organizacional.

A companhia também participa do programa Empresa Cidadã, que oferece aos colaboradores a possibilidade de aumento da licença maternidade de quatro para seis meses e da licença paternidade de cinco para 20 dias.

A CAIXA Residencial realiza anualmente a Pesquisa de Clima Organizacional e, em 2024, em reconhecimento às ações que vêm sendo realizadas em prol de um ambiente corporativo mais cooperativo e acolhedor, a companhia recebeu pelo quarto ano consecutivo a Certificação FIA *Employee Experience* (FEEx) - Clima Organizacional.

CAIXA Residencial e ESG



A seguradora efetuou doações incentivadas por meio dos programas de incentivo à Educação, à Cultura (Lei Rouanet) e ao Desporto (Lei de Incentivo ao Esporte), de apoio aos idosos (Fundo do Idoso), na atenção oncológica (PRONON) e de incentivo a projetos de apoio à criança e adolescente (FIA - Fundo para Infância e Adolescência). Os valores transferidos para estes programas, via incentivo fiscal, atingiram R$ 10,7 milhões em 2024.

Além disso, a CAIXA Residencial realizou campanhas de engajamento junto à Rede, que arrecadaram no mesmo ano a quantia de R$893.382,99, em apoio às ações socioambientais em parceria com a ONG Moradia e Cidadania.

Houve outras doações ao longo do ano com diferentes instituições, bem como os projetos advindos do programa "Ajudo+", criado por iniciativa de nossos colaboradores, que compartilham doações para as pessoas em situações de vulnerabilidade.

Em 2024, a CAIXA Residencial publicou seu primeiro relatório de Sustentabilidade, referente ao calendário anterior (2023), em cumprimento aos requisitos da Circular SUSEP nº 666, bem como seguindo o padrão internacional de relato da *Global Reporting Initiative* (GRI), que visa comunicar o impacto das atividades no meio ambiente, nas pessoas e na economia por meio de indicadores relacionados à materialidade da companhia, estabelecida em 2023, durante um processo que envolveu diferentes *stakeholders*.



Ações durante as fortes chuvas no Rio Grande do Sul

Em apoio à população do Rio Grande do Sul afetada pelas enchentes entre abril e maio, a CAIXA Residencial realizou uma série de iniciativas dentre as quais destacamos:

- **Venda Solidária:** doação de 1% das vendas de 3 a 10 de maio para a ONG Moradia e Cidadania, totalizando R$178.682,99 com objetivo de ajudar as famílias atingidas;
- **Treinamento da Rede:** no início de maio, a CAIXA Residencial efetuou treinamentos com mais de 1.800 colaboradores que atuam nas agências da CAIXA afetadas pela enchente, com o objetivo de tornar o processo de avisos de sinistros mais rápido e assertivo, auxiliando as famílias no recebimento das indenizações;
- **Operação no Rio Grande do Sul:** desde o início do período das enchentes, a companhia montou uma operação com colaboradores dos cargos de gestão e diretores para atuarem no enfrentamento da crise na cidade de Porto Alegre, possibilitando uma visão mais realista da situação e respostas mais rápidas às demandas de nossos segurados;
- **Comitê de Crise:** a Companhia implementou um comitê de crise diário composto pelos diretores estatutários e pelos responsáveis das áreas técnicas na empresa para tratar especificamente da situação de nossos segurados nas regiões afetadas, tornando mais rápido a tomada de decisão da companhia e fornecendo apoio de maneira ágil e assertiva.

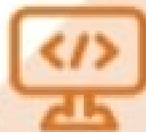
Aperfeiçoamento da Arquitetura de TI

Ao longo do ano de 2024, a CAIXA Residencial realizou significativos avanços em tecnologia, refletindo nosso compromisso com a transformação digital, eficiência operacional, foco no cliente e atendimento às legislações vigentes. Neste ano, iniciamos a internalização de sistemas relevantes ao nosso negócio (faturamento, subscrição de riscos e regulação de sinistros) do ramo Habitacional para maior independência e autonomia na operação dos processos relacionados ao seguro habitacional, com entrega prevista para 2025.

Dentre as iniciativas implantadas em 2024 destacamos:

- **Digitalização da CAIXA Residencial:** suporte ao cliente com deficiência auditiva, aplicativo para segurados, site institucional, *chat* para atendimento à Rede CAIXA e autoatendimento. Em outubro, 40% dos atendimentos do *Contact Center* foram feitos via WhatsApp;
- ***Clash* para resseguro:** criação de uma ferramenta para extrair, identificar, calcular e contabilizar *Clash* no Resseguro, resultando na recuperação de sinistros no valor de R$ 55.897.915,70;
- **Otimização da infraestrutura de *Cloud Computing*:** gerando economia significativa através do uso de balanceadores de carga na AWS;
- **Portfólio de Projetos em Tecnologia:** conclusão de 24 projetos alinhados à estratégia da empresa, divididos em Transformação Digital (10), Eficiência Operacional (4), Regulatórios (4), Resultados Sustentáveis (6);
- **Aplicativo CAIXA Residencial:** seja no *smartphone* ou *tablet*, o cliente conta com acesso a toda à sua jornada na companhia na palma da mão, incluindo consultas a pagamentos, segunda via de documentos, coberturas, atualização cadastral, aviso de sinistro, renovação/cancelamento de apólice, dentre outros serviços.

Todas essas iniciativas, focadas na Transformação Digital, não apenas melhoraram a experiência do cliente, mas também contribuíram significativamente para a eficiência operacional da CAIXA Residencial. Nosso compromisso com a conformidade regulatória garante que todas as soluções tecnológicas estejam em conformidade com as normativas aplicáveis, assegurando a confiança e segurança dos nossos clientes.



Novidades nos produtos CAIXA Residencial

Com foco na experiência do nosso cliente, a CAIXA Residencial desenvolveu projetos e implementou diversas iniciativas voltadas para os produtos ofertados e melhorias nas jornadas e no relacionamento com os segurados e a Rede CAIXA. No segmento Habitacional, a companhia lançou o CAIXA Seguro Habitacional Especial Ampliado, que oferece ao cliente 14 coberturas adicionais e 53 serviços para sua residência, além do sorteio de até R$ 750 mil, que podem ser utilizados para quitação do saldo do financiamento imobiliário. Também ocorreu a internalização do sistema de gestão do Seguro Habitacional visando a agilidade dos processos, com a aquisição dos sistemas de faturamento, subscrição de riscos, regulação de sinistros e internalização do conhecimento em TI para este ramo.

Para os seguros residenciais, a companhia ampliou a proteção ofertada ao conteúdo do imóvel, onde o cliente pode contratar também coberturas para bicicleta, celular, notebook, videogame e instrumentos musicais ao contratar o Seguro Residencial. Pensando no perfil das residências e no atendimento dos serviços contratados, a CAIXA Residencial disponibilizou o *upgrade* de assistência, para que o segurado realize a alteração das coberturas da assistência 24 horas durante a vigência da apólice.

A área de Sinistros também recebeu uma nova implementação, a partir da reformulação do processo de sinistros, com novas funcionalidades que agilizam a jornada do segurado, como a comunicação e envio de documentos via WhatsApp. Utilizando a inovação para ampliar a experiência do nosso cliente, a CAIXA Residencial conta com a DIALMYAPP, plataforma digital que oferece a opção de migrar do atendimento telefônico para uma experiência 100% digital, por meio da interceptação de chamadas no menu de atendimento. Já para a jornada de contratação, voltada para a autocompra, o site da CAIXA Residencial foi reestruturado e inclui agora o acesso ao novo cotador digital, em que o cliente escolhe as coberturas e assistências que melhor se adequar ao seu imóvel e perfil, ampliando os canais de comercialização dos produtos ofertados pela companhia.

Política de distribuição de dividendos

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da seguradora têm assegurados - a título de dividendos - a distribuição de, pelo menos, 75% dos resultados obtidos no exercício, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e respeitando os índices mínimos de liquidez e solvência.

A seguradora realizou as seguintes distribuições de dividendos em 2024 e início de 2025:

- Em abril de 2024, ocorreu o pagamento dos dividendos no valor de R$ 214 milhões, relativo ao lucro do 2º semestre de 2023. Vale ressaltar que os lucros dos períodos anteriores já haviam sido integralmente distribuídos a título de dividendo aos acionistas;
- Em julho de 2024, ocorreu o pagamento dos dividendos intercalares no valor de R$ 117 milhões, relativo ao lucro do 1º trimestre de 2024;
- Em outubro de 2024, ocorreu o pagamento dos dividendos intercalares no valor de R$ 110 milhões, relativo ao lucro do 2º trimestre de 2024;
- Em janeiro de 2025, ocorreu o pagamento dos dividendos intercalares no valor de R$ 145 milhões, relativo ao lucro do 3º trimestre de 2024.



Implantação de ferramenta corporativa de Governança, Riscos e Controles - GRC

A gestão de riscos e *compliance* é uma prioridade estratégica para a CAIXA Residencial. Com base em um framework alinhado às melhores práticas locais, internacionais e às regulamentações vigentes, como a resolução CNSP nº 416/21, a companhia realiza um acompanhamento tempestivo de seu perfil, apetites, exposições e tolerâncias a riscos para otimizar a gestão de capital, realizando revisões periódicas de todos os seus componentes.

A área de riscos e compliance, em conjunto com as demais linhas de defesa, implantou uma plataforma integrada de GRC (Sistema de Governança, Riscos e Controles), pela qual é realizada a gestão de toda a jornada de registro, monitoramento e reporte das exposições a riscos, permitindo a implementação de medidas mitigatórias e o aprimoramento contínuo de nossos controles internos, por meio de uma abordagem holística, proativa e integrada, que proporciona a identificação e resposta de maneira eficaz às ameaças e oportunidades, assegurando a solidez e competitividade em respostas aos riscos de subscrição, liquidez, de mercado, de crédito, operacional, regulatório, dentre outros aos quais a CAIXA Residencial está exposta.

Considerações finais e agradecimentos

A CAIXA Residencial agradece o apoio e a confiança dos segurados, acionistas, conselheiros e de seus colaboradores.



continua

CAIXA Residencial

XS3 SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 38.155.802/0001-43

continuação

Balanço Patrimonial - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	1.990.866	1.478.333
Disponível	2.610	133
Caixa e bancos	2.610	133
Aplicações (Nota 7)	1.476.411	1.104.977
Créditos das operações com seguros e resseguros	267.729	185.323
Prêmios a receber (Nota 8.1)	264.309	185.323
Operações com resseguradoras (Nota 8.4)	3.420	-
Outros créditos operacionais (Nota 8.2)	49.613	31.670
Ativos de resseguro (Nota 9)	15.870	2.704
Títulos e créditos a receber	5.882	3.525
Créditos tributários e previdenciários (Nota 10)	5.581	3.407
Outros créditos	301	118
Despesas antecipadas	137	109
Custos de aquisição diferidos (Nota 13)	172.614	149.892
Seguros	172.614	149.892
Ativo não circulante	1.416.039	1.426.171
Realizável a longo prazo	168.066	112.776
Créditos das operações com seguros e resseguros	59.147	27.356
Prêmios a receber (Nota 8.1)	59.147	27.356
Ativos de resseguro (Nota 9)	621	439
Outros valores e bens	63	754
Custos de aquisição diferidos (Nota 13)	108.235	84.227
Seguros	108.235	84.227
Imobilizado (Nota 14)	3.031	2.164
Bens Móveis	2.424	1.613
Outras imobilizações	607	551
Intangível (Nota 15)	1.244.942	1.311.231
Outros intangíveis	1.244.942	1.311.231
Total do ativo	3.406.905	2.904.504

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante	1.267.142	892.315
Contas a pagar	447.995	289.029
Obrigações a pagar (Nota 16.1)	188.691	140.454
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 16.2)	14.886	11.818
Encargos trabalhistas	4.262	3.169
Impostos e contribuições (Nota 16.3)	240.156	133.588
Débitos de operações com seguros e resseguros	98.021	55.328
Prêmios a restituir	11.003	2.386
Operações com resseguradoras	4.324	1.406
Corretores de seguros e resseguros (Nota 8.3)	82.694	51.423
Outros débitos operacionais	-	113
Depósitos de terceiros	525	2.117
Provisões técnicas - seguros (Nota 17)	720.421	543.671
Danos	720.421	543.671
Outros débitos	180	2.170
Débitos diversos	180	2.170
Passivo não circulante	349.591	256.625
Débitos das operações com seguros e resseguros	15.455	6.343
Corretores de seguros e resseguros (Nota 8.3)	15.455	6.343
Provisões técnicas - seguros (Nota 17)	333.673	249.995
Danos	333.673	249.995
Outros débitos (Nota 12)	463	287
Provisões judiciais	463	287
Patrimônio líquido	1.790.172	1.755.564
Capital social (Nota 18 b)	156.670	156.670
Reservas de capital	1.503.330	1.503.330
Reservas de lucros	130.172	95.564
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.406.905	2.904.504

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Demonstração do resultado	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos (Nota 20)	2.139.547	1.524.122
Variações das provisões técnicas de prêmios (Nota 21.1)	(136.234)	(94.540)
Prêmios ganhos	2.003.313	1.429.582
Sinistros ocorridos (Nota 21.2)	(459.148)	(203.181)
Custos de aquisição (Nota 21.3)	(504.981)	(382.046)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22)	(8.536)	(6.306)
Resultado com resseguro	65.579	(7.314)
Receita com resseguro (Nota 23)	74.747	-
Despesa com resseguro (Nota 23)	(9.168)	(7.314)
Despesas administrativas (Nota 24)	(259.465)	(229.650)
Despesas com tributos (Nota 25)	(88.338)	(66.935)
Resultado financeiro (Nota 26)	129.075	115.620
Resultado operacional	876.479	649.770
Resultado antes dos impostos e participações	876.479	649.770
Imposto de renda (Nota 11)	(210.285)	(160.754)
Contribuição social (Nota 11)	(131.789)	(97.001)
Participações sobre o lucro (Nota 3 j)	(13.715)	(9.760)
Lucro do exercício	520.690	382.255
Quantidade de ações	13.534	13.534
Lucro por ação	38,47	28,24

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	520.690	382.255
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	520.690	382.255

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Lucro do exercício:	520.690	382.255
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	87.261	98.560
(Ganho)/Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	562	(1.026)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(371.434)	(305.852)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(114.706)	(62.016)
Ativos de resseguro	(13.348)	960
Ativo fiscal diferido	(2.174)	1.362
Despesas antecipadas	(28)	(9)
Custos de aquisição diferidos	(46.730)	(30.621)
Outros ativos	(17.435)	(3.465)
Impostos e contribuições	106.568	114.530
Débitos de operações com seguros e resseguros	51.805	2.389
Depósitos de terceiros	(1.592)	2.117
Provisões técnicas - seguros e resseguros	280.428	137.276
Provisões Judiciais	176	225
Outros passivos	(113.656)	(31.864)
Caixa gerado pelas Operações:	346.387	304.821
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	346.387	304.821
Atividades de investimento		
Intangível	(20.668)	8.192
Imobilizado	(1.175)	(959)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	(21.843)	7.233
Atividades de financiamento		
Dividendo adicional pago	(95.564)	-
Dividendo mínimo pago	(226.503)	(324.979)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(322.067)	(324.979)
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	2.477	(12.925)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	133	13.058
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.610	133

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Discriminação	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	156.670	1.503.330	39.186	-	1.699.186
Distrib. de Dividendos Adic. de 2022 AGO/E de 31/03/2023 Portaria nº 1681	-	-	(39.186)	-	(39.186)
Resultado do Exercício	-	-	-	382.255	382.255
Proposta P/ Distrib. do Resultado					
Dividendos mínimos (75%)	-	-	-	(286.691)	(286.691)
Dividendo adicional proposto	-	-	95.564	(95.564)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	156.670	1.503.330	95.564	-	1.755.564
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	156.670	1.503.330	95.564	-	1.755.564
Distrib. de Dividendos Adic. de 2023 AGO/E de 26/03/2024 Portaria nº 2.089	-	-	(95.564)	-	(95.564)
Resultado do Exercício	-	-	-	520.690	520.690
Proposta P/ Distrib. do Resultado					
Dividendos mínimos (75%)	-	-	-	(390.518)	(390.518)
Dividendo adicional proposto	-	-	130.172	(130.172)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	156.670	1.503.330	130.172	-	1.790.172

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

Nota 1 - Contexto operacional e informações gerais

A Caixa Residencial (nome fantasia da XS3 Seguros S.A. e doravante denominada "Caixa Residencial", "Companhia" ou "Seguradora"), é uma sociedade por ações, inscrita sob o CNPJ nº 38.155.802/0001-43, constituída em 19 de agosto de 2020, tendo sua sede localizada na Rua Desembargador Eliseu Guilherme, nº 84, térreo ao 7º andar, Paraíso, São Paulo - SP, CEP: 04004-030. A Seguradora é controlada em conjunto pela Tokio Marine Seguradora S.A ("Tokio Marine") e pela Caixa Seguridade Participações S.A. ("CAIXA Seguridade"). A Seguradora iniciou suas operações comerciais mediante acordo de associação firmado entre a Tokio Marine e a Caixa Seguridade, para exploração pelo prazo de 20 anos, dos ramos de seguros Habitacional e Residencial na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal (denominado "Balcão CAIXA"). Neste acordo de associação a Seguradora passou a ser um "Joint Venture" na qual a CAIXA Seguridade detém 75% de participação no capital total da Caixa Residencial, sendo titular de 49,99% de suas ações ordinárias e 100% de suas ações preferenciais. A Tokio Marine, por sua vez, detém 50,01% das ações ordinárias, em montante correspondente a 25% de participação no capital total da Caixa Residencial. A Caixa Residencial remunera a CAIXA Seguridade com as despesas totais de comercialização por produto em valores predefinidos (comissão de distribuição de 36,4% e 20% para residencial e habitacional, respectivamente), além de uma taxa de performance atrelada ao desempenho anual em volume e lucratividade. A Caixa Residencial tem gestão e governança compartilhada entre a CAIXA Seguridade e a Tokio Marine, sendo que cada acionista indica 3 (três) membros para o Conselho de Administração. A Diretoria Executiva da Caixa Residencial é composta por 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) indicados pela Tokio Marine, 2 (dois) indicados pela Caixa Seguridade e 1 (um) com indicação conjunta, e com funcionamento de maneira colegiada e compartilhada.

Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). Estas práticas incluem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") referendados pela SUSEP por meio da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2025.

Nota 3 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente com as do período anterior.

a) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua e é também a sua moeda funcional. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades em moeda nacional e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa e com baixo risco de mudança no valor, com liquidez originalmente inferior a 90 dias. **c) Ativos financeiros: c.1) Ativos financeiros - mensuração e classificação:** Os ativos financeiros, no reconhecimento inicial, são classificados de acordo uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios, na categoria "mensurados ao valor justo por meio do resultado". Esses ativos são classificados no circulante independentemente do seu prazo de vencimento. **c.2) Recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os recebíveis não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais", e "Títulos e créditos a receber". Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e reconhecidos pelo prazo de vencimento das parcelas. **c.3) Determinação do valor justo dos ativos financeiros:** O valor justo dos ativos financeiros é determinado com base em cotações observadas em mercados ativos, a preços de mercado, cotados na data do balanço. Estes instrumentos compreendem fundos de investimento avaliados pelo valor da cota, informados pelos administradores dos fundos na data do balanço. **d) *Impairment* (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros: d.1) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (recebíveis):** A Seguradora reconhece uma perda por redução ao valor recuperável de prêmios a receber de seguros com base em estudo técnico para redução ao valor recuperável. **d.2) Ativos não financeiros:** Para os ativos não financeiros que apresentam vida útil definida, a Administração avalia anualmente a existência ou não de indicativos de impairment e, em caso positivo, é realizado o teste. No exercício de 2024, não foram identificados indícios de perdas no valor contábil dos ativos não financeiros. **e) Avaliação de contratos de resseguro:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores por sinistros e pela parcela proporcional das provisões técnicas (PPNG, PSL, IBNR e PDR) de contratos de seguro objeto de operações de resseguro. São avaliados consistentemente com os saldos de passivos que foram objeto de resseguro e conforme os termos e as condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos, substancialmente, por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro líquidos de comissões. **f) Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição sobre prêmios emitidos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices. **g) Ativos intangíveis:** A Seguradora é parte em contrato para exploração do Balcão da Caixa Econômica Federal pelo período de 20 anos, conforme descrito na Nota 1, período pelo qual o saldo é mensalmente amortizado, pelo método linear, em contrapartida ao resultado. Além disso, a Seguradora registra, no intangível, as licenças de software, pelo custo do contrato, e a amortização, de acordo com as vigências das prestações de serviços. **h) Contratos de seguro e de resseguro, e contrato de investimento - classificação:** De acordo com as determinações contidas no CPC 11 - Contratos de Seguro, que define as características de um Contrato de Seguro, a Seguradora procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou as suas operações como "Contratos de Seguro". Os contratos de resseguro são classificados como "Contratos de Seguro", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguro. Os contratos de investimento são aqueles que não transferem riscos significativos de seguro. A Seguradora possui este tipo de contrato na data do balanço e o seu registro contábil é efetuado conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. **i) Avaliação dos passivos originados de contratos de seguro: i.1) Passivos de contratos de seguro: Seguros de Ramos Elementares sob o regime financeiro de repartição simples:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e são calculadas com base em metodologias estatísticas e/ou atuariais formalizadas em Notas Técnicas Atuariais. A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é calculada pelo método *pro rata die*, com base nos prêmios emitidos objetivando provisionar a parcela do prêmio correspondente ao período de risco ainda não decorrido, contado a partir da data-base de cálculo. A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes e Não Emitidos - PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos aos riscos assumidos pela Seguradora cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa com base nos valores a indenizar, quando do registro dos sinistros no sistema da Seguradora. Adicionalmente, pode ser constituído o ajuste de IBNER (Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados), que tem como objetivo estimar os ajustes de valores que os sinistros já avisados sofrerão ao longo do processo de regulação. A apuração desse ajuste considera o desenvolvimento histórico dos sinistros. A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora e é calculada a partir do comportamento histórico observado entre a ocorrência e o cadastro/aviso do sinistro. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo, tanto as despesas que podem ser individualmente relacionadas aos sinistros, quanto aquelas que só podem ser atribuídas aos sinistros de maneira agrupada. **i.2) Teste de adequação dos passivos (*Liability Adequacy Test* - LAT):** Nas datas-base de junho e dezembro, a Seguradora elabora o Teste de Adequação de Passivos - TAP, com o objetivo de verificar a sua adequação às obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro vigentes na data de execução do teste, de acordo com o CPC 11 e com os critérios mínimos determinados pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. O teste é elaborado com base em premissas atuais, realistas e não tendenciosas, as quais são aplicadas com o objetivo de produzir as melhores estimativas correntes para todos os fluxos de caixa futuros, brutos de resseguro, incluindo-se as despesas administrativas, operacionais, de liquidação de sinistros, tributos e deduzindo-se os custos de aquisição. Retornos de investimentos, custos de resseguro e o adicional de fracionamento não são considerados. Quando pertinentes, são consideradas as receitas decorrentes de salvados e ressarcimentos de terceiros como um fator redutor na execução do Teste de Adequação de Passivos. Para determinação das estimativas correntes dos fluxos de caixa, os contratos são agrupados por similaridade, de acordo com padrão de gerenciamento de risco estabelecido pela Seguradora: 1061 - Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista, 1065 - Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Demais Coberturas e 0114 - Compreensivo Residencial. Para ramos com característica de risco decorrido, a Seguradora considera o histórico dos prêmios ganhos de cada contrato para apurar a sua melhor estimativa de receita de prêmios em períodos posteriores à data-base de cálculo. Os fluxos de caixa de obrigações futuras são estimados com base na sinistralidade. Para determiná-la, a Seguradora verifica a média de sinistralidade observada por agrupamento em determinado período, excluindo-se os extremos da série. Para maior segurança estatística, é adicionada a esta média o desvio padrão da sinistralidade observada. Para o grupamento 1061 - Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista, os fluxos de caixa de obrigações futuras são estimados com base nas Tábuas de Mortalidade BR-EMS, conforme regulamentação em vigor. Para os demais agrupamentos, os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco ETTJ (Estrutura a Termo de Taxa de Juros), publicadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, considerando o cupom da curva de juros do indexador da obrigação IPC-A (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - Amplo). Caso seja identificada qualquer insuficiência de provisão no teste em referência, a Seguradora reconhece imediatamente a perda, sendo ela na Provisão Complementar de Cobertura - PCC ou na respectiva provisão técnica deficitária a depender da origem da insuficiência, conforme critérios estabelecidos na regulamentação vigente. Expectativas de recuperações de resseguro são consideradas, porém dado o histórico e natureza das operações da Seguradora, não são relevantes. No contexto destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, não foram observadas insuficiências de provisão nos grupos analisados. **j) Benefícios a empregados:** A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência complementar aberto para os seus funcionários, administrado pela Caixa Vida e Previdência, nas modalidades PGBL e VGBL. As contribuições são realizadas de maneira facultativa pelo participante, com contrapartida da patrocinadora de 100% da contribuição do empregado. A Seguradora possui um programa de participação nos lucros, de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000. Uma provisão estimada foi constituída para fazer face aos pagamentos desse programa. Os demais passivos trabalhistas, tais como férias, 13º salário e outras, são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor, e registradas segundo o regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos empregados. Demais benefícios de curto prazo concedidos aos empregados são: seguro saúde e odontológico, seguro de vida, auxílio-alimentação, auxílio-refeição, auxílio-medicamento, auxílio-creche e vale transporte, os quais são registrados à medida em que são incorridos. A remuneração global do pessoal-chave da Administração no exercício foi de R$ 7.271. **k) Dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio:** De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 75% calculado sobre o lucro líquido ajustado do período. A Seguradora pode a qualquer tempo levantar demonstrações financeiras em observância a qualquer determinação legal ou em razão de interesses societários, inclusive para deliberação de dividendos intermediários. Os dividendos mínimos obrigatórios e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo ao final do exercício, sendo que o montante de dividendos acima do mínimo obrigatório é mantido no patrimônio líquido até que o destino desse excedente seja aprovado em Assembleia Geral de Acionistas. **l) Reconhecimento de receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e reportadas nas demonstrações financeiras nos períodos a que se referem. **m) Receita de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros (adicional de fracionamento) cobrados sobre os parcelamentos dos prêmios de seguro são apropriados ao resultado no prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. **n) Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real tributável acima de R$ 240 mil ao ano, e a Contribuição Social calculada à alíquota de 15%, conforme a legislação vigente. As contribuições para o PIS e para a COFINS são calculadas sobre as receitas de prêmios e receitas financeiras dos ativos financeiros vinculados à cobertura das provisões técnicas, às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Nota 4 - Pronunciamento emitido e ainda não vigente

O seguinte pronunciamento foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e está com o seguinte status: • CPC 50 - Substitui o CPC 11 sobre contratos de seguro. A norma será aplicável à Seguradora quando for referendada pela SUSEP.

Nota 5 - Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas, julgamentos e premissas adotadas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os principais componentes em que a Administração exerce o julgamento e utiliza estimativas são: • Contratos de seguro e resseguro (Nota 3 h)); • Ativos financeiros (Nota 7); • Tributos (Nota 11); • Provisões Judiciais (Nota 12); • Provisões técnicas (Nota 17); e • Prêmios a receber - Redução ao valor recuperável - Impairment (Nota 8.1).

Nota 6 - Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos na Caixa Residencial segue as diretrizes estabelecidas em sua Política de Riscos e Controles Internos (aprovada pelo Conselho de Administração). Com base em um *framework* alinhado às práticas locais, internacionais e às regulamentações vigentes, a área de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance* realiza o acompanhamento de seu perfil, apetites, exposições e tolerâncias a riscos objetivando uma abordagem abrangente e eficaz na identificação, avaliação, mensuração, monitoramento e tratamento para mitigação dos riscos. A responsabilidade sobre o gerenciamento de riscos é dividida entre as três linhas na Companhia: 1ª Linha: Unidades de Negócio e Operacionais - responsáveis pela tomada de decisões quanto à gestão de riscos no dia a dia dos processos. 2ª Linha: Unidade de Riscos e Controles Internos e Unidade de *Compliance* - responsáveis por fornecer orientação e suporte às unidades de negócio, monitorar a eficácia dos controles de riscos e assegurar a conformidade com as regulamentações aplicáveis. 3ª Linha: Auditoria Interna - responsável por realizar avaliações sobre a eficácia do sistema de riscos e dos controles internos. Essa abordagem em três linhas, alinhadas entre si, contribui coletivamente para a criação e proteção de valor e com os interesses priorizados da Administração. Além disso, visando o cumprimento de requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança, a Companhia possui comitês que também são responsáveis pelo gerenciamento de riscos, tais como: Comitê de Riscos e *Compliance*, Comitê de Nomeação e Remuneração, Comitê Consultivo Financeiro, Comitê de Transações com Partes Relacionadas e Comitê de Auditoria. A estratégia de gestão de riscos da Caixa Residencial compreende as seguintes categorias, bem como suas respectivas exposições: **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as suas expectativas, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios e provisões técnicas. Para mitigar esse risco, adotamos políticas de subscrição baseadas em critérios técnicos e com definição de diretrizes e regras de alçadas de aprovação, conforme discriminação de papéis e responsabilidades, considerando os níveis de autoridade individuais e de acordo com os departamentos responsáveis. O risco de subscrição pode ser subdividido em 3 riscos, sendo eles: • Risco de Prêmios - possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente ao pagamento dos sinistros a incorrer; • Risco de Provisão - possível insuficiência dos saldos das provisões técnicas para fazer frente a pagamentos dos sinistros já ocorridos; e • Risco de Retenção - exposição a riscos individuais com Valor em Risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. **Concentração de risco por região:** A Caixa Residencial opera em todo o território nacional, conforme quadro a seguir: **a) Concentração de risco por região:**

Prêmios Emitidos - 01/01/2024 a 31/12/2024

Ramos agrupados	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Total
Residencial	367.384	199.715	89.531	43.953	155.430	856.913
Habitacional	581.958	295.284	132.071	48.159	225.162	1.282.634
	949.342	494.999	221.602	92.912	380.592	2.139.547

Prêmios Emitidos - 01/01/2023 a 31/12/2023

Ramos agrupados	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste	Região Norte	Região Nordeste	Total
Residencial	313.163	173.698	79.316	37.118	125.413	728.708
Habitacional	362.032	183.645	81.077	29.837	138.823	795.414
	675.195	357.343	160.393	66.955	264.236	1.524.122

A análise de sensibilidade é segmentada em Residencial e Habitacional, e permite avaliar os impactos em resultado e patrimônio líquido de alterações em variáveis relevantes de risco. A Companhia estima uma variação de 5% dos totais pagos em sinistros no período (incluindo despesas com sinistros). **Segmento Residencial:** No seguro Residencial, o gerenciamento do risco de subscrição busca tarifar as apólices por tipo de risco, considerando o custo médio e a frequência de sinistro por região, imóvel e perfil do segurado. Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

Impacto no resultado

Premissas atuariais	31/12/2024 Bruto de resseguro	31/12/2024 Líquido de resseguro
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(1.964)	(1.872)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	1.964	1.872
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(144)	(133)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	144	133

Impacto no resultado e no patrimônio líquido

Premissas atuariais	31/12/2023 Bruto de resseguro	31/12/2023 Líquido de resseguro
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(1.949)	(1.949)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	1.949	1.949
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(76)	(76)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	76	76

Segmento Habitacional: No seguro Habitacional, o gerenciamento do risco de subscrição busca tarifar as apólices, por tipo de risco, considerando o custo médio e a frequência de sinistro por região, imóvel e perfil do segurado. Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

Impacto no resultado

Premissas atuariais	31/12/2024 Bruto de resseguro	31/12/2024 Líquido de resseguro
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(14.880)	(11.895)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	14.880	11.895
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(248)	(188)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	248	188

Impacto no resultado

Premissas atuariais	31/12/2023 Bruto de resseguro	31/12/2023 Líquido de resseguro
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	(5.046)	(5.046)
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	5.046	5.046
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(60)	(60)
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	60	60

Risco de Mercado: O risco de mercado decorre da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que podem causar mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos da Seguradora. A carteira de investimentos da Seguradora em 31 de dezembro de 2024 (data-base do cálculo do capital de risco de mercado) estava alocada majoritariamente em títulos públicos federais apresentando baixa exposição ao risco de mercado e fundos de investimento de renda fixa cujas carteiras estão alocadas também majoritariamente em títulos públicos federais. A Companhia monitora o equilíbrio entre o fluxo de caixa do passivo e o fluxo de vencimento dos títulos e valores mobiliários, para gerenciamento dos riscos de liquidez e mercado. Além disso, a Companhia

continua

Eufrázio

CAIXA Residencial

XS3 SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 38.155.802/0001-43

← continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

utiliza o cálculo do VaR para o gerenciamento do risco de mercado de suas exposições financeiras, com um intervalo de confiança de 95%, o qual é monitorado continuamente. **Risco de Crédito:** Entende-se como risco de crédito a possibilidade de que a Seguradora venha a incorrer em perda financeira devido ao não cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato, por insolvência ou falta de liquidez das resseguradoras, segurados e emissores de ativos financeiros ou outras contrapartes. I. Resseguradores: As operações de resseguro são realizadas com resseguradores, cuja classificação de risco, emitida por "agências classificadoras de risco", seja avaliada como alta qualidade de crédito. As operações de repasse de risco a resseguradores em 31 de dezembro de 2024 estão suportadas por contratos vigentes com as seguintes companhias e seus respectivos ratings divulgados pela agência AMBEST: Navigators Insurance Company (A+), MS Amlin AG (A+), Austral Resseguradora (A-), Catlin Re Switzerland (A+), IRB Brasil Re (A-), Odyssey Reinsurance Company (A+), Resseguradora Patria (A), Swiss Re Brasil (A+) e Swiss Reinsurance Company (A+). II. Prêmios a receber: O risco de crédito decorrente dos prêmios vendidos é considerado baixo pela Companhia, uma vez que os casos com pagamento de coberturas inadimplentes, segundo a regulamentação brasileira, podem ser cancelados. Para uma visão detalhada da exposição ao risco de prêmios a serem recebidos consultar Nota 3 (d) - impairment e Nota 8.1 - Prêmios a receber. III. Aplicações: A Caixa Residencial monitora diariamente as suas posições e alternativas de mercado e estabelece limites de exposição ao risco para suas aplicações. A Companhia possui majoritariamente exposição ao risco de crédito soberano decorrente de alocações em títulos públicos federais, seja na sua própria carteira ou por meio de fundos de investimento. **Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é a possibilidade de a Seguradora não ser capaz de cumprir com as suas obrigações financeiras, quando forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da realização de estudos de ALM - *Asset & Liability Management* (equilíbrio entre ativos e passivos) e busca ajustar o seu fluxo de caixa a partir de estratégias de gerenciamento que garantem o seu cumprimento. O gerenciamento de risco leva em consideração os limites de concentração por emissor e risco de crédito e a sensibilidade e limites de risco de mercado. Os investimentos são alocados em títulos públicos federais e fundos de investimento cujas carteiras são compostas por títulos públicos federais em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata. Além disso, a Caixa Residencial efetua um constante monitoramento das condições de solvência e liquidez de suas operações de seguros. **Risco Operacional:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e os riscos de reputação da Companhia. A Caixa Residencial classifica internamente os seus eventos de risco operacional em: • Fraude interna; • Fraude externa; • Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; • Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; • Danos a ativos físicos próprios ou em uso; • Interrupção das atividades; • Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e • Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades. A gestão do risco operacional ocorre de maneira descentralizada, por meio de comitês que se reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades definidos de modo a segregar as atividades de negócio, gestão e controle. Além disso cada departamento da Companhia é responsável pela conformidade regulamentar e pelo estabelecimento e manutenção de seus controles internos de modo a gerenciar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos seus processos. As áreas de Riscos e Controles Internos e de Compliance, orientam todas as áreas no desenvolvimento de melhores práticas, dentre elas: • Definição de responsabilidades, níveis hierárquicos e segregação de funções; • Indicadores e meios de monitoramento para avaliar ameaças aos objetivos da Companhia; • Comunicação de informações relevantes no desempenho de atividades; • Revisão periódica a fim de que eventuais deficiências sejam pronta e integralmente gerenciadas; • Cumprimento de normas legais e regulamentares aplicáveis; • Atualização periódica e aprimoramento do Plano de Continuidade de Negócios (PCN); • Treinamento e capacitação para gerenciamento de riscos e controles internos específicos; e • Padrões éticos.

Nota 7 - Instrumentos financeiros ao valor justo

a) **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Para a parte da carteira composta por Fundos de Investimento não há vencimento e os saldos apresentados já estão a valor de mercado (valor justo).

Título	Saldo - 31/12/2023	Aplicação	Resgate	Rendimento	IOF	Saldo - 31/12/2024	Rentabilidade
Fundos de Investimento (vinculados à cobertura)	60.051	11.776	(75.455)	3.628	-	-	90,92% do CDI
Fundos de investimento	117.990	3.561.807	(3.371.583)	30.796	(736)	338.274	103,88% do CDI
LFT (vinculados à cobertura)	678.399	188.655	-	80.996	-	948.050	Selic
LFT	126.978	803.380	(776.833)	12.631	-	166.156	Selic
LTN	89.198	6.051	(95.871)	622	-	-	pré-fixada
NTN-B (vinculados à cobertura)	-	-	(660)	660	-	-	IPCA
NTN-B	32.356	88.609	(101.097)	4.075	(12)	23.931	IPCA
Totais acumulados	1.104.972	4.660.278	(4.421.499)	133.408	(748)	1.476.411	
Vinculadas à cobertura de provisões técnicas (Nota 17.2)	738.450					948.050	
Não vinculadas à cobertura de provisões técnicas	366.522					528.361	

As LFTs têm seus vencimentos entre 2027 e 2030 e a NTNB até 2025:

Título	Vencimento	Valor de Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Mercado/contábil
LFT	mar/27	209.193	2.313	211.506
LFT	set/27	210.124	2.886	213.010
LFT	set/29	254.301	840	255.141
LFT	mar/30	283.083	1.082	284.165
LFT	jun/30	87.513	188	87.701
LFT	set/30	58.263	135	58.398
LFT	dez/30	4.288	(3)	4.285
Total		1.106.765	7.441	1.114.206

Título	Vencimento	Valor de Curva	Ajuste a Valor de Mercado	Valor Mercado/contábil
NTNB	mai/25	22.222	1.709	23.931
Total		22.222	1.709	23.931

b) **Hierarquia do valor justo:** Atualmente os Instrumentos Financeiros da Seguradora, representados por cotas de fundos de investimento e títulos públicos (Nota 7 (a)) estão classificados no Nível 1 na hierarquia de valor justo, ou seja, preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nota 8 - Operações com seguros

8.1 Prêmios a Receber:

31/12/2024	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Residencial	184.884	(920)	183.964
Habitacional	139.530	(38)	139.492
	324.414	(958)	323.456
Circulante			264.309
Não Circulante			59.147

31/12/2023	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Residencial	125.300	(462)	124.838
Habitacional	87.841	-	87.841
	213.141	(462)	212.679
Circulante			185.323
Não Circulante			27.356

8.1.1 Composição quanto ao prazo de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	321.051	210.367
Vencidos até 30 dias	1.679	1.473
Vencidos de 31 a 60 dias	492	357
Vencidos de 61 a 90 dias	302	137
Vencidos de 91 a 120 dias	146	164
Vencidos há mais de 120 dias	744	643
	324.414	213.141
Redução ao valor recuperável	(958)	(462)
	323.456	212.679

8.1.2 Movimentação dos prêmios a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	212.679	150.970
(+) Prêmios emitidos	2.492.827	1.590.645
(-) Prêmios cancelados/restituídos	(354.685)	(65.994)
(-) Recebimentos	(2.121.463)	(1.528.730)
(+) IOF	93.189	66.624
(+/-) Riscos vigentes e não emitidos - RVNE	1.405	(529)
(+/-) Redução ao valor recuperável	(496)	(307)
Saldo final	323.456	212.679

8.1.3 Prazo médio de parcelamento em meses:	31/12/2024	31/12/2023
Residencial	25	20
Habitacional	1	1

O Seguro Habitacional tem por característica a emissão mensal, ou seja, não há parcelamento.

8.2 Outros créditos operacionais:	31/12/2024	31/12/2023
Corretores - Comissão antecipada	42.616	27.684
Corretores - Comissão a recuperar	2.333	542
Outros Créditos	4.664	3.444
	49.613	31.670
Circulante	49.613	31.670

8.3 Corretores de seguros e resseguros (passivo):	31/12/2024	31/12/2023
Comissões sobre prêmios - direto	95.187	54.984
Comissões sobre prêmios - estimado	814	615
Comissões sobre prêmios - RVNE	2.148	2.167
	98.149	57.766
Circulante	82.694	51.423
Não Circulante	15.455	6.343

8.4 Operações com resseguradoras (ativo):	31/12/2024	31/12/2023
Local	792	-
Eventual	2.242	-
Admitida	400	-
Redução ao valor recuperável	(14)	-
	3.420	-

Os saldos referem-se integralmente à recuperação de sinistros pagos, relativos à catástrofe das enchentes do Rio Grande do Sul, ocorrida entre maio e junho de 2024.

Nota 9 - Ativos de Resseguro - Provisões técnicas

Os ativos de resseguro - provisões técnicas, são compostos pela PPNG de resseguro (diferimento do prêmio de resseguro contratado), pela PSL e pelo IBNR (que para o ramo Habitacional foram constituídas para recuperação de sinistros relativos à catástrofe das enchentes do Rio Grande do Sul, ocorrida entre maio e junho de 2024).

	PPNG 31/12/2024	PPNG 31/12/2023	PSL 31/12/2024	PSL 31/12/2023	IBNR 31/12/2024	IBNR 31/12/2023
Residencial	2.069	2.441	230	-	-	-
Habitacional	994	702	1.458	-	11.792	-
Redução ao valor recuperável	-	-	(47)	-	(5)	-
	3.063	3.143	1.641	-	11.787	-
Circulante	2.764	2.704	1.319	-	11.787	-
Não Circulante	299	439	322	-	-	-

Nota 10 - Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social diferidos - (diferenças temporárias)	5.542	3.367
Impostos retidos	39	40
	5.581	3.407
Circulante	5.581	3.407

Nota 11 - Tributos

a) **Incidência sobre o resultado - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** Valores apresentados na demonstração do resultado:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL sobre o resultado	(342.074)	(257.755)
Total de impostos	(342.074)	(257.755)

I. Conciliação dos encargos com IRPJ e CSLL na demonstração do resultado:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
I) Resultado antes de IRPJ, CSLL e participações	876.479	649.770
IRPJ (15% + adicional de 10% acima de R$ 240 mil por ano)	(210.285)	(160.754)
CSLL (alíquota de 15%)	(131.789)	(97.001)
IRPJ e CSLL	(342.074)	(257.755)
Alíquota efetiva	39,03%	39,67%

b) **Incidência sobre o faturamento - Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** O PIS - Programa de Integração Social e a COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social são calculados sobre as receitas de prêmios (deduzidas dos sinistros pagos) e receitas financeiras vinculadas.

Nota 12 - Provisões judiciais

A composição das provisões judiciais e suas respectivas movimentações estão demonstradas a seguir:

Provisões (Em R$ mil)	Processos Cíveis	Processos Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	62	-	62
Constituição/Atualização	252	55	307
Pagamentos	(82)	-	(82)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	232	55	287
Constituição/Atualização	264	115	379
Pagamentos	(174)	(29)	(203)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	322	141	463

A distribuição das provisões judiciais não relacionadas a sinistros está demonstrada a seguir:

Provisões Cíveis	2024			2023		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Provável	70	1.098	322	50	843	232
Possível	273	6.030	-	258	5.800	-
Remota	115	2.137	-	42	487	-
	458	9.265	322	350	7.130	232

Provisões Trabalhistas	2024			2023		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Provável	6	564	141	2	102	55
Possível	3	1.169	-	-	-	-
Remota	1	26	-	2	107	-
	10	1.759	141	4	209	55

Provisões judiciais - Ação civil pública - Exploração de sal gema - Maceió: Ação promovida pela Defensoria Pública da União ("DPU") envolvendo a Caixa Econômica Federal e as seguradoras Caixa Residencial, Tokio Marine, Too Seguros e American Life, além da SUSEP e da empresa Braskem. Quanto à Caixa Residencial, a demanda foi classificada como cível não relacionada a sinistros. A ação contesta, em especial, os critérios técnicos de subscrição de risco para a região que sofre com os impactos da extração de sal gema efetuado ao longo dos anos pela Braskem. Foi proferida sentença desfavorável, mas, após apresentação de recurso, foi atribuído efeito suspensivo à decisão. Dessa forma, a probabilidade de perda permanece classificada como "possível", com valor de risco atual ilíquido, não sendo reconhecido passivo no balanço da Companhia. A evolução processual remeterá a reanálises futuras para eventual adequação do valor em risco e classificação do prognóstico de perda.

Nota 13 - Custos de Aquisição Diferidos

Composição dos saldos:

	31/12/2024 Comissão	31/12/2023 Comissão
Residencial	280.849	234.119
Habitacional	-	-
Total	280.849	234.119
Circulante	172.614	149.892
Não Circulante	108.235	84.227

Os custos de aquisição diferidos referem-se a comissões das apólices do ramo residencial, apropriadas pela vigência do risco em 12, 24 ou 36 meses, sendo a média da carteira para as apólices vigentes em 31 de dezembro de 2024 de 23 meses. **Movimentação dos saldos:**

	Comissão
Saldo em 31 de dezembro de 2022	136.219
Constituições	409.544
Apropriação ao resultado	(311.644)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	234.119
Constituições	550.406
Apropriação ao resultado	(503.676)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	280.849

Nota 14 - Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e impairment, quando aplicável. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para a sua aquisição para que o ativo esteja em condições de uso. Todos os outros gastos para reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos (taxa de 10% a.a. para Equipamentos, MMU e Benfeitorias).

	Equipamentos	Móveis, máquinas e utensílios (MMU)	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
31/12/2022	64	722	620	1.406
Aquisições	898	61	-	959
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(68)	(64)	(69)	(201)
31/12/2023	894	719	551	2.164
Aquisições	658	386	131	1.175
Baixas	(4)	-	-	(4)
Depreciação	(150)	(79)	(75)	(304)
31/12/2024	1.398	1.026	607	3.031

Nota 15 - Intangível

	Canal de Distribuição - Caixa (*)	Softwares (**)	Total
31/12/2022	1.368.000	47.796	1.415.796
Aquisições (-) Baixas	-	(8.192)	(8.192)
Despesa de amortização	(76.000)	(20.373)	(96.373)
31/12/2023	1.292.000	19.231	1.311.231
Aquisições (-) Baixas	-	20.668	20.668
Despesa de amortização	(76.000)	(10.957)	(86.957)
31/12/2024	1.216.000	28.942	1.244.942

(*) Conforme divulgado na Nota 1 foi pago o valor de R$ 1.520 milhões como parte do acordo para exploração do canal de distribuição Caixa e está sendo amortizado linearmente, a partir de janeiro de 2021, pelo prazo de 20 anos (amortização de 5% a.a.). (**) Referem-se a softwares cuja amortização é calculada com base na vida útil e prazos de licenças individuais de cada contrato.

Nota 16 - Contas a pagar

16.1 Obrigações a pagar:	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	13.373	15.873
Gratificações/Participação nos lucros a pagar	10.971	4.413
Benefícios a empregados	291	1.682
Dividendos a pagar (Nota 18 c))	164.014	118.455
Outros	42	31
	188.691	140.454
Circulante	188.691	140.454

16.2 Impostos e encargos sociais a recolher:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda retido na fonte	1.154	1.187
Imposto sobre serviço	292	297
IOF sobre prêmios de seguros	11.385	8.758
Contribuições previdenciárias	1.611	1.440
Outros	444	136
	14.886	11.818
Circulante	14.886	11.818

16.3 Impostos e contribuições:

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda	133.939	75.466
Contribuição social	98.067	51.963
PIS/COFINS	8.150	6.159
	240.156	133.588
Circulante	240.156	133.588

Nota 17 - Provisões técnicas e suas coberturas

17.1 Provisões técnicas:

	PPNG 31/12/2024	PSL 31/12/2024	IBNR 31/12/2024	Outras (*) 31/12/2024	Total 31/12/2024
Residencial	813.934	6.620	1.985	132	822.671
Habitacional	1	142.231	88.553	638	231.423
	813.935	148.851	90.538	770	1.054.094
Circulante					720.421
Não circulante					333.673

	PPNG 31/12/2023	PSL 31/12/2023	IBNR 31/12/2023	Outras (*) 31/12/2023	Total 31/12/2023
Residencial	677.791	8.442	2.236	189	688.658
Habitacional	-	52.393	51.963	742	105.098
	677.791	60.835	54.199	931	793.756
Circulante					543.761
Não circulante					249.995

(*) Outras Provisões - Contemplam a PDR - Provisão para Despesas Relacionadas a Sinistros e o IBNR da PDR

17.2 Movimentação das provisões técnicas:

	PPNG	PSL	IBNR	Outras	Total
Saldo em 31/12/2023	677.791	60.835	54.199	931	793.756
Constituição de provisões	197.303		175.981	13.673	386.957
Reversões de provisões	(61.069)		(139.642)	(6.577)	(207.288)
Aviso de sinistros	-	560.226	-	541	560.767
Pagamento de sinistros	-	(472.210)	-	(7.798)	(480.008)
Saldo em 31/12/2024	813.935	148.851	90.538	770	1.054.094

	PPNG	PSL	IBNR	Outras	Total
Saldo em 31/12/2022	583.161	33.703	35.102	4.424	656.390
Constituição de provisões	122.179	-	129.616	9.135	260.930
Reversões de provisões	(27.549)	-	(110.519)	(10.493)	(148.561)
Aviso de sinistros	-	141.653	-	399	142.052
Pagamento de sinistros	-	(114.521)	-	(2.624)	(117.145)
Saldo em 31/12/2023	677.791	60.835	54.199	931	793.756

17.3 Cobertura das provisões técnicas:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões técnicas - seguros (Nota 17.1)	1.054.094	793.756
(-) Depósitos creditórios	(84.623)	(45.000)
(-) DCD redutora	(138.741)	(110.000)
(-) PSL Resseguro	(1.641)	-
(-) IBNR Resseguro	(11.787)	-
Ativos redutores	(236.792)	(155.000)
Total a ser coberto	817.302	638.756
Ativos vinculados (nota 7)	948.050	738.450
Excesso de cobertura	130.748	99.694

17.4 Desenvolvimento de sinistros: As tabelas abaixo apresentam a evolução acumulada Bruta e Líquida de Resseguros das estimativas dos sinistros ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente. **a) Desenvolvimento de sinistros judiciais - Brutos de resseguro:**

Ano de ocorrência	2021	2022	2023	2024	31/12/2024 Total
Estimativa dos custos de sinistros					
No ano da ocorrência	4	20	1.689	2.405	-
1 ano após	5	4.077	9.594	-	-
2 anos após	2.472	8.077	-	-	-
3 anos após	3.464	-	-	-	-
Posição incorrida	3.464	8.077	9.594	2.405	23.540
Pagamentos acumulados					
No ano da ocorrência	-	(20)	-	(3)	-
1 ano após	(5)	(73)	(584)	-	-
2 anos após	(38)	(368)	-	-	-
3 anos após	(429)	-	-	-	-
Total de pagos	(429)	(368)	(584)	(3)	(1.384)
Diferença entre a estimativa inicial e final (R$ mil)	(3.460)	(8.057)	(7.905)	-	-
Passivo reconhecido no balanço	3.035	7.709	9.010	2.402	22.156

b) Desenvolvimento de sinistros administrativos - Brutos de resseguro:

Ano de ocorrência	2021	2022	2023	2024	31/12/2024 Total
Estimativa dos custos de sinistros					
No ano da ocorrência	20.388	40.783	131.652	310.106	-
1 ano após	20.942	74.208	145.415	-	-
2 anos após	23.008	74.931	-	-	-
3 anos após	23.276	-	-	-	-
Posição incorrida	23.276	74.931	145.415	310.106	553.728
Pagamentos acumulados					
No ano da ocorrência	(10.706)	(40.783)	(82.968)	(194.640)	-
1 ano após	(20.942)	(70.567)	(136.273)	-	-
2 anos após	(22.626)	(73.111)	-	-	-
3 anos após	(23.009)	-	-	-	-
Total de pagos	(23.009)	(73.111)	(136.273)	(194.640)	(427.033)
Diferença entre a estimativa inicial e final (R$ mil)	(2.888)	(34.148)	(13.763)	-	-
Passivo reconhecido no balanço	267	1.820	9.142	115.466	126.695

c) Desenvolvimento de sinistros judiciais - Líquidos de resseguro:

Ano de ocorrência	2021	2022	2023	2024	31/12/2024 Total
Estimativa dos custos de sinistros					
No ano da ocorrência	4	20	1.689	2.083	-
1 ano após	5	4.077	9.594	-	-
2 anos após	2.472	8.077	-	-	-
3 anos após	3.464	-	-	-	-
Posição incorrida	3.464	8.077	9.594	2.083	23.218
Pagamentos acumulados					
No ano da ocorrência	-	(20)	-	(3)	-
1 ano após	(5)	(73)	(584)	-	-
2 anos após	(38)	(368)	-	-	-
3 anos após	(429)	-	-	-	-
Total de pagos	(429)	(368)	(584)	(3)	(1.384)
Diferença entre a estimativa inicial e final (R$ mil)	(3.460)	(8.057)	(7.905)	-	-
Passivo reconhecido no balanço	3.035	7.709	9.010	2.080	21.834

d) Desenvolvimento de sinistros administrativos - Líquidos de resseguro:

Ano de ocorrência	2021	2022	2023	2024	31/12/2024 Total
Estimativa dos custos de sinistros					
No ano da ocorrência	20.388	40.783	131.652	248.860	-
1 ano após	20.942	74.208	145.415	-	-
2 anos após	23.008	74.932	-	-	-
3 anos após	23.276	-	-	-	-
Posição incorrida	23.276	74.932	145.415	248.860	492.483
Pagamentos acumulados					
No ano da ocorrência	(10.706)	(40.783)	(82.968)	(134.761)	-
1 ano após	(20.942)	(70.567)	(136.273)	-	-
2 anos após	(22.626)	(73.111)	-	-	-
3 anos após	(23.009)	-	-	-	-
Total de pagos	(23.009)	(73.111)	(136.273)	(134.761)	(367.154)
Diferença entre a estimativa inicial e final (R$ mil)	(2.888)	(34.148)	(13.763)	-	-
Passivo reconhecido no balanço	267	1.820	9.142	114.099	125.328

Nota 18 - Patrimônio líquido

a) **Adequação de capital:** A seguir apresentamos: a) Patrimônio líquido ajustado (PLA); b) Capital base; c) Capital de risco, suas parcelas e o benefício da diversificação; d) Capital mínimo requerido (CMR); e e) Suficiência de capital:

a) Patrimônio líquido ajustado (PLA)	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	1.790.172	1.755.564
(-) Despesas antecipadas	(137)	(109)
(-) Ativos intangíveis	(1.244.942)	(1.311.231)
(-) Créditos tributários de diferenças temporárias	(5.542)	(3.367)
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 1	539.551	440.857
(+) Superávit de fluxos de prêmios não registrado no TAP (i)	43.631	96.327
(+) Superávit entre provisão e fluxo realista de prêmios registrado	208.436	183.153
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 2	252.067	279.480
(+) Créditos tributários de diferenças temporárias (limitado a 15% do CMR)	5.542	3.367
Patrimônio líquido ajustado (PLA) - Nível 3	5.542	3.367
(-) Ajuste do excesso de PLA de Nível 2 e de Nível 3	(92.248)	(90.989)
(=) PLA total - soma dos Níveis 1 a 3 (-) Ajuste de excesso	704.912	632.615

b) Capital base	31/12/2024	31/12/2023
Capital-Base	15.000	15.000

c) Capital de risco	31/12/2024	31/12/2023
Capital de risco de crédito	10.806	3.767
Capital de risco de subscrição	269.244	189.542
Capital de risco de mercado	107.728	277.632
Capital de risco operacional	11.022	8.792
Benefício da diversificação	(68.078)	(96.017)
Capital de Risco	330.722	383.716

d) Capital Mínimo Requerido (CMR)	31/12/2024	31/12/2023
CMR = Maior entre Capital Base (b) e Capital de risco (c)	330.722	383.716

e) Suficiência de Capital	31/12/2024	31/12/2023
Suficiência de Capital = PLA (-) CMR	374.190	248.899

(i) Refere-se a variações dos valores econômicos e sua apuração é realizada por meio de cálculos que consideram por base o TAP - Teste de Adequação de Passivos. **b) Capital social:** O Capital social, no montante de R$ 158.670, está dividido em 13.534 ações segregadas em 6.767 ordinárias (sendo 49,99% da Caixa Seguridade e 50,01% da Tokio Marine Seguradora) e 6.767 preferenciais (sendo 100% da Caixa Seguridade), representadas na forma escritural e sem valor nominal. **c) Reserva estatutária de lucros:** Esta reserva é constituída pelo valor do lucro anual apurado em cada exercício social e não distribuído aos acionistas, com o objetivo de preservar a manutenção do capital aplicado nos negócios da Seguradora ou para as destinações conforme o estatuto. Em AGOE de 31 de março de 2023 (Portaria SUSEP 1.681) foi deliberado e aprovado o pagamento de R$ 39.186 em dividendos aos acionistas, complementares ao mínimo obrigatório. Este pagamento foi realizado ainda no

continua →

CAIXA Residencial

XS3 SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 38.155.802/0001-43

◄ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

primeiro semestre de 2023, juntamente com o saldo em aberto de dividendos mínimos obrigatórios de 2022. Desta forma o resultado de 2022 foi integralmente distribuído como dividendos aos acionistas. Em AGE de 02 de outubro de 2023 (Portaria SUSEP 1.809) foi deliberado e aprovado o pagamento de R$ 168.236 em dividendos intermediários referentes ao resultado apurado no semestre findo em 30/06/2023. Este pagamento foi realizado ainda no segundo semestre de 2023. Em AGE de 26 de março de 2024 (Portaria SUSEP 2.089) foi deliberado e aprovado o pagamento de R$ 95.564 em dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios, referentes ao resultado apurado no exercício findo em 31/12/2023. Este pagamento foi realizado ainda no primeiro semestre de 2024, juntamente com o saldo em aberto de dividendos mínimos obrigatórios de 2023. Desta forma o resultado de 2023 foi integralmente distribuído como dividendos aos acionistas. Em AGE de 03 de julho de 2024 (Portaria SUSEP 2.089) foi deliberado e aprovado o pagamento de R$ 116.710 em dividendos intermediários, referentes ao resultado apurado no primeiro trimestre de 2024. Este pagamento foi realizado ainda em julho de 2024. Em AGE de 08 de outubro de 2024 (Portaria SUSEP 2.294) foi deliberado e aprovado o pagamento de R$ 109.793 em dividendos intermediários, referentes ao resultado apurado no segundo trimestre de 2024. Este pagamento foi realizado ainda em outubro de 2024. Em AGE de 27 de dezembro de 2024 foi deliberado e aprovado o pagamento de R$ 145.233 em dividendos intermediários, referentes ao resultado apurado no terceiro trimestre de 2024. Este pagamento foi realizado no mês de janeiro de 2025, após a data-base destas demonstrações financeiras e por isso, consta registrado no passivo da seguradora em 31 de dezembro de 2024.

Nota 19 - Partes Relacionadas

Parte relacionada	Descrição das despesas	Resultado 31/12/2024	Resultado 31/12/2023
Tokio Marine Serviços	Despesa BPO/TI	26.568	30.604
XS6 Assistência	Despesa com serviço de assistência 24 horas	78.624	45.033
XS4 Capitalização	Título de capitalização	2.355	1.409
		107.547	77.046

C BPO - *Business Process Outsourcing* refere-se ao contrato de terceirização firmado com a Tokio Marine Serviços Ltda. ("Tokio Marine Serviços"), para prestação dos serviços de T.I., atuária, resseguro, emissão de apólices, regulação de sinistros e call center. Durante os exercícios de 2022 e 2023 a Caixa Residencial passou por um processo gradual de internalização destes serviços e de sistemas informatizados, concluído no primeiro semestre de 2023. Restaram no contrato as licenças de software de propriedade da Tokio Marine Serviços. Adicionalmente, como partes relacionadas, consideramos a (i) Caixa Econômica Federal em relação aos saldos dos fundos de investimento administrados pela instituição financeira, detalhados na Nota 7; (ii) a Caixa Vida e Previdência S.A. em relação ao plano de aposentadoria e o seguro de vida dos funcionários, detalhado na nota 3 j); e (iii) a Caixa Seguridade Corretagem e Administração de Seguros S.A. em relação às comissões sobre prêmios, divulgadas na Nota 1.

Nota 20 - Prêmios emitidos

Os prêmios de seguros emitidos líquidos de cancelamentos e restituições, dos principais grupos de ramos de seguros estão assim compostos:

	31/12/2024	31/12/2023
Residencial	856.913	728.708
Habitacional	1.282.634	795.414
	2.139.547	1.524.122

Nota 21 - Composição dos prêmios ganhos, sinistros ocorridos e custos de aquisição

	Prêmios ganhos 31/12/2024	Prêmios ganhos 31/12/2023	Sinistros ocorridos 31/12/2024	Sinistros ocorridos 31/12/2023	Custo de aquisição 31/12/2024	Custo de aquisição 31/12/2023
Residencial	720.681	634.168	(120.145)	(79.193)	(249.666)	(223.005)
Habitacional	1.282.632	795.414	(339.003)	(123.988)	(255.315)	(159.041)
	2.003.313	1.429.582	(459.148)	(203.181)	(504.981)	(382.046)

As apólices do ramo residencial possuem vigências de 12, 24 e 36 meses.

Percentuais de custo de aquisição e sinistralidade:

	31/12/2024 Sinistralidade	31/12/2024 Comissionamento	31/12/2023 Sinistralidade	31/12/2023 Comissionamento
Residencial	17%	35%	12%	35%
Habitacional	26%	20%	16%	20%
	23%	25%	14%	28%

21.1 Prêmios ganhos:	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos	2.492.827	1.590.645
Prêmios cancelados	(31.227)	(29.447)
Prêmios restituídos	(323.458)	(36.547)
Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	1.405	(529)
Variação das provisões técnicas de prêmios	(136.234)	(94.540)
	2.003.313	1.429.582

21.2 Sinistros Ocorridos:	31/12/2024	31/12/2023
Indenizações avisadas	(336.877)	(139.888)
Provisão de despesas relacionadas	(7.836)	(2.717)
Ressarcimentos	348	21
Variação na provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	(36.159)	(15.564)
Serviços de assistência	(78.624)	(45.033)
	(459.148)	(203.181)

21.3 Custos de Aquisição:	31/12/2024	31/12/2023
Comissão sobre prêmios	(550.406)	(409.545)
Outros custos de aquisição	(1.304)	(3.123)
Variação dos custos de aquisição diferidos	46.729	30.622
	(504.981)	(382.046)

Nota 22 - Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacionais de seguros	311	191
Despesas com cobrança	(5.440)	(4.918)
Despesa de redução ao valor recuperável	(562)	(307)
Despesas com provisões cíveis	(938)	(639)
Outras	(2.907)	(633)
	(9.536)	(6.306)

Nota 23 - Resultado com resseguro

	31/12/2024	31/12/2023
Recuperações de despesas com sinistros	62.961	-
Variação das provisões de sinistros	11.786	-
Receitas com resseguro	74.747	-
Prêmios cedidos	(9.089)	(6.353)
Variação das despesas de resseguros	(79)	(961)
Despesas com resseguro	(9.168)	(7.314)
Outras receitas e despesas com resseguro	65.579	(7.314)

A Seguradora possui contratos nas modalidades de "*Risk Attaching*" e "*Loss occuring*". A primeira modalidade segue a vigência das apólices emitidas de até 36 meses, já a segunda modalidade segue o ano calendário. Neste contexto, os contratos firmados em 2021, 2022 e 2023 pela Seguradora ainda possuem apólices vigentes para fins de cobertura de resseguros.

Nota 24 - Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com administração/pessoal	(66.921)	(53.387)
Despesas com serviços técnicos de terceiros	(84.741)	(85.593)
Despesas com amortização do intangível - balcão	(76.000)	(76.000)
Despesas com localização e funcionamento	(6.523)	(4.556)
Despesas com publicidade e propaganda	(10.432)	(4.476)
Despesas com donativos - Incentivo Fiscal	(11.760)	(5.638)
Outras despesas administrativas	(4.108)	-
	(259.485)	(229.650)

Nota 25 - Despesas com tributos

	31/12/2024	31/12/2023
PIS	(11.930)	(9.066)
COFINS	(73.429)	(55.811)
Taxa de Fiscalização	(2.776)	(1.909)
Outras	(203)	(149)
	(88.338)	(66.935)

Nota 26 - Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com títulos de renda fixa	98.984	84.257
Receita com operações de seguros	7.189	1.576
Receita com fundos de investimento	34.424	32.488
Despesas com operações de seguros	(10.730)	(2.075)
Outras despesas financeiras	(792)	(626)
	129.075	115.620

Nota 27 - Outras Informações

Eventos Subsequentes: Não houve eventos subsequentes a serem divulgados.

Caixa Residencial

DIRETORIA

Joaquim Alfrêdo da Cruz Filho - Diretor-Presidente

Roger Bohnenberger - Diretor Financeiro
Daniel da Conceição Silva Ramos - Diretor Executivo
Alexandre de Souza Vieira - Diretor Executivo
Laurindo Lourenço dos Anjos - Diretor Executivo

CONTADOR

Eduardo Cícero de Sá - CRC-282797/O-4-SP

ATUÁRIA

Marina Helena Guerra da Costa - MIBA 1385

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **XS3 Seguros S.A.**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas da Seguradora relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS e também o parecer dos auditores atuariais independentes da PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda., datados de 24 de fevereiro de 2025, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, este Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025

Juliana Nobre Diniz Almeida - Presidente
Luiz Pereira de Souza - Membro Titular
Jorge Andrade Costa - Membro Titular
Norberto Temóteo de Queiroz - Membro Titular

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas **XS3 Seguros S.A.** - **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **XS3 Seguros S.A.** (Sociedade), em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **XS3 Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo 24 de fevereiro de 2025
PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5,
Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32,
Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Vinícius Oliveira Cecaroli - MIBA 2699

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da XS3 Seguros S.A. São Paulo - SP. O Comitê de Auditoria ("Comitê") da XS3 Seguros S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário, constituído em 04/01/2021, observando os termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Aprovado pelo Conselho de Administração em 24 de junho de 2021, o Comitê é composto por 4 membros independentes e funciona em conformidade com o estatuto social da Companhia e seu regimento interno. Compete ao Comitê apoiar o Conselho de Administração da Companhia em suas atribuições de zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos (independentes) e da auditoria interna, e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da Companhia. O Comitê, ao longo do ano de 2024, realizou 12 reuniões ordinárias e 04 reuniões extraordinárias, desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, e apreciou 96 matérias que incluíram: (i) reuniões com a Alta Administração e seus principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) acompanhamento e avaliação da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores externos; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e compliance e de gerenciamento de riscos; (vi) monitoramento da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia; (vii) acompanhamento dos trabalhos, dos controles e da efetividade da Ouvidoria e do Canal de Denúncias; (viii) acompanhamento do processo de internalização do sistema corporativo de TI para o processamento do seguro habitacional; e (ix) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - é da Administração da Companhia. Ainda, é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e compliance. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos, do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Seguradora. O Comitê conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos e questionamentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, da ouvidoria, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas análises decorrentes de observação direta. O Comitê emitiu e enviou ao Conselho de Administração, relatórios trimestrais detalhando suas atividades e recomendações, bem como realizou reuniões regulares com o Diretor Presidente e com outros Diretores da Seguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação. O Comitê reuniu-se em duas oportunidades com o Conselho Fiscal, por ocasião da emissão das demonstrações financeiras relativas a 30 de junho e a 31 de dezembro de 2024. O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O Comitê avaliou o plano de trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e recomendou sua aprovação pelo Conselho de Administração. O Comitê acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados, e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O Comitê também avalia, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras, revisou-as, previamente, à publicação e debateu com a Administração e com os auditores independentes sobre a aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e aprovadas pelo órgão regulador com relação às informações divulgadas. Adicionalmente, o Comitê reuniu-se com os auditores atuariais independentes e tomou conhecimento do seu relatório, emitido com base em 31 de dezembro de 2024. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncias, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou existência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a integridade de suas demonstrações financeiras. Por fim, consideradas suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que autorize a emissão das demonstrações financeiras da XS3 Seguros S.A., auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes SS, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025

Sergio Moreno
Presidente

José Manuel Matos Nicolau - Membro
Patrick Correa de Oliveira Leite - Membro
Vital do Rego Neto - Membro

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **XS3 Seguros S.A. (Caixa Residencial)** - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da XS3 Seguros S.A. ("Caixa Residencial" ou "Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. [illegible]

pertinente necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos de atualização do entendimento obtido em nossa avaliação anterior sobre o desenho operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com [illegible]

Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas [illegible] conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador - CRC 1 DF 015827/O-3

agro.estadao.com.br

agro ESTADÃO

CONHEÇA O PORTAL AGRO ESTADÃO

A mais tradicional e completa cobertura do agro sob nova perspectiva

>>>

Uma parceria:

ESTADÃO 150 broadcast agro PYXYS

Criação:



NOTAS E INFORMAÇÕES

O pior da inflação está por vir



Diretor do Banco Central diz que IPCA ainda vai piorar até convergir para a meta até 2026

O surto inflacionário, que atinge com especial intensidade os alimentos, ainda vai piorar antes de começar a apresentar alguma melhora, trazendo desafios extras para os próximos meses. Essa foi a principal mensagem do sucessor de Gabriel Galípolo na Diretoria de Política Monetária do Banco Central (BC), Nilton David, em recente evento com representantes do mercado financeiro. David assumiu o cargo em janeiro, quando Galípolo passou a presidir o BC.

A preleção do novo diretor do BC não difere dos prognósticos recentes do Comitê de Política Monetária (Copom) de que a inflação encerrará o primeiro semestre acima do teto da meta e somente a partir daí tenderá a se estabilizar e baixar. David salientou que até o terceiro trimestre de 2026 passará a convergir para a meta. Apesar da previsão ruim, a declaração indica disposição da autoridade monetária de manter a mira voltada à meta de 3% ao ano para o IPCA, com tolerância de 1,5 ponto porcentual (p.p.).

Com 4,56% no acumulado em 12 meses, a taxa continuou a estourar a meta em janeiro, mesmo com queda suave de 0,27 p.p. em relação a dezembro. Como janeiro foi um ponto fora da curva, devido à redução no custo da energia elétrica, as estimativas são de que o índice tenha voltado a subir em fevereiro. Considerando efetivos os discursos recentes de David e Galípolo, e não simples retórica, o BC continuará a subir os juros para frear a inflação. A taxa de março está desde dezembro pactuada pelo Copom: 14,25% ao ano, 1 p.p. acima do nível atual, mantidas as circunstâncias observadas no fim de 2024.

Nilton David não deu pistas sobre a reunião de maio, mas será esse o teste decisivo da gestão Galípolo, depois das duas decisões do Copom de certa forma antecipadas em dezembro. Até agora Lula da Silva, que durante dois anos torpedeou o BC sob a gestão de Roberto Campos Neto, tem mantido, ao menos em público, atitude condescendente com seu indicado para o comando do banco. Já disse que não esperava "milagres", que "não é possível dar um cavalo de pau num navio como o Brasil" e que Galípolo precisa de tempo para "consertar os juros".

Não tardará para Lula agir como Lula e retomar a pressão e a "briga eterna", segundo sua própria definição, pela queda de juros mesmo diante da insegurança do cenário macroeconômico e fiscal. Nilton David lembrou, no evento, da defasagem nos efeitos de uma política monetária contracionista. Pode-se acrescentar, sem receio de errar, que a atuação solitária do BC, sem o respaldo do Executivo no necessário equilíbrio fiscal, torna a missão ainda mais árdua.

O Banco Central tem a perspectiva de controlar a inflação até o terceiro trimestre de 2026. É o que o banco chama de "horizonte relevante" para fazer com que a taxa se mantenha abaixo de 4,5%, limite máximo permitido para a meta de 3% ao ano. O diretor do BC afirmou que a política monetária pode estabilizar o IPCA "ao redor" de 4%. Difícil imaginar que o Planalto acompanhe com paciência o processo. Do mercado vêm sinais de confiança: o último relatório *Focus* trouxe leve recuo na projeção da Selic, de 15,25% para 15% neste ano, embora a mediana para o IPCA tenha subido pela 19.ª semana consecutiva, para 5,65%. Já de Lula, é quase certo que haverá mais pressão.●

LEILÃO DE IMÓVEIS

OPORTUNIDADE DE FRAÇÃO IDEAL DE TERRENO NA MOOCA, SÃO PAULO/SP

SOMENTE ONLINE

07/03/25 A PARTIR DAS 09H

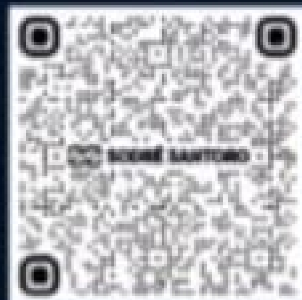
COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 60X

EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 009/2024. Nº do Processo: 018.00013468/2023-14. Interessado: Centro de Desmobilização de Ativos Imobiliários. Alienação de imóvel localizado em São Paulo/SP. Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Patrimônio do Estado da Secretaria de Gestão e Governo Digital (CNPJ 39.467.292/0001-02), realizará licitação na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento por MAIOR LANCE POR ITEM, para venda do imóvel descrito e caracterizado no Anexo I do Edital, na situação jurídica e no estado de conservação em que se encontram. • LOTE ÚNICO: Fração ideal de imóvel urbano (desocupado), situado na Rua Chamantá esquina com a Rua São Nicósio, Parte Lote 48, Quadra 80, Parque da Mooca, São Paulo/SP. Metragem de 7.113,55m², consoante laudo de avaliação. LANCE INICIAL: R$ 28.788.110. Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento. DATA E HORÁRIO DO LEILÃO ELETRÔNICO: Dia 07/03/2025 a partir das 9h00 (horário de Brasília). Necessário cadastramento prévio dos interessados no site do leilão www.sodresantoro.com.br. A abertura para lances será a partir das 09h00 (nove) horas do dia 07 de março de 2025 até as 15h00 (quinze) horas do dia 07 de março de 2025. Da participação no leilão, ressaltamos que o presente leilão terá início às 09h00 com encerramento previsto para às 15h00, sendo que o Leiloeiro Oficial iniciará o apregoamento do lote a partir das 12h00, ocasião em que o evento poderá ser encerrado a qualquer momento, com os interessados tendo a possibilidade de ofertar lances desde a sua abertura às 09h00. A hora prevista para o início dos pregões sempre será a de Brasília. A hora indicada para a colocação do lote no pregão será apenas estimada, podendo ser antecipado ou postergado, conforme o andamento do leilão, cabendo aos interessados acompanhá-lo do começo ao fim. Consulte edital completo: www.sodresantoro.com.br ou e-negócios públicos - Imprensa Oficial e Leilões (sggd.sp.gov.br) (sggd/transparência/editais/leilões), ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico. Dúvidas: (11)2464-6460. Visitação mediante agendamento prévio através do e-mail af@sodresantoro.com.br - Leiloeiro Oficial FLÁVIO CUNHA SODRÉ SANTORO - JUCESP nº 581.



ÁREA DE TERRENO: 7.113,55M²

LANCE INICIAL: R$28.788.110



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.





SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Cenário global **Incerteza**

Para Haddad, mercado está com o 'dedo no gatilho'

BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o mercado está mais tenso e citou a turbulência vivida nos EUA, com a falta de previsibilidade sobre as ações do novo governo de Donald Trump.

"De fato, quando você vê uma turbulência na economia americana, do que as autoridades econômicas daquele país vão fazer e da dependência do mundo em relação a essas decisões, as pessoas estão mais tensas. E não é só no Brasil, está todo mundo tenso", disse Haddad, que participou de evento do BTG Pactual ontem. "As pessoas estão mais com o dedo no gatilho, esperando uma notícia para agir, para se proteger, ou para especular, tudo dentro da regra do jogo, ninguém está acusando ninguém." ● AMANDA PUPO e FERNANDA TRISOTTO

Eufrázio



Fábio Alves *E-mail: fabio.alves@estadao.com; X:@colunafabioalve*

Rali do ‘wishful thinking’

É de causar espanto quando se compara o comportamento, desde o início deste ano até a sexta-feira passada, do Ibovespa e do real brasileiro com o dos principais índices de ações americanos e do dólar: o desempenho muito mais favorável dos ativos no Brasil pode levar um leitor desavisado a acreditar que está um céu de brigadeiro por aqui.

Mas nada de substancialmente bom ou positivo ocorreu na economia e na política brasileira neste início do ano. Pelo contrário, como se viu no início desta semana, quando anúncios do presidente Lula de medidas vistas como populistas fizeram o dólar subir.

A explicação dada por uma parcela de analistas é de que o rali dos ativos brasileiros até a semana passada foi resultado de uma antecipação, por parte dos investidores, de uma troca de governo em 2026, com a crescente aposta de que Lula não conseguirá vencer a próxima eleição presidencial. Com isso, o mercado prevê uma correção de rumos na política econômica brasileira a partir de 2027, em direção a uma postura mais ortodoxa na economia, incluindo um ajuste fiscal.

Seria prematuro apostar desde já que Lula não conseguirá se reeleger, com base apenas nas recentes pesquisas de aprovação do seu governo? E, com isso, já sair às compras dos ativos brasileiros? Essa ansiedade poderá levar a um tombo caso o presidente volte a aparecer nas pesquisas como um candidato competitivo?

> ***Desempenho positivo dos ativos no Brasil pode fazer pensar que está um céu de brigadeiro por aqui***

Enquanto a Bolsa de Valores brasileira acumulava no ano, até sexta-feira, alta de 5,7%, o índice S&P 500 registrava ganho de 2,2% e o Nasdaq, de 1,1%. Já o dólar acumulava queda de 7,27% ante o real.

A surpresa é ainda maior quando se leva em conta o que aconteceu em 2024. Enquanto o Ibovespa perdeu 10,4% no ano passado, pior desempenho desde 2021, o índice S&P 500 ganhou 23,3%. Já o Nasdaq, impulsionado pelas ações de gigantes tecnológicas, saltou quase 29% em 2024. E o dólar se valorizou mais de 27% ante o real.

Há analistas que argumentam que o bom desempenho de ativos brasileiros, além dos de outros países emergentes, vem sendo influenciado pelo fato de que o presidente americano Donald Trump está mais moderado do que se previa na adoção das tarifas de importação. Por enquanto, mais ameaças do que medidas concretas. Isso deu um alívio, aumentando o apetite para risco.

Pode até ser, mas o dólar caiu menos em relação ao peso mexicano (1,9%) e ao dólar canadense (1,1%). A hesitação de Trump quanto às tarifas está ajudando o humor no Brasil, mas a torcida pela derrota de Lula já está subindo à cabeça do investidor. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fabio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

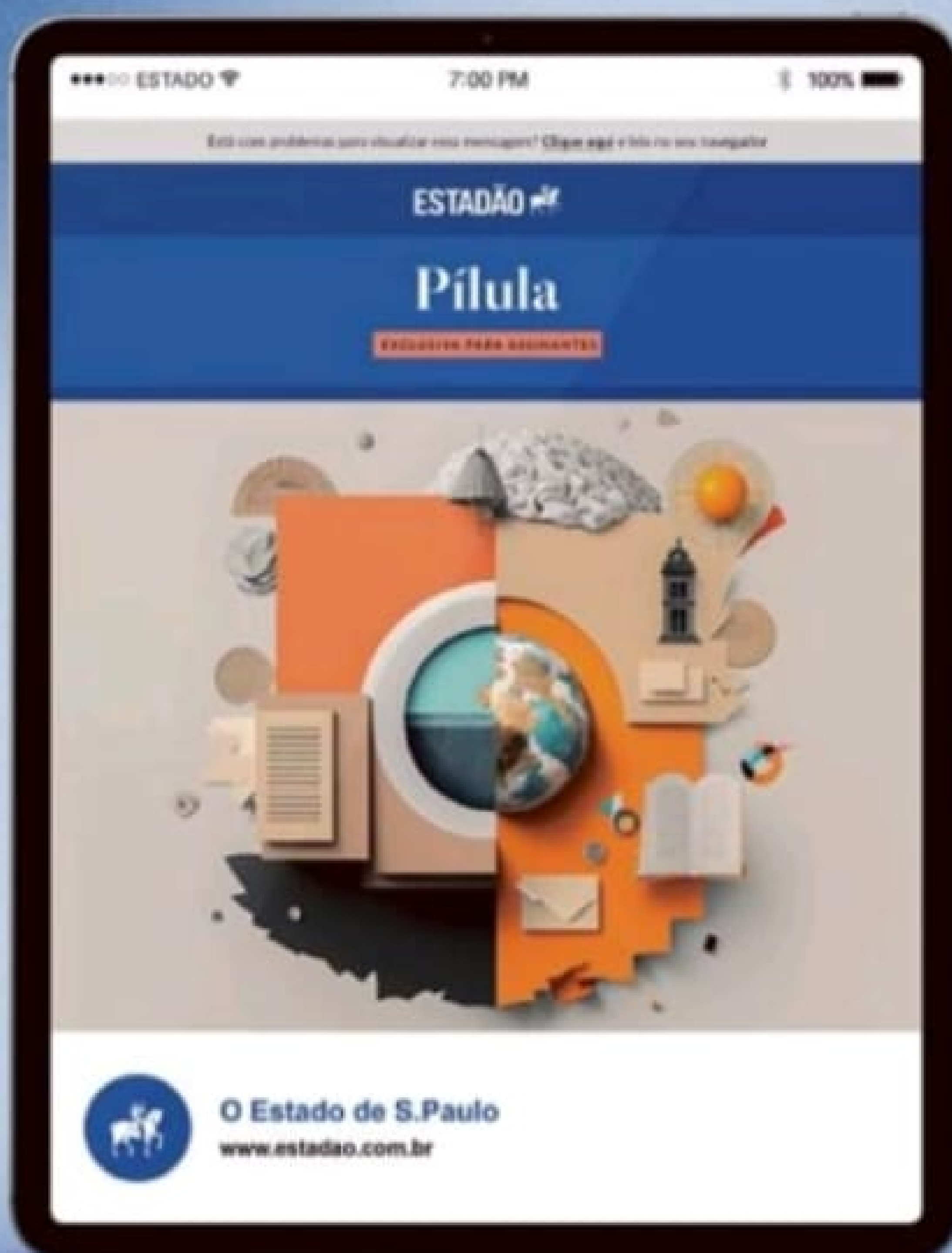
Combustíveis fósseis **Margem Equatorial**

‘Teremos de ter oferta’, diz Silveira sobre petróleo

BRASÍLIA

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, voltou a defender ontem a exploração de petróleo na Margem Equatorial. Para ele, o Brasil não pode deixar de produzir combustíveis fósseis. “Petróleo não é questão de oferta, mas de demanda. Enquanto o mundo demandar petróleo, teremos de ter oferta”, disse.

O ministro repetiu seu argumento de que os recursos do petróleo precisam financiar a transição energética. Segundo ele, o Brasil não pode “pagar mais caro” nesse processo. Silveira declarou ainda que o Ministério de Minas e Energia (MME) vai apresentar ao Congresso reforma do setor elétrico brasileiro, que estava sendo aguardada para 2024. ● RENAN MONTEIRO e WILIAN MIRON



NEWSLETTER

Pílula

Um resumo leve e descontraído das principais notícias do dia.

Política, Economia, Internacional, Cultura, Saúde e muito mais!

Use o QR code ao lado para **inscrever-se** e receber por e-mail, de **segunda a sexta, sempre no início da noite.**



bit.ly/news-pilula

EXCLUSIVA PARA ASSINANTES

ESTADÃO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00578366642025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00000800/2025-51
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90055/2025

Objeto: Filtros para incubadoras. Total de Itens Licitados: 02 (Dois). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 26/02/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565. www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-000486/2025. Entrega das Propostas: a partir de 26/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 14/03/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS REGULAMENTO FFM

FFM 2087/2024-00 (RC 42.182) JOHNSON CONTROLS-HITACHI AR CONDICIONADO DO BRASIL LTDA. 33.284.522/0006-26.

REVOGAÇÃO

A FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA, **comunica a REVOGAÇÃO** do PROCESSO DE COMPRA REGULAMENTO FFM **FFM 1921/2024-00** – "CONSULTORIA ESTATÍSTICA E AMOSTRAGEM NO CONTEXTO DO PROJETO DE AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NA DIETA DOS ESTUDANTES BRASILEIROS", **requisitante optou pelo encerramento do processo.**

CÂMARA MUNICIPAL DE JANDIRA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2025

A Comissão de Contratação da **Câmara Municipal de Jandira** torna público aos interessados, que se encontra aberto certame licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2025** para Contratação de Agência de Publicidade as especificações completas do objeto se encontram no edital, disponibilizado nos sítios eletrônicos www.camarajandira.sp.gov.br no portal da transparência - licitações e contratos e https://pncp.gov.br/editais, também poderá ser retirado pessoalmente, a partir o dia 26 de fevereiro do corrente ano, no setor de Licitações e Contratos, à Rua Rubens Lopes da Silva, 100 - Centro - município de Jandira, fone:(11) 4789-5033 ramal 217 no horário de expediente. O encerramento dar-se-á no dia 22 de abril de 2025 às 14h00.

Jandira, 25 de fevereiro de 2025. **Emelice Romero Duca de Souza** - Membro da CC

COMUNICADO DE PRORROGAÇÃO DE CONSULTA PÚBLICA | PPP CAMPOS ELÍSEOS – NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO

CONSULTA PÚBLICA SPI Nº 01/2025

A Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, do Governo do Estado de São Paulo, comunica a PRORROGAÇÃO, até 13 de março de 2025, da CONSULTA PÚBLICA para colher sugestões e contribuições destinadas ao aprimoramento do PROJETO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A CONSTRUÇÃO, REFORMAS, ADEQUAÇÕES, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, GESTÃO E OPERAÇÃO DO NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Os documentos relevantes para a concessão, bem como as orientações sobre as formas de participação na consulta pública, estão disponíveis desde o dia 24 de janeiro de 2025, por meio de data room. O acesso será concedido mediante solicitação enviada ao e-mail pppcentroadm@sp.gov.br, contendo as seguintes informações: nome completo, e-mail, CPF, instituição, telefone e cidade do(a) solicitante.

O prazo para envio de contribuições permanecerá aberto até o dia 13 de março de 2025.

RAFAEL BENINI
Secretário de Parcerias em Investimentos

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA DE ENGENHARIA DE LORENA
AVISO DE LICITAÇÃO

LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL COMPLETO: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br ou no endereço: **Serviço Técnico de Licitações e Materiais** - Estrada Municipal do Campinho, 100 - Bairro Campinho - Lorena - SP - CEP 12602-810 - Fone: (0XX12) 3159-5047.

DADOS DO PREGÃO	OBJETO DA LICITAÇÃO	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS	DISPUTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90002/2025-EEL UASG 102169 PROCESSO SEI Nº: 154.00001495/2025-15	CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ÁGUA MINERAL (GARRAFAS DE 510ML E GARRAFÕES DE 20L)	A partir das 09h00 do dia 26/02/2025	13/03/2025 às 09h00

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO– SECITECI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024 SECITECI-PRO-2024/05820
AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação– SECITECI, por intermédio do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 098/2024, torna público para conhecimento dos interessados abertura de PREGÃO ELETRÔNICO, cujo objeto é aquisição de materiais, mobiliários e equipamentos, para atender as demandas dos Laboratórios de Sementes, Automação e Têxtil, da Escola Técnica Estadual de Educação Profissional e Tecnológica – ETEEPT, de Campo Verde-MT.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:
Das 08:00 horas do dia 14 de março de 2025 até as 08:15 horas do dia 27 de março de 2025, horário local (Cuiabá/MT).
ABERTURA DE PROPOSTA:
A partir das 08:30 horas do dia 27 de março de 2025 – quinta-feira – horário local (Cuiabá/MT).
AQUISIÇÃO DO EDITAL:
Sistema Eletrônico no site
http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br, e no http://www.secitec.mt.gov.br/ (site da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, na aba licitações).
Cuiabá-MT, 25 de fevereiro de 2025.
ANDERSON RODRIGO DO NASCIMENTO SILVA
Secretário Adjunto de Administração Sistêmica
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ ARES-PCJ

CNPJ nº 13.750.681/0001-57

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES (EAI)

A Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (ARES-PCJ) **TORNA PÚBLICO** a abertura de Concurso Público, regido pelas Instruções integrante deste Edital, para provimento, mediante contratação, de 10 (dez) vagas para os empregos públicos adiante descritos, sob organização e aplicação da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Fundação VUNESP.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A organização, a aplicação e a avaliação das provas deste Concurso Público ficarão a cargo da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Fundação VUNESP, obedecidas as normas deste Edital.

O Concurso Público destina-se ao provimento de vagas existentes, constantes no Capítulo II – DOS EMPREGOS PÚBLICOS, bem como das que vierem a existir dentro do prazo de validade deste Concurso, obedecida a ordem classificatória, observada a disponibilidade financeira e conveniência da Autarquia.

Os requisitos estabelecidos no Edital, deverão estar atendidos e comprovados na data da contratação, sob pena de eliminação do candidato do Concurso Público.

II – DOS EMPREGOS PÚBLICOS:

Os empregos públicos, total de vagas, vagas para pessoas com deficiência, jornada semanal de trabalho, vencimentos (R$) e requisitos exigidos são os estabelecidos na tabela que segue:

Denominação do Emprego	CÓD	Vagas	Lista Geral	Lista PCD	Carga Horária	Referência Salarial 2024	Escolaridade
Auxiliar de Serviços Gerais	1300	1	1	-	40 horas semanais	R$ 1.802,13 (ref. 20)	Ensino fundamental completo
Assistente Administrativo	1209	1	1	-	40 horas semanais	R$ 3.979,28 (ref. 60)	Ensino médio ou técnico, completo
Analista de Fiscalização e Regulação (Contábil / Economia / Administração)	1105	1	1	-	40 horas semanais	R$ 10.710,49 (ref. 110)	Ensino superior completo em Ciências Contábeis, Ciências Econômicas ou Administração com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.
Analista de Fiscalização e Regulação (Biologia – Química)	1006	1	1	-	40 horas semanais	R$ 10.710,49 (ref. 110)	Ensino superior completo em Biologia ou em Química, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.
Analista de Fiscalização e Regulação (Eng. Ambiental/ Eng. Química)	0906	1	1	-	40 horas semanais	R$ 10.710,49 (ref. 110)	Ensino superior completo em Engenharia Ambiental ou em Engenharia Química, com o registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.
Analista de Fiscalização e Regulação (Eng. Civil / Sanitária)	0800	1	1	-	40 horas semanais	R$ 10.710,49 (ref. 110)	Ensino superior completo em Engenharia Civil ou Sanitária com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.
Contador	0700	1	1	-	40 horas semanais	R$ 10.710,49 (ref. 110)	Ensino superior completo em Ciências Contábeis, registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.
Analista de Ouvidoria	0600	1	1	-	40 horas semanais	R$ 10.710,49 (ref. 110)	Ensino superior completo em Administração, Administração Pública ou Direito com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.
Procurador Jurídico	0302 e 0303	2	2	-	40 horas semanais	R$ 13.056,00 (ref. 120)	Ensino superior completo em Direito, com registro válido e vigente no respectivo órgão de fiscalização profissional.

Os salários dos empregos públicos têm como base o mês de referência 03/2024, com acréscimo dos seguintes benefícios sociais concedidos pela Assembleia Geral da ARES-PCJ: auxílio-alimentação de R$ 1.000,00 (um mil reais), auxílio-transporte de R$ 300,00 (trezentos reais), reembolso de plano de saúde individual ao empregado e aos seus dependentes legais, conforme regras internas definidas pela agência reguladora, reembolso auxílio creche de R$ 520,96 (quinhentos e vinte e noventa e seis centavos) para filhos até 6 anos, devidamente matriculados.

As vagas oferecidas neste concurso público destinam-se à sede da ARES-PCJ, localizada na cidade de Americana, e aos escritórios regionais situados em Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

III– DAS INSCRIÇÕES

A inscrição deverá ser efetuada das 10 (dez) horas de **11 de março de 2025 até às 23h59 horas de 09 de abril de 2025** (horário oficial de Brasília), exclusivamente pela internet, no site www.vunesp.com.br.

Para inscrever-se, o candidato deverá, durante o período das inscrições:
a) acessar o site www.vunesp.com.br;
b) localizar, no site, o "link" correlato a este Concurso Público;
c) **ler, na íntegra e atentamente, este Edital;**
d) preencher, total e corretamente, a ficha de inscrição;
d.1. optar pelo cargo que deseja concorrer, conforme consta no Edital;
e) transmitir os dados da inscrição, clicando no botão "Enviar Solicitação";
f) imprimir o boleto bancário; e,
g) efetuar o pagamento correspondente da taxa de inscrição, até a data-limite de **10 de abril de 2025**, em qualquer agência bancária, atentando para o horário bancário, conforme tabela a seguir:

ESCOLARIDADE	VALOR (R$) DA TAXA DE INSCRIÇÃO
Ensino Fundamental	54,90
Ensino Médio	67,90
Ensino Superior	98,80

IV – DAS FASES E DAS PROVAS

O edital, em sua íntegra, traz o detalhamento das fases e composição das provas.

V- DA PRESTAÇÃO DAS FASES/PROVAS

As provas deste Concurso Público serão realizadas no município de Americana – S.P.

Caso haja impossibilidade de aplicação das provas no município de Americana–SP, por qualquer que seja o motivo, a Fundação VUNESP ou a ARES-PCJ, poderão aplicá-las em municípios vizinhos.

A prova objetiva (para todos os empregos públicos) tem data prevista para sua realização em **01 de junho de 2025 no período da manhã**, devendo o candidato observar, total e atentamente, o disposto no edital, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

andidato somente poderá realizar as fases/provas na data, no horário/turma e no local constante do respectivo Edital de Convocação.

Toda convocação oficial – para realização de todas as provas e até a homologação deste Concurso Público – será feita por meio de Edital de Convocação a ser publicado no site da ARES-PCJ e em jornal de circulação regional, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento de todas as publicações, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento para justificar a sua ausência ou atraso para realização das fases.

A consulta extraoficial aos editais poderá ser realizada pela internet, nos sites da ARES-PCJ (**www.arespcj.com.br**) e no site da Fundação VUNESP (**www.vunesp.com.br**).

A íntegra do edital de abertura de inscrições está disponibilizada no site da Fundação Vunesp e ARES- PCJ.

Americana, 26 de fevereiro de 2025.

FRANCISCO ANTONIO SARDELLI
Presidente da ARES-PCJ

Encontra-se aberto na Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira" e Anexo de Detenção Provisório de Araraquara, pregão eletrônico nº 90031/2025 - PARAR, destinado a serviço contratação de empresa especializada em serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos para o período de 15 meses com participação ampla e restrita, a sessão pública realizar-se-á dia 14/03/2025, às 10:00 no correio eletrônico www.comprasnet.gov.br. o edital e seus anexos serão fornecidos aos interessados no sítio eletrônico: www.sap.sp.gov.br e www.compras.sp.gov.br, ou junto ao núcleo de finanças e suprimentos da Penitenciária de Araraquara.

JLGP Brasil Participações Ltda.

CNPJ nº 24.815.556/0001-02 - NIRE 35.229.902.846
Incorporada pela Jadlog Logística S.A.

Em 30/11/2024, as acionistas da **Jadlog Logística S.A.**, inscrita no CNPJ nº 04.884.082/0001-35 e NIRE 35.300.501.861 (**"Incorporadora"**) e as sócias da **JLGP Brasil Participações Ltda.**, inscrita no CNPJ nº 24.815.556/0001-02 e NIRE 35.229.902.846 (**"Incorporada"**) aprovaram a incorporação da Incorporada pela Incorporadora, nos seguintes termos: (i) o valor total do patrimônio líquido contábil da Incorporada em 30/09/2024, sendo esta a data do balanço base da incorporação, era de R$ 332.767.141,65; (ii) o capital social da Incorporadora será aumentado de R$ 16.000.000,00 para R$ 348.767.141,65; (iii) o objeto social da Incorporadora **não** foi alterado em razão da incorporação da Incorporada; (iv) a Incorporada foi declarada extinta e o estabelecimento da sede da Incorporada inscrito no CNPJ nº 24.815.556/0001-02 e NIRE 35.229.902.846 foi encerrado para todos os fins legais; e (v) a Incorporadora tornou-se sucessora universal da Incorporada, assumindo, em consequência, todos os ativos e passivos, direitos e obrigações da Incorporada. Os documentos que aprovaram a referida incorporação foram registrados na JUCESP em 02/01/2025 sob o nº 712/25-5 (Incorporadora) sob o nº 713/25-9 (Incorporada).

EDITAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - AGE

O Presidente da Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz - ABFIP, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os Senhores (as) Associados (as) a participarem da AGE - Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 08/03/2025 na Av. Imperador, nº 5831 - 1º Andar - São Miguel - São Paulo - SP, às 09h00min em 1ª chamada e às 09h30min em 2ª chamada, com a seguinte ordem do dia: Alteração do Estatuto. Walter Mello de Vargas - Presidente

Encontra-se aberto na Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira" e Anexo de Detenção Provisório de Araraquara, pregão eletrônico nº 90030/2025 - PARAR, destinado a **contratação de empresa especializada em serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos** para o período de 15 meses com participação ampla e restrita, a sessão pública realizar-se-á dia 14/03/2025, às 09:00 no correio eletrônico www.comprasnet.gov.br. o edital e seus anexos serão fornecidos aos interessados no sítio eletrônico: www.sap.sp.gov.br e www.compras.sp.gov.br, ou junto ao núcleo de finanças e suprimentos da Penitenciária de Araraquara

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Governo do Estado de São Paulo - Secretaria da Administração Penitenciária - Penitenciária Feminina Oscar Garcia Machado - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00577470062025 - UASG – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - Modalidade: Pregão Eletrônico - Nº Processo: 006.00073302/2025-78 - Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Perecíveis - Total de Itens Licitados: 4 - Valor total da licitação: R$ 231.650,00 (duzentos e trinta e um mil, seiscentos e cinquenta reais) - Disponibilidade do edital: 26/02/2025 - Horário: das 09h às 17h - Endereço: Rodovia Raimundo Antunes Soares, Km 105,5 - Capoavinha - Votorantim/SP - Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp - Entrega das Propostas: a partir de 26/02/2025 às 09h no site: www.gov.br/compras - Abertura das Propostas: 14/03/2025 às 09h no site: www.gov.br/compras - Fonte: DOESP e PNCP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4485

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – PROCESSO Nº 585/2024

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL", Sr. Paulo de Oliveira Silva, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, faz saber sobre a **Dispensa de Licitação – Processo Administrativo nº 585/2024**, Objeto: contratação de empresa especializada em implementar SISTEMAS COMPLETOS DE BIODIGESTOR, a serem instalados em Unidades de Saúde da Zona Rural de Mogi Mirim, sendo vencedora a empresa **MS LAR & CONSTRUÇÃO LTDA**, CNPJ 29.568.206/0001-62, no valor de R$ 33.183,60, embasada no Art. 75, § 3º, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Decreto Municipal nº 9.666/2023, Resolução nº 01/2024 do Consórcio e demais normas e legislações aplicáveis.

Mogi Mirim, 21 de fevereiro de 2025
Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"
Paulo de Oliveira Silva - Presidente

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIAESP

Rua Funchal, 418, 14º andar, Conj 1402, Vila Olimpia – São Paulo - SP, CEP: 04551-060, Fone (11) 3093 4949

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

De conformidade com o disposto no art. 22 "caput" e observada a norma do artigo 28, do Estatuto, são convocados os Srs. Associados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social, Rua Funchal, 418, 14º andar, Conj 1402, Vila Olimpia – São Paulo - SP, CEP: 04551-060, nesta cidade, no próximo dia 11 de março de 2025 às 14:00, a fim de deliberarem sobre o seguinte assunto: - Outorga de poderes ao Conselho Deliberativo para as negociações coletivas com as categorias profissionais com data-base em 1º de maio, que resultará no acerto das normas que vigorarão a partir de 1º de maio de 2025, inclusive com a assinatura de Convenções Coletivas de Trabalho e poderes para deliberar sobre o ajuizamento de qualquer medida judicial. A categoria econômica, em Assembleia permanente estará reunida, quando necessário, até o final das negociações, às terças-feiras, às 14h30, na Rua Funchal, 418, 14º andar, Conj 1402, Vila Olimpia – São Paulo - SP, CEP: 04551-060, São Paulo, Capital. Nos termos do art. 24, do Estatuto, não havendo número mínimo de presentes para a instalação dos trabalhos da Assembleia em primeira convocação, ficam os Srs. Associados desde já convocados para uma outra, em segunda convocação, a se realizar no mesmo dia e local, às 14:30, com qualquer número. **São Paulo, 26 de fevereiro de 2025. Marcelo Campos Ometto – Presidente do Conselho Deliberativo.**

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA FABRICAÇÃO DE ÁLCOOL NO ESTADO DE SÃO PAULO - SIFAESP

Rua Funchal, 418, 14º andar, Conj 1402, Vila Olimpia – São Paulo - SP, CEP: 04551-060, Fone (11) 3093 4949

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

De conformidade com o disposto no art. 22 "caput" e observada a norma do artigo 28, do Estatuto, são convocados os Srs. Associados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede social, Rua Funchal, 418, 14º andar, Conj 1402, Vila Olimpia – São Paulo - SP, CEP: 04551-060, nesta cidade, no próximo dia 11 de março de 2025 às 14:00, a fim de deliberarem sobre o seguinte assunto: - Outorga de poderes ao Conselho Deliberativo para as negociações coletivas com as categorias profissionais com data-base em 1º de maio, que resultará no acerto das normas que vigorarão a partir de 1º de maio de 2025, inclusive com a assinatura de Convenções Coletivas de Trabalho e poderes para deliberar sobre o ajuizamento de qualquer medida judicial. A categoria econômica, em Assembleia permanente estará reunida, quando necessário, até o final das negociações, às terças-feiras, às 14h30, na Rua Funchal, 418, 14º andar, Conj 1402, Vila Olimpia – São Paulo - SP, CEP: 04551-060, São Paulo, Capital. Nos termos do art. 24, do Estatuto, não havendo número mínimo de presentes para a instalação dos trabalhos da Assembleia em primeira convocação, ficam os Srs. Associados desde já convocados para uma outra, em segunda convocação, a se realizar no mesmo dia e local, às 14:30, com qualquer número. **São Paulo, 26 de fevereiro de 2025. Pedro Isamu Mizutani – Presidente do Conselho Deliberativo.**

Eufrázio

Guerra comercial Abastecimento global

Eleitores de Trump, agricultores estão apreensivos com tarifaço

Produtores rurais trumpistas dizem apoiar iniciativas do presidente, mas temem que colheitas percam mercado

DAVID J. LYNCH
WASHINGTON

MARY ANDERSON/THE WASHINGTON POST



Suzanne Shirbroun e seu marido, Joe, ao lado de silos, na fazenda deles, em Iowa: custos podem aumentar

Como todos os agricultores de sucesso, Suzanne Shirbroun aprendeu a lidar com a incerteza. Mas os decretos quase diários do presidente Donald Trump sobre tarifas e comércio ameaçam desestabilizar todos os seus cálculos cuidadosos.

Enquanto o presidente cogita uma revolução na economia global, agricultores como Suzanne, que cultiva soja e milho com seu marido, Joe, se veem no centro do conflito. As tarifas recentes de Trump sobre produtos chineses tornarão mais caro o herbicida que ela usa para manter seus campos livres de ervas daninhas.

Já os impostos sobre aço e alumínio estrangeiros aumentarão os preços já inflacionados de tratores e outras máquinas agrícolas. Além disso, o entusiasmo por elevar as taxas de importação pode desencadear uma guerra comercial global até pior do que a do primeiro mandato de Trump – e que afetou principalmente os agricultores americanos. "Tudo está indefinido, e isso nos deixa inseguros", disse Suzanne.

Trump teve um forte apoio nos Estados agrícolas na sua eleição. Muitos aprovam seus objetivos declarados com as tarifas, como incentivar a volta de empregos industriais, retaliar parceiros comerciais "injustos" e aumentar a arrecadação do governo. No entanto, a perspectiva de uma nova guerra comercial preocupa os agricultores – incluindo os Shirbrouns, que votaram nele.

O Estado de Iowa produz soja para a China e milho para o México, e depende do Canadá para quase 90% do potássio, fertilizante que torna tudo isso possível. Todos esses países foram alvo ou ameaçados por tarifas no primeiro mês de Trump de volta à Casa Branca.

Shirbroun, que já viajou ao Vietnã, Chile, Brasil e Colômbia em missões comerciais, teme que a abordagem "Estados Unidos em Primeiro Lugar" do presidente resulte em um isolamento custoso, ignorando a necessidade dos agricultores de terem clientes fora dos EUA.

"Vou ter muita soja e milho para vender. Então, não quero limitar nosso mercado apenas aos EUA", disse. "Nosso objetivo é tornar as fazendas de soja de Iowa e dos EUA lucrativas. E, para isso, precisamos desses mercados internacionais."

MAIS CUSTOS. A reformulação da economia global promovida por Trump adiciona um novo fator de preocupação para os agricultores, que já enfrentam um ambiente de negócios difícil. Os custos com sementes, fertilizantes, mão de obra e equipamentos estão subindo, enquanto os preços das colheitas permanecem baixos.

> *"Nosso objetivo é tornar as fazendas de soja de Iowa e dos EUA lucrativas. E, para isso, precisamos desses mercados internacionais"*
>
> **Suzanne Shirbroun**
> Produtora rural no Estado de Iowa (EUA)

Os agricultores que precisam de empréstimos para cobrir o déficit enfrentam taxas de juros de quase 8%, um aumento acentuado em relação há três anos. Depois de atingir um recorde em 2022, a renda agrícola líquida caiu por dois anos consecutivos, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA. O lucro dos agricultores deve se recuperar neste ano, em grande parte devido a pagamentos de alívio por desastres naturais.

Com custos elevados e receitas pressionadas, as margens de lucro são mínimas. "Essa é a parte difícil da agricultura. São necessários US$ 3 milhões (*por volta de R$ 17,31 milhões*) ou US$ 4 milhões (*R$ 23 milhões*) em equipamentos para um retorno pequeno", disse Joe Shirbroun.

RECUO. Muitos agricultores estão reagindo à incerteza adiando investimentos não essenciais. Os Shirbrouns, por exemplo, costumam trocar suas colheitadeiras a cada dois ou três anos, mas não neste ano. "Estamos mantendo os equipamentos por mais tempo. O mesmo vale para tratores, plantadeiras, tudo. Simplesmente não poderemos nos modernizar com a mesma frequência de antes", disse Suzanne.

As vendas de equipamentos agrícolas já estavam em declínio antes mesmo de Trump voltar à presidência. A John Deere, fabricante de tratores e colheitadeiras, anunciou que seus lucros caíram pela metade no trimestre encerrado em 26 de janeiro. A empresa espera que as vendas de grandes equipamentos agrícolas permaneçam fracas pelo restante do ano. As tarifas só piorariam o cenário.

Na eleição de novembro, Trump venceu em Iowa por uma margem de 13 pontos e continua popular no cinturão agrícola. Os Shirbrouns apoiam Trump, mas não de forma incondicional. Suzanne se considera cética em relação às promessas de qualquer político.

Ela aplaudiu o acordo comercial americano de Trump e o acordo parcial com a China assinado em janeiro de 2020, que previa um grande aumento na compra de produtos agrícolas dos EUA pelos chineses.

A falta de ação de Joe Biden para fazer cumprir esse acordo, além do que ela considera regulações ambientais excessivas, a convenceram a apoiar Trump novamente.

APOIO HISTÓRICO. Assim como toda a zona rural de Iowa, o Condado de Clayton votou expressivamente em Trump em 2024. Dois terços dos eleitores do condado o apoiaram, dando-lhe uma margem maior do que em 2016 e 2020.

A família de Shirbroun cultiva na região desde 1874, quando seu bisavô emigrou do Liechtenstein. A família sobreviveu à Grande Depressão, às Guerras Mundiais e à crise agrícola dos anos 1980. Joe, de 60 anos, e Suzanne, de 57, assumiram a fazenda em 1999, após trabalharem como agrônomos.

Eles prosperaram nos anos anteriores ao primeiro mandato de Trump, antes de ele impor tarifas de até 25% sobre US$ 360 bilhões (R$ 2 trilhões) em produtos chineses. Na época, a China retaliou com tarifas sobre os produtos agrícolas dos EUA, incluindo a soja, cujas compras despencaram de US$ 12,2 bilhões (R$ 70,3 bilhões), em 2017, para apenas US$ 3 bilhões (R$ 17,3 bilhões) em 2018. Produtores brasileiros ocuparam o espaço.

Trump conseguiu que o Congresso aprovasse um pacote de US$ 28 bilhões (R$ 161,5 bilhões) para compensar as perdas dos agricultores – mais de três vezes o valor do resgate da indústria automobilística durante a crise de 2008. Os agricultores aceitaram a ajuda, mas lamentaram precisar dela. Trump frequentemente expressa seu apreço pelos produtores rurais e criticou Biden, dizendo que o governo anterior "odiava nossos agricultores". No entanto, o republicano minimiza os riscos de uma guerra comercial. Questionado sobre a possibilidade de a União Europeia retaliar qualquer nova tarifa dos EUA proibindo a importação de produtos agrícolas americanos, ele foi indiferente.

"Tudo bem. Não me importo. Deixem que façam isso", disse Trump. "Eles só estarão prejudicando a si mesmos." Na realidade, isso também prejudicaria os agricultores de Iowa. ● WP

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL

SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO-SERTESP
CNPJ nº 62.650.809/0001-16
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Pelo presente edital ficam convocadas todas as associadas do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo - SERTESP, quites e no gozo dos seus direitos sindicais, a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** em primeira convocação as 10:30h (dez horas e trinta minutos) do dia 12 de março de 2025, quarta-feira, na sede associativa, Rua Apinajés, nº 1.100, conjunto 1.403, em São Paulo, Capital, para deliberação da seguinte Ordem do dia: a) Análise e deliberação sobre a pauta de reivindicações apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de São Paulo; b) Eleição da Comissão de Negociação; c) Outorga de poderes para a Diretoria, Comissão de Negociação e Assessoria Jurídica do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo- SERTESP, para acompanhamento de todos os atos e termos da negociação, celebração da Convenção Coletiva de Trabalho ou representação em processo judicial de dissídio coletivo; d) Assuntos gerais. Não havendo número legal de associadas na hora acima indicada para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia se instalará e deliberará validamente, em segunda convocação com qualquer número de associadas presentes, às 11:00h (onze horas) no mesmo dia e local. A associada poderá se fazer representar por procurador, nos termos do Estatuto Social e do Código Civil Brasileiro. São Paulo, 26 de fevereiro de 2025. Ricardo José Zovico - Presidente.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE RÁDIO E TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO-SERTESP
CNPJ nº 62.650.809/0001-16
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Pelo presente edital ficam convocadas todas as associadas do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo - SERTESP, quites e no gozo dos seus direitos sindicais, a se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** em primeira convocação as 09:30h (nove horas e trinta minutos) no dia 12 de março de 2025, na sede associativa, Rua Apinajés, nº 1.100, conjunto 1.403, em São Paulo, Capital, para deliberação da seguinte Ordem do dia: a) Leitura, deliberação e votação do balanço, das demonstrações contábeis e financeiras e do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2024; b) Leitura, deliberação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício findo aos 31 de dezembro de 2024, do balanço, da receita e despesa econômica, dos livros diário e caixa, da contribuição sindical e de rendas próprias, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal; c) Assuntos gerais. Não havendo número legal de associadas na hora acima indicada para a instalação dos trabalhos em primeira convocação, a Assembleia se instalará e deliberará validamente, em segunda convocação com qualquer número de associadas presentes, às 10:00h (dez horas) no mesmo dia e local. A associada poderá se fazer representar por procurador, nos termos do Estatuto Social e do Código Civil Brasileiro. São Paulo, 26 de fevereiro de 2025. Ricardo José Zovico - Presidente.

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

e|investidor ESTADÃO



Planilha de gastos

e|investidor

Controle seus gastos mensais de forma **rápida e fácil** com a planilha automática de orçamento do E-Investidor

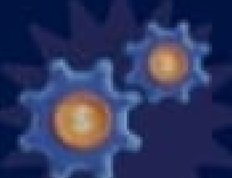
O QUE ESPERAR DESTE MATERIAL:



Planilha automatizada



Despesas por categorias



Real X Previsto



Visão anual

Aponte a câmera do seu celular para o **QR Code** e acesse agora a nossa planilha exclusiva



bp A Beneficência Portuguesa de São Paulo

Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência

CNPJ nº 61.599.908/0001-58

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS ASSOCIADOS EFETIVOS DE 31 DE MARÇO DE 2025

Ficam convocados os Associados Efetivos da **Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência** ("Associação" ou "BP") para se reunirem em Assembleia Geral Especial dos Associados Efetivos ("AGE" ou "Assembleia"), de forma exclusivamente digital, com transmissão ao vivo através de um canal exclusivo na plataforma do Youtube, a ser realizada no **dia 31 de março de 2025, às 18h30**, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos Associados Efetivos, e às 19h, em segunda convocação, com a participação de qualquer número de Associados Efetivos, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Eleição dos 10 (dez) representantes dos Associados Efetivos para o triênio 2025-2028.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

Josué Dimas de Melo Pimenta

Presidente do Conselho de Administração

Informações Gerais:

Nos termos do parágrafo 5º do artigo 26 do Estatuto Social, **a AGE será realizada integralmente em formato digital**, conforme descrito abaixo:

(a). Assembleia Digital: A AGE será instalada no **dia 31 de março de 2025, às 18h30** em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos Associados Efetivos, e às 19h, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Associados Efetivos, com transmissão feita através de um canal dedicado na plataforma do Youtube. Para participarem da Assembleia, os participantes deverão acessar a área exclusiva para Associados no website da Associação (http://www.bp.org.br/associados/portal-do-associado) e efetuarem um cadastro. Serão considerados presentes à AGE todos os Associados Efetivos que se cadastrarem e acessarem o canal de transmissão da Assembleia.

(b). Voto Eletrônico: Os Associados Efetivos receberão no decorrer do dia 25 de março de 2025, por e-mail, uma senha única e criptografada, além das orientações para o exercício do voto eletrônico para o item da Ordem do Dia. Caso um Associado Efetivo não receba o e-mail em questão, deverá solicitar imediatamente seu reenvio por meio dos canais oficiais de atendimento ao Associado. **A votação eletrônica online será aberta no dia 25 de março de 2025, às 08h, e encerrar-se-á, às 18h, do dia 30 de março de 2025**, quando o sistema cancelará automaticamente todas as chaves daqueles Associados que ainda não tiverem votado. Em conformidade com o parágrafo 6º do artigo 26 do Estatuto Social, para todos os efeitos legais, serão considerados presentes a AGE, os Associados Efetivos que votarem através plataforma de voto à distância (em conformidade com as regras previstas abaixo).

(c). Apuração de Votos: A apuração de votos dar-se-á às 8h30 do dia 31 de março de 2025, de maneira automática, sendo os resultados divulgados no mesmo dia, durante a Assembleia de acordo com os quóruns estatutários aplicáveis. Salientamos que todo o processo de votação será registrado e auditado por empresa independente. Para todos os fins legais, a AGE será considerada como realizada na sede da Associação.

Atualização de Cadastro: A BP solicita e recomenda aos Associados Efetivos a atualização e/ou cadastramento de seus endereços de correio eletrônico (e-mail) exclusivamente pelos números de telefone: (11) 3505-3030 / 3011 / 3012 / 3135 / 3136 ou 08007701776. Para fins da AGE, o prazo para esta atualização encerrar-se-á às 18h do dia 14 de março de 2025.

O Estatuto Social, todas as orientações, bem como os materiais de suporte para esta AGE estarão disponíveis para consulta na área exclusiva dos Associados no website http://www.bp.org.br/associados/portal-do-associado. Caso necessite de orientações para acessar o portal, o Associado poderá contatar o SAS - Serviço aos Associados, localizado na sede da BP, à Rua Maestro Cardim, nº 769, térreo da Torre 3, ou através dos telefones mencionados acima.

Secretaria de Gestão — SALVADOR PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Salvador, capital do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), por meio da Comissão Central Permanente de Contratos (COMPEL), torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada a seguinte licitação: Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO - SEMGE Nº 90007/2025 - PROC: 222079/2024 - SEMGE, cujo objeto é a elaboração de registro de preço para aquisição de GARRAFÃO RETORNÁVEL**, com a abertura da sessão no dia 25/03/2025, às 10h. Obs.: horário oficial de Brasília. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, que poderão retirar, gratuitamente, da seguinte forma: Portal da SEMGE: www.gov.br/compras. Informações: email:compel@salvador.ba.gov.br.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Embu-Guaçu - CNPJ: 59.051.177/0001-60, o presidente em exercício no uso de suas prerrogativas e atribuições legais e estatutárias, convoca as **ELEIÇÕES SINDICAIS** desta entidade para renovação da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. As Eleições Sindicais ocorrerão nos dias 31/03/2025, 01/04/2025, 02/04/2025, 03/04/2025 no horário das 07h00 (sete horas) às 17h00 (dezessete horas) e no dia 04/04/2025 no horário das 07h00 (sete horas) às 13h00 (treze horas), de maneira presencial nos seguintes locais de votação: uma urna fixa na sede do Sindicato, situado na Rua José Herculano, 61, bairro Jardim Emília - Município de Embu- Guaçu - SP, CEP 06900-340, e tantas urnas itinerantes que se fizerem necessário, que percorrerão todos os locais de trabalho dos Servidores Públicos Municipais de Embu-Guaçu/SP. O período de inscrição de chapa será nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2025, devendo ser realizada na sede do Sindicato das 8h00 às 14h00 na Rua José Herculano, 61, bairro Jardim Emília - Município de Embu- Guaçu - SP, após o final do período de inscrição fica aberto o prazo de vinte e quatro horas para propositura de impugnação contra candidatos ou chapas. O quórum previsto para o primeiro escrutínio é de trinta por cento, mais um dos associados em condições de votar, ainda se não for atingido o quórum à eleição, prosseguirá a coleta de votos até atingir o quórum necessário. As eleições serão realizadas em conformidade com as disposições contidas no Estatuto Social da Entidade. **JOSÉ GERSON GOMES CABRAL** - RG: 24.981.040-2 - Presidente

---

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A Câmara Municipal de São Paulo convida o público interessado para participar da Audiência Pública Semipresencial com o objetivo de debater o seguinte tema:

Metas fiscais do 3º quadrimestre de 2024

(Atendendo ao disposto no artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais e a trajetória da dívida no período).

Data: 28/02/2025
Horário: 10h
Local: Plenário 1º de Maio - 1º andar - Câmara Municipal de São Paulo.
Endereço: Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista

Para assistir: O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online no seguinte endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, e pelo canal da Câmara Municipal no Youtube (www.youtube.com/camarasaopaulo) e Facebook (www.facebook.com/camarasaopaulo).

Para participar: Encaminhe sua manifestação por escrito ou inscreva-se para se manifestar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/inscricoes/. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório. Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório.

Para maiores informações: sgp12@saopaulo.sp.leg.br

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

1ª Audiência Pública Semipresencial do ano de 2025

A Câmara Municipal de São Paulo convida o público interessado a participar da 1ª Audiência Pública Semipresencial que esta Comissão realizará com a seguinte pauta:

"Prestação de Contas das Ações e da Execução Orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao terceiro quadrimestre de 2024, nos termos da Lei Complementar Federal nº 141/2012".

Data: 28/02/2025
Horário: 12h
Local: Plenário 1º de Maio e Auditório Virtual

Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online: www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, e pelo canal da Câmara Municipal no YouTube: www.youtube.com/camarasaopaulo.

Para participar: Inscreva-se para participar ao vivo por videoconferência através do Portal da CMSP na internet, em www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas/inscricoes/ ou encaminhe sua manifestação por escrito em www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas/. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.

Para maiores informações: sgp12@saopaulo.sp.leg.br

DNIT — MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência nº 0063/2025 - UASG 393003

Nº Processo: 50600003606202068. Objeto: Contratação de empresa especializada para a elaboração de estudos e projetos básico e executivo de engenharia visando a execução das obras de restauração dos pavimentos de concreto de cimento Portland (pavimento rígido) da rodovia BR-101 nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, totalizando 758,1 km. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 26/02/2025 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Saun Quadra 3 Bloco a - Mezanino - Cgcl. Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/393003-3-90063-2025 . Entrega das Propostas: a partir de 26/02/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras . Abertura das Propostas: 22/04/2025 às 15h00 no site www.gov.br/compras . Informações Gerais: O edital poderá ser obtido por meio dos sítios: www.dnit.gov.br ou www.gov.br/compras .

CAMILA DUARTE E SILVA
Agente de Contratação

Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha S.A.

CNPJ nº 49.912.199/0001-13 | NIRE 35.300.046.145

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28 de Janeiro de 2025

1. Data, Hora e Local: Realizada em 28/01/2025, às 09:00 horas, na sede social da Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha S.A., localizada na Cidade de Itapira, SP, na Rua Funabashi Tokuji, 170, Jardim Ivete, CEP 13972-160 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, conforme assinaturas constantes da presente ata. **3. Mesa:** Presidida pelo Sr. **Sadao Miki** e secretariada pelo Sr. **Edson Funabashi**. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: (I) análise de prévias das Demonstrações Financeiras relativas ao 4º Trimestre 2024 e ano fiscal 2024; (II) aprovação pela distribuição de Antecipação de Dividendos; (III) análise de proposta de alterações a se realizarem na Diretoria Executiva, propostas pelo Diretor Presidente ao Conselho. **5. Deliberações:** Após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes deliberaram o quanto segue: **5.1.** (I) Examinados os respectivos documentos enviados pela diretoria e encontrando tudo na mais perfeita ordem e regularidade. **5.2.** (II) Tomando a palavra, o Sr. Presidente ponderou com os demais membros do Conselho que, com base nos resultados prévios apresentados, fosse deliberado a aprovação de uma distribuição antecipada de Dividendos pela companhia, no montante de **R$ 4.000.000,00**, a ser paga em 07/02/2024, sendo este descontado do valor final de dividendos apurado e aprovado pela Assembleia de Acionistas a se realizar em 12/04/2025. Posta em discussão e posteriormente a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade de votos. **5.3.** Passando para o item (III), o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. Carlos Edson Shiguematsu, Diretor Presidente, que apresentasse sua proposta de alterações a se realizarem na Diretoria Executiva: 1ª etapa de transição até Julho/2025: O Sr. **Maurício Ferreira Andrade** assume a Diretoria Comercial e concomitante a Diretoria Operações de Papéis, ref. a unidade de Coronel Vivida/PR. O Sr. **David Anunciato** assume a Diretoria Operações de Papéis, ref. a unidade de Santo Amaro/BA e concomitante a Diretoria Industrial de Embalagens. O Sr. **Rubelene Galvão Albano** assume a Diretoria de Logística e Suprimentos. 2ª Etapa de transição até Dezembro/2025: O Sr. **David Anunciato** assume integralmente a Diretoria Operações de Papéis, ref. as unidades de Santo Amaro/BA e Coronel Vivida/PR e concomitante a Diretoria Industrial de Embalagens. Posta em discussão e posteriormente a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade de votos. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, a reunião do Conselho de Administração foi encerrada, sendo elaborada a presente ata, que foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Itapira, 28 de janeiro de 2025. **Mesa: Sadao Miki**, Presidente; e **Edson Funabashi**, Secretário. **Membros do Conselho de Administração Presentes:** Sadao Miki, Edson Funabashi, Denise Shizue Nakano, Paulo Hiai, Mauro Yasunori Funabashi, Nelson Hanasawa, Nelson Itai Shiguematsu, Simone Chieri Nakano, Carlos Edson Shiguematsu Junior, Marco Antonio Cruz Funabashi e Silvia Yamashita. Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada em livro próprio. **Mesa: Sadao Miki** - Presidente, **Edson Funabashi** - Secretário. **JUCESP** nº 58.745/25-7 em 21/02/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

SEDUR Secretaria de Desenvolvimento Urbano — SALVADOR PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 01/2025 COMPRAS.GOV.BR Nº 90001/2025

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, por meio da Agente de Contratação e Equipe de Apoio das licitações e Contratações da SEDUR, designada pela PORTARIA Nº 85/2024, publicada no Diário Oficial do dia 09 a 11 de março de 2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada a seguinte licitação, na Modalidade de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025**, no CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL, em lote único, Licitação Nº 01/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23.639/2025. **OBJETO:** contratação de empresa especializada em serviço de demolição, remoção e transporte de material e de engenhos publicitários, existentes no local da demolição, de demandas resultantes dos processos administrativos advindos da aplicação de autos de infração, verificadas pelos Setores competentes da Administração Municipal. Conforme disposto no Projeto Básico e Anexos os quais integram o presente Edital e Anexo I do Edital. SESSÃO DE DISPUTA DOS PREÇOS - ABERTURA DA LICITAÇÃO: 10/04/2025, das 09h às 14h - horário de Brasília. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição para consulta nos sítios eletrônicos: www.compras.gov.br, www.compras.salvador.ba.gov.br e www.sedur.salvador.ba.gov.br. Salvador, 24 de fevereiro de 2025, **João Xavier Nunes Filho** - Secretário

PODCAST
Estadão Analisa
com Carlos Andreazza
DE SEGUNDA A SEXTA 7h
ESTADÃO

Joaquim Leite
Ex-ministro do Meio Ambiente

‘O País pode ganhar dinheiro com a economia verde’

Ex-ministro diz que o Brasil ‘não é só floresta’ e que deve mostrar suas soluções climáticas na COP-30

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



Ex-ministro Joaquim Leite: ‘Não somos só uma colônia ambiental’

CENÁRIOS

SONIA RACY

O Brasil é uma potência verde que precisa ser mostrada para além das nossas florestas, afirma o ex-ministro do Meio Ambiente Joaquim Leite, que ocupou o cargo entre 2021 e 2022 e é especialista em crédito de carbono, tendo trabalhado 13 anos no setor.

O banco UBS percebeu isso e comprou, semana passada, uma participação minoritária na YvY, gestora focada na transição energética, fundada por Leite, Paulo Guedes, Rodrigo Xavier (ex-UBS Brasil) e Gustavo Montezano (ex-BNDES), entre outros.

O ex-ministro afirma que o setor privado está muito mais atento à questão ambiental. “O mundo está mais consciente, o consumidor está mais consciente, o investidor está mais consciente.”

Também ao lado de Guedes, Leite ajudou a criar a Vivens Business School, uma nova escola de negócios “verde”. O propósito é ensinar a empresários e executivos que trabalhar de maneira sustentável, com conceitos verdes, pode, sim, resultar em lucro. Vale lembrar aqui que o ex-ministro da Economia percebeu, décadas atrás, que faltava aos executivos brasileiros formação em Finanças. E, assim, criou o Ibmec.

A seguir, trechos da entrevista a *Cenários*:

Como surgiu a Vivens Business School?

A Vivens é uma escola focada em negócios para economia verde, que pretende treinar executivos a se adaptarem à nova realidade da economia verde e lucrarem com isso. Trabalhar de maneira sustentável dá lucro, sim. Tudo nasceu dois anos atrás, no Rio de Janeiro. Levei ao (*ex-*)ministro Paulo Guedes a ideia de a gente escrever um livro com uma visão ambiental positiva, mensurar a eficiência ambiental das empresas e valorizar os produtos e serviços. Não é aquela visão clássica, que é do “eu não posso usar o canudo de plástico”, “eu não posso andar de avião”, “eu não posso andar de carro”, “eu não posso andar de caminhão”. Ele, então, propôs a criação de um MBA de Economia Verde. Foi daí que veio a ideia de criar a escola.

A Rio 92 (*Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*) ocorreu no Brasil. Como o setor privado se engajou no tema sustentabilidade desde então?

Em 1992, esse tema estava muito distante do setor privado, que não via a possibilidade de trabalhar com as questões ambientais. Acho que isso mudou a partir de 2021, na COP-26 (*Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Glasgow, na Escócia*), quando o consumidor e o investidor fizeram esse movimento acontecer. Foi uma convergência de interesses. Houve a percepção de que o tema ambiental é um atributo que faz diferença na venda do meu produto, na captação de recursos de investidores.

O mundo está mais consciente?

O mundo está mais consciente, o consumidor está mais consciente, o investidor está mais consciente. Acho que agora o desafio é transformar os compromissos feitos em 2021 em conhecimento para as empresas, atuar de forma inteligente, buscando soluções climáticas lucrativas. O setor privado só vai dar escala à economia verde se isso for lucrativo.

O Brasil tem tudo para liderar essa transição verde. O que pode dar errado?

Acho que o Brasil tem de se colocar como uma grande nação verde por características naturais e econômicas. Essas características naturais nos transformam em uma grande economia verde. O desafio do Brasil é não apresentar uma conferência do clima (*COP-30, em novembro*) que se limita apenas ao tema da floresta. Somos muito mais do que isso. Somos um exemplo de sustentabilidade para o mundo inteiro.

Perspectiva
Para Joaquim Leite, ‘o setor privado só vai dar escala à economia verde se isso for lucrativo’

Nossas florestas não são importantes?

São, mas o Brasil é muito mais do que isso. É um país muito diverso. Pergunto: como é que a gente não mostra para o mundo esse Brasil dos produtos verdes e da energia verde? Esse é o desafio. O Brasil tem de começar a ter orgulho do que é, e mostrar para o mundo que não é simplesmente uma colônia ambiental, onde a gente vai discutir só floresta. Quero discutir o hidrogênio verde, quero discutir os veículos híbridos, quero discutir a produção sustentável da agricultura. O Brasil é uma nação com uma oportunidade de ganhar dinheiro na economia verde.

Qual é a demanda nesse sentido?

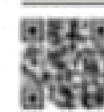
A primeira empresa em que nós investimos aqui na YvY Capital foi uma chamada Solinftec. É uma companhia de tecnologia no agro. Ela tem robôs autônomos e uma inteligência artificial que monitora os equipamentos e tratores. Essa é uma das teses da gestora: inovação, tecnologias no agro e infraestrutura.

As decisões de Trump em relação ao meio ambiente não foram muito entusiasmantes. Como é que fica o Brasil nessa história?

Acho que os Estados Unidos estão se colocando numa posição clara de que o tema para ele é: vou acelerar a minha economia com a possibilidade de exploração de recursos naturais, como o gás, mas não vou desacelerar também a economia verde. E o Brasil pode fazer parte dessa cadeia global, por exemplo, com o etanol. Ou ainda usar resíduo industrial brasileiro, como o sebo, também para a produção de diesel verde.

O governo passado não foi percebido como um governo pró-ambiente. Por que isso aconteceu?

Definitivamente, faltou comunicação do que nós fizemos. Lançamos muitos projetos. Eu e o (*ex-*)ministro Paulo Guedes lançamos o Programa de Crescimento Verde, para energias renováveis, agricultura de baixo carbono. Lançamos com a Tereza Cristina (*ex-ministra da Agricultura*) o Plano ABC+, que é a agricultura de baixo carbono. Fechamos mais de mil lixões. A agenda de saneamento andou bem, e continua andando em alguns Estados, como aqui em São Paulo. ●



NA WEB
Na Facebook, no X, no LinkedIn e no YouTube do ‘Estadão’ e no YouTube do Banco Safra.
www.estadao.com.br

ESTADÃO

VODCAST
dois**pontos**

Forme sua opinião sobre os temas mais atuais a partir de análises de dois especialistas.

@estadao

ASSISTA E INSCREVA-SE PARA RECEBER ALERTAS DE NOVOS EPISÓDIOS.



Basta apontar a câmera do seu celular para o QR code acima.

FOTO: PEDRO KIRILOS

Safra Maxwell Macro

171,8% do CDI nos últimos 12 meses.



Uma estratégia que usa **modelos quantitativos e algoritmos** com a gestão Safra.

SAFRA MAXWELL MACRO FIC MULTIMERCADO

	Fundo	% do CDI	CDI
Janeiro	1,67	165,11	1,01
12 meses	18,68	171,82	10,87
24 meses	26,09	103,03	25,33
36 meses	44,36	107,33	41,33
48 meses	42,38	87,70	48,32
60 meses	47,81	91,61	52,19
Desde o início	55,99	99,99	55,99



Invista com o Safra.



Safra

QUEM SABE, SAFRA.



AVISOS: LEIA O FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, A LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS, SE HOUVER, O REGULAMENTO, O ANEXO-CLASSE E O APÊNDICE SUBCLASSE, SE HOUVER, ANTES DE INVESTIR. O INVESTIMENTO EM FUNDOS NÃO É GARANTIDO PELO ADMINISTRADOR, PELO GESTOR, POR QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU PELO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO – FGC. DESCRIÇÃO DO TIPO ANBIMA DISPONÍVEL NO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS, TAXA DE PERFORMANCE E/OU TAXA DE SAÍDA. A COMPARAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO E INDICADORES ECONÔMICOS É MERA REFERÊNCIA, E NÃO META OU PARÂMETRO DE PERFORMANCE. O INVESTIMENTO APRESENTADO PODE NÃO SER ADEQUADO AOS SEUS OBJETIVOS, SITUAÇÃO FINANCEIRA OU NECESSIDADES INDIVIDUAIS. O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO SUITABILITY É ESSENCIAL PARA GARANTIR A ADEQUAÇÃO DO PERFIL DO CLIENTE AO PRODUTO DE INVESTIMENTO ESCOLHIDO. LEIA PREVIAMENTE AS CONDIÇÕES DE CADA PRODUTO ANTES DE INVESTIR. Material de divulgação do SAFRA MAXWELL MACRO FIC FIM, CNPJ: 26.305.892/0001-22. Data de início do fundo: 01/08/2019. Este fundo é destinado aos Investidores Gerais. Estratégia do Fundo: Fundo multimercado macro no qual as estratégias são implementadas através de modelos quantitativos e algoritmos sob a supervisão de profissionais experientes. Atua nos mercados de juros, câmbio, bolsa e utilizando instrumentos derivativos, para hedge, posição e alavancagem da carteira, em busca de ganhos superiores ao CDI no médio/longo prazo. Tributação de Longo Prazo. Taxa de Administração: 2,00% a.a. Essa taxa engloba os prestadores de serviços de Administração, Gestão e Distribuição. Taxa de performance de 20% sobre o CDI. Taxa de Saída: não há. Classificação Anbima: Multimercados Livre. PL médio dos últimos 12 meses: R$ 112,67 milhões. Não há carência para resgate. Cotização de resgate: D+11 d.c. Liquidação de Resgate: D+12 d.c. Classificação do Produto de investimento: Nota 4. Os riscos a que estão sujeitas a carteira e os ativos por ela investidos estão detalhados no Regulamento do Fundo, merecendo destaque os riscos de liquidez, mercado e crédito. Risco de Liquidez: a falta ou baixa demanda pelos ativos da classe do fundo nos mercados, no prazo e pelo valor desejado pode impactar sua rentabilidade e dificultar resgates nos prazos estabelecidos; Risco de Mercado: os ativos estão sujeitos a fatores econômicos e/ou políticos nacionais e internacionais, oscilações em mercados de juros, moedas, ações, commodities e condições econômicas dos emissores. Tais variações podem alterar o valor das cotas e ocasionar valorização ou depreciação do capital; Risco de Crédito: riscos como inadimplência dos emissores dos ativos integrantes da carteira do fundo ou das contrapartes e variação nos spreads de crédito também podem gerar efeitos negativos. Fórmula: Rentabilidade nos últimos 12 meses do fundo dividida pela rentabilidade do CDI no mesmo período, multiplicado por 100. (18,73% / 10,92% x 100). Fonte: Quantum Axis. Data-base: 31/01/2025. Os serviços de Distribuição e Custódia são prestados pelo Banco Safra S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 58.160.789/0001-28. SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO: Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Serviço de Atendimento ao Cidadão em www.cvm.gov.br. Para mais informações, procure um gerente Safra ou acesse o site www.safraasset.com.br. Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e de Fala/SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor/Proteção de Dados: 0800 772 5755 – Atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana. Ouvidoria - Caso já tenha recorrido ao SAC e não esteja satisfeito(a): 0800 770 1236. Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais Auditivas e de Fala: 08000 727 75 51. De 2ª a 6ª feira, das 09h às 18h, exceto feriados. Ou acesse: www.safra.com.br/atendimento/ouvidoria.

Eufrázio

Trabalho **'Saque-aniversário'**

Mexida em regra do FGTS vai liberar até R$ 12 bi

Segundo Ministério do Trabalho, medida provisória para destravar saldo do fundo será publicada na sexta-feira

BRASÍLIA

O governo vai publicar na sexta-feira medida provisória para autorizar trabalhadores demitidos que optaram pela modalidade do saque-aniversário do FGTS a sacar o saldo bloqueado do fundo, informou ontem o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). De acordo com a pasta, a proposta vai beneficiar 12,1 milhões de pessoas, com a liberação de R$ 12 bilhões.

De acordo com o MTE, a medida vai contemplar trabalhadores que foram demitidos de janeiro de 2020 até a data da publicação da MP. Os valores serão creditados em duas etapas na conta cadastrada no FGTS. Na primeira etapa, será pago até o limite de R$ 3 mil. Se o valor for superior a isso, o saldo restante será liberado em uma segunda etapa, 110 dias após a publicação da MP. Concluído esse prazo, os trabalhadores que optarem pelo saque-aniversário e forem demitidos não poderão acessar o saldo, que permanecerá retido.

Inicialmente, estava prevista uma cerimônia para hoje entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as centrais sindicais para formalização da proposta. O encontro, no entanto, foi cancelado.

Os trabalhadores que comprometeram os recursos com empréstimos bancários – por meio da chamada "antecipação do saque-aniversário" – e que, portanto, não teriam mais saldo em conta, também não serão beneficiados pela proposta.

O saque-aniversário foi criado durante o governo Bolsonaro e entrou em vigor em 2020. O trabalhador que opta por essa modalidade pode sacar anualmente, no mês de aniversário, parte do seu saldo de FGTS. Em caso de demissão, no entanto, o saldo fica bloqueado para rescisão sem justa causa e só é possível acessar a multa rescisória – diferentemente da modalidade de saque-rescisão, em que é permitido, neste caso, recuperar todo o dinheiro do FGTS. No saque-aniversário, para resgatar os valores que restaram o trabalhador demitido precisa aguardar pelo menos dois anos. É justamente esse saldo que a medida provisória vai liberar.

> **Restrição**
> **No saque-aniversário, trabalhador tem de esperar dois anos para sacar saldo no FGTS**

OPOSIÇÃO. Desde que assumiu o cargo, o ministro do Trabalho defende pôr fim ao saque-aniversário. Um dos pontos mais criticados por Marinho é, inclusive, a impossibilidade de acessar o fundo no momento da demissão. A proposta, no entanto, enfrenta grande resistência por parte dos bancos.

O novo formato do consignado privado chegou a ser visto pelo Ministério do Trabalho como uma substituição ao saque-aniversário – o que não vingou. Os bancos e o Poder Executivo passaram a discutir a possibilidade, inclusive, de ampliar o uso do FGTS como garantia no empréstimo consignado, medida criticada por Marinho.

Atualmente, o trabalhador titular do FGTS pode oferecer como garantia até 10% do saldo de sua conta – e, em caso de demissão, pode ser oferecida ainda a totalidade da multa de 40% que é paga pelo empregador no ato da dispensa. ● GIORDANNA NEVES, FERNANDA TRISOTTO e AMANDA PUPO

Empréstimos **Balanço**

No BNDES, crédito para indústria supera o do agro

RIO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) emprestou R$ 212,6 bilhões no ano passado, alta de 22% ante 2023. Pela primeira vez, a indústria superou a demanda do agronegócio, com aprovações de R$ 52,4 bilhões, alta de 132% em um ano, ante R$ 52,3 bilhões do agronegócio, ou 92% acima do registrado em 2023.

De acordo com o presidente do banco, Aloizio Mercadante, mesmo com a alta na taxa básica de juros o banco mantém expectativa de crescimento nas aprovações de crédito. "O BNDES continua cumprindo sua função, que é olhar para a Nova Indústria Brasil (*programa do governo*), descarbonização, agricultura de baixo carbono, indústria naval, entre outros", disse. ● DENISE LUNA E GABRIEL VASCONCELOS

e|investidor
ESTADÃO

e-book gratuito

ONDE *INVESTIR* EM 2025

Tudo o que você precisa saber para fazer o seu dinheiro render mais no próximo ano

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e acesse agora o nosso conteúdo exclusivo e gratuito



Eufrázio

e|investidor
ESTADÃO

48 DICAS
PARA ALCANÇAR O SUCESSO FINANCEIRO

Um guia para que você tenha uma melhor relação com seu dinheiro e uma vida financeira saudável.

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e acesse agora o nosso conteúdo exclusivo e gratuito



Empreendedorismo **Autoestima**

Tatuadoras especializadas em cobrir cicatrizes estrelaram até série de TV

Raquel e Margarita criaram o Sobre Essa Pele, estúdio que atende clientes que desejam ocultar marcas resultantes de queimaduras, cirurgias e até automutilação

GEOVANNA HORA

A paulista Raquel Gauthier sempre gostou de desenhar, mas não pensava em seguir carreira na arte. A história mudou em 2017, quando ela tatuou a própria mão com um aparelho de micropigmentação de sobrancelhas e descobriu uma nova profissão.

Em 2020, ela percebeu que faltavam tatuadores dedicados a cobrir cicatrizes com traços finos e resolveu se especializar. Raquel influenciou a esposa, a russa Margarita Sultanova, a seguir o mesmo caminho. Já em 2023, o negócio ganhou nome e endereço: nascia ali o Sobre Essa Pele, na Avenida Paulista.

Requisitadas
Além da clientela do Brasil, a dupla já tatuou pessoas de vários países, incluindo dos Emirados Árabes

Os desenhos delicados e a atenção redobrada às histórias por trás das cicatrizes conquistaram clientes de todo o Brasil e até de outros países. As duas ainda estrelaram uma série documental do Discovery Home & Health.

Nascida na Rússia, Margarita se mudou para o México em 2012 e, de lá, veio para o Brasil. As duas se casaram em 2020.

Na época, Raquel já trabalhava com tatuagens havia três anos. Antes, ela tinha tentado vários empregos, em lojas, restaurantes e clínicas de estética, mas o seu caminho sempre esteve ligado à arte. "Aprendi a fazer micropigmentação de sobrancelhas, mas achava monótono. Peguei o aparelho e tatuei a palavra 'respirar', em inglês, na minha mão. Eu percebi que combinava mais comigo ser tatuadora, porque teria espaço para desenvolver a criatividade", conta a brasileira.

Raquel aprendeu a tatuar sozinha, com vídeos no YouTube. Para colocar em prática as técnicas, ela adaptou um quarto vazio na casa dos pais e começou a realizar os primeiros atendimentos.

Depois de alguns meses no espaço improvisado, aceitou um convite para trabalhar em um estúdio de tatuadores no bairro Pimentas, em Guarulhos (SP), cidade onde nasceu e cresceu. No ano seguinte, em 2018, ela optou por voltar a trabalhar sozinha. "Eu nunca me identifiquei com a estética dos estúdios de tatuagem. Sempre preferi ambientes mais claros, semelhantes a clínicas."

AUTOMUTILAÇÃO. Em 2020, Raquel participou de um projeto para tatuar pessoas com marcas causadas por automutilação. Ela conta que, durante a experiência, percebeu que faltavam profissionais especializados em cobrir cicatrizes em geral, não só nos casos de automutilação, e começou a estudar o tema.

"Os trabalhos que eu encontrava eram com artes pesadas, mas, na maior parte das vezes, as mulheres querem cobrir cicatrizes com desenhos delicados", afirma. Ela estudou as lesões na pele para entender as características e exigências de cada uma.

As mais desafiadoras são as resultantes de queimaduras, mas Raquel acredita que entender a parte física é só metade do trabalho: "É importante entender o que o cliente quer, não adianta ser bonita se ele não gostar".

Margarita ajudava com a parte administrativa e participou de todo o processo, mas só começou a tatuar em 2021.

A marca Sobre Essa Pele nasceu em 2023. O casal chegou a montar um estúdio em casa, mas preferiu ir para espaços separados em 2023. Escolheram a Avenida Paulista, no coração da capital. "Trabalhar em lugares diferentes nos ajuda a manter a individualidade, tanto na vida profissional quanto na pessoal", diz Raquel. No ano passado, Margarita alugou uma sala no prédio onde Raquel trabalha, mas em um andar diferente.

Mulheres formam a maior parte da clientela do casal. Margarita conta que elas já tatuaram pessoas de todos os Estados brasileiros e até de outros países, como Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Reino Unido e Portugal. Em 2021, elas foram para Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, a pedido de uma cliente.

LUCAS SILVESTRE/SOBRE ESSA PELE



O trabalho de Margarita e Raquel começa com um formulário, seguido de reunião, para definir detalhes

PROCESSO. O primeiro contato das tatuadoras com as mulheres é por meio de um formulário online, onde elas colocam algumas ideias para o desenho e informações sobre a cicatriz. Depois, elas marcam uma reunião – por vídeo ou presencial – para fazer uma avaliação, definir desenhos e finalizar o orçamento.

Essa primeira etapa tem um preço fixo, que as empreendedoras não revelaram. Além do valor final, o orçamento também traz a quantidade de sessões que serão necessárias para concluir a tatuagem.

"Normalmente, os trabalhos precisam de três a cinco sessões. Mas o trabalho de Dubai, por exemplo, precisou de 15 sessões, então pode variar", explica a russa. As sessões duram, no máximo, cinco horas.

Os preços variam de R$ 2 mil a R$ 15 mil, em média, de acordo com a quantidade de sessões necessárias, características das cicatrizes e detalhes dos desenhos. Para Raquel, saber precificar o seu trabalho foi o maior desafio no empreendedorismo.

"É difícil precificar um trabalho que toca no emocional de outra pessoa, mas a gente vive disso e estudou para isso. É importante se valorizar, porque é um negócio que exige muito do nosso conhecimento", comenta. O faturamento não foi revelado.

Elas optam por atender, no máximo, duas pessoas por semana, porque entendem que é importante descansar para entregar o melhor resultado. Raquel conta que elas chegaram a ter 100 pessoas na fila de espera, mas conseguiram equilibrar o fluxo ao adotarem o formulário online e a consulta paga.

NA TV. Tanto Raquel quanto Margarita concordam que tatuar cicatrizes exige uma atenção redobrada aos traumas e histórias por trás das marcas na pele. Algumas das cicatrizes são grandes, profundas e tem origens traumáticas, como acidentes, incêndios e cirurgias, o que afeta a autoestima e o emocional das clientes.

"Os trabalhos que eu encontrava eram com artes pesadas, mas, na maior parte das vezes, as mulheres querem cobrir cicatrizes com desenhos delicados"

"É difícil precificar um trabalho que toca no emocional de outra pessoa, mas a gente vive disso e estudou para isso"
Raquel Gauthier
Tatuadora

"O nosso trabalho não começa com o desenho, mas com a comunicação. É essencial ter uma escuta ativa, sem julgamentos", diz a brasileira. Elas fizeram acompanhamento com terapeutas para aprender a lidar com as emoções das clientes.

As histórias de mulheres atendidas por Raquel e Margarita deram origem à série documental *Sobre Essa Pele*, lançada no canal Discovery Home & Health e na plataforma de streaming Max, em outubro do ano passado, o que impulsionou ainda mais os negócios.

Nos planos, está uma expansão internacional. Em abril, as duas vão passar duas semanas em Portugal para atender clientes da Europa.

"Gostamos muito da ideia de oferecer cursos para mais tatuadores se especializarem na área, porque há muitas mulheres que não têm condições de viajar e pagar os custos da tatuagem. Os profissionais podem se especializar aqui e depois atenderem em outras cidades e Estados", conclui Margarita. ●

Eufrázio

Empreendedorismo Por amizade

As lições de um franqueador: 'Eu era amigo, mas virei vilão'

Engenheiro chamou ex-colegas de trabalho para assumirem as primeiras franquias de sua marca, e não deu certo

FELIPE SIQUEIRA

O engenheiro eletricista Camillo Torquato, fundador da T&D Sustentável, empresa de gerenciamento de água, chamou oito ex-colegas de trabalho para serem os primeiros franqueados de sua marca. Convidou-os pela amizade, mas não analisou se tinham perfil para empreender – um erro que custou caro.

O desempenho das franquias era ruim, eles não se adaptaram ao modelo de negócio. "Tive de comprar as unidades de volta e até fazer acordos que me custaram mais de R$ 1 milhão."

Chamar amigos e parentes para o primeiro ciclo de expansão de uma franquia é comum, diz o vice-presidente da consultoria Ecossistema 300 Franchising, Lucien Newton. Naturalmente, diz ele, pessoas que viram o empreendedor crescer de perto, como parentes, amigos, colegas de trabalho e até mesmo clientes, são as primeiras a se interessar pela possibilidade de ter acesso a este mesmo "sucesso".

Só que isso pode ser um grande problema se não for feito de uma forma profissional. "O franchising nunca vai nascer pronto. Eu entrego o melhor negócio possível, mas é preciso ensinar como as pessoas vão continuar construindo. Porque sempre é uma construção. E vai se estruturando ao longo do tempo", diz o especialista.

Uma das grandes dúvidas do empreendedor iniciante no ramo de franquias é como achar compradores para suas unidades. Costuma-se dizer no mercado que, quando uma empresa opta pelo franchising, a operação muda completamente. Ser franqueador demanda muito empenho e toma bastante tempo do empreendedor, cujo modelo de negócio passa a ser a venda de franquias – especialmente quando deixa de ter lojas próprias. Portanto, terá de vender a ideia a um franqueado.

> ***"O franchising nunca vai nascer pronto e é preciso ensinar como as pessoas vão continuar construindo o negócio. É uma construção"***
> **Lucien Newton**
> Consultor

E isso é muito difícil, diz Lucien Newton, porque, por mais bem-sucedido que seja em determinado bairro, cidade, região ou Estado, o negócio terá de buscar sucesso noutro lugar, onde a marca tende a ser desconhecida.

Em muitos casos ainda, destaca Newton, no início as franquias podem ter alguns problemas relacionados a processos que, com o tempo, vêm à tona. O consultor explica que é comum que o ambiente para franqueados, no início, seja mais solto, com regras definidas, mas sem tanto rigor na operação, já que tudo vai sendo adaptado às demandas.

AUMENTO DA REDE. Porém, conforme as coisas avançam, as normas vão ficando mais rígidas, pois o negócio vai amadurecendo e, consequentemente, fica mais claro o que pode ou não pode dar certo.

Com a ampliação da rede, pessoas desconhecidas, fora do núcleo próximo do empreendedor, são integradas e têm maior disposição de seguir padrões. "Vai ser normal que os primeiros que entraram, à medida que tudo se torna mais robusto, com mais aprendizados e menos concessões, se sintam diminuídos ou 'escanteados' com a evolução da rede. Todo esse contexto pode frustrar empreendedores. Muitos não se adaptam e acabam repassando o ponto."

'VILÃO'. Foi isso o que aconteceu com Torquato, da T&D Sustentável, que admite o erro: "Os meus oito primeiros franqueados eram ex-colegas de trabalho. E eu não olhei se tinham perfil empreendedor. Eu queria vender unidades, e eles confiavam na minha figura, embora não conhecessem tanto o negócio".

Com o tempo, muitas dessas unidades passaram a não ter bom desempenho e os franqueados resistiam a novas táticas para elevar o faturamento. Os royalties – que remuneram a franqueadora – estão, na maioria das vezes, atrelados a um porcentual do faturamento. Logo, se a receita não cresce, o valor repassado fica estagnado. "Aí, quando você quer reabsorver as unidades para a sua marca, seguindo as regras do contrato assinado, você sai de amigo para vilão", diz Torquato.

Além dos custos com as operações abertas, ele também fechou acordos com os ex-franqueados, para o processo não afetar a empresa. Tudo custou cerca de R$ 1,2 milhão. "Ainda estou pagando."●

BRADESCO.
O BANCO DA PJ

Gerentes e especialistas para assessorar seu negócio a ir mais longe.

Saiba mais



Sujeito a análise de crédito e condições do produto. Central de Relacionamento Cliente Pessoa Jurídica: 3003 1000 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 202 1000 (demais localidades). Acesso do exterior: +55 (11) 3003 1000. SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383. SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099. Ouvidoria: 0800 727 9933.



bradesco
empresas e negócios

Novos projetos **Combustível sustentável**

Com 'supercana', Eike Batista volta ao setor de energia e lança criptomoeda

Pouco mais de 10 anos depois da derrocada da petroleira OGX, empresário anuncia captação para produzir combustível verde de aviação e a pré-venda da cripto $EIKE

MARIANA CARNEIRO
RIO

"Deus não quis que eu mexesse com petróleo; por isso, estou aqui 'green green green'", disse Eike Batista, durante a apresentação do seu mais novo projeto, ontem, no Rio. Pouco mais de dez anos após sua OGX ver naufragar o plano de explorar petróleo, Eike anunciou que voltará ao setor de energia – dessa vez, por meio do plantio de uma nova variedade de cana-de-açúcar para produzir combustível de aviação de etanol.

A empresa se chama BRX e prevê plantar uma "supercana" em Quissamã, no Norte fluminense. Em 2031, quando o projeto atingir a maturidade, Eike planeja ter plantado 70 mil hectares de cana, com os quais produziria por ano 537 milhões de litros de SAF, o combustível sustentável de aviação. Ele não é dono dos terrenos e pretende negociar com cooperativas e arrendar propriedades. Hoje, Eike tem apenas o licenciamento para produzir SAF, a ser remunerado por desempenho, da Honeywell.

O investimento será financiado por um fundo árabe, o Abu Dabhi Investment Group (Adig), que prometeu US$ 500 milhões (R$2,87 bilhões) para o empreendimento por meio do veículo de investimentos Brazil Invest.

CRIPTOMOEDA. Eike anunciou, porém, uma fonte de captação alternativa: espera recolher inicialmente US$ 100 milhões (R$ 575 milhões) com o lançamento de uma criptomoeda com seu nome, $EIKE, cuja pré-venda ele diz já ter começado, ontem, para investidores selecionados dos Estados Unidos – um conglomerado financeiro, um hedge fund e um fundo de investimentos.

O valor unitário da $Eike é de US$ 1 no lançamento, mas a previsão de Gabriel Magalhães, responsável pelo arranjo financeiro da criptomoeda, é de que o valor suba numa segunda captação, de maior escala, para a qual ainda não há data. Segundo eles, 80% do valor inicial arrecadado ficará travado por quatro anos, até que a BRX comece a dar lucro e, assim, eles consigam avançar em novas captações com a criptomoeda.

Horizonte
Eike planeja plantar 70 mil hectares de cana para produzir 537 milhões de litros de SAF por ano

Eike Batista disse estar animado com a estreia no mercado de moedas digitais, que acredita vai tirar dos bancos o monopólio da arbitragem financeira, numa espécie de democratização do acesso a investidores. "Um monge tibetano, que não quer mais o plástico, pode comprar esse token, que será lastreado em ativos do mundo real", disse ele.

Apesar de estar à frente do projeto, Eike não tem participação efetiva no empreendimento. Seu contrato prevê o direito a ações em caso de subscrição sujeita a performance – ou seja, se o negócio der certo, ele pode assumir parte do capital da BRX. Até lá, a empresa será tocada pelo administrador Luis Rubio, que desde 2011 desenvolve o projeto da "supercana" com o engenheiro-agrônomo Sizuo Matsuoka. Os dois têm 60% do capital da empresa. O fundo árabe será detentor de outros 40%.

Antes da parceria com Eike, Rubio e Matsuoka tentaram vender a "supercana" para a Raízen, que não quis desenvolver o projeto apesar do investimento pesado em etanol e em biocombustíveis. Rubio afirma que a Raízen não foi adiante porque não tinha capacidade de processar a nova variedade da cana. Procurada, a Raízen afirmou que não iria comentar.

JQUE ESTEVES



Eike Batista, no Rio, anuncia apostas em 'supercana' e criptomoeda

Promessa

R$ 2,8 bilhões é quanto o fundo árabe Abu Dabhi Investment Group (Adig) teria prometido investir no projeto de combustível de aviação

US$ 1 é o valor unitário da criptomoeda lançada ontem pelo empresário, chamada $Eike

EMBALAGENS DE BAGAÇO. A "supercana" apresentada por Eike produz de duas a três vezes mais etanol do que a cana plantada hoje no País. Mas produz até 12 vezes mais bagaço. A produção excessiva de biomassa era um dos pontos que, segundo Rubio, Eike Batista ajudou a fechar na equação que ele formulou para a BRX.

"Quando você não tinha utilidade para essa biomassa, isso era um problema. Você queimava ela a US$ 20 dólares (*a tonelada*). Agora, com o Eike, nós desenvolvemos usos mais nobres para essa biomassa e isso viabilizou a 'supercana'", disse Luiz Rubio, que é o CEO da BRX.

Pelos planos apresentados ontem, a empresa não produzirá açúcar e terá uma subsidiária que fará embalagens de plástico biodegradável, produzido a partir do bagaço da cana. A GPX (Green Packaging X) deverá ter uma fábrica de embalagens no Norte fluminense, perto das três unidades de produção de SAF que pretendem erguer. Outras duas unidades de embalagens deverão ser instaladas na Flórida (EUA) e nos Emirados Árabes.

No prospecto apresentado a investidores de sua criptomoeda, Eike diz que o empreendimento pode chegar a valer US$ 6,3 bilhões (R$ 36,2 bilhões) no futuro.●

Era do Clima **Acordo**

Embraer fecha a venda de 15 jatos que usam combustível sustentável

A companhia japonesa ANA Holdings Inc. encomendou 15 jatos E190-E2 da Embraer, com opções para mais cinco aeronaves, informou a empresa brasileira ontem. Os valores da venda não foram informados. As entregas dos jatos têm início previsto para 2028.

Pelos cálculos do Citi, a operação deve somar cerca de US$ 975 milhões (por volta de R$ 5,6 bilhões). O banco levou em consideração o preço de lista de 2023, que estipulava o valor de US$ 65 milhões (R$ 375 milhões) por avião.

Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Embraer diz que a operação faz parte do plano de renovação da frota da ANA.

Os aviões da Embraer serão usados em rotas domésticas. O E190-E2 da ANA será o primeiro E-Jet de nova geração a operar no Japão. A empresa brasileira destaca que a família de jatos E2 é certificada para voar com misturas de até 50% de combustível de aviação sustentável (SAF) e demonstrou a capacidade de operação em voos de teste com 100% de SAF.

Conforme a Embraer, a venda reforça o compromisso da companhia nacional com a redução de emissões e a aviação sustentável.

"A Embraer está comprometida em desenvolver produtos, soluções e tecnologias para contribuir com a meta da indústria de aviação de alcançar zero emissões até 2050", afirma a fabricante brasileira.

Mais cedo, a ANA informou que planeja encomendar US$ 14 bilhões (R$ 80,7 bilhões) em aviões da Embraer, Boeing e Airbus. Serão até 77 aeronaves no total.

Os analistas do Citi afirmam que esses seriam os primeiros E2s a operar no mercado japonês. "O pedido diversifica ainda mais a qualidade e diversidade geográfica do livro de pedidos firmes da Embraer", afirmam os especialistas do Citi.

"Neste cenário, o pedido parece ser um desenvolvimento positivo para a Embraer, já que a compradora vê valor neste produto para suas necessidades de renovação de frota de menor calibre", dizem os analistas Stephen Trent, André Mazini e Filipe Nielsen. ● BETH MOREIRA E ELISA CALMON

Operação
Companhia japonesa ANA planeja aeronaves brasileiras em rotas domésticas

ALTAMIRO SILVA JUNIOR, CYNTHIA DECLOEDT, ELISA CALMON, GEOVANI BUCCI E LUIZ ARAÚJO
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Granja Faria faz pedido confidencial para IPO e vai buscar US$ 500 mi nos EUA

Em tempos de preços nas alturas do ovo no Brasil e no mundo, a Granja Faria, maior produtora do País, pediu registro confidencial na Securities and Exchange Commission (SEC), a reguladora do mercado de ações dos Estados Unidos, para avaliar uma possível oferta de ações em Nova York, na casa de US$ 500 milhões, segundo fontes que falam na condição de anonimato porque os termos não são públicos. A empresa vem testando o apetite de investidores internacionais nas últimas semanas. Em outubro de 2024, fechou o sindicato de bancos para coordenar a possível oferta, escolhendo nomes como BTG Pactual, JPMorgan, Morgan Stanley, Bank of America, Itaú BBA e Santander. A ideia é tentar uma abertura de capital (IPO, na sigla em inglês) no segundo semestre.

Empresa fez aquisições no exterior

A ideia do IPO vem a reboque de um processo de internacionalização iniciado em 2024. Em novembro, o grupo comprou a espanhola Hevo por meio da holding Global Egg. Segundo fontes, a empresa avalia outros ativos na Europa e nos EUA. No Brasil, fez algumas aquisições, como da Katayama Alimentos, em 2023.

Foco central no País é visto com reserva

Segundo fonte de um banco, investidores estrangeiros mostram certo ceticismo à tese da empresa, vendo o negócio ainda como essencialmente brasileiro. Por isso, na visão deste executivo, o grupo teria que se internacionalizar mais antes de tentar o IPO, o que pelos planos mostrados aos investidores, deve acontecer rápido.

COMPARAÇÃO. Na Bolsa dos Estados Unidos, os dois maiores produtores de ovos listados são Vital Farms e Calmain, negociados na casa de 13 a 15 vezes o Ebitda (lucro antes dos impostos, juros e amortizações) em um momento de alta internacional no preço do ovo. A brasileira estaria tentando buscar esses níveis, segundo uma fonte.

PERFIL. A Granja Faria foi fundada em 2006 pelo empresário Ricardo Faria e é a líder em ovos no mercado brasileiro, com mais de 18 milhões de aves ao final de setembro de 2024 e faturamento de R$ 1,5 bilhão nos três primeiros trimestres do ano passado. O maior competidor no Brasil é a Mantiqueira, que tem o diferencial de ter um portfólio de marcas que a Granja Faria vem tentando fazer. Procurada, a empresa não se pronunciou até a noite de ontem.

SANTOS-GUARUJÁ. Oito empresas demonstraram interesse em participar do leilão do túnel que ligará Santos ao Guarujá, segundo fontes. São elas: a espanhola Acciona, que é a concessionária responsável pela futura Linha 6-Laranja do metrô de São Paulo; a multinacional China Communications Construction Company (CCCC); o grupo Concremat; a EcoRodovias; a EGTC Infra; o grupo português Mota Engil; a Novonor (antiga Odebrecht); e a Webuild, da Itália.

DE OURO

PEDRO KIRILOS/ESTADÃO-25/2/2025



Preço do ovo está alto no Brasil e no exterior; Granja Faria comprou empresa na Espanha e estuda mais aquisições na Europa e nos EUA

NO FORNO. Incluído no Novo PAC, o túnel será a maior obra do programa federal e custará cerca de R$ 6 bilhões, valor dividido igualmente entre a União e o Estado de São Paulo. O lançamento do edital do projeto será amanhã, em Santos (SP), com as presenças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do governador paulista, Tarcísio de Freitas. O leilão deve ocorrer em agosto.

NO BOLSO. A empresa que vencer o leilão irá investir aproximadamente R$ 870 milhões para a construção. A contraprestação só começará a ser paga a partir do início da operação do túnel, junto da receita tarifária estimada em R$ 3,16 bilhões.

EM OBRAS. Mais de 21 mil veículos cruzam diariamente de uma cidade à outra utilizando balsas e catraias, além de 7,7 mil ciclistas e 7,6 mil pedestres. Com a nova estrutura, a travessia será feita em poucos minutos, reduzindo filas e otimizando o fluxo logístico do Porto de Santos. Toda a estrutura terá 1,5 km de extensão, sendo 870 metros submersos.

TREM. Haverá três faixas de rolamento por sentido, com uma delas para a passagem do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). O túnel terá também acesso para travessia de pedestres e ciclistas. A previsão é de que as obras sejam iniciadas ainda este ano.

CRÉDITO. A expectativa, a ser confirmada, é de que o BNDES faça o financiamento dos aportes da União e do Estado. Procuradas, EGTC, Ecorodovias e Concremat não comentaram. A Acciona afirmou que está constantemente analisando oportunidades no setor de infraestrutura que estejam alinhadas à sua estratégia de negócios. As demais empresas não responderam até ontem à noite.

SOBE

Seguro residencial: mercado cresceu 16,5% em 2024

GIULIAN SERAFIM/PMPA-16/5/2024



As seguradoras faturaram R$ 6 bilhões com seguros residenciais em 2024, um aumento de 16,5% sobre 2023, segundo a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). As indenizações pagas somaram R$ 1,6 bilhão, um avanço de 1,5% na mesma comparação. A CNseg credita o desempenho à maior preocupação dos brasileiros com a segurança de seus imóveis, à elevação dos valores patrimoniais e à maior incidência de eventos climáticos.

DESCE

Confiança da construção cai para 94,3 pontos em janeiro

FELIPE RAU/ESTADÃO-17/9/2024



O Índice de Confiança da Construção (ICST) caiu 0,6 ponto porcentual na passagem de janeiro para fevereiro, a 94,3 pontos, segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV). É o menor nível desde março de 2022. "A falta de mão de obra e aumento dos custos continuam pressionando as empresas nos primeiros meses do ano", destacou, em nota, a coordenadora de Projetos da Construção do Ibre/FGV, Ana Maria Castelo.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 125.979,50 PTS. | Dia 0,46% | Mês -0,12% | Ano 4,74%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
AZUL PN N2	4,10	8,47	13.749
MAGAZ LUIZA ON	7,38	7,42	22.187
LWSA ON NM	3,00	7,14	7.847

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
MRV ON NM	5,10	-4,87	24.336
HAPVIDA ON NM	2,13	-4,48	49.599
YDUQS PART ON	10,82	-4,42	21.488

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

22/2 a 22/3	0,0744	0,8450	0,5148	0,5000
23/2 a 23/3	0,0744	0,8450	0,5148	0,5000
24/2 a 24/3	0,0744	0,8450	0,5148	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	43.621,16	0,37	-2,07	2,53
FRANKFURT - DAX	22.410,27	-0,07	3,12	12,56
LONDRES - FTSE	8.668,67	0,1	-0,06	6,06
TÓQUIO - NIKKEI	38.237,25	-1,39	-3,27	-4,05

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	7,46	3.278,91
	15/8/2040	7,37	1.483,52
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	7,58	4.038,90
PREFIXADO	1º/1/2029	14,31	684,94
	1º/1/2032	14,59	396,03
SELIC	1º/3/2029	0,05	16.096,67

(*) PREÇOS À VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,48	0,00	0,00	4,17
IGP-M (FGV)	0,94	0,27	0,27	6,75
IGP-DI (FGV)	0,87	0,11	0,11	7,27
IPC (FIPE)	0,34	0,24	0,24	4,46
IPCA (IBGE)	0,52	0,16	0,16	4,56
ICV (Dieese)	0,16	0,08	0,08	4,13
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,58	0,41	0,41	6,78

Índices de reajuste de aluguel (Janeiro)

IGP-M (FGV)	1,0675	IPCA (IBGE)	1,0456
IGP-DI (FGV)	1,0727	INPC (IBGE)	1,0417
IPC-FIPE	1,0446	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)

Trabalhador assalariado e doméstico*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.518,00	7,5%
DE R$ 1.518,01 ATÉ R$ 2.793,88	9%
DE R$ 2.793,89 ATÉ R$ 4.190,83	12%
DE R$ 4.190,84 ATÉ R$ 8.157,41	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.518,00 A 8.157,41	20%	DE 303,60 A 1.631,48

[illegible]

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/2)	13,46	0,13	2,51	5,41
CDI	13,15	0,05	0,05	0,23

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR Nº 11*	MAR/25	21,48	15.492	20,91	21,51	1,25
CAFÉ Nº**	MAR/25	370,80	82.414	370,25	380,40	-2,01
SOJA CBOT**	MAR/25	10,13	66.743	10,11	10,31	0,22
MILHO CBOT**	MAR/25	4,74	188.795	4,81	4,90	-0,56

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	R$	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	138,50	0,58	13,24
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	322,10	-2,15	32,11
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	86,87	1,02	37,44
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	2.464,78	-0,54	150,38

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,7542	-0,03	-1,41	-6,88
DÓLAR TURISMO	6,0000	0,30	-1,48	-6,88
EURO	6,0490	0,30	-0,12	-5,67
OURO (US$/ONÇA-TROY)	2.906,50	-1,40	3,44	10,12
WTI (US$/BARRIL)	69,0700	-2,50	-6,13	-3,7
BRENT (US$/BARRIL)	73,0400	-2,30	-0,06	-2,04

	US$ NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ / Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,0000	1,0513	1,2671	0,1746
EURO	0,9512	1,0000	1,2053	0,1654
FRANCO SUÍÇO	0,8962	0,8088	1,1391	0,1553
LIBRA ESTERLINA	0,7892	0,8296	1,0000	0,1372
IENE	149,08	156,7170	188,8480	25,8540

AS MOEDAS NA VERTICAL/VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: BC



Maurício Benvenutti maurício@startse.com

‘Cidade Entrelaçada’

A Toyota concluiu oficialmente a primeira fase da construção da Woven City, a sua cidade futurista, que está sendo erguida aos pés do Monte Fuji. Mais do que uma cidade, ela é um grande ambiente para testar tecnologias de ponta, com pessoas morando e utilizando diariamente inovações de última geração.

De acordo com Akio Toyoda, presidente da Toyota, o projeto de U$ 10 bilhões é mais do que um espaço para viver, trabalhar e se divertir. É um laboratório vivo onde os moradores participam voluntariamente, interagindo livremente com novos produtos e ideias em um ambiente real e seguro.

Anunciada em 2020, um dos aspectos mais fascinantes da cidade é o seu sistema de transporte. Em vez de ter um único tipo de rua, os arquitetos projetaram três: uma de alta velocidade para veículos autônomos, uma para bicicletas e patinetes elétricos e uma exclusivamente para pedestres e parques lineares. Todas essas ruas se conectam entre si e formam um tecido viário com fluxo natural, eficiente e constante. Daí vem o nome Woven City, a “Cidade Entrelaçada”.

A peça-chave desse ecossistema é o Toyota e-Palette, um veículo elétrico e autônomo que simboliza a transição da Toyota de fabricante de automóveis para provedora de mobilidade. Ele será usado não apenas para transportar passageiros, mas também como unidade móvel multifuncional, podendo ser adaptado para diversas funções, como lojas itinerantes, escritórios sobre rodas e até hotéis.

> *Cidade futurista da Toyota será um grande ambiente para testar tecnologias de ponta*

Mas essa é só uma parte da história. Há ainda uma rede de túneis onde robôs autônomos movem mercadorias pela cidade e as entregam diretamente em cada casa por meio de tubos pressurizados. As residências, por sua vez, têm conectividade total, com inúmeras tecnologias sendo usadas para otimizar diversas tarefas do dia a dia, como reabastecer a geladeira, retirar o lixo e até monitorar a sua saúde.

Cidades corporativas, no entanto, existem há décadas. E os desafios são vastos. O Google, por exemplo, enfrentou problemas com o seu Sidewalk Labs em Toronto, após objeções dos moradores sobre vigilância e coleta de dados. O projeto urbano foi anunciado em 2017 e cancelado em 2020.

Apesar dos obstáculos, a Woven City representa uma visão audaciosa de como as cidades podem evoluir. Os primeiros 100 moradores são esperados no segundo semestre, e até 2026 a população estimada é de 2 mil habitantes. Tão logo essas primeiras pessoas se mudem, será interessante acompanhar como esse protótipo vivo irá redefinir – ou não – os limites do possível. ●

SÓCIO DA PLATAFORMA PARA STARTUPS STARTSE

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (revezam quinzenalmente) e Antonio Penteado Mendonça ● TER. Demi Getschko (quinzenalmente) ● QUA. Fábio Alves ● QUI. Alvaro Gribel ● SEX. Elena Landau e Laura Karpuska (revezam quinzenalmente) ● SAB. Fabio Gallo ● DOM. José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman (revezam quinzenalmente); Roberto Rodrigues (2.º domingo do mês), Albert Fishlow (3.º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Tecnologia **Inteligência artificial**

Alexa com IA deve ser adiada mais uma vez

Amazon planeja anunciar versão aprimorada de sua assistente neste mês, mas ela ainda não estará pronta

WASHINGTON

A Amazon planeja revelar uma versão renovada de sua assistente virtual, Alexa, em Nova York no fim deste mês – o segundo evento de lançamento após uma série de atrasos desde que a atualização com inteligência artificial (IA) foi anunciada pela primeira vez em setembro de 2023. Mas, embora o evento esteja programado para hoje, o lançamento público da nova Alexa foi adiado em mais de um mês, de acordo com mensagens internas vistas pelo *The Washington Post* e por um funcionário da Amazon, que falou sob condição de anonimato para proteger seu emprego.

A equipe da Amazon ficou sabendo do novo atraso, que se deve em parte ao fato de a nova versão da assistente dar respostas incorretas a perguntas de teste, em uma reunião recente, disse o funcionário. A versão “mais inteligente e mais conversacional” da Alexa não estará disponível até 31 de março ou mais tarde, disse o funcionário, pelo menos um ano e meio depois de ter sido anunciada inicialmente em resposta à concorrência do ChatGPT, da OpenAI.

Mensagens internas vistas pelo *The Post* confirmaram que o lançamento estava programado para este mês, mas foi transferido para o fim de março. O fracasso da Amazon em lançar sua Alexa renovada mostra como, mesmo com o setor de tecnologia investindo bilhões de dólares em IA, as empresas estão lutando para aprimorar produtos comercializáveis com a tecnologia.

No mês passado, a Apple suspendeu um recurso de IA para iPhones que resumia as notificações depois de ter deturpado alertas de notícias.

ESCALA NECESSÁRIA. Alguns investidores em Wall Street e no Vale do Silício alertaram que o setor de tecnologia pode ter dificuldades para obter lucros na escala necessária para pagar seu enorme investimento de capital em tecnologia de IA generativa.

Os executivos da Amazon, em uma recente apresentação de resultados, disseram que a empresa gastará US$ 100 bilhões (por volta de R$ 577 bilhões) neste ano, grande parte deles no desenvolvimento de data centers. Uma versão aprimorada da assistente de voz da Amazon poderá aumentar as receitas da empresa, com o impulso das vendas de dispositivos Alexa quando a atualização estiver disponível ao público.

O assistente é gratuito nos mais de 500 milhões de dispositivos Alexa em todo o mundo, que podem tocar música, diminuir as luzes e ler manchetes. A Amazon planejou anteriormente lançar a Alexa aprimorada com um período de teste gratuito, após o qual os clientes teriam de pagar uma taxa de assinatura, informou o *The Post*.

De acordo com documentos internos vistos pelo *The Post*, os novos recursos da Alexa alimentada por IA, exclusiva para assinantes, poderiam incluir a capacidade de adotar uma personalidade, relembrar conversas, pedir comida para viagem ou chamar um táxi.

Alguns desses novos recursos são semelhantes às habilidades anteriores da Alexa disponíveis gratuitamente por meio de parcerias com empresas como Grubhub e Uber.

Desde que a Amazon anunciou a nova Alexa, há mais de um ano, a empresa reestruturou sua equipe de dispositivos e substituiu o vice-presidente sênior Dave Limp, que se tornou CEO da empresa de foguetes de Jeff Bezos, a Blue Origin, pelo veterano executivo da Microsoft Panos Panay.

Enquanto isso, os concorrentes avançaram. A Apple lançou uma versão atualizada da Siri, a maior rival da Alexa operada por voz. O Google e outras empresas que desenvolvem chatbots no estilo do ChatGPT adicionaram recursos de voz que são mais sociais e conversacionais do que a Alexa, que é mais roteirizada e orientada para tarefas.

Em agosto, a equipe da Amazon foi informada de que a Alexa atualizada seria lançada antes da eleição presidencial. No mês seguinte, vídeos da Alexa parecendo favorecer a então vice-presidente Kamala Harris em detrimento do rival presidencial Donald Trump se tornaram virais, uma falha que a equipe da Amazon vinculou à tecnologia de IA.

A IA generativa, a tecnologia por trás dos chatbots recentes que a Amazon está adicionando à Alexa, é propensa a erros, incluindo falhas conhecidas como “alucinações”, quando um sistema de IA fabrica informações incorretas e as apresenta como se fossem verdadeiras. A versão aprimorada de IA da Alexa, que está sendo desenvolvida, sofreu vários atrasos devido a problemas com outras respostas incorretas – a Amazon teme que uma marca forte fique manchada em razão de erros que podem ser evitados. ● WP

JOSE MARTINEZ/ADOBE STOCK - 18/2/2025



Nova versão da Alexa com IA deve ter lançamento adiado de novo

Previsões

US$ 100 bi é quanto a Amazon vai investir neste ano, grande parte no desenvolvimento de data centers para IA

31/03 é a data em que a nova Alexa deve ficar disponível para o público, embora novos adiamentos não estejam descartados

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL

C6 E C7 A fundo



Estado Islâmico ganha força e se reagrupa na Somália



NETFLIX



Cena de 'Pedro Páramo', baseado no clássico do mexicano Juan Rulfo, publicado em 1955, que ajudou a abrir novo caminho, nas telas, para o cinema latino-americano

Streaming Mercado

Literatura da América Latina é aposta na busca por audiência

Depois de 'Cem Anos de Solidão', plataformas investem em produções com personagens como Mafalda e em autores como Vargas Llosa e Isabel Allende

NICOLÁS BIEDERMAN

Décadas após o boom literário latino-americano, que fez do realismo mágico a marca registrada da região, vários de seus livros mais notáveis ganharam nova vida no século 21 com séries em plataformas digitais.

A chuva de flores amarelas em Macondo, o vilarejo de *Cem Anos de Solidão*, do colombiano Gabriel García Márquez, os climas oníricos de Comala em *Pedro Páramo*, do mexicano Juan Rulfo, ou os pratos que afetam os sentimentos em *Como Água para Chocolate*, de Laura Esquivel, já podem ser vistos em adaptações feitas para o streaming.

Disponíveis na Netflix nos dois primeiros casos e na Max no último, eles dão nova vida ao gênero que surgiu nas décadas de 1960 e 1970, com García Márquez e Rulfo, entre outros, e se estendeu ao longo do tempo com Esquivel e uma segunda geração de autores reconhecidos por sua renovação estética.

Outras obras receberam adaptações: *O Galo de Ouro*, do próprio Rulfo; *Travessuras da Menina Má*, de Mario Vargas Llosa; e *A Casa dos Espíritos*, da chilena Isabel Allende, que será lançado este ano no Prime Video com produção da própria Allende e de Eva Longoria.

QUADRINHOS. "Houve uma coincidência na época de lançamento, com poucos meses de diferença", diz Francisco Ramos, vice-presidente de conteúdo da Netflix para a América Latina. Para ele, o que une os títulos não é sua origem, mas o fato de que "são histórias muito boas" que "contam coisas interessantes sobre as culturas desses países".

Embora na maioria dos casos estejamos falando de romances, esse novo fenômeno inclui duas obras gráficas argentinas bem conhecidas não apenas na América Latina. *Mafalda*, de Quino, está sendo transformada em uma série animada do vencedor do Oscar Juan José Campanella; o mesmo vale para a história em quadrinhos de ficção científica *O Eternauta*, do roteirista Héctor Oesterheld e do cartunista Francisco Solano López, que terá Ricardo Darín como protagonista. "São dois trabalhos muito específicos, que também têm um alcance internacional", explica Ramos.

Para Leonardo Murolo, doutor argentino em comunicação e especialista em narrativas digitais, projetos como esse "são interessantes porque fazem parte da cultura popular e, ao mesmo tempo, não tratam apenas de entretenimento e também oferecem um posicionamento político".

"Em um país como a Argentina, por exemplo, "que debate política partidária, militante ou ativista o tempo todo e que faz uma análise crítica de sua história e memória, esses títulos constituem uma contribuição diferenciada para a oferta audiovisual", ele explica.

Números

165 milhões
de residências da América Latina deverão ter acesso a serviços de streaming até 2029, crescimento de 50%

US$ 1 bilhão
será o investimento da Netflix no México até 2029

"Obras como 'Cem Anos de Solidão', 'Pedro Páramo' ou 'O Eternauta' têm muitos elementos culturais da Colômbia, do México e da Argentina, que são atraentes para gerar identificação"
Leonardo Murolo
Doutor em Comunicação

CRESCIMENTO. No dia 20 de fevereiro, a Netflix anunciou investimento de US$ 1 bilhão (R$ 4,7 bilhões na cotação atual) nos próximos quatro anos para produzir séries e filmes no México, seguindo prática já realizada em outros países, como o Brasil.

A conta parece clara. De acordo com um relatório da agência especializada Digital TV Research divulgado em 2024, os assinantes de serviços de streaming na América Latina crescerão 50% até 2029, chegando a 165 milhões de residências. Essa demanda está levando as empresas a procurar títulos que garantam a audiência.

Obras como *Cem Anos de Solidão*, *Pedro Páramo* ou *O Eternauta* têm muitos elementos culturais da Colômbia, México e Argentina, "que são atraentes para gerar identificação", diz Murolo. Além disso, projetos desse tipo devem não apenas atrair o público local curioso para ver "como essas histórias superfamosas são contadas", mas também ter o potencial de ultrapassar fronteiras.

A primeira temporada da série que adapta a obra-prima de García Márquez, por exemplo, fez sucesso entre os colombianos depois de sua estreia em 11 de dezembro, mas também fora do país. Na semana de estreia no catálogo, ficou posicionada no Top 3 global entre as séries não faladas em inglês e no Top 10 em 38 países. "Teria sido muito difícil, há 20 ou 15 anos, realizar produções dessa escala", diz Ramos. ● AFP

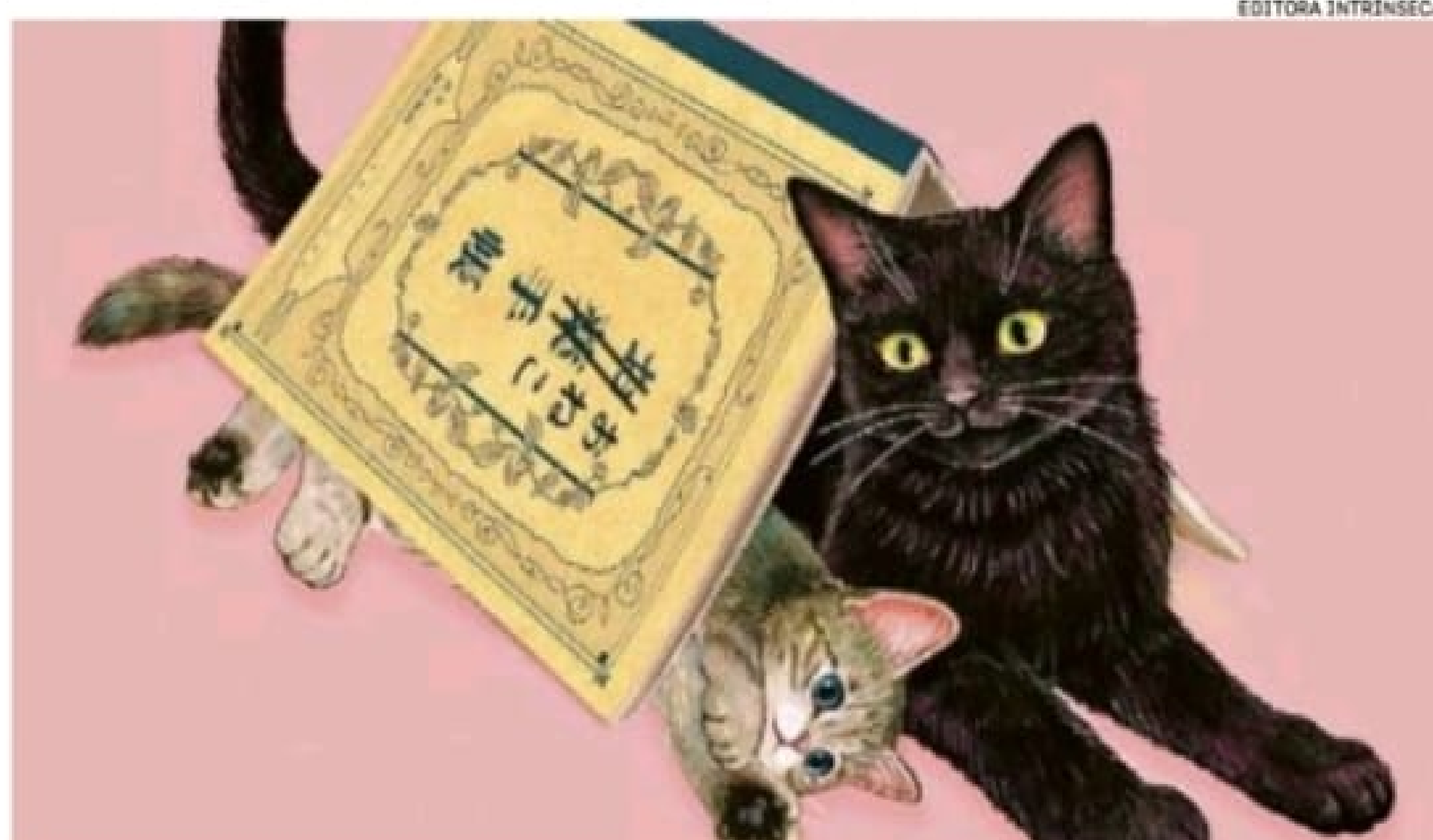
Literatura Japonesa

Solidão, distanciamento e os gatos que curam

Bem-sucedida em sua edição inicial, Syou Ishida ataca de novo na ficção de cura com 'Vou te Receitar Outro Gato'

SABRINA LEGRAMANDI

EDITORA INTRÍNSECA



No livro, felinos são receitados por clínica porque, afirma a autora, eles são 'misteriosos e fofos'

Imagine estar de coração partido e, caminhando pela rua, ser abordado por um médico de uma clínica misteriosa. Você acredita não precisar de nenhum tratamento, já que seu problema é pequeno e comum – mas se surpreende com as orientações que recebe.

De lá, você sai com uma caixa, ração, areia e... um gato. Seu único dever? Registrar, em um caderno também oferecido pela clínica, "o que entra e sai" e devolver o animal uma semana depois.

É esse o mote do primeiro capítulo de *Vou te Receitar Outro Gato*, lançado agora no Brasil, sequência do best-seller *Vou te Receitar Um Gato*. O novo livro segue o mesmo princípio do primeiro: acompanha, a cada capítulo, personagens que se surpreendem ao serem receitados com gatos na Clínica Kokoro.

Mas, no novo volume, vemos um aprofundamento das histórias dos próprios funcionários da clínica e o foco em temas densos, como a solidão e as relações humanas. Tudo, porém, de forma leve: afinal, é este o princípio da healing fiction – ou ficção de cura –, gênero do qual o livro faz parte.

A escritora japonesa Syou Ishida, autora dos dois volumes, é uma defensora do gênero. Para ela, o mérito da healing fiction é "trazer sorrisos". "Se pequenas queixas e problemas forem deixados sem solução, eles podem se desenvolver em problemas maiores. Se você entender que mantê-los dentro de si não levará a nada bom, você pode aprender a controlar o grau desses sentimentos. No livro, eu expressei isso através da comida e da saúde dos gatos, mas acho que pessoas ao seu redor, ou até outras coisas, podem ajudar a trazer você para o momento presente também."

Trecho

'Ela se virou, mas não havia ninguém'

____ Seria bom se as coisas mudassem enquanto estava parada naquele beco abafado. Será que não havia ninguém com poderes divinos para fazer uma mágica e ajudá-la a evitar o término? Moe aceitaria qualquer coisa. Queria fugir de tudo que era desagradável. Queria dar as costas para aquilo.

____ Quanto mais tentava inutilmente ganhar tempo, mais sua tristeza aumentava. Ela já não estava mais feliz com a perspectiva de reencontrar o namorado depois de tanto tempo. Pelo contrário, queria que ele não viesse. Fungando, ela deu meia-volta para sair do beco. Então, ouviu uma voz. – Ei, você aí.

____ Ela se virou, mas não havia ninguém. Ouviu novamente a voz, que vinha de longe, de algum ponto lá no alto. Olhou lentamente para cima. Sob o céu nebuloso, observou o prédio antigo. A janela mais alta estava aberta. Seria do quarto ou quinto andar? Era bem alto. E, para sua surpresa, alguém ali olhava para baixo. Moe não conseguia ver direito, mas era um homem. Tinha uma voz aguda e nasalada, e sua roupa parecia ser branca. Ela tomou um susto ao vê-lo com metade do corpo para fora da janela e ficou boquiaberta.

EIXO NARRATIVO. Syou Ishida conta que não imaginou um segundo volume enquanto trabalhava no primeiro. "Embora eu tivesse uma vaga ideia de continuar a história depois, eu não achava que uma sequência seria possível. O conteúdo específico e a estrutura foram desenvolvidos enquanto eu escrevia o segundo volume."

Para ela, a escolha de um gato como eixo narrativo se deu porque eles são "misteriosos, fofos e seus movimentos são frequentemente cômicos". "Eles também são populares e é por isso que aparecem tanto nas minhas histórias. Eu adoraria ter um, mas provavelmente recusaria se me oferecessem como acontece no livro. Se me receitassem um gato, eu acabaria passando todo o meu tempo com ele, e isso causaria muitos problemas."

Os temas da solidão e do distanciamento humano permeiam as histórias em *Vou te Receitar Outro Gato*. Por que a autora escolheu falar sobre esses assuntos neste momento? "Eu não defini temas específicos para cada um dos capítulos, mas a dificuldade de lidar com relacionamentos é central para todos os tipos de desafios. Eu acho que é por isso que aparece em cada capítulo." ●

TETSURO GOTO

"Você pode controlar o grau de sentimentos. No livro, eu expressei isso através da comida e da saúde dos gatos, mas pessoas ao redor podem ajudar a trazer você para o momento presente"
Syou Ishida
Escritora



Vou te Receitar Outro Gato
Syou Ishida
Trad.: Natália Rosa
Editora: Intrínseca
208 págs., R$ 49,90

A COLUNA DE ALICE FERRAZ É PUBLICADA ÀS TERÇAS, QUINTAS, SÁBADOS E DOMINGOS

agro ESTADÃO
agro.estadao.com.br
CONHEÇA O PORTAL AGRO
Conteúdo relevante para a gestão de toda a cadeia de abastecimento
Uma parceria: ESTADÃO 150 broadcast agro PYXYS
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO

Cinema **Premiação**

A outra lista do Oscar: aqueles que ficaram de fora das principais categorias

'Rivais', 'Queer', Daniel Craig, Marianne Jean-Baptiste e Jamie Lee Curtis serão ausências sentidas no domingo

KYLE BUCHANAN
THE NEW YORK TIMES

Após as indicações para o Oscar serem anunciadas em fevereiro, não foram poucos os filmes – como *Emilia Pérez* e *Ainda Estou Aqui* – com motivos para comemorar. Mas quais candidatos em potencial ficaram com lágrimas nos olhos e estarão fora da cerimônia que ocorre no domingo, dia 2?

O que Daniel Craig precisa fazer para ter sua primeira indicação para o Oscar? A Academia adora quando um astro de cinema respeitado faz um papel contrário ao tipo, mas o retrato de Craig de um viciado em drogas apaixonado em *Queer* foi ignorado: em uma disputa acirrada pela última vaga de melhor ator, Sebastian Stan (*O Aprendiz*) acabou sendo escolhido.

O primeiro sinal de que Craig estava em apuros veio quando seus conterrâneos britânicos não o indicaram para o Bafta. Talvez o surreal e sexualmente carregado *Queer* tenha sido desafiador demais para eles.

Quando parecia que o campo de melhor filme estava definido, os eleitores do Oscar bagunçaram as expectativas. Presumia-se que concorrentes como *A Verdadeira Dor*, *Sing Sing* e *Setembro 5* estivessem na lista, mas, em vez disso, as indicações foram para *Ainda Estou Aqui* e para o aclamado pela crítica *Nickel Boys* – embora *Nickel Boys* tenha sido preterido da indicação para fotografia apesar de sua surpreendente perspectiva em primeira pessoa.

MULHER FORTE. Em *Hard Truths*, Marianne Jean-Baptiste interpreta Pansy, uma mulher infeliz com uma lista interminável de queixas. Mas, embora ela tenha recebido as principais honras dos grupos de críticos de Nova York e Los Angeles, bem como da Sociedade Nacional de Críticos de Cinema, a Academia a ignorou.

O que houve? Embora eu tenha previsto que Jean-Baptiste por pouco não entraria para a lista de melhores atrizes, foi difícil não notar o número de eleitores do sexo masculino com quem conversei que simplesmente não gostavam da personagem. Quando uma mulher sofre nobremente, é digna de uma indicação para o Oscar. Mas quando ela faz os outros sofrerem, nem tanto.

Na última década, os atores que não foram indicados para nenhuma outra premiação importante além do Screen Actors Guild Awards não costumam entrar na lista do Oscar. Então, parabéns a Monica Barbaro por ter superado essas grandes chances: a atriz de 34 anos, que interpreta Joan Baez em *Um Completo Desconhecido*, recebeu uma indicação para coadjuvante. E superou outras atrizes, deixadas de lado de modo surpreendente: Jamie Lee Curtis (*The Last Showgirl*), Danielle Deadwyler (*The Piano Lesson*), Margaret Qualley (*A Substância*) e Selena Gomez (*Emilia Pérez*).

A ausência de *Rivais*, de Luca Guadagnino, não é difícil de explicar: o filme é divertido demais e foi lançado muito cedo no ano. Ainda assim, era de se esperar pelo menos uma indicação para a trilha original, já que as batidas tecno vibrantes de Trent Reznor e Atticus Ross nos deram a música de cinema mais marcante do ano. Eles ganharam o Globo de Ouro, mas o Oscar os desprezou. ●

Injustiça histórica

Cinco filmes ignorados pela Academia

WARNER BROS.



● O Iluminado
O filme *A Substância* pode até ter quebrado a barreira da Academia com o gênero de terror em 2025, mas muitos bons filmes ao longo das décadas ficaram de fora por conta disso, incluindo este clássico de Stanley Kubrick com Jack Nicholson, de 1980.
Disponível no Prime Video

LUMIÈRE



● O Fabuloso Destino de Amélie Poulain
A história da jovem inusitada que se muda do interior para Paris é considerada um clássico moderno, mas perdeu todas as cinco estatuetas a que concorreu em 2002, incluindo melhor filme internacional, que foi para o drama de guerra *Terra de Ninguém*.
Disponível para aluguel no Prime Video

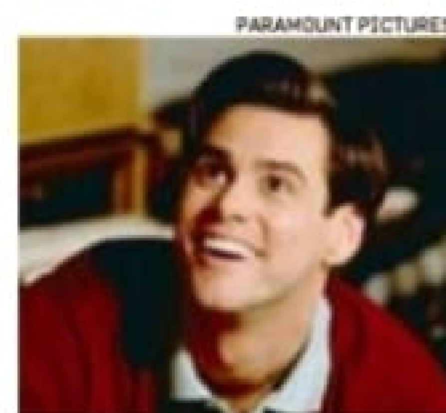
● Clube da Luta
O longa de 1999 de David Fincher, estrelado por Brad Pitt e Edward Norton, é outro que também se tornou um clássico moderno mas foi esnobado pelo Oscar, sendo indicado apenas para melhor som e melhor efeito visual.
Disponível no Disney+

LILIES FILMS



● Retrato de uma Jovem em Chamas
O filme de 2019 sobre um romance secreto entre uma pintora e sua modelo no século 19 foi um sucesso de público e crítica, mas ficou de fora do Oscar e não foi nem mesmo selecionado pela França para a premiação.
Disponível no Prime Video

PARAMOUNT PICTURES



● O Show de Truman (1998)
Apesar de sua popularidade, o filme em que Jim Carrey vive um homem cuja vida é manipulada e transmitida em rede nacional recebeu apenas três indicações para o Oscar e não levou nenhuma delas para casa. *Disponível no Telecine*

Após crise, Karla Sofía Gascón, de 'Emilia Pérez', vai participar da festa

LAYSA ZANETTI

Ausente da temporada de premiações desde que algumas de suas publicações polêmicas ressurgiram nas redes sociais, a atriz espanhola Karla Sofía Gascón estará na cerimônia do Oscar 2025. Segundo a revista *The Hollywood Reporter*, a Netflix vai cobrir seus custos da viagem – prática comum nas premiações, mas que teria sido negada à atriz quando ela foi afastada da campanha de divulgação de *Emilia Pérez*.

WHY NOT PRODUCTIONS/PIMIENTA FILMS



Karla Sofía também estará no César Awards, o Oscar Francês, na 6ª

Gascón disputa o prêmio de melhor atriz, uma das 13 indicações recebidas pelo musical francês ambientado no México. O longa também concorre em melhor filme, filme internacional, canção e atriz coadjuvante.

Segundo a *Variety*, não há ainda não se sabe com certeza se Gascón, a primeira mulher trans indicada para melhor atriz, passará pelo tapete vermelho ou se dará entrevistas. "Sou grata a todos os que acreditaram em mim. Poderemos encerrar essa trajetória bonita e difícil que começou há três anos", afirmou ela à revista.

Karla Sofía foi afastada da campanha de *Emilia Pérez* no início do mês, logo após seus posts ofensivos terem afetado a divulgação do filme. Desde então, ela não foi mais às premiações, como o Goya (espanhol) e o Bafta (britânico).

No entanto, a *Variety* garante que ela também estará no César Awards, o Oscar francês, na sexta-feira, 28.

Bela Bajaria, diretora de conteúdo da Netflix, diz que existe a ideia de checar as redes dos talentos das produções do streaming, mas ressaltou que a prática é desafiadora e esbarra em questões éticas. ●

Cerimônia

Ariana Grande e Cynthia Erivo farão show no evento

A Academia do Oscar anunciou que Ariana Grande e Cynthia Erivo, protagonistas de *Wicked*, vão se apresentar na cerimônia do prêmio na noite de domingo, 2. Além das atrizes, Doja Cat, Lisa, do Blackpink, Queen Latifah e Raye também vão fazer shows no evento. Nesta edição, o Oscar não terá a apresentação de músicas indicadas para melhor canção original.

UNIVERSAL PICTURES



Brasileiro

'Ainda Estou Aqui' arrecada US$ 4 mi nos EUA

***Ainda Estou Aqui* ultrapassou no fim de semana a marca de US$ 4 milhões em bilheterias nos EUA. Os outros dois filmes nacionais a atingirem valores altos nos Estados Unidos foram *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meirelles, que fez US$ 7,5 milhões, e *Central do Brasil* (1998), de Walter Salles, que arrecadou US$ 6,5 milhões.**



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

O paradoxo do poder
Data estelar: Lua míngua em Aquário

Aqueles que saem por aí disseminando crises e assustando as pessoas são aqueles que não saberiam como administrar uma crise e que, também, vivem interiormente assustados pela perspectiva de um dia o mundo descobrir que têm tanto medo, que desconhecem totalmente algo tão simples quanto é o amor mutuo, o respeito, a tolerância e a generosidade.

Veja-se o caso do atual governo dos Estados Unidos, que dia a dia fica produzindo crises políticas, jurídicas, sociais e econômicas no mundo inteiro, e se comporta assim porque tenta evitar ser surpreendido por alguma crise que ele mesmo não tenha produzido, e apesar de ser o país com o maior poderio militar do planeta, escolheu como inimigos principais aquelas pessoas vulneráveis, sem outra arma ofensiva que a de buscar sua própria identidade sexual. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
É insondável a profundidade do que sua alma anda experimentando, por isso, procure não entender tudo, mas praticar a entrega confiante de que a vida sempre encontra o melhor caminho para tudo e para todos. Em frente.

TOURO 21-4 a 20-5
Desde sempre e para sempre as pessoas são complicadas, e lidar com elas para tentar fazer com que se reúnam em torno de um objetivo em comum é mais complicado ainda. Porém, essa é uma briga boa para você se envolver.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Por pior que tenha sido o erro que você cometeu, ainda assim há conserto, mas é fundamental que você evite se julgar com severidade, porque isso não apenas não ajudará como também atrapalhará o bom andamento de tudo.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Há muita mais vida para sua alma experimentar, por isso, nada do que estiver aporrinhando você há de crescer ao ponto de sua alma não conseguir enxergar mais a perspectiva que está além dos perrengues do dia a dia.

LEÃO 22-7 a 22-8
Que a vida, com seus mistérios, nos protege o tempo inteiro, essa é uma questão sobre a qual não deveria haver dúvida alguma. Nenhuma dúvida tampouco deveria haver sobre que, às vezes, a proteção da vida parece castigo.

VIRGEM 23-8 a 22-9
O valor das pessoas com que você se relaciona, e que servem de referência para suas emoções e ideações, é também o valor que sua presença tem no mundo. É nos relacionamentos que a gente se valoriza, ou não.

LIBRA 23-9 a 22-10
Muitas potencialidades se abriram para você neste momento, e não será possível cultivar todas, portanto, é preciso você se dedicar a selecionar o que seja de seu verdadeiro interesse, e descartar o que distrai.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
Tudo que você deseja e muito mais ainda, porém, só falta você reconhecer se todos os desejos que você deseja merecem ser realizados, ou se não teria chegado a hora de sua alma ser mais seletiva a respeito dos desejos.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
Há um vazio existencial que não pode ser preenchido às pressas, com qualquer experiência, precisa ser vivido com intensidade, mesmo que seja incômodo, para nele conceber o que você deseja para seu futuro.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Tudo é negociável, menos os princípios da alma, porque sem esses você ficaria à deriva, sem rumo, sem propósito de vida. Os princípios da alma são subjetivos, porém, não por isso deixam de ser reais.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Consolide seus interesses, mas cuide para que, ao fazer isso, você não atropele os interesses legítimos das pessoas com que se relaciona, porque aí, em vez de fazer o certo, você provocaria conflitos inúteis.

PEIXES 20-2 a 20-3
Tomar iniciativas é muito bom, mas não quaisquer umas, porque sem discernimento você correria o risco de enfiar os pés pelas mãos. Selecione as iniciativas que aproximariam você bem devagar de suas pretensões.

Visuais

Museu de Arte Brasileira terá mostra dedicada a Andy Warhol

Exposição será aberta em maio e se soma a um calendário que inclui, em diferentes museus, Renoir, Monet e Agnès Varda

O Museu de Arte Brasileira da Faap vai apresentar, em maio, uma exposição dedicada ao artista americano Andy Warhol, símbolo da pop arte. O objetivo é reunir algumas de suas obras mais representativas, possibilitando um panorama amplo de um trabalho que associou a experimentação à reflexão sobre a cultura de celebridades a partir dos anos 1960.

A mostra se soma a um calendário de grandes exposições que serão abertas ao longo do ano em alguns dos principais museus de São Paulo.

A partir do dia 28 de março, o Masp vai exibir 13 obras do pintor Pierre Auguste Renoir, que integram o acervo do museu, com o objetivo de revisitar o impacto do artista no movimento impressionista, com um foco na figura humana e nos retratos da elite francesa.

Também no Masp, haverá uma imersão no trabalho de Claude Monet em A Ecologia de Monet. A curadoria explora como o artista capturou o vínculo entre natureza e arte, com ênfase em suas paisagens e a percepção ecológica do meio ambiente. A abertura está prevista para maio.

COLEÇÃO. Em agosto, a artista colombiana Beatriz González ganhará sua primeira exposição monográfica no Brasil. Na Pinacoteca, será exibida uma coleção que reinterpreta imagens da história da arte e da mídia em formatos inovadores.

A cineasta Agnès Varda terá uma outra faceta de seu trabalho mostrada no Instituto Moreira Salles a partir de novembro, quando serão expostas 200 fotografias feitas por ela, em diálogo com a sua produção cinematográfica. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO *"O tempo e a paciência são eternos beligerantes"* **Leon Tolstoi**

Eufrázio



Roberto DaMatta

Real ou surreal?

Um avião pousado de ponta-cabeça; um calor desmesurado nos nossos trópicos que, além de tristes, como dizia Lévi-Strauss, se tornaram infernais diante de uma fervura de fim de mundo.

*

Um real que inverte a rotina do surrealismo de um carnaval que perdeu sua força ritualística, porque hoje podemos transitar e transar com toda a gente, em todo lugar e todo dia. O proibido tornou-se permitido e, no melhor estilo fascista, relativamente obrigatório.

*

É real ou surreal testemunhar o presidente de um país pioneiro na luta por igualdade, verdade, honestidade e liberdade, realizando uma primitiva e errática presidência, inundando agressivamente o mundo com decretos que ameaçam uma ordem global assentada em valores firmados precisamente no seu país, num avesso do bom senso?

*

É concreto ou abstrato ver um Brasil que não entende o que é ser progressista, conservador ou reacionário? Os de "esquerda" insistem em seus credos e enxergam seus críticos como "reacionários", esquecendo que o partido ao qual pertencem preserva ideais ultrapassados. Esquecem que o populismo demagógico e elitista foi atropelado pela rede de comunicação digital que devassa vidas, rejeita burrices e desmente demagogos.

*

Parece surreal que o sistema ideológico não entenda que conservar é tão importante quanto alterar. É a dialética entre mudar e permanecer que engendra a história.

*

Não é coisa de cinema eleger-se para "cuidar do povo", mas morar em palácio e virar barão?

*

Não é surreal viver numa terra com um presidente preocupado com a crise climática no discurso, mas que vai explorar petróleo na costa amazônica para produzir o veneno por intermédio de um empresa estatal monopolística?

*

Não é absurdo viver numa nação na qual tribunais superiores ainda não aprenderam que legislar nepotismo, favores, parentesco, amizade e reciprocidade, esses costumes imunes a leis, só pode ser contido por ética, exemplo e educação?

*

Seria exagerado dizer que vivemos num filme de Luis Buñuel que não termina? E ter plena consciência de que o nosso sistema eleitoral produz privilégios e ranços aristocráticos em vez de igualdade? Um sistema cuja burocracia legitimada por personalismos promove e justifica a descrença na Justiça e nas leis?

*

PS: Lula precisa compreender que sua imagem não é mais a do metalúrgico que iria libertar o Brasil da ditadura. Hoje, sua aparência é a de um impecável figurão da orgulhosa e caipira elite paulista. E isso pesa no arcaico populismo que está sempre salvando o povo dele mesmo. ●

É ANTROPÓLOGO, ESCRITOR E AUTOR DE 'CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS'

TER. Patrícia Ferraz, Sergio Martins **(quinzenal)** ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Carbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Luisa Silvestre **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues **(quinzenal)** ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Borelli ● **DOM.** Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/3X5oD0v

- (?) livre, modalidade olímpica
- Exercício de levantamento de peso
- Superiora de convento
- Cada parte do arquipélago
- O setor da empresa que cuida da parte burocrática
- Paz; equilíbrio
- Revestir; cobrir
- Ação do filântropo
- Envergonhado publicamente
- O que luta por seus objetivos
- Montar (barraca)
- Desabitadas
- Ladeira (abrev.)
- Porção de água salgada
- Aponta para o alvo
- Pulo
- (?) Fittipaldi, ex-piloto (F1)
- A roupa que está na moda
- Sem emitido em gargalhadas
- Costume esquisito
- Gás de letreiros
- Ácido acetilsalicílico (sigla)
- Profissão de William Bonner (TV)
- Pessoa parada (fig.)
- Vermelho ou azul
- Parte flexível do chapéu
- Título etíope
- Roupa de chuva
- Ponta aguda
- Tenda de circo
- Pó usado na caiação
- Bela; formosa
- É atribuída aos animais nas fábulas
- Caio (?), ator
- Parte de um filme
- Gênero de música dos MCs
- Título britânico
- Descuidado (pop.)
- O traje de festa junina
- Seleção de uniforme laranja (fut.)
- Batalha-(?), jogo de estratégia
- Interjeição de surpresa

C A L

BANCO 3/ras — sic. 4/néon. 7/emerson — estátua.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS

Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, o protozoário flagelado que é o agente etiológico da doença de Chagas.

Organizador de eventos (ingl.).	1	2	3	4	3		5	2
Instrumento de ginástica usado para fortalecer os músculos.	6	7	8	9	5		5	10
Capacidade de memória que vale 1.024 gigabytes.	9	5	2	7	11		9	5
Desigualdade de visão nos dois olhos.	7	12	13	10	3		13	7
Série de pregas feitas no tecido.	1	8	13	10	10		14	3
Cidade portuguesa onde nasceu Pedro Álvares Cabral.	11	5	8	4	3		9	5
Verruga na genitália causada por vírus.	1	7	1	13	8		4	7
Bloco econômico do qual faz parte o Brasil.	4	5	2	15	3		16	8
Município do Estado de Mato Grosso.	15	3	4	3	14		2	3
Cortar.	10	16	1	2	13		13	2
Praticado desvarios.	14	5	8	13	2		14	3
Composto adequado para fabricar peças duradouras.	7	15	2	13	8	13		3
Beneficiário de testamento.	6	5	2	14	5	13		3
Instrumento de percussão utilizado no Candomblé.	7	9	7	11	7	17		5
Concede permissão.	7	16	9	3	2	13		7
Animal como as tartarugas.	17	16	5	8	3	12		3

© Revistas COQUETEL

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/3QmyFHM

Nível Fácil

8		5	4	2				6
					9	4		
	7							8
	1		2		4			7
3				8				4
2			6		5		9	
9							5	
		4	9					
5				1	2	6		9

SOLUÇÕES

SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel /editoracoquetel @coquetel
ASSINE AGORA!
www.coquetel.com.br

— Braço somali se torna novo centro operacional e financeiro do grupo

EI ganha força e se reagrupa na Somália



Soldados das Forças de Defesa de Puntlândia em antigo reduto do Estado Islâmico

KATHARINE HOURELD
THE WASHINGTON POST
BALIDHIDIN

O combatente morto do Estado Islâmico (EI) estava esparramado na cordilheira, manchas de sangue escurecendo ao sol, enquanto uma linha de soldados somalis fortemente armados serpenteava montanha abaixo até uma caverna fortificada, seus uniformes camuflados marcando uma nova linha de frente na luta contra o grupo terrorista global.

O braço somali se tornou o novo centro operacional e financeiro do EI, de acordo com o Comando Africano dos EUA (Africom), e autoridades locais estimam que haja cerca de mil militantes sob seu comando. Um grande número de combatentes estrangeiros fluiu para a Somália, estabelecendo uma força formidável que agora ameaça alvos ocidentais. O grupo também se tornou uma fonte importante de financiamento para outros afiliados do EI ao redor do mundo, que mataram milhares de pessoas, incluindo soldados dos EUA, segundo investigadores da ONU.

A luta para conter essa ameaça crescente cabe agora às forças na Puntlândia, uma região remota e semiautônoma em um dos países mais pobres e fracos do mundo. Os soldados da Puntlândia agora estão presos em uma luta exaustiva – uma luta com grandes implicações internacionais, mas sem apoio ocidental.

Depois de mais de um mês em sua maior ofensiva contra o grupo, autoridades da Puntlândia dizem que recapturaram cerca de 50 postos avançados e pequenas bases do EI e mataram mais de 150 combatentes, quase todos estrangeiros. Mas o número de vítimas do lado deles também está aumentando, e há temores em relação a quanto tempo mais eles podem sustentar a luta.

Repórteres do *Washington Post* visitaram o campo de batalha em expansão na Puntlândia, incluindo cavernas do EI recentemente descobertas; falaram com desertores presos que disseram ter sido forçados a se juntar ao grupo; entrevistaram autoridades; e revisaram evidências coletadas de telefones e drones capturados. O que surge é o relato mais completo até o momento de como o EI conseguiu se reagrupar no país na década mais recente após perder seu autodeclarado califado no Oriente Médio.

Em 1.º de fevereiro, o presidente americano, Donald Trump, ordenou o primeiro ataque aéreo de sua presidência, contra comandantes do EI no norte da Somália. Um oficial de inteligência dos EUA, falando como outros sob condição de anonimato para discutir assuntos delicados, disse que o ataque teve como alvo uma célula responsável pelo planejamento de ataques externos, incluindo contra interesses americanos e seus aliados. Além do ataque, o governo Trump não detalhou seus planos para a Somália.



Missão dada
Luta para conter ameaça crescente cabe às forças na Puntlândia, região semiautônoma em um dos países mais pobres do mundo

Por décadas, Washington tentou apoiar o governo em Mogadíscio, mas a Somália continua sendo um Estado fragmentado. Divisões políticas dificultaram a luta para recuperar faixas do sul controladas pelo grupo militante alinhado à Al-Qaeda, Al-Shabab, e, mais recentemente, permitiram que o EI estabelecesse uma posição no norte.

TERRORISMO. O EI na Somália se separou da Al-Shabab em 2015; seu líder sigiloso, de barba pintada, Abdulqadir Mumin, é agora o califa global do EI, dizem os militares americanos. Ao contrário de seus rivais na Al-Shabab, o EI não se concentrou em conquistar territórios na Somália; suas aspirações são maiores. Enterrado nas montanhas Miskad, na ponta do Chifre da África, a organização construiu um centro internacional de terrorismo.

Em seus primeiros dias, o braço somali recebeu dinheiro do Iraque e da Síria, mas logo encontrou suas próprias fontes de receita, arrecadando milhões de dólares a cada ano com a extorsão de empresas locais. Aqueles que resistiram foram atacados com bombas incendiárias.

Em pouco tempo, Al-Karrar, o escritório financeiro regional do grupo, havia estabelecido um centro nervoso, canalizando dinheiro para militantes em várias regiões, em países que vão da Turquia à África do Sul, de acordo com autoridades dos EUA e investigadores das Nações Unidas. Um ataque de janeiro de 2023 das Forças Especiais dos EUA em um complexo de cavernas no norte da Somália matou Bilal al-Sudani, financiador do EI. Ele havia enviado dinheiro para o EI de Khorasan, o braço afegão responsável pelo atentado ao aeroporto de Cabul em 2021 que matou 13 soldados americanos e 170 afegãos.

O EI também se tornou uma força de combate mais sofisticada, empregando drones suicidas, atiradores de longa distância e bombas. No ano passado, seus combatentes derrotaram o Al-Shabab após mais de um ano de batalha sangrenta, expandindo enormemente seu território na Puntlândia.

A nova ofensiva militar, planejada por meses e lançada em 2 de janeiro, foi adiada enquanto a Puntlândia tentava negociar apoio de parceiros internacionais, incluindo os EUA. Mas a transição política em Washington prejudicou as negociações e a pausa de Trump no financiamento estrangeiro as com- →

Eufrázio

FOTOS CAROLYN VAN HOUTEN/THE WASHINGTON POST



OS COMBATENTES

De onde vêm os soldados e técnicos que foram lutar pelo EI em Puntlândia, na Somália



FONTES: AFRICOM, NAÇÕES UNIDAS, INTELIGÊNCIA DA SOMÁLIA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

plicou ainda mais.

Um funcionário do Africom disse que o Pentágono estava monitorando a operação, mas não estava fornecendo nenhum suporte. Puntlândia diz que tampouco recebe ajuda do Estado somali, o principal ponto de contato do Africom.

Isolada, mas determinada, Puntlândia elaborou planos para perseguir os militantes em seus redutos nas montanhas. Mas o EI atacou primeiro.

ESTRANGEIROS. Nas primeiras horas da véspera de ano-novo, a filial somali enviou 12 homens-bomba para a cidade de Dharjaale. Seus alvos eram veículos militares, e eles explodiram um conjunto de casas próximas onde as principais figuras militares e políticas estavam descansando. "Só encontramos os ossos de nossos homens", disse Mohamed Abdulhakim Salad, que testemunhou o ataque.

Nenhum dos atacantes era somali. Havia quatro tanzanianos, dois marroquinos e dois sauditas, além de um etíope, um líbio, um tunisiano e um iemenita, disse o EI em um comunicado. O *Post* cruzou seus retratos com fotos dos mortos no local. O tunisiano, conhecido como Abu Zubayr al-Tunisi, liderou anteriormente uma unidade que atacou a polícia no Iraque antes de retornar para casa para atacar as forças tunisianas, disse Mohamed Mubarak, chefe do escritório de coordenação de segurança da Puntlândia, citando informações de seus colegas em Túnis.

Autoridades aqui dizem que foi o primeiro atentado suicida realizado por estrangeiros. Um agressor ferido, implorando por misericórdia, esperou até que nove soldados estivessem ao seu redor antes de explodir a si mesmo, disseram testemunhas.

Em janeiro, as tropas disseram ter matado uma mulher que atirou em dois soldados – a primeira vez que uma combatente feminina de um grupo islâmico foi vista na Somália.

"Não fizemos muitos prisioneiros", disse Mubarak severamente, citando outros incidentes em que o EI plantou bombas em combatentes mortos ou usou seus próprios feridos para armar emboscadas. Equipes de explosivos sobrecarregadas raramente têm tempo para desarmar e examinar coletes suicidas ou laboratórios de fabricação de bombas, disse Mubarak. A unidade de 30 homens perdeu 27 membros nos cinco anos mais recentes, geralmente em assassinatos seletivos.

DRONES. Soldados e comboios de logística da Puntlândia foram alvos de drones dezenas de vezes, uma tática comumente usada por militantes na Síria e no Iraque, mas nova na Somália.

Imagens de drones mostraram que alguns estavam equipados com câmeras de imagem térmica, permitindo ataques noturnos. Um modelo foi identificado pela empresa de gerenciamento de risco Vates Somalia como sendo vendido por mais de US$ 9 mil.

Os drones caros podem transportar e liberar até quatro munições separadas. Versões mais baratas autodetonantes explodem chocando-se contra caminhões, caminhões-tanque ou multidões de tropas. O soldado ferido Abdiqani Muse Warsame, se recuperando no hospital após um ataque recente, disse que drones atacaram repetidamente sua unidade à noite. "Temos apenas nossas armas para atirar neles a olho nu", disse ele.

As prisões da Puntlândia têm mais de uma dúzia de homens que afirmam ter sido enganados para se juntar ao EI. Algumas de suas alegações – como a de um iemenita pego em uma tentativa frustrada de explodir um posto de controle policial na cidade portuária de Bosaso – não faziam sentido.

"Eu estava em uma briga de faca", disse ele, mal-humorado, apesar dos ferimentos de estilhaços em seu rosto e corpo e das evidências confiscadas espalhadas pela mesa: uma pistola, pequenos explosivos improvisados e uma constelação de cartões SIM que incluíam um telefone via satélite Thuraya e números de Omã e Arábia Saudita.

Também estão sob custódia seis marroquinos, que dizem ter sido recrutados em 2023 na cidade de Fez. Eles descreveram uma jornada elaborada: dirigindo por terra por vários países, voando para Addis Ababa e se esgueirando pela fronteira da Etiópia com a Somália. Eles viajaram pelas montanhas por dias, disseram, muitas vezes na companhia de outros estrangeiros, incluindo homens da Arábia Saudita, Tunísia, Sudão e Etiópia.

Eles juraram que tinham recebido promessas de emprego e ficaram chocados quando foram subitamente cercados por homens armados. Eles disseram que foram levados para uma grande caverna que funcionava como uma área de recepção antes de serem divididos em grupos menores. Os instrutores usavam máscaras em geral, mas não pareciam ser somalis.

"Treinamos com Kalashnikovs, em um grupo de cerca de 30 pessoas – argelinos, marroquinos, tunisianos, somalis e dois palestinos", disse um dos marroquinos. Como outros prisioneiros, ele falou sob condição de anonimato.

"Eles nos usaram como escravos, cavando cavernas e trazendo água", disse um terceiro prisioneiro. "Eles costumavam falar em jihad, mas na maioria das vezes estávamos cansados demais para ouvir", disse ele.

Os marroquinos foram recrutados online e pessoalmente. Todos disseram que fugiram furtivamente do grupo e se renderam às autoridades locais, relatos corroborados por autoridades da Puntlândia.

> *"Eles nos usaram como escravos, cavando cavernas e trazendo água. Eles costumavam falar em jihad, mas na maioria das vezes estávamos cansados demais para ouvir"*
> **Prisioneiro, sobre seu recrutamento forçado do EI**

Um oficial de inteligência da Puntlândia explicou como os recrutas foram procurados em ondas. Imigrantes Oromo pobres que esperavam ser contrabandeados para o Oriente Médio foram caçados cedo para aumentar a mão de obra, disse ele, e muitos foram de fato recrutados contra sua vontade.

No centro de uma rede financeira internacional, o EI na Somália se entrincheirou em um dos lugares mais hostis e inóspitos do mundo. A vegetação rasteira coberta de pedras frequentemente força os caminhões a seguir trilhas em fila única – um presente para os fabricantes de bombas de beira de estrada, que mataram muitos soldados e abriram crateras profundas nos caminhos.

Oficiais seniores na Puntlândia dizem que mobilizaram tudo o que tinham na luta contra o EI, mas precisam de ajuda. Os Emirados Árabes Unidos forneceram alguns equipamentos. Vizinhos regionais doaram pequenas quantidades de material. Não é o suficiente, segundo o presidente da Puntlândia, Said Abdullahi Deni, que estava no aeroporto antes de enviar soldados feridos para tratamento no exterior. "Estamos lutando sozinhos uma guerra global", disse ele. ● TRADUÇÃO DE AUGUSTO CALIL

Decoração

Abordagem holística redefine relação com os espaços da casa

M&O/CELIA SPENARD-KO



Sala holística projetada por Faye Toogood a partir de tons terrosos, iluminação cênica e materiais naturais; sem copiar e colar

É cada vez mais presente, no Brasil e lá fora, a proposta de uma conexão emocional entre moradores e seus ambientes

MARCELO LIMA
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Por mais que receba elogios nas páginas das revistas e nos sites especializados, nem sempre aquela elegante sala de jantar tem muito a dizer a quem adora receber os amigos, mas não gosta muito de cozinhar – e, às vezes, até prefere comer na mesa da cozinha. Perto dos olhos, mas longe do coração. Determinados ambientes, apesar de atraentes, e meticulosamente planejados, parecem prescindir de uma abordagem mais sensível. Respondem bem a critérios funcionais e estéticos, mas nem sempre às reais aspirações de seus ocupantes.

Exercitada por um número cada vez maior de profissionais, uma nova forma de decorar, mais ampla e abrangente, começa a tomar corpo, aqui e lá fora. Nela, não existe certo ou errado. Para além dos critérios comumente observados, aspectos como a sinergia, a sustentabilidade e, principalmente, a conexão emocional entre moradores e seus ambientes passam a contar pontos. Em boa medida, projetar um ambiente holístico significa recriar-se a cada projeto.

PERSONALIZAÇÃO. "Por décadas, temos testemunhado o predomínio de interiores ancorados no componente estético e no bem-estar físico dos moradores. Porém, com a ampliação da consciência sobre como os ambientes podem influenciar nossas condições físicas e mentais, elementos como luz, cor e vegetação passaram a desempenhar um papel cada vez mais decisivo", diz a arquiteta e designer Fernanda Marques, para quem algum nível de personalização é um dado igualmente essencial.

> *"Este mundo de redes sociais tende à uniformidade. Por isso, nada mais atual do que exercitar a criatividade e ser fiel a você mesmo"*
> **Faye Toogood**
> **Designer britânica**

Segundo ela, para um projeto ser bem-sucedido é fundamental que a proposta estabeleça uma conexão direta entre as pessoas e o espaço em que elas vivem. O que pode ser alcançado, por exemplo, por meio de elementos que tenham um significado especial para elas, tais como obras de arte, fotografias e lembranças de viagens. "Toda casa deve refletir as necessidades, mas também a personalidade de seus moradores. Isso é fundamental para que os moradores desfrutem uma sensação de pertencimento", explica a arquiteta.

Abordagem ampliada, que combina filosofias orientais, biofilia e psicologia das cores, entre outras disciplinas: nos projetos holísticos, cada detalhe é pensado para proporcionar uma experiência única. Como atestam, por exemplo, os instigantes ambientes criados pela britânica Faye Toogood, recentemente eleita designer do ano pela edição de janeiro da *Maison & Objet*, em Paris.

"Quando entro em um lugar, ouço primeiro o que ele tem a dizer. Depois, penso nas pessoas que viverão lá. Nenhum dos meus projetos é igual. Nunca copio e colo", diz Faye, para quem o momento exige que exercitemos nossa liberdade. "Este mundo de redes sociais tende à uniformidade. A tecnologia é divertida, mas destrutiva para o cérebro. Por isso, nada mais atual do que exercitar a sua criatividade e, assim, ser fiel a você mesmo", conclui. ●

Como fazer

O que levar em conta na hora de redecorar

● Defina claramente como cada ambiente será usado e por quem
Tenha claro qual será a função principal do espaço, como você quer que ele seja e mantenha tudo anotado. A partir dessas informações, será muito mais fácil planejar suas compras para montar um ambiente em que você possa se sentir à vontade e acolhido.

● Otimize função e fluxo
Embora essencial, em se tratando de um design holístico, o conceito não se resume a uma planta funcional, mas a garantir o fluxo de energia dentro de sua casa. Para tanto, além de se certificar de que os móveis não estejam bloqueando portas e janelas, reduza seus pertences ao necessário e àqueles que você verdadeiramente quer ter por perto.

● Faça o ar circular
Assim como o fluxo de energia é importante, o fluxo de ar não fica atrás. Mover permanentemente o ar velho e estagnado abre espaço para que sua casa seja preenchida com um novo frescor. Abra sempre as janelas e invista em purificadores de ar e ventiladores de teto.

● Conecte-se à natureza
A natureza é um elemento essencial em interiores holísticos. Incorporar elementos como plantas ao desenho dos ambientes não só leva a criar uma atmosfera mais relaxante, mas também ajuda a purificar as condições do ar no local.

● Capriche nas cores
Não há dúvidas de que a cor tem um impacto significativo em nosso humor e comportamento. E a psicologia das cores é clara: quando o objetivo for criar uma atmosfera restauradora, tons suaves e terrosos, baseados nas cores da natureza, são as escolhas mais eficazes para proporcionar bem-estar físico e psicológico.

● Opte por materiais mais significativos
O design holístico preconiza uma abordagem criteriosa na escolha dos móveis e objetos que vão compor os ambientes. Nesse sentido, optar por variedades naturais, orgânicas e sustentáveis, assim como materiais reciclados – que também colaboram para a saúde e o bem-estar do nosso planeta – é sempre a melhor escolha. Além disso, observe cuidadosamente as texturas. Grãos de madeira naturais, juta, grama, linho e pedra, por exemplo, ajudam a evocar nossa conexão profunda com o elemento terra.

● Deixe a luz entrar
Mais do que uma ferramenta essencial e funcional, a iluminação define a própria percepção que temos de um ambiente. E não há dúvida de que a luz natural é muito mais favorável. Além de manter o ritmo cardíaco, é mais suave para os nossos olhos e muito mais relaxante do que a luz artificial. Portanto, use. E abuse.

JORNAL DO CARRO
QUARTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2025 • ANO 43 • Nº 2184 O ESTADO DE S. PAULO
JC



Avaliação

X3 ganha renovação no visual, mais equipamentos e sistema híbrido leve

Feito nos EUA, SUV da BMW chega ao País renovado e, na versão M50 xDrive, tem ótimo conjunto mecânico, reforço elétrico de 48V e preço sugerido de R$ 624.950

THAIS VILLAÇA
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

Produto da BMW mais vendido no mundo, o X3 chega ao Brasil na quarta geração oito meses após estrear na Europa. Por ora, o SUV será oferecido na versão de topo, M50 xDrive, mas outras opções devem chegar ao longo do ano. Importado dos EUA, o carro cresceu, ganhou sistema híbrido leve, ficou R$ 20 mil mais caro e tem tabela de R$ 624.950.

Com potência de 398 cv, o novo X3 começou a ser vendido no Brasil ontem. E, embora o visual tenha mudado bastante, mantém o DNA da marca. A grade enorme, por exemplo, deixou a frente mais parruda.

Os faróis estão mais verticais, têm luzes em forma de "L" e agora são do tipo full-LEDs – antes eram a laser. As entradas de ar são menores e, nas laterais, a linha de cintura acompanha a do teto, que tem uma caída acentuada atrás.

As caixas das rodas, maiores, de 21 polegadas, foram alargadas e as pinças de freio são pintadas de azul. Atrás, há lanternas em forma de seta e ponteiras esportivas duplas de escape, entre as novidades.

Nas medidas, são 4,76 metros de comprimento e 1,92 m de largura, com aumento de, respectivamente, 5 cm e 2 cm. A altura foi reduzida em 2 cm, para 1,66 m, o entre-eixos manteve os 2,86 m e o porta-malas pode levar 570 litros – 120 l a mais que no SUV anterior.

INTERIOR SOFISTICADO. Um dos grandes destaques é a cabine, que traz uma barra de cristal e outras molduras que mudam de cor – há 15 opções. O volante tem base reta e marcação vermelha na posição de 12h. Os ajustes do ar-condicionado nas portas têm tecnologia por toque.

Duas telas formam um conjunto único. A do painel de instrumentos é de 12,3" e da central multimídia tem 14,9". Uma nova alavanca de câmbio e revestimento de veganza (um tipo de couro sintético bem resistente) com três opções de cor – preta, marrom e bege – se destacam.

Na lista de equipamentos, há teto solar, bancos dianteiros esportivos com aquecimento, carregador de celular por indução, assistente de estacionamento e som da Harman Kardon com 750 watts. Além disso, o pacote de auxílios à condução inclui correção automática de saída da faixa, controle de velocidade de cruzeiro adaptativo, assistente de tráfego cruzado e de risco de colisão traseira, entre outros.

Pela primeira vez, o SUV da BMW traz sistema híbrido leve de 48 volts, que ajuda a reduzir o consumo de gasolina e dá uma forcinha extra nas acelerações. Assim, o X3 está fora do rodízio municipal em São Paulo, por exemplo.

A tecnologia é combinada com o motor 3.0 biturbo de seis cilindros em linha a gasolina, capaz de gerar 55,1 mkgf em condições "normais" de uso. Com o auxílio do sistema MHEV, há ganho de até 17 cv e 4 mkgf. Assim, são 398 cv e 59,1 mkgf na mesma ordem. Pode até parecer pouco, mas há um coice de respeito quando se pisa forte no acelerador.

Contribuem com isso o câmbio automático de oito marchas e a tração integral. De acordo com a BMW, o novo X3 pode acelerar de 0 a 100 km/h em 4,6 segundos – número bom para um carro que pesa mais de duas toneladas. A velocidade máxima é limitada eletronicamente a 250 km/h.

Encontrar a melhor posição de guiar é fácil. Há ajustes que permitem deixar o carro ótimo tanto para quem gosta de ficar próximo ao assoalho quanto para o motorista que prefere ficar "nas alturas." De qualquer forma, a visibilidade agrada nos dois casos.

ACELERAÇÃO É FORTE. Em relação ao desempenho, o carro é um foguetinho, com acelerações fortes e rápidas. Isso apesar de haver algum atraso na entrega da potência total às rodas. Porém, dá para acionar o overboost por meio da borboleta de troca de marcha.

Essa função é muito bem-vinda em ultrapassagens, por exemplo. Na estrada, a suspensão adaptativa que, segundo a BMW, faz ajustes no conjunto de amortecedores, é um primor. O SUV tem ótima estabilidade e garante confiança para entrar rápido nas curvas.

Por outro lado, ao trafegar em vias com lombadas e buracos, a dureza do conjunto é sentida até a raiz dos cabelos, com baques secos a cada obstáculo. Mas, de modo geral, o conjunto é excelente. ●

FOTOS: BMW





1. Grade maior deu aspecto de parrudo ao novo SUV;
2. As duas grandes telas formam uma espécie de peça única;
3. Entre-eixos longo garante bom nível de conforto



Ficha técnica

● BMW X3 M50 xDrive 2025

Preço sugerido	R$ 624.950
Motor	3.0, 6 cil., biturbo, gas.
Potência	381 cv a 5.200 rpm
Torque	55,1 mkgf a 1.900 rpm
Câmbio	Automático, 8 m.
Comprimento	4,76 metros
Largura	1,92 metro
Entre-eixos	2,86 metros
Porta-malas	570 litros

FONTE: BMW

Prós & contras

● **Trem de força** Conjunto para lá de bem ajustado garante respostas rápidas, ótima dirigibilidade e muito prazer ao volante;

● **Suspensão** Ajuste focado na esportividade pode gerar desconforto sobre pisos irregulares.

Eufrázio

FOTOS: GM



Datas marcantes

1925
foi o ano de fundação da filial brasileira da General Motors;

1990
é o ano/modelo do Monza Classic EF 500 que faz parte do programa.

História

Opala, Monza e Chevette vão voltar em novo projeto da GM

Programa faz parte da celebração dos 100 anos da empresa no País e prevê restaurar 10 Chevrolet feitos a partir dos anos 1960

TIÃO OLIVEIRA





1. Dois Opala fazem parte do programa;

2. Monza EF 500 celebrou a vitória de Fittipaldi;

3. Primeiro carro do grupo deve ser o Chevette

Os Chevrolet Opala, Monza e Chevette, assim como outros modelos feitos pela GM do Brasil, vão voltar em breve. Porém, não se trata da retomada da produção, mas de um projeto piloto que faz parte da celebração dos 100 anos da companhia no País. De olho em fãs da Chevrolet e colecionadores, o programa, batizado de Vintage, visa restaurar carros antigos. Todos receberão um certificado emitido pelo departamento de engenharia da GM.

Segundo a empresa, já estão em processo de restauro modelos "icônicos da Chevrolet feitos no Brasil nas décadas de 1960 a 1990." A escolha dos carros levou em conta "sua relevância no mercado de clássicos." A lista inclui o Opala e o Chevette, além de "picapes emblemáticas".

Ou seja: a 3100 Brasil, que foi apelidada de Martha Rocha, a primeira geração da S10 e uma C10 com motor V8 do Camaro. Já o Monza é de 1990 e da série Classic SE EF 500, limitada a 5 mil unidades. Trata-se do primeiro Chevrolet com injeção eletrônica feito no País.

O EF 500 é alusivo ao brasileiro Emerson Fittipaldi, que venceu a 500 Milhas de Indianápolis (EUA) em 1989. Não por acaso, o piloto foi garoto propaganda do modelo.

Segundo Rodrigo Mora, colunista da revista *Exame* e especializado em antigos, serão restaurados dez carros. Fazem parte do grupo um Omega e um Kadett. Ele diz que a concepção dos projetos é da GM, mas a execução ficará a cargo de uma das três oficinas escolhidas previamente.

Conforme Emerson Fischler, diretor de engenharia da GM América do Sul, o programa vai contemplar restauração e restomod. Ou seja, a reforma que utiliza peça e soluções atuais, como o motor V8 do Camaro na picape C10. ●



KIA

Kia EV9 elétrico leva sete e chega por R$ 749.990

O Kia EV9 chega ao Brasil em versão única com preço sugerido de R$ 749.990. O SUV de sete lugares feito na Coreia do Sul tem 5,01 metros de comprimento, 1,98 m de largura, 1,75 m de altura e 3,10 m de entre-eixos. O porta-malas varia de 333 litros a 828 l, com cinco assentos em uso. Os dois motores elétricos geram potência de 385 cv e torque de 61 mkgf. As baterias podem ser recarregadas em 24 minutos e garantem autonomia de até 434 km. ●

● CONFIRMADO O 'BABY' CLASSE G. O projeto de um "mini" Mercedes-Benz Classe G vai mesmo virar realidade. Executivos da empresa confirmaram a investidores que o novo SUV está em fase de desenvolvimento. A estreia deve ocorrer em 2026 e novo carro deverá ter propulsão elétrica. Ou seja, bem diferente do "normal", à venda no Brasil na versão G63 com motor V8 4.0 biturbo a gasolina de 485 cv de potência e 86,7 mkgf de torque. Com esse conjunto, o SUV vai de 0 a 100 km/h em 4,2 segundos. O preço sugerido parte de R$ 1.989.900.

● MOTOR FORD 2.0 ARGENTINO. A Ford deu início à produção do motor Panther 2.0 turbodiesel na fábrica de General Pacheco, na Argentina. Trata-se do quatro cilindros que equipa a picape média Ranger vendida também no Brasil. Até então importado da Índia, o propulsor gera 170 cv de potência e 41,3 mkgf de torque. Apesar disso, o preço da Ranger não mudou e, na linha 2026, parte de R$ 229.900 para a versão de entrada, Black.

● LEAPMOTOR CONFIRMA C10. A Leapmotor, marca chinesa do Grupo Stellantis, do qual fazem parte Fiat, Citroën, Peugeot e Jeep, por exemplo, começa a desvendar seus planos para o Brasil. Ou seja: acaba de confirmar que seu primeiro lançamento no País será o SUV elétrico C10. A data não foi revelada, mas a expectativa é que ocorra ainda no primeiro semestre. O motor elétrico gera o equivalente a 230 cv e 30 mkgf e a autonomia chega a 530 km, segundo o padrão de medição chinês.

● ORA 03 2025 TRAZ NOVIDADES. Embora seja mais moderno e equipado do que o Dolphin, o Ora 03 (*abaixo*) nunca conseguiu superar o rival da BYD em vendas no Brasil. Para tentar reverter esse quadro, a GWM atualizou o modelo chinês na linha 2025, que acaba de chegar às lojas. Entre as novidades estão a oferta de pneu estepe e o sistema de conectividade por meio do aplicativo My GWM. Assim, dá para, por exemplo, saber a localização do veículo, nível da bateria e status de carregamento, bem como ligar o ar-condicionado à distância. Os preços não mudaram e vão de R$ 159 mil, na versão Skin, a R$ 187 mil, na GT, de topo. ●



GWM

D8 Opinião:
Stela Kos



Brasil está preparado para carros autônomos?



Mercado

Volvo do Brasil vai produzir e exportar ônibus elétricos para América Latina

Com início da montagem de chassi na fábrica de Curitiba, empresa pretende ampliar presença no continente, principalmente em mercados como Chile e Peru

VOLVO



Produção brasileira de elétricos visa abastecer outros países

ANDREA RAMOS
ESPECIAL PARA O ESTRADÃO

No segmento de ônibus, o Brasil foi o maior mercado da Volvo em 2024, fato que fez com que o País ganhasse ainda mais importância para a marca também na região da América Latina. Como resultado, a empresa afirma que vai iniciar, ainda neste ano, a produção do chassi elétrico BZRT em sua planta do Paraná.

Com a decisão, a fábrica de Curitiba passa a ser a base global de produção de ônibus da Volvo para exportações. De acordo com a empresa, o chassi BZRT será produzido nas versões articulada e biarticulada e será a elétrica com maior comprimento do mercado. Segundo a Volvo, são 28 metros de comprimento e até 250 passageiros de capacidade.

A fábrica paranaense permite que a Volvo tenha uma importante presença na América Latina. Prova disso é que 50% dos ônibus feitos pela empresa no País foram exportados para países vizinhos. A planta do Paraná é estratégica para a companhia uma vez que oferece sua gama de ônibus elétricos na região.

VENDAS NO BRASIL E LATAM. Segundo a empresa, em 2024 suas vendas de ônibus na região somaram 709 unidades. Como resultado, a unidade paranaense conquistou a liderança de entregas da empresa no mundo.

Presidente da Volvo Buses Latin America, André Marques explica que o bom resultado se deve sobretudo ao segmento de veículos urbanos. Como exemplo, apenas para Brasília a empresa vendeu 90 unidades do ônibus Volvo B320R. Do mesmo modo, Curitiba renovou e ampliou a frota com 95 unidades do B320R.

Menos emissões
Introdução dos motores Euro 6 no México permitirá à Volvo do Brasil exportar caminhões FH e VM ao país

Conforme Marques, é a primeira vez que a companhia entrega ônibus para o sistema de transporte público da capital do País. Além disso, a marca fez outras importantes entregas de modelos rodoviários. "O destaque é o crescimento na busca pelas versões 8x2, com crescimento de 40% nos emplacamentos. Isso tem relação com a segurança desses veículos", diz o executivo.

No ano passado, a Volvo entregou 1.429 ônibus na América Latina. Além do Brasil, maior mercado da empresa na região, Chile e Peru se destacaram. De acordo com a Volvo, foram enviadas 238 e 162 unidades, respectivamente, para esses países em 2024.

CAMINHÕES. Com a chegada da tecnologia Euro 6 ao mercado mexicano, a Volvo do Brasil passa a operar no país por meio da exportação dos caminhões FH e VM. O início das entregas está previsto para o mês de abril.

De acordo com o presidente da Volvo do Brasil, Wilson Lirmann, as operações da Volvo no México eram abastecidas pelos Estados Unidos com os caminhões bicudos convencionais na América do Norte. Porém, com a estreia dos modelos de cabine avançada, chamados por aqui de "cara-chata", o México irá conviver com os dois perfis de caminhões.

Segundo Lirmann, a busca pelos modelos de cabine avançada está crescendo no México. "Trata-se de um mercado que por ano consome 40 mil unidades. É o segundo maior da região, ficando apenas atrás do Brasil", afirma. ●



NA WEB
Para saber mais notícias sobre o setor de caminhões e ônibus, acesse: estradao.estadao.com.br



VOLKSWAGEN

Transporte escolar __ D4
VWCO vende 550 ônibus por meio do Caminho da Escola

Gestão de frotas __ D4
Especialista lista dicas para reduzir o consumo de diesel

Ônibus elétricos __ D6
Fabricantes dizem que podem atender demandas de SP



MERCEDES-BENZ

Eufrázio

Transporte escolar

Volkswagen vende 550 ônibus no programa Caminho da Escola

VOLKS



Unidades foram vendidas para a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e serão usadas na renovação e ampliação da frota

Durante 17 anos de sua participação no programa federal, VWCO entregou ônibus escolares a 5 mil municípios brasileiros

REDAÇÃO ESTRADÃO

A Volkswagen Caminhões e Ônibus (VWCO) acaba de negociar os primeiros veículos para o programa Caminho da Escola em 2025. Segundo a marca, o novo pedido é de 550 unidades, sendo 300 do Volksbus 8.180ORE 1 e 250 do 8.160 OD Onurea PA.

Os veículos foram vendidos para a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Parte deles será destinada para renovação da frota e os demais para a ampliação.

Segundo a VWCO, os modelos fabricados sob medida para o transporte escolar têm ar-condicionado, controle de tração e assistente de partida em rampa, entre outros itens. "Os ônibus Volkswagen são requisitados pelas prefeituras por causa da robustez", diz a gerente de vendas ao governo da VWCO, Adriana Cecconello. "Além disso, contamos com pós-venda amplo, com concessionários espalhados pelos Estados do Brasil, que sempre entregam as melhores condições para os clientes", afirma a executiva.

Por meio do Programa Caminho da Escola, a Volkswagen já negociou cerca de 29 mil ônibus escolares. No total, ao longo de 17 anos de participação no programa, mais de 27 milhões de estudantes se beneficiaram com os novos veículos. Vale ressaltar que esses ônibus estão distribuídos por mais de cinco mil municípios brasileiros.

Caminhos da Escola

550
ônibus vendidos em 2025, sendo 300 unidades do modelo 8.180ORE1 e 250 do 8.160 OD Onurea PA

29 mil
unidades foram entregues pela VWCO ao longo dos 17 anos do programa

VOLKSBUS 8.180 ORE 1 e 8.160 OD. Indicado para aplicações de fora-de-estrada, o Volksbus 8.189 ORE 1 conta com motor de 3,8 litros que entrega 180 cv de potência e 61,2 mkgf de torque. Além disso, o veículo possui em sua configuração o sistema de suspensão reforçado e elevado em relação ao solo, para um melhor desempenho nas aplicações fora de estrada.

Conforto e segurança
Modelos escolares são equipados com controle de tração, assistente de partida e ar-condicionado

Traz também o eixo traseiro com bloqueio automático do diferencial, que permite que o veículo trafegue por terrenos acidentados e pisos escorregadios.

Já o 8.160 OD (Onurea PA) é ideal para transporte escolar, com a capacidade para transportar até 29 alunos e um auxiliar. Este veículo conta com distância entre os eixos de 3.900 mm com PBT de 8.500 kg. Há também sistema auxiliar de partida em rampa, controle de estabilidade e controle de tração. Assim como plataforma para acessibilidade. ●

Gestão de frota

Especialista lista dicas para reduzir o consumo de diesel

Com a aproximação do carnaval e o consequente aumento no número de passageiros viajando pelo Brasil, quem trabalha com frotas de ônibus precisa estar atento para se manter competitivo. Para ajudar na tarefa, o especialista em logística de frotas, Paulo Guimarães, CEO da MaxiFrota, lista dicas para reduzir os custos com combustível. Confira:

1. Monitoramento do consumo de combustível. "Acompanhar o consumo de cada veículo permite identificar padrões e anomalias", diz Guimarães. Para isso, ele indica a contratação de softwares de combustível, com capacidade de automatizar as análises e registrar os dados em tempo real.

"Com essas informações, gestores podem ter uma visão geral e também específica por veículo, podendo tomar medidas como campanhas de conscientização com motoristas ou redefinir rotas", explica.

2. Planejamento das rotas. "Roteirização é fundamental para evitar congestionamentos e escolher trajetos mais curtos e econômicos", pontua. Para isso, sistemas de gestão integrados com GPS ajudam a calcular rotas ideais, que consideram o tráfego em tempo real. "Cinquenta ações não superam um único bom planejamento. Ele é capaz de economizar tempo, recursos e evitar erros", orienta.

3. Comparação de preços. "Pesquisar preços em diferentes postos ao longo da rota e abastecer nos locais com valores mais competitivos gera economia", acrescenta Guimarães. Existem várias tecnologias que permitem localizar os postos com os melhores preços e monitorar o consumo fora dos padrões definidos pelo gestor, restringindo transações indevidas.

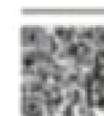
4. Treinamento de motoristas. A condução eficiente – com acelerações suaves, frenagens graduais e velocidades constantes – reduz significativamente o consumo de combustível. "Sistemas de monitoramento veicular avaliam o estilo de direção de cada motorista, facilitando a criação de programas de treinamento personalizados que promovem uma cultura de direção de alto desempenho, econômica e eficiente", comenta Guimarães.

5. Manutenção preventiva em dia. O veículo precisa estar sempre com pneus calibrados, motores revisados e alinhamento correto. "Um pneu com pressão inadequada pode aumentar o consumo em até 10% e acelerar o desgaste. Já um motor fora de ponto ou mal regulado exige mais combustível para realizar o mesmo trabalho", diz o especialista. Uma dica são os softwares de gestão de frotas que agendam de forma automática revisões com base em dados como quilometragem, histórico de uso e alertas de manutenção.

6. Controle o peso e a aerodinâmica dos veículos. Segundo Paulo Guimarães, evitar cargas excessivas e desnecessárias é uma forma simples de economizar combustível. É preciso planejar o peso da carga e fazer a distribuição de forma equilibrada, otimizando o desempenho do veículo e reduzindo o esforço do motor.

7. Sistemas de monitoramento veicular. O uso de ferramentas como sensores e câmeras tornam o controle da frota mais preciso. "Isso significa que os gestores podem identificar rapidamente desvios de rota, prever atrasos, otimizar o desempenho e detectar comportamentos inadequados na condução, como excesso de velocidade ou frenagens bruscas", orienta Guimarães.

8. Uso do ar-condicionado. Para Guimarães, o uso do ar-condicionado deve ser limitado em velocidades baixas, como em trajetos urbanos. "Nessas situações, manter as janelas abertas é mais econômico", pontua Guimarães. Já em rodovias, o ar-condicionado é preferível, já que janelas abertas aumentam a resistência ao vento e o consumo de combustível. ● REDAÇÃO MOBILIDADE



NA WEB
Para saber mais notícias sobre o setor de caminhões e ônibus, acesse: estradao.estadao.com.br

Eufrázio

Hyundai HR

O utilitário urbano ideal para o seu negócio

Bônus de até R$ 7.000 + Taxa zero em até 18x





Motor 2.5 turbodiesel de 130 cv.
Com conjunto de tração 4x4.



Chassi versátil e robusto.
Até 1.800 kg de capacidade de carga.



Habilitação categoria B.
Praticidade para o seu negócio.

Acelere até a concessionária mais próxima e garanta o parceiro ideal para o seu negócio. O Hyundai HR é um utilitário versátil, robusto e que traz muita confiabilidade para o seu dia a dia.



Acesse e saiba mais.

4 ANOS Garantia Sem limite de quilometragem

HyundaiBR

hyundai.com.br



Patrocinador Oficial





Desacelere. Seu bem maior é a vida.

Hyundai HR 2.5 TGDI MT com transmissão mecânica - ano de fabricação/modelo 2024/2025 e preço público sugerido à vista (válido para todo o Brasil): de R$ 179.990,00 por R$ 172.990,00 com pintura branca e frete incluso. Entrada de R$ 121.093,00 (70%), com saldo em 18 parcelas mensais no valor de R$ 3.083,45. Preço total do veículo com os encargos é de R$ 176.595,09. Taxa de juros para o financiamento simulado é de 0,00% a.m. e 0,00% (CET: 0,72% a.m. e 8,85% a.a.). Até 30 dias de carência a contar da data de emissão da Cédula de Crédito Bancário. O valor das parcelas inclui IOF, Tarifa de Cadastro, custos de registro do contrato e CDC Protegido Vida Hyundai (1). Os custos de registro de contrato baseiam-se no valor aplicado para São Paulo e poderão variar de acordo com o Detran de cada estado ou autoridade estadual competente para a realização do registro e estarão incluídos no CET - Custo Efetivo Total, que será informado ao cliente antes da contratação. O CET - Custo Efetivo Total irá variar de acordo com valores, prazos e demais condições escolhidas pelo cliente e será informado ao cliente antes da contratação. Não estão incluídos os preços de acessórios, documentação, manutenção ou qualquer outro produto ou serviço ofertado pelo concessionário. Condições sujeitas a análise e aprovação de crédito e demais condições do produto vigentes na data da contratação. Ou Hyundai HR 2.5 TGDI MT com transmissão mecânica - ano de fabricação/modelo 2024/2025 e preço público sugerido à vista (válido para todo o Brasil) de R$ 179.990,00 com pintura branca, frete incluso e bônus de até R$ 7.000,00 para a aquisição de implemento sob critério do concessionário. Promoção válida no período de 9/1/2025 a 5/3/2025 ou enquanto durarem os estoques. Imagens meramente ilustrativas. (1) CDC Protegido Vida Hyundai é um produto opcional, garantido por Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., (atual denominação social da Santander Seguros S.A.), CNPJ: 87.376.109/0001-06, Reg. SUSEP 0507-0, Processo SUSEP nº 15414.901626/2017-05. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte dessa autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. A aceitação do seguro estará sujeita a análise do risco. O segurado poderá consultar a situação cadastral de sua corretora de seguros Hyundai Corretora de Seguros Ltda., no site www.susep.gov.br, por meio do registro na SUSEP nº 10.2054751.0, nome completo e CNPJ nº 34.279.765/0001-24. Consulte coberturas no site www.hyundai.com.br.

Eufrázio

Ônibus elétrico

Fabricantes dizem que podem atender demandas do transporte público de SP

Empresas rebatem prefeito da capital, que apontou a baixa produção como entrave ao avanço da troca da frota

MÁRIO SÉRGIO VENDITTI



MERCEDES-BENZ

Ônibus elétrico eO500U, da Mercedes-Benz, é um dos modelos produzidos no Brasil que pode atender o serviço de transporte da capital

A recente declaração do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), de que não pode garantir que a frota municipal de transporte público seja 50% elétrica até 2028 - como determina a Lei 16.802/2018 -, devido à dificuldade da indústria brasileira de suprir à demanda, causou indignação das fabricantes de ônibus e carrocerias.

Atualmente, a frota da capital gira em torno de 13 mil veículos. Assim, o número teria de ser 6,5 mil ônibus elétricos ou com zero emissão daqui a três anos. A Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE) contesta o prefeito. Segundo a entidade, o setor tem condições de produzir até 9.920 ônibus elétricos por ano, podendo alcançar 25 mil com os investimentos previstos pelas empresas até 2028.

As fabricantes de ônibus elétricos também se manifestaram, ao ressaltar o compromisso de fornecer os veículos não só para a capital paulista, mas para outras cidades do País envolvidas na eletrificação do transporte urbano. "A capacidade de produção da BYD é de 2 mil chassis por ano", garante Marcello von Schneider, diretor de veículos comerciais e solar da BYD Brasil. "Somos capazes de ampliar esse número entre seis e oito meses."

A companhia chinesa deu mostras de sua agilidade no início de 2024, quando trouxe o material necessário para produzir 400 ônibus movidos a bateria destinados ao transporte público. Metade já foi entregue e a outra parte está em fase de encarroçamento. "A indústria está pronta. O que deve ser resolvido é o atraso da infraestrutura de distribuição de energia", diz.

> ***"A indústria está pronta. O que deve ser resolvido é a questão do atraso da infraestrutura de distribuição de energia"***
> **Marcello von Schneider**
> **Diretor de veículos comercial e solar da BYD Brasil**

RECARGA MÓVEL. Schneider aponta uma solução temporária para o fornecimento de energia, que ajudaria as operadoras ainda sem eletropostos em seus pátios: um ponto de recarga móvel. "Temos estudos de caminhões adaptados com bancos de bateria, capazes de abastecer os ônibus das empresas", revela. Outra ideia é a construção de uma garagem coletiva dotada de infraestrutura: "Ela poderia ser instalada em uma área próxima a alguma estação do metrô para atender aos interessados".

A diretora da Eletra, Iêda Oliveira, afirma que a capacidade de instalada da companhia é de 1.800 unidades por ano. "Até 2027, com a integração do chassi elétrico Eletra, o volume saltará para 3.500 chassis/ano", diz. "Em cinco anos, a meta é chegar a 6.000 com a ampliação das linhas produtivas. A velocidade e o aumento da capacidade caminham juntas com a demanda nacional."

Ela acrescenta que a Eletra está preparada para elevar ainda mais a produção se o País sinalizar o fomento de políticas de eletrificação da frota. "Afinal, contamos com tecnologia nacional, cadeia produtiva instalada e energia para atender aos pedidos de todo o mercado latino-americano", conclui.

A Mercedes-Benz adota o mesmo discurso. "Temos total capacidade de produção para atender às demandas por ônibus elétricos da cidade de São Paulo", assegura Walter Barbosa, vice-presidente de vendas, marketing e peças e serviços ônibus da Mercedes-Benz do Brasil. "Desde 2022, nosso chassi de ônibus elétrico urbano eO500U está sendo produzido em série, na linha 4.0 da fábrica em São Bernardo do Campo (SP)."

No entender de Barbosa, a transição energética depende do empenho dos governos federal, estadual e municipal e dos demais participantes do setor, a fim de viabilizar o financiamento de ônibus elétricos no País e a implantação efetiva da infraestrutura de recarga. "Essa expansão em São Paulo esbarra em dois fatores: o atraso na implementação da infraestrutura e o modelo de negócio de subvenção, que atrasa o repasse de recursos", diz.

> **Lentidão no repasse**
> **Modelo de negócios para a compra dos veículos em São Paulo também é apontado como obstáculo**

ENCARROÇADORAS. A Marcopolo, empresa de soluções para o transporte, também enfatizou que está apta para atender rapidamente à demanda da cidade de São Paulo por ônibus não só elétricos, como também híbridos e movidos a hidrogênio, GNV e biometano.

De acordo com a empresa, 100 ônibus elétricos da marca entrarão em operação no mercado nacional até o fim do primeiro trimestre. "Os produtos da Marcopolo são desenvolvidos especificamente para os mercados brasileiro e sul-americano, com a maioria de fornecedores nacionais."

Para dar conta da demanda, a Marcopolo investe em novos veículos mirando a descarbonização do transporte de passageiros. Ela iniciou o projeto da linha de ônibus 100% elétricos em 2019 e, desde 2022, desenvolve o modelo Attivi Integral.

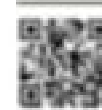
A Caio, encarroçadora de ônibus urbanos no Brasil, segue a mesma linha das demais fabricantes, ao assegurar que, com 80 anos de experiência no setor, "está estruturada para desenvolver veículos elétricos, conforme os objetivos e regras do mercado nacional". A capacidade produtiva da Caio é de 1.200 unidades mensais nas suas fábricas de Botucatu e Barra Bonita (SP). A empresa completa: "Estamos alinhados com parceiros como BYD e Eletra, para cumprir os objetivos estabelecidos pelo Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo e para suprir as necessidades do mercado". ●

Gargalo está em outros setores, segundo a ABVE

A Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE) tomou a frente das vozes dissonantes de Ricardo Nunes. Ela lembrou que, já em dezembro de 2023, em resposta a um questionário solicitado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), os fabricantes de ônibus elétricos informaram que a capacidade instalada poderia alcançar a meta de 50% da frota de ônibus elétricos até 2028.

"A cadeia produtiva brasileira é composta por empresas nacionais e multinacionais instaladas há muitas décadas no País, algumas no Estado de São Paulo, aptas a fornecer produtos de alta qualidade tecnológica, excelente desempenho operacional, assistência técnica e ampla rede de reposição", diz a nota da associação.

Segundo a ABVE, o gargalo de implementação do cronograma de transição de frota da capital paulista não está na indústria. E jogou a batata quente para outros setores. "Há deficiências de planejamento da infraestrutura de recarga e eventuais desajustes nos modelos de financiamento das operadoras de transporte. São problemas alheios às montadoras". ● M.S.V.



NA WEB
Para saber mais sobre eletrificação no setor de transporte, acesse: mobilidade.estadao.com.br/patrocinado/planeta-eletrico

Eufrázio

Diversão sobre trilhos

'Trem da Folia' vai fazer viagens temáticas durante o carnaval

Trem da República, que liga as cidades de Itu e Salto, no interior de São Paulo, terá programação especial de sexta a terça-feira

REDAÇÃO MOBILIDADE

TREM DA REPÚBLICA



Percurso entre Itu e Salto leva uma hora; turistas podem escolher entre várias categorias de vagão

Para quem prefere fugir da agitação e dos blocos de carnaval, mas quer aproveitar os dias de folga para fazer algo diferente, uma boa sugestão não muito distante da capital paulista é o Trem da República. O expresso turístico, que faz o trajeto entre Itu e Salto, terá uma programação especial nos dias de carnaval. A cidade de Itu fica a apenas 100 km de distância da cidade de São Paulo.

A atração, batizada de Trem da Folia, tem locomotiva com decoração temática, estações especialmente decoradas para a data, distribuição de máscaras de carnaval e apresentações artísticas durante a viagem de trem.

A abertura dos trabalhos se dará na sexta-feira (28), às 16h, com a partida do Apito de Carnaval. A passagem custa R$ 85 por pessoa e dá direito a lanche e duas cervejas de latinha a bordo. Além disso, o valor da passagem inclui uma porção de entrada servida no restaurante situado na própria estação ferroviária de Salto.

Embora a distância entre Itu e Salto seja de apenas 7,6 km, a viagem de trem leva cerca de uma hora, incluindo uma parada no Parque Augusto.

No trajeto, a animação fica por conta de uma banda, que fará com que todos a bordo cantem e dancem ao ritmo dos maiores sucessos do carnaval.

Nos demais dias do carnaval, entre sábado (1º/03) e terça-feira (4/03), o trem tem viagens regulares programadas para 9h, 11h, 14h e 16h. Nestes dias, também haverá apresentações artísticas. Passagem a partir de R$ 45.

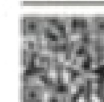
Todas as viagens têm início na estação ferroviária de Itu, localizada na Praça Doutor Gaspar Ricardo, 50. Os preços podem variar a depender do vagão e do pacote escolhido – ou seja, com café da manhã ou almoço a bordo. ●

CARNAVAL NO TREM DA REPÚBLICA

Trem da Folia

- **Apito de Carnaval:** 28/02 (sexta-feira), às 16h.
Saída e retorno: Estação de Itu, Praça Doutor Gaspar Ricardo, 50
Passagem: a partir de R$ 85

- **Viagens regulares:** entre sábado (1º/3) e terça-feira (4/3). Saídas às 9h, 11h, 14h e 16h
Saída e retorno: Estação de Itu
Passagem: a partir de R$ 45
Tel. (11) 4013-1319



NA WEB
Para mais informações e como efetuar reservas para o passeio, acesse: **tremdarepublica.com.br**

PLANETA ELÉTRICO



A MAIOR PLATAFORMA DE CONTEÚDO SOBRE ELETROMOBILIDADE DO PAÍS

CANAL EXCLUSIVO REÚNE CONTEÚDO MULTIMÍDIA SOBRE OS RUMOS DA MOBILIDADE ELÉTRICA NO BRASIL E NO MUNDO, COM INICIATIVAS RELEVANTES, OPORTUNIDADES E DESAFIOS SOB A ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE.



ACESSE E ACOMPANHE



Realização: ESTADÃO 150 · Mobilidade ESTADÃO

Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO



Stela Kos

Dilemas dos veículos 100% autônomos

Há alguns anos muitos apontavam que os carros do futuro seriam conectados, eletrificados e autônomos. Sim, os veículos estão cada vez mais conectados e a eletrificação é adotada por várias montadoras, que oferecem modelos movidos por energia elétrica ou híbridos. Mas quando os carros que dirigem sozinhos devem chegar?

Pode-se argumentar que eles já estão entre nós, pois veículos da Waymo, os chamados de "robotáxis", já fazem corridas nos Estados Unidos. A experiência da empresa fornece lições para as montadoras e desenvolvedores, que podem avaliar qual a tecnologia embarcada, o tipo de conexão necessária quando os táxis precisam se comunicar com a central, outros dispositivos ou máquinas e até bugs que geraram, em casos passados, paralisações de vias públicas.

O processo que ocorre nos Estados Unidos pode ajudar a conhecer os desafios que precisam ser superados, sejam eles legais ou estruturais. A Waymo é uma empresa e qualquer acidente causado pelos veículos é sua responsabilidade. No caso de veículos que pertencem a uma pessoa física quem seria o responsável? A montadora, a empresa que desenvolve o software, a inteligência artificial ou o proprietário?

No aspecto jurídico, desde meados de 2023 tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1.317, que altera a Lei 9.503, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para regulamentar os veículos autônomos terrestres. O texto sugere que a responsabilidade por acidentes ou infrações seja solidária ou exclusiva entre o fabricante ou seu representante no Brasil e o proprietário, ou condutor, conforme o caso. A proposta também estipula que os veículos autônomos só poderão circular com seguro contra acidentes.

Há ainda questões sobre infraestrutura. Para que os sistemas de suporte ao motorista – chamados Adas (*Advanced Driver-Assistance System*) – funcionem adequadamente, as vias precisam ter estrutura adequada. O Adas reúne tecnologias de condução semiautônoma para auxiliar o motorista. Estas tecnologias compõem o chamado nível de automação 2, funcionam com base em sensores, radares, câmeras e incluem o controle de cruzeiro adaptativo, frenagem automática, alerta de mudança de faixa, e até o park assist, mas com o controle de aceleração e a frenagem sob responsabilidade do motorista.

Para os sistemas Adas funcionarem bem, além do trabalho das montadoras, empresas de tecnologia e certificadoras, que devem fazer testes dentro das condições para as quais as tecnologias foram desenvolvidas, há outros fatores como condição de vias, calçadas e área de cobertura da conexão 5G.

RESPONSABILIDADES. O nível de automação de um veículo vai de 0 a 5. No nível 2, o veículo roda sem a intervenção humana por alguns segundos, mas o monitoramento do ambiente e o controle em caso de emergência são feitos pelo motorista. No nível 3, o monitoramento do ambiente é feito pelo veículo e apenas o controle em caso de emergência pelo condutor humano. Já nos níveis 4 e 5, o controle em caso de emergência também passa a ser responsabilidade do veículo, a diferença é que no nível 4 a ação do motorista pode ser opcional em situações determinadas e no nível 5 as pessoas são apenas passageiras.

> ***Automação no Brasil pode salvar 1,19 milhão de vidas perdidas por ano no trânsito, segundo o Relatório de Segurança Viária da OMS***

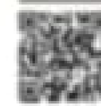
Conforme o nível da automação aumenta, cresce a quantidade de tecnologias embarcadas e treinadas em situações simuladas de trânsito. E simular todas as possibilidades de situações inusitadas não é simples. O trânsito não é composto apenas por veículos que trafegam em vias sinalizadas e com motoristas que seguem as leis. Muitas vias têm buracos, placas não recebem manutenção e após uma forte chuva muitos semáforos deixam de funcionar.

A automação pode reduzir as fatalidades e salvar 1,19 milhão de vidas perdidas por ano no trânsito, segundo Relatório de Segurança Viária da Organização Mundial de Saúde (OMS). A automação é ainda mais importante no Brasil, onde as mortes no trânsito têm mostrado tendência de elevação. Elas subiram de 32 mil, em 2019, para 34 mil, em 2022, segundo o Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde.

A jornada no desenvolvimento do carro autônomo pode levar tempo maior do que se previa. Mas permite o acesso a novas tecnologias Adas que já ajudam o condutor. Mas, mesmo que possamos desfrutar do nível 5 de automação, agentes públicos, empresas e pessoas ainda precisam estar cientes de que elas são responsáveis para a segurança no trânsito. ●

DIRETORA DE MOBILIDADE REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL E MÉXICO DA TÜV RHEINLAND

ESTE TEXTO NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DO ESTADÃO.



NA WEB
Para saber o que pensam outros embaixadores da Mobilidade, acesse: mobilidade.estadao.com.br/embaixadores

Procurando um carro novo para chamar de seu?
Tudo sobre o seu próximo zero você encontra no **Zerão.**

Mais de 170 automóveis do mercado: fichas técnicas, resenhas, fotos e preços de modelos de todas as marcas.



ZERÃO

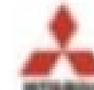
REALIZAÇÃO: JornaldoCarro



jornaldocarro.estadao.com.br/guia-de-compras/carros-0km







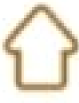


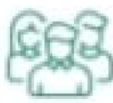




Chegou o Relatório de Desempenho da Tokio Marine 2024

A Seguradora Hoje

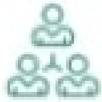

CRESCIMENTO DE 10,6% em Prêmios Emitidos

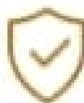

+2.400 Colaboradores

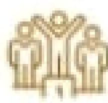

68 UNIDADES DE ATENDIMENTO distribuídas pelo País


+3 MILHÕES de Veículos Segurados

Relação com o Mercado

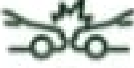

+43 MIL Corretores parceiros


+90 PRODUTOS E +120 SERVIÇOS E ASSISTÊNCIAS


MELHOR SEGURADORA DE AUTOMÓVEL pelo Prêmio Estadão Finanças Mais


MELHOR SEGURADORA RAMOS GERAIS pelo Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente

Desempenho Operacional (R$ Bi)

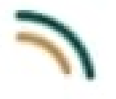




	2024	2023
FATURAMENTO (PRÊMIO EMITIDO)	13,4Bi	12,1Bi
INDENIZAÇÕES PAGAS	6,5Bi	5,4Bi
LUCRO LÍQUIDO	1,4Bi	1,4Bi

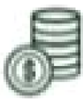
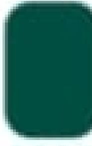
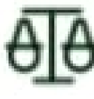
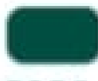
Distribuição do Faturamento por Carteira

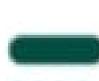
Automóvel 	60,5%
Patrimonial 	18,1%
Transportes 	5,6%
Pessoas 	4,8%
Responsabilidade 	3,4%
Demais 	7,6%

Principais Indicadores

	2024	2023
Combinado 	90,3%	88,0%
Sinistralidade 	54,7%	48,5%
Comercialização 	21,4%	20,7%

Solidez Financeira (R$ Bi)



	2024	2023
Ativo Total	22,8 Bi	20,1 Bi
Patrimônio Líquido	5,2 Bi	5,0 Bi
Suficiência Capital	1,7 Bi	1,6 Bi

NOTA MÁXIMA MOODY'S LOCAL **AAA+.br**

CERTIFICAÇÃO IIA *INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS*

Destaques



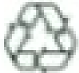
2ª Melhor Empresa e Melhor Seguradora para Trabalhar no Brasil pelo Great Place to Work®

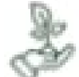


Selo Ouro do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHG)

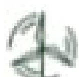

Seguradora pioneira na emissão de apólice de Seguro Garantia com cláusula de retomada

ESG


GESTÃO DE RESÍDUOS


ASSISTÊNCIA SUSTENTÁVEL


ATUAÇÃO EM EVENTOS CLIMÁTICOS


APOIO À ENERGIA SUSTENTÁVEL


PARCERIA AACD


CONTACT CENTER EM LIBRAS

Relatório de Sustentabilidade

A Tokio Marine divulgou o Relatório de Sustentabilidade com as principais realizações e compromissos ESG da Companhia

www.tokiomarine.com.br/empresa/esg/

Tokio Marine Seguradora S/A • CNPJ 33.164.021/0001-00 • www.tokiomarine.com.br

(Continua)







Chegou o Relatório de Desempenho da Tokio Marine 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Tokio Marine Seguradora S.A. submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, em cumprimento às normas vigentes.

Cenário Geral

A Tokio Marine Seguradora S.A., subsidiária da Tokio Marine Holdings, Inc., o mais antigo conglomerado securitário do Japão e um dos maiores grupos do setor no mundo, anuncia os resultados do ano de 2024.

O ano de 2024 foi marcado pela ocorrência de fenômenos climáticos severos no País, em especial no estado do Rio Grande do Sul, atingido por fortes enchentes no mês de maio. Diante do cenário de calamidade, a Tokio Marine priorizou o seu compromisso com a Comunidade na qual está inserida, tendo dedicado forte apoio institucional às vítimas, Colaboradores, Corretores, Assessorias e Clientes.

A Seguradora adotou uma série de medidas emergenciais para auxiliar seus públicos, como manter contato ativo para abertura de sinistros no caso de acionamento de assistências e agilizar a análise e o pagamento de indenizações, além de realizar doações de alimentos e materiais de limpeza e higiene, a fim de minorar o sofrimento das populações afetadas.

As iniciativas estão vinculadas à filosofia "Good Company", disseminada pelo Grupo Tokio Marine nos 45 países em que está presente, e ao selo "Tokio ESG", pelo qual a Tokio Marine reúne as ações desenvolvidas com o propósito de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, transparente e que use os recursos naturais de forma responsável.

Mesmo com as consequências dos impactos climáticos, a Companhia registrou um crescimento de 10,6% em Prêmios Emitidos em comparação ao desempenho de 2023. O faturamento atingiu o montante de R$ 13,4 bilhões contra R$ 12,1 bilhões alcançados no ano anterior. Deste total, as indenizações devolvidas à sociedade referentes ao período de janeiro a dezembro de 2024 chegaram a R$ 6,5 bilhões. Já o Índice Combinado ficou em 90,3%, o que reflete o bom desempenho da Seguradora no período.

Os dados mostram que a estratégia de crescimento orgânico da Tokio Marine, baseada em valorização do Capital Humano, oferta dos melhores Produtos e Serviços para atender às demandas de Corretores, Assessorias, Clientes e Comunidade e ampliação da cultura do seguro no Brasil, continua gerando bons resultados.

Como uma Seguradora Multiprodutos, que coloca à disposição do mercado nacional um amplo portfólio composto por mais de 90 produtos e 120 serviços e assistências, à exceção de Previdência, Capitalização e Saúde, a Seguradora tem a vantagem competitiva de equilibrar os resultados das carteiras entre os Produtos Massificados e Pessoa Jurídica.

Até 2026, a estratégia de negócios da Seguradora está ancorada no plano Tokio Transforma, cujos objetivos são Excelência em Serviços; Crescimento Sustentável; Produtividade e Eficiência; Inovação e Tecnologia; Trabalho em Equipe e ESG (*Environmental, Social and Governance*).

A Companhia, presente no Brasil há 65 anos, reafirma seu comprometimento em manter os investimentos no País e a oferta de soluções de excelência que protejam a Vida e o Patrimônio das Pessoas e Empresas. E como parte integrante da indústria securitária, a Tokio Marine trabalha diariamente em prol do fortalecimento da cultura do seguro no Brasil com o objetivo de deixar claro para a população a importância de proteger aquilo que realmente importa, especialmente diante das mudanças climáticas.

Diretoria de Produtos Massificados

- Desempenho de Produtos

Em um ano desafiador para o mercado de Seguros de Automóveis, a Tokio Marine mostrou-se mais uma vez resiliente e atingiu a importante marca de três milhões de veículos segurados em novembro, o que consolidou a Companhia como a terceira maior Seguradora do segmento no País. De janeiro a dezembro de 2024, a Tokio Marine registrou crescimento de 9,2% em prêmios (Sem Garantia Estendida Auto) na carteira de Automóvel, enquanto na média de mercado o crescimento foi de aproximadamente 3%. Desde 2012, o seguro Auto da Tokio Marine cresce acima da média de mercado, pulando de uma participação de 3%, em 2011, para cerca de 14%, em 2024.

Em 2024, a Companhia anunciou a inclusão de cobertura de incêndio e roubo/furto no Seguro Moto e foi reconhecida, pela sétima vez, pelo Prêmio Estadão Finanças Mais na categoria Seguro Auto.

Com um crescimento constante desde o seu lançamento há cerca de cinco anos, o Seguro Fiança Locatícia foi mais uma vez um dos destaques da Diretoria de Produtos Massificados, registrando um crescimento de 52,1% e alcançando a terceira posição no *ranking*, com uma participação de mercado de aproximadamente 14%. Um grande lançamento dessa linha de produto, em 2024, foi o Descarte Sustentável de materiais. Outros destaques do ano foram: o Seguro Condomínio, no qual a Tokio Marine é líder de mercado, e o Seguro Residencial, com 35,9% e 11,7% de crescimento, respectivamente.

- Pessoas

Um dos grandes destaques da Companhia, durante o ano de 2024, na Carteira de Seguros de Pessoas Individual foi o Seguro Viagem, com um crescimento de 52,4%. Já o Vida Individual cresceu 15,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. No total, o crescimento da Companhia foi de 19,8% no segmento Individual. Já na carteira de Pessoas Coletivo, o crescimento em Prêmios Emitidos foi de 10,4%, com destaque para o Vida em Grupo, que evoluiu 13,9%.

Em julho de 2024, a Companhia anunciou o lançamento do Seguro Funeral+, o único do mercado com o serviço de orientação especializada para simulação dos custos do inventário e da elaboração da minuta de testamento Vital e Patrimonial. Ainda nesse mês, a Tokio Marine agregou novas coberturas ao Seguro de Vida Individual, que passou a oferecer cobertura de Doenças Graves para até 30 enfermidades e cobertura de Invalidez Funcional Permanente Total por Doença (IFPD).

Diretoria de Produtos Pessoa Jurídica

- Desempenho de Produtos

Graças a fatores como a relação estreita que mantém com Corretores, sempre prestando consultorias customizadas, e a um time especialista e dedicado que atua na identificação de oportunidades junto a esses Parceiros para ativamente propor novos negócios, a Diretoria de Produtos Pessoa Jurídica também apresentou bons resultados em 2024.

Durante o período, os produtos que apresentaram crescimento relevante em Prêmios Emitidos, quando comparados com o desempenho no mesmo período do ano anterior, foram: Garantia com 58,4% (considerando Garantia Setor Público + Garantia Setor Privado); Riscos Cibernéticos com 66,6%; E&O com 53,5% e D&O com 34,5%; Riscos de Engenharia com 30,0% e Riscos Nomeados e Operacionais com 39,4%.

Na carteira de Transportes, mesmo diante da alta competitividade no mercado, a Companhia encerrou o ano com um crescimento de 7,2%. Outra iniciativa que teve bons resultados em 2024 foi o Programa de Desenvolvimento Semear Transportes, elaborado para capacitar Corretores sobre os produtos da carteira. Por meio da iniciativa, os Corretores tiveram acesso a informações sobre os tipos de seguros que contemplam transportadores e embarcadores; transporte internacional – importação e exportação; averbação; faturamento e gerenciamento de riscos, entre outros temas relacionados ao segmento. Além de ampliar o conhecimento sobre o seguro, a ideia da Companhia foi chamar a atenção para o potencial de vendas dos produtos, especialmente no Canal Varejo.

- Plano de Expansão do Seguro Garantia

Em junho, a Companhia anunciou o Plano de Expansão do Seguro Garantia durante o *Expertise*, evento organizado para 250 convidados entre Clientes, Corretores, representantes de Governo, Parceiros de Negócios, Assessorias e Imprensa. A meta da Tokio Marine é tornar-se referência no Seguro Garantia e, em três anos, chegar entre os três principais *players* nesse mercado.

Para isso, a Companhia desenhou serviços personalizados que atendem às necessidades dos Clientes, não apenas no que tange à nova Lei de Licitações, como também para obras privadas. O principal diferencial da Tokio Marine é oferecer uma solução completa para essas obras, indo além da proteção do Seguro Garantia, com produtos como Riscos de Engenharia, RC Obras, Transportes e Riscos Nomeados e Operacionais.

Em setembro, a Tokio Marine se tornou a primeira Seguradora do País a emitir Seguro Garantia com cláusula de *Step-in*, prevista pela Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21), que tem como um de seus objetivos assegurar a conclusão de obras públicas.

Diretoria de Operações, Tecnologia e Sinistros

A Tokio Marine investe continuamente no desenvolvimento de novas tecnologias a serviço da transformação digital e da automação de processos, peças-chave para garantir agilidade e prover um atendimento rápido, eficiente e de excelência para Corretores, Assessorias e Clientes. Esses serviços estão disponíveis em plataformas como Portal de Autoatendimento, SuperApp do Cliente/Corretor, WhatsApp, Facebook Messenger e *chat online* dotado de Inteligência Artificial. Os canais já estão consolidados e têm contribuído para que os públicos de relacionamento da Seguradora encontrem o que precisam em um único contato.

Nesse sentido, com o objetivo de aprimorar a Jornada do Cliente, a Companhia lançou em julho a integração da Assistência 24 horas dos Seguros Automóvel e Patrimonial para todo território nacional, possibilitando ao Cliente abrir, acompanhar e cancelar uma Assistência 24 horas por meio de uma nova aplicação que conecta desde o WhatsApp, SuperApp, Chat, Instagram, Messenger, entre outros canais de atendimento.

Por meio de automatização e investimento em tecnologia, a Tokio Marine reduziu em 60% o tempo de indenizações integrais de sinistros de automóvel em casos de Indenização Integral (Perda Total, Colisão/Enchente, Roubo ou Furto). O Projeto 72h, a iniciativa pioneira no mercado brasileiro, cobre toda frota segurada pela Companhia e tem como objetivo pagar os Clientes de sinistros rapidamente em até três dias.

Ainda em 2024, a Companhia anunciou o lançamento do SuperApp Corretor, que tem como objetivo ser um agregador de serviços para facilitar o acesso e permitir que as demandas dos parceiros sejam resolvidas em um só canal. Com o aplicativo, é possível administrar e gerenciar os pagamentos; conferir propostas e endossos; registrar e acompanhar sinistros; abrir chamados de Assistência 24 horas; consultar renovações e fazer cotações de todos os produtos.

Ao mesmo tempo em que desenvolve uma série de serviços digitais, a Companhia mantém uma equipe interna de atendimento no *Contact Center*, chamados de Agentes de Relacionamento. A missão dessa equipe é proporcionar um serviço de excelência no atendimento aos Clientes e Parceiros de Negócios. A Seguradora investe permanentemente na área, com aperfeiçoamento profissional destes Colaboradores, planos de carreira e programas de treinamento.

Em reconhecimento a este trabalho, a Companhia foi escolhida, por voto popular, como a Melhor Seguradora – Ramos Gerais pelo Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente nos anos de 2020, 2021, 2023 e 2024.

ESG – Environmental, Social and Governance

Social

Em 2024, diante dos eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul, a Tokio Marine priorizou o atendimento no *Contact Center* e dedicou uma equipe para acionamento e monitoramento dos casos; manteve contato ativo para abertura de sinistros no caso de acionamento de assistências; simplificou os processos de análise dos sinistros e disponibilizou tratamento prioritário por meio de vistorias por imagem (quando viável) e deslocou equipes *in loco* para facilitar os atendimentos, entre outras medidas.

Além do atendimento emergencial, a Companhia concentrou esforços para apoiar seus Colaboradores, Corretores, Clientes e a Comunidade, adotando uma série de medidas para prestar auxílio às vítimas afetadas pelas ocorrências. No caso do Rio Grande do Sul, atingido por grandes enchentes, a Companhia realizou a doação de oito toneladas de alimentos e itens de limpeza à Defesa Civil do estado, além de promover, junto aos Colaboradores nos escritórios administrativos em São Paulo, a coleta de doações e disponibilizar o espaço do Tokio Marine Hall como ponto de coleta dos itens.

Durante o ano, a Companhia também realizou doações de alimentos e itens de higiene para outras regiões do País afetadas por fenômenos climáticos. Considerando as doações realizadas para auxiliar todos os locais afetados nesse período, a Seguradora doou mais de 21 toneladas de alimentos e itens de limpeza e higiene pessoal em 2024.

Além das ações humanitárias mencionadas, a Tokio Marine promoveu a quarta edição do Sementes do Brasil, programa educacional que oferece oportunidades de capacitação para jovens entre 16 e 17 anos em situação de vulnerabilidade social, facilitando o seu ingresso no mercado de trabalho. Em 2024, o programa contou com quatro categorias: Lótus, com o intuito de prestar assistência e capacitação profissional a mães adolescentes para ingressarem em vagas de *Contact Center*; LED e Tech, onde a Companhia promove capacitação de jovens por meio do patrocínio de cursos de Administração e Tecnologia em parceria com a CEAP (Centro Educacional Assistencial Profissionalizante) e a FIAP (Faculdade de Informática e Administração Paulista), respectivamente; e Aprendizagem, que tem como objetivo formar jovens do SAICAS (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes) em competências socioemocionais.

Apoio à AACD

Com o objetivo de ajudar a construir uma sociedade mais justa e igualitária para pessoas com deficiência física, em outubro, pelo 13º ano consecutivo, a Tokio Marine anunciou doação ao Teleton, uma das principais maratonas solidárias da televisão brasileira em prol da arrecadação de recursos para a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD).

Ambiental

Em setembro, empenhada com o cumprimento de práticas ESG (*Environmental, Social e Governance*), a Tokio Marine conquistou o Selo Ouro do inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHG). O reconhecimento indica que a Companhia cumpriu uma série de critérios rigorosos com precisão, confiabilidade dos dados e gerenciamento das emissões.

Já em outubro, a Tokio Marine divulgou, em seu *site* institucional, o Relatório de Sustentabilidade referente ao ano de 2023. O documento reúne as principais realizações e os compromissos estabelecidos pela Companhia de acordo com a agenda ESG ao longo do ano e evidencia avanços significativos nessas áreas.

O relatório foi desenvolvido com base nos padrões e nas normas internacionais do *Global Reporting Initiative* (GRI), que preza por um alto nível de qualidade no reporte de dados e ações e sua publicação veio de uma ação espontânea da Seguradora, um ano antes da obrigatoriedade da publicação de dados relativos à sustentabilidade estabelecida pela Circular SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) nº 666/2022.

Governança

A Governança Corporativa da Tokio Marine inclui estruturas e práticas que garantem a boa gestão da Companhia, com foco em transparência, responsabilidade e ética nos negócios. Nesse sentido, a Seguradora possui definição clara de papéis e responsabilidades, incluindo as funções dos Órgãos de Administração (Conselho de Administração, Diretoria Executiva) e Auditoria, e divulga informações claras e precisas sobre sua situação financeira, políticas e práticas de gestão.

Conformidade com Códigos e Normas

A Companhia orienta o comportamento e o padrão ético de suas atividades e relações por meio de um Código de Conduta Ética. Esse Código é fundamentado em disposições legais nacionais e internacionais, além de boas práticas de governança adotadas pelo Grupo Tokio Marine em todo o mundo. O documento estabelece os princípios que guiam a conduta de todos os Colaboradores, abrangendo suas interações com Clientes, Parceiros de Negócios, Prestadores de Serviços, Fornecedores, Órgãos de Classe, Instituições e Órgãos Públicos em geral.

A Seguradora ainda conta com um conjunto de políticas e normas internas que são parte integrante da estratégia de fortalecer as práticas de governança e garantir a transparência e a integridade das suas operações. Tais políticas, incluindo a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e a Política Antitruste, visam orientar a gestão dos riscos e devem ser observados por todos os Colaboradores e membros dos Órgãos de Administração.

Em 2024, a Companhia reafirmou seu compromisso com a governança corporativa responsável e com as melhores práticas de mercado ao lançar a Política de Direitos Humanos, reforçando sua adesão aos princípios globais de ética e conformidade.

Cultura de Riscos

A Tokio Marine entende que uma cultura de riscos sólida é essencial para o desempenho sustentável da Companhia, pois ela cria um ambiente onde a gestão dos riscos se torna parte integrante da tomada de decisões e da estratégia organizacional. A Seguradora acredita que seus maiores recursos são as Pessoas e, para promover e incentivar uma cultura forte de risco, investe em treinamentos contínuos buscando alinhamento aos seus valores e a disseminação de boas práticas.

Em 2024, a Companhia promoveu a 12ª Semana de Governança de Riscos, com palestras e treinamentos diversos sobre temas que envolvem riscos relevantes aos seus negócios. A Seguradora desenvolveu também um indicador de Cultura de Riscos, contribuindo para um ambiente de risco consistente, com maior prevenção e assertividade nas ações necessárias.

Certificado do Instituto dos Auditores Internos do Brasil

Em novembro, a Tokio Marine concluiu a Avaliação Externa (Norma 1312) do Programa de Garantia de Qualidade e Melhoria (Norma 1300) realizada por uma equipe de avaliadores externos do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil). A Avaliação Externa compreende as normas individuais, atividades de auditoria, requisitos e principais categorias das Normas (Atributos e Desempenho) e os elementos do Código de Ética (tanto Princípios quanto Regras de Conduta). Dentro dos níveis aplicados, o resultado foi de Conformidade Geral, possibilitando a Auditoria Interna usar a frase: **"Em conformidade com as Normas Internacionais para a prática Profissional de Auditoria Interna"** (Norma 1321).

Clima Organizacional

A Gestão de Pessoas na Tokio Marine está estruturada em três pilares: Diversidade – construção e manutenção de uma empresa diversa e um local no qual as pessoas se sintam bem em trabalhar sendo elas mesmas; Inovação – que considera a tecnologia como aliada para a digitalização dos processos, possibilitando que os Recursos Humanos sejam mais voltados para questões estratégicas, como novas iniciativas e ações com os "Resolvedores"; e Protagonismo – estimular uma atitude proativa de resolução das situações, objetivando a satisfação dos Colaboradores, Clientes, Corretores e Comunidade (#EuResolvo).

Em setembro, como resultado de seu empenho em promover um ambiente corporativo inclusivo e empático para os seus mais de 2,4 mil Colaboradores em todo país, a Companhia foi reconhecida, pelo quarto ano, como a melhor Seguradora para trabalhar no setor financeiro pelo *ranking* Melhores Empresas para Trabalhar – Instituições Financeiras 2024. A Seguradora foi eleita também como a 2ª Melhor Empresa para Trabalhar no Brasil pela edição nacional do *Great Place to Work*, na categoria de 1.000 até 9.999 funcionários. Essa foi a 12ª vez consecutiva que a Tokio Marine entra no *ranking* das 150 Melhores Empresas para Trabalhar e o 7º ano que fica entre as *Top 5*.

Ainda no primeiro semestre do ano, a Companhia foi premiada em quatro categorias do *ranking* de Diversidade GPTW Brasil: Mulher, Étnico-racial, LGBTQIAPN+ e 50+, o que evidencia o trabalho da Companhia para construir cada vez mais um ambiente corporativo, acolhedor e inclusivo.

Marca e Reputação

Em julho, a Companhia patrocinou o 27º Festival das Cerejeiras Bunkyo Sakura Matsuri, tradicional celebração da cultura japonesa que acontece há mais de duas décadas no Brasil, na cidade de São Roque, interior de São Paulo, para comemorar os 65 anos da Seguradora no Brasil. Na ocasião, foi inaugurado o Bosque Tokio Marine, no qual foram plantadas por Colaboradores da Companhia, 65 mudas de cerejeiras. O plantio marcou a terceira edição do RefloresTokio, ação de voluntariado pela qual representantes de diferentes áreas e cargos semeiam árvores nativas a fim de contribuir para a revitalização do meio ambiente.

E em continuidade ao processo de posicionar sua marca nacionalmente, a Tokio Marine contou, pelo segundo ano consecutivo, com a imagem do piloto Felipe Massa em filmes e peças exibidos em mídias *off* e *online* e, pela primeira vez, de forma massiva em TV nacional aberta. Como forma de gerar identificação entre a Tokio Marine e o Tokio Marine Hall e trazer mais consistência ao posicionamento da marca, a Seguradora também fez diversas ativações de marca nas dependências da casa de shows, como adesivação, e ações promocionais, a exemplo de concursos culturais.

- Projetos incentivados

Em agosto, a Seguradora promoveu a segunda edição do Prêmio de Música Instrumental Tokio Marine Hall com o objetivo de democratizar o acesso do público à arte e à cultura e dar exposição aos grandes talentos da música brasileira que ainda não são tão conhecidos pelo público geral. A iniciativa foi realizada em parceria com o Grupo Tom Brasil e realizada nas dependências do Tokio Marine Hall.

Durante o ano, a Seguradora ainda deu continuidade ao projeto Palco Novos Talentos, com a finalidade de promover, fomentar e dar visibilidade a novos artistas. A Companhia ainda anunciou, pelo segundo ano consecutivo, o apoio à CO-LEAGUE, iniciativa que visa impulsionar a trajetória de jovens atletas femininas no País, atuando como um *hub* de conexões na comunidade do voleibol juvenil.

Além disso, patrocinou 12 corridas de rua pelo País, dentre elas o Circuito das Estações, Meia Maratona de Sampa, Eco *Run* e a corrida proprietária Movimento Vida Saudável, cujo objetivo é incentivar a promoção da saúde e qualidade de vida por meio de atividades físicas, além de proporcionar um momento de descontração entre os executivos da Companhia e seus Parceiros de Negócios.

Rating Moody´s Local

Em 2024, pelo segundo ano consecutivo, a Tokio Marine recebeu a nota máxima, AAA.br, com perspectiva estável, da agência de classificação de risco Moody's Local. Fatores como solidez financeira e forte trabalho interno de Governança Corporativa foram considerados diferenciais na avaliação da agência de crédito para a manutenção do patamar mais alto da escala de *rating* para a Seguradora.

Na análise, a Moody´s reconheceu que o forte suporte da Tokio Marine Holdings às ações da unidade de negócios brasileira contribui para a consolidação da atuação da Seguradora no País e salientou outros pontos considerados positivos como: grau de exposição a resseguradoras muito baixo e em patamares adequados à capitalização; competitividade da Tokio Marine no setor de Seguros Gerais; baixo índice de despesas de subscrição e alta rentabilidade.

Política de Distribuição de Dividendos

Conforme disposto no Estatuto Social, os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício.

Reconhecimento

A Tokio Marine Seguradora S.A. exalta e agradece a atuação de seus Colaboradores, Corretores e Assessorias pela dedicação, comprometimento e relacionamento. Reconhece ainda seus Clientes e Acionistas pela confiança; e os Órgãos Reguladores pela forma competente e correta com que se relacionam com a Seguradora.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

A Administração

(Continua)

Eufrázio







Chegou o Relatório de Desempenho da Tokio Marine 2024

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - *(Em Reais Mil)*

ATIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		**13.318.487**	**11.925.421**
DISPONÍVEL		**87.971**	**46.688**
Caixa e bancos		87.971	46.688
EQUIVALENTE DE CAIXA	6	**100.366**	-
APLICAÇÕES	7	**1.408.873**	**2.256.854**
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		**5.337.536**	**4.677.232**
Prêmios a receber	8.1	4.986.835	4.445.180
Operações com seguradoras		70.800	58.969
Operações com resseguradoras	8.2.1	279.901	173.083
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	8.3	**834.315**	**650.524**
ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO	9	**3.789.529**	**2.761.589**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		**314.215**	**326.623**
Títulos e créditos a receber	10.1	208.687	187.839
Créditos tributários e previdenciários	11.1	96.161	125.287
Outros créditos		9.367	13.497
OUTROS VALORES E BENS	12	**215.658**	**171.386**
Bens à venda	12.3	148.411	96.642
Outros valores		67.247	74.744
DESPESAS ANTECIPADAS		**24.598**	**20.382**
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	13	**1.205.426**	**1.014.143**
Seguros		1.205.426	1.014.143
NÃO CIRCULANTE		**9.486.974**	**8.197.822**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**7.829.664**	**6.534.726**
APLICAÇÕES	7	**5.247.223**	**4.308.630**
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		**259.784**	**266.549**
Prêmios a receber	8.1	257.799	265.296
Operações com seguradoras		1.985	1.253
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	8.3	**10**	-
ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO	9	**611.422**	**542.505**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		**1.573.587**	**1.302.199**
Títulos e créditos a receber	10.1	39.905	9.711
Créditos tributários e previdenciários	11.1	552.850	357.115
Depósitos judiciais e fiscais	14	980.832	935.373
OUTROS VALORES E BENS	12	**32.415**	**38.228**
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	13	**105.223**	**76.615**
Seguros		105.223	76.615
INVESTIMENTOS	15	**1.582.952**	**1.589.589**
Participações societárias		1.582.952	1.589.589
IMOBILIZADO	16	**48.859**	**46.603**
Imóveis de uso próprio		9.349	9.349
Bens móveis		32.527	30.116
Outras imobilizações		6.983	7.138
INTANGÍVEL	17	**25.499**	**26.904**
Outros intangíveis		25.499	26.904
TOTAL DO ATIVO		**22.805.461**	**20.123.243**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		**14.669.470**	**12.622.011**
CONTAS A PAGAR		**990.262**	**980.326**
Obrigações a pagar	18.1	533.912	539.831
Impostos e encargos sociais a recolher	18.3	348.463	325.834
Encargos trabalhistas		36.907	34.803
Impostos e contribuições	11.1.1	68.876	77.678
Outras contas a pagar		2.104	2.180
DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		**2.700.822**	**2.320.210**
Prêmios a restituir		12.051	11.199
Operações com seguradoras		186.264	234.013
Operações com resseguradoras	8.2.4	1.588.158	1.306.708
Corretores de seguros e resseguros	8.4	820.062	692.810
Outros débitos operacionais	8.5	94.287	75.480
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	19	**36.559**	**45.276**
PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS	20.1	**10.933.655**	**9.268.798**
Danos		10.698.583	9.033.351
Pessoas		182.882	188.849
Vida individual		52.190	46.598
OUTROS DÉBITOS		**8.172**	**7.401**
Débitos diversos	3.9	8.172	7.401
NÃO CIRCULANTE		**2.909.579**	**2.491.525**
CONTAS A PAGAR		**23.250**	**33.054**
Obrigações a pagar	18.1	23.250	33.054
DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		**91.234**	**99.282**
Operações com seguradoras		19.217	55.314
Operações com resseguradoras	8.2.4	26.462	19.188
Corretores de seguros e resseguros	8.4	42.806	23.150
Outros débitos operacionais	8.5	2.749	1.630
PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS	20.1	**1.793.458**	**1.384.330**
Danos		1.668.312	1.275.922
Pessoas		84.744	68.609
Vida individual		40.402	39.799
OUTROS DÉBITOS		**973.545**	**941.978**
Provisões judiciais	21	973.545	941.978
DÉBITOS DIVERSOS	3.9	**28.092**	**32.881**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**5.226.412**	**5.009.707**
Capital social	22.1	2.373.780	2.373.780
Reservas de lucros	22.2	3.087.114	2.671.166
Ajuste de avaliação patrimonial		(234.482)	(35.239)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**22.805.461**	**20.123.243**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais Mil, exceto a quantidade de ações e o lucro líquido por ação)

	Nota	2024	2023
Prêmios emitidos	25	13.440.271	12.146.736
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(1.030.673)	(888.795)
(=) PRÊMIOS GANHOS	26.1	**12.409.598**	**11.257.941**
(-) Sinistros ocorridos	26.2	(6.788.004)	(5.462.996)
(-) Custos de aquisição	26.3	(2.650.666)	(2.328.835)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	27	(173.111)	(169.977)
(+/-) Resultado com resseguro	28	(462.995)	(870.051)
(+) Receita com resseguro		1.179.661	566.110
(-) Despesa com resseguro		(1.673.635)	(1.450.038)
(+/-) Outros resultados com resseguro		30.979	13.877
(-) Despesas administrativas	29	(775.827)	(738.909)
(-) Despesas com tributos	30	(355.574)	(339.501)
(+/-) Resultado financeiro	31	666.227	576.221
(+/-) Resultado patrimonial	32	136.951	109.881
(=) RESULTADO OPERACIONAL		**2.006.599**	**2.033.774**
(+/-) Ganhos / (Perdas) com ativos não correntes		1.004	1.020
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**2.007.603**	**2.034.794**
(-) Imposto de renda	11.3	(339.924)	(359.673)
(-) Contribuição social	11.3	(211.746)	(222.201)
(-) Participações sobre o lucro		(99.809)	(93.320)
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.356.124**	**1.359.600**
(/) Quantidade de ações		4.303	4.303
(=) Lucro líquido por ação		**315.157,89**	**315.965,23**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais Mil)

	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.356.124**	**1.359.600**
ITENS QUE SUBSEQUENTEMENTE SERÃO TRANSFERIDOS PARA O RESULTADO (RECICLÁVEIS)	**(199.243)**	**76.176**
Ajustes de avaliação patrimonial – Ativos classificados como valor justo sobre outros resultados abrangentes	(344.080)	142.057
Efeitos tributários sobre o resultado abrangente – Ativos classificados como valor justo sobre outros resultados abrangentes	137.732	(56.809)
Ajuste de avaliação patrimonial – Benefícios pós-emprego	11.842	(15.120)
Efeitos tributários sobre o resultado abrangente – Benefícios pós-emprego	(4.737)	6.048
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE EFEITOS TRIBUTÁRIOS	**1.156.881**	**1.435.776**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais Mil)

	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.356.124**	**1.359.600**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	22.071	23.954
Perda / (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(1.217)	18.947
(Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(1.004)	(1.020)
Resultado de equivalência patrimonial	(136.919)	(109.654)
Outros ajustes	(311.403)	(274.182)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(645.980)	(1.551.179)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(683.298)	(1.020.299)
Ativos de resseguro	(1.096.857)	(133.783)
Créditos fiscais e previdenciários	(166.609)	(46.614)
Depósitos judiciais e fiscais	(45.459)	(51.635)
Despesas antecipadas	(4.216)	(11.347)
Custos de aquisição diferidos	(219.891)	(164.981)
Outros ativos	(266.322)	(172.792)
Impostos e contribuições	580.222	804.417
Outras contas a pagar	264.177	337.895
Débitos de operações com seguros e resseguros	372.564	584.696
Depósitos de terceiros	(8.717)	6.693
Provisões técnicas – seguros	2.073.985	890.354
Provisões judiciais	32.339	60.872
Outros passivos	(4.791)	(4.137)
Caixa gerado pelas operações	**1.108.799**	**545.805**
Juros recebidos	395.644	186.418
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	132.164	97.101
Impostos sobre o lucro pagos	(532.139)	(650.062)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.104.468**	**179.262**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	**2.051**	**4.289**
Investimentos	-	211
Imobilizado	1.989	1.821
Intangível	62	2.257
Pagamento pela compra:	**(23.969)**	**(28.754)**
Imobilizado	(16.684)	(21.245)
Intangível	(7.285)	(7.509)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(21.918)**	**(24.465)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(940.901)	(258.480)
Outros	-	29
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(940.901)**	**(258.451)**
AUMENTO / (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**141.649**	**(103.654)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46.688	150.342
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	188.337	46.688

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Continua)







Chegou o Relatório de Desempenho da Tokio Marine 2024

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - *(Em Reais Mil), exceto os juros sobre o capital próprio por ação*

		Reserva de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**2.373.780**	**161.253**	**1.492.690**	**(111.415)**	**(29)**	**-**	**3.916.279**
RESERVA ESTATUTÁRIA							
Distribuição de dividendos	-	-	(17.262)	-	-	-	(17.262)
Grupamento de ações (Nota 21.2 b)	-	-	(2.180)	-	-	-	(2.180)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES							
Ajustes com títulos e valores mobiliários e outros	-	-	-	76.176	-	-	76.176
AÇÕES EM TESOURARIA							
Cancelamento das ações em tesouraria em AGOE de 31/03/2023	-	-	(29)	-	29	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	1.359.600	1.359.600
PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DOS LUCROS							
Reserva legal	-	67.980	-	-	-	(67.980)	-
Reserva estatutária	-	-	968.714	-	-	(968.714)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(48.752)	(48.752)
Juros sobre capital próprio (R$ 63.712,16 por ação)	-	-	-	-	-	(274.154)	(274.154)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**2.373.780**	**229.233**	**2.441.933**	**(35.239)**	**-**	**-**	**5.009.707**
RESERVA ESTATUTÁRIA							
Distribuição de dividendos	-	-	(618.097)	-	-	-	(618.097)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES							
Ajustes com títulos e valores mobiliários e outros	-	-	-	(199.243)	-	-	(199.243)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	1.356.124	1.356.124
PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DOS LUCROS							
Reserva legal	-	67.806	-	-	-	(67.806)	-
Reserva estatutária	-	-	966.239	-	-	(966.239)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(10.676)	(10.676)
Juros sobre capital próprio (R$ 72.368,99 por ação)	-	-	-	-	-	(311.403)	(311.403)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**2.373.780**	**297.039**	**2.790.075**	**(234.482)**	**-**	**-**	**5.226.412**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - *(Em Reais Mil)*

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Tokio Marine Seguradora S.A. (doravante referida como "Tokio Marine" ou "Seguradora"), inscrita sob o CNPJ 33.164.021/0001-00, é uma sociedade por ações de capital fechado com sede em São Paulo, situada na Rua Sampaio Viana, nº 44. Está autorizada a operar em todos os seguros de ramos elementares e vida e atua em todas as regiões do País.

A Seguradora é controlada pela Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd. (TMNF), sediada no Japão, que detém 98,58% de seu capital. A TMNF é subsidiária integral da Tokio Marine Holdings, Inc. (TMHD), também com sede no Japão, a qual possui como principais acionistas The Master Trust Bank of Japan, Ltd. (Trust Account) e Custody Bank of Japan, Ltd. (Trust Account).

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2025.

2) BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Seguradora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estas práticas incluem os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela SUSEP através da Circular nº 648/2021, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Nova norma contábil ainda não referendada pela SUSEP:
- CPC 50 / IFRS 17 – Substitui o IFRS 4 sobre contratos de seguros, não referendada.

Novas normas contábeis com vigência em períodos futuros:
- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras.
- IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade.
- IFRS S2 – Requisitos de Divulgação Relacionados ao Clima.

Nova norma com início de vigência em 02/01/2024 pela SUSEP – Circular nº 678/2022 (altera Circular nº 648/2021):
- Adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros Nota 3.3.1.

O CPC 48 – Instrumentos Financeiros, correspondente ao IFRS 9, foi emitido em dezembro de 2016. O referido normativo veio como substituto do CPC 38, que tratou o tema até então. Desse modo, a SUSEP recepcionou em seu arcabouço regulatório o CPC 48, a partir de janeiro de 2024 como forma de conceder prazo adequado de adaptação às supervisionadas.

3) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional apresentada nas demonstrações financeiras da Seguradora é o Real e as informações estão divulgadas em milhares de reais (R$).

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Seguradora, utilizando-se as taxas de câmbio das datas das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período.

3.2) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o numerário em caixa e os depósitos bancários e aplicações financeiras, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, contados a partir da data de aquisição do título e que possuam alta liquidez e insignificante risco de mudança de valor.

3.3) Ativos financeiros – mensuração e classificação

3.3.1) Adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Enquanto pelo CPC 38, a classificação do ativo financeiro e, consequentemente, sua mensuração e seu reflexo no resultado do exercício, dependem exclusivamente da intenção da Seguradora, pelo CPC 48, a classificação dos ativos financeiros advém de uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios para a gestão desses ativos. Altera-se também a nomenclatura das classificações aplicáveis, passando a ser mensurado a custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR).

A Tokio Marine Seguradora, durante a vigência do CPC 38, já realizava a análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios para a gestão e classificação dos seus ativos, sendo assim, para adoção do CPC 48, não foi necessária a reclassificação dos ativos.

Os valores de Redução ao Valor Recuperável requeridos pela nova norma foram avaliados e devidamente registrados, não gerando impactos representativos o qual será detalhado na Nota 3.4.b

3.3.2) Mensuração e classificação

Os ativos financeiros, no reconhecimento inicial, são classificados com base em uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais do ativo, e do modelo de negócios para a gestão desses ativos, nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ativos financeiros ao custo amortizado (CA).

Na data do reconhecimento inicial, e de acordo com a classificação alinhada com o modelo de negócio, os ativos seguem o método de mensuração e a forma de reconhecimento de ganhos ou perdas descrito abaixo:

(a) Ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros, o qual a nomenclatura passa de "negociação" para "valor justo por meio do resultado (VJR)", tem a finalidade e estratégia de negociação ativa, não exclusivamente para receber fluxos de caixa contratuais ou negociar. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado.

São classificados no circulante independentemente do seu prazo de vencimento.

(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Os ativos financeiros, o qual a nomenclatura passa de "disponíveis para venda" para "valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)", são registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, sendo os ajustes apresentados na demonstração do resultado abrangente, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.

(c) Ativos financeiros ao custo amortizado (recebíveis)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis. Os recebíveis da Seguradora compreendem "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "Títulos e créditos a receber".

(d) Determinação do valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é determinado com base em cotações publicadas observadas em mercados ativos.

O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado por meio de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referências ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem regularmente disponíveis a partir de informações divulgadas por bolsas de valores (como a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), distribuidor, corretor, serviços de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorrerem regularmente em bases puramente comerciais.

Estes instrumentos compreendem:
- Fundos de investimento avaliados pelo valor da quota, informados pelos administradores dos fundos na data do balanço;
- Títulos públicos classificados na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" com valor de mercado calculado com base no Preço Unitário de Mercado na data do balanço, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA);
- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1);
- Títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável (Nível 2); e
- Aplicações em títulos da dívida externa brasileira negociados no mercado norte-americano.

3.4) *Impairment* (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros

Em 2 de janeiro de 2024, passou a vigorar a Circular SUSEP nº 678/2022 que descreve os procedimentos mínimos a serem observados para a análise e reconhecimento de ajustes de *impairment* de ativos financeiros e não financeiros.

Os requisitos de redução ao valor recuperável requerem o reconhecimento das perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O CPC 48 prevê duas abordagens para avaliar e mensurar a redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

- **A abordagem simplificada**
  A constituição da provisão para perda ao valor recuperável desses créditos pode ser constituída a partir da experiência de perda histórica, utilizando os agrupamentos desses ativos.
- **Modelo de três estágios**
  No primeiro estágio, estão os ativos financeiros que não sofreram aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A redução ao valor recuperável desse ativo é constituída com base na probabilidade de ocorrência de perdas de crédito para os próximos doze meses.
  No segundo estágio, o risco de crédito relacionado ao ativo financeiro apresenta um aumento significativamente de risco desde o reconhecimento inicial, mas ainda não houve a ocorrência de um evento de perda. Nesse caso, a redução ao valor recuperável desse ativo é constituída com base na probabilidade de ocorrência das perdas de crédito para toda a vida do ativo financeiro.
  Enfim, no terceiro estágio, já houve a ocorrência de pelo menos um episódio de perda para aquele ativo financeiro. O cálculo da redução ao valor recuperável do ativo é igual ao do segundo estágio, mas a receita financeira é reconhecida somente para o ativo líquido de redução ao valor recuperável.

A Tokio Marine atualizou o estudo técnico sobre redução ao valor recuperável de ativos financeiros atendendo aos requisitos do CPC 48, respeitando as diretrizes presentes na Circular nº 678/22 e Manual de Contabilidade SUSEP.

A aplicação não gerou impacto significativo e os valores correspondentes às reduções ao valor recuperável constituídos são apresentadas nas notas explicativas dos ativos.

A Administração da Seguradora considera que um instrumento financeiro não sofreu um aumento significativo de risco de crédito quando este é classificado com *rating* em escala global igual ou maior a "B".

Informamos que não há instrumento financeiro ou *rating* de resseguradoras com escala global menor que "B" nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

Abaixo estão descritos os procedimentos utilizados para análise e constituição de ajuste por *impairment* para cada classe de ativos.

(a) Ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Conforme descrito no CPC 48, não deve ser constituído ajuste de *impairment* para ativos classificados nessa categoria.

(b) Ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Os ativos classificados nesta categoria têm ajuste de *impairment* constituído no momento de seu reconhecimento inicial, visto a análise baseada na capacidade futura de pagamentos de cada devedor. Tal análise é elaborada levando em consideração os *ratings* e percentuais de perda esperada atribuídos por agências classificadoras de risco para cada devedor.

Adicionalmente, conforme CPC 48, os ajustes de *impairment* dos itens classificados nessa categoria devem ser reconhecidos em outros resultados abrangentes e não deve reduzir o valor contábil do ativo financeiro no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor calculado e registrado em outros resultados abrangentes é de R$ 249.

(c) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (CA)

Para os ativos classificados nessa categoria, em seu reconhecimento inicial, é realizado o ajuste por *impairment* baseado em estudo técnico que visa prever perdas futuras esperadas. Havendo evidências objetivas de perda por *impairment*, é efetuado um agravo no valor deste ajuste por *impairment*, decorrente de estudo técnico baseado em perdas históricas incorridas.

(d) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são testados anualmente para assegurar-se de que são recuperáveis. Os ativos de investimentos em participações societárias, sobre as quais a Tokio Marine detém controle ou influência significativa, são ajustados mensalmente através de equivalência patrimonial, utilizando como base o valor do patrimônio líquido das companhias em cada data-base.

Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo é superior ao seu valor recuperável por meio da venda ou uso. Esta perda será revertida se houver mudanças nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e a reversão dá-se somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.5) Avaliação de contratos de resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradoras por sinistros e pela parcela proporcional das provisões técnicas (PPNG, PSL, IBNR, IBNER e PDR) de contratos de seguro objeto de operações de resseguro, sendo avaliados consistentemente com os saldos de passivos que foram objeto de resseguro, conforme os termos e as condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradoras são compostos, substancialmente, por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro líquidos de comissões.

3.6) Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição sobre prêmios emitidos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices. Os custos de angariação de seguros são amortizados de acordo com o prazo médio de permanência do contrato.

3.7) Ativos intangíveis

(a) Licenças de uso de *softwares* adquiridas

As licenças de *softwares* adquiridas para uso são capitalizadas com base nos custos incorridos para aquisição, customização e implantação. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

(b) Canais para comercialização de seguros

A Seguradora é parte em contratos que asseguram a exclusividade a canais de comercialização de seguros. Os custos desses direitos são registrados no ativo intangível e apropriados para o resultado ao longo do prazo de vigência contratual.

(Continua)

Eufrázio









Chegou o Relatório de Desempenho da Tokio Marine 2024

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - *(Em Reais Mil)*

3.8) Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso (terrenos e edificações), Bens móveis de uso (equipamentos, móveis, máquinas, utensílios e veículos) e Outros (benfeitorias em imóveis de terceiros e outros), utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso próprio é avaliado ao custo, reduzido por depreciação acumulada calculada de acordo com a vida útil dos ativos. O *software* adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte desse equipamento.

Após estudo da vida útil dos ativos, concluiu-se que as taxas de depreciação utilizadas não diferem, substancialmente, daquelas preconizadas pela legislação fiscal vigente.

3.9) Contratos de arrendamento

A Seguradora utilizou no cálculo abaixo uma taxa incremental estimada para obtenção de financiamento:

	2023	Depreciação	Pagamentos	Apropriação de juros	Reestimativa de contratos	2024
Ativo de uso de longo prazo	**36.528**	**(9.143)**	**-**	**-**	**3.721**	**31.106**
Ativo de direito de uso - imóveis	34.447	(8.305)	-	-	2.871	29.013
Ativo de direito de uso - custo de desmontagem	2.081	(838)	-	-	850	2.093
Total de ativos de direito de uso (Nota 12)	**36.528**	**(9.143)**	**-**	**-**	**3.721**	**31.106**
Passivos de arrendamento de curto prazo	**7.401**	**-**	**(345)**	**999**	**117**	**8.172**
Arrendamento a pagar	11.901	-	(345)	-	530	12.086
Juros arrendamento a apropriar	(4.500)	-	-	999	(413)	(3.914)
Passivos de arrendamento de longo prazo	**32.881**	**-**	**(11.125)**	**3.575**	**2.761**	**28.092**
Arrendamento a pagar	41.649	-	(11.125)	-	2.997	33.521
Juros arrendamento a apropriar	(8.768)	-	-	3.575	(236)	(5.429)
Total de passivo de arrendamento	**40.282**	**-**	**(11.470)**	**4.574**	**2.878**	**36.264**

	2022	Depreciação	Pagamentos	Apropriação de juros	Reestimativa de contratos	2023
Ativo de uso de longo prazo	**42.602**	**(4.649)**	**(667)**	**(249)**	**(509)**	**36.528**
Ativo de direito de uso - imóveis	39.886	(4.649)	-	-	(790)	34.447
Ativo de direito de uso - custo de desmontagem	2.716	-	(667)	(249)	281	2.081
Total de ativos de direito de uso (Nota 12)	**42.602**	**(4.649)**	**(667)**	**(249)**	**(509)**	**36.528**
Passivos de arrendamento de curto prazo	**6.482**	**-**	**202**	**(692)**	**1.409**	**7.401**
Arrendamento a pagar	11.566	-	(969)	291	1.013	11.901
Juros arrendamento a apropriar	(5.084)	-	1.171	(983)	396	(4.500)
Passivos de arrendamento de longo prazo	**37.016**	**-**	**-**	**(4.136)**	**1**	**32.881**
Arrendamento a pagar	49.274	-	-	(7.626)	1	41.649
Juros arrendamento a apropriar	(12.258)	-	-	3.490	-	(8.768)
Total de passivo de arrendamento	**43.498**	**-**	**202**	**(4.828)**	**1.410**	**40.282**

3.10) Outros valores e bens – Bens à venda

Trata-se basicamente de bens recuperados em conexão com o pagamento de indenizações de seguros (salvados) e que se destinam à venda. Mensalmente estes ativos são avaliados e registrados ao seu valor estimado de realização.

3.11) Contratos de seguro e contrato de investimentos – Classificação

De acordo com as determinações contidas no CPC 11 - Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Seguradora procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguros".

Os contratos de resseguros são classificados como "Contrato de Seguros", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros.

Os contratos de investimentos são aqueles que não transferem riscos significativos de seguro. A Seguradora não identificou este tipo de contrato na data do balanço.

3.12) Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros

3.12.1) Passivos de contratos de seguros

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, se aplicável, de encargos, variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões técnicas descritas a seguir são calculadas com base em metodologias estatísticas e/ou atuariais e seus critérios, premissas e formulações estão detalhados em Nota Técnica Atuarial.

Seguros de Ramos Elementares, Vida em Grupo e Vida Individual sob o regime financeiro de repartição simples

(i) A Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG é calculada pelo método *pro rata die*, com base nos prêmios emitidos objetivando reservar a parcela do prêmio correspondente ao período de risco ainda não decorrido, contado a partir da data-base de cálculo.

(ii) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes e Não Emitidos – PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos aos riscos assumidos pela Seguradora cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(iii) A Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL é constituída por estimativa com base nos valores a indenizar, quando do registro dos sinistros no sistema da Seguradora. Adicionalmente é constituído o Ajuste de IBNER, que tem como objetivo estimar os ajustes de valores que os sinistros já avisados sofrerão ao longo do processo de regulação. A apuração desse ajuste considera o desenvolvimento histórico dos sinistros a partir de triângulos de *run-off*. É constituído também o Ajuste de Salvados e Ressarcidos com base na expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos que estejam relacionados aos sinistros ocorridos e não liquidados, avisados ou não.

(iv) A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora e é calculada a partir do comportamento histórico observado entre a ocorrência e o aviso do sinistro.

(v) A Provisão de Despesas Relacionadas – PDR é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações e abrange tanto as despesas que podem ser individualmente relacionadas aos sinistros quanto àquelas que só podem ser atribuídas aos sinistros de forma agrupada.

Seguros de Vida Individual sob o regime financeiro de capitalização

A comercialização de seguros de Vida Individual sob o regime de capitalização deixou de ser realizada pela Seguradora em 2002, motivo pelo qual apenas um pequeno grupo de segurados permanece ativo.

O plano vigente consiste em um Seguro de Vida Inteira a prêmio único, em regime de Capitalização, com coberturas de morte ou invalidez do Titular, o que primeiro ocorrer, e de morte para o Cônjuge.

(a) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBAC representa o valor presente das obrigações assumidas com os participantes do plano do ramo de vida individual. A provisão é calculada considerando-se as tábuas de mortalidade e entrada em invalidez estabelecidas em contrato, juros técnicos de 6% a.a. e correção monetária com base no IGP-M.

(b) A Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL é constituída com base no Capital Segurado vigente na data de ocorrência do sinistro.

(c) A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora e é calculada a partir do comportamento histórico observado entre a ocorrência e o aviso do sinistro.

As demais provisões relacionadas aos Seguros de Vida Individual previstas na regulamentação em vigor não são aplicáveis, dadas as especificidades do grupo segurado.

3.12.2) Teste de adequação dos passivos (TAP) (*Liability Adequacy Test* (LAT))

Em cada data de balanço, a Seguradora elabora o Teste de Adequação de Passivos com o objetivo de verificar sua adequação às obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro vigentes na data de execução do teste, de acordo com o CPC 11 e com os critérios mínimos determinados pela Circular SUSEP nº 648/2021 e suas alterações.

O teste é elaborado com base em premissas atuais, realistas e não tendenciosas, as quais são aplicadas com o objetivo de produzir as melhores estimativas correntes para todos os fluxos de caixa futuros, incluindo-se as despesas administrativas, operacionais, de liquidação de sinistros, tributos e deduzindo-se os custos de aquisição. Retornos de investimentos e o adicional de fracionamento não são considerados enquanto as operações de resseguro compõem apenas os fluxos de prêmios / contribuições não registrados, conforme determina a legislação em vigor.

São ainda consideradas, quando pertinentes, as receitas decorrentes de salvados e ressarcimentos de terceiros como um fator redutor na execução do Teste de Adequação de Passivos.

Para determinação das estimativas correntes dos fluxos de caixa, os contratos são agrupados por similaridade, o que obedece ao padrão de gerenciamento estabelecido pela Seguradora, conforme detalhado na política contábil.

Nos contratos de Vida Individual, os fluxos de caixa de obrigações futuras são estimados com base na Tábua de Mortalidade BR-EMS m/f, conforme determina a regulamentação em vigor. Especificamente na operação sob o regime financeiro de capitalização, são consideradas a taxa de juros da contratação que é de 6% ao ano em adição à correção monetária pelo IGP-M.

Para os fluxos de caixa de sinistros ocorridos, as estimativas baseiam-se no método de desenvolvimento dos sinistros pagos alocados por trimestre de ocorrência em um período de 5 anos. Este método permite estimar o fluxo de pagamentos referente aos sinistros já ocorridos, mas ainda não pagos e das despesas alocáveis relacionadas a estes sinistros.

Nos ramos com característica de risco decorrido que compõem os fluxos de prêmios / contribuições não registrados, a Seguradora considera o histórico dos prêmios ganhos de cada contrato para apurar sua melhor estimativa de receita de prêmios em períodos posteriores à data-base de cálculo.

Já os fluxos de caixa de obrigações futuras de prêmios / contribuições registrados e não registrados são estimados com base na sinistralidade. Para determiná-la, a Seguradora verifica a média de sinistralidade observada por agrupamento em um período de 24 meses, do qual podem ser excluídos os extremos da série que não refletem adequadamente o comportamento futuro esperado. Para maior segurança estatística, é adicionada a esta média o desvio padrão da sinistralidade observada.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco – ETTJ, publicadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, considerando o cupom da curva de juros do indexador da obrigação prefixada para os riscos em moeda nacional (real) e o cupom da curva de juros do indexador cambial para os riscos em moeda estrangeira (dólar), à exceção dos fluxos de Vida Individual em regime de capitalização para os quais é considerado o indexador da obrigação IGP-M.

Caso seja identificada insuficiência no resultado parcial dos fluxos de prêmios / contribuições não registrados, de prêmios / contribuições registrados em regime de repartição simples abrangidos pela PPNG ou de prêmios/contribuições de benefício definido em regime de capitalização, a Seguradora reconhece a perda imediatamente, para o(s) respectivo(s) ramo(s) do(s) agrupamento(s) deficitário(s), na Provisão Complementar de Cobertura – PCC. Neste caso, a contrapartida do lançamento na PCC deverá considerar se a insuficiência se deu em decorrência de alteração no risco ou na taxa de juros. Sendo em decorrência de alteração no risco, a contrapartida será realizada no resultado do exercício. Já no caso de alteração na taxa de juros, a contrapartida será em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Para as demais despesas e/ou receitas não relacionadas aos fluxos citados no parágrafo anterior, em caso de insuficiência no resultado parcial dos fluxos, a Seguradora reconhece a perda imediatamente, para o(s) respectivo(s) ramo(s) do agrupamento(s) deficitário, na provisão técnica correspondente.

No exercício apresentado, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos e fluxos analisados.

3.13) Benefícios a empregados

A Seguradora é patrocinadora do plano de aposentadoria para seus funcionários, administrado pelo IAP – Itajubá Administração Previdenciária Ltda. (Entidade Fechada de Previdência Complementar), na modalidade de contribuição variável. As contribuições são realizadas de forma facultativa pelo participante através de contribuição normal, com contrapartida de 100% deste valor pela patrocinadora e outra parcela através de participação voluntária. A patrocinadora participa com a contribuição básica para salários acima de certo limite. Aos participantes eleitos, os benefícios por aposentadoria, por incapacidade e por morte, são pagos em parcelas mensais por prazo certo de 15 a 30 anos.

Outros benefícios de longo prazo, como continuidade no plano de assistência médica e seguro de vida na aposentadoria ou desligamento e provisão para gratificação por tempo de serviço denominada "Jubileu", têm seus passivos calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração hipóteses demográficas e econômicas para a determinação do custo do serviço corrente e do custo dos juros e encontram-se provisionados em outras obrigações (Nota 18.2).

A Seguradora possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários. Uma provisão estimada foi constituída para fazer face aos pagamentos dessa participação, sendo apresentada de forma destacada na Demonstração do Resultado. As demais provisões trabalhistas, tais como férias, 13º salário e outras, são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor, e registradas, segundo o regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários.

Demais benefícios de curto prazo concedidos aos empregados são planos de saúde e odontológico, alimentação e seguro de vida, os quais são registrados na medida em que são incorridos.

3.14) Outras provisões, ativos e passivos judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos judiciais são realizadas de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25.

A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As obrigações legais, processos judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais e o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável, sendo que os critérios para a determinação da probabilidade de perda na resolução final das ações e a quantificação dos prováveis desembolsos levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, assim como a jurisprudência predominante. As ações são consideradas e quantificadas individualmente.

Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 21) e para os processos cujo risco de perda é remota, não é requerida a provisão, bem como a divulgação nas demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não há ativos contingentes reconhecidos e/ou divulgados nestas demonstrações financeiras.

3.15) Políticas contábeis para reconhecimento de receita e despesa

3.15.1) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, bem como as receitas e despesas de prêmios e comissões relativas a responsabilidades repassadas para as resseguradoras, são contabilizados por ocasião de suas emissões e reconhecidos nas contas de resultado, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco.

As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados, conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial.

3.15.2) Receita de juros

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros (adicional de fracionamento) cobrados sobre os parcelamentos de prêmio de seguro são apropriados pelo recebimento das parcelas de prêmios de seguros.

3.15.3) Imposto de renda e contribuições

A despesa com imposto de renda e contribuição social é composta por dois itens: o corrente e o diferido. O corrente é o imposto a pagar ou a recuperar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. O diferido corresponde às diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados e consiste em provisões e despesas, que não são dedutíveis para fins fiscais, nos termos da legislação tributária, no mesmo período do registro contábil.

Os créditos decorrentes das diferenças tributárias são reconhecidos quando há expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras, conforme estudo técnico mantido pela Seguradora.

O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real tributável acima de R$ 240, e a Contribuição Social calculada à alíquota de 15%, conforme a legislação vigente.

As contribuições para o PIS e a COFINS são calculadas sobre as receitas de prêmios e receitas financeiras dos ativos financeiros vinculados à cobertura das reservas técnicas, às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

A Administração, em atendimento aos itens 88C e 88D do CPC 32, identificou que é afetada pela legislação do Pilar Dois e avaliou os possíveis impactos dos tributos sobre o lucro do Pilar Dois, concluindo que não haverá impacto relevante.

3.16) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, podendo ser pago em forma de juros sobre capital próprio ou dividendos. Os dividendos mínimos estabelecidos no Estatuto Social são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício social, no pressuposto de sua aprovação pelos acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas em Assembleia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação em vigor.

4) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS MATERIAIS E JULGAMENTOS

As estimativas contábeis materiais e os julgamentos são continuamente avaliados pela Administração e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

Os principais componentes em que a Administração exerce o julgamento e utiliza estimativas são:

- Contratos de seguros e investimentos (Nota 3.11);
- Ativos financeiros (Nota 3.3);
- Processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas (Notas 3.14 e 21);
- Créditos tributários (Notas 3.15.3 e 11);
- Provisões técnicas (Notas 3.12.1, 9 e 20);
- Débitos das operações de resseguros (Nota 8.2.4);
- Ressarcimentos e salvados estimados (Notas 10.4 e 12.4);
- Contratos de arrendamento (Nota 3.9);
- Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros (Nota 3.12); e
- *Impairment* (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros (Nota 3.4).

(Continua)







Chegou o Relatório de Desempenho da Tokio Marine 2024

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - *(Em Reais Mil)*

5) GESTÃO DE RISCOS ORIGINADOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONTRATOS DE SEGUROS

A Tokio Marine possui atividades coordenadas para identificar, avaliar, mensurar, tratar e monitorar os riscos, tendo por base a adequada compreensão dos tipos de risco, de suas características e interdependências, das fontes de riscos e de seu potencial impacto sobre o negócio. Sua estrutura organizacional contempla diversos Comitês e áreas focadas em auxiliar as suas primeiras linhas de defesa, assegurando o alcance dos objetivos estratégicos, operacionais e de conformidade legal, além da confiabilidade das informações financeiras.

A estratégia de gestão de riscos da Tokio Marine está integrada com a sua estratégia geral, no sentido da identificação de riscos com impacto significativo nos seus objetivos e de suas consequentes respostas. A Seguradora está exposta a uma série de riscos relacionados a sua atividade, incluindo os riscos de subscrição, mercado, crédito, operacional, liquidez e emergentes. A Tokio Marine atua fortemente para o adequado gerenciamento destes riscos por meio de metodologias, processos, políticas e controles.

Neste sentido, buscando fortalecer cada vez mais a gestão dos riscos, a Tokio Marine possui em sua estrutura, órgãos de assessoramento que reportam diretamente ao Conselho de Administração, visando auxiliar a supervisão da Estrutura de Gestão de Riscos, em especial o Comitê de Auditoria, que assumiu também as atribuições do Comitê de Riscos de que trata a norma relacionada em vigor, conforme faculdade prevista para companhias enquadradas no segmento S2. Ainda, alinhado às boas práticas de governança corporativa, a Tokio Marine possui um Comitê Executivo com função específica de assessoramento à Diretoria Executiva, o Comitê "*Enterprise Risk Management*" (ERM), sendo este um fórum para tratar das questões inerentes ao perfil e gestão dos riscos corporativos, assegurando aderência aos requerimentos legais e regulatórios.

5.1) Gestão de risco de seguro

Concentração de risco por região

Prêmios emitidos

Ramos agrupados	2024 Região Sudeste	2024 Região Sul	2024 Região Nordeste	2024 Região Centro-Oeste	2024 Região Norte	2024 Total	2023 Região Sudeste	2023 Região Sul	2023 Região Nordeste	2023 Região Centro-Oeste	2023 Região Norte	2023 Total
Automóvel	4.871.310	1.631.454	799.798	670.369	159.461	8.132.392	4.473.024	1.471.978	705.924	645.712	147.223	7.443.861
Bens demais	2.570.024	521.039	226.061	290.647	166.898	3.774.669	2.211.469	504.626	361.350	260.053	114.896	3.452.394
Bens massificados	589.602	206.254	38.506	46.492	4.788	885.642	463.284	130.560	34.348	43.075	3.436	674.703
Vida	423.365	120.558	47.601	38.661	17.383	647.568	377.391	103.063	44.484	36.111	14.729	575.778
Total	**8.454.301**	**2.479.305**	**1.111.966**	**1.046.169**	**348.530**	**13.440.271**	**7.525.168**	**2.210.227**	**1.146.106**	**984.951**	**280.284**	**12.146.736**

Os riscos são subscritos com base na proposta de seguros que contém todos os dados relevantes para aceitação e precificação do risco. As políticas e os procedimentos de subscrição definem as diretrizes e regras de alçadas de aprovação, conforme discriminação de papéis e responsabilidades, considerando os níveis de autoridade individuais e de acordo com os departamentos responsáveis.

Os procedimentos utilizados, conforme Manuais Operacionais, estão sujeitos às leis e aos regulamentos instituídos pelos órgãos fiscalizadores e reguladores do mercado segurador brasileiro, bem como ao código civil, comercial e de defesa do consumidor.

Os acompanhamentos e as avaliações dos departamentos responsáveis ocorrem por linha de produto, por canal de venda, por região e por segmentos de risco, de forma que seja possível identificar fatores que impactam na apuração de resultados.

Já a gestão do risco de seguro para fins de análise de sensibilidade ocorre pela segmentação em Automóvel, Bens Massificados, Bens Demais e Vida.

A análise de sensibilidade dos principais segmentos permite avaliar os impactos de alterações razoavelmente possíveis em variáveis de risco relevantes de forma isolada com o objetivo de verificar seus efeitos sobre o resultado do período e o patrimônio líquido da data do balanço.

Para isso, a Seguradora estima um aumento ou uma redução de 5% dos montantes totais pagos em indenizações e em despesas com sinistros. A seleção destas duas variáveis ocorre, pois entende-se que tanto a sinistralidade quanto as despesas com sinistros são relevantes e estão sujeitas à oscilação influenciada também pelo componente da inflação.

Segmento Automóvel

No seguro Automóvel, as análises utilizadas no gerenciamento do risco de subscrição buscam tarifar de maneira justa, por tipo de risco, considerando custo médio e frequência de sinistro por região, veículo, perfil do condutor, importância segurada e cobertura.

Nossa política de regulação de sinistros visa reduzir ao máximo o tempo entre o cadastro e o pagamento do sinistro, bem como permite que a estimativa do valor do sinistro, no momento do aviso, seja a mais próxima possível do valor no momento da liquidação, reduzindo a necessidade de reestimativas.

A Seguradora possui um Comitê de Produto Automóvel, onde participam diversos níveis da Administração com o objetivo de avaliar e acompanhar o desempenho da carteira.

Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

Premissas atuariais	2024 Bruto de resseguro	2024 Líquido de resseguro	2023 Bruto de resseguro	2023 Líquido de resseguro
	Impacto no resultado e patrimônio líquido			
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	231.344	231.340	191.356	191.350
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	(231.344)	(231.340)	(191.356)	(191.350)
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	2.950	2.950	2.423	2.423
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(2.950)	(2.950)	(2.423)	(2.423)

Segmento Bens

Nos seguros de Bens, em gestão de riscos são utilizadas como ferramentas de mitigação de risco de subscrição: as cessões de resseguro e os processos de gerenciamento de risco.

A Seguradora mantém contratos de resseguros para garantir que níveis adequados de risco sejam mantidos em relação ao capital. Tais contratos são negociados de acordo com as políticas e a legislação em vigor e a conformidade é monitorada pela área de Resseguros da Seguradora. Existem procedimentos de controle de risco de crédito, para evitar a cessão de resseguro para uma resseguradora que possa trazer preocupações de segurança financeira.

A Seguradora mantém um Comitê de *Security* para discutir e decidir sobre tópicos importantes com relação à segurança financeira das resseguradoras e dos corretores de resseguros. Os contratos mantêm a retenção de forma otimizada, visando garantir resultados líquidos adequados.

As análises de riscos, retorno e capital / retenção dos contratos automáticos são realizadas com o apoio de Corretores de resseguros, quando há intermediação, e em conjunto com as áreas Atuarial e Estatística, para se obter os melhores resultados possíveis. As eventuais alterações nos contratos de resseguros automáticos são devidamente comunicadas às áreas de Subscrição e de Produtos, para que mudanças nas cláusulas e nos sistemas sejam realizadas sempre que necessárias.

A Seguradora possui um processo de prevenção de perdas que consiste em identificar e mapear os riscos, avaliando os possíveis impactos operacionais e financeiros. A análise dos fatores contribuintes permite a identificação das vulnerabilidades na operação e seus impactos, controlando a sinistralidade, identificando os níveis de ameaça, os percentuais de perda e a gestão aplicada sobre o desempenho das gerenciadoras de risco. A partir da identificação são propostas e implementadas ações corretivas e preventivas que podem ser monitoradas, que visam corrigir cada nível de ameaça identificado.

Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

Bens Massificados

Premissas atuariais	2024 Bruto de resseguro	2024 Líquido de resseguro	2023 Bruto de resseguro	2023 Líquido de resseguro
	Impacto no resultado e patrimônio líquido			
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	11.093	10.926	10.026	9.891
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	(11.093)	(10.926)	(10.026)	(9.891)
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	712	695	714	700
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(712)	(695)	(714)	(700)

Bens Demais

Premissas atuariais	2024 Bruto de resseguro	2024 Líquido de resseguro	2023 Bruto de resseguro	2023 Líquido de resseguro
	Impacto no resultado e patrimônio líquido			
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	90.295	35.629	54.561	31.514
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	(90.295)	(35.629)	(54.561)	(31.514)
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	4.893	3.301	4.722	3.092
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(4.893)	(3.301)	(4.722)	(3.092)

Segmento Pessoas

A Seguradora também atua no Segmento Pessoas, nas modalidades de Vida, Acidentes Pessoais, Prestamista, Educacional e Viagem, com diversos tipos de coberturas para pessoas físicas e jurídicas. A venda é realizada por Corretores por intermédio dos seguintes canais: *Corporate*, Varejo, Afinidades e *Global Desk*.

Os produtos de Pessoas comercializados pela Seguradora oferecem como cobertura principal indenização paga em caso de morte do segurado, em contraprestação ao pagamento dos prêmios mensais, comercializados em regime de repartição simples. As coberturas de cada produto estão disponíveis em suas respectivas Condições Gerais e Nota Técnica Atuarial devidamente submetidas à SUSEP, órgão que regulamenta as operações de seguros.

Nos seguros coletivos, o risco é avaliado e tratado de acordo com as condições de contratação e necessita, como premissa atuarial, da disponibilização da base de dados com as informações detalhadas da massa segurável, necessários para fins de tarifação adequada. Adicionalmente, necessita de informações de sinistralidade anterior, utilização de tábuas biométricas aprovadas pela legislação vigente e que apresentem a melhor estimativa de mortalidade para a massa segurável, além de contratos de resseguros e política de alçadas.

Nos seguros individuais, o risco é avaliado e tratado de acordo com as condições de contratação e necessita, como premissa atuarial, de informações sobre idade, sexo, faixa de renda e profissão dos segurados, necessários para fins de tarifação adequada. Adicionalmente, necessita de análise de subscrição do risco, utilização de tábuas biométricas aprovadas pela legislação vigente e que apresentem a melhor estimativa de mortalidade para as vidas seguráveis, além de contratos de resseguros e política de alçadas de aceitação de riscos.

No segmento de Viagem Internacional, o risco atuarial é avaliado e tratado de acordo com as informações sobre idade, destino, período da viagem e, no caso de gravidez a idade gestacional, necessários para fins de tarifação adequada.

Os resultados dos testes de sensibilidade, líquidos de efeitos tributários, são os seguintes:

Premissas atuariais	2024 Bruto de resseguro	2024 Líquido de resseguro	2023 Bruto de resseguro	2023 Líquido de resseguro
	Impacto no resultado e patrimônio líquido			
Aumento de 5% nos sinistros ocorridos	12.256	11.619	9.929	9.430
Redução de 5% nos sinistros ocorridos	(12.256)	(11.619)	(9.929)	(9.430)
Aumento de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	158	151	134	129
Redução de 5% nas despesas com liquidação de sinistros	(158)	(151)	(134)	(129)

5.2) Risco de subscrição, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional

Risco de subscrição

O risco de subscrição está relacionado à possibilidade de perdas inesperadas nas operações de seguros advindas direta ou indiretamente, das bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios e provisões técnicas.

Risco de mercado

O risco de mercado reflete a possibilidade de oscilações nos preços dos ativos decorrentes de mudanças na taxa de juros, moedas e/ou índices de mercado. As variações das taxas de juros são o maior risco associado à carteira de ativos financeiros da Seguradora em consequência da sua composição, abaixo demonstrada:

Indexadores *	2024	2023
Inflação (IPCA / IGPM)	47,2%	66,9%
Pós-fixados (CDI / SELIC / Fundos)	22,6%	13,7%
Prefixados	28,3%	17,9%
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1,9%	1,5%

* Na apuração do percentual de distribuição da carteira, é considerado o valor classificado como equivalente de caixa.

A gestão dos investimentos da Seguradora é realizada por meio de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. A política de investimentos estabelece diretrizes que deverão ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites para o gerenciamento do risco de mercado. Entre as ferramentas utilizadas para medição do potencial de perda devido ao risco de mercado, está o valor em risco (*Value at Risk* – VaR) não paramétrico, com intervalo de confiança de 99% em horizonte de 252 dias. Adicionalmente, são realizados acompanhamentos complementares, tais como teste de *stress*, *Benchmark*-VaR e análise de sensibilidade. Apresentamos abaixo a demonstração de 31 de dezembro de 2024:

Fator de risco	Impacto 10 b.p.[1] Aumento[2]	Impacto 10 b.p.[1] Queda[2]	Impacto 25 b.p.[1] Aumento[2]	Impacto 25 b.p.[1] Queda[2]	Impacto 50 b.p.[1] Aumento[2]	Impacto 50 b.p.[1] Queda[2]
Prefixados	(2.982)	2.991	(7.437)	7.497	(14.814)	15.055
Inflação	**(6.951)**	**6.980**	**(17.323)**	**17.505**	**(34.469)**	**35.192**
IPCA	(6.906)	6.935	(17.212)	17.392	(34.248)	34.965
IGPM	(45)	45	(111)	113	(221)	227
Títulos da Dívida Externa	(351)	353	(875)	887	(1.738)	1.787

[1] bp (*basis point*), é o possível cenário de "*stress*" para cada fator de risco.
[2] Valor bruto de efeitos tributários.

Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-lo nos termos em que foi acordado. A política de investimentos da Seguradora estabelece diretrizes e limites para as exposições da carteira de ativos financeiros. A determinação dos limites é baseada na análise da capacidade financeira das contrapartes bem como, nos *ratings* estabelecidos pelas agências externas S&P, Moody's e Fitch, os quais deverão ser no mínimo "A" (escala local) e "BB" (escala global). Abaixo, demonstramos as exposições da carteira de ativos financeiros e seus respectivos *ratings* em 31 de dezembro de 2024:

	AAA*	AA+	BB	Total
Equivalentes de caixa	-	**100.366**	-	**100.366**
Certificado de depósito bancário	-	100.366	-	100.366
Total de equivalentes de caixa	-	**100.366**	-	**100.366**
	AAA*	**AA+**	**BB**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	**477.711**	-	-	**477.711**
Quotas de Fundos de Investimentos abertos	477.711	-	-	477.711
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**6.053.269**	-	**125.116**	**6.178.385**
Notas do Tesouro Nacional	4.226.270	-	-	4.226.270
Letras do Tesouro Nacional	878.972	-	-	878.972
Letras Financeiras do Tesouro	948.027	-	-	948.027
Títulos da Dívida Externa**	-	-	125.116	125.116
Total de aplicações financeiras	**6.530.980**	**100.366**	**125.116**	**6.756.462**

* Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).
** Os títulos da dívida externa são analisados pela escala global.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é decorrente da possibilidade da escassez de recursos imediatos para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos.

A Seguradora, segundo sua política de investimentos, baseia a tomada de decisão para alocação de sua carteira de ativos financeiros em estudos de gerenciamento de ativos e passivos, considerando as características de cada um dos compromissos assumidos, tais como tempo de liquidação e indexadores. As análises para readequação da carteira de investimentos são periódicas, objetivando assegurar a capacidade da Tokio Marine de cumprir suas obrigações.

O monitoramento do risco de liquidez é baseado, nos critérios definidos pela Circular SUSEP nº 648/2021. A Seguradora apresenta níveis de liquidez adequados em dezembro de 2024 e 2023.

Os fluxos de caixa contratuais não descontados de ativos e passivos originados pelas operações de seguros estão assim demonstrados em 31 de dezembro de 2024:

	À vista ou sem data de vencimento	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Caixa e equivalentes de caixa	87.971	100.366	-	-	-	188.337
Aplicações	477.711	344.940	548.724	37.498	5.247.223	6.656.096
Créditos das operações com seguros e resseguros	483.100	2.820.961	1.292.145	741.330	259.784	5.597.320
Ativos de resseguro e retrocessão	2.748.683	373.117	299.858	367.871	611.422	4.400.951
Outros ativos	375.651	1.367.930	467.699	382.932	1.711.235	4.305.447
Total	**4.173.116**	**5.007.314**	**2.608.426**	**1.529.631**	**7.829.664**	**21.148.151**
Contas a pagar	19.922	825.641	84.266	60.433	23.250	1.013.512
Débitos de operações com seguros e resseguros	585.644	1.662.138	302.929	150.111	91.234	2.792.056
Provisões técnicas – seguros	4.474.675	2.613.422	1.979.502	1.866.056	1.793.458	12.727.113
Outros passivos	14.174	30.557	-	-	1.001.637	1.046.368
Total	**5.094.415**	**5.131.758**	**2.366.697**	**2.076.600**	**2.909.579**	**17.579.049**

(Continua)

Eufrázio







Chegou o Relatório de Desempenho da Tokio Marine 2024

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - *(Em Reais Mil)*

Risco operacional

O risco operacional está relacionado às falhas e deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas, sistemas, fraudes e eventos externos.

O gerenciamento do risco operacional contempla sua quantificação, o monitoramento e as estratégias de tratamento aos diversos cenários de exposição a riscos aos quais a Seguradora está sujeita, refletindo o ambiente de negócios.

6) EQUIVALENTES DE CAIXA

São classificados como equivalentes de caixa, os ativos financeiros mantidos com o objetivo de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e cuja conversibilidade em montante conhecido de caixa esteja sujeita a risco insignificante de mudança de valor, bem como, é observada a diferença entre a data de vencimento do título e sua data de aquisição, sendo considerados como equivalentes de caixa apenas os itens cujo resultado dessa subtração seja igual ou inferior a 90 dias. Adicionalmente, a Seguradora tem como política não classificar como equivalente de caixa ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas. Abaixo estão demonstrados os montantes classificados como equivalentes de caixa:

2024	Até 1 ano	Valor de mercado	%	Custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Nível	Indexador e taxa média de juros contratada a.a. - %
Equivalentes de caixa	**100.366**	**100.366**	**100**	**100.366**	**-**		
Certificados de depósitos bancários	100.366	100.366	100	100.366	-	1	100,38% do CDI
Total	**100.366**	**100.366**	**100**	**100.366**			

6.1) Movimentação dos equivalentes de caixa

	2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste ao valor de mercado	2024
Títulos de renda fixa	-	965.736	(873.671)	8.301	-	100.366
Total	**-**	**965.736**	**(873.671)**	**8.301**	**-**	**100.366**

7) APLICAÇÕES

2024	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	%	Custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Nível	Indexador e taxa média de juros contratada a.a. - %
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	**477.711**	**-**	**477.711**	**7,2**	**477.711**	**-**		
Quotas de fundos de investimentos	477.711	-	477.711	7,2	477.711	-	1	99,04% do CDI
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**931.162**	**5.247.223**	**6.178.385**	**92,8**	**6.543.570**	**(365.185)**		
Letras Financeiras do Tesouro	-	948.027	948.027	14,2	948.119	(92)	1	SELIC + 0,04%
Letras do Tesouro Nacional	283.573	595.399	878.972	13,2	952.688	(73.716)	1	10,86%
Notas do Tesouro Nacional – Série B	422.593	2.759.736	3.182.329	47,8	3.359.984	(177.655)	1	IPCA + 5,42%
Notas do Tesouro Nacional – Série C	-	10.843	10.843	0,2	11.080	(237)	1	IGPM + 6,33%
Notas do Tesouro Nacional – Série F	187.415	845.683	1.033.098	15,5	1.141.918	(108.820)	1	9,99%
Aplicações no exterior	37.581	87.535	125.116	1,9	129.781	(4.665)	2	5,33%
Total	**1.408.873**	**5.247.223**	**6.656.096**	**100**	**7.021.281**	**(365.185)**		
Vinculadas à cobertura de provisões técnicas (Nota 20.4)			5.314.669					
Não vinculadas à cobertura de provisões técnicas			1.341.427					

2023	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	%	Custo atualizado	Ajuste ao valor de mercado	Nível	Indexador e taxa média de juros contratada a.a. - %
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	**697.127**	**-**	**697.127**	**10,6**	**697.127**	**-**		
Quotas de fundos de investimentos	474.876	-	474.876	7,2	474.876	-	1	98,96% do CDI
Certificados de depósitos bancários	222.251	-	222.251	3,4	222.251	-	1	101,00% do CDI
Ativos financeiros disponíveis para venda	**1.559.727**	**4.308.630**	**5.868.357**	**89,4**	**5.889.213**	**(20.856)**		
Letras Financeiras do Tesouro	50.714	145.474	196.188	3	196.109	79	1	SELIC + 0,06%
Notas do Tesouro Nacional – Série B	1.508.790	2.876.845	4.385.635	66,8	4.400.991	(15.356)	1	IPCA + 5,37%
Notas do Tesouro Nacional – Série C	-	11.093	11.093	0,2	10.678	415	1	IGPM + 6,33%
Notas do Tesouro Nacional – Série F	-	1.174.932	1.174.932	17,9	1.180.767	(5.835)	1	9,86%
Aplicações no exterior	50	100.286	100.336	1,5	100.495	(159)	1	5,33%
Outras aplicações	173	-	173	-	173	-	2	-
Total	**2.256.854**	**4.308.630**	**6.565.484**	**100**	**6.586.340**	**(20.856)**		
Vinculados à cobertura de provisões técnicas (Nota 20.4)			5.134.947					
Não vinculados à cobertura de provisões técnicas			1.430.537					

7.1) Movimentação das aplicações financeiras

	2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste ao valor de mercado*	2024
Títulos de renda fixa	6.090.435	5.170.799	(5.388.736)	650.216	(344.329)	6.178.385
Quotas de fundo de investimentos	474.876	5.268.140	(5.315.789)	50.484	-	477.711
Outras aplicações	173	-	(173)	-	-	-
Total	**6.565.484**	**10.438.939**	**(10.704.698)**	**700.700**	**(344.329)**	**6.656.096**

	2022	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste ao valor de mercado	2023
Títulos de renda fixa	4.624.329	4.273.186	(3.451.193)	502.056	142.057	6.090.435
Quotas de fundo de investimentos	462.111	3.071.500	(3.116.611)	57.876	-	474.876
Outras aplicações	96	77	-	-	-	173
Total	**5.086.536**	**7.344.763**	**(6.567.804)**	**559.932**	**142.057**	**6.565.484**

* Não está apresentado o valor de R$ (249) (R$ 0 em 31 de dezembro de 2023), correspondente à Redução ao Valor Recuperável (RVR) dos ativos financeiros que foram registrados em Ajuste de Avaliação Patrimonial (Patrimônio líquido).

8) OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

8.1) Prêmios a receber

	2024 Prêmios a receber	2024 Redução ao valor recuperável	2024 Prêmios a receber líquido	2023 Prêmios a receber	2023 Redução ao valor recuperável	2023 Prêmios a receber líquido
Automóvel	2.967.379	(3.461)	2.963.918	2.502.103	(3.405)	2.498.698
Patrimonial	957.015	(3.221)	953.794	815.752	(2.179)	813.573
Riscos financeiros	451.517	(3.590)	447.927	293.410	(1.826)	291.584
Transportes	239.481	(30.080)	209.401	238.855	(30.496)	208.359
Responsabilidades	161.586	(310)	161.276	176.798	(327)	176.471
Pessoas coletivo	83.987	(3.330)	80.657	81.951	(4.302)	77.649
Pessoas individual	65.234	(627)	64.607	55.644	(194)	55.450
Demais ramos	364.177	(1.123)	363.054	590.758	(2.066)	588.692
Total	**5.290.376**	**(45.742)**	**5.244.634**	**4.755.271**	**(44.795)**	**4.710.476**
Circulante			4.986.835			4.445.180
Não Circulante			257.799			265.296

8.1.1) Composição quanto aos prazos de vencimento:

	2024	2023
A vencer	5.133.333	4.596.328
Vencidos até 30 dias	75.528	98.345
Vencidos de 31 a 60 dias	28.313	10.243
Vencidos de 61 a 90 dias	6.063	6.637
Vencidos de 91 a 120 dias	3.356	2.782
Vencidos há mais de 120 dias	43.783	40.936
Total	**5.290.376**	**4.755.271**
Redução ao valor recuperável	(45.742)	(44.795)
	5.244.634	**4.710.476**

8.1.2) Quadro de movimentação de prêmios a receber

	2024	2023
Saldo no início do período	**4.710.476**	**3.714.144**
(+) Prêmios emitidos	15.543.867	14.140.034
(-) Prêmios cancelados	(1.571.405)	(1.331.288)
(-) Recebimentos	(14.507.464)	(12.576.116)
(-) Cosseguros aceitos vencidos	(9.103)	(13.930)
(+) IOF	903.468	842.727
(+ / -) Variação cambial	105.758	(41.088)
(+ / -) Riscos vigentes e não emitidos – RVNE	69.984	(14.448)
(+ / -) Redução ao valor recuperável	(947)	(9.559)
Saldo no final do período	**5.244.634**	**4.710.476**

8.1.3) Prazo médio de parcelamento em meses

	2024	2023
Patrimonial	5	4
Responsabilidades	4	4
Automóvel	7	7
Transportes	4	6
Pessoas coletivo	6	5
Pessoas individual	8	8
Riscos financeiros	15	13
Demais ramos	3	2

8.2) Operações com resseguradoras

8.2.1) *Aging* dos créditos das operações de resseguros

2024	Local	Admitido	Eventual	Total
Pendentes até 30 dias	45.390	13.772	12.981	72.143
Pendentes de 31 a 60 dias	40.351	13.839	10.921	65.111
Pendentes de 61 a 120 dias	42.477	16.198	7.507	66.182
Pendentes de 121 a 180 dias	23.606	9.827	2.969	36.402
Pendentes de 181 a 365 dias	18.182	11.195	3.183	32.560
Pendentes há mais de 365 dias	8.879	9.562	1.651	20.092
Total	**178.885**	**74.393**	**39.212**	**292.490**
Redução ao valor recuperável				(12.589)
Total				**279.901**

2023	Local	Admitido	Eventual	Total
Pendentes até 30 dias	21.879	15.050	5.534	42.463
Pendentes de 31 a 60 dias	14.826	6.012	1.623	22.461
Pendentes de 61 a 120 dias	34.930	21.143	2.986	59.059
Pendentes de 121 a 180 dias	15.841	7.257	1.354	24.452
Pendentes de 181 a 365 dias	9.277	5.450	4.979	19.706
Pendentes há mais de 365 dias	6.934	8.797	770	16.501
Total	**103.687**	**63.709**	**17.246**	**184.642**
Redução ao valor recuperável				(11.559)
Total				**173.083**

8.2.2) *Rating* dos créditos das operações de resseguros

Tipo	Agência	*Rating*	2024
Local	A.M. Best	A+	2.039
	S&P	A+	10.725
		brAAA	19.571
		brAA+	85.503
	Sem classificação		61.047
Admitido	A.M. Best	A++	4.545
		A+	23.479
		A	2.127
		A-	156
	Moody's	A2	1.055
	S&P	AA+	1
		AA	113
		AA-	40.743
		A+	2.174
Eventual	A.M. Best	A++	168
		A+	7.913
		A	5.236
		A-	2
		B++	15
	Moody's	A3	88
	S&P	AA+	2
		AA	17
		AA-	11.314
		A+	2.796
		A	7.160
		A-	4.266
		BBB+	235
Total a recuperar			**292.490**
Redução ao valor recuperável			(12.589)
Total			**279.901**

8.2.3) Movimentação dos créditos das operações de resseguros

	2024	2023
Saldo no início do período	**173.083**	**215.645**
Constituições a recuperar	725.694	652.078
Recebimentos	(617.846)	(692.950)
Redução ao valor recuperável	(1.030)	(1.690)
Saldo no final do período	**279.901**	**173.083**

8.2.4) Composição dos débitos das operações de resseguros

	2024	2023
Prêmios de contratos proporcionais	1.097.409	921.187
Prêmios de contratos não proporcionais	219.176	172.326
Prêmio de reintegração	24.138	15.188
Prêmios de riscos vigentes mas não emitidos	242.073	182.683
Salvados e ressarcimentos	24.571	19.213
Salvados e ressarcimentos estimados	12.327	18.735
Ajuste ao valor de realização	(5.074)	(3.436)
Total	**1.614.620**	**1.325.896**
Circulante	1.588.158	1.306.708
Não Circulante	26.462	19.188

(Continua)

Eufrázio







Chegou o Relatório de Desempenho da Tokio Marine 2024

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - *(Em Reais Mil)*

8.2.5) Movimentação dos débitos das operações de resseguros

	2024	2023
Saldo no início do período	**1.325.896**	**1.046.246**
Emissões contratos proporcionais	1.654.474	1.571.173
Pagamentos contratos proporcionais	(1.478.252)	(1.322.992)
Prêmio mínimo depósito e ajustes de contratos não proporcionais	229.554	186.267
Pagamentos de contratos não proporcionais	(173.754)	(148.149)
Provisão de salvados e ressarcimentos	14.074	14.965
Pagamento de salvados e ressarcimentos	(8.716)	(10.539)
Variação de prêmios riscos vigentes não emitidos	59.390	(8.979)
Variação de salvados e ressarcimentos estimados	(6.408)	(720)
Ajuste ao valor de realização	(1.638)	(1.376)
Saldo no final do período	**1.614.620**	**1.325.896**

8.3) Outros créditos operacionais

	2024	2023
Corretores – Comissão antecipada	374.018	312.021
Cobrança – Cartão de crédito	372.137	340.692
Agentes e correspondentes	13.856	2.875
Outros créditos	87.101	9.307
Redução ao valor recuperável	(12.787)	(14.371)
Total	**834.325**	**650.524**
Circulante	834.315	650.524
Não Circulante	10	-

8.4) Corretores de seguros e resseguros

	2024	2023
Comissões sobre prêmios – Direto	806.513	668.119
Comissões sobre prêmios – Estimado	20.318	17.181
Comissões sobre prêmios – RVNE	33.880	31.750
Comissões sobre prêmios – Cosseguro aceito	13.328	8.482
Ajuste ao valor de realização	(11.171)	(9.572)
Total	**862.868**	**715.960**
Circulante	820.062	692.810
Não Circulante	42.806	23.150

8.5) Outros débitos operacionais

	2024	2023
Agentes e correspondentes	51.279	45.154
Estipulantes	32.502	25.132
Outros	14.210	7.750
Ajuste ao valor de realização	(955)	(926)
Total	**97.036**	**77.110**
Circulante	94.287	75.480
Não Circulante	2.749	1.630

9) ATIVOS DE RESSEGUROS E RETROCESSÃO

	PPNG*		PSL		IBNR		PDR		Total**	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Patrimonial	813.585	641.915	1.218.299	767.638	51.303	43.176	23.350	20.508	2.106.537	1.473.237
Responsabilidades	114.464	98.383	1.092.638	857.989	23.024	16.085	10.206	7.660	1.240.332	980.117
Petróleo	415.395	345.672	137.828	91.281	1.132	-	-	291	554.355	437.244
Riscos financeiros	184.464	144.231	52.919	51.115	902	923	844	837	239.129	197.106
Transportes	76.175	50.301	29.229	8.525	1.521	2.125	2.097	2.272	109.022	63.223
Rural	20.484	14.424	38.308	47.116	1.780	5.226	1.212	2.269	61.784	69.035
Demais ramos	34.989	37.780	46.685	39.034	7.149	6.483	969	835	89.792	84.132
Total geral	**1.659.556**	**1.332.706**	**2.615.906**	**1.862.698**	**86.811**	**74.018**	**38.678**	**34.672**	**4.400.951**	**3.304.094**
Circulante									3.789.529	2.761.589
Não Circulante									611.422	542.505

* Os saldos apresentados como PPNG incluem valores referentes a riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), no montante de R$ 216.621 (R$ 158.944 em 31 de dezembro de 2023).

** Foi considerado o montante de R$ (3.606) referente a RVR sobre os ativos de resseguro (exceto PPNG).

10) TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

10.1) Títulos e créditos a receber

	2024	2023
Ressarcimentos a receber (Nota 10.2)	82.241	57.661
Ressarcimentos estimados (Nota 10.4)	150.698	125.185
Dividendos a receber – XS3	41.010	29.619
Outros títulos e créditos a receber	222	118
Redução ao valor recuperável	(25.579)	(15.033)
Total	**248.592**	**197.550**
Circulante	208.687	187.839
Não Circulante	39.905	9.711

10.2) Movimentação de ressarcimentos a receber

	2024	2023
Saldo no início do período	**57.661**	**34.793**
Aviso de ressarcimentos	169.137	139.945
Recebimento de ressarcimentos (Nota 10.3)	(144.557)	(117.077)
Saldo no final do período	**82.241**	**57.661**

10.3) Prazo de realização de ressarcimentos recebidos

O quadro abaixo demonstra em meses o tempo entre o registro do aviso de sinistro e a liquidação dos ressarcimentos recebidos:

2024

Prazo (em meses)	Automóvel	Transportes	Riscos financeiros	Demais ramos	Total
1	(29.470)	(12.628)	(6.531)	(5.848)	(54.477)
2	(6.305)	(894)	(1.354)	(338)	(8.891)
3	(5.306)	(809)	(1.247)	(667)	(8.029)
4	(3.920)	(751)	(894)	(612)	(6.177)
5	(2.747)	(736)	(755)	(356)	(4.594)
6	(2.202)	(1.016)	(798)	(530)	(4.546)
7	(1.890)	(581)	(593)	(554)	(3.618)
8	(1.612)	(706)	(587)	(601)	(3.506)
9	(2.254)	(832)	(505)	(517)	(4.108)
10	(1.940)	(2.077)	(545)	(541)	(5.103)
11	(1.410)	(219)	(456)	(810)	(2.895)
12	(1.674)	(154)	(415)	(553)	(2.796)
13 a 18	(8.151)	(3.082)	(1.547)	(4.135)	(16.915)
19 a 24	(4.389)	(917)	(454)	(2.937)	(8.697)
Acima de 24	(4.036)	(3.125)	(164)	(2.880)	(10.205)
Total	**(77.306)**	**(28.527)**	**(16.845)**	**(21.879)**	**(144.557)**

2023

Prazo (em meses)	Automóvel	Transportes	Riscos financeiros	Demais ramos	Total
1	(26.647)	(17.445)	(3.797)	(12.040)	(59.929)
2	(8.275)	(3.288)	(900)	(891)	(13.354)
3	(5.687)	(2.302)	(832)	(1.046)	(9.867)
4	(4.944)	(2.277)	(663)	(985)	(8.869)
5	(3.624)	(1.024)	(583)	(771)	(6.002)
6	(2.471)	(759)	(576)	(346)	(4.152)
7	(1.745)	(561)	(380)	(470)	(3.156)
8	(1.572)	(649)	(270)	(652)	(3.143)
9	(1.045)	(270)	(290)	(163)	(1.768)
10	(1.062)	(118)	(198)	(188)	(1.566)
11	(868)	(93)	(142)	(225)	(1.328)
12	(629)	(51)	(118)	(81)	(879)
13 a 18	(1.488)	(10)	(260)	(28)	(1.786)
19 a 24	(664)	(24)	(82)	(3)	(773)
Acima de 24	(503)	(2)	-	-	(505)
Total	**(61.224)**	**(28.873)**	**(9.091)**	**(17.889)**	**(117.077)**

10.4) Expectativa de realização de ressarcimentos estimados

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, a Seguradora estima as expectativas de prazo para realização dos direitos a salvados e ressarcimentos reconhecidos no ativo e acompanha o seu efetivo desenvolvimento, considerando o prazo previsto em norma. Para isso, é elaborado estudo técnico com base em dados históricos que buscam refletir o comportamento de realização dos direitos a salvados e ressarcimentos até sua ativação. Eventuais desvios podem ocorrer entre os valores estimados como expectativa e as efetivas realizações mensais, uma vez que alguns grupos apresentam volatilidade nas recuperações ao longo do tempo. Entretanto, espera-se um equilíbrio entre os valores totais estimados como expectativa e as efetivas realizações quando considerados períodos mais longos. Se observada mudança efetiva de comportamento, são realizados os ajustes necessários para que as expectativas passem a convergir com a efetiva realização.

Abaixo segue expectativa de realização de ressarcimentos estimados:

2024

Prazo (em meses)	Automóvel	Transportes	Patrimonial	Demais ramos	Total
1	5.008	493	1.095	1.060	7.656
2	2.999	736	1.226	1.160	6.121
3	3.116	3.397	2.126	879	9.518
4	3.117	689	1.639	903	6.348
5	2.704	327	1.497	1.361	5.889
6	1.935	1.296	1.303	789	5.323
7	2.582	391	1.554	655	5.182
8	2.197	945	2.184	653	5.979
9	2.162	1.009	1.608	507	5.286
10	2.071	616	2.591	520	5.798
11	2.139	1.344	1.967	574	6.024
12	2.102	505	2.897	419	5.923
13 a 18	6.417	825	6.751	1.705	15.698
19 a 24	4.718	1.823	6.087	307	12.935
25 a 30	4.011	3.930	4.950	645	13.536
31 a 36	3.232	2.538	5.006	597	11.373
37 a 42	2.852	4.177	3.533	721	11.283
Acima de 42	3.512	2.463	4.666	185	10.826
Total	**56.874**	**27.504**	**52.680**	**13.640**	**150.698**

2023

Prazo (em meses)	Automóvel	Transportes	Patrimonial	Demais ramos	Total
1	2.126	447	324	348	3.245
2	1.564	1.256	727	377	3.924
3	2.238	1.528	1.961	549	6.276
4	1.581	403	1.504	363	3.851
5	2.058	1.383	2.120	431	5.992
6	2.153	1.018	1.672	347	5.190
7	1.263	3.240	1.417	350	6.270
8	1.563	382	2.217	258	4.420
9	1.217	455	2.527	646	4.845
10	1.435	962	1.739	227	4.363
11	1.187	921	2.157	226	4.491
12	1.132	591	1.739	287	3.749
13 a 18	3.272	2.081	6.810	113	12.276
19 a 24	2.979	3.141	9.389	1.545	17.054
25 a 30	3.629	776	6.154	767	11.326
31 a 36	2.592	1.806	5.294	53	9.745
37 a 42	2.244	3.847	3.735	213	10.039
Acima de 42	1.690	2.460	3.797	182	8.129
Total	**35.923**	**26.697**	**55.283**	**7.282**	**125.185**

10.5) *Aging* ressarcimento

2024

	A vencer	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Vencidos de 91 a 120 dias	Vencidos há mais de 120 dias	Total
Automóvel	41.938	1.102	545	440	403	6.345	50.773
Riscos Financeiros	18.647	799	486	412	391	2.250	22.985
Transportes	5.920	123	1	-	-	218	6.262
Demais Ramos	2.211	3	2	-	-	5	2.221
Total	**68.716**	**2.027**	**1.034**	**852**	**794**	**8.818**	**82.241**
Redução ao Valor Recuperável							(25.579)
Total							**56.662**

2023

	A vencer	Vencidos até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Vencidos de 91 a 120 dias	Vencidos há mais de 120 dias	Total
Automóvel	33.865	284	250	221	219	2.991	37.830
Riscos Financeiros	11.734	63	11	6	2	-	11.816
Transportes	4.220	16	-	-	3	201	4.440
Demais Ramos	3.575	-	-	-	-	-	3.575
Total	**53.394**	**363**	**261**	**227**	**224**	**3.192**	**57.661**
Redução ao Valor Recuperável							(15.033)
Total							**42.628**

11) CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CORRENTES E DIFERIDAS

11.1) Créditos tributários e previdenciários

	2024	2023
Tributos a compensar	139.431	75.463
Tributos diferidos (Notas 11.2 a) e 11.2 b))	507.363	404.611
Outros	2.217	2.328
Total	**649.011**	**482.402**
Circulante	96.161	125.287
Não Circulante	552.850	357.115

11.1.1) Impostos e contribuições

	2024	2023
Provisão de IRPJ e CSLL correntes	572.760	699.271
Antecipação de IRPJ e CSLL correntes	(532.138)	(650.062)
Provisão de PIS e COFINS	28.254	28.469
Total	**68.876**	**77.678**

11.2) Tributos diferidos

a) Movimentação dos créditos tributários e previdenciários

	2023	Constituição	Reversão	2024
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	34.165	-	-	34.165
Créditos de liquidação duvidosa	32.248	13.966	(7.874)	38.340
Provisões para causas judiciais	186.537	250	(6.364)	180.423
Outras provisões	128.168	83.593	(113.814)	97.947
Crédito tributário resultado	**381.118**	**97.809**	**(128.052)**	**350.875**
Ajuste a valor de mercado	8.343	137.732	-	146.075
Benefícios a empregados de longo prazo	15.150	-	(4.737)	10.413
Crédito tributário patrimônio líquido	**23.493**	**137.733**	**(4.738)**	**156.488**
Total de créditos tributários	**404.611**	**235.542**	**(132.790)**	**507.363**

	2022	Constituição	Reversão	2023
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	34.165	-	-	34.165
Créditos de liquidação duvidosa	24.829	9.910	(2.491)	32.248
Provisões para causas judiciais	183.634	3.884	(981)	186.537
Outras provisões	46.121	131.925	(49.878)	128.168
Crédito tributário resultado	**288.749**	**145.719**	**(53.350)**	**381.118**
Ajuste a valor de mercado	65.166	-	(56.823)	8.343
Benefícios a empregados de longo prazo	9.101	6.049	-	15.150
Crédito tributário patrimônio líquido	**74.267**	**6.049**	**(56.823)**	**23.493**
Total de créditos tributários	**363.016**	**151.768**	**(110.173)**	**404.611**

(Continua)

Eufrázio









Chegou o Relatório de Desempenho da Tokio Marine 2024

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - *(Em Reais Mil)*

	XS3 Seguros S.A.	Outros **	Obras de arte	Total de investimentos
Equivalência patrimonial	136.908	23.183	-	160.091
Amortização de mais-valia de investimentos	(23.172)	-	-	(23.172)
Recebimento de dividendos	(80.529)	(22.017)	-	(102.546)
Dividendos a receber	(41.010)	-	-	(41.010)
Saldo em 31/12/2024	**1.558.015**	**24.937**	**-**	**1.582.952**

* A Tokio Marine Seguradora S.A. detém 50,01% das ações ordinárias da XS3 Seguros S.A. que representam 25% da participação acionária total da empresa. O investimento foi reconhecido em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referenciadas pela SUSEP, conforme ICPC 09 (R2), e é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, sendo que em sua apuração é efetuada a equalização de prática contábil quanto ao reconhecimento do ativo intangível gerado nesta operação em sua investida. A equalização tem caráter temporal, sendo o prazo de amortização do ativo intangível de 20 anos. A XS3 vai explorar, pelo prazo de 20 anos, os ramos de seguros Habitacional e Residencial na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal e terá gestão e governança compartilhada (*Joint Venture*) entre CAIXA Seguridade e Tokio Marine, de forma a potencializar os pontos fortes de cada acionista, observando as melhores práticas de governança corporativa.

** Outras participações incluem os investimentos nas empresas Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A com participação acionária de 10,9% (10,9% em 31 de dezembro de 2023), La Rural S.A. de Seguros com participação acionária de 2,81% (2,81% em 31 de dezembro de 2023), Banco MUFG Brasil S.A. com participação acionária de 0,1% (0,1% em 31 de dezembro de 2023) e Tokio Marine Serviços Ltda. com participação acionária de 99% (99% em 31 de dezembro de 2023).

16) ATIVO IMOBILIZADO

	2023	Aquisições	Baixas	Despesa de depreciação	2024	Custo	Depreciação acumulada	Taxas anuais de depreciação - %
Imóveis de uso próprio	9.349	-	-	-	9.349	14.141	(4.792)	4
Bens móveis de uso	30.116	14.199	(819)	(10.969)	32.527	99.214	(66.687)	10 - 33
Outras imobilizações	7.138	2.485	(166)	(2.474)	6.983	20.342	(13.359)	10
Total	**46.603**	**16.684**	**(985)**	**(13.443)**	**48.859**	**133.697**	**(84.838)**	

	2022	Aquisições	Baixas	Despesa de depreciação	2023	Custo	Depreciação acumulada	Taxas anuais de depreciação - %
Imóveis de uso próprio	9.416	-	-	(67)	9.349	14.141	(4.792)	4
Bens móveis de uso	23.338	17.573	(798)	(9.997)	30.116	91.858	(61.742)	10 - 33
Outras imobilizações	5.628	3.672	(2)	(2.160)	7.138	18.153	(11.015)	10
Total	**38.382**	**21.245**	**(800)**	**(12.224)**	**46.603**	**124.152**	**(77.549)**	

17) ATIVO INTANGÍVEL

	2023	Aquisições	Baixas	Despesa de amortização	2024	Custo	Amortização acumulada	Taxas anuais de amortização - %
Outros intangíveis								
Licenças de uso de *software*	10.705	7.285	(62)	(4.603)	13.325	128.691	(115.366)	20
Acordo de exclusividade e preferência	16.199	-	-	(4.025)	12.174	87.640	(75.466)	-
Total	**26.904**	**7.285**	**(62)**	**(8.628)**	**25.499**	**216.331**	**(190.832)**	

	2022	Aquisições	Baixas	Despesa de amortização	2023	Custo	Amortização acumulada	Taxas anuais de amortização - %
Outros intangíveis								
Licenças de uso de *software*	12.412	5.009	-	(6.716)	10.705	121.482	(110.777)	20
Acordo de exclusividade e preferência	20.968	2.500	(2.257)	(5.012)	16.199	87.640	(71.441)	-
Total	**33.380**	**7.509**	**(2.257)**	**(11.728)**	**26.904**	**209.122**	**(182.218)**	

18) CONTAS A PAGAR

18.1) Obrigações a pagar

	2024	2023
Fornecedores	127.829	110.200
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	283.489	288.961
Gratificações / Participação nos lucros a pagar	115.814	125.630
Benefícios a empregados (Nota 18.2)	23.250	33.054
Provisões – Assistência 24h	6.648	15.040
Outros	132	-
Total	**557.162**	**572.885**
Circulante	533.912	539.831
Não Circulante	23.250	33.054

18.2) Valor presente das obrigações atuariais – benefícios a empregados

	2024	2023
Plano de Saúde e Seguro de Vida Aposentados	19.198	27.613
Plano Jubileu	4.052	5.441
Total	**23.250**	**33.054**

18.2.1) Movimentação do passivo com benefícios a empregados

	2024	2023
Saldo inicial	**33.054**	**15.945**
Custo do serviço corrente	1.255	357
Juros líquidos	3.123	1.706
(Perda) / Ganho por experiência	(2.362)	3.616
(Perda) / Ganho por mudança de hipóteses financeiras	(8.802)	4.501
(Perda) / Ganho por mudança de hipóteses demográficas	(2.092)	7.128
Pagamentos	(926)	(199)
Saldo final	**23.250**	**33.054**

18.3) Impostos e encargos sociais a recolher

	2024	2023
Imposto de renda retido na fonte	9.115	7.385
Imposto sobre serviço	7.305	7.286
IOF sobre prêmios de seguros (Nota 18.3.1)	318.063	297.841
Contribuições previdenciárias	7.359	7.389
Outros	6.621	5.933
Total	**348.463**	**325.834**

18.3.1) Composição do IOF sobre prêmios de seguros

	2024	2023
Automóvel	213.288	182.344
Patrimonial	51.437	48.659
Transportes	10.024	11.532
Responsabilidades	7.149	8.680
Outros	36.165	46.626
Total	**318.063**	**297.841**

19) DEPÓSITOS DE TERCEIROS

2024

	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	11.007	1.735	10	56	160	555	13.523
Prêmios e emolumentos	11.332	856	1.570	391	752	2.484	17.385
Outros	3.070	438	347	194	631	971	5.651
Total	**25.409**	**3.029**	**1.927**	**641**	**1.543**	**4.010**	**36.559**

2023

	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	943	50	29	37	147	391	1.597
Prêmios e emolumentos	13.598	5.548	10.130	2.022	1.662	6.503	39.463
Outros	3.467	104	328	71	246	-	4.216
Total	**18.008**	**5.702**	**10.487**	**2.130**	**2.055**	**6.894**	**45.276**

20) PROVISÕES TÉCNICAS E NECESSIDADE DE COBERTURA

20.1) Provisões técnicas

	PPNG * 2024	PPNG * 2023	PSL ** 2024	PSL ** 2023	IBNR 2024	IBNR 2023	Outras *** 2024	Outras *** 2023	Total 2024	Total 2023
Automóvel	4.334.039	3.836.475	965.381	922.443	101.477	88.178	135.935	113.019	5.536.832	4.960.115
Patrimonial	1.467.994	1.175.705	1.490.108	1.040.599	85.760	70.502	68.003	59.356	3.111.865	2.346.162
Riscos Financeiros	645.829	457.688	88.353	74.022	11.516	4.897	10.468	8.363	756.166	544.970
Responsabilidades	269.459	236.372	1.340.766	1.080.331	82.401	74.804	28.028	22.339	1.720.654	1.413.846
Transportes	130.669	115.941	222.362	184.023	24.262	24.325	26.666	24.729	403.959	349.018
Pessoas Coletivo	88.684	75.207	117.060	122.979	50.870	49.815	11.012	9.457	267.626	257.458
Vida individual	42.082	36.798	15.254	11.902	4.441	3.113	30.815	34.584	92.592	86.397
Demais Ramos	536.021	440.396	275.222	226.632	21.466	22.122	4.710	6.012	837.419	695.162
Total	**7.514.777**	**6.374.582**	**4.514.506**	**3.662.931**	**382.193**	**337.756**	**315.637**	**277.859**	**12.727.113**	**10.653.128**
Circulante									10.933.655	9.268.798
Não Circulante									1.793.458	1.384.330

* Os saldos apresentados como PPNG incluem valores referentes a riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), no montante de R$ 358.981 (R$ 297.945 em 31 de dezembro de 2023).

** Os saldos apresentados como PSL incluem valores referentes a IBNER no montante de R$ 344.485 (R$ 278.349 em 31 de dezembro de 2023).

*** Os saldos apresentados como Outras provisões são compostos pela Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), no montante de R$ 285.315 (R$ 243.526 em 31 de dezembro de 2023), e pela Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC), no montante de R$ 30.318 (R$ 34.333 em 31 de dezembro de 2023).

20.1.1) A movimentação das provisões técnicas está assim representada:

	PPNG	PSL	IBNR	Outras	Total
Saldo em 31/12/2023	**6.374.582**	**3.662.931**	**337.756**	**277.859**	**10.653.128**
Constituição de provisões	13.440.271	-	5.461.068	427.754	19.329.093
Reversões de provisões	(12.408.483)	-	(5.416.631)	(387.217)	(18.212.331)
Aviso	-	3.919.075	-	47.675	3.966.750
Reavaliação	-	3.698.506	-	249.883	3.948.389
Pagamento	-	(6.497.372)	-	(300.317)	(6.797.689)
Cancelamento	-	(1.097.993)	-	-	(1.097.993)
Reabertura	-	380.173	-	-	380.173
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	108.407	383.050	-	-	491.457
Variação do IBNER	-	66.136	-	-	66.136
Saldo em 31/12/2024	**7.514.777**	**4.514.506**	**382.193**	**315.637**	**12.727.113**

	PPNG	PSL	IBNR	Outras	Total
Saldo em 31/12/2022	**5.512.498**	**3.718.986**	**300.006**	**231.286**	**9.762.776**
Constituição de provisões	12.146.736	-	7.183.887	469.956	19.800.579
Reversões de provisões	(11.247.902)	-	(7.146.137)	(428.493)	(18.822.532)
Aviso	-	3.475.786	-	38.138	3.513.924
Reavaliação	-	2.582.290	-	224.301	2.806.591
Pagamento	-	(5.397.513)	-	(257.329)	(5.654.842)
Cancelamento	-	(1.206.081)	-	-	(1.206.081)
Reabertura	-	465.451	-	-	465.451
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	(36.750)	(40.201)	-	-	(76.951)
Variação do IBNER	-	64.213	-	-	64.213
Saldo em 31/12/2023	**6.374.582**	**3.662.931**	**337.756**	**277.859**	**10.653.128**

20.2) Sinistros administrativos

A movimentação da provisão de sinistros a liquidar em esfera administrativa está assim representada:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	**2.812.948**	**2.882.762**
Aviso	3.914.212	3.469.530
Reavaliação	3.700.597	2.561.923
Pagamento	(6.300.783)	(5.194.675)
Cancelamento	(1.086.584)	(1.196.974)
Reabertura	253.251	350.174
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	319.581	(98.031)
Variação do IBNER	23.514	38.239
Saldo no final do exercício	**3.636.736**	**2.812.948**

20.3) Sinistros judiciais

A movimentação da provisão de sinistros a liquidar em esfera judicial está assim representada:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	**849.983**	**836.224**
Aviso	4.863	6.256
Reavaliação	(2.091)	20.367
Pagamento	(196.589)	(202.838)
Cancelamento	(11.409)	(9.107)
Reabertura	126.922	115.277
Atualização monetária, juros e oscilação cambial	63.469	57.830
Variação do IBNER	42.622	25.974
Saldo no final do exercício	**877.770**	**849.983**

a) Discriminação das provisões de sinistros judiciais

A distribuição da provisão para sinistros judiciais está assim representada:

	2024	2023
Perda provável	274.975	254.722
Perda possível	281.275	317.117
Perda remota	67.213	66.459
	623.463	638.298
IBNER judicial	254.307	211.685
Total	**877.770**	**849.983**

20.4) Cobertura das provisões técnicas

	2024	2023
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	7.514.777	6.374.582
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	4.514.506	3.662.931
Provisão de sinistros sobre eventos ocorridos, mas não avisados (IBNR)	382.193	337.756
Outras provisões	315.637	277.859
Provisões técnicas - seguros (Nota 20.1)	**12.727.113**	**10.653.128**
(-) Ativos de resseguro redutores de PPNG	(558.203)	(301.565)
(-) Custo de aquisição diferidos redutores de PPNG	(470.244)	(421.716)
(-) Ativos de resseguro redutores de PSL	(2.615.906)	(1.862.698)
(-) Depósitos judiciais redutores de PSL	(16.068)	(14.718)
(-) Ativos de resseguro redutores de IBNR	(86.811)	(74.018)
(-) Ativos de resseguro redutores de outras provisões	(38.678)	(34.672)
(-) Direitos creditórios	(4.216.319)	(3.573.583)
Ativos redutores	**(8.002.229)**	**(6.282.970)**
Total a ser coberto	**4.724.884**	**4.370.158**
Ativos vinculados - investimentos em títulos e valores mobiliários (Nota 7)	5.314.669	5.134.947
Excesso de cobertura	**589.785**	**764.789**

(Continua)

Eufrázio







Chegou o Relatório de Desempenho da Tokio Marine 2024

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - *(Em Reais Mil)*

20.5) Desenvolvimento de sinistros

As tabelas abaixo apresentam a evolução acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros judiciais e não judiciais ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente em 31 de dezembro de 2024. O objetivo destas tabelas é demonstrar a consistência da política de provisionamento de sinistros da Seguradora.

(a) Desenvolvimento de sinistros administrativos - valores brutos de resseguro

Ano de ocorrência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2024 Total
Estimativa dos custos de sinistros											
No ano da ocorrência	1.695.909	2.143.716	2.171.042	2.258.147	3.102.027	2.633.867	4.195.114	4.788.669	5.034.832	6.575.311	
1 ano após	1.839.662	2.221.914	2.207.150	2.321.950	3.468.309	2.768.869	4.716.655	4.925.097	5.293.943		
2 anos após	1.846.763	2.227.244	2.202.277	2.311.278	3.507.246	2.791.086	4.704.862	4.906.801			
3 anos após	1.848.321	2.238.391	2.204.326	2.362.167	3.463.624	2.801.636	4.734.234				
4 anos após	1.846.333	2.236.227	2.213.939	2.407.966	3.402.652	2.805.470					
5 anos após	1.847.309	2.237.214	2.214.712	2.405.138	3.611.813						
6 anos após	1.847.992	2.237.266	2.213.838	2.441.575							
7 anos após	1.856.063	2.236.421	2.212.378								
8 anos após	1.851.425	2.238.212									
9 anos após	1.854.503										
Posição incorrida em 31/12/2024	**1.854.503**	**2.238.212**	**2.212.378**	**2.441.575**	**3.611.813**	**2.805.470**	**4.734.234**	**4.906.801**	**5.293.943**	**6.575.311**	**36.674.240**
Pagamentos acumulados											
No ano da ocorrência	(1.238.423)	(1.645.833)	(1.609.835)	(1.759.080)	(1.932.425)	(1.875.161)	(2.645.989)	(3.409.207)	(3.734.131)	(4.814.036)	
1 ano após	(1.709.016)	(2.140.843)	(2.136.761)	(2.246.193)	(2.567.374)	(2.635.324)	(4.255.357)	(4.533.706)	(4.933.586)		
2 anos após	(1.815.494)	(2.188.928)	(2.182.447)	(2.285.113)	(2.638.148)	(2.737.047)	(4.527.074)	(4.690.668)			
3 anos após	(1.826.567)	(2.209.961)	(2.189.534)	(2.337.079)	(2.649.269)	(2.778.267)	(4.633.139)				
4 anos após	(1.829.718)	(2.214.030)	(2.201.248)	(2.339.717)	(2.665.591)	(2.788.147)					
5 anos após	(1.837.188)	(2.222.664)	(2.202.597)	(2.341.614)	(2.667.149)						
6 anos após	(1.838.422)	(2.226.351)	(2.204.251)	(2.344.034)							
7 anos após	(1.841.215)	(2.226.738)	(2.205.364)								
8 anos após	(1.842.505)	(2.227.263)									
9 anos após	(1.849.634)	-									
Total de pagos até 31/12/2024	**(1.849.634)**	**(2.227.263)**	**(2.205.364)**	**(2.344.034)**	**(2.667.149)**	**(2.788.147)**	**(4.633.139)**	**(4.690.668)**	**(4.933.586)**	**(4.814.036)**	**(33.153.020)**
Diferença entre estimativa inicial e final	**(158.594)**	**(94.496)**	**(41.336)**	**(183.428)**	**(509.786)**	**(171.603)**	**(539.120)**	**(118.132)**	**(259.111)**	**-**	**-**
Passivo reconhecido no balanço	**4.869**	**10.949**	**7.014**	**97.541**	**944.664**	**17.323**	**101.095**	**216.133**	**360.357**	**1.761.275**	**3.521.220**
Passivo referente a períodos anteriores a 2015											25.337
IBNER											90.179
Total do passivo incluso no balanço											**3.636.736**

(b) Desenvolvimento de sinistros judiciais – valores brutos de resseguro

Ano de ocorrência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2024 Total
Estimativa dos custos de sinistros											
No ano da ocorrência	8.307	6.474	11.429	11.014	16.160	16.954	19.237	32.318	36.962	35.145	
1 ano após	37.601	59.350	46.342	42.590	57.018	80.186	77.392	90.347	93.228		
2 anos após	61.799	83.980	66.972	61.416	92.448	105.724	128.459	117.223			
3 anos após	77.631	99.569	70.014	79.743	119.073	119.385	160.546				
4 anos após	83.263	107.579	79.855	93.123	122.213	132.470					
5 anos após	93.522	114.454	86.556	97.316	123.145						
6 anos após	98.792	117.501	92.591	103.038							
7 anos após	102.962	120.030	97.067								
8 anos após	107.450	124.134									
9 anos após	107.862										
Posição incorrida em 31/12/2024	**107.862**	**124.134**	**97.067**	**103.038**	**123.145**	**132.470**	**160.546**	**117.223**	**93.228**	**35.145**	**1.093.858**
Pagamentos acumulados											
No ano da ocorrência	(1.011)	(674)	(991)	(1.438)	(2.800)	(2.021)	(1.930)	(7.785)	(14.446)	(9.864)	
1 ano após	(4.871)	(7.743)	(8.554)	(10.616)	(13.889)	(16.643)	(20.635)	(45.169)	(48.906)		
2 anos após	(10.732)	(15.471)	(21.200)	(21.118)	(29.427)	(36.426)	(48.141)	(66.046)			
3 anos após	(18.302)	(38.992)	(29.844)	(29.469)	(46.934)	(56.043)	(76.962)				
4 anos após	(27.678)	(55.667)	(39.881)	(40.724)	(73.257)	(78.048)					
5 anos após	(40.342)	(63.034)	(47.381)	(48.651)	(80.941)						
6 anos após	(44.942)	(69.821)	(57.986)	(59.839)							
7 anos após	(56.483)	(81.036)	(67.619)								
8 anos após	(64.531)	(89.718)									
9 anos após	(79.635)										
Total de pagos até 31/12/2024	**(79.635)**	**(89.718)**	**(67.619)**	**(59.839)**	**(80.941)**	**(78.048)**	**(76.962)**	**(66.046)**	**(48.906)**	**(9.864)**	**(657.578)**
Diferença entre estimativa inicial e final	**(99.555)**	**(117.660)**	**(85.638)**	**(92.024)**	**(106.985)**	**(115.516)**	**(141.309)**	**(84.905)**	**(56.266)**	**-**	**-**
Passivo reconhecido no balanço	**28.227**	**34.416**	**29.448**	**43.199**	**42.204**	**54.422**	**83.584**	**51.177**	**44.322**	**25.281**	**436.280**
Passivo referente a períodos anteriores a 2015											187.184
IBNER											254.306
Total do passivo incluso no balanço											**877.770**

(c) Desenvolvimento de sinistros administrativos – valores líquidos de resseguro

Ano de ocorrência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2024 Total
Estimativa dos custos de sinistros											
No ano da ocorrência	1.552.878	1.897.845	1.973.149	2.138.143	2.290.069	2.165.049	3.175.503	4.078.970	4.608.116	5.547.656	
1 ano após	1.621.689	1.957.423	2.021.687	2.180.113	2.352.207	2.236.817	3.446.247	4.192.552	4.762.907		
2 anos após	1.623.226	1.960.583	2.020.097	2.181.227	2.353.549	2.247.474	3.461.667	4.200.892			
3 anos após	1.625.702	1.966.553	2.023.805	2.185.027	2.357.937	2.253.756	3.468.720				
4 anos após	1.625.071	1.966.569	2.023.698	2.187.219	2.359.115	2.256.017					
5 anos após	1.625.589	1.965.859	2.024.044	2.186.879	2.360.425						
6 anos após	1.625.873	1.966.375	2.025.097	2.188.691							
7 anos após	1.630.965	1.965.847	2.024.848								
8 anos após	1.629.823	1.966.678									
9 anos após	1.630.652										
Posição incorrida em 31/12/2024	**1.630.652**	**1.966.678**	**2.024.848**	**2.188.691**	**2.360.425**	**2.256.017**	**3.468.720**	**4.200.892**	**4.762.907**	**5.547.656**	**30.407.486**
Pagamentos acumulados											
No ano da ocorrência	(1.177.048)	(1.503.431)	(1.518.666)	(1.714.177)	(1.840.246)	(1.649.938)	(2.457.215)	(3.243.074)	(3.659.086)	(4.558.432)	
1 ano após	(1.571.895)	(1.905.089)	(1.978.766)	(2.143.764)	(2.308.666)	(2.201.088)	(3.386.545)	(4.124.776)	(4.686.118)		
2 anos após	(1.604.810)	(1.940.252)	(2.007.407)	(2.165.367)	(2.335.289)	(2.230.244)	(3.437.929)	(4.169.018)			
3 anos após	(1.613.171)	(1.950.898)	(2.014.038)	(2.174.770)	(2.343.311)	(2.242.536)	(3.451.610)				
4 anos após	(1.616.265)	(1.953.962)	(2.016.069)	(2.176.378)	(2.349.690)	(2.246.231)					
5 anos após	(1.620.199)	(1.956.999)	(2.017.417)	(2.178.118)	(2.350.651)						
6 anos após	(1.621.274)	(1.959.524)	(2.019.071)	(2.180.141)							
7 anos após	(1.623.112)	(1.959.887)	(2.019.886)								
8 anos após	(1.623.693)	(1.960.048)									
9 anos após	(1.628.044)										
Total de pagos até 31/12/2024	**(1.628.044)**	**(1.960.048)**	**(2.019.886)**	**(2.180.141)**	**(2.350.651)**	**(2.246.231)**	**(3.451.610)**	**(4.169.018)**	**(4.686.118)**	**(4.558.432)**	**(29.250.179)**
Diferença entre estimativa inicial e final	**(77.774)**	**(68.833)**	**(51.699)**	**(50.548)**	**(70.356)**	**(90.968)**	**(293.217)**	**(121.922)**	**(154.791)**	**-**	**-**
Passivo reconhecido no balanço	**2.608**	**6.630**	**4.962**	**8.550**	**9.774**	**9.786**	**17.110**	**31.874**	**76.789**	**989.224**	**1.157.307**
Passivo referente a períodos anteriores a 2015											15.912
IBNER											34.853
RVR de Provisão de Sinistros a Liquidar de Resseguro											3.606
Total do passivo incluso no balanço											**1.211.678**

(d) Desenvolvimento de sinistros judiciais – valores líquidos de resseguro

Ano de ocorrência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2024 Total
Estimativa dos custos de sinistros											
No ano da ocorrência	7.965	6.291	10.871	10.881	16.020	13.840	17.236	23.070	33.023	25.013	
1 ano após	36.152	44.305	44.894	40.760	54.196	56.017	62.214	76.489	86.693		
2 anos após	56.407	68.170	64.181	58.158	76.719	73.178	87.258	98.197			
3 anos após	70.012	79.931	66.757	70.827	95.238	81.102	99.746				
4 anos após	74.194	83.527	76.389	81.709	95.926	82.340					
5 anos após	76.988	89.432	81.156	84.942	95.781						
6 anos após	79.903	91.402	87.202	89.128							
7 anos após	76.170	92.602	89.825								
8 anos após	77.338	94.473									
9 anos após	77.738										
Posição incorrida em 31/12/2024	**77.738**	**94.473**	**89.825**	**89.128**	**95.781**	**82.340**	**99.746**	**98.197**	**86.693**	**25.013**	**838.934**

(Continua)

Eufrázio







Chegou o Relatório de Desempenho da Tokio Marine 2024

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - *(Em Reais Mil)*

Pagamentos acumulados	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2024 Total
No ano da ocorrência	(1.007)	(674)	(991)	(1.438)	(2.793)	(1.981)	(1.903)	(7.314)	(14.393)	(9.819)	
1 ano após	(4.867)	(5.815)	(8.552)	(10.133)	(13.791)	(15.786)	(19.358)	(43.984)	(48.590)		
2 anos após	(10.480)	(13.443)	(20.708)	(20.344)	(29.187)	(30.480)	(39.957)	(63.527)			
3 anos após	(18.050)	(26.938)	(28.901)	(28.692)	(46.050)	(43.723)	(55.927)				
4 anos após	(26.686)	(37.287)	(38.862)	(39.326)	(56.476)	(54.690)					
5 anos após	(35.271)	(44.324)	(45.675)	(46.884)	(63.212)						
6 anos após	(39.575)	(51.040)	(56.257)	(57.142)							
7 anos após	(48.094)	(61.057)	(63.761)								
8 anos após	(55.118)	(68.684)									
9 anos após	(59.997)										
Total de pagos até 31/12/2024	**(59.997)**	**(68.684)**	**(63.761)**	**(57.142)**	**(63.212)**	**(54.690)**	**(55.927)**	**(63.527)**	**(48.590)**	**(9.819)**	**(545.349)**
Diferença entre estimativa inicial e final	**(69.773)**	**(88.182)**	**(78.954)**	**(78.247)**	**(79.761)**	**(68.500)**	**(82.510)**	**(75.127)**	**(53.670)**	-	-
Passivo reconhecido no balanço	**17.741**	**25.789**	**26.064**	**31.986**	**32.569**	**27.650**	**43.819**	**34.670**	**38.103**	**15.194**	**293.585**
Passivo referente a períodos anteriores a 2015											155.414
IBNER											237.923
Total do passivo incluso no balanço											**686.922**

21) OUTROS DÉBITOS – PROVISÕES JUDICIAIS

A composição das provisões judiciais e suas respectivas movimentações estão demonstradas a seguir:

Provisões	Processos fiscais (a)	Processos trabalhistas (b)	Processos cíveis (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**927.862**	**3.521**	**10.595**	**941.978**
Movimentação do período refletida no resultado	42.323	3.978	3.949	50.250
Constituição / Atualização	46.360	4.329	5.896	56.585
Reversão	(4.037)	(351)	(1.947)	(6.335)
Pagamentos	(15.132)	(742)	(2.809)	(18.683)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**955.053**	**6.757**	**11.735**	**973.545**

Provisões	Processos fiscais (a)	Processos trabalhistas (b)	Processos cíveis (c)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**871.536**	**1.520**	**8.968**	**882.024**
Movimentação do período refletida no resultado	59.464	2.123	5.202	66.789
Constituição / Atualização	59.464	2.535	6.509	68.508
Reversão	-	(412)	(1.307)	(1.719)
Pagamentos	(3.138)	(122)	(3.575)	(6.835)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**927.862**	**3.521**	**10.595**	**941.978**

(a) Processos de ações fiscais

A Seguradora classifica como obrigação legal as ações judiciais nas quais discute a constitucionalidade e legalidade da legislação. As obrigações legais são provisionadas independentemente da probabilidade de perda.

As contingências tributárias correspondem ao valor dos tributos envolvidos em discussões na esfera administrativa ou judicial e objeto de lançamento de ofício e são provisionadas sempre que a perda for classificada como provável.

A discussão mais relevante relacionada às Ações Fiscais que estão provisionadas é:

(i) PIS e COFINS – Base de cálculo: discute o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS pela Lei nº 9.718/98, que alterou o conceito de receita bruta, entendendo-a como a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil das receitas, cujo valor provisionado totaliza R$ 955.053 (R$ 908.692 em 31/12/2023). O valor discutido encontra-se depositado judicialmente. A partir de 2015, com o advento da Lei nº 12.973/14, a Seguradora passou a recolher essas contribuições sociais.

Não estão provisionados os valores relacionados às ações fiscais com prognóstico de perda possível. As principais contingências com probabilidade de perda possível, cujo risco total é de R$ 358.683 (R$ 287.389 em 31/12/2023), estão abaixo descritos:

(i) Amortização do ágio da FARAG: A Tokio Marine discute na esfera administrativa Auto de Infração que compreende o período de novembro e dezembro de 2005 e exige o pagamento de IRPJ e CSLL, relacionados à dedução para fins fiscais, da amortização do ágio pago pela empresa FARAG nas empresas Real Seguros S.A. e Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A. Adicionalmente, a Companhia discute judicialmente em ação anulatória o débito exigido para o período de 2006 e 2007, ocorreu sentença favorável para a Tokio Marine e a União interpôs Recurso de apelação. O valor atualizado envolvido é de R$ 57.412 (R$ 54.957 em 31/12/2023).

(ii) Ganho de capital: As autoridades fiscais lavraram auto de infração para exigir o pagamento de IRPJ e CSLL sobre valor supostamente excluído indevidamente relacionado ao valor do ágio apurado quando da alienação da Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A. O valor reclamado atualizado é de R$ 8.596 (R$ 8.191 em 31/12/2023). O processo aguarda análise do CARF.

(b) Processos de ações trabalhistas

As causas trabalhistas decorrem principalmente de processos de terceiros, cuja responsabilidade da Seguradora pode ser solidária ou subsidiária, sendo que os pleitos trabalhistas relacionam-se principalmente a horas extras e equiparação salarial. Não estão provisionados os valores relacionados às ações trabalhistas com probabilidade de perda possível, cujo risco total estimado é de R$ 6.537 (R$ 5.772 em 31/12/2023).

(c) Processos de ações cíveis

As causas cíveis decorrem de pleitos não relacionados às operações de seguros. A maior parte refere-se a pedidos ligados à recusa de proposta e renovação. Não são provisionados os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R$ 147.158 (R$ 149.840 em 31/12/2023).

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1) Capital social

O capital social está representado por 4.303 ações ordinárias (4.303 em 31/12/2023), todas nominativas e sem valor nominal, totalizando o montante de R$ 2.373.780 (R$ 2.373.780 em 31/12/2023).

22.2) Reservas de lucros

(a) Reserva legal

A reserva legal, no montante de R$ 297.039 (R$ 229.233 em 31/12/2023) é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

(b) Reserva estatutária

Esta reserva, no montante de R$ 2.790.075 (R$ 2.441.933 em 31/12/2023), é constituída pelo valor do lucro anual apurado em cada exercício social e não distribuído aos acionistas, com o objetivo de preservar a manutenção do capital aplicado nos negócios da Seguradora ou para as destinações conforme o estatuto. Sempre que o saldo acumulado da reserva estatutária atingir valor igual ao capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a utilização do excedente para aumento de Capital Social ou Distribuição aos Acionistas da Seguradora. A Assembleia Geral ocorre anualmente até 31 de março do ano subsequente.

No decorrer do exercício, foram deliberados e aprovados pagamentos de dividendos aos acionistas, complementares ao mínimo obrigatório, nos montantes de R$ 302.097 (AGO/E de 28/03/2024) e R$ 316.000 (AGE de 30/09/2024). Tais pagamentos foram realizados em 25 de abril de 2024 e em 25 de outubro de 2024, respectivamente.

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

A Seguradora reconhece os valores decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial, principalmente, a variação dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), líquidos dos efeitos tributários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o saldo total é de R$ (234.482) enquanto em 31 de dezembro de 2023 o montante é de R$ (35.239).

22.3) Ações em tesouraria

Foi firmado, em 12 de julho de 2022, acordo de recompra de 37.608 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de acionistas minoritários pelo valor de R$ 29. Em 31 de março de 2023, foi aprovado em AGO/E o cancelamento das 37.608 ações em tesouraria.

22.4) Destinação do lucro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Seguradora apurou lucro líquido no valor de R$ 1.356.124 (R$ 1.359.600 em 31/12/2023) destinando R$ 311.403 como provisão para pagamento de juros sobre o capital próprio (R$ 274.154 em 31/12/2023) e R$ 10.676 para pagamento de dividendos (R$ 48.752 em 31/12/2023).

22.5) Juros sobre o capital próprio

De acordo com a faculdade prevista no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, foram creditados aos acionistas juros sobre o capital próprio no valor de R$ 311.403 (R$ 274.154 em 31/12/2023), calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), *pro rata die*.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados como "Despesas financeiras", conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, o valor provisionado foi reclassificado, sendo apresentado como destinação do lucro, conforme destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social foram reduzidos em R$ 124.562 (R$ 109.661 em 31/12/2023), em decorrência da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio da base de cálculo destes tributos.

O crédito dos juros sobre o capital próprio será submetido à aprovação em reunião do Conselho de Administração *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até o dia 31 de março de 2025.

23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA) E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO (CMR)

A Resolução CNSP nº 432/21 estabelece o critério de exigência de capital a ser observado para operações de seguros. O critério estabelecido define que o PLA da Seguradora deverá ser maior ou igual ao CMR no fechamento mensal de seus balancetes. O CMR corresponde ao capital-base ou capital de risco, o maior entre esses dois valores. O patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido estão assim representados:

a) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	2024	2023
Patrimônio líquido	5.226.412	5.009.707
(-) Participações societárias	(1.582.952)	(1.589.589)
(-) Despesas antecipadas	(24.598)	(20.382)
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas (Nota 11.2 b))	(34.165)	(34.165)
(-) Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(144.277)	(58.964)
(-) Ativos intangíveis (Nota 17)	(25.499)	(26.904)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(130.876)	(115.469)
(-) Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	(328.921)	(311.482)
(-) Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado	(9.349)	(9.349)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) – Nível 1	**2.945.775**	**2.843.403**
(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	631.474	540.101
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) – Nível 2	**631.474**	**540.101**
(+) Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	328.921	311.482
(+) Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado	9.349	9.349
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) – Nível 3	**338.270**	**320.831**
(-) Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e de nível 3	**(9.349)**	**(9.349)**
(=) PLA Total soma dos níveis 1 a 3 (-) Ajuste do excesso	**3.906.170**	**3.694.986**
b) Capital-base	**15.000**	**15.000**
c) Capital de risco	**2.192.807**	**2.076.544**
Capital de risco de crédito	281.752	237.066
Capital de risco de subscrição	1.922.132	1.825.421
Capital de risco de mercado	120.496	137.507
Capital de risco operacional	80.264	81.095
Benefício da diversificação	(211.837)	(204.545)
d) Capital Mínimo Requerido (CMR) (Maior entre Capital-base (b) e Capital de risco (c))	**2.192.807**	**2.076.544**
e) Suficiência de Capital (PLA - CMR)	**1.713.363**	**1.618.442**

Em 31/12/2024, o valor de R$ 2.192.807 referente ao Capital de risco é calculado com o Crédito de risco do mercado dos fluxos registrados.

24) PARTES RELACIONADAS

A Administração identifica como partes relacionadas a sua controladora (Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd.) e outras empresas que compõem o Grupo Tokio Marine Holdings, Inc., e seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

2024

Tipo de operação	Parte relacionada	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Juros sobre o capital próprio e dividendos*	Meiji Yasuda Life Insurance Company	-	4.014	-	-
	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd.	-	279.140	-	-
	Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT	-	-	13	-
	Banco MUFG Brasil S.A.	-	-	33	-
	XS3 Seguros S.A.	41.010	-	-	-
		41.010	**283.154**	**46**	-
Resseguros	HCC Group	1.189	2.907	63	7.723
	Kiln Group	1.228	1.811	-	2.231
	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd.	3.273	22.485	20.937	25.868
		5.690	**27.203**	**21.000**	**35.822**
Outras	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd.	2.180	-	241	6.723
	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd. - Escritório de Representação no Brasil Ltda.	138	-	-	-
		2.318	-	**241**	**6.723**
		45.018	**310.357**	**21.287**	**42.545**

2023

Tipo de operação	Parte relacionada	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Juros sobre o capital próprio e dividendos *	Meiji Yasuda Life Insurance Company	-	4.092	-	-
	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd.	-	284.457	-	-
	Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT	-	-	17	-
	XS3 Seguros S.A.	29.618	-	-	-
		29.618	**288.549**	**17**	-
Resseguros	HCC Group	191	4.330	387	7.901
	Kiln Group	261	2.849	-	7.196
	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd.	2.495	16.695	6.945	21.323
		2.947	**23.874**	**7.332**	**36.420**
Rateio Intragrupo	Tokio Marine Serviços Ltda.	-	-	4.636	-
		-	-	**4.636**	-
Outras	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd.	-	45	886	6.292
	Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd. - Escritório de Representação no Brasil Ltda.	119	-	-	-
	Meiji Yasuda Life Insurance Company	-	31	-	-
		119	**76**	**886**	**6.292**
		32.684	**312.499**	**12.871**	**42.712**

Despesas comuns com as empresas Tokio Marine & Nichido Fire Insurance Co., Ltd. e Tokio Marine Holdings, Inc., referem-se principalmente à utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo, de forma que o montante relativo a esta utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes.

Na avaliação das transações realizadas com partes relacionadas no exterior, em conformidade com a Lei nº 14.596/2023 e a IN 2161/2023, a Seguradora não identificou impacto relevante, concluindo pela adequação das transações às normas vigentes.

A remuneração total anual prevista da Alta Administração da Seguradora monta R$ 53.357 (R$ 45.715 em 31/12/2023).

* Os valores de Juros sobre o Capital Próprio estão líquidos de imposto de renda no montante de R$ 38.925 (R$ 34.257 em 2023).

25) PRÊMIOS EMITIDOS

Os prêmios de seguros emitidos líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres, dos principais grupos de ramos de seguros estão assim compostos:

	2024	2023
Automóvel	8.132.392	7.443.861
Patrimonial	2.433.842	1.948.435
Transportes	758.475	707.429
Pessoas Coletivo	495.784	449.055
Responsabilidades	460.569	419.856
Riscos Financeiros	482.797	310.936
Petróleo	212.569	451.301
Rural	105.723	94.235
Demais Ramos	358.120	321.628
Total	**13.440.271**	**12.146.736**

(Continua)

Eufrázio







Chegou o Relatório de Desempenho da Tokio Marine 2024

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - *(Em Reais Mil)*

26) COMPOSIÇÃO DOS PRÊMIOS GANHOS, SINISTROS OCORRIDOS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO

Bruto de resseguro	Prêmios ganhos		Sinistros ocorridos				Custos de aquisição			
	2024	2023	2024	Percentual	2023	Percentual	2024	Percentual	2023	Percentual
Automóvel	7.634.829	7.092.670	(4.344.120)	57	(3.780.718)	53	(1.562.342)	20	(1.351.636)	19
Patrimonial	2.167.370	1.793.286	(1.409.553)	65	(818.400)	46	(443.893)	20	(356.728)	20
Transportes	746.175	680.217	(390.301)	52	(335.145)	49	(190.441)	26	(181.012)	27
Responsabilidades	433.855	427.285	(146.915)	34	(121.483)	28	(66.097)	15	(72.195)	17
Pessoas Coletivo	483.044	438.080	(221.932)	46	(188.607)	43	(188.166)	39	(178.447)	41
Riscos Financeiros	294.657	208.804	(85.493)	29	(54.118)	26	(72.228)	25	(49.584)	24
Rural	93.256	97.936	(51.306)	55	(49.607)	51	(21.685)	23	(20.178)	21
Demais Ramos	556.412	519.573	(138.384)	25	(114.918)	22	(105.814)	19	(119.055)	23
Total	**12.409.598**	**11.257.941**	**(6.788.004)**	**55**	**(5.462.996)**	**49**	**(2.650.666)**	**21**	**(2.328.835)**	**21**

Líquido de resseguro	Prêmios ganhos		Sinistros ocorridos				Custos de aquisição			
	2024	2023	2024	Percentual	2023	Percentual	2024	Percentual	2023	Percentual
Automóvel	7.634.829	7.092.670	(4.344.054)	57	(3.780.587)	53	(1.562.342)	20	(1.351.636)	19
Patrimonial	995.371	811.423	(404.012)	41	(397.128)	49	(343.152)	34	(263.516)	32
Transportes	677.309	621.319	(369.809)	55	(322.653)	52	(187.069)	28	(177.351)	29
Responsabilidades	258.014	242.429	(89.209)	35	(95.143)	39	(58.848)	23	(66.085)	27
Pessoas Coletivo	478.050	434.157	(221.425)	46	(187.236)	43	(187.862)	39	(178.159)	41
Riscos Financeiros	173.428	111.194	(79.618)	46	(47.003)	42	(34.257)	20	(18.317)	16
Rural	60.103	65.581	(30.399)	51	(25.441)	39	(14.693)	24	(13.219)	20
Demais Ramos	315.219	301.589	(84.869)	27	(57.685)	19	(104.725)	33	(118.047)	39
Total	**10.592.323**	**9.680.362**	**(5.623.395)**	**53**	**(4.912.876)**	**51**	**(2.492.948)**	**24**	**(2.186.330)**	**23**

26.1) Prêmios ganhos

	2024	2023
Prêmios emitidos	14.897.996	13.755.330
Prêmios cancelados	(1.388.801)	(1.284.041)
Prêmios restituídos	(117.731)	(102.971)
Prêmios de cosseguros aceitos	456.220	307.850
Prêmios de cosseguros cedidos	(477.397)	(514.984)
Prêmios riscos vigentes não emitidos	69.984	(14.448)
Variação das provisões técnicas de prêmios	(1.030.673)	(888.795)
Total	**12.409.598**	**11.257.941**

26.2) Sinistros ocorridos

	2024	2023
Indenizações avisadas	(7.299.251)	(5.456.114)
Provisão de despesas relacionadas	(306.814)	(267.132)
Recuperação de sinistros	338.552	79.209
Salvados	1.001.617	704.633
Ressarcimentos	193.256	146.645
Variação das provisões de sinistros ocorridos mas não avisados	(88.990)	(82.790)
Serviços de assistência	(626.374)	(587.447)
Total	**(6.788.004)**	**(5.462.996)**

26.3) Custos de aquisição

	2024	2023
Comissão sobre prêmios	(2.329.552)	(1.965.669)
Recuperação de comissão	55.342	43.487
Outros custos de aquisição	(596.347)	(571.635)
Variação dos custos de aquisição diferidos	219.891	164.982
Total	**(2.650.666)**	**(2.328.835)**

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2024	2023
Receitas operacionais de seguros	26.601	27.823
Despesa com desenvolvimento de vendas	(5.222)	(18.614)
Despesas com cobrança	(38.330)	(34.907)
Despesas com consultas à base de dados	(33.858)	(32.362)
Despesas com rastreamento / monitoramento	(28.236)	(22.460)
Despesas com gerenciamento de dados	(15.071)	(12.467)
Despesas com canal de vendas	(4.025)	(5.022)
Despesas com encargos sociais	(8.234)	(7.574)
Despesas com gerenciamento de riscos	(4.457)	(3.635)
Redução ao valor recuperável	(26.537)	(17.256)
Despesas com provisões cíveis	(4.310)	(8.419)
Despesas com utilização de marca	(4.683)	(4.096)
Despesas com produtos agregados	(3.642)	(3.549)
Despesas com consórcio DPVAT	(1.235)	(3.505)
Outras	(21.872)	(23.934)
Total	**(173.111)**	**(169.977)**

28) RESULTADO COM RESSEGURO

	2024	2023
Indenizações a recuperar	1.128.288	504.166
Recuperações de despesas com sinistros	33.264	33.815
Variação das provisões de sinistros	17.131	27.103
Receitas com participações em lucros	978	1.026
Receitas com resseguro	**1.179.661**	**566.110**
Prêmios cedidos	(1.884.028)	(1.757.440)
Variação das despesas de resseguros	224.467	322.366
Participação da resseguradora em recuperações de salvados	(14.074)	(14.964)
Despesas com resseguro	**(1.673.635)**	**(1.450.038)**
Redução ao valor recuperável	11.559	(1.691)
Outras receitas e despesas com resultado de resseguro	19.420	15.568
Outras receitas e despesas com resseguro	**30.979**	**13.877**
Total	**(462.995)**	**(870.051)**

29) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Despesas com pessoal próprio	(522.615)	(510.594)
Despesas com serviços técnicos de terceiros *	(125.470)	(116.792)
Despesas com localização e funcionamento	(68.677)	(64.723)
Despesas com publicidade e propaganda	(53.439)	(41.613)
Outras despesas	(5.626)	(5.187)
Total	**(775.827)**	**(738.909)**

* Nesta linha, contém os honorários referentes aos exames de auditoria externa das demonstrações financeiras individuais, revisão de IRPJ e ECF e declaração anual no montante de R$ 896 (R$ 870 em 31/12/2023).

30) DESPESAS COM TRIBUTOS

	2024	2023
PIS	(48.132)	(45.124)
COFINS	(291.755)	(274.384)
Taxa de fiscalização	(5.987)	(5.181)
Outras	(9.700)	(14.812)
Total	**(355.574)**	**(339.501)**

31) RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receita com títulos de renda fixa	658.884	503.088
Receita com títulos de renda variável	13	17
Receita com atualização de créditos tributários	15.484	15.106
Receita com fundos de investimentos	50.484	57.876
Despesas com títulos de renda variável	-	(141)
Receita / (Despesa) com oscilação cambial	(57.219)	16.374
Despesas com títulos de renda fixa	(367)	(1.032)
Despesas com atualização monetária	(17.163)	(14.580)
Receita / (Despesa) com outros	16.111	(487)
Total	**666.227**	**576.221**

32) RESULTADO PATRIMONIAL

	2024	2023
Receita com equivalência patrimonial	160.090	126.572
Amortização de mais-valia de investimento	(23.172)	(16.691)
Outros investimentos	33	-
Total	**136.951**	**109.881**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ ADALBERTO FERRARA - Conselheiro-Presidente
YASUHIRO KIMURA - Conselheiro
MASAHIRO KOIKE - Conselheiro

DIRETORIA

JOSÉ ADALBERTO FERRARA - Diretor-Presidente
MARCELO GOLDMAN - Diretor Executivo
LUIS FELIPE SMITH DE VASCONCELLOS - Diretor Executivo
MASAAKI ITAKURA - Diretor Executivo
ADILSON IGNÁCIO LAVRADOR - Diretor Executivo
DANIEL DIBE DA SILVA - Diretor Executivo
ROSETE BOUKAI NETA - Diretora Executiva

ATUÁRIO

RUSSIEL MOSCON
MIBA 983

CONTADOR

FILIPE RIBEIRO ALVES FERREIRA
CRC 1SP292175/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Tokio Marine Seguradora S.A.
São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria da Tokio Marine Seguradora S.A., instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar: *(i)* pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; *(ii)* pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (compliance); *(iii)* pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; *(iv)* pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: *(i)* entrevistas com a alta administração e com gestores; *(ii)* acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; *(iii)* avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; *(iv)* avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; *(v)* avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e compliance e de gerenciamento de riscos; e *(vi)* avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implantação e supervisão das atividades de Controle Interno e Compliance.

A auditoria independente, a cargo da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, é responsável por examinar as demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir relatório de auditoria sobre a adequada apresentação dessas demonstrações financeiras.

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Seguradora. Ressaltamos que a auditoria interna desempenha suas funções com base nas normas definidas na Estrutura Internacional de Práticas Profissionais, conforme certificação concedida pelo *The Institute of Internal Auditors – The IIA* por meio da "Avaliação da Qualidade da Atividade da Auditoria Interna – QA" realizada em 2024.

O Comitê de Auditoria atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O Comitê avaliou o plano de trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o submeteu ao Conselho de Administração. O Comitê acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados, e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O Comitê também avalia, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Conselho de Administração, com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Seguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração que autorize a emissão das demonstrações financeiras da Tokio Marine Seguradora S.A., auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

Carlos E. Munhoz - Coordenador do Comitê de Auditoria
Paulo Miguel Marraccini - Membro do Comitê de Auditoria
Carlos Elder Maciel de Aquino - Membro do Comitê de Auditoria

(Continua)

Eufrázio







Chegou o Relatório de Desempenho da Tokio Marine 2024

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - *(Em Reais Mil)*

26) COMPOSIÇÃO DOS PRÊMIOS GANHOS, SINISTROS OCORRIDOS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO

Bruto de resseguro	Prêmios ganhos		Sinistros ocorridos				Custos de aquisição			
	2024	2023	2024	Percentual	2023	Percentual	2024	Percentual	2023	Percentual
Automóvel	7.634.829	7.092.670	(4.344.120)	57	(3.780.718)	53	(1.562.342)	20	(1.351.636)	19
Patrimonial	2.167.370	1.793.286	(1.409.553)	65	(818.400)	46	(443.893)	20	(356.728)	20
Transportes	746.175	680.217	(390.301)	52	(335.145)	49	(190.441)	26	(181.012)	27
Responsabilidades	433.855	427.285	(146.915)	34	(121.483)	28	(66.097)	15	(72.195)	17
Pessoas Coletivo	483.044	438.080	(221.932)	46	(188.607)	43	(188.166)	39	(178.447)	41
Riscos Financeiros	294.657	208.894	(85.493)	29	(54.118)	26	(72.228)	25	(49.584)	24
Rural	93.256	97.936	(51.306)	55	(49.607)	51	(21.685)	23	(20.178)	21
Demais Ramos	556.412	519.573	(138.384)	25	(114.918)	22	(105.814)	19	(119.055)	23
Total	**12.409.598**	**11.257.941**	**(6.788.004)**	**55**	**(5.462.996)**	**49**	**(2.650.666)**	**21**	**(2.328.835)**	**21**

Líquido de resseguro	Prêmios ganhos		Sinistros ocorridos				Custos de aquisição			
	2024	2023	2024	Percentual	2023	Percentual	2024	Percentual	2023	Percentual
Automóvel	7.634.829	7.092.670	(4.344.054)	57	(3.780.587)	53	(1.562.342)	20	(1.351.636)	19
Patrimonial	995.371	811.423	(404.012)	41	(397.128)	49	(343.152)	34	(263.516)	32
Transportes	677.309	621.319	(369.809)	55	(322.653)	52	(187.069)	28	(177.351)	29
Responsabilidades	258.014	242.429	(89.209)	35	(95.143)	39	(58.848)	23	(66.085)	27
Pessoas Coletivo	478.050	434.157	(221.425)	46	(187.236)	43	(187.862)	39	(178.159)	41
Riscos Financeiros	173.428	111.194	(79.618)	46	(47.003)	42	(34.257)	20	(18.317)	16
Rural	60.103	65.581	(30.399)	51	(25.441)	39	(14.693)	24	(13.219)	20
Demais Ramos	315.219	301.589	(84.869)	27	(57.685)	19	(104.725)	33	(118.047)	39
Total	**10.592.323**	**9.680.362**	**(5.623.395)**	**53**	**(4.912.876)**	**51**	**(2.492.948)**	**24**	**(2.186.330)**	**23**

26.1) Prêmios ganhos

	2024	2023
Prêmios emitidos	14.897.996	13.755.330
Prêmios cancelados	(1.388.801)	(1.284.041)
Prêmios restituídos	(117.731)	(102.971)
Prêmios de cosseguros aceitos	456.220	307.850
Prêmios de cosseguros cedidos	(477.397)	(514.984)
Prêmios riscos vigentes não emitidos	69.984	(14.448)
Variação das provisões técnicas de prêmios	(1.030.673)	(888.795)
Total	**12.409.598**	**11.257.941**

26.2) Sinistros ocorridos

	2024	2023
Indenizações avisadas	(7.299.251)	(5.456.114)
Provisão de despesas relacionadas	(306.814)	(267.132)
Recuperação de sinistros	338.552	79.209
Salvados	1.001.617	704.633
Ressarcimentos	193.256	146.645
Variação das provisões de sinistros ocorridos mas não avisados	(88.990)	(82.790)
Serviços de assistência	(626.374)	(587.447)
Total	**(6.788.004)**	**(5.462.996)**

26.3) Custos de aquisição

	2024	2023
Comissão sobre prêmios	(2.329.552)	(1.965.669)
Recuperação de comissão	55.342	43.487
Outros custos de aquisição	(596.347)	(571.635)
Variação dos custos de aquisição diferidos	219.891	164.982
Total	**(2.650.666)**	**(2.328.835)**

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2024	2023
Receitas operacionais de seguros	26.601	27.823
Despesa com desenvolvimento de vendas	(5.222)	(18.614)
Despesas com cobrança	(38.330)	(34.907)
Despesas com consultas à base de dados	(33.858)	(32.362)
Despesas com rastreamento / monitoramento	(28.236)	(22.460)
Despesas com gerenciamento de dados	(15.071)	(12.467)
Despesas com canal de vendas	(4.025)	(5.022)
Despesas com encargos sociais	(8.234)	(7.574)
Despesas com gerenciamento de riscos	(4.457)	(3.635)
Redução ao valor recuperável	(26.537)	(17.256)
Despesas com provisões cíveis	(4.310)	(8.419)
Despesas com utilização de marca	(4.683)	(4.096)
Despesas com produtos agregados	(3.642)	(3.549)
Despesas com consórcio DPVAT	(1.235)	(3.505)
Outras	(21.872)	(23.934)
Total	**(173.111)**	**(169.977)**

28) RESULTADO COM RESSEGURO

	2024	2023
Indenizações a recuperar	1.128.288	504.166
Recuperações de despesas com sinistros	33.264	33.815
Variação das provisões de sinistros	17.131	27.103
Receitas com participações em lucros	978	1.026
Receitas com resseguro	**1.179.661**	**566.110**
Prêmios cedidos	(1.884.028)	(1.757.440)
Variação das despesas de resseguros	224.467	322.366
Participação da resseguradora em recuperações de salvados	(14.074)	(14.964)
Despesas com resseguro	**(1.673.635)**	**(1.450.038)**
Redução ao valor recuperável	11.559	(1.691)
Outras receitas e despesas com resultado de resseguro	19.420	15.568
Outras receitas e despesas com resseguro	**30.979**	**13.877**
Total	**(462.995)**	**(870.051)**

29) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Despesas com pessoal próprio	(522.615)	(510.594)
Despesas com serviços técnicos de terceiros *	(125.470)	(116.792)
Despesas com localização e funcionamento	(68.677)	(64.723)
Despesas com publicidade e propaganda	(53.439)	(41.613)
Outras despesas	(5.626)	(5.187)
Total	**(775.827)**	**(738.909)**

* Nesta linha, contém os honorários referentes aos exames de auditoria externa das demonstrações financeiras individuais, revisão de IRPJ e ECF e declaração anual no montante de R$ 856 (R$ 870 em 31/12/2023).

30) DESPESAS COM TRIBUTOS

	2024	2023
PIS	(48.132)	(45.124)
COFINS	(291.755)	(274.384)
Taxa de fiscalização	(5.987)	(5.181)
Outras	(9.700)	(14.812)
Total	**(355.574)**	**(339.501)**

31) RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receita com títulos de renda fixa	658.884	503.088
Receita com títulos de renda variável	13	17
Receita com atualização de créditos tributários	15.484	15.106
Receita com fundos de investimentos	50.484	57.876
Despesas com títulos de renda variável	-	(141)
Receita / (Despesa) com oscilação cambial	(57.219)	16.374
Despesas com títulos de renda fixa	(367)	(1.032)
Despesas com atualização monetária	(17.163)	(14.580)
Receita / (Despesa) com outros	16.111	(487)
Total	**666.227**	**576.221**

32) RESULTADO PATRIMONIAL

	2024	2023
Receita com equivalência patrimonial	160.090	126.572
Amortização de mais-valia de investimento	(23.172)	(16.691)
Outros investimentos	33	-
Total	**136.951**	**109.881**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ ADALBERTO FERRARA - Conselheiro-Presidente
YASUHIRO KIMURA - Conselheiro
MASAHIRO KOIKE - Conselheiro

DIRETORIA

JOSÉ ADALBERTO FERRARA - Diretor-Presidente
MARCELO GOLDMAN - Diretor Executivo
LUIS FELIPE SMITH DE VASCONCELLOS - Diretor Executivo
MASAAKI ITAKURA - Diretor Executivo
ADILSON IGNÁCIO LAVRADOR - Diretor Executivo
DANIEL DIBE DA SILVA - Diretor Executivo
ROSETE BOUKAI NETA - Diretora Executiva

ATUÁRIO

RUSSIEL MOSCON
MIBA 983

CONTADOR

FILIPE RIBEIRO ALVES FERREIRA
CRC 1SP292175/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Tokio Marine Seguradora S.A.
São Paulo, SP

O Comitê de Auditoria da Tokio Marine Seguradora S.A., instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, funciona em conformidade com o estatuto social e o seu regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar: *(i)* pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; *(ii)* pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (compliance); *(iii)* pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna; *(iv)* pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu: *(i)* entrevistas com a alta administração e com gestores; *(ii)* acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; *(iii)* avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; *(iv)* avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; *(v)* avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e compliance e de gerenciamento de riscos; e *(vi)* avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implantação e supervisão das atividades de Controle Interno e Compliance.

A auditoria independente, a cargo da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, é responsável por examinar as demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir relatório de auditoria sobre a adequada apresentação dessas demonstrações financeiras.

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos, e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Seguradora. Ressaltamos que a auditoria interna desempenha suas funções com base nas normas definidas na Estrutura Internacional de Práticas Profissionais, conforme certificação concedida pelo *The Institute of Internal Auditors – The IIA* por meio da "Avaliação da Qualidade da Atividade da Auditoria Interna – QA" realizada em 2024.

O Comitê de Auditoria atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê mantém com os auditores independentes canais regulares de comunicação. O Comitê avaliou o plano de trabalho de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o submeteu ao Conselho de Administração. O Comitê acompanhou os trabalhos realizados e seus resultados, e tomou conhecimento do Relatório dos Auditores Independentes emitido nesta data. O Comitê também avalia, rotineiramente, a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Conselho de Administração, com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Seguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração que autorize a emissão das demonstrações financeiras da Tokio Marine Seguradora S.A., auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

Carlos E. Munhoz - Coordenador do Comitê de Auditoria
Paulo Miguel Marraccini - Membro do Comitê de Auditoria
Carlos Elder Maciel de Aquino - Membro do Comitê de Auditoria

(Continua)







Chegou o Relatório de Desempenho da Tokio Marine 2024

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.**
São Paulo - SP

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Tokio Marine Seguradora S.A. ("Companhia"), e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração: A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores atuariais independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no Anexo a este relatório, da Companhia, anteriormente referidas, em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03 - CIBA 45
João Batista da Costa Pinto - MIBA 944

Demonstrativos do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes
1. Demonstrativo dos limites de retenção - em reais mil

Limite de Retenção	dez/2024	dez/2023
1387	500	500
155, 437, 457, 523, 524, 739, 748, 749, 750, 859, 860, 870, 1066, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1164, 1457	530	530
740, 745, 747	1.000	1.000
111, 115, 525, 544, 644, 1163, 1390	1.400	1.400
274, 1574	2.000	2.000
112, 520, 526, 531, 542, 583, 586, 1068, 1198, 1329, 1377, 1381, 1384, 1601	2.100	2.100
173	3.000	1.500
435, 1528, 1535, 1537	3.200	3.200
310, 313, 378	3.300	3.300
658, 929, 969, 977, 980, 981, 984, 987, 990, 993, 1101, 1102, 1369, 1391, 1597, 1602	4.000	4.000
982	4.200	4.200
234, 433, 621, 622, 623, 627, 628, 632, 638, 652, 654, 655, 656, 1417, 1428, 1433, 1734 (2023)	4.500	4.500
114, 327 (2023), 1130, 1162	5.000	5.000
553	6.500	4.500
1061, 1065	6.600	6.600
327, 1734	7.000	7.000
171	7.200	7.200
746	8.000	1.000
116, 775 (2023), 776 (2023)	10.000	10.000
167, 351	11.000	11.000
118, 141, 196, 775, 776	15.000	11.000

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Tokio Marine Seguradora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Tokio Marine Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tokio Marine Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das provisões técnicas (PPNG-RVNE, PSL, IBNER e IBNR) (Notas 3.12 e 20) A Seguradora possui obrigações referentes aos seus contratos de seguros registradas na rubrica Provisões Técnicas de Seguros nas demonstrações financeiras. A mensuração dos montantes registrados nas provisões técnicas envolvem julgamento da administração na definição das metodologias de cálculo e premissas atuariais, com destaque para as Provisões de Prêmios Não Ganhos referente a Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), que considera também a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER). Essa foi uma área de foco em nossa auditoria devido à subjetividade das premissas e a complexidade na mensuração dessas provisões técnicas, bem como da relevância dos saldos no contexto das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos relevantes relacionados ao processo de registro e mensuração das provisões técnicas de prêmios e sinistros, bem como verificamos a integridade dos registros oficiais da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e realizamos testes documentais, em bases amostrais, para confirmarmos a existência e adequado provisionamento dos sinistros testados. Para os sinistros judiciais, efetuamos também procedimentos de confirmação da existência dos processos judiciais, em base amostral, com os advogados responsáveis pelos processos. Adicionalmente, envolvemos nossos especialistas atuários para: (i) avaliar as metodologias e principais premissas atuariais e financeiras consideradas pela administração, tais como desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e sinistralidade esperada, comparando com as notas técnicas atuariais das provisões técnicas PPNG-RVNE, IBNER e IBNR; (ii) efetuar testes de reconciliação das bases de dados de prêmios emitidos e sinistros avisados com os respectivos saldos contábeis; (iii) realizar testes de consistência destas provisões técnicas; e (iv) recalcular de forma independente as provisões técnicas estimadas (PPNG-RVNE, IBNER e IBNR). Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração para mensuração das provisões técnicas são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação A Seguradora tem um ambiente de negócio altamente dependente da estrutura de tecnologia para registro e processamento de informações de suas operações, a qual requer uma complexa infraestrutura para suportar o elevado volume de transações e um ambiente de controles adequado para a manutenção e desenvolvimentos dos sistemas e ferramentas de tecnologia. O registro e processamento das informações críticas da Seguradora por meio de processos no ambiente de tecnologia da informação é determinante no contexto das demonstrações financeiras e a avaliação da efetividade dos controles de tecnologia é considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, envolvemos nossos especialistas em tecnologia no entendimento e avaliação dos controles relevantes relacionados ao ambiente de tecnologia da informação, bem como efetuamos os testes de efetividade nestes controles. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes sobre os principais controles de segurança de acessos a programas, sistemas e dados, controles de gestão de mudanças sistêmicas e controles relacionados a processos-chave de segurança da informação relacionados aos sistemas e aplicativos relevantes. Os procedimentos de auditoria aplicados resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada em conjunto como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Seguradora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luis Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Eufrázio

ESTADÃO 

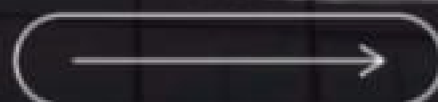
QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO



CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

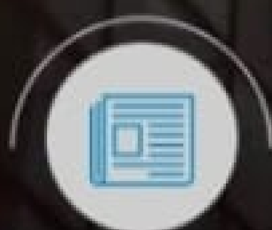
Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.





ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS


LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS


A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES


CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)


ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS


LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

A MELHOR MULTIPLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA


CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22

ESTADÃO RI

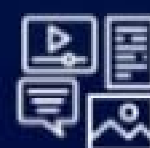
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores

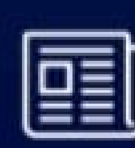
Confira as notícias que envolvem as principais empresas do País.


AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS


INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL

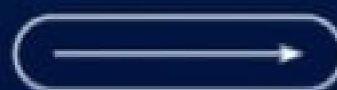

BUSCADOR INTELIGENTE


PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS


CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS



PORTAL ESTADÃO RI



ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107,3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AE AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Eufrázio



Juntos por uma sociedade mais saudável



3.230
farmácias em todo o Brasil



330-350
aberturas brutas para 2025 (guidance)



NPS 91
avaliação de atendimento pelos clientes



49,1 MM
de clientes ativos no último ano



404 MM
de atendimentos



621 MM
de acessos digitais nos apps e sites



41,8 BI
de receita bruta
+15% de crescimento a/a



3,0 BI
de EBITDA ajustado
+15% de crescimento a/a

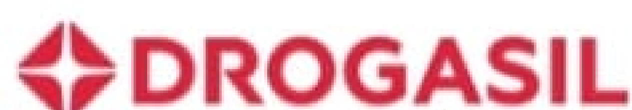


16,5%
de participação de mercado no 4T24





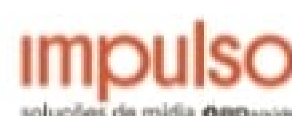














Eufrázio



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025. A RD Saúde (Raia Drogasil S.A. – B3: RADL3) anuncia seus resultados referentes ao 4º trimestre de 2024 (4T24). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – Geral (NBC TG) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estes demonstrativos são apresentados em Reais, e todas as taxas de crescimento, a menos que seja afirmado o contrário, referem-se ao mesmo período do ano anterior.

IFRS 16: Nossas demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com o IFRS 16. Para melhor representar a realidade econômica do negócio, os números deste relatório são apresentados sob a norma antiga, o IAS 17 / CPC 06. A reconciliação com o IFRS 16 pode ser encontrada em capítulo dedicado neste documento.

Reclassificações 2023: Lembramos que concluímos no 1T24 determinadas reclassificações de receitas e despesas visando máxima correlação com as atividades da Companhia. Estas reclassificações se referem aos resultados de 2023 e não alteram o EBITDA, o balanço patrimonial ou o fluxo de caixa. Mais detalhes destas reclassificações podem ser encontrados no release de resultados do 1T24.

DESTAQUES CONSOLIDADOS DO ANO:

- **FARMÁCIAS: 3.230 unidades em operação (300 aberturas e 23 encerramentos);**
- **RECEITA BRUTA: R$ 41,8 bilhões, crescimento de 15,1%, com 6,5% nas lojas maduras (13,9% no 4T24 com 5,6% nas maduras);**
- **MARKET SHARE: 16,5% de participação nacional no 4T24, aumento de 0,3 pp;**
- **DIGITAL: R$ 7,1 bilhões, crescimento de 41,7% e penetração no varejo de 20,2% no 4T24;**
- **EBITDA AJUSTADO: R$ 2.992 milhões, crescimento de 15,0% e margem de 7,2% (R$ 677,5 milhões no 4T24, margem de 6,2%);**
- **LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO*: R$ 1.289 milhões, crescimento de 16,6% e margem de 3,1% (R$ 381,4 milhões no 4T24, margem de 3,5%);**
- **FLUXO DE CAIXA: Fluxo de caixa livre positivo de R$ 188,5 milhões, R$ 651,4 milhões de consumo total.**

** Inclui os efeitos da tributação sobre subvenções para investimentos, conforme a Lei nº 14.789/2023.*

Sumário	2023	2024	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
(R$ mil)							
# de farmácias	2.953	3.230	2.953	3.010	3.076	3.139	3.230
Aberturas orgânicas	270	300	87	62	70	72	96
Fechamentos	(14)	(23)	(2)	(5)	(4)	(9)	(5)
# de funcionários	57.691	64.758	57.691	57.708	59.341	62.402	64.758
# de farmacêuticos	12.047	12.894	12.047	12.306	12.429	12.689	12.894
# de atendimentos (mil)	361.721	404.357	94.401	95.846	102.141	102.620	103.751
# de clientes ativos (MM)	47,6	49,1	47,6	48,2	48,8	49,1	49,1
Receita bruta	36.298.767	41.781.973	9.538.836	9.767.156	10.402.635	10.749.830	10.862.353
Crescimento (a/a)	+17,3%	+15,1%	+14,3%	+15,3%	+15,4%	+15,9%	+13,9%
Lucro bruto	10.164.259	11.556.068	2.670.232	2.659.264	2.931.999	2.970.685	2.994.119
% da receita bruta	28,0%	27,7%	28,0%	27,2%	28,2%	27,6%	27,6%
EBITDA ajustado	2.603.246	2.992.482	614.544	679.850	824.396	810.715	677.521
% da receita bruta	7,2%	7,2%	6,4%	7,0%	7,9%	7,5%	6,2%
Lucro líquido ajustado	1.104.787	1.288.546	283.315	213.700	356.613	336.819	381.414
% da receita bruta	3,0%	3,1%	3,0%	2,2%	3,4%	3,1%	3,5%
Lucro líquido	1.150.801	1.275.031	284.651	213.014	348.425	362.117	351.476
% da receita bruta	3,2%	3,1%	3,0%	2,2%	3,3%	3,4%	3,2%
Fluxo de caixa livre	(41.122)	188.481	150.930	(118.057)	(182.564)	693.260	(204.158)

CARTA DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2024, nos aproximamos ainda mais dos clientes, entendendo e melhorando a sua jornada e a omnicanalidade. Avançamos na Atenção Primária, trazendo um portfólio mais diversificado de serviços para as pessoas e comunidades que servimos. Consolidamos nossos pilares estratégicos - Cuidar de Gente; Executar com Foco; Construir o Futuro – os quais reforçam a nossa visão de longo prazo. Para coroar esse novo papel da Companhia, passamos a nos chamar **RD Saúde**. Seguimos crescendo, nos expandindo a uma velocidade única, ganhando *market share* e mantendo a maior rentabilidade consolidada do setor, com ganhos sustentados de margem no varejo. Por fim, efetivamos a sucessão interna do CEO de forma bem planejada e executada, com a nomeação de Renato Raduar em substituição a Marcílio Pousada, o qual será indicado para Membro e novo Presidente do Conselho de Administração da empresa. Com isso, buscamos um novo ciclo de prosperidade e reinvenção, mas com continuidade e preservação do Propósito, da Cultura e dos Valores que nos trouxeram até aqui.

Pela primeira vez, uma empresa de **SAÚDE** passou a estar entre as marcas mais valiosas do País. Segundo o *ranking Interbrand Best Brazilian Brands* de 2024, nossas marcas Drogasil e Raia ocupam respectivamente o 14º e 18º lugares na pesquisa, um importante reconhecimento da nossa missão de nos tornarmos o grupo que mais contribui para uma sociedade mais saudável. Nossas bandeiras se consolidaram como as duas mais importantes do varejo farmacêutico, com Drogasil e Raia classificadas como a 1ª e a 2ª maiores marcas do varejo farmacêutico brasileiro em faturamento e número de lojas.

Seguimos crescendo e ganhando participação de mercado. Ao final do ano, atingimos um *market share* de 16,5%. Somos a única empresa verdadeiramente nacional do setor, operando com escala, rentabilidade e retornos marginais atraentes e consistentes em cada uma das regiões do País. Desde a fusão em 2011, multiplicamos por 9x nosso faturamento, mas ganhamos apenas 7,5 pontos de participação, o que denota um mercado pujante, em franco crescimento, resultante do envelhecimento demográfico do País. Segundo o IBGE, nosso mercado continuará a se expandir a uma taxa elevada, incrementando mais de 1 milhão de pessoas acima de 60 anos a cada ano, pelas próximas 3 décadas.

Abrimos 300 novas farmácias em 2024 e aumentamos o guidance de aberturas para entre 330 e 350 novas unidades em 2025. Estamos presentes em 619 municípios, abrangendo 66% da população brasileira, incluindo 313 das 319 cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes. Nosso crescimento ocorre de maneira saudável em todos os estados do País e inclui cada vez mais cidades menores, áreas onde anteriormente não tínhamos presença significativa. Essa expansão ocorre em todos os *clusters* de lojas - nobres, híbridas e populares - adequadas aos mais diferentes estratos da população. Aumentamos nossa cobertura geográfica, servindo em um raio de 1,5 km a 94% da Classe A, 81% da Classe B1 e ampliando significativamente a nossa presença entre as classes B2, C1 e C2. Registramos TIRs (taxas internas de retorno) acima da média histórica de 20% real, líquida de canibalização, e tivemos uma taxa de encerramento de lojas em maturação de apenas 1,7%, refletindo a assertividade na escolha dos pontos e o sucesso na sua operação. Por fim, encerramos no ano 18 filiais maduras, otimizando o portfólio de lojas, transferindo vendas para farmácias próximas, liberando ativos para realocação e reduzindo custos fixos, permitindo um aumento da eficiência e do ROIC da empresa.

O foco na digitalização vem sendo fundamental para aumentar o engajamento e a fidelização. Clientes digitalizados agregam um faturamento de 20% a 25% superior ao dos clientes físicos. A participação dos canais digitais passou de 2% para 20% em apenas 5 anos, impulsionando um crescimento sustentável das lojas maduras acima da inflação. Atingimos também 42% de *market share* digital no nosso mercado, com 6,4 milhões de usuários mensais (MAU). Hoje, 76% da receita digital é obtida através de nossos apps, se configurando como o canal com maior recorrência e fidelização em comparação aos *websites* e plataformas terceiras, as quais também ativamos, de forma mais tática. Melhoramos a rentabilidade do canal, com otimização de preços e ganhos de escala e eficiência, permitindo obter um crescimento lucrativo e sustentável. Por fim, 98% das transações digitais são atendidas pela rede, que cobre 60% da população em um raio de 5 km e viabiliza a entrega de 96% dos pedidos em menos de 1 hora. Nossas mais de 3 mil farmácias são um diferencial competitivo relevante vs. os *players* puramente digitais.

Todos estes avanços foram movidos pela nossa transformação digital. Hoje, operamos com arquitetura de microsserviços e empregamos a inteligência artificial (IA) no desenvolvimento de sistemas, além de termos mais de 70 *use cases* de IA focados em produtividade e experiência. Aumentamos em 60x a quantidade de entregas mensais de novas funcionalidades vs. 2021 e melhoramos a integração de sistemas e a arquitetura tecnológica. A migração das operações digitais para a nuvem e o reforço na segurança da informação também foram passos essenciais nesse processo.

Mantemos nossa cultura de centralidade no cliente, obstinados pela sua satisfação e incrementando o LTV (*Lifetime Value*). Temos mais de 49 milhões de clientes ativos, com frequência média de 8 compras ao ano, representando mais de 1 milhão de transações diárias. Medimos regularmente o engajamento, a relevância e o CAV (*Customer Annual Value*), assim como sua mudança gradual de comportamentos, por meio dos vínculos. A personalização da relação oferece benefícios significativos: (i) um aumento do gasto médio por cliente, com ofertas e interações ajustadas às necessidades específicas de cada um; (ii) a fidelização, permitindo maior índice de retorno, com recompra 3x maior; (iii) maior satisfação, com melhora da experiência e avaliação; e (iv) eficiência operacional, permitindo otimizar estoques, campanhas de *marketing* e o *layout* das farmácias. Temos mais de 20 vínculos de engajamento continuamente acompanhados e geridos. Nossos clientes fiéis digitais já representam 26% das nossas vendas totais. Por fim, o NPS (*Net Promoter Score*) nas nossas farmácias segue sem igual no varejo brasileiro, tendo se mantido em 91 em 2024, enquanto o NPS digital atingiu 76, um ganho de 7 pontos ao longo do ano.

Em 2024, começamos a nos tornar uma porta de entrada na Atenção Primária, viabilizando a identificação e o tratamento de condições agudas de baixa complexidade, monitoramento de condições crônicas, exames clínicos, vacinas e imunização. Realizamos neste ano mais de 6,3 milhões de serviços farmacêuticos, tendo atingido 38% de *market share* em vacinas entre as farmácias (equivalente a 5% do mercado privado total) através de 379 farmácias em 140 cidades, que oferecem um calendário completo de vacinação infantil e adulta. Realizamos mais de 2 milhões de serviços de monitoramento de condições crônicas incluindo pressão e glicemia. Nosso programa de adesão ao tratamento *Na Rotina* conta com 700 mil clientes cadastrados, aumentando em 9% a adesão ao tratamento de cronicidades. Também, estabelecemos parcerias com instituições reconhecidas como o Hospital Alemão Oswaldo Cruz, com o Dr. Drauzio Varella e com Marcio Atalla, reforçando a credibilidade e a seriedade dos nossos esforços em saúde.

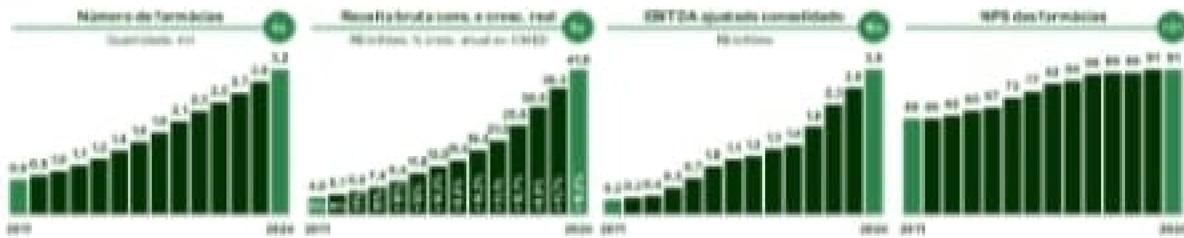
Além do Varejo e da Saúde, continuamos avançando nas demais verticais da empresa. A 4Bio vem sustentando crescimento superior ao varejo e já representa R$ 3,5 bilhões da nossa receita bruta consolidada. Nosso *marketplace*, com GMV anualizado de R$ 255 milhões, conta com 249 mil SKUs oferecidos por 1,2 mil diferentes *sellers* e já oferece prazos de entrega no mesmo dia na cidade de São Paulo. Nossas marcas próprias atingiram a marca de R$ 1,5 bilhão em 2024, com Needs sendo a 3ª maior marca de *Consumer Health* do varejo farmacêutico brasileiro, segundo a IQVIA. A Stix, coalizão de fidelidade com grandes marcas do varejo, alcançou 11,3 milhões de clientes, com 90% ativos e 45% acumulando e/ou resgatando pontos em 2 ou mais parceiros. Outras iniciativas, como manipulação e mídia digital ads, seguem na curva esperada de maturação. Estas verticais reforçam o potencial de gerar receitas adicionais e aumentar o valor da empresa no longo prazo.

Atingimos no ano uma receita bruta de R$ 41,8 bilhões, com alta de 15,1% e incremento absoluto de R$ 5,5 bilhões. Esse resultado foi impulsionado por um crescimento de 6,5% nas lojas maduras, que pelo quarto ano seguido superou a inflação (ganho real de 2,0 pp em 2024). O EBITDA atingiu R$ 3,0 bilhões com crescimento de 15,0% e margem constante em 7,2%, enquanto o lucro líquido alcançou R$ 1,3 bilhão, uma alta de 16,6% com 3,1% de margem líquida, levando a um ROIC de 16,7% (ou 18,8% se desconsiderarmos a tributação adicional sobre incentivos fiscais, que seguimos contestando judicialmente). O EBITDA ajustado pré IFRS da nossa Controladora, que reflete majoritariamente as operações de varejo, segue crescendo e com expansão de margem, apresentando uma elevação de 16,1% sobre 2023, com margem de 7,7%, um incremento de 0,1 pp no ano.

Destacamos também outras realizações em Gente, Cultura e Sustentabilidade. Alcançamos excelentes notas nos *rankings* ESG (A no MSCI e 82,7 pontos no ISE) e mantivemos nossa posição entre as melhores empresas no IDIVERSA, demonstrando nosso compromisso com práticas sustentáveis. Avançamos na diversidade, com aumento da participação feminina nas lideranças, da maior representatividade de negros e de pessoas 50+. Aderimos ao "Compromisso 1%" e doamos 1% do lucro líquido para instituições sociais e causas de interesse público e outros R$ 40 milhões em doações com recursos próprios, de clientes e de mercadorias. Aumentamos a demanda por saúde, estimulando o papel do farmacêutico como agente da comunidade. Em nossa jornada para um "Planeta + Saudável", contamos hoje com 100% das farmácias usando energia de fontes renováveis; realizamos 3,8% das entregas dos CDs em modal elétrico e, para aumentar esse percentual, adquirimos mais 45 caminhões elétricos. Além disso, reduzimos o consumo de diesel em 9% e as consequentes emissões de CO_2. Lançamos nosso Projeto Farol, que se configura como um laboratório para construção de novas jornadas de prevenção e promoção de saúde focadas em comunidades D e E. Mais detalhes sobre nossas iniciativas serão divulgados no Relatório Anual e de Sustentabilidade 2024.

O desenvolvimento e a formação constante das pessoas compõem outro elemento central da nossa cultura. Nosso plano de carreira nas lojas com formação desde os cargos de entrada permite enraizar nossa cultura, nossas crenças e o *know-how* operacional, resultando também em melhor engajamento e *turnover*. Somos hoje o maior empregador de farmacêuticos do Brasil e contamos com 65 mil colaboradores, um crescimento de 7 mil vs. 2023. Para fazer frente às novas oportunidades em Atenção Primária, lançamos em 2024 nosso curso superior de Farmácia, que já conta com mais de 750 alunos. Além disso, oferecemos mais de 2 milhões de horas de treinamento focadas nas trilhas de saúde, digitalização e liderança, investindo significativamente no desenvolvimento dos colaboradores, em parceria com escolas de negócios reconhecidas.

Implementamos logo no início de 2025 uma importante transição na liderança da empresa, com Renato Raduar assumindo a presidência em substituição a Marcílio Pousada, que será indicado para Membro e Presidente do Conselho de Administração. Durante a sua gestão, iniciada em 2013, Marcílio concluiu a integração entre Raia e Drogasil, liderou a forte aceleração da expansão, a digitalização da relação com o cliente e o desenho de uma cultura voltada à eficiência e à sustentabilidade, multiplicando em 4x o número de farmácias, em 9x a Receita Bruta, em 10x o EBITDA e elevando o NPS de 60 para 91, considerando os patamares de 2011, ano da fusão.



Com a nomeação de Renato Raduan e a oxigenação da nossa estrutura corporativa, buscamos obter um novo ciclo de criação de valor, com ganho sustentado de margem e ROIC, mas preservando o Propósito, os Valores e a Cultura da RD Saúde que nos trouxeram até aqui. Raduan possui 11 anos como vice-presidente da Companhia, tendo liderado a Operação de Varejo, os canais Digitais, a Expansão e a Logística da Companhia. Ele traz consigo uma nova abordagem de gestão, elevando a obsessão por oferecer a melhor experiência ao cliente, com ainda maior produtividade e eficiência, utilizando-se de tecnologia, inovação e desenvolvimento dos times. Raduan buscará também acelerar as capturas nas investidas e integrá-las à estratégia e operação da RD Saúde.

Outros movimentos importantes acompanham esse novo desenho organizacional. Marcelo De Zagottis, então VP Comercial e de Marketing e que possui 19 anos de empresa, foi nomeado a COO, assumindo também Operações de Varejo e Logística. Melissa Cabral, com 27 anos de empresa, foi nomeada para VP de Operações de Varejo e Juliana Lopes Paixão, com 6 anos de empresa, para VP Comercial e de Marcas Próprias. Com essas mudanças, dentre os 8 executivos C-Level da RD Saúde, 3 são mulheres.

Por fim, gostaríamos de agradecer aos nossos acionistas, pelo apoio e confiança dispensados; aos nossos clientes, que nos confiaram a sua saúde e nos premiaram com sua fidelidade; e aos nossos funcionários, que trabalham todos os dias com total dedicação ao cuidado com nossos clientes.

A Administração

Eufrázio



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

TEMAS RELEVANTES PARA 2025 E PERSPECTIVAS

Ao iniciarmos esse novo ciclo de gestão, estabelecemos para 2025 as seguintes prioridades:

OBSESSÃO PELO CLIENTE E POR EVOLUIR NA MELHOR EXPERIÊNCIA FÍSICA E ONLINE: Seremos ainda mais obstinados pela centralidade no cliente, partindo de suas necessidades para desenvolver soluções inovadoras que tornem o cuidado com a saúde mais acessível, conveniente e eficaz. Acreditamos na proximidade, seja ela física em nossas farmácias, com experiência e serviços, seja ela digital, com praticidade e apostando no uso de plataformas digitais. Seguiremos melhorando as jornadas da dispensação farmacêutica, buscando obter uma maior eficiência e melhoria da experiência dos clientes tanto nas compras pelos programas de PBMs como com receitas eletrônicas, seja nas lojas ou nos aplicativos. Queremos melhorar também as jornadas da beleza em nossas lojas e sobretudo nos canais digitais. Entendemos que a combinação das nossas mais de 3 mil farmácias com os canais digitais representa nossa principal fortaleza para incrementarmos o engajamento do cliente e o seu LTV. Seguiremos atentos também aos movimentos de competidores não tradicionais e puramente digitais para assegurar a constante inovação da nossa atividade e a fortaleza da nossa abordagem omnicanal.

EXPANSÃO ORGÂNICA E CONQUISTA DE MERCADO: Seguiremos acelerando a nossa expansão. Estabelecemos um novo guidance de aberturas para 2025 entre 330 e 350 novas farmácias. Além de alavancar a força das nossas marcas em âmbito nacional e os nossos diferenciais de escala e eficiência, temos um processo altamente estruturado de expansão que produz resultados consistentes ano após ano, com uma TIR real, líquida de canibalização acima de 20% e com baixíssima taxa de erros. Esta é uma fortaleza competitiva relevante que nos posiciona de forma única para seguirmos ganhando *market share* e liderando a consolidação do varejo farmacêutico no Brasil.

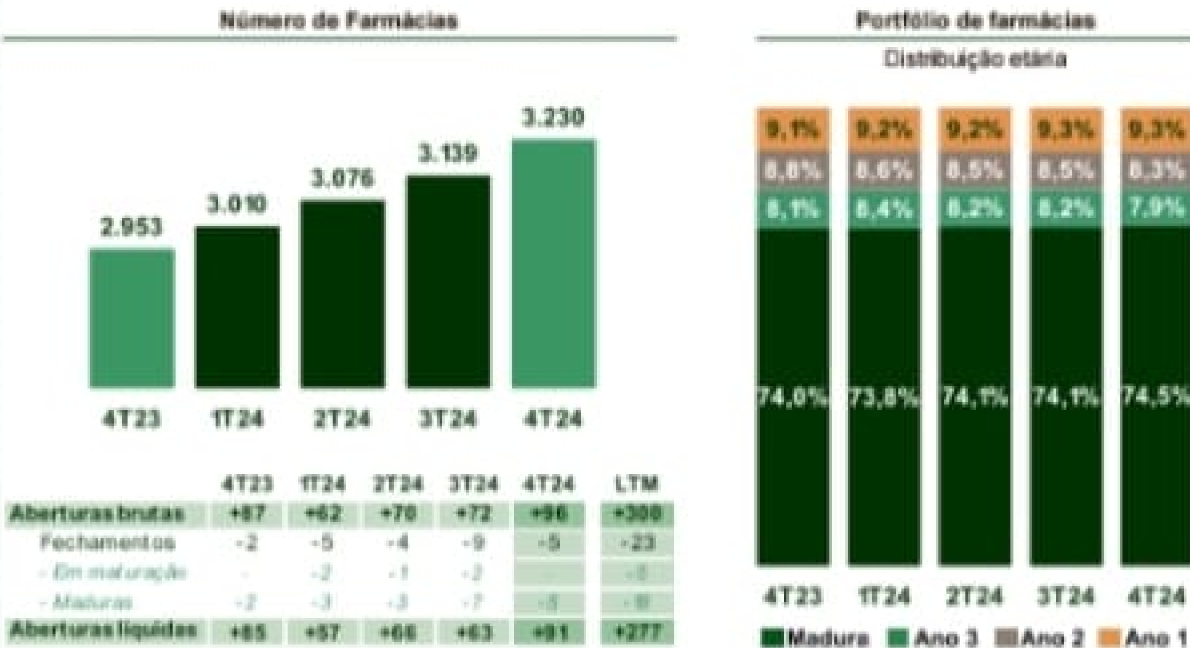
SAÚDE PRIMÁRIA: Sempre olhamos para o papel histórico da farmácia no sistema de saúde. Queremos ser um elo inovador e relevante para servir a saúde suplementar e complementar através de nossos ativos e pilotar parcerias estratégicas com outros *players* da cadeia. Nosso foco para 2025 é implantar os "4 Ps": Promoção de saúde (exames clínicos e conteúdo educativo), Prevenção (diagnóstico precoce e monitoramento de condições crônicas), Proteção (vacinas e imunização) e Primeira Atenção (diagnóstico e tratamento de condições agudas e de baixa complexidade), construindo uma jornada omnicanal, aproveitando a capilaridade e infraestrutura instalada nas farmácias, posicionando o farmacêutico como agente de saúde das comunidades ao seu redor. Buscaremos também auditar e chancelar nossos protocolos de atendimento por meio de parcerias como a que estamos fazendo com o Hospital Alemão Oswaldo Cruz e desenvolver pilotos com atendimento em loja aos membros de operadoras de saúde. Além da melhoria do LTV dos clientes, acreditamos que em alguns anos conseguiremos trazer rentabilidade marginal por meio dessa estratégia.

EFICIÊNCIA E AUMENTO DA RENTABILIDADE: Em 2025, teremos como desafio um aumento da CMED abaixo da inflação, que gerará um menor ganho inflacionário na pré-alta. Esperamos neutralizar essa pressão ao longo do ano por meio do reequilíbrio dos descontos, em linha com o que deve ocorrer em todo o mercado. Estamos também fortalecendo o quadro de lojas, buscando melhorar o nosso atendimento e o engajamento das nossas equipes. Buscaremos financiar esse movimento por meio de um programa de revisão das nossas despesas administrativas, que se elevaram nos últimos anos para suportar a nossa transformação digital. Esperamos sustentar o crescimento das lojas maduras acima da inflação, em linha com o que temos feito historicamente. Esperamos também reduzir a pressão de *mix* da 4Bio por meio de um maior foco em margens e ROIC e menos foco em crescimento do que em anos recentes, quando a empresa saltou de R$ 125 milhões de receita bruta em 2014 para R$ 3,5 bi em 2024. Buscaremos também alavancar a Impulso (novo nome da RD Ads) e acelerar, integrar e/ou racionalizar as demais investidas como fizemos com Vitat, cujas atividades foram absorvidas pela RD Saúde com ganhos de eficiência. Por fim, entendemos também que o atual ciclo macroeconômico, com alta de juros, tende a nos beneficiar, tal qual tem ocorrido historicamente. Em função do nosso baixo endividamento e da sólida estrutura de capital, manteremos intacta a nossa robustez operacional em um contexto no qual distribuidores e varejistas menos capitalizados tendem a limitar sua expansão, reduzir estoques e nível de serviço em loja e pressionar a qualidade do seu atendimento. Assim, acreditamos na nossa capacidade de ganhar eficiência e de sustentar ou expandir a margem consolidada mesmo em um ano com aumento CMED abaixo da inflação.

USO DE IA: Entendemos que o ciclo de investimentos na transformação digital iniciado em 2018 já traz resultados tangíveis e importantes, com grande captura de receita adicional e maior engajamento de clientes. Não obstante, vivemos um grande momento transformacional na tecnologia, com o surgimento e disseminação da Inteligência Artificial Generativa. Entendemos que nosso novo ciclo de desenvolvimento passa obrigatoriamente pelo domínio e incorporação dessa nova tecnologia, aplicada às mais variadas frentes de nosso negócio, seja na melhoria da experiência do cliente, seja na melhoria de nossos processos internos e eficiência. Demos início a esta trilha com a abordagem "Go *Deep*" (ciência de dados, *data owners* e *use cases*) e "Go *Wide*" (capacitando transversalmente os times e democratizando ferramentas), permitindo *insights* únicos no nosso setor. Temos uma importante jornada no desenvolvimento de automação, processamento e análise de dados, criação de conteúdos, personalização, assistência ao usuário e apoio à inovação. Nosso novo ciclo, definitivamente, será marcado pela forma como nos beneficiamos da IA para impulsionar nossas atividades.

CULTURA E SUSTENTABILIDADE: Estamos empenhados em construir um legado duradouro, focado na saúde e no bem-estar das pessoas e das comunidades que atendemos. Nossa cultura de cuidar de clientes e de funcionários se constitui como uma vantagem competitiva contínua e difícil de replicar, pois se fundamenta na construção de relações genuínas e em valores profundamente enraizados. Este é também um traço central da gestão de Renato Raduan nestes seus 11 anos à frente das Operações, liderando uma forte escalada de 30 pontos de NPS desde sua chegada às farmácias, e que culmina em 91 neste ano de 2024, índice único no varejo brasileiro. Seguiremos otimizando este ambiente de confiança e lealdade, onde clientes se sentem valorizados e funcionários motivados, fortalecendo assim a continuidade e o sucesso da nossa organização. Este "Cuidar de Gente", além dos nossos demais pilares da cultura "Executar com Foco" (eficiência) e "Construir o Futuro" (inovação e ESG), continuarão no centro de nossa estratégia, reforçando a nossa visão de longo prazo, de nos tornarmos o grupo que mais contribui para uma sociedade mais saudável no Brasil.

EXPANSÃO DA REDE

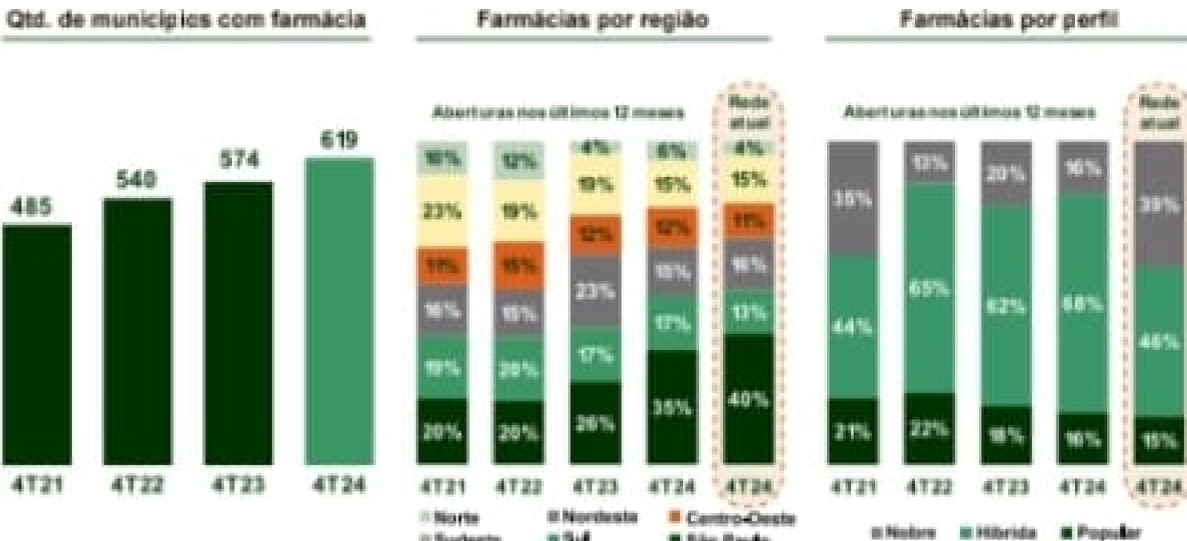


	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	LTM
Aberturas brutas	+87	+62	+70	+72	+96	+300
Fechamentos	-2	-5	-4	-9	-5	-23
- *Em maturação*	-	-2	-1	-2		-5
- *Maduras*	-2	-3	-3	-7	-5	-18
Aberturas líquidas	+85	+57	+66	+63	+91	+277

Encerramos 2024 com um total de 3.230 farmácias em operação. Inauguramos um total de 300 novas farmácias (96 no 4T24), cumprindo o topo do guidance de 280–300 aberturas brutas estabelecido para o ano. Para 2025, reiteramos o guidance de 330–350 aberturas brutas.

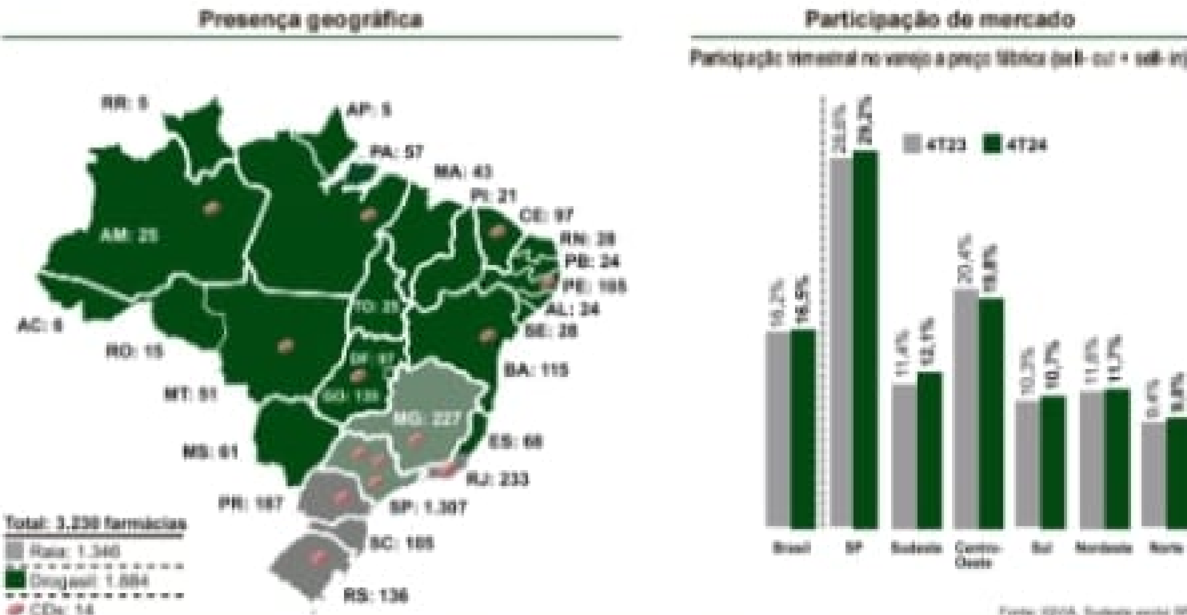
Encerramos 23 unidades no ano (5 no 4T24), sendo apenas 5 unidades em maturação (0 no 4T24). Isso equivale a uma taxa LTM de erros equivalente a 1,7% das 300 aberturas do ano, resultado da assertividade do processo de expansão. Já os demais 18 encerramentos foram de unidades maduras, com média de 14 anos de operação, resultantes da otimização do portfólio, transferindo vendas para outras farmácias próximas, liberando ativos para realocação e reduzindo custos fixos, aumentando assim tanto o EBITDA quanto o ROIC da Companhia.

Ao final do ano, um total de 25,5% das nossas farmácias ainda estava em processo de maturação, não tendo atingido todo o potencial de receita e de rentabilidade.



Nossa expansão vem incrementando a diversificação da nossa rede de farmácias, tanto geograficamente quanto demograficamente. Estendemos nossa presença para 619 cidades em todos os estados do País, 45 a mais do que no 4T23, uma capilaridade única no varejo brasileiro. Dentre as 319 cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes, já possuímos farmácias operando ou em processo de inauguração em 313 delas.

Destacamos também uma aceleração da expansão em São Paulo, nosso principal mercado, que aumentou de 20% das aberturas em 2021 e 2022 para 35% em 2024. Embora já tenhamos mais de 1,3 mil farmácias no estado, as oportunidades que continuamos identificando e o sólido desempenho das lojas recém-inauguradas evidenciam o potencial que ainda temos para expandir nossa presença de maneira altamente rentável em todo o País. Por fim, 84% das nossas aberturas nos últimos doze meses possuem formato popular ou híbrido, perfis que hoje já representam 61% da rede.



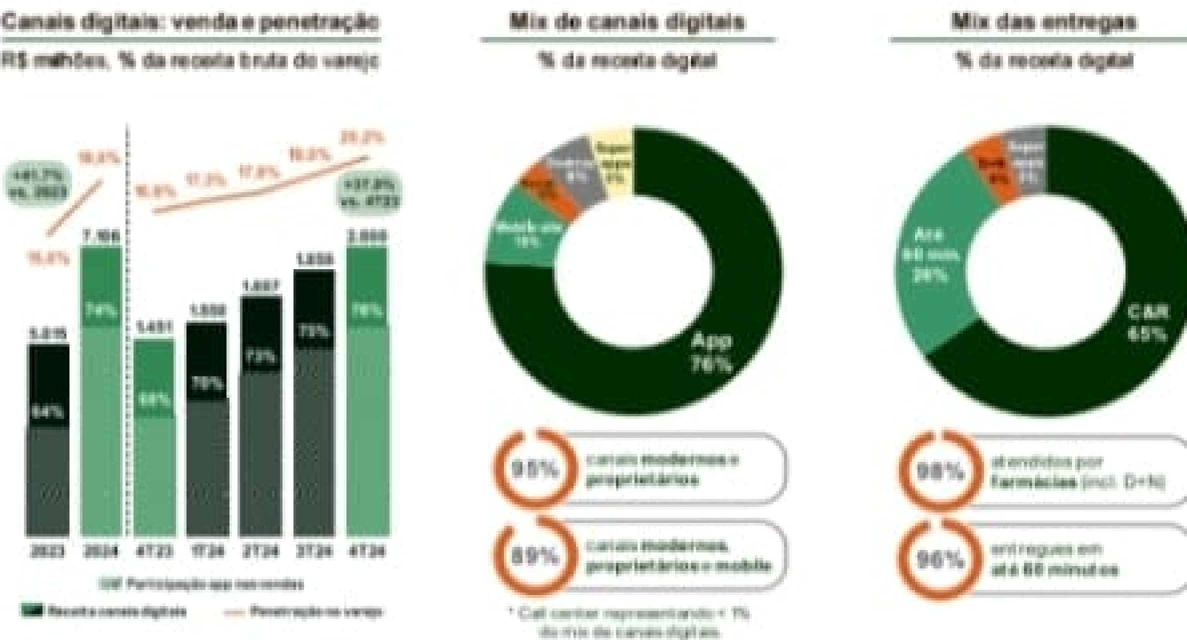
Estamos presentes em todos os estados do País e possuímos uma rede de 14 centros de distribuição que abastecem as mais de 3,2 mil farmácias. Essa malha logística permite abastecermos 81% das filiais diariamente e 90% com *lead-time* de até 24h, melhorando o nível de serviço e capital de giro e reforçando nossa eficiência operacional, se configurando como uma importante vantagem competitiva.

Nossa participação de mercado nacional foi de 16,5%, um incremento anual de +0,3 pp. Registramos participações de 29,2% em São Paulo (+0,6 pp), de 12,1% no Sudeste (+0,7 pp), ou seja, um crescimento sólido nas duas regiões mais importantes que representam 48% do varejo farmacêutico brasileiro, de 19,8% no Centro-Oeste (-0,6 pp), de 10,7% no Sul (+0,4 pp), de 11,7% no Nordeste (+0,1 pp) e 9,8% no Norte (+0,4 pp).

Destacamos que o Centro-Oeste registrou um crescimento atipicamente maior de +22,3% nas vendas de informantes indiretos da IQVIA (*sell-in*), 5,0 pp maior que os informantes diretos (*sell-out*). Essas informações de vendas de distribuidoras para pequenas farmácias, podem representar vendas para fora do estado, subestimando nossa real participação de mercado.

DIGITALIZAÇÃO, SAÚDE E ENGAJAMENTO DO CLIENTE

Um dos nossos principais vetores de criação de valor é o aumento do *Lifetime Value* dos nossos clientes, fundamentado em uma estratégia de criação de vínculos relevantes e de maior engajamento. Encerramos 2024 com 49,1 milhões de clientes ativos que realizaram 404,4 milhões de compras no período, uma média de 8,2 compras por ano.



Seguimos avançando na estratégia digital, reforçando esse importante vínculo com o cliente. Atingimos R$ 7,1 bilhões de receita bruta em canais digitais no ano (R$ 2,0 bi no 4T24), um aumento absoluto de R$ 2,1 bilhões e um crescimento de 41,7% sobre o ano anterior (37,8% no 4T24). Esses canais, que se considerados isoladamente equivaleriam a uma das 4 maiores redes farmacêuticas do país, representaram uma penetração no varejo de 18,6% (20,2% no 4T24), um incremento de 3,6 pp tanto no ano como no trimestre.

Ressalta-se a evolução da participação dos aplicativos dentro das vendas digitais, avançando de 64% para 74% no último ano, reflexo da experiência *mobile* do cliente orientada para uma jornada cada vez mais completa e omnicanal em saúde integral. Outro destaque foram as entregas rápidas em menos de uma hora, que já representam 26% da receita digital. Em conjunto com o Compre & Retire e as entregas por aplicativos de terceiros, chegamos a 96% das vendas entregues ou retiradas em até 60 minutos. Essa experiência única do cliente em escala nacional só é possível com a capilaridade da nossa rede de farmácias, que se encontra a um raio de apenas 1,5 km de 94% da população de classe A do País.

No trimestre, registramos 176,7 milhões de acessos aos nossos canais digitais e nossos clientes assíduos digitalizados gastaram 21% mais quando comparados à média dos assíduos. Além disso, continuamos evoluindo no desenvolvimento do nosso *Marketplace* para complementar a experiência nos nossos canais digitais através de um sortimento ampliado de 249 mil SKUs em saúde e bem-estar oferecidos por 1,2 mil diferentes *sellers*.



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Um outro importante vínculo com nossos clientes é o Stix, principal ecossistema de fidelidade país, que se apoia em mais de 9 mil pontos de venda das marcas Drogasil, Raia, Pão de Açúcar, Extra Mercado, Shell, C&A e Socimac, além de incluir os parceiros financeiros Livelo e Itaú. Dos 11,3 milhões de clientes, 90% são ativos e 45% acumularam e/ou resgataram pontos em 2 ou mais parceiros, reforçando o poder de recorrência e de coalizão do Stix.

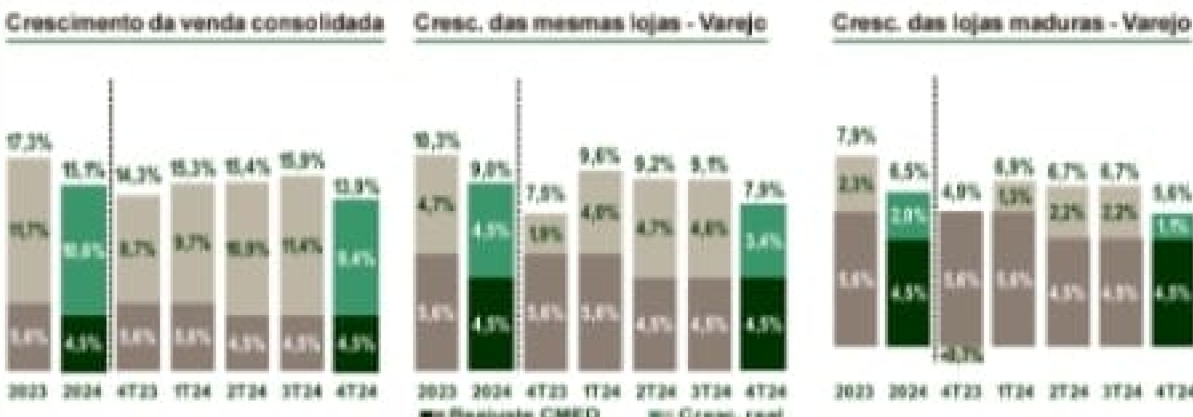
Por fim, continuamos reforçando o papel das nossas farmácias na jornada de saúde integral dos nossos clientes, posicionando as como *hubs* de saúde nas comunidades em que atuam e fortalecendo os vínculos através dos serviços farmacêuticos. Já contamos com 2,4 mil unidades com salas *Mais Saúde* e seu portfólio ampliado de serviços, além de 379 unidades com salas de vacinas. Em 2024, foram realizados mais de 6,3 milhões de atendimentos farmacêuticos entre EACs (exames de análises clínicas), aplicações de vacinas e outros serviços, registrando um NPS melhor que o das farmácias.

RECEITA BRUTA



Encerramos 2024 com receita bruta de R$ 41.782 milhões (R$ 10.862 milhões no 4T24), um crescimento de 15,1% (13,9% no 4T24). Enquanto as receitas do varejo cresceram 14,3% no ano (13,2% no 4T24), a 4Bio contribuiu com 0,8 pp no período (0,7 pp no trimestre).

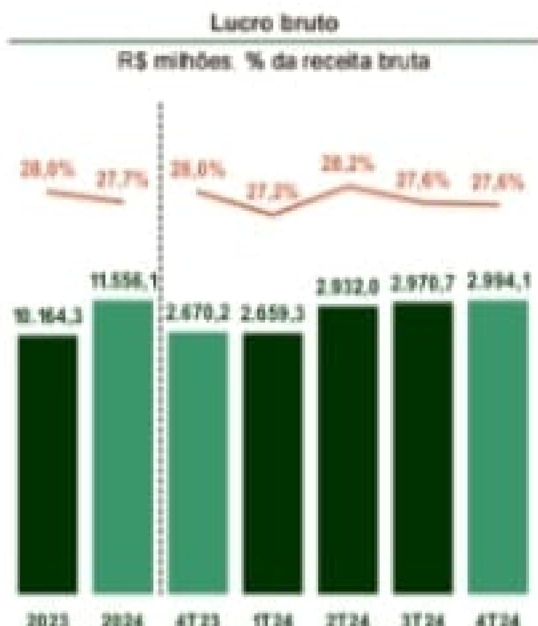
O destaque do ano foram os medicamentos tarjados, com crescimento em Marca de 15,6% (17,1% no 4T24) e em Genéricos de 16,4% (19,4% no 4T24). Já os itens de autosserviço registraram crescimentos em OTC de 12,4% (10,6% no 4T24) e em Perfumaria de 12,0% (5,6% no 4T24). Observamos uma gradual normalização do *mix* de vendas desde as distorções causadas pela pandemia de COVID-19, com crescimentos do biênio 2022-2024 de 31,6% em Marca, de 37,4% em Genéricos, de 19,9% em OTC e de 37,5% em Perfumaria.



Obtivemos em 2024 um crescimento médio nas mesmas lojas de 9,0%. No 4T24, registramos um crescimento de mesmas lojas de 7,9%. Destacamos que nossas farmácias apresentam uma curva de maturação de aproximadamente 3 anos e, com 25,5% da rede ainda nesse processo de maturação, o crescimento de mesmas lojas inclui o efeito desse crescimento inicial de vendas.

Já considerando as lojas maduras, registramos um crescimento de 6,5% no ano e de 5,6% no trimestre, um incremento real de 2,0 pp e de 1,1 pp, respectivamente, quando comparados ao reajuste de medicamentos CMED de 4,5%.

LUCRO BRUTO

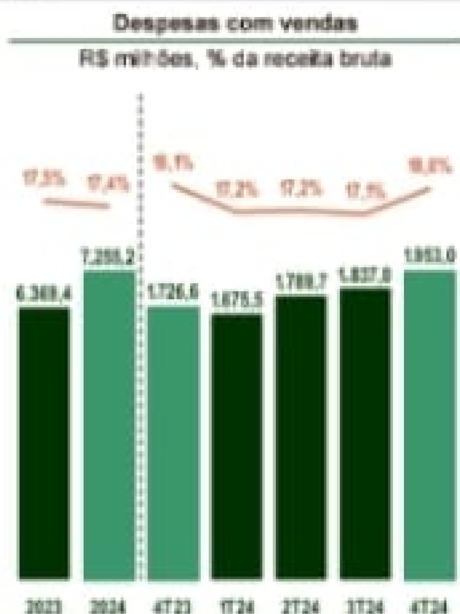


* Considera cobrança de PIS/COFINS sobre subvenções para investimentos, em decorrência da Lei nº 14.789/2023

O lucro bruto totalizou R$ 11.556,1 milhões em 2024, equivalente a uma margem bruta de 27,7%, uma retração de 0,3 pp vs. 2023. Essa retração anual inclui uma pressão de 0,1 pp pelo início da cobrança de PIS/COFINS sobre as subvenções governamentais desde jan/24 em decorrência da Lei nº 14.789/2023, uma pressão de 0,1 pp pela pré-alta menor (4,5% em 2024 vs. 5,6% em 2023), uma pressão de 0,1 pp pelo efeito não caixa de Ajuste a Valor Presente (AVP) em função da média dos juros SELIC mais baixa no ano e uma pressão de 0,2 pp decorrente do efeito *mix* da 4Bio, que registrou forte crescimento de vendas e que opera com margem bruta estrutural mais baixa. Essas pressões foram parcialmente compensadas por ganhos comerciais de 0,2 pp.

No 4T24, o lucro bruto totalizou R$ 2.994,1 milhões, correspondente a uma margem bruta de 27,6%, uma retração de 0,4 pp vs. o 4T23. Isso inclui a pressão de 0,1 pp pelo início da cobrança de PIS/COFINS sobre as subvenções governamentais e um efeito *mix* negativo de 0,1 pp pelo forte crescimento de vendas da 4Bio, além de 0,2 pp em outras pressões.

DESPESAS COM VENDAS

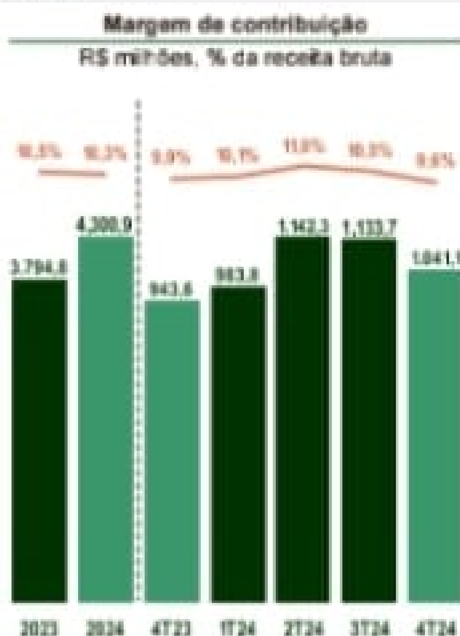


As despesas com vendas totalizaram R$ 7.255,2 milhões em 2024, equivalentes a 17,4% da receita bruta com uma diluição de 0,1 pp vs. 2023. Registramos pressões de 0,1 pp em licenças de *software*, de 0,1 pp em despesas de adquirência e de 0,1 pp em outras despesas, mais que compensadas por diluições de 0,2 pp em despesas de pessoal e de 0,2 pp em aluguéis.

No 4T24, as despesas com vendas totalizaram R$ 1.953,0 milhões, equivalente a 18,0% da receita bruta, uma diluição de 0,1 pp vs. o 4T23. Registramos pressões de 0,1 pp em licenças de *software* e de 0,1 pp em despesas pontuais de *chargeback*, mais que compensadas por diluições de 0,1 pp em pessoal, 0,1 pp em entregas de *last-mile* e de 0,1 pp em aluguéis.

Destacamos que, na evolução sequencial, registramos um aumento principalmente em pessoal, em função da recomposição dos quadros em lojas e CDs, além de outros aumentos sazonais típicos em energia, *marketing* e aluguéis. Esperamos uma reversão parcial dessas pressões já no 1T25.

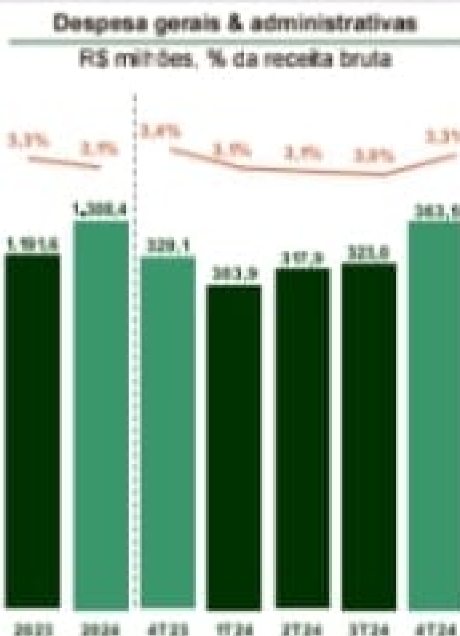
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO



A margem de contribuição em 2024 foi de R$ 4.300,9 milhões com um crescimento de 13,3% sobre o ano de 2023. Isso equivaleu a uma margem de 10,3% da receita bruta com uma retração de 0,2 pp no período.

No 4T24, a margem de contribuição foi de R$ 1.041,1 milhões com um crescimento de 10,3% vs. o 4T23. Isso equivaleu a uma margem de 9,6% da receita bruta, retração de 0,3 pp.

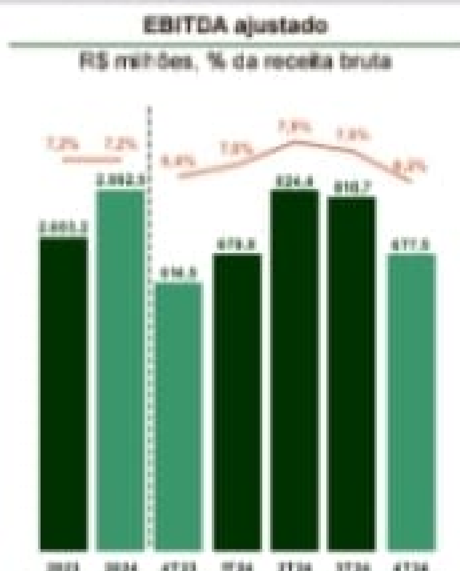
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS



As despesas gerais e administrativas de 2024 totalizaram R$ 1.308,4 milhões, equivalente a 3,1% da receita bruta, diluição de 0,2 pp em relação a 2023. Registramos diluições de 0,2 pp em pessoal e de 0,1 pp em serviços de consultoria, mais que compensando uma pressão de 0,1 pp em outras despesas.

No 4T24, as despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 363,5 milhões, equivalente a 3,3% da receita bruta, diluição de 0,1 pp em relação ao 4T23. Registramos pressão pontual de 0,2 pp em provisões para contingências trabalhistas, apuradas de maneira concentrada no trimestre e que não esperamos que persista nos próximos trimestres, além de 0,1 pp em outras despesas, mais que compensadas por diluições de 0,3 pp em pessoal e de 0,1 pp em serviços de consultoria.

EBITDA





RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Obtivemos um EBITDA ajustado de R$ 2.992,5 milhões em 2024, crescimento de 15,0% em comparação a 2023. A margem EBITDA foi de 7,2%, estável vs. 2023.

Resgatando os principais fatores que afetaram o resultado de 2024, destacamos as pressões na margem bruta de 0,1 pp pelo início da cobrança de PIS/COFINS sobre subvenções governamentais, que seguimos contestando judicialmente, e de 0,2 pp pelo mix 4Bio. Estas pressões foram compensadas pela alavancagem operacional gerada pelas diluições das despesas com vendas e da eficiência nas despesas G&A.

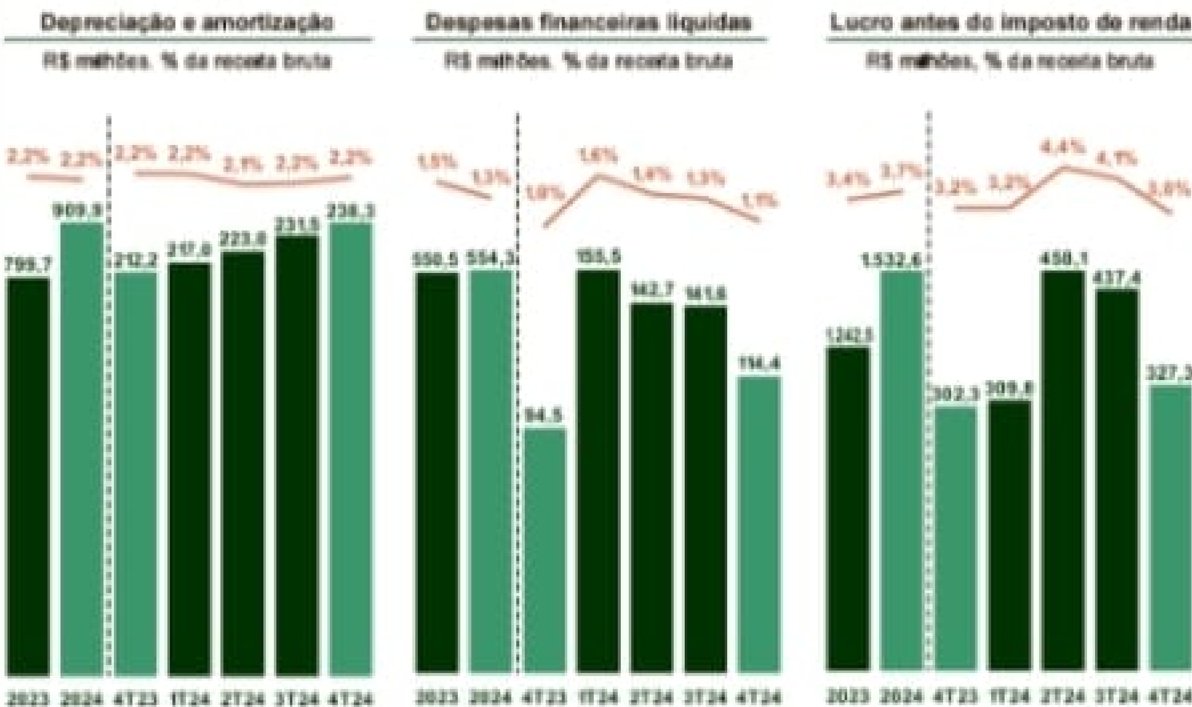
No 4T24, o EBITDA ajustado totalizou R$ 677,5 milhões, crescimento de 10,3% em comparação ao 4T23. A margem EBITDA foi de 6,2%, uma contração de 0,2 pp, em função dos efeitos citados anteriormente, incluindo as pressões pontuais de 0,1 pp em despesas de *chargeback* e de 0,2 pp pelo pico trimestral de contingências trabalhistas.

RECONCILIAÇÃO DO EBITDA E RESULTADO NÃO RECORRENTE

Reconciliação do EBITDA	1T24	2T24	3T24	4T24	2024
(R$ milhões)					
Lucro líquido	**213,0**	**348,4**	**362,1**	**351,5**	**1.275,0**
Imposto de renda	95,8	97,3	113,6	(69,6)	237,1
Equivalência patrimonial	(2,5)	0,5	0,2	(2,5)	(4,3)
Resultado financeiro	155,5	142,7	141,6	114,4	554,3
EBIT	**461,8**	**588,9**	**617,5**	**393,8**	**2.062,2**
Depreciação e amortização	217,0	223,0	231,5	238,3	909,9
EBITDA	**678,8**	**812,0**	**849,0**	**632,2**	**2.972,0**
Baixa de ativos	(1,6)	0,9	2,0	47,1	48,4
Investimento social e doações	2,1	4,0	3,9	1,5	11,4
Efeitos tributários e outros não recorrentes	0,6	7,5	(44,2)	(3,2)	(39,4)
Total de despesas não recorrentes / não operacionais	**1,0**	**12,4**	**(38,3)**	**(45,4)**	**20,5**
EBITDA ajustado	**679,9**	**824,4**	**810,7**	**677,5**	**2.992,5**

Registramos em 2024 R$ 20,5 milhões em despesas não recorrentes líquidas (R$ 45,4 milhões no 4T24). Isso inclui R$ 48,4 milhões em baixas de ativos (R$ 47,1 milhões no 4T24), sem efeito em caixa, sobretudo em função do *impairment* da Vital, cujas atividades foram absorvidas pela Controladora. Também registramos R$ 11,4 milhões em investimentos sociais e doações (R$ 1,5 milhão no 4T24). Esses efeitos foram mitigados por R$ 39,4 milhões (R$ 3,2 milhões no 4T24) em ganhos tributários e outros efeitos não recorrentes relativos a exercícios anteriores.

DEPRECIAÇÃO, DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS E LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA

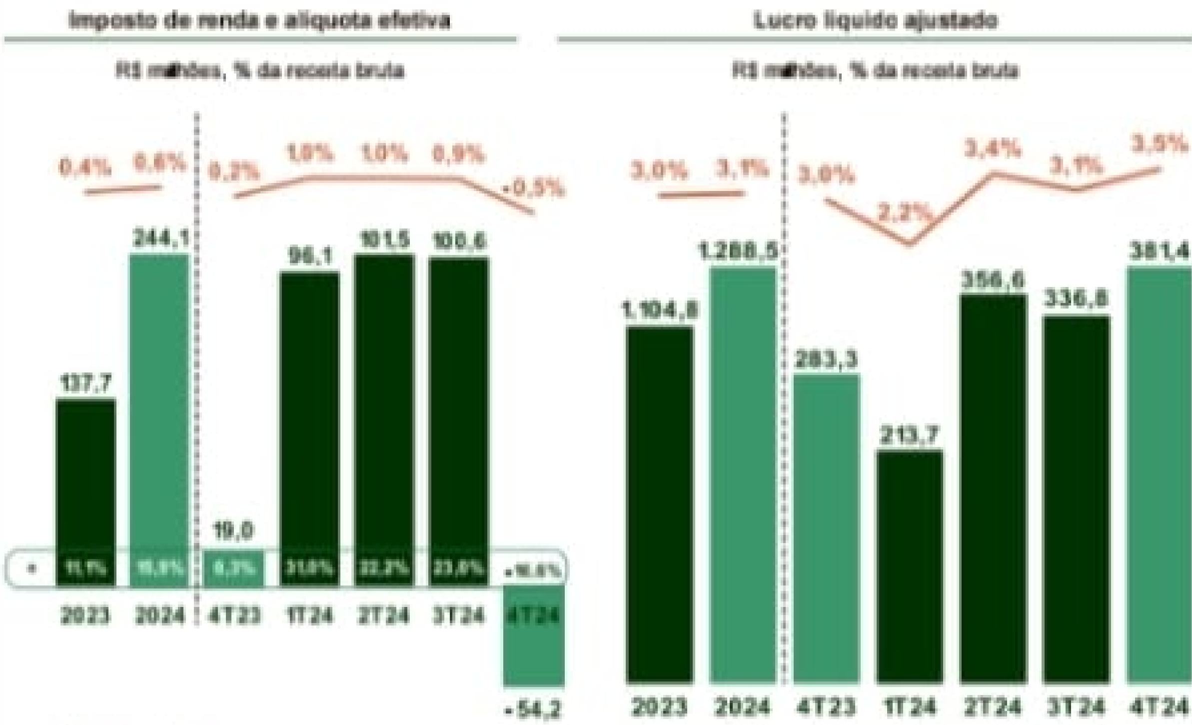


As despesas de depreciação totalizaram R$ 909,9 milhões em 2024 e R$ 238,3 milhões no 4T24, equivalentes a 2,2% da receita bruta e estáveis vs. os mesmos períodos do ano anterior.

As despesas financeiras líquidas representaram 1,3% da receita bruta em 2024 (1,1% no 4T24), uma diluição de 0,2 pp vs. 2023 (um aumento de 0,1 pp vs. o 4T23). Dos R$ 554,3 milhões registrados em 2024 (R$ 114,4 milhões no 4T24), R$ 325,7 milhões correspondem aos juros efetivamente incorridos sobre o passivo financeiro (R$ 63,9 milhões no 4T24), correspondendo a 0,8% da receita bruta (0,6% no 4T24), uma redução de 0,1 pp em relação a 2023 (um aumento de 0,1 pp no 4T24). Registramos também R$ 192,9 milhões de despesas financeiras líquidas relacionados ao AVP em 2024 (R$ 50,5 milhões no 4T24), equivalentes a 0,5% da receita bruta e estáveis vs. o ano anterior, tanto em 2024 como no 4T24. Por fim, registramos R$ 35,7 milhões em 2024 relativos à reavaliação e aos juros da opção de compra das parcelas remanescentes das empresas investidas (R$ 0 no 4T24).

Registramos em 2024 R$ 1.532,6 milhões de lucro antes do IRPJ/CSLL (R$ 327,3 milhões no 4T24), com crescimento de 23,4% vs. 2024 (8,2% vs. o 4T23). Isso equivale a 3,7% da receita bruta (3,0% no 4T24), um aumento de 0,3 pp vs. 2023 (redução de 0,2 pp vs. o 4T23).

IMPOSTO DE RENDA E LUCRO LÍQUIDO



* Alíquota efetiva

** Inclui os efeitos da tributação sobre subvenções para investimentos, conforme a Lei nº 14.789/2023.

Provisionamos um total de R$ 244,1 milhões em imposto de renda em 2024 (R$ -54,2 milhões no 4T24), equivalente a 0,6% da receita bruta (-0,5% no 4T24), um aumento de 0,2 pp vs. 2023 (redução de 0,7 pp vs. o 4T23).

A alíquota efetiva de 2024 foi de 15,9% sobre o LAIR, um aumento de 4,8 pp. No ano, registramos um aumento de 77,3% do IR/CSLL vs. 2023, principalmente pelo início da tributação das subvenções para investimentos em decorrência da Lei nº 14.789/2023. Excluindo efeitos não recorrentes do ano, majoritariamente concentrados no 4T24 e detalhados abaixo, a alíquota efetiva em 2024 seria de 21,8% do LAIR, um aumento de 10,7 pp vs. 2023, principalmente pela tributação adicional sobre subvenções para investimentos.

No 4T24, apuramos R$ 77,5 milhões de créditos tributários não recorrentes. Vale mencionar que o 4T24 também incluiu efeitos recorrentes do ano, em parte concentrados no trimestre, principalmente referentes à Lei do Bem.

Isso resultou em um lucro líquido ajustado de R$ 1.288,5 milhões em 2024 (R$ 381,4 milhões no 4T24), um crescimento de 16,6% vs. 2023 (34,6% vs. o 4T23). A margem líquida do ano foi de 3,1% da receita bruta (3,5% no 4T24), uma expansão de 0,1 pp vs. 2023 (0,5 pp no 4T24), em que pese a tributação adicional decorrente da Lei nº 14.789/2023.

CICLO DE CAIXA



* Ajustado para recebíveis descontados e antecipações a fornecedores.

O ciclo de caixa no 4T24 foi de 60,4 dias, um aumento de 1,0 dia em comparação com o mesmo período do ano anterior, já ajustado para os descontos de recebíveis e antecipações a fornecedores.

FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA	2024	2023	4T24	4T23
(R$ milhões)				
EBIT ajustado	**2.082,6**	**1.803,6**	**439,2**	**402,3**
Ajuste a valor presente (AVP)	(185,0)	(185,9)	(57,5)	(49,1)
Despesas não recorrentes	(20,5)	69,7	(45,4)	2,0
Imposto de renda (34%)	(638,2)	(573,7)	(114,4)	(120,8)
Depreciação	912,0	797,7	240,9	209,5
Outros ajustes	85,0	381,4	226,6	421,0
Recursos das operações	**2.235,8**	**2.292,7**	**689,5**	**865,0**
Ciclo de caixa*	(669,3)	(1.019,5)	12,1	(54,8)
Outros ativos (passivos)**	(96,8)	(79,9)	(458,6)	(292,2)
Fluxo de caixa operacional	**1.469,7**	**1.193,3**	**242,9**	**518,0**
Investimentos	(1.281,3)	(1.234,4)	(447,1)	(367,0)
Fluxo de caixa livre	**188,5**	**(41,1)**	**(204,2)**	**150,9**
Aquisições e investimentos em coligadas	(131,7)	(72,7)	-	(31,4)
JSCP e dividendos	(474,6)	(465,9)	(235,9)	(239,1)
IR pago sobre JSCP	(54,3)	(27,9)	(33,1)	-
Resultado financeiro***	(361,4)	(358,0)	(63,9)	(49,6)
Recompra de ações	(73,3)	-	(73,3)	-
IR (Benef. fiscal s/ result. fin., JSCP e div.)	255,3	244,2	63,9	46,5
Fluxo de caixa total	**(651,4)**	**(721,3)**	**(546,5)**	**(122,7)**

*Inclui ajustes para recebíveis descontados.

**Inclui ajuste de AVP.

***Exclui ajuste de AVP.

Em 2024, registramos um fluxo de caixa livre positivo de R$ 188,5 milhões e um consumo total de caixa de R$ 651,4 milhões. Os recursos das operações totalizaram R$ 2.235,8 milhões, equivalentes a 5,4% da receita bruta. Registramos um consumo de capital de giro de R$ 766,1 milhões, gerando um fluxo de caixa operacional de R$ 1.469,7 milhões, mais que financiando o CAPEX de R$ 1.281,3 milhões.

No 4T24, registramos um fluxo de caixa livre negativo de R$ 204,2 milhões e um consumo total de caixa de R$ 546,5 milhões. Os recursos das operações totalizaram R$ 689,5 milhões, equivalentes a 6,3% da receita bruta. Registramos um consumo de capital de giro de R$ 446,5 milhões, gerando um fluxo de caixa operacional de R$ 242,9 milhões. O CAPEX do período foi de R$ 447,1 milhões.

Dos R$ 1.281,3 milhões investidos em 2024 (R$ 447,1 milhões no 4T24), R$ 509,9 milhões foram destinados à abertura de novas farmácias (R$ 159,8 milhões no 4T24), R$ 209,3 milhões para a reforma de unidades existentes (R$ 40,3 milhões no 4T24), R$ 377,1 milhões em tecnologia (R$ 140,1 milhões no 4T24), R$ 130,3 milhões em logística (R$ 67,3 milhões no 4T24) e R$ 54,4 milhões em outros projetos (R$ 30,6 milhões no 4T24). Além disso, desembolsamos ao longo do ano R$ 131,7 milhões com investimentos nas empresas controladas (R$ 0 no 4T24).

Despesas financeiras líquidas geraram um desembolso de R$ 361,4 milhões em 2024 (R$ 63,9 milhões no 4T24). Essas despesas foram parcialmente compensadas pela dedução fiscal de R$ 255,3 milhões relativa às despesas financeiras e JSCP (R$ 63,9 milhões no trimestre).

Por fim, anunciamos proventos totalizando R$ 579,8 milhões em 2024, em comparação com os R$ 522,2 milhões em 2023. Isso inclui R$ 389,5 milhões em juros sobre capital próprio e R$ 190,3 milhões em dividendos. No 4T24, anunciamos R$ 123,9 milhões, vs. R$ 170,1 milhões no 4T23.



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ENDIVIDAMENTO

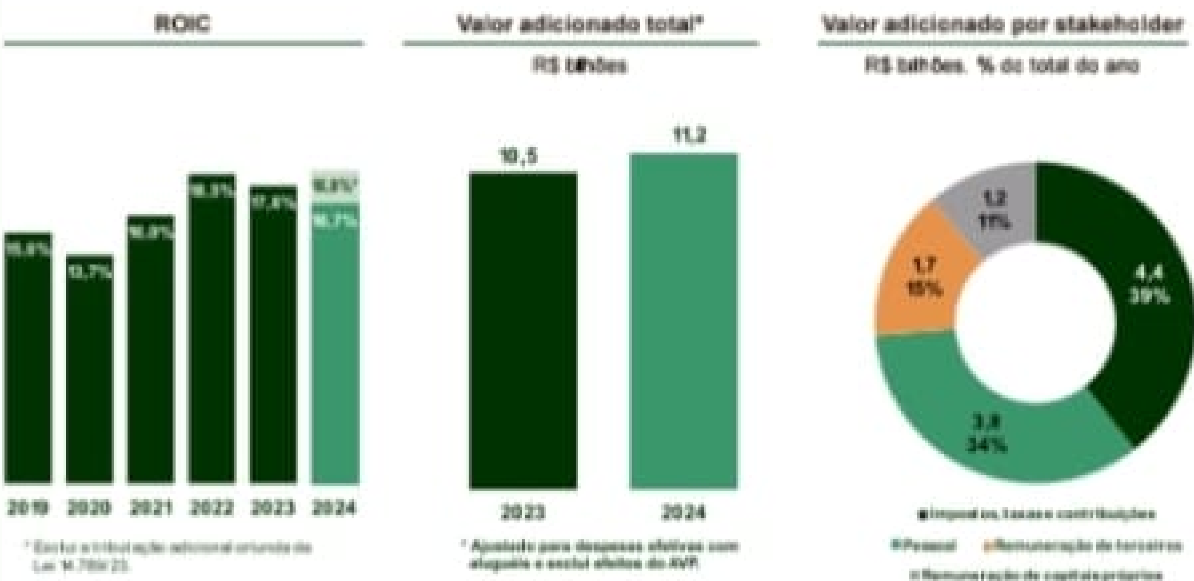
Encerramos o 4T24 com uma dívida líquida ajustada de R$ 3.418,4 milhões, correspondente a um índice de alavancagem de 1,1x o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses. Nossa dívida líquida ajustada leva em consideração R$ 728,7 milhões em recebíveis descontados, R$ 89,9 milhões em antecipações a fornecedores e R$ 13,6 milhões em obrigações relacionadas a opções de compra/venda de fatias remanescentes em empresas investidas.

Ao final do trimestre, nosso endividamento bruto totalizou R$ 3.293,9 milhões, dos quais 97% correspondem à emissão de Debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e 3% a outras linhas de crédito. Do endividamento total, 81% é de longo prazo e 19% de curto prazo. Encerramos o trimestre com uma posição de caixa total (caixa e aplicações financeiras) de R$ 528,0 milhões.

Dívida Líquida	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
(R$ milhões)					
Dívida de curto prazo	604,6	311,9	415,4	619,0	637,1
Dívida de longo prazo	2.526,1	2.528,0	3.003,3	2.655,1	2.656,8
Dívida Bruta	**3.130,7**	**2.839,9**	**3.418,7**	**3.274,2**	**3.293,9**
(-) Caixa e Equivalentes	412,3	412,6	369,7	410,5	528,0
Dívida Líquida	**2.718,4**	**2.427,3**	**3.049,1**	**2.863,7**	**2.765,9**
Recebíveis Descontados	-	449,7	523,5	32,2	728,7
Antecipações a fornecedores	(49,6)	(60,1)	(56,0)	(37,2)	(89,9)
Opções Compra/Venda de investidas (est.)	98,2	129,3	12,9	13,2	13,6
Dívida Líquida Ajustada	**2.766,9**	**2.946,3**	**3.529,5**	**2.871,9**	**3.418,4**
EBITDA ajustado LTM	2.603,2	2.720,1	2.776,9	2.929,5	2.992,5
Dívida Líquida / EBITDA	**1,1x**	**1,1x**	**1,3x**	**1,0x**	**1,1x**

RETORNO SOBRE CAPITAL INVESTIDO E COMPARTILHAMENTO DO VALOR GERADO

Registramos um ROIC de 16,7% em 2024, uma redução de 1,1 pp em função da maior tributação oriunda da Lei nº 14.789/23, que estamos disputando judicialmente. Excluindo esse efeito, o ROIC corresponderia a 18,8%. Também ressaltamos que o cálculo do ROIC desconsidera em todos os anos o ágio da fusão entre Raia e Drogasil por ter sido uma troca de ações a mercado na qual tal montante não foi efetivamente pago por qualquer uma das partes.



* Exclui a tributação adicional oriunda da Lei 14.789/23

* Ajustado para despesas efetivas com aluguéis e exclui efeitos do AVP.

Em 2024, compartilhamos R$ 11,2 bilhões de valor adicionado com nossos stakeholders, um aumento de 6,3% em comparação com o ano anterior. Esse valor foi dividido seguinte forma: R$ 4,4 bilhões foram compartilhados com o governo nas esferas federal, estadual e municipal na forma de impostos, taxas e contribuições. R$ 3,8 bilhões foram divididos com nossos funcionários, R$ 1,7 bilhão com proprietários dos imóveis que alugamos e com instituições financeiras e R$ 1,2 bilhão compartilhados com nossos acionistas.

RETORNO TOTAL AO ACIONISTA

Nossa ação se desvalorizou em 25,2% no ano de 2024, enquanto o IBOVESPA apresentou queda de 10,4%. No período, o volume financeiro diário médio (ADTV) foi de R$ 184 milhões.

Desde o IPO da Drogasil em junho de 2007, registramos uma valorização acumulada de 1.864% em comparação à valorização de apenas 121% registrada pelo IBOVESPA. Incluindo o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos, isto equivaleu a um retorno médio anual ao acionista de 19,4%.

Considerando o IPO da Raia, em dezembro de 2010, a valorização acumulada no período foi de 685% em comparação a um crescimento de 77% do IBOVESPA. Incluindo as distribuições aos acionistas, isto equivaleu a um retorno médio anual de 16,5%.

Valorização da ação



IFRS-16

Desde 2019, nossas demonstrações financeiras são preparadas de acordo com o IFRS 16. Para preservar a comparabilidade histórica, os valores deste relatório são apresentados sob a ótica da norma antiga, o IAS 17, que acreditamos melhor representar a realidade econômica do nosso negócio.

As Demonstrações Financeiras em IAS 17 e IFRS 16 também estão disponíveis em nosso site ri.rdsaude.com.br, na seção de Planilhas de Resultados.

	4T24			2024		
Demonstração do Resultado	**IAS 17**	**IFRS 16**	**Reclassificado**	**IAS 17**	**IFRS 16**	**Reclassificado**
(R$ milhões)						
Receita Bruta de Vendas	**10.862,4**	**10.862,4**	**0,0**	**41.782,0**	**41.782,0**	**0,0**
Lucro Bruto	**2.994,1**	**2.994,6**	**0,5**	**11.556,1**	**11.556,8**	**0,7**
Margem Bruta	27,6%	27,6%	0,0%	27,7%	27,7%	0,0 pp
Despesas de Venda	(1.953,0)	(1.649,0)	304,1	(7.255,2)	(6.092,2)	1.163,0
Despesas Gerais & Administrativas	(363,5)	(365,2)	(1,6)	(1.308,4)	(1.304,6)	3,8
Total Despesas	**(2.316,6)**	**(2.014,2)**	**302,4**	**(8.563,6)**	**(7.396,8)**	**1.166,8**
% da Receita Bruta	21,3%	18,5%	(2,8%)	20,5%	17,7%	(2,8 pp)
EBITDA Ajustado	**677,5**	**980,4**	**302,9**	**2.992,5**	**4.160,0**	**1.167,5**
% da Receita Bruta	6,2%	9,0%	2,8%	7,2%	10,0%	2,8 pp
Despesas / (Rec.) Não Recorrentes	(45,4)	(38,4)	6,9	(20,5)	(7,3)	13,2
Depreciação e Amortização	(238,3)	(452,1)	(213,7)	(909,9)	(1.801,6)	(891,8)
Resultado Financeiro	(114,4)	(209,3)	(94,9)	(554,3)	(933,1)	(378,8)
Resultado MEP / Incorporação	2,5	1,5	(1,0)	4,3	1,1	(3,2)
IR / CSL	69,6	68,1	(1,5)	(237,1)	(207,6)	29,5
Lucro Líquido	**351,5**	**350,3**	**(1,2)**	**1.275,0**	**1.211,4**	**(63,6)**
% da Receita Bruta	3,2%	3,2%	(0,0%)	3,1%	2,9%	(0,2 pp)

	4T24		Reclassificação
Balanço Patrimonial	**IAS 17**	**IFRS 16**	**Δ 4T24**
(R$ milhões)			
Ativo	**18.136,9**	**22.163,8**	**4.026,9**
Ativo Circulante	**12.703,7**	**12.703,7**	**0,0**
Ativo Não Circulante	**5.433,2**	**9.460,0**	**4.026,9**
Imposto de Renda e Contrib. Social			
Diferidos	158,0	298,4	140,4
Outros Créditos	13,4	12,9	(0,4)
Direito de uso em arrendamento	0,0	3.887,0	3.887,0
Passivo e Patrimônio Líquido	**18.136,9**	**22.163,8**	**4.026,9**
Passivo Circulante	**8.250,0**	**9.195,0**	**945,0**
Arrendamentos Financeiros a Pagar	0,0	951,0	951,0
Outras Contas a Pagar	412,8	406,7	(6,1)
Não Circulante	**3.088,8**	**6.521,9**	**3.433,1**
Arrendamentos Financeiros a Pagar	0,0	3.473,5	3.473,5
Imposto de Renda e Contrib. Social			
Diferidos	40,4	0,0	(40,4)
Patrimônio Líquido	**6.798,1**	**6.446,9**	**(351,2)**
Reservas de Lucros	2.529,3	2.178,2	(351,1)
Participação de Não Controladores	13,5	13,4	(0,1)

	4T24			2024		
Fluxo de Caixa	**IAS 17**	**IFRS 16**	**Reclassificado**	**IAS 17**	**IFRS 16**	**Reclassificado**
(R$ milhões)						
EBIT Ajustado	**439,2**	**528,4**	**89,2**	**2.082,6**	**2.358,3**	**275,7**
Despesas não recorrentes	(45,4)	(38,4)	6,9	(20,5)	(7,3)	13,2
Imposto de renda (34%)	(114,4)	(147,0)	(32,7)	(638,2)	(736,4)	(98,2)
Depreciação	240,9	452,1	211,1	912,0	1.801,8	889,8
Despesas com Aluguel	0,0	(309,4)	(309,4)	0,0	(1.180,0)	(1.180,0)
Outros Ajustes	226,6	261,3	34,8	85,0	184,5	99,5
Recursos das operações	**689,5**	**689,5**	**0,0**	**2.235,8**	**2.235,8**	**0,0**
Fluxo de caixa operacional	**242,9**	**242,9**	**0,0**	**1.469,7**	**1.469,7**	**0,0**
Investimentos	**(447,1)**	**(447,1)**	**0,0**	**(1.281,3)**	**(1.281,3)**	**0,0**
Fluxo de caixa livre	**(204,2)**	**(204,2)**	**0,0**	**188,5**	**188,5**	**0,0**
Fluxo de caixa total	**(546,5)**	**(546,5)**	**0,0**	**(651,4)**	**(651,4)**	**0,0**

*Inclui ajustes para recebíveis descontados

**Inclui ajuste de AVP

***Exclui ajuste de AVP.

DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

Atendendo às previsões legais e estatutárias, estamos propondo a seguinte destinação do saldo positivo em lucros acumulados no montante de R$ 1.200.331 mil:

- Reserva legal R$ 59.993 mil
- Reserva estatutária R$ 540.838 mil
- Juros sobre o capital próprio (R$ 0,21197l383 por ação) R$ 389.500 mil
- Dividendo adicional R$ 210.000 mil

A proposta inclui também a imputação dos juros sobre o capital próprio e ao dividendo obrigatório.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003 e ao Ofício Circular SNC/SEP nº 01/2007, a Companhia informa que, durante o ano de 2023, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. realizou serviços de auditoria independente relacionados às demonstrações financeiras do exercício de 2024.

A política da Companhia junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria independente, está fundamentada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar para o seu cliente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou serviços de auditoria independente na Companhia. O montante de honorários incorridos com os auditores independentes no exercício de 2024 foi de R$ 1.849 mil referente a serviços de auditoria independente relacionados às demonstrações financeiras.

A Ernst & Young Auditores Independentes não tem conhecimento de qualquer relacionamento entre as partes que poderia ser considerado como conflitante em relação a sua independência.

Eufrázio



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações Financeiras IAS 17 (em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Consolidado Ajustado

(em milhares de R$)

	4T23 Reclassificado	4T24	2023 Reclassificado	2024
Receita bruta de vendas e serviços	**9.538.836**	**10.862.353**	**36.298.767**	**41.781.973**
Deduções	(629.678)	(767.667)	(2.368.068)	(2.910.451)
Receita líquida de vendas e serviços	**8.909.158**	**10.094.686**	**33.930.699**	**38.871.522**
Custo das mercadorias vendidas	(6.238.926)	(7.100.566)	(23.766.440)	(27.315.454)
Lucro bruto	**2.670.232**	**2.994.119**	**10.164.259**	**11.556.068**
Despesas				
Com vendas	(1.726.605)	(1.953.050)	(6.369.420)	(7.255.202)
Gerais e administrativas	(329.083)	(363.549)	(1.191.593)	(1.308.384)
Despesas operacionais	**(2.055.688)**	**(2.316.598)**	**(7.561.012)**	**(8.563.586)**
EBITDA	**614.544**	**677.521**	**2.603.246**	**2.992.482**
Depreciação e amortização	(212.194)	(238.324)	(799.689)	(909.852)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**402.350**	**439.197**	**1.803.557**	**2.082.630**
Despesas financeiras	(236.586)	(253.311)	(979.196)	(998.843)
Receitas financeiras	142.106	138.875	428.735	444.592
Despesas / Receitas Financeiras	**(94.480)**	**(114.436)**	**(550.461)**	**(554.251)**
Equivalência patrimonial	(5.547)	2.492	(10.621)	4.260
Lucro antes do IR e da contribuição social	**302.323**	**327.253**	**1.242.476**	**1.532.639**
Imposto de renda e contribuição social	(19.008)	54.161	(137.689)	(244.093)
Lucro líquido do exercício	**283.315**	**381.414**	**1.104.787**	**1.288.546**

Demonstração do Resultado Consolidado

(em milhares de R$)

	4T23 Reclassificado	4T24	2023 Reclassificado	2024
Receita bruta de vendas e serviços	**9.538.836**	**10.862.353**	**36.298.767**	**41.781.973**
Deduções	(629.678)	(767.667)	(2.368.068)	(2.910.451)
Receita líquida de vendas e serviços	**8.909.158**	**10.094.686**	**33.930.699**	**38.871.522**
Custo das mercadorias vendidas	(6.238.926)	(7.100.566)	(23.766.440)	(27.315.454)
Lucro bruto	**2.670.232**	**2.994.119**	**10.164.259**	**11.556.068**
Despesas				
Com vendas	(1.726.605)	(1.953.050)	(6.369.420)	(7.255.202)
Gerais e administrativas	(329.083)	(363.549)	(1.191.593)	(1.308.384)
Outras despesas operacionais, líquidas	2.024	(45.361)	69.717	(20.477)
Despesas operacionais	**(2.053.664)**	**(2.361.959)**	**(7.491.295)**	**(8.584.064)**
EBITDA	**616.568**	**632.160**	**2.672.964**	**2.972.004**
Depreciação e amortização	(212.194)	(238.324)	(799.689)	(909.852)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**404.374**	**393.836**	**1.873.275**	**2.062.152**
Despesas financeiras	(236.586)	(253.311)	(979.196)	(998.843)
Receitas financeiras	142.106	138.875	428.735	444.592
Despesas / Receitas Financeiras	**(94.480)**	**(114.436)**	**(550.461)**	**(554.251)**
Equivalência patrimonial	(5.547)	2.492	(10.621)	4.260
Lucro antes do IR e da contribuição social	**304.348**	**281.892**	**1.312.193**	**1.512.162**
Imposto de renda e contribuição social	(19.696)	69.584	(161.393)	(237.131)
Lucro líquido do exercício	**284.651**	**351.476**	**1.150.801**	**1.275.031**

Balanços Patrimoniais

(em milhares de R$)

Ativo	4T23	4T24
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	412.322	528.002
Aplicações financeiras	-	15.707
Clientes	3.084.940	2.666.758
Estoques	7.197.426	8.407.429
Tributos a recuperar	353.374	483.452
Outras contas a receber	414.755	486.709
Despesas antecipadas	98.855	112.611
Depósitos judiciais	-	3.019
Ativo Circulante	11.561.672	12.703.688
Depósitos judiciais	228.447	250.763
Tributos a recuperar	246.008	287.939
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74.702	158.041
Outros créditos	11.092	13.377
Investimentos	14.976	14.786
Imobilizado	2.453.423	2.682.672
Intangível	1.917.279	2.025.604
Ativo Não Circulante	4.945.926	5.433.181
TOTAL ATIVO	**16.507.598**	**18.136.869**

Passivo e Patrimônio Líquido	4T23	4T24
Circulante		
Fornecedores	5.095.166	5.825.381
Empréstimos e financiamentos	604.601	637.109
Salários e encargos sociais	636.393	686.526
Impostos, taxas e contribuições	360.572	364.903
Dividendo e juros sobre o capital próprio	23.508	241.476
Provisão para demandas judiciais	57.224	81.829
Outras contas a pagar	451.405	412.763
Passivo Circulante	7.228.869	8.249.987
Empréstimos e financiamentos	2.526.102	2.656.820
Provisão para demandas judiciais	256.234	282.059
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.188	40.357
Outras obrigações	125.984	109.538
Passivo Não Circulante	2.956.508	3.088.775
Capital social	4.000.000	4.000.000
Reservas de capital	146.560	111.309
Reserva de reavaliação	11.211	11.085
Reservas de lucros	1.871.200	2.529.320
Ajustes de avaliação patrimonial	3.261	62.969
Participação de não controladores	72.391	13.529
Dividendo adicional proposto	217.598	69.895
Patrimônio Líquido	6.322.221	6.798.107
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16.507.598**	**18.136.869**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(em milhares de R$)

	4T23	4T24	2023	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição Social	**435.004**	**351.476**	**1.312.193**	**1.275.031**
Ajustes				
Depreciações e amortizações	209.473	240.915	797.690	911.965
Plano de remuneração com ações restritas, líquido	9.943	16.980	33.215	38.034
Juros sobre opção de compra de ações adicionais	-	(30.799)	33.486	2.041
Resultado na venda ou baixa do ativo imobilizado e intangível	56.337	43.884	68.430	56.142
Provisão (reversão) para demandas judiciais	213.848	81.399	268.582	124.349
Provisão (reversão) para perdas no estoque	(2.298)	6.122	(1.322)	25.037
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	5.476	5.776	12.781	21.292
Provisão (reversão) para encerramento de lojas	5.410	1.857	(2.208)	(5.664)
Despesas de juros	97.275	125.970	347.217	398.021
Amortizações do custo de transação de financiamentos	1.594	2.391	5.302	9.371
Resultado de equivalência patrimonial	7.190	(1.530)	12.509	(1.069)
Ganho adquirido em combinação de negócio	-	1	-	59.709
	1.039.252	**844.442**	**2.887.875**	**2.914.259**
Variações nos ativos e passivos				
Clientes e outras contas a receber	(184.469)	690.179	(788.191)	396.890
Estoques	(269.151)	(281.019)	(1.069.935)	(1.235.040)
Outros ativos circulantes	(62.946)	(3.054)	(188.916)	(85.782)
Ativos no realizável a longo prazo	(60.008)	(3.214)	16.898	(23.656)
Fornecedores	313.985	246.807	692.418	857.332
Salários e encargos sociais	(98.617)	(130.021)	74.771	50.133
Impostos, taxas e contribuições	(102.129)	(245.665)	(251.080)	(258.889)
Outras obrigações	(37.941)	(52.444)	42.074	111.999
Aluguéis a pagar	5.550	3.307	6.597	8.840
Caixa proveniente das operações	**543.526**	**1.069.318**	**1.422.511**	**2.736.086**
Juros pagos	(64.130)	(83.916)	(328.894)	(373.244)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(534)	(95.973)	(68.659)	(367.356)
Demandas judiciais pagas	(14.157)	(22.547)	(62.419)	(82.906)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**464.705**	**866.882**	**962.539**	**1.912.580**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição participação em controlada, sem mudar controle	-	-	-	(117.817)
Caixa adquirido em combinação de negócio	256	-	256	-
Aquisições de imobilizado e intangível	(398.577)	(431.370)	(1.304.581)	(1.283.653)
Recebimentos por vendas de imobilizados	154	-	154	4.265
Aplicações financeiras restritas	-	(15.706)	-	(15.706)
Caixa da empresa incorporada	(235)	-	(2.859)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(398.402)**	**(447.076)**	**(1.307.030)**	**(1.412.911)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	31.146	38.869	1.058.864	688.869
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(39.648)	(32.000)	(269.691)	(525.000)
Recompra de ações	-	(73.285)	-	(73.285)
Juros sobre capital próprio e dividendo pagos	(239.066)	(235.898)	(465.901)	(474.573)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**(247.568)**	**(302.314)**	**323.272**	**(383.989)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**593.587**	**410.510**	**433.541**	**412.322**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(181.265)	117.492	(21.219)	115.680
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**412.322**	**528.002**	**412.322**	**528.002**



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	Controladora		Consolidado	
Ativo	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	460.292	318.002	528.002	412.321
Aplicações financeiras (Nota 6)	27.774	26.506	15.706	-
Contas a receber de clientes (Nota 7)	1.919.599	2.515.546	2.666.758	3.084.940
Estoques (Nota 8)	7.973.862	6.882.254	8.407.430	7.197.427
Tributos a recuperar (Nota 9)	440.153	348.650	483.484	353.401
Outros ativos circulantes	398.251	337.227	444.813	369.277
Despesas antecipadas	110.622	96.356	112.611	98.855
Partes relacionadas (Nota 26)	49.146	45.453	41.887	45.453
Depósitos judiciais (Nota 17)	3.019	-	3.019	-
	11.382.718	10.569.994	12.703.710	11.561.674
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais (Nota 17)	27.616	19.183	250.762	228.448
Tributos a recuperar (Nota 9)	266.840	213.917	287.939	246.008
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18.2)	141.278	104.134	298.405	177.730
Despesas antecipadas	12.743	4.301	12.743	4.301
Partes relacionadas (Nota 26)	-	213	-	-
Outros ativos não circulantes	142	5.103	204	6.360
	448.619	346.851	850.053	662.845
Investimentos (Nota 10)	1.129.043	659.633	14.740	14.953
Imobilizado (Nota 11)	2.639.455	2.419.685	2.682.672	2.453.687
Intangível (Nota 12)	1.729.324	1.608.164	2.025.604	1.917.253
Direito de uso em arrendamento (Nota 16)	3.881.567	3.479.929	3.886.977	3.484.000
	9.379.389	8.167.411	8.609.993	7.869.893
	9.828.008	8.514.262	9.460.046	8.532.738
Total do ativo	21.210.726	19.084.256	22.163.756	20.094.412

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23
Circulante				
Fornecedores (Nota 14)	5.085.766	4.493.044	5.614.817	4.939.203
Fornecedores - Risco sacado (Nota 14.1)	-	9.009	-	9.009
Fornecedores - FIDC (Nota 14.1)	220.728	156.991	200.267	143.242
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	547.528	377.207	637.110	604.601
Arrendamentos a pagar (Nota 16)	949.350	856.427	951.044	858.467
Salários e encargos sociais	655.777	601.699	686.526	636.393
Impostos, taxas e contribuições	267.070	224.320	296.049	240.832
Dividendo e juros sobre o capital próprio	241.476	23.508	241.476	23.508
Imposto de renda e contribuição social	64.601	116.549	68.855	119.739
Provisão para demandas judiciais (Nota 17)	81.829	57.224	81.829	57.224
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	98.197	-	98.197
Partes relacionadas (Nota 26)	19.114	16.567	19.114	16.567
Outros passivos circulantes	354.709	312.210	397.872	332.515
	8.487.948	7.342.952	9.194.959	8.079.497
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	2.656.820	2.526.102	2.656.820	2.526.102
Arrendamentos a pagar (Nota 16)	3.469.643	3.076.154	3.473.493	3.078.294
Provisão para demandas judiciais (Nota 17)	86.680	100.535	282.059	256.234
Contas a pagar por aquisição de controladas	13.573	-	13.573	-
Provisão para perdas nos investimentos (Nota 10)	-	-	-	1.848
Outros passivos não circulantes	62.602	82.512	95.965	124.136
	6.289.318	5.785.303	6.521.910	5.986.614
Total do passivo	14.777.266	13.128.255	15.716.869	14.066.111
Patrimônio líquido (Nota 20)				
Atribuído aos acionistas da Controladora				
Capital social	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000
Reservas de capital	111.309	146.560	111.309	146.560
Reservas de lucros	2.178.202	1.577.370	2.178.202	1.577.370
Dividendo adicional proposto	69.895	217.599	69.895	217.599
Ajuste de avaliação patrimonial	74.054	14.472	74.054	14.472
	6.433.460	5.956.001	6.433.460	5.956.001
Participação de não controladores	-	-	13.427	72.300
Total do patrimônio líquido	6.433.460	5.956.001	6.446.887	6.028.301
Total do passivo e patrimônio líquido	21.210.726	19.084.256	22.163.756	20.094.412

Demonstrações dos Resultados do Exercício

	Controladora		Consolidado	
	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23
Receita líquida de vendas (Nota 21)	35.644.330	31.345.990	38.871.522	33.973.790
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados (Nota 22)	(24.390.727)	(21.416.143)	(27.314.741)	(23.766.426)
Lucro bruto	11.253.603	9.929.847	11.556.781	10.207.364
(Despesas) receitas operacionais				
Com vendas (Nota 22)	(7.479.652)	(6.567.441)	(7.627.819)	(6.689.275)
Gerais e administrativas (Nota 22)	(1.441.231)	(1.397.405)	(1.570.628)	(1.503.526)
Outras receitas/(despesas) operacionais (Nota 23)	11.714	129.637	(7.297)	78.435
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	65.541	4.148	1.069	(12.509)
	(8.843.628)	(7.831.061)	(9.204.675)	(8.126.875)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	2.409.975	2.098.786	2.352.106	2.080.489
Resultado financeiro				
Receitas financeiras (Nota 24)	331.032	330.365	444.589	428.735
Despesas financeiras (Nota 24)	(1.272.105)	(1.203.131)	(1.377.701)	(1.292.531)
	(941.073)	(872.766)	(933.112)	(863.796)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.468.902	1.226.020	1.418.994	1.216.693
Imposto de renda e contribuição social (Nota 18)				
Corrente	(306.117)	(291.481)	(328.232)	(314.521)
Diferido	37.079	120.434	120.611	184.971
	(269.038)	(171.047)	(207.621)	(129.550)
Lucro líquido do exercício	1.199.864	1.054.973	1.211.373	1.087.143
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	1.199.864	1.054.973	1.199.864	1.054.973
Participação de não controladores	-	-	11.509	32.170
	1.199.864	1.054.973	1.211.373	1.087.143
Lucro por ação – básico (Nota 19)	0,72753	0,62233	0,72753	0,62233
Lucro por ação – diluído (Nota 19)	0,72500	0,63564	0,72500	0,63564

Demonstrações dos Resultados Abrangentes do Exercício

	Controladora		Consolidado	
	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23
Lucro líquido do exercício	1.199.864	1.054.973	1.211.373	1.087.143
Componentes do resultado abrangente				
Outros resultados abrangentes que afetarão o resultado em período subsequente	-	-	-	-
Total resultado abrangente do exercício	1.199.864	1.054.973	1.211.373	1.087.143
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	1.199.864	1.054.973	1.199.864	1.054.973
Participação de não controladores	-	-	11.509	32.170
Total	1.199.864	1.054.973	1.211.373	1.087.143

Demonstrações do Valor Adicionado

	Controladora		Consolidado	
	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23
Receitas	37.626.276	32.884.334	41.112.572	35.652.998
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados	37.639.732	32.885.743	41.134.730	35.657.675
Outras receitas	9.481	8.744	10.417	8.744
Constituição (reversão) para perdas de créditos esperadas	(22.937)	(10.153)	(32.575)	(13.421)
Insumos adquiridos de terceiros	(25.523.969)	(21.479.921)	(28.574.540)	(23.950.324)
Custos das mercadorias e produtos vendidos e dos serviços prestados	(22.921.746)	(19.345.443)	(25.864.968)	(21.690.700)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.602.223)	(2.134.478)	(2.709.572)	(2.259.624)
Valor adicionado bruto	12.102.307	11.404.413	12.538.032	11.702.674
Depreciação e amortização	(1.783.685)	(1.647.067)	(1.801.431)	(1.661.347)
Valor adicionado líquido produzido	10.318.622	9.757.346	10.736.601	10.041.327
Valor adicionado recebido em transferência	417.259	353.551	462.827	411.581
Resultado de equivalência patrimonial	65.541	4.148	1.069	(12.509)
Receitas financeiras	333.900	332.882	443.940	407.569
Outros	17.818	16.521	17.818	16.521
Valor adicionado total a distribuir	10.735.881	10.110.897	11.199.428	10.452.908
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	3.707.169	3.317.718	3.828.600	3.422.448
Remuneração direta	2.895.550	2.602.348	2.973.454	2.669.567
Benefícios	556.159	491.881	593.878	524.055
Fundo de garantia por tempo de serviço	255.460	223.489	261.268	228.826
Impostos, taxas e contribuições	4.254.486	4.292.697	4.500.677	4.425.984
Federais	1.262.165	798.757	1.243.707	781.921
Estaduais	2.945.541	3.462.454	3.203.648	3.519.114
Municipais	46.780	31.486	53.322	124.949
Remuneração de capitais de terceiros	1.574.362	1.445.509	1.658.778	1.517.333
Juros	1.271.766	1.202.752	1.351.495	1.269.722
Aluguéis	302.596	242.757	307.283	247.611
Remuneração de capitais próprios	1.199.864	1.054.973	1.211.373	1.087.143
Juros sobre capital próprio	389.500	360.200	389.500	360.200
Dividendo e juros sobre capital próprio adicional proposto	210.000	167.300	210.000	167.300
Lucros retidos do período	600.364	527.473	600.364	527.473
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	11.509	32.170
Valor adicionado distribuído e retido	10.735.881	10.110.897	11.199.428	10.452.908

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.468.902	1.226.020	1.418.994	1.216.693
Ajustes				
Depreciações e amortizações (Nota 22)	1.834.751	1.695.078	1.851.892	1.707.296
Plano de remuneração com ações restritas, líquido	38.034	33.799	38.034	33.215
Juros sobre opção de compra de ações adicionais	2.041	33.486	2.041	33.486
Resultado na venda ou baixa do ativo imobilizado e intangível	35.541	39.566	56.142	68.430
Provisão para demandas judiciais (Nota 17)	84.669	113.040	124.349	268.582
(Reversão) provisão para perdas nos estoques (Nota 8)	25.037	(1.322)	25.037	(1.322)
(Reversão) provisão para perdas de créditos esperadas (Nota 7)	7.012	7.039	21.292	12.781
(Reversão) provisão para encerramento de farmácias (Notas 11 e 12)	(5.664)	(2.208)	(5.664)	(2.208)
Despesas líquidas de juros com empréstimos	344.501	322.895	366.868	347.217
Despesas de juros – Arrendamentos (Nota 16)	400.081	330.574	400.361	330.782
Amortização de custo de transação de debêntures (Nota 15)	9.371	5.302	9.371	5.302
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	(65.541)	(4.148)	(1.069)	12.509
Aumento do percentual de participação em controladas (Nota 10)	-	-	59.709	-
Descontos sobre locação de imóveis	-	(73)	-	(73)
	4.178.735	3.799.048	4.367.357	4.032.690
Variações nos ativos e passivos				
Clientes e outras contas a receber	588.935	(599.645)	396.890	(788.191)
Estoques	(1.116.645)	(880.423)	(1.235.040)	(1.069.936)
Outros ativos circulantes	(73.045)	(129.567)	(82.702)	(188.823)
Ativos no realizável a longo prazo	(17.448)	(51.853)	(26.490)	(104.223)
Fornecedores	578.687	507.251	661.579	694.460
Fornecedores Risco Sacado	(9.009)	2.453	(9.009)	2.453
Fornecedores - FIDC	63.737	156.991	57.025	143.242
Salários e encargos sociais	54.078	59.116	50.133	74.769
Impostos, taxas e contribuições	(153.624)	54.619	(290.393)	(122.396)
Outras obrigações	58.111	(212.098)	95.175	(107.425)
Aluguéis a pagar	10.581	9.418	10.605	9.461
Outros				
Juros pagos (Nota 15)	(349.196)	(306.581)	(373.244)	(328.894)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(367.356)	(68.619)	(367.356)	(68.659)
Juros pagos – Arrendamentos (Nota 16)	(400.081)	(330.574)	(400.361)	(330.782)
Demandas judiciais - Pagas (Nota 17)	(82.906)	(62.419)	(82.906)	(62.419)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.963.554	1.947.077	2.771.263	1.785.327
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição e aporte de capital em investidas, líquido de caixa obtido na aquisição	(352.587)	(112.559)	-	-
Aquisição de participação em controlada, sem mudança de controle (Nota 10.2)	(117.817)	-	(117.817)	-
Caixa adquirido em combinação de negócios	-	-	-	256
Ativos líquidos adquiridos em combinação de negócios	-	-	-	(2.952)
Aquisições de imobilizado e intangível	(1.251.522)	(1.234.533)	(1.283.653)	(1.304.581)
Recebimentos por vendas de imobilizados	4.265	154	4.265	154
Aplicações financeiras	-	-	(15.706)	-
Empréstimos (concedidos)/recebidos à controlada	235	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.717.826)	(1.346.938)	(1.412.911)	(1.307.123)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados (Nota 15)	600.000	686.567	688.869	1.058.865
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Nota 15)	(300.000)	(44.480)	(525.000)	(269.691)
Recompra de ações	(73.285)	-	(73.285)	-
Pagamentos de arrendamentos	(868.309)	(822.697)	(858.682)	(822.697)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(855.580)	(465.901)	(242.671)	(465.901)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.103.438)	(646.511)	(1.242.671)	(499.424)
Aumento (diminuição) líquido no caixa e equivalentes	142.290	(46.372)	115.681	(21.220)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro (Nota 5)	318.002	364.374	412.321	433.541
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro (Nota 5)	460.292	318.002	528.002	412.321



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Atribuível aos acionistas da Controladora															
		Reservas de capital				Reservas de lucros						Ajuste de avaliação patrimonial				
	Capital social	Correção monetária especial	Ágio na emissão/alienação de ações	Ações em tesouraria	Ações restritas e outras	Legal	Estatutária	Incentivos fiscais	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Reserva de reavaliação	Transação com não controladores	Outros resultados abrangentes	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022	2.500.000	10.191	134.127	(80.606)	49.049	265.756	1.761.339	522.147	-	167.526	11.354	3.262	(3.283)	5.340.862	62.079	5.402.941
Aumento de capital	1.500.000	-	-	-	-	-	(1.500.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	513	-	-	-	-	513	-	513
Juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2022 aprovado na AGO de 19 de abril de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(167.526)	-	-	-	(167.526)	-	(167.526)
Realização de reserva de reavaliação, líquida do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-	142	-	(142)	-	-	-	-	-
Plano de ações restritas - apropriação	-	-	-	-	33.528	-	-	-	-	-	-	-	-	33.528	-	33.528
Plano de ações restritas - entrega	-	-	(121)	13.099	(12.978)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações restritas - entrega de ações 4Bio	-	-	-	292	(22)	-	-	-	-	-	-	-	-	270	-	270
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.054.973	-	-	-	-	1.054.973	32.170	1.087.143
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	52.749	-	-	(52.749)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	294.450	(294.450)	-	-	-	-	-	-	-
JSCP - R$ 0,211973 por ação (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	(360.200)	360.200	-	-	-	-	-	-
Dividendo proposto - R$ 0,097586 por ação (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	(167.300)	167.300	-	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	180.929	-	(180.929)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos antecipados aprovados na RCA de 15 de dezembro de 2023 (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(83.000)	-	-	-	(83.000)	-	(83.000)
Imposto retido sobre o JSCP (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(49.923)	-	-	-	(49.923)	-	(49.923)
Reclassificação dos dividendos mínimos obrigatórios para o passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(176.979)	-	-	-	(176.979)	-	(176.979)
Outros resultados abrangentes - ajustes instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.283	3.283	-	3.283
Outras mutações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.949)	(21.949)
Em 31 de dezembro de 2023	4.000.000	10.191	134.006	(67.215)	69.577	318.505	442.268	816.597	-	217.598	11.212	3.262	-	5.956.001	72.300	6.028.301
Juros sobre o capital próprio prescrito	-	-	-	-	-	-	-	-	342	-	-	-	-	342	-	342
Juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2023 aprovado na AGO de 17 de abril de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(217.598)	-	-	-	(217.598)	-	(217.598)
Realização de reserva de reavaliação, líquida do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-	125	-	(125)	-	-	-	-	-
Plano de ações restritas - apropriação	-	-	-	-	37.507	-	-	-	-	-	-	-	-	37.507	-	37.507
Plano de ações restritas - entrega	-	-	1.866	13.143	(16.724)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.715)	-	(1.715)
Ações restritas - entrega de ações 4Bio	-	-	-	2.366	(123)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.243	-	2.243
Recompra de ações	-	-	-	(73.285)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(73.285)	-	(73.285)
Aquisição de ações de acionistas minoritários pelo exercício de opção de compra - 4Bio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59.709	59.709	(70.382)	(10.673)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.199.864	-	-	-	-	1.199.864	11.509	1.211.373
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(389.500)	389.500	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	59.993	-	-	(59.993)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo proposto - R$ 0,097586 por ação (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	(210.000)	210.000	-	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	540.838	-	(540.838)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos antecipados aprovados na RCA de 17 de abril de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(84.300)	-	-	-	(84.300)	-	(84.300)
Dividendos antecipados aprovados na RCA de 30 de setembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(106.000)	-	-	-	(106.000)	-	(106.000)
Imposto retido sobre o JSCP (Nota 20)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.306)	-	-	-	(54.306)	-	(54.306)
Reclassificação dos dividendos mínimos obrigatórios para o passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(284.999)	-	-	-	(284.999)	-	(284.999)
Outros resultados abrangentes - ajustes instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)	-	(3)
Outras mutações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	4.000.000	10.191	135.872	(124.991)	90.237	378.498	983.106	816.597	-	65.895	11.087	3.262	59.706	6.433.460	13.427	6.446.887

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. ("Companhia", "RD Saúde" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada na Av. Corifeu de Azevedo Marques, 3.097, São Paulo – SP, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no segmento do Novo Mercado, sob o código de negociação RADL3. A RD Saúde foi criada em novembro de 2011, a partir da fusão entre as redes Droga Raia e Drogasil que, juntas, combinam mais de 200 anos de história. A Droga Raia foi fundada em 1905 e a Drogasil em 1935 e hoje formam a rede líder, tanto em número de farmácias, quanto em faturamento.

Em 18 de março de 2024, a Companhia mudou sua marca corporativa, que passa a ser "RD Saúde", refletindo seu objetivo de liderar a promoção da saúde no Brasil. Além do varejo farmacêutico, a RD Saúde foca na saúde integral, visando o bem-estar da comunidade e oferecendo serviços e produtos de alta qualidade.

A RD Saúde junto com suas controladas (em conjunto "Grupo" ou "Consolidado") têm como atividade preponderante o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e beleza, cosméticos e dermocosméticos e medicamentos de especialidade, realizando suas vendas por meio de 3.230 farmácias (2.953 farmácias – Dez/23), presente em todos os 26 Estados e o Distrito Federal (26 Estados e o Distrito Federal – Dez/23), conforme abaixo:

	Consolidado	
Estado	Dez/24	Dez/23
Sudeste	1.835	1.699
São Paulo	1.307	1.208
Rio de Janeiro	233	213
Minas Gerais	227	218
Espírito Santo	68	60
Nordeste	485	443
Bahia	114	102
Pernambuco	105	96
Ceará	97	89
Maranhão	43	39
Sergipe	29	27
Rio Grande do Norte	28	27
Paraíba	24	21
Alagoas	24	22
Piauí	21	20
Sul	428	382
Paraná	187	162
Rio Grande do Sul	136	128
Santa Catarina	105	92
Centro-Oeste	344	308
Goiás	134	117
Distrito Federal	98	91
Mato Grosso do Sul	61	55
Mato Grosso	51	45
Norte	138	121
Pará	57	51
Amazonas	25	21
Tocantins	25	20
Rondônia	15	14
Acre	6	6
Amapá	5	5
Roraima	5	4
Total	3.230	2.953

Durante o exercício corrente, houve a inauguração de 300 farmácias e o fechamento de 23 farmácias (em 2023, houve a inauguração de 270 e o fechamento de 16 farmácias). Todos os encerramentos foram realizados para otimização do portfólio de farmácias com expectativas positivas de retorno. As farmácias da RD Saúde, bem como a demanda do e-commerce do Grupo, são abastecidas por quinze centrais de distribuição localizadas em doze Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Amazonas e Pará.

A 4Bio Medicamentos S.A. ("4Bio") comercializa medicamentos especiais por meio de serviço de televendas e a entrega é realizada diretamente no destino onde se encontra o cliente ou por meio de suas seis centrais de atendimento localizadas nos Estados de São Paulo, Tocantins, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Bahia.

O RD Ventures Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia ("FIP RD Ventures"), é um fundo exclusivo criado como a plataforma que busca investir em negócios que contribuam com a estratégia de crescimento e acelerem a jornada de digitalização em saúde da Companhia.

A Dr. Cuco Desenvolvimento de Software Ltda. ("Dr. Cuco"), é uma plataforma digital de cuidado focada em aderência ao tratamento.

A Impulso Soluções de Mídia Ltda. ("Impulso"), é a solução de *Retail Media* da RD. Trata-se de uma plataforma que oferece um alto potencial de alcance por meio de audiências personalizadas com dados do varejo e alta precisão dos resultados, isso permite que os anunciantes analisem a performance das campanhas online e offline e estejam presentes em todos os momentos da jornada do consumidor.

A SafePill Comércio Varejista de Medicamentos Manipulados Ltda. ("Dose Certa + Cuidado"), é uma empresa focada em aderência ao tratamento, oferecendo serviços de Gestão de Tratamento Medicamentoso Domiciliar Autônomo.

A ZTO Tecnologia e Serviços de Informação na Internet Ltda. ("Manipulação Raia Drogasil"), é a primeira *startup* do mercado magistral brasileiro, uma plataforma de *marketplace* que proporciona aos clientes o acesso imediato e online às Farmácias de Manipulação.

A RD Log Ltda. ("RD Log"), é uma empresa de transporte e logística que foi constituída com o intuito de ampliar a oferta de serviços logísticos aos *sellers* do *marketplace*.

A Kymberg Farmacêutica do Brasil Ltda. ("Kymberg"), é uma empresa farmacêutica, especializada na produção de medicamentos.

A RD Saúde possui a totalidade das cotas subordinadas do RD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo ("RD FIDC"). A Companhia consolida as informações contábeis do RD FIDC por entender que parte relevante dos riscos e benefícios relacionados à rentabilidade está vinculada às quotas subordinadas mantidas pela RD Saúde.

Doravante, as entidades acima mencionadas, serão coletivamente denominadas como "Controladas".

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento à NBC TG 24(R2), a autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2025.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnica Geral (NBC TG), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IFRS e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, as quais incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas 4Bio, Dr. Cuco, Manipulação Raia Drogasil, Dose Certa + Cuidado, Impulso, Kymberg, FIP RD Ventures, RD FIDC e RD Log e que foram elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

As práticas contábeis adotadas pelas Controladas foram aplicadas de maneira uniforme e consistente com aquelas adotadas pela Companhia. Quando aplicável, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Controlada e a Companhia são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por: (i) determinados instrumentos financeiros; e (ii) ativos e passivos decorrentes de combinações de negócios mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e também exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis referentes às perdas esperadas nos estoques, perdas de crédito esperadas, valorização de instrumentos financeiros, prazos de realização de tributos a recuperar, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, estimativa do valor recuperável de intangíveis de vida útil indefinida, provisões necessárias para demandas judiciais, mensuração de passivos financeiros a valor justo, determinação de provisões para tributos, reconhecimento do resultado com acordos comerciais e outras similares. As estimativas e os julgamentos significativos estão divulgados na Nota 4(i).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessas demonstrações. Como consequência, pelas IFRS, essas demonstrações estão apresentadas como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

3. Novos procedimentos contábeis, alterações e interpretações de normas

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

Em 2024 a Companhia avaliou as novas interpretações e emendas aos CPCs e IFRS, que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024. As principais alterações aplicáveis à Companhia são:

Acordos de financiamento de fornecedores IAS 7 / NBC TG 03 (R3) e IFRS 7 / NBC TG 40 (R2)	As alterações esclarecem que as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. O objetivo é auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos desses acordos de financiamento com fornecedores, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.
Alterações ao IAS 1 / NBC TG 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante	Visa promover a consistência na aplicação dos requisitos da norma, ajudando as entidades a determinar se, no balanço patrimonial, os empréstimos e financiamentos e outros passivos com uma data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes ou não circulantes. Além disso, exigências de divulgação quando um passivo decorrente de contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

Essas alterações não resultaram em impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CBPS 1/ IFRS 1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade; CBPS 2 / IFRS 2 - Divulgações relacionadas ao clima	CBPS 1 / IFRS 1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade: Visa exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade. Estamos avaliando os impactos da norma para adoção antecipada ou atendimento conforme prazo definido na mesma. CBPS 2 / IFRS 2 - Divulgações relacionadas ao clima: Visa estabelecer os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados com o clima que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade. Estamos avaliando os impactos da norma para adoção antecipada ou atendimento conforme prazo definido na mesma. Ambos os pronunciamentos se aplicam aos exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com aplicação voluntária antecipada a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes desta implementação na apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras.



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements.	IFRS 18 - *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substitui a IAS 1 – *Presentation of Financial Statements* na elaboração de demonstrações contábeis com início em ou após 1º de janeiro de 2027. A IFRS 18 (i) introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado com a inclusão de três novas categorias de receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - dois subtotais obrigatórios, e alterações no agrupamento de saldos, (ii) requer divulgação em notas explicativas sobre medidas de desempenho definidas pela Administração, e (iii) inclui alterações na demonstração dos fluxos de caixa e novos requisitos de apresentação de despesas por natureza ou função. O IFRS 18 entrará em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes desta norma na apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC – 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ser uma controlada (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes desta norma na apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras.

Adicionalmente, algumas outras normas, alterações e interpretações contábeis foram emitidas recentemente, porém, ainda não estão em vigor ou não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não identificou impacto significativo nas demonstrações financeiras.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas abaixo e, quando relacionadas a saldos contábeis relevantes, detalhadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras. As práticas contábeis foram aplicadas de modo consistente nos exercícios.

(a) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da RD Saúde e das Entidades Controladas pela Companhia elaboradas até 31 dezembro de cada exercício. Controladas são todas as entidades nas quais, a Companhia detém o controle, que é obtido quando a RD Saúde: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. A RD Saúde reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos para a aquisição da controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo dos ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não Controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício, conforme incorridos.

Todas as transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. Quando necessário, as demonstrações financeiras das Controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com não controladores

O Grupo trata as transações com não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Obrigações com acionista de controlada

O passivo financeiro (passivo não circulante), representado pela obrigação de compra das ações decorrente da opção outorgada, é registrado a valor presente (na rubrica de Contas a pagar por aquisição de controlada) e em separado da contraprestação transferida, mediante a adoção do método de acesso presente, no qual a participação não Controladora é reconhecida já que o acionista não controlador está exposto aos riscos e tem acesso aos retornos associados à sua participação, em contrapartida da conta de "ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido.

No transcorrer do tempo, a recomposição do valor da opção de compra das ações adicionais oriunda do ajuste a valor presente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de despesa financeira.

Na ocorrência de mudança relevante de premissa durante o exercício, premissas que compõem o valor justo da opção são revisadas/atualizadas de forma a refletir o valor justo do passivo financeiro no encerramento do exercício. Ajustes apurados são registrados na rubrica de Contas a pagar por aquisição de controlada (vide Nota 10), em contrapartida de despesa financeira.

(d) Descontos comerciais e negociações comerciais na compra de mercadorias

A contraprestação variável do Grupo está substancialmente representada por acordos comerciais por meio dos quais produtos podem ser comercializados em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda do Grupo em diversas formas. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores. As principais categorias de acordos comerciais são:

(i) descontos comerciais concedidos por laboratórios no momento da venda ao consumidor e associados a programas de benefícios tratam-se de benefícios concedidos por um fornecedor do Grupo ao consumidor final do Grupo que tem por objetivo estabelecer um processo de fidelização do consumidor ao seu produto ou medicamento. Na grande maioria dos casos, a partir do momento em que o consumidor final é cadastrado no sistema do fornecedor, o consumidor final se beneficia de um desconto concedido pelo fornecedor do Grupo, pagando pela mercadoria um preço diferenciado do preço usual dessa mesma mercadoria, caso não estivesse associado a um programa de benefícios. Esse desconto ofertado pelo fornecedor ao cliente do Grupo, é apurado em tempo real e reconhecido no mesmo momento da venda da mercadoria ao consumidor por um valor a receber do fornecedor equivalente ao montante do desconto concedido.

O Grupo reconhece esses descontos concedidos como redução do custo das mercadorias vendidas em contrapartida a um valor a receber ou redução de passivo de contratos com fornecedores.

(ii) verbas de *marketing* e publicidade derivadas de exposição de produtos em lojas e divulgação de ofertas em catálogo próprio – tratam-se de programas de venda do Grupo planejados em conjunto com seus fornecedores. O fornecedor tem o interesse de promover seus produtos na rede de lojas e estabelecimentos de venda do Grupo. Para tanto, negocia formas diferentes de pagamento ao Grupo a fim de que o preço final da mercadoria ao consumidor seja vantajoso sem qualquer prejuízo às margens brutas de venda para essas mesmas mercadorias em condições outras que não sejam em caráter promocional. Essas negociações normalmente ocorrem com a área de Compras do Grupo em conjunto com a área de vendas para o alinhamento com as estratégias de venda do Grupo.

A partir do momento em que a obrigação de desempenho foi satisfeita (comercialização do produto associado à promoção), o Grupo reconhece o resultado desses acordos comerciais a crédito do custo das mercadorias vendidas em contrapartida a um valor a receber de convênios ou redução de passivo de contratos com fornecedores.

(iii) abatimentos por metas de volume, auferidos tanto nas compras quanto nas vendas – tratam-se de programas de bonificação concedidos ao Grupo associados a metas de compra e de venda das mercadorias de um determinado fornecedor. O Grupo considera o benefício obtido como uma redução dos valores a pagar de fornecedores em contrapartida à conta de estoques, a partir do momento em que conclui ser altamente provável que o benefício obtido não será sujeito à reversão.

Nos casos (ii) e (iii) acima, tratam-se de diferentes formas de negociação que tem por principal objetivo a aquisição de mercadorias no menor custo ofertado pelo fornecedor independente da forma com que foi proposta a transação de compra do produto.

(e) Informações por segmento

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

(f) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis de ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

(i) Tributos a recuperar

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções de operações e lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método baseiam-se naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(iii) Redução ao valor recuperável (*"Impairment"*)

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados, oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 12.

(iv) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 17. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e esperadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e o histórico de indenizações do Grupo.

(v) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento, portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário, no caso a própria Companhia, é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar se fosse tomar recursos emprestados, em ambiente econômico similar, para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento, pois deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e da qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve se proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

A adoção do NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 permitiu que a taxa incremental fosse determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. O Grupo adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares.

(vi) Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo de arrendamento, a Administração considera todos os fatos e as circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo de arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros de distribuição e farmácias, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão);
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento; e
- Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização dos tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

A maioria das opções de prorrogação em arrendamentos de escritórios, imóveis residenciais e veículos, não foram incluídas no passivo de arrendamento porque o Grupo pode substituir esses ativos sem custo significativo ou interrupção nos negócios. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não a exercer).

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria de instrumentos financeiros ao custo amortizado.

5.2. Composição dos saldos

Itens de caixa e equivalentes de caixa	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Caixa e bancos	181.644	155.219	196.509	177.575
Operações compromissadas (i)	156.114	46.964	156.114	72.761
Aplicações automáticas (ii)	122.534	115.819	140.904	122.013
Certificado de Depósito Bancário - CDB (iii)	-	-	34.475	37.773
Fundo de investimento	-	-	-	2.169
Total	460.292	318.002	528.002	412.321

(i) Investimento em renda fixa com remuneração atrelada à variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez imediata e sem perda de rendimento.

(ii) Trata-se de um fundo de renda fixa de curto prazo com aplicações e resgates automáticos.

(iii) Aplicação em certificado de depósito bancário com liquidez diária e prazo de carência de trinta dias.

A qualificação quanto à exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota 25.3 (a) e (d).

6. Aplicações financeiras

Itens de caixa e equivalentes de caixa	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
RD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Corporativos	27.774	26.506	-	-
Fundo de investimento	-	-	15.706	-
Total	27.774	26.506	15.706	-

RD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Corporativos ("RD FIDC")

Na Controladora o saldo de R$ 27.774 em 31 de dezembro de 2024 se refere ao investimento no RD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Corporativos ("RD FIDC").

O RD FIDC iniciou suas atividades em 16 de fevereiro de 2023, constituído sob forma de condomínio de natureza especial, regido pela resolução CMN nº 2.907, de 29 de novembro de 2001 e pela instrução CVM nº 175/22, de 23 de dezembro de 2022. Em 28 de março de 2023, a Companhia realizou o primeiro aporte no RD FIDC.

A estrutura de capital do RD FIDC em 31 de dezembro de 2024 era composta por 173.526 cotas seniores detidas por terceiros no valor de R$ 200.227, representando 87,82% do patrimônio do fundo e 26.225 cotas subordinadas detidas pela RD Saúde no valor de R$ 27.774, representando 12,18% do patrimônio do fundo.

O RD FIDC têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos exclusivamente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas pela Companhia, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de mercadorias, bens e serviços. Os rendimentos das cotas seniores são pagos mensalmente e possuem remuneração mínima de CDI acrescido de 1,66% ao ano.

As quotas subordinadas foram atribuídas à Companhia e estavam registradas no ativo circulante como participação no fundo de securitização, com saldo de R$ 27.774 (R$ 26.506 – Dez/2023). As quotas subordinadas têm o risco de absorver as eventuais perdas nos recebíveis transferidos e eventuais perdas atribuídas ao fundo. Os detentores das quotas seniores não têm direito de regresso contra os demais ativos da Companhia em caso de inadimplência dos valores devidos pelos fornecedores. A participação retida em quotas subordinadas representava a exposição máxima às perdas nas transações de desconto realizadas por meio dessas estruturas.

Fundo de Investimento

Saldo mantido pelo FIP RD Ventures e pelo RD FIDC em fundos de investimentos de curto prazo que visa proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em carteira composta integralmente em títulos públicos federais. O investimento não possui prazo de carência para resgate e conversibilidade das cotas, tanto para aplicação quanto para resgate é imediata, ocorrendo a liquidação financeira no mesmo dia.

7. Contas a receber de clientes

7.1. Política contábil

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de administradoras de cartões, quando aplicável, e das perdas esperadas. As perdas esperadas são estabelecidas quando existe uma evidência provável de que o Grupo não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda esperada é a diferença entre valor contábil e valor recuperável, estimado com base no histórico de perdas efetivas.

As vendas a prazo foram trazidas ao valor presente na data das transações, com base na taxa do custo médio ponderado a 100% do CDI. O ajuste a valor presente tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

7.2. Composição dos saldos

Itens de clientes	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Contas a receber de clientes	1.936.373	2.537.295	2.715.360	3.120.350
(-) Perdas de crédito esperadas	(978)	(2.462)	(19.169)	(10.367)
(-) Ajuste a valor presente	(18.796)	(19.287)	(29.433)	(25.043)
Total	1.916.599	2.515.546	2.666.758	3.084.940

Abaixo, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Idades de vencimento	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
A vencer	1.933.732	2.531.601	2.641.256	3.048.325
Vencidas:				
Entre 1 e 30 dias	3.072	3.130	28.276	31.684
Entre 31 e 60 dias	2.056	674	11.500	16.700
Entre 61 e 90 dias	61	575	5.855	11.003
Entre 91 e 180 dias	442	501	11.476	6.764
Entre 181 e 360 dias	10	814	16.997	5.874
(-) Perdas de crédito esperadas	(978)	(2.462)	(19.169)	(10.367)
(-) Ajuste a valor presente	(18.796)	(19.287)	(29.433)	(25.043)
Total	1.916.599	2.515.546	2.666.758	3.084.940

O prazo médio de recebimento de contas a receber de clientes, representado por cartões de crédito, débito e por parcerias com empresas e governo é de aproximadamente 43 dias (42 dias – em Dez/2023), prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações do Grupo. Parte substancial dos vencidos acima de 31 dias está representada por contas a receber vencidas de convênios, Programa de Benefício em Medicamentos – PBMs e Farmácia Popular.

A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada abaixo:

Movimentação das perdas esperadas	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(1.431)	(6.068)
Adições	(10.571)	(26.156)
Reversões	3.532	13.375
Perdas	6.008	8.482
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.462)	(10.367)
Adições	(16.272)	(47.097)
Reversões	9.360	25.805
Perdas	8.496	12.490
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(978)	(19.169)

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros a custo amortizado e, portanto, mensuradas de acordo com o descrito na Nota 25.1 – Perda por redução ao valor recuperável – *impairment* das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

8. Estoques

8.1. Política contábil

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre custo e valor líquido realizável. Os estoques são valorizados pelo método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas necessárias para a realização de venda. Os saldos dos estoques são apresentados deduzidos das estimativas para perdas, quebras e obsolescências, avaliados com base em média histórica e do ajuste a valor presente na data das transações que tem como contrapartida a conta de fornecedores, visando demonstrar o custo líquido do efeito de juros implícitos nas compras a prazo, e sua realização é registrada como custo das vendas.

8.2. Composição dos saldos

Itens de estoques	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Mercadorias para revenda	8.133.605	6.930.474	8.567.404	7.245.647
Materiais de consumo	9.461	10.156	9.622	10.156
(-) Ajuste a valor presente	(85.795)	-	(86.183)	-
(-) Provisão para perdas nos estoques	(83.413)	(58.376)	(83.413)	(58.376)
Total dos estoques	7.973.862	6.882.254	8.407.430	7.197.427

A movimentação da provisão para perdas esperadas com mercadorias está demonstrada a seguir:

Movimentação da provisão para perdas esperadas com mercadorias	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(59.698)	(59.698)
Adições	(41.081)	(41.081)
Baixas	42.403	42.403
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(58.376)	(58.376)
Adições	(35.682)	(35.682)
Baixas	10.645	10.645
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(83.413)	(83.413)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado foi de R$ 24.353.311, Nota 22 (R$ 21.412.578 - Dez/2023) para Controladora e de R$ 27.254.259 (R$ 23.714.554 - Dez/2023) para o Consolidado, incluindo o valor das baixas de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no período que totalizou R$ 373.085 (R$ 281.950 – Dez/2023) para a Controladora e R$ 375.495 (R$ 282.768 – Dez/2023) para o Consolidado.

O efeito da constituição, reversão ou baixa das perdas esperadas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de "custo das mercadorias vendidas".

Eufrázio



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Tributos a recuperar

Itens de tributos a recuperar	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Tributos sobre o lucro a recuperar				
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	2.241	3.743	4.232	4.676
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica	36.019	21.191	51.747	34.346
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido	14.992	14.366	19.772	16.747
Subtotal	**53.252**	**39.300**	**75.751**	**55.769**
Outros tributos a recuperar				
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias - saldo credor (a)	225.254	150.854	243.708	162.570
ICMS – Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente (a)	114.023	67.501	136.538	67.501
ICMS – Sobre aquisições do ativo imobilizado	119.716	108.171	119.716	108.171
ISS – Imposto sobre Serviço	271	-	273	-
PIS – Programa de Integração Social	34.364	34.927	34.521	36.257
COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	158.555	161.253	159.261	168.541
Finsocial – Fundo de Investimento Social – 1982 precatório	561	561	561	561
INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social	997	-	1.064	39
Subtotal	**653.741**	**523.267**	**695.672**	**543.640**
Total	**706.993**	**562.567**	**771.423**	**599.409**
Ativo circulante	440.153	348.650	483.484	353.401
Ativo não circulante	266.840	213.917	287.939	246.008

(a) Os créditos de ICMS de R$ 225.254 e de R$ 114.023 (R$ 150.854 e de R$ 67.501 – Dez/23) na Controladora e de R$ 243.708 e R$ 136.538 (R$ 162.570 e R$ 67.501 – Dez/23) no Consolidado, são oriundos de diferenciais de alíquotas de ICMS e ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária). Os respectivos créditos vêm sendo consumidos progressivamente.

Expectativa de realização dos créditos

Os montantes classificados no ativo circulante e não circulante possuem a seguinte expectativa de realização:

Expectativa de realização	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Nos próximos 12 meses	440.153	348.650	483.484	353.401
Entre 13 e 24 meses	30.076	96.613	51.175	114.327
Entre 25 e 36 meses	29.502	19.000	29.502	22.692
Entre 37 e 48 meses	29.896	35.263	29.896	39.015
Entre 49 e 60 meses	177.366	63.041	177.366	69.574
Total	**706.993**	**562.567**	**771.423**	**599.409**

10. Investimentos

10.1. Política contábil

Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, uma entrada de recursos (*input*) e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar uma saída de recursos (*output*). O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o *input* adquirido em *outputs*, e os *inputs* adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiências necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituído sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo outputs.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com a NBC TG 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos identificáveis adquiridos menos os passivos assumidos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da RD que se espera ser beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Investimento em coligadas

Coligadas são entidades sobre as quais a RD Saúde exerce influência significativa, que é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da RD Saúde em suas coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da RD Saúde no patrimônio líquido das coligadas a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da RD Saúde nos resultados operacionais das coligadas. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da RD Saúde. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a RD Saúde reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a RD Saúde e as coligadas são eliminados em proporção à participação nas coligadas.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da RD Saúde. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da RD Saúde. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a RD Saúde determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento em suas coligadas. A RD Saúde determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável, caso aplicável será calculado o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil, e reconhecida a perda na demonstração do resultado.

10.2. Realização da opção de compra 4Bio

Em 30 de abril de 2024, o Fundo de Investimento em Participações Kona ("Kona") apresentou à RD Saúde a Notificação de Exercício da Segunda Opção de Venda das ações equivalentes a 15% do capital social da controlada 4Bio Medicamentos S.A. A transferência das ações ocorreu em 3 de maio de 2024, mediante o pagamento de R$ 117.817. Adicionalmente há uma parcela no valor de R$ 12.591 (a qual está registrada na rubrica de outros passivos não circulantes) vinculada à realização de certas condições contratuais futuras. A partir desta data, a Companhia passa a deter 100% do capital social da 4Bio Medicamentos S.A.

10.3. Incorporações.

Visando otimizar a estrutura societária do Grupo, em 31 de dezembro de 2024, foi realizada a incorporação da RD Ads Ltda. ("RD Ads") na Impulso Soluções de Mídia Ltda. ("Impulso"), antiga Vitat Serviços em Saúde Ltda. Essa iniciativa representa um passo importante para fortalecer nossa sinergia, aprimorar processos e proporcionar uma experiência ainda mais completa e eficiente aos nossos clientes e parceiros. A integração reflete nosso compromisso com a inovação e a melhoria contínua, consolidando uma atuação cada vez mais alinhada e estratégica.

10.4. Composição e movimentação de investimentos

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de investimentos da Companhia estão demonstrados abaixo:

Investida	Principal atividade	Dez/24 Participação	Dez/24 Controladora	Dez/24 Consolidado	Dez/23 Participação	Dez/23 Controladora	Dez/23 Consolidado
Participação direta							
4Bio	Varejo de medicamentos especiais	100,00%	733.451	-	85,00%	346.998	-
RD Ventures FIP	Fundo de investimento em Participações	100,00%	169.200	-	100,00%	143.760	-
Stix Fidelidade	Plataforma de produtos e serviços para acúmulo e resgate de pontos	33,33%	9.475	9.475	33,33%	5.108	5.108
Impulso	Assessoria e Consultoria em Publicidade, Propaganda e Marketing	100,00%	123.132	-	100,00%	18.492	-
Dr. Cuco	Plataforma digital de cuidado focada em aderência ao tratamento	100,00%	15.061	-	100,00%	15.769	-
RD Ads	Assessoria e Consultoria em Publicidade, Propaganda e Marketing	-	-	-	100,00%	51.349	-
Dose Certa + Cuidado	Gestão de Tratamento Medicamentoso Domiciliar Autônomo	100,00%	40.493	-	100,00%	39.158	-
Manipulação Raia Drogasil	Marketplace de Farmácias de Manipulação	100,00%	20.285	-	100,00%	22.722	-
Kymberg	Farmacêutica, especializada na produção de medicamentos	100,00%	17.930	-	100,00%	16.277	-
RD Log	Empresa de transporte e logística	100,00%	16	-	100,00%	-	-
Participação indireta							
Labi (i)	*Healthtech* focada em exames laboratoriais, testes, check-ups e vacinas.	25,01%	-	5.265	23,61%	-	(1.848)
Total			**1.129.043**	**14.740**		**659.633**	**3.260**
Reclassificação para "Outros Passivos", como provisão para perda em investimento			-	-		-	**1.848**
Classificação como investimento			**1.129.043**	**14.740**		**659.633**	**5.108**

A provisão para perdas nos investimentos em 31 de dezembro de 2023 está registrada na rubrica "Outras provisões".

A movimentação de investimentos apresentado nas demonstrações financeiras, está demonstrada abaixo:

Movimentação de investimentos	4BIO	STIX	RD VENTURES	IMPULSO	CUCO	RD ADS	DOSE CERTA	RD Manipulação	KYMBERG	RDLOG	Total
	Controlada	Coligada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	Controlada	
Saldo em 1º de janeiro de 2023	279.118	2.396	139.134	45.960	14.804	37.644	52.174	9.944	-	-	**581.174**
Aporte de capital	-	-	24.827	42.000	2.425	-	15.986	14.456	1.800	-	**101.494**
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	(21.174)	9.308	14.850	-	**2.984**
Baixa de mais valia e ágio de investimento	-	-	-	(30.111)	-	-	-	-	-	-	**(30.111)**
Resultado de equivalência patrimonial	67.936	2.712	(20.201)	(39.357)	(1.460)	13.705	(7.828)	(10.986)	(373)	-	**4.148**
Plano de remuneração de ações restritas	(56)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**(56)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**346.998**	**5.108**	**143.760**	**18.492**	**15.769**	**51.349**	**39.158**	**22.722**	**16.277**	-	**659.633**
Aporte de capital	240.000	-	42.900	30.000	-	-	16.800	10.200	4.200	30	**344.130**
Aumento de percentual de participação em controlada	59.709	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**59.709**
Reestruturação por incorporação	-	-	-	76.193	-	(76.193)	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	86.823	4.367	(17.460)	(1.662)	(708)	24.844	(15.465)	(12.637)	(2.547)	(14)	**65.541**
Plano de remuneração de ações restritas	(79)	-	-	109	-	-	-	-	-	-	**30**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**733.451**	**9.475**	**169.200**	**123.132**	**15.061**	-	**40.493**	**20.285**	**17.930**	**16**	**1.129.043**

Para efeito de cálculo da equivalência patrimonial das controladas e coligadas, a Companhia ajusta os ativos, passivos e as respectivas movimentações no resultado. Na 4Bio, são ajustados com base na alocação do preço de compra determinado na data de aquisição. O quadro abaixo demonstra os efeitos no lucro (prejuízo) do exercício das controladas e coligadas para fins de determinação do resultado de equivalência patrimonial findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Movimentação de investimentos (Controladora)	4BIO	STIX	RD VENTURES	VITAT	CUCO	IMPULSO	DOSE CERTA	RD Manipulação	KYMBERG	RDLOG	Total
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	68.142	2.712	(20.201)	(35.257)	(272)	13.705	(7.828)	(9.730)	(373)	-	**10.898**
Amortizações das mais valias decorrentes da combinação de negócios	(206)	-	-	(4.100)	(1.188)	-	-	(1.256)	-	-	**(6.750)**
Equivalência patrimonial em 31/12/2023	**67.936**	**2.712**	**(20.201)**	**(39.357)**	**(1.460)**	**13.705**	**(7.828)**	**(10.986)**	**(373)**	-	**4.148**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	87.029	4.367	(17.460)	(1.662)	131	24.844	(15.465)	(11.477)	(2.547)	(14)	**67.746**
Amortizações das mais valias decorrentes da combinação de negócios	(206)	-	-	-	(839)	-	-	(1.160)	-	-	**(2.205)**
Equivalência patrimonial em 31/12/2024	**86.823**	**4.367**	**(17.460)**	**(1.662)**	**(708)**	**24.844**	**(15.465)**	**(12.637)**	**(2.547)**	**(14)**	**65.541**

Patrimônio líquido ajustado (Controladora)	4BIO	STIX	RD VENTURES	VITAT	CUCO	IMPULSO	DOSE CERTA	RD Manipulação	KYMBERG	RDLOG	Dez/24
Investimento a valor patrimonial	716.352	9.475	169.200	123.259	2.244	(13.431)	6.511	2.045	5.232	16	**1.023.903**
Alocação do preço de compra (mais valia de ativos)	2.167	-	-	-	2.321	-	-	5.844	-	-	**10.332**
Imposto de renda diferido passivo sobre ajustes de alocação	(821)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**(821)**
Plano de remuneração de ações restritas	(154)	-	-	(127)	-	-	-	-	-	-	**(281)**
Total de patrimônio líquido ajustado	**726.544**	**9.475**	**169.200**	**123.132**	**4.565**	**(13.431)**	**6.511**	**7.889**	**5.232**	**16**	**1.033.133**
Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura	12.907	-	-	-	10.496	13.431	33.982	12.396	12.698	-	**95.910**
Saldo de investimentos	**733.451**	**9.475**	**169.200**	**123.132**	**15.061**	-	**40.493**	**20.285**	**17.930**	**16**	**1.129.043**

Patrimônio líquido ajustado (Controladora)	4BIO	STIX	RD VENTURES	VITAT	CUCO	IMPULSO	DOSE CERTA	RD Manipulação	KIMBERG	Dez/23
Investimento a valor patrimonial	332.778	5.108	143.760	18.492	1.709	37.918	5.176	2.936	3.579	**551.456**
Alocação do preço de compra (mais valia de ativos)	2.205	-	-	-	3.564	-	-	7.390	-	**13.163**
Imposto de renda diferido passivo sobre ajustes de alocação	(821)	-	-	-	-	-	-	-	-	**(821)**
Plano de remuneração de ações restritas	(75)	-	-	-	-	-	-	-	-	**(75)**
Total de patrimônio líquido ajustado	**334.091**	**5.108**	**143.760**	**18.492**	**5.273**	**37.918**	**5.176**	**10.326**	**3.579**	**563.723**
Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura	12.907	-	-	-	10.496	13.431	33.982	12.396	12.698	**95.910**
Saldo de investimentos	**346.998**	**5.108**	**143.760**	**18.492**	**15.769**	**51.349**	**39.158**	**22.722**	**16.277**	**659.633**

11. Imobilizado

11.1. Política contábil

Apresentamos o imobilizado ao custo histórico de aquisição, formação ou instalação de farmácias, líquido de depreciação acumulada, amortização acumulada, ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação e amortização é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11.2. A RD Saúde tem como procedimento revisar o valor residual, a vida útil de ativos, o período de amortização e os métodos de depreciação e amortização, no mínimo, ao encerramento de cada exercício e ajustá-los de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são inclusos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Terrenos e edifícios: compreendem o escritório central e algumas lojas próprias, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes, a qual foi incorporada ao custo atribuído quando da adoção do IFRS. Nessa adoção, o saldo da reavaliação dos terrenos e edifícios existentes no patrimônio líquido foi transferido para o grupo de ajuste de avaliação patrimonial, também no patrimônio líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

O imobilizado é revisado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). As UGCs da Companhia são as farmácias.

Eufrázio



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2. Composição dos saldos e movimentação

A seguir estão apresentadas as composições do imobilizado:

		Controladora					
		Dez/24			Dez/23		
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Terrenos	-	32.124	-	32.124	32.124	-	32.124
Edificações	2,5 – 2,7	69.837	(34.056)	35.781	69.837	(32.312)	37.525
Móveis, utensílios e instalações	7,4 – 10	1.893.280	(939.408)	953.872	1.665.730	(784.841)	880.889
Máquinas e equipamentos	7,1 – 15,8	1.127.256	(719.864)	407.392	1.029.834	(623.733)	406.101
Veículos	20 – 23,7	213.150	(94.344)	118.806	145.958	(74.286)	71.672
Benfeitoria em imóveis de terceiros	13 – 20	2.917.284	(1.825.804)	1.091.480	2.453.427	(1.462.053)	991.374
Total		6.252.931	(3.613.476)	2.639.455	5.396.910	(2.977.225)	2.419.685

		Consolidado					
		Dez/24			Dez/23		
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Terrenos	-	32.124	-	32.124	32.124	-	32.124
Edificações	2,5 – 2,7	69.837	(34.056)	35.781	69.837	(32.312)	37.525
Móveis, utensílios e instalações	7,4 – 10	1.903.450	(941.315)	962.135	1.673.676	(786.485)	887.191
Máquinas e equipamentos	7,1 – 15,8	1.171.390	(733.166)	438.224	1.063.019	(632.265)	430.754
Veículos	20 – 23,7	213.151	(94.345)	118.806	145.959	(74.287)	71.672
Benfeitoria em imóveis de terceiros	13 – 20	2.925.729	(1.830.127)	1.095.602	2.460.018	(1.465.597)	994.421
Total		6.315.681	(3.633.009)	2.682.672	5.444.633	(2.990.946)	2.453.687

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da Controladora:

Movimentação do custo	1º de Jan/23	Adições	Alienações e baixas	(Provisão) / Reversão encerramento de farmácias	Dez/23	Adições	Alienações e baixas	(Provisão) / Reversão encerramento de farmácias	Dez/24
Terrenos	32.124	-	-	-	32.124	-	-	-	32.124
Edificações	69.837	-	-	-	69.837	-	-	-	69.837
Móveis, utensílios e instalações	1.434.220	236.556	(7.433)	2.387	1.665.730	235.049	(14.711)	7.212	1.893.280
Máquinas e equipamentos	931.454	115.788	(16.400)	(1.008)	1.029.834	116.183	(19.769)	1.008	1.127.256
Veículos	114.212	32.001	(255)	-	145.958	71.028	(3.836)	-	213.150
Benfeitoria em imóveis de terceiros	1.981.381	473.244	(3.849)	2.651	2.453.427	482.147	(22.914)	4.624	2.917.284
Total	4.563.228	857.589	(27.937)	4.030	5.396.910	904.407	(61.230)	12.844	6.252.931

Movimentação da depreciação acumulada	1º de Jan/23	Adições	Alienações e baixas	Provisão / (Reversão) encerramento de farmácias	Dez/23	Adições	Alienações e baixas	Provisão / (Reversão) encerramento de farmácias	Dez/24
Edificações	(30.531)	(1.781)	-	-	(32.312)	(1.744)	-	-	(34.056)
Móveis, utensílios e instalações	(647.044)	(141.083)	4.306	(1.020)	(784.841)	(159.043)	8.879	(4.403)	(939.408)
Máquinas e equipamentos	(526.858)	(111.171)	14.203	93	(623.733)	(113.286)	17.248	(93)	(719.864)
Veículos	(58.513)	(15.978)	205	-	(74.286)	(23.778)	3.720	-	(94.344)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(1.118.450)	(344.600)	2.152	(1.155)	(1.462.053)	(374.551)	14.207	(3.407)	(1.825.804)
Total	(2.381.396)	(614.613)	20.866	(2.082)	(2.977.225)	(672.402)	44.054	(7.903)	(3.613.476)

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado no Consolidado:

Movimentação do custo	1º de Jan/23	Adição por combinação de negócios	Adições	Alienações e baixas	(Provisão) / Reversão encerramento de farmácias	Dez/23	Adições	Alienações e baixas	(Provisão) / Reversão encerramento de farmácias	Dez/24
Terrenos	32.124	-	-	-	-	32.124	-	-	-	32.124
Edificações	69.837	-	-	-	-	69.837	-	-	-	69.837
Móveis, utensílios e instalações	1.437.156	2.197	239.388	(7.452)	2.387	1.673.676	237.687	(15.125)	7.212	1.903.450
Máquinas e equipamentos	946.424	108	133.979	(16.484)	(1.008)	1.063.019	126.731	(22.368)	1.008	1.171.390
Veículos	114.213	-	32.001	(255)	-	145.959	71.028	(3.836)	-	213.151
Benfeitoria em imóveis de terceiros	1.986.701	-	474.515	(3.849)	2.651	2.460.018	484.915	(23.828)	4.624	2.925.729
Total	4.586.455	2.305	879.883	(28.040)	4.030	5.444.633	923.361	(65.157)	12.844	6.315.681

Movimentação da depreciação acumulada	1º de Jan/23	Adição por combinação de negócios	Adições	Alienações e baixas	Provisão / (Reversão) encerramento de farmácias	Dez/23	Adições	Alienações e baixas	Provisão / (Reversão) encerramento de farmácias	Dez/24
Edificações	(30.531)	-	(1.781)	-	-	(32.312)	(1.744)	-	-	(34.056)
Móveis, utensílios e instalações	(648.362)	(4)	(141.410)	4.311	(1.020)	(786.485)	(159.601)	9.174	(4.403)	(941.315)
Máquinas e equipamentos	(531.347)	(7)	(115.261)	14.257	93	(632.265)	(119.967)	19.159	(93)	(733.166)
Veículos	(58.514)	-	(15.978)	205	-	(74.287)	(23.778)	3.720	-	(94.345)
Benfeitoria em imóveis de terceiros	(1.121.296)	-	(345.298)	2.152	(1.155)	(1.465.597)	(375.562)	14.439	(3.407)	(1.830.127)
Total	(2.390.050)	(11)	(619.728)	20.925	(2.082)	(2.990.946)	(680.652)	46.492	(7.903)	(3.633.009)

11.3. Movimentação de provisão de encerramento de farmácias

A movimentação da provisão para encerramento de farmácias está demonstrada na Controladora:

	Provisão	Depreciação	Total Imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(21.546)	11.429	(10.117)
Adições	(26.374)	14.148	(12.226)
Reversões	30.404	(16.230)	14.174
Movimentação líquida	4.030	(2.082)	1.948
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(17.516)	9.347	(8.169)
Adições	(16.821)	9.196	(7.625)
Reversões	29.665	(17.099)	12.566
Movimentação líquida	12.844	(7.903)	4.941
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(4.672)	1.444	(3.228)

12. Intangível

12.1. Política contábil

O intangível é apresentado pelo custo histórico de aquisição ou formação, líquido de amortização acumulada, ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A amortização é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 12.2. A RD Saúde tem como procedimento revisar o valor residual, a vida útil de ativos, o período de amortização e os métodos de amortização, no mínimo, ao encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de intangível é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.

Ágio na aquisição de empresas: o ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. O ágio apurado na aquisição do investimento anterior a 2009 (Drogaria Vison) foi calculado como sendo a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

Pontos comerciais: Compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação da locação de farmácias, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear, as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação que são inferiores a vinte anos.

Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática: são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas pelo método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. Os gastos associados à pesquisa ou manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. As atividades de desenvolvimento envolvem um projeto visando à produção de novos produtos ou soluções, com intenção de concluir o ativo para usá-lo. Os gastos são capitalizados apenas se diretamente associados ao desenvolvimento de softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo, que puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente viável, se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo e que provavelmente gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. Os investimentos diretos, quando os critérios descritos anteriormente são atendidos, incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas que são diretamente relacionados à preparação deste ativo.

Os ativos intangíveis são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como o ágio e mais valia atribuída a marcas, têm seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrências, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

12.2. Composição dos saldos e movimentação

		Controladora					
		Dez/24			Dez/23		
	Taxas anuais médias de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Ponto comercial	17 – 23,4	296.437	(256.434)	40.003	280.953	(233.317)	47.636
Licença de uso de software e implantação de sistemas	20	1.322.318	(592.881)	729.437	992.300	(392.332)	599.968
Ágio na aquisição de empresa - Vison	(i)	22.275	(2.387)	19.888	22.275	(2.387)	19.888
Ágio na aquisição de empresa - Raia	(i)	780.084	-	780.084	780.084	-	780.084
Marcas com vida útil definida	20	22.232	(14.163)	8.069	20.743	(12.458)	8.285
Marcas com vida útil indefinida	(i)	151.000	-	151.000	151.000	-	151.000
Carteira de clientes	6,7 – 25	41.700	(40.857)	843	41.700	(40.397)	1.303
Total		2.636.046	(906.722)	1.729.324	2.289.055	(680.891)	1.608.164

		Consolidado					
		Dez/24			Dez/23		
	Taxas anuais médias de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Ponto comercial	17 – 23,4	298.334	(256.431)	41.903	282.850	(233.315)	49.535
Licença de uso de software e implantação de sistemas	20	1.354.161	(602.995)	751.166	1.031.064	(398.459)	632.605
Ágio nas aquisições das investidas	(i)	1.059.015	(2.387)	1.056.628	1.059.015	(2.387)	1.056.628
Plataforma	20	8.886	(1.647)	7.239	8.886	(1.249)	7.637
Acordo de não competição	20	833	-	833	833	-	833
Marcas com vida útil definida	20	33.123	(22.334)	10.789	31.624	(19.681)	11.943
Marcas com vida útil indefinida	(i)	151.000	-	151.000	151.000	-	151.000
Carteira de clientes (Raia S.A.)	6,7 – 25	41.700	(40.857)	843	41.700	(40.397)	1.303
Relacionamento com clientes	20	9.395	(4.192)	5.203	9.395	(3.626)	5.769
Total		2.956.447	(930.843)	2.025.604	2.616.367	(699.114)	1.917.253

(i) Ativo de vida útil indefinida.



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível da Controladora:

Movimentação do custo	1º de Jan/23	Adições	Alienações e baixas	(Provisão) / Reversão para encerramento de farmácias	Dez/23	Adições	Alienações e baixas	(Provisão) / Reversão para encerramento de farmácias	Dez/24
Ponto comercial	268.037	13.572	(921)	265	280.953	13.150	(675)	3.009	296.437
Licença de uso de software e implantação de sistemas	632.372	362.270	(2.342)	-	992.300	349.002	(18.996)	12	1.322.318
Ágio aquisição empresa – Vison	22.275	-	-	-	22.275	-	-	-	22.275
Ágio aquisição empresa – Raia	780.084	-	-	-	780.084	-	-	-	780.084
Marcas vida útil definida	19.052	1.691	-	-	20.743	1.489	-	-	22.232
Marcas vida útil indefinida	151.000	-	-	-	151.000	-	-	-	151.000
Carteira de clientes	41.700	-	-	-	41.700	-	-	-	41.700
Total	1.914.520	377.533	(3.263)	265	2.289.055	363.641	(19.671)	3.021	2.636.046

Movimentação da amortização acumulada	1º de Jan/23	Adições	Alienações e baixas	(Provisão) / Reversão encerramento de farmácias	Dez/23	Adições	Alienações e baixas	Provisão / (Reversão) encerramento de farmácias	Dez/24
Ponto comercial	(205.977)	(28.116)	781	(5)	(233.317)	(21.321)	492	(2.288)	(256.434)
Licença de uso de software e implantação de sistemas	(249.752)	(142.678)	98	-	(392.332)	(201.353)	814	(10)	(592.881)
Ágio aquisição empresa – Vison	(2.387)	-	-	-	(2.387)	-	-	-	(2.387)
Marcas vida útil definida	(10.673)	(1.785)	-	-	(12.458)	(1.705)	-	-	(14.163)
Carteira de clientes	(39.937)	(460)	-	-	(40.397)	(460)	-	-	(40.857)
Total	(508.726)	(173.039)	879	(5)	(680.891)	(224.839)	1.306	(2.298)	(906.722)

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível no Consolidado:

Movimentação do custo	1º de Jan/23	Adição por combinação de negócios	Adições	Transferências	Alienações e baixas	Provisão / (Reversão) encerramento de farmácias	Dez/23	Adições	Alienações e baixas	Provisão / (Reversão) encerramento de farmácias	Dez/24
Ponto comercial	269.534	-	13.572	-	(921)	265	282.850	13.150	(675)	3.009	298.334
Licença de uso de software	649.878	3	385.787	(2.004)	(2.600)	-	1.031.064	361.767	(38.682)	12	1.354.161
Ágio nas aquisições das investidas	1.087.673	-	16.067	2.004	(46.729)	-	1.059.015	-	-	-	1.059.015
Mais Valia – Plataforma	25.386	-	-	-	(16.500)	-	8.886	-	-	-	8.886
Acordo de não competição	4.833	-	-	-	(4.000)	-	833	-	-	-	833
Marcas vida útil definida	25.962	-	2.732	2.930	-	-	31.624	1.499	-	-	33.123
Marcas com vida útil indefinida	153.930	-	-	(2.930)	-	-	151.000	-	-	-	151.000
Carteira de clientes – Raia	41.700	-	-	-	-	-	41.700	-	-	-	41.700
Relacionamento com clientes	9.395	-	-	-	-	-	9.395	-	-	-	9.395
Total	2.268.691	3	418.158	-	(70.750)	265	2.616.367	376.416	(39.357)	3.021	2.956.447

Movimentação da amortização acumulada	1º de Jan/23	Adição por combinação de negócios	Adições	Transferências	Alienações e baixas	Provisão / (Reversão) encerramento de farmácias	Dez/23	Adições	Alienações e baixas	Provisão / (Reversão) encerramento de farmácias	Dez/24
Ponto comercial	(205.975)	-	(28.116)	-	781	(5)	(233.315)	(21.321)	493	(2.288)	(256.431)
Licença de uso de software	(253.882)	(3)	(144.923)	-	349	-	(398.459)	(205.914)	1.388	(10)	(602.995)
Ágio nas aquisições das investidas	(2.387)	-	-	-	-	-	(2.387)	-	-	-	(2.387)
Mais Valia – Plataforma	(5.775)	-	(564)	(1.249)	6.339	-	(1.249)	(398)	-	-	(1.647)
Acordo de não competição	(1.966)	-	-	-	1.966	-	-	-	-	-	-
Marcas vida útil definida	(17.238)	-	(3.692)	1.249	-	-	(19.681)	(2.653)	-	-	(22.334)
Carteira de clientes – Raia	(39.937)	-	(460)	-	-	-	(40.397)	(460)	-	-	(40.857)
Relacionamento com clientes	(3.420)	-	(206)	-	-	-	(3.626)	(566)	-	-	(4.192)
Total	(530.580)	(3)	(177.961)	-	9.435	(5)	(699.114)	(231.312)	1.881	(2.298)	(930.843)

12.3. Ágio na aquisição de empresas

Os saldos de ágio gerados na aquisição de empresas são testados anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo ("*impairment*").

Empresa	Valor do ágio	Aquisição
Drogaria Vison Ltda.	19.888	13/02/2008
Raia S.A.	780.084	10/11/2011
4Bio Medicamentos S.A.	25.563	01/10/2015
Dr. Cuco Desenvolvimento de Software Ltda.	10.496	19/11/2021
Healthbit Performasys Tecnologia Inteligência S.A.	17.505	09/03/2021
Amplisoftware Tecnologia Ltda.	82.895	22/12/2021
Labi Exames S.A.	52.328	05/08/2022
Elcopz Serviços de Promoção de Vendas EIRELI	8.421	23/08/2022
SafePill Comércio Varejista de Medicamentos Manipulados Ltda.	33.982	23/11/2022
ZTO Tecnologia e Serviços de Informação na Internet Ltda.	12.396	28/11/2022
Infectoria Serviços Médicos Ltda.	58	27/02/2023
Raia Drogasil Farmácia e Manipulação Ltda.	275	28/02/2023
Kymberg Farmacêutica do Brasil Ltda.	12.698	02/10/2023

Drogaria Vison Ltda. - O ágio no montante de R$ 19.888 é referente à aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda., em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, conforme avaliação elaborada por perito independente, e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto na Orientação OCPC 02 – Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, a partir de 2009 o ágio passou a não ser mais amortizado e, desde então, é testado anualmente para fins de avaliação de recuperabilidade do ativo (*impairment*). O valor recuperável da unidade geradora de caixa de "Vison" é de R$ 189.256 em 31 de dezembro de 2024 e foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa com base em estimativas financeiras aprovadas pela Administração para um período de cinco anos. A taxa de desconto antes dos tributos, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 12,6% (13,8% em 2023). A taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 3,5% (3,3% em 2023).

Raia S.A. - A Companhia apurou ágio no montante de R$ 780.084 na combinação de negócios com a Raia S.A., ocorrido em 10 de novembro de 2011, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre valores dos ativos cedidos e recebidos. Além do montante classificado como ágio, temos também o valor de R$ 155.457 alocado como Marca, totalizando R$ 935.541 em ativos intangíveis com vida útil indefinida vinculados à unidade geradora de caixa "Raia". O valor recuperável da unidade geradora de caixa de "Raia" é de R$ 9.053.146 em 31 de dezembro de 2024 e foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa com base em estimativas financeiras aprovadas pela Administração para um período de cinco anos. A taxa de desconto antes dos tributos, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 12,6% (13,8% em 2023). A taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 3,5% (3,3% em 2023).

4Bio Medicamentos S.A. - A Companhia apurou ágio no montante de R$ 25.563 na combinação de negócios com a 4Bio Medicamentos S.A., ocorrido em 1º de outubro de 2015, cujo valor foi complementado pelo ajuste final de preço em 31 de março de 2016 de R$ 2.040, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos. O valor recuperável da unidade geradora de caixa de "4Bio" é de R$ 472.754 em 31 de dezembro de 2024 e foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa com base em estimativas financeiras aprovadas pela Administração para um período de cinco anos. A taxa de desconto antes dos tributos, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 13,0% (13,2% em 2023). A taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 3,5% (3,3% em 2023).

Dr. Cuco Desenvolvimento de Software Ltda. - A Companhia apurou ágio no montante de R$ 10.496 na combinação de negócios com a Dr. Cuco Desenvolvimento de Software Ltda., ocorrido em 19 de novembro de 2021, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos. O valor recuperável da unidade geradora de caixa de "Dr Cuco" é de R$ 25.421 em 31 de dezembro de 2024 e foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa com base em estimativas financeiras aprovadas pela Administração para um período de dez anos. A taxa de desconto antes dos tributos, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 15,0% (15,6% em 2023) e a taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 4,0% (3,3% em 2023).

Healthbit Performasys Tecnologia Inteligência S.A. - A Companhia apurou ágio no montante de R$ 17.505 na combinação de negócios com a Healthbit Performasys Tecnologia Inteligência S.A., ocorrido em 9 de março de 2021, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos. O valor recuperável da unidade geradora de caixa da "Healthbit" é de R$ 80.580 em 31 de dezembro de 2024 e foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa com base em estimativas financeiras aprovadas pela Administração para um período de dez anos. A taxa de desconto antes dos tributos, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 15,6% (15,6% em 2023) e a taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 4,0% (3,3% em 2023).

Amplisoftware Tecnologia Ltda. - A Companhia apurou ágio no montante de R$ 82.895 na combinação de negócios com a Amplisoftware Tecnologia Ltda., ocorrido em 22 de dezembro de 2021, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos. O valor recuperável da unidade geradora de caixa de "Amplimed" é de R$ 89.481 em 31 de dezembro de 2024 e foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa com base em estimativas financeiras aprovadas pela Administração para um período de dez anos. A taxa de desconto antes dos tributos, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 15,6% (15,6% em 2023) e a taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 4,0% (3,3% em 2023).

Labi Exames S.A. - A Companhia apurou ágio no montante de R$ 52.328 na aquisição de participação na Labi Exames S.A., ocorrido em 05 de agosto de 2022, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos. O valor recuperável da unidade geradora de caixa de "Labi" é de R$ 317.356 em 31 de dezembro de 2024 e foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa com base em estimativas financeiras aprovadas pela Administração para um período de dez anos. A taxa de desconto antes dos tributos, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 15,6% e a taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 4,0% (3,3% em 2023).

Elcopz Serviços de Promoção de Vendas EIRELI - A Companhia apurou ágio no montante de R$ 8.421 na aquisição de participação na Elcopz Serviços de Promoção de Vendas EIRELI, ocorrido em 23 de agosto de 2022, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos. O valor recuperável da unidade geradora de caixa de "Elcopz" é de R$ 364.099 em 31 de dezembro de 2024 e foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa com base em estimativas financeiras aprovadas pela Administração para um período de cinco anos. A taxa de desconto antes dos tributos, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 15,6% e a taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 4,0%.

SafePill Comércio Varejista de Medicamentos Manipulados Ltda - Dose Certa + Cuidado - A Companhia apurou ágio no montante de R$ 33.982 na aquisição de participação na Dose Certa + Cuidado, ocorrido em 25 de novembro de 2022, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos. O valor recuperável da unidade geradora de caixa de "Dose Certa + Cuidado" é de R$ 174.168 em 31 de dezembro de 2024 e foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa com base em estimativas financeiras aprovadas pela Administração para um período de dez anos. A taxa de desconto antes dos tributos, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 15,6% (15,6% em 2023) e a taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 4,0% (3,3% em 2023).

ZTO Tecnologia e Serviços de informação na internet Ltda - Manipulação Raia Drogasil - A Companhia apurou ágio no montante de R$ 12.396 na aquisição de participação na Manipulação Raia Drogasil, ocorrido em 01 de dezembro de 2022, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos. O valor recuperável da unidade geradora de caixa de "Manipulação Raia Drogasil" é de R$ 87.693 em 31 de dezembro de 2024 e foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa com base em estimativas financeiras aprovadas pela Administração para um período de dez anos. A taxa de desconto antes dos tributos, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 15,6% (15,6% em 2023) e a taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 4,0% (3,3% em 2023).

Infectoria Serviços Médicos Ltda - A Companhia apurou ágio no montante de R$ 58 na aquisição de participação na Infectoria, ocorrido em 27 de fevereiro de 2023, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos.

Raia Drogasil Farmácia de Manipulação Ltda. (anteriormente Pharmaperez Farmácia e Manipulação Ltda) - A Companhia apurou ágio no montante de R$ 275 na aquisição de participação na *Raia Drogasil Manipulação*, ocorrido em 28 de fevereiro de 2023, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos.

Kymberg Farmacêutica do Brasil Ltda. - A Companhia apurou ágio no montante de R$ 12.698 na aquisição de participação na Kymberg, ocorrido em 02 de outubro de 2023, o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos. O valor recuperável da unidade geradora de caixa de "Kymberg" é de R$ 19.829 em 31 de dezembro de 2024 e foi determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa com base em estimativas financeiras aprovadas pela Administração para um período de dez anos. A taxa de desconto antes dos tributos, aplicada às projeções de fluxo de caixa, é de 15,6% e a taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 4,0%.

12.4. Movimentação de provisão de encerramento de farmácias

A movimentação da provisão para encerramento de farmácias está demonstrada na Controladora:

	Provisão	Amortização	Total intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(3.321)	2.318	(1.003)
Adições	(4.520)	3.547	(973)
Reversões	4.785	(3.552)	1.233
Movimentação líquida	265	(5)	260
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.056)	2.313	(743)
Adições	(164)	108	(56)
Reversões	3.185	(2.406)	779
Movimentação líquida	3.021	(2.298)	723
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(35)	15	(20)

13. Benefícios a empregados

(a) Programa de participação nos resultados

O Grupo possui o programa de participação nos resultados e gratificações que tem como principal objetivo valorizar o desempenho dos seus funcionários durante o exercício. Para ambos, existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da época da elaboração de informações, e são liquidados no curto prazo. Mensalmente, são reconhecidos um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base nas estimativas de alcance das metas operacionais e objetivos específicos estabelecidos e aprovados pela Administração. O reconhecimento no passivo é realizado no grupo de salários e encargos sociais e na demonstração do resultado ocorre na rubrica das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas – Nota 22.

(b) Outros benefícios

Existe ainda a concessão de outros benefícios de curto prazo a empregados, tais como seguro de vida, assistências médica e odontológica, auxílio moradia, assistência funeral, licença-maternidade e bolsas de estudo, os quais são contabilizados respeitando o princípio de competência e cujo direito se extingue no término do vínculo empregatício com o Grupo. O Grupo não concede benefícios pós-empregos dos tipos Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), previdência do tipo benefício definido e/ou qualquer plano de aposentadoria ou assistência pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Parte dos benefícios a dirigentes incluem o plano de ações restritas, classificado como instrumento patrimonial. O valor justo dos pagamentos com base em ações é reconhecido no resultado de acordo com o período de concessão, em contrapartida do patrimônio líquido (vide Nota 20 d).

14. Fornecedores e Fornecedores – Risco sacado e FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

14.1. Política contábil

Apresentamos as operações de compras a prazo ao valor presente na data das transações. A taxa de desconto utilizada para ajustar os saldos de fornecedores ao seu valor presente foi de 100% CDI. O ajuste a valor presente é registrado nas contas de fornecedores, tendo como contrapartida o estoque, e sua reversão tem como contrapartida o resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O saldo das contas a pagar de fornecedores é mensurado pelo custo amortizado, com método de taxa efetiva de juros.

14.2. Composição do saldo

Itens de fornecedores	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Fornecedores de mercadorias	4.920.368	4.416.143	5.427.620	4.845.237
Fornecedores de serviços	364.263	239.485	371.017	245.450
Fornecedores de materiais	61.536	52.115	62.183	52.704
Fornecedores de ativos	26.975	10.854	27.097	11.819
Ajuste a valor presente	(66.680)	(59.553)	(72.833)	(63.756)
Total	5.306.494	4.659.044	5.815.084	5.091.454
Fornecedores	5.085.766	4.493.044	5.614.817	4.936.203
Fornecedores – FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	220.728	156.991	200.267	143.242
Fornecedores – Risco Sacado	-	9.009	-	9.009

14.3. Fornecedores – Risco Sacado e FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

A RD Saúde mantém convênio com o RD FIDC e com instituições Financeiras, por meio dos quais os fornecedores de mercadorias, bens e serviços, tem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de seus recebíveis devidos pela RD Saúde. Essa operação tem por exclusiva finalidade facilitar o fluxo de caixa dos fornecedores sem realizar a antecipação dos pagamentos pela Companhia.

A Administração da Companhia, com base na NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e NBC TG 40 (R2) - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, observou os aspectos qualitativos sobre esse tema e concluiu que não há impactos relevantes justamente por manter a essência econômica da transação como uma atividade operacional e não existir quaisquer tipos de alteração às condições originalmente pactuadas com os fornecedores, como o prazo original e tampouco alterações nos valores.

No exercício findo de dezembro de 2024, alguns fornecedores cederam o direito de recebimentos de seus títulos da Companhia ao RD FIDC permitindo aos fornecedores a antecipação de seus recebíveis, com isso o RD FIDC passa a ser credor da operação, sendo que a RD Saúde efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor e recebe uma comissão das instituições financeiras por essa intermediação e confirmação dos títulos a pagar. Essa operação de antecipação de títulos de fornecedores gerou para a Companhia uma receita referente a intermediação pela indicação dos fornecedores no exercício no montante de R$ 14.988 (R$ 10.843 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Nessa operação, leva-se em consideração o risco de crédito do comprador (no caso a Companhia), os prazos e demais condições preestabelecidas não mudam após a cessão de crédito. Além disso, não há nenhuma obrigação que resulte em alguma despesa para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores e com aceite da RD Saúde totalizava R$ 220.728 (R$ 166.000 – Dez/23) na Controladora e R$ 200.267 (R$ 152.251 – Dez/23) no Consolidado. Esses valores são classificados como "Fornecedores – FIDC" e os fluxos de caixa decorrentes desta operação são classificados como atividades operacionais na Demonstração dos Fluxos de Caixa.



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

(a) Composição

Itens de empréstimos e financiamentos	Taxa média anual de juros de longo prazo	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Debêntures					
3ª Emissão de Debêntures - CRI's	98,50% do CDI	256.380	256.155	256.380	256.155
4ª Emissão de Debêntures	106,99% do CDI	301.168	300.921	301.168	300.921
5ª Emissão de Debêntures	100,00% do CDI + 1,49% ao ano	525.196	528.154	525.196	528.154
6ª Emissão de Debêntures - CRI's	100,00% do CDI + 0,70% ao ano	256.366	256.088	256.366	256.088
7ª Emissão de Debêntures - CRI's	100,00% do CDI + 0,75% ao ano	541.459	539.372	541.459	539.372
8ª Emissão de Debêntures - CRI's – 1ª série	100,00% do CDI + 0,30% ao ano	360.182	360.057	360.182	360.057
8ª Emissão de Debêntures - CRI's – 2ª série	100,00% do CDI + 0,65% ao ano	153.050	152.812	153.050	152.812
8ª Emissão de Debêntures - CRI's – 3ª série	100,00% do CDI + 1,10% ao ano	199.533	198.820	199.533	198.820
9ª Emissão de Debêntures	100,00% do CDI + 0,65% ao ano	611.014	-	611.014	-
Total Debêntures		**3.204.348**	**2.592.379**	**3.204.348**	**2.592.379**
Empréstimos					
Empréstimos Financeiro Direto - Lei nº 4.131	100,00% do CDI + 1,30% ao ano	-	-	-	100.450
Empréstimos Financeiro Direto - Lei nº 4.131	100,00% do CDI + 1,37% ao ano	-	-	-	32.451
Empréstimos Financeiro Direto - Lei nº 4.131	100,00% do CDI + 1,42% ao ano	-	-	-	41.055
Empréstimos Financeiro Direto - Lei nº 4.131	100,00% do CDI + 1,45% ao ano	-	-	-	53.388
Empréstimos Financeiro Direto - Lei nº 4.131	100,00% do CDI + 2,61% ao ano	-	310.930	-	310.930
Empréstimos Financeiro Direto - Lei nº 4.131	100,00% do CDI + 1,35% ao ano	-	-	50.713	-
Outros	100,00% do CDI + 2,00% ao ano	-	-	38.869	-
Total Empréstimos		-	**310.930**	**89.582**	**538.324**
Total		**3.204.348**	**2.903.309**	**3.293.930**	**3.130.703**
Passivo circulante		547.528	377.207	637.110	604.601
Passivo não circulante		2.656.820	2.526.102	2.656.820	2.526.102

Os montantes acima têm o seguinte fluxo de pagamento previsto:

Previsão de pagamento	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
2024	-	377.207	-	604.601
2025	547.528	467.805	637.110	467.805
2026	394.060	394.337	394.060	394.337
2027 em diante	2.262.760	1.663.960	2.262.760	1.663.960
Total	**3.204.348**	**2.903.309**	**3.293.930**	**3.130.703**

(b) Características das Debêntures

Debêntures

Tipo de emissão	Valor da emissão	Quantidade em circulação	Emissão	Vencimentos	Encargos anuais	Preço unitário
3ª Emissão - Série Única	R$ 250.000	250.000	15/03/2019	Mar/2026	98,50% do CDI	R$ 1
4ª Emissão - Série Única	R$ 300.000	300.000	17/06/2019	Jun/2027	106,99% do CDI	R$ 1
5ª Emissão - Série Única	R$ 500.000	500.000	25/01/2022	Jan/2029	100% do CDI + 1,49% a.a	R$ 1
6ª Emissão - Série Única	R$ 250.000	250.000	07/03/2022	Mar/2027	100% do CDI + 0,70% a.a	R$ 1
7ª Emissão - Série Única	R$ 550.000	550.000	26/06/2022	Jun/2029	100% do CDI + 0,75% a.a	R$ 1
8ª Emissão - 1ª Série	R$ 350.000	350.000	15/09/2023	Set/2025	100% do CDI + 0,30% a.a	R$ 1
8ª Emissão - 2ª Série	R$ 150.000	150.000	15/09/2023	Set/2027	100% do CDI + 0,65% a.a	R$ 1
8ª Emissão - 3ª Série	R$ 200.000	200.000	15/09/2023	Set/2030	100% do CDI + 1,10% a.a	R$ 1
9ª Emissão - Série Única	R$ 600.000	600.000	22/04/2024	Abr/2031	100% do CDI + 0,65% a.a	R$ 1

(*) *Pela taxa média ponderada das séries.*

Em 1º de fevereiro de 2019, a Companhia aprovou, por meio da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração a 3ª emissão de Debêntures Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia real e sem preferências, em série única, no valor total de R$ 250.000, com remuneração de 98,5% do CDI e prazo de pagamento de sete anos. Os pagamentos de juros serão semestrais e a amortização do principal ocorrerá em duas parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo, a última parcela a ser paga em 13 de março de 2026. Os recursos captados estão sendo utilizados para a construção, expansão, desenvolvimento e reforma de determinados imóveis indicados pela Companhia. Essa operação está vinculada aos certificados de recebíveis imobiliários de emissão da Vert Companhia Securitizadora, que foram emitidos com lastro nas debêntures Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI's, objeto de oferta pública de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 400.

Em 17 de junho de 2019, a Companhia realizou a 4ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sem garantia real, para distribuição pública com esforços restritos (CVM nº 476), com liquidação em 12 de julho de 2019, no montante de R$ 300.000, remuneração de 106,99% do CDI e prazo de pagamento de oito anos. Os pagamentos de juros serão semestrais e a amortização do principal ocorrerá em duas parcelas iguais, anuais e consecutivas sendo, a última parcela a ser paga em 17 de junho de 2027. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro.

Em 25 de janeiro de 2022, a Companhia realizou a 5ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sem garantia real, para distribuição pública com esforços restritos (CVM nº 476), com liquidação em 16 de fevereiro de 2022, no montante de R$ 500.000, remuneração equivalente a 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,49% ao ano e prazo de pagamento de sete anos. Os pagamentos de juros serão semestrais e a amortização do principal ocorrerá em duas parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo a última parcela a ser paga em 25 de janeiro de 2029. Os recursos captados serão utilizados para reforço do capital de giro.

Em 07 de março de 2022, a Companhia realizou a 6ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sem garantia real, para distribuição pública com esforços restritos (CVM nº 476), com liquidação em 17 de março de 2022, no montante de R$ 250.000, remuneração equivalente a 100% do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 0,70% ao ano e prazo de pagamento de cinco anos. Os pagamentos de juros serão semestrais e a amortização do montante principal ocorrerá em duas parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo a última parcela a ser paga em 8 de março de 2027. Os recursos captados serão utilizados para a construção, expansão, desenvolvimento e reforma, de determinados imóveis indicados pela Companhia. Essa operação está vinculada aos certificados de recebíveis imobiliários, que foram emitidos com lastro nas Debêntures "CRI", objeto de oferta pública de distribuição nos termos da instrução CVM nº 476.

Em 26 de junho de 2022, a Companhia realizou a 7ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sem garantia real, para distribuição pública com esforços restritos (CVM nº 476), com liquidação em 25 de junho de 2022, no montante de R$ 550.000, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 0,75% ao ano prazo de pagamento de 5 anos. Os pagamentos de juros serão semestrais, e a amortização do principal ocorrerá em duas parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo, a última parcela a ser paga em 25 de junho de 2029. Os recursos captados serão utilizados para a construção, expansão, desenvolvimento e reforma, de determinados imóveis indicados pela Companhia. Essa operação está vinculada aos certificados de recebíveis imobiliários, que foram emitidos com lastro nas Debêntures "CRI", objeto de oferta pública de distribuição nos termos da instrução CVM nº 476.

Em 15 de setembro de 2023, a Companhia realizou a 8ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, sem garantia real, para distribuição pública em regime de garantia firme de colocação, nos termos da Resolução CVM nº 160, da Resolução CVM nº 60 e das demais disposições legais e regulamentares em vigor, com liquidação em 15 de setembro de 2023, nos montantes de R$ 350.000 para 1ª série, R$ 150.000 para 2ª série e R$ 200.000 para 3ª série, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 0,30% ao ano para 1ª série, 0,65% ao ano para 2ª série e 1,10% ao ano para 3ª série com prazos de pagamentos de dois, quatro e sete anos respectivamente. Os pagamentos de juros serão semestrais, e a amortização do principal ocorrerá para a 1ª série em 11 de setembro de 2025, 2ª série em 13 de setembro de 2027 e 3ª série em duas parcelas iguais, anuais e consecutivas, sendo, a última parcela a ser paga em 12 de setembro de 2030. Os recursos captados foram utilizados para custos e despesas imobiliárias referentes a pagamentos de aluguéis de determinados imóveis indicados pela Companhia. Essa operação está vinculada aos certificados de recebíveis imobiliários, que foram emitidos com lastro nas Debêntures "CRI", objeto de oferta pública de distribuição nos termos das Resoluções CVM nº 160 e 60.

Em 22 de abril de 2024, a Companhia realizou a 9ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sem garantia real, para distribuição pública com esforços restritos (CVM nº 160), com liquidação em 03 de maio de 2024, no montante de R$ 600.000, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 0,65% ao ano, prazo de pagamento de sete anos. Os pagamentos de juros serão semestrais e a amortização do principal ocorrerá em duas parcelas iguais, anuais e consecutivas sendo, a última parcela com vencimento em 22 de abril de 2031. Os recursos captados foram utilizados para reforço de caixa.

Os custos incorridos com as emissões das debêntures (2019 - 3ª e 4ª emissões, 2022 - 5ª,6ª e 7ª emissões, 2023 - 8ª e 9ª emissão, 2024), incluindo taxas, comissões e outros custos, e estão classificadas na própria rubrica das respectivas debêntures e serão apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2024, o valor a ser apropriado era de R$ 26.025 (R$ 31.709 - Dez/2023), sendo apresentado líquido no saldo das debêntures.

As Debêntures da Companhia estão condicionadas ao cumprimento da seguinte cláusula restritiva ("covenants"):

(i) Dívida Líquida / EBITDA: não poderá ser superior a 3,0 vezes.

O cálculo da dívida líquida, base para a determinação do cálculo de "covenants" de debêntures da Companhia, considera os saldos de empréstimos e financiamentos. Conforme descrito na Nota 25 (e) as obrigações e arrendamento estão sendo apresentadas em uma rubrica distinta nas demonstrações financeiras, e portanto, não compõem o cálculo da dívida líquida.

A mensuração dos "covenants" é trimestral. O não cumprimento dos "covenants" por dois trimestres consecutivos poderá ser considerado como evento de inadimplemento e consequentemente ter seu vencimento considerado de forma antecipada.

O Grupo realiza o monitoramento das cláusulas condicionadas ao cumprimento de "covenants" financeiros e não financeiros, com o intuito de garantir que as mesmas estão sendo cumpridas. Em 31 de dezembro de 2024 não houve descumprimento às referidas exigências.

(c) Características dos Empréstimos

Em 26 de março de 2021, a Companhia realizou operação de empréstimo – 4131, no montante de R$ 300.000, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 2,61% ao ano com prazo de pagamento de três anos. Os pagamentos de juros ocorreram semestralmente e a amortização do principal ocorreu na data de vencimento em março de 2024. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro.

O custo de transação incorrido no empréstimo financeiro – 4131 foi de 0,30% para o montante de R$ 300.000 com prazo de três anos, incluindo taxas, comissões e outros custos, que estavam classificadas na própria rubrica dos respectivos empréstimos financeiros e foram apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2024, o valor havia sido totalmente apropriado ao resultado (R$ 50 a ser apropriado em Dez/23, sendo apresentado líquido no saldo dos empréstimos).

(d) Características dos Empréstimos - Controladas

Em 7 de junho de 2023, a controlada 4Bio realizou operação de empréstimo Swap – 4131, no montante de R$ 53.000, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,45% ao ano com prazo de pagamento em um ano. Os pagamentos de juros ocorreram trimestralmente e a liquidação do principal ocorreu na data de vencimento em junho de 2024.

Em 14 de julho de 2023, a controlada 4Bio realizou operação de empréstimo *Swap* – 4131, no montante de R$ 40.000, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,42% ao ano com prazo de pagamento em um ano. Os pagamentos de juros ocorreram trimestralmente e a liquidação do principal foi realizada na data de vencimento em julho de 2024.

Em 14 de setembro de 2023, a controlada 4Bio realizou operação de empréstimo – 4131, no montante de R$ 100.000, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,30% ao ano com prazo de pagamento em um ano. Os pagamentos de juros ocorreram trimestralmente e a liquidação do principal ocorreu na data de vencimento em setembro de 2024.

Em 20 de novembro de 2023, a controlada 4Bio realizou operação de empréstimo – 4131, no montante de R$ 32.000, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,37% ao ano com prazo de pagamento em um ano. Os pagamentos de juros ocorreram trimestralmente e a liquidação do principal foi realizada na data de vencimento em novembro de 2024.

Em 15 de fevereiro de 2024, a controlada 4Bio realizou operação de empréstimo *Swap* – 4131, no montante de R$ 50.000, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,35% ao ano com prazo de pagamento em um ano. Os pagamentos de juros serão trimestrais e a amortização do principal ocorrerá na data de vencimento. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro.

(e) Reconciliação da dívida líquida

A composição e as movimentações da dívida líquida estão apresentadas abaixo:

Composição e movimentações da dívida líquida	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	547.528	377.208	637.110	604.601
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	2.656.820	2.526.102	2.656.820	2.526.102
Total da dívida	**3.204.348**	**2.903.310**	**3.293.930**	**3.130.703**
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(460.292)	(318.002)	(528.002)	(412.321)
Dívida líquida	**2.744.056**	**2.585.308**	**2.765.928**	**2.718.382**

Movimentações da dívida líquida	Controladora Empréstimos e financiamentos	Controladora Caixa e equivalente	Controladora Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2023	2.239.606	(364.374)	1.875.232
Captações	686.567	-	686.567
Apropriação de juros	322.895	-	322.895
Pagamento de juros	(306.581)	-	(306.581)
Amortização de principal	(44.480)	-	(44.480)
Amortização de custo de transação	5.302	-	5.302
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	-	46.372	46.372
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2023	**2.903.309**	**(318.002)**	**2.585.307**
Captações	600.000	-	600.000
Apropriação de juros	344.501	-	344.501
Pagamento de juros	(349.196)	-	(349.196)
Amortização de principal	(300.000)	-	(300.000)
Custo de Transação – líquido	5.734	-	5.734
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	(142.290)	(142.290)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2024	**3.204.348**	**(460.292)**	**2.744.056**

Movimentações da dívida líquida	Consolidado Empréstimos e financiamentos	Consolidado Caixa e equivalente	Consolidado Dívida líquida
Dívida líquida em 1º de janeiro de 2023	2.317.905	(433.541)	1.884.364
Captações	1.058.865	-	1.058.865
Apropriação de juros	347.217	-	347.217
Pagamento de juros	(328.894)	-	(328.894)
Amortização de principal	(269.691)	-	(269.691)
Amortização de custo de transação	5.302	-	5.302
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	21.220	21.220
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2023	**3.130.704**	**(412.321)**	**2.718.383**
Captações	688.865	-	688.865
Apropriação de juros	360.629	-	360.629
Encargos sobre empréstimos	6.238	-	6.238
Pagamento de juros	(373.244)	-	(373.244)
Amortização de principal	(525.000)	-	(525.000)
Custo de Transação – líquido	5.734	-	5.734
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	(115.681)	(115.681)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2024	**3.293.930**	**(528.002)**	**2.765.928**

16. Arrendamentos

16.1. Política contábil

Na adoção do NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 - Arrendamentos, o Grupo reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" segundo os princípios do IAS 17 - "Arrendamentos". Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa incremental sobre empréstimo da arrendatária em 1º de janeiro de 2019.

Para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros, o Grupo reconheceu o valor contábil do ativo e passivo de arrendamento imediatamente antes da transição ao valor contábil do direito de uso do ativo e passivo de arrendamento na data da aplicação inicial. Os princípios de mensuração do NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 aplicam-se apenas após essa data. As remensurações dos passivos de arrendamentos foram reconhecidas como ajustes nos respectivos ativos de direito de uso imediatamente após a data da aplicação inicial.

O Grupo é qualificado como arrendatário após avaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento, conforme as seguintes premissas:

(i) O arrendador não pode ter o direito substantivo de substituir o ativo por um ativo alternativo durante o prazo do arrendamento;

(ii) O Grupo tem substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo de um contrato caso ele se beneficie da maior parte dos benefícios provenientes do produto principal, subproduto e outros benefícios que o ativo poderá gerar; e

(iii) O Grupo tem o direito de direcionar o uso do ativo, gerindo como e para que fins ele será utilizado durante o período de uso ou quando essas decisões estiverem predeterminadas no contrato e o Grupo operar o ativo durante todo o período de contrato, sem que o arrendador tenha o direito de alterar essas instruções de funcionamento.

O Grupo arrenda lojas físicas, centros de distribuição e edifícios para o seu espaço de escritórios, veículos e equipamentos. As locações de imóveis operacionais e centros de distribuição/administrativos possuem a vigência por um período entre 5 e 20 anos, as locações de imóveis residenciais pelo período de 2,5 anos e os veículos com prazo de locação de 3 anos.

Desde 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconhece os contratos enquadrados como arrendamento de acordo com a NBC TG 06 (R3) / IFRS 16, como direito de uso e passivo de arrendamento em seu balanço patrimonial. Em atendimento às orientações da CVM contidas em seu Ofício Circular CVM nº 2/2019, a Companhia adota desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a utilização da Taxa Nominal de desconto para os contratos de arrendamento, desconsiderando a Taxa Real aplicada no início da vigência da norma.

Informações sobre os arrendamentos do Grupo estão apresentadas a seguir:

Como arrendatário

Direito de uso do ativo

Composição do direito de uso da Controladora e no Consolidado:

Direito de uso do ativo	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Imóveis operacionais	3.418.181	3.094.861	3.419.464	3.094.950
Imóveis residenciais	27.357	18.889	27.622	19.514
Centros de distribuição e imóveis administrativos	429.704	355.547	433.565	359.303
Veículos	6.325	10.232	6.326	10.233
Total	**3.881.567**	**3.479.529**	**3.886.977**	**3.484.000**

Abaixo estão apresentadas as movimentações no direito de uso da Controladora e no Consolidado:

Controladora	Imóveis operacionais	Imóveis residenciais	Centros de distribuição/administrativos	Veículos	Total
Saldo em 01/01/2023	**2.963.118**	**18.024**	**391.396**	**2.241**	**3.374.779**
Novos contratos	415.217	11.598	2.480	9.157	438.452
Remensurações (i)	516.772	(5.111)	67.312	(564)	578.409
Rescisões contratuais	(3.509)	(776)	-	-	(4.285)
Depreciação	(796.737)	(4.846)	(105.241)	(602)	(907.426)
Saldo em 31/12/2023	**3.094.861**	**18.889**	**355.947**	**10.232**	**3.479.929**
Novos contratos	563.072	15.158	129.568	390	708.188
Remensurações (i)	609.352	(1.628)	40.083	(1.533)	646.274
Rescisões contratuais	(15.312)	(2)	-	-	(15.314)
Depreciação	(833.792)	(5.060)	(95.894)	(2.764)	(937.510)
Saldo em 31/12/2024	**3.418.181**	**27.357**	**429.704**	**6.325**	**3.881.567**

Consolidado	Imóveis operacionais	Imóveis residenciais	Centros de distribuição/administrativos	Veículos	Total
Saldo em 01/01/2023	**2.963.409**	**18.688**	**394.113**	**2.242**	**3.378.452**
Novos contratos	415.217	11.598	2.481	9.156	438.452
Remensurações (i)	516.761	(5.060)	69.850	(564)	580.987
Rescisões contratuais	(3.509)	(776)	-	-	(4.285)
Depreciação	(796.928)	(4.936)	(107.140)	(602)	(909.606)
Saldo em 31/12/2023	**3.094.950**	**19.514**	**359.304**	**10.232**	**3.484.000**
Novos contratos	564.355	15.158	130.969	390	710.872
Remensurações (i)	609.352	(1.628)	41.859	(1.532)	648.051
Rescisões contratuais	(15.312)	(322)	(644)	-	(16.278)
Depreciação	(833.881)	(5.100)	(97.523)	(2.764)	(939.668)
Saldo em 31/12/2024	**3.419.464**	**27.622**	**433.565**	**6.326**	**3.886.977**

(i) A Companhia remensura o ativo de direito de uso para refletir as mudanças em pagamentos futuros; mudanças nos prazos inicialmente determinado à implementação da NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 - Arrendamentos e contratos reconhecidos como arrendamentos operacionais (NBC TG 06 (R3) / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil), inicialmente determinados como contratos de curto prazo.



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo de arrendamento

Composição do passivo de arrendamento da Controladora e no Consolidado:

Arrendamentos	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Imóveis operacionais	3.832.931	3.486.567	3.834.212	3.486.663
Imóveis residenciais	(22.315)	17.004	(21.794)	17.580
Centros de distribuição e imóveis administrativos	610.271	418.723	614.013	422.231
Veículos	(1.894)	10.287	(1.894)	10.287
Total	**4.418.993**	**3.932.581**	**4.424.537**	**3.936.761**

Abaixo estão apresentadas as movimentações no passivo de arrendamento da Controladora e no Consolidado:

Controladora	Imóveis operacionais	Imóveis residenciais	Centros de distribuição/ administrativos	Veículos	Total
Saldo em 01/01/2023	3.258.706	(8.442)	487.897	(1.938)	3.736.223
Novos contratos	415.217	11.598	2.480	9.157	438.452
Remensurações (i)	516.772	(5.111)	67.312	(564)	578.409
Rescisões contratuais	(7.643)	(24)	-	18	(7.649)
Juros	300.199	2.416	30.310	1.046	333.971
Pagamentos / compensações	(1.047.278)	(20.238)	(75.586)	(3.724)	(1.146.826)
Saldo em 31/12/2023	3.486.567	17.004	418.723	10.287	3.932.581
Novos contratos	562.992	15.264	129.568	390	708.214
Remensurações (i)	609.353	(1.629)	40.082	(1.559)	646.247
Rescisões contratuais	(12.072)	65	(127)	(335)	(12.469)
Juros	367.106	3.670	27.940	1.365	400.081
Pagamentos / compensações	(1.130.422)	(19.884)	(99.606)	(5.749)	(1.255.661)
Saldo em 31/12/2024	3.883.524	14.490	516.580	4.399	4.418.993

Consolidado	Imóveis operacionais	Imóveis residenciais	Centros de distribuição/ administrativos	Veículos	Total
Saldo em 01/01/2023	3.258.976	(7.827)	490.797	(1.938)	3.740.008
Novos contratos	415.217	11.598	2.480	9.157	438.452
Remensurações (i)	516.772	(5.060)	69.850	(564)	580.998
Rescisões contratuais	(7.643)	(24)	-	18	(7.649)
Juros	300.199	2.427	30.507	1.046	334.179
Pagamentos / compensações	(1.047.451)	(20.339)	(77.713)	(3.724)	(1.149.227)
Saldo em 31/12/2023	3.436.070	(19.225)	515.921	3.995	3.936.761
Novos contratos	564.275	15.264	130.975	390	710.904
Remensurações (i)	609.353	(1.629)	41.858	(1.559)	648.023
Rescisões contratuais	(12.072)	65	(127)	(335)	(12.469)
Juros	367.110	3.676	28.210	1.365	400.361
Pagamentos / compensações	(1.130.524)	(19.945)	(102.824)	(5.750)	(1.259.043)
Saldo em 31/12/2024	3.834.212	(21.794)	614.013	(1.894)	4.424.537

(i) A Companhia remensura o passivo de arrendamento para refletir as mudanças em pagamentos futuros; mudanças nos prazos inicialmente determinados à implementação do NBC TG 06 (R3) / IFRS 16 - Arrendamentos e contratos reconhecidos como arrendamentos operacionais (NBC TG 06 (R3) / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil).

Os vencimentos de passivos de arrendamento estão classificados de acordo com o seguinte cronograma:

Análise de vencimentos - Passivos de arrendamento	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Menor que 1 ano	949.350	856.427	951.044	858.467
Circulante	**949.350**	**856.427**	**951.044**	**858.467**
1 a 5 anos	2.659.185	2.453.166	2.663.035	2.455.306
Maior que 5 anos	810.458	622.988	810.458	622.988
Não Circulante	**3.469.643**	**3.076.154**	**3.473.493**	**3.078.294**
Total	**4.418.993**	**3.932.581**	**4.424.537**	**3.936.761**

Os pagamentos futuros a serem efetuados ao arrendador podem gerar ao Grupo o direito de se creditar de PIS e COFINS. Sendo assim, o valor registrado de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento já embute um potencial crédito futuro. Abaixo, são apresentados o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido nas contraprestações futuras de arrendamento:

Contraprestações futuras	Controladora / Consolidado	PIS / COFINS Potencial (9,25%)
Menor que 1 ano	773.544	71.553
1 a 2 anos	683.026	63.180
2 a 3 anos	553.031	51.155
3 a 4 anos	419.532	38.807
4 a 5 anos	308.961	28.579
Maior que 5 anos	748.558	69.241
Total	**3.486.652**	**322.515**

O direito à utilização de créditos de PIS/COFINS compreende apenas os contratos cujo o arrendador seja pessoa jurídica. A Companhia possui contratos das suas locações, tanto com arrendadores, pessoa jurídica, quanto física.

Em atendimento ao Ofício-Circular CVM nº 02/2019 e a NBC TG 06 (R3) / IFRS 16, justificado pelo fato de o Grupo não ter aplicado a metodologia de fluxos nominais devido à vedação imposta pela NBC TG 06 (R3) de projeção futura de inflação e com o objetivo de fornecer informação adicional aos usuários, abaixo está apresentada a análise de maturidade de contratos e prestações não descontadas em 31 de dezembro de 2024:

Ano	Controladora Valor das prestações não descontadas	Controladora Juros estimados (futuros) (i)	Controladora Valor presente líquido	Consolidado Valor das prestações não descontadas	Consolidado Juros estimados (futuros) (i)	Consolidado Valor presente líquido
2025	1.303.887	(349.035)	954.852	1.305.581	(349.035)	956.546
2026	1.109.073	(279.618)	829.455	1.109.073	(279.618)	829.455
2027	889.186	(219.039)	670.147	889.186	(219.039)	670.147
2028	693.230	(168.720)	524.510	697.079	(168.720)	528.359
2029	527.581	(127.636)	399.945	527.581	(127.636)	399.945
2030 em diante	1.289.991	(249.907)	1.040.084	1.289.992	(249.907)	1.040.085
Total	**5.812.948**	**(1.393.955)**	**4.418.993**	**5.818.492**	**(1.393.955)**	**4.424.537**

(i) O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado considerando a projeção dos pagamentos futuros fixos, descontados pela taxa de 11,21% a.a. (13,73% a.a. - Dez/23), a qual foi construída a partir da taxa básica de juros divulgada pelo Banco Central (BACEN).

Montante reconhecido no resultado

Reconhecimento no resultado	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Amortização de direito de uso	937.510	907.426	935.352	905.246
Juros sobre passivos de arrendamento	400.081	330.574	400.361	330.782
Ajuste para baixa de arrendamento (contratos rescindidos)	(13.180)	(1.023)	(13.180)	(1.023)
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento	50.826	36.334	51.123	36.853
Receita sobre subarrendamentos de ativos de direito de uso	3.937	2.815	3.937	2.815
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor	30.585	14.986	30.585	14.586
Desconto de locação de imóveis	-	(73)	-	(73)

(i) Pagamento de aluguéis variáveis baseados nas vendas

Alguns arrendamentos de imóveis operacionais contêm pagamentos variáveis de arrendamento baseados em um percentual de 2% a 12% das vendas realizadas no período no imóvel operacional arrendado. Essas condições de pagamento são comuns em lojas no país em que o Grupo opera. Os pagamentos de aluguel variável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R$ 5.386 (R$ 3.292 – dez/23) para a Controladora e Consolidado.

(ii) Arrendamentos que se enquadram nas exceções e nos expedientes práticos da norma contábil

Os contratos de arrendamento identificados e que estão dentro do escopo de isenção da norma contábil estão representados substancialmente por contratos de impressora, empilhadeiras, balanças, geradores de energia, alinhadores de elétrons e placas fotovoltaicas. O Grupo também aluga equipamentos com contratos de até um ano. Esses arrendamentos são de curto prazo e/ou arrendamentos de itens de baixo valor. O Grupo optou por não reconhecer o direito de uso de ativos e os passivos de arrendamento desses itens.

Como arrendador

O Grupo subarrenda parte de alguns de seus imóveis a terceiros. O Grupo classificou esses arrendamentos como arrendamentos operacionais porque eles não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de ativos.

A tabela abaixo apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos de arrendamento não descontados a serem recebidos após a data das demonstrações financeiras:

Pagamentos de arrendamentos não descontados	Controladora e Consolidado Dez/24	Controladora e Consolidado Dez/23
Menor do que 1 ano	1.944	2.100
1 a 2 anos	1.317	1.463
2 a 3 anos	1.015	889
3 a 4 anos	703	775
4 a 5 anos	550	441
Maior que 5 anos	596	987
Total	**6.125**	**6.655**

17. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

17.1. Política contábil

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão. No caso das contingências trabalhistas, a evolução dos processos e o histórico de perdas são fatores determinantes para refletir a melhor estimativa.

Depósitos judiciais

A Companhia efetua depósitos judiciais para garantir o prosseguimento das decisões judiciais, conforme requerido pelos tribunais, e/ou efetuados por decisão estratégica da Administração para proteção de seu caixa. Nos casos em que a provisão possua um depósito judicial correspondente e a Companhia tem a intenção de liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente, os valores são compensados. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente sobre o valor total, os ganhos ou as perdas são reconhecidas no resultado do exercício da Companhia quando o processo judicial é encerrado.

17.2. Composição dos saldos e movimentação das provisões

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo apresentava as seguintes provisões e correspondentes depósitos judiciais relacionados às demandas judiciais:

Itens de demandas judiciais	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Trabalhistas e previdenciárias	123.559	105.146	123.559	105.146
Tributárias (i)	26.874	49.606	222.253	205.285
Cíveis	18.076	11.994	18.076	12.014
Subtotal	**168.509**	**166.746**	**363.888**	**322.445**
(-) Depósitos judiciais correspondentes	-	(8.987)	-	(8.987)
Total	**168.509**	**157.759**	**363.888**	**313.458**
Passivo circulante	81.829	57.224	81.829	57.224
Passivo não circulante	86.680	100.535	282.059	256.234

(i) Uma das empresas controladas da Companhia possui ações judiciais contestando o recolhimento do diferencial de alíquota do ICMS em alguns Estados da Federação, realizando depósitos judiciais para os valores contestados. Neste contexto, até o 1º trimestre de 2022, a controlada tinha por prática contábil efetuar uma provisão do valor depositado judicialmente. Considerando as ações com trânsito em julgado favoráveis à controlada ocorridas ao longo do primeiro trimestre de 2022 e o levantamento dos depósitos, decidiu-se, após avaliação dos assessores externos, reverter a provisão dos valores depositados em março de 2022. Após decisão do Supremo Tribunal Federal-STF em 29 de novembro de 2023, a controlada passou a registrar nova provisão referente as ações judiciais que contestam o recolhimento do ICMS-DIFAL em alguns Estados da Federação, conforme depósitos judiciais realizados entre abril de 2022 e dezembro de 2023.

A movimentação da provisão está demonstrada, conforme segue:

Movimentações das Contingências	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	**116.125**	**116.282**
Adições de novos processos e revisão de estimativa	123.312	278.697
Baixa por pagamento	(62.419)	(62.419)
Constituições/(Reversões) por mudanças em processos	(19.182)	(19.182)
Atualizações monetárias	8.910	9.067
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**166.746**	**322.445**
Adições de novos processos e revisão de estimativa	125.630	155.539
Baixa por pagamento	(82.906)	(82.906)
Constituições/(Reversões) por mudanças em processos	(50.755)	(51.507)
Atualizações monetárias	9.794	20.317
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**168.509**	**363.888**

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que são prováveis as expectativas de perdas, restando parcela de alguns dos pleitos garantida por bens dados em garantia.

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Grupo possui ações de natureza tributária relacionadas a multas administrativas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais, ações de natureza cível por conta de ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo e ações trabalhistas decorrentes de reclamações trabalhistas diversas, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como perda possível no montante de R$ 361.707 para a Controladora e R$ 578.498 para o Consolidado (R$ 160.164 e R$ 375.681, respectivamente em Dez/2023), sendo R$ 326.845 para a Controladora e R$ 543.636 para o Consolidado correspondente aos processos tributários (R$ 137.133 na Controladora e R$ 375.681 no Consolidado em Dez/2023), o total de R$ 16.912 corresponde a processos trabalhistas para a Controladora e o Consolidado (R$ 10.653 - Dez/2023) e o montante total de R$ 17.950 tanto para a Controladora quanto o Consolidado correspondente aos processos da área cível (R$ 12.358 - Dez/2023).

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não existam provisões correspondentes:

Composição de depósitos judiciais	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Trabalhistas e previdenciárias	5.922	2.846	6.045	2.846
Tributárias	19.015	12.312	242.038	221.575
Cíveis	5.698	4.025	5.698	4.025
Total	**30.635**	**19.183**	**253.781**	**228.446**

Contingências trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista, referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e adicional de insalubridade. O Grupo possui ainda ações oriundas da Raia S.A., assim como da Drogaria Onofre Ltda., movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com o Grupo ou a condenação subsidiária dessa no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda, ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

Contingências tributárias

Representadas por multas administrativas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

Contingências cíveis

O Grupo figura como réu em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo.

Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas os seguintes ativos imobilizados:

Itens de garantias processuais	Controladora / Consolidado Dez/24	Controladora / Consolidado Dez/23
Móveis e instalações	-	2
Máquinas e equipamentos	85	85
Total de garantias processuais	**85**	**87**

18. Imposto de renda e contribuição social

18.1. Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% e 9%, respectivamente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque sofre tratativas de ajustes que afetam a base de cálculo de forma permanente, como a exclusão de receitas não tributáveis e adição de despesas não dedutíveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre projeções fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que serão tributados em períodos posteriores ao reconhecimento contábil no resultado da Companhia, portanto podem sofrer alterações. Essa premissa inclui saldos de prejuízo fiscal de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social, quando aplicável.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e ajustado, caso o estudo que indique a expectativa da sua realização foi alterada.

Os tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

18.2. Composição do imposto de renda e contribuição social correntes e alíquota efetiva

Itens de IR/CS efetivos	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.468.502	1.226.020	1.418.994	1.216.693
Juros sobre o capital próprio e adicional proposto	(389.100)	(360.200)	(389.500)	(360.200)
Lucro tributável	**1.079.402**	**865.820**	**1.029.494**	**856.493**
Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%)	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
Despesa teórica	**(366.997)**	**(294.379)**	**(350.028)**	**(291.208)**
Adições permanentes	(14.182)	(16.467)	6.188	(32.159)
Equivalência patrimonial	23.066	3.705	1.113	(2.031)
Subvenção para investimentos	-	100.113	-	141.394
Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	-	-	-	21.241
Provisões sem constituição de diferido	(749)	-	(749)	-
Incentivos Fiscais – Inovação Tecnológica (i)	74.713	14.604	74.713	14.604
Incentivos Fiscais – Demais Incentivos	26.560	19.455	26.560	19.733
Outros (reserva de reavaliação + limite de isenção adicional de IR)	(11.449)	1.918	34.582	(1.124)
Resultado do imposto de renda e contribuição social correntes	**(306.117)**	**(291.481)**	**(328.232)**	**(314.521)**
Resultado do imposto de renda e contribuição social diferidos	**37.079**	**120.434**	**120.611**	**184.971**
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	**(269.038)**	**(171.047)**	**(207.621)**	**(129.550)**
Alíquota efetiva	**18,32%**	**13,95%**	**14,63%**	**10,65%**

(i) O montante de R$ 74.713 refere-se ao incentivo fiscal da Lei do Bem, dos quais R$ 17.040 correspondem ao exercício de 2023.

18.3. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos no montante de R$ 444.111 em Dez/24 (R$ 401.542 – Dez/23) para a Controladora e R$ 602.154 em Dez/24 (R$ 476.645 – Dez/23) no Consolidado, são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para as quais não há prazo para prescrição, com realização prevista, conforme divulgado abaixo no item (c).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos no montante R$ 302.834 em Dez/24 (R$ 297.808 – Dez/23) para a Controladora e R$ 303.749 em Dez/24 (R$ 298.515 – Dez/23) no Consolidado, estão representados pelos encargos tributários incidentes sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; (ii) do PPA (*Purchase Price Allocation*); e (iii) do ganho por compra vantajosa.



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 se referem a:

	Balanço Patrimonial				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
Diferenças temporárias	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(6.490)	(6.558)	(7.408)	(7.665)	-	-	-	-
Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura	(243.007)	(238.263)	(243.007)	(238.263)	4.744	17.930	4.744	17.930
Intangíveis não dedutíveis	(53.334)	(37.909)	(53.334)	(37.909)	15.425	(21.359)	15.425	(21.359)
Ganho por compra vantajosa – aquisição Onofre	-	(15.078)	-	(15.078)	(15.078)	(22.617)	(15.078)	(22.617)
Prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros	-	-	93.992	14.665	-	-	(79.327)	(14.665)
Ajuste a Valor Presente – AVP	12.890	(13.690)	13.325	(13.162)	(26.580)	(2.370)	(26.487)	(2.201)
Ajuste a Valor Justo – AVJ	-	27.149	-	27.149	27.149	(11.385)	27.149	(11.385)
Provisão - perdas esperadas nos estoques	32.284	26.095	32.284	26.095	(6.189)	(2.483)	(6.189)	(2.483)
Provisão - obrigações diversas	92.344	85.560	95.384	85.557	(6.784)	(17.447)	(9.787)	(17.266)
Provisão - programa de participação de resultados	38.388	38.325	41.118	41.368	(63)	(2.968)	249	(3.636)
Provisão - demandas judiciais	51.541	52.135	106.745	106.067	594	(16.086)	(678)	(64.543)
Perda de crédito esperadas	1.430	1.701	7.380	4.374	272	(391)	(3.005)	(1.691)
Arrendamento (depreciação x contraprestação)	180.306	153.608	177.086	153.433	(26.787)	(33.837)	(23.653)	(33.628)
Outros ajustes	34.840	31.059	34.840	31.059	(3.782)	(7.421)	(3.574)	(7.420)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	(37.078)	(120.434)	(120.611)	(184.971)
Ativo fiscal diferido, líquido	141.188	104.134	298.465	177.730				
Passivo fiscal diferido, líquido	-	-	-	-				
Refletido no balanço patrimonial da seguinte maneira:								
Ativo fiscal diferido	444.112	401.942	602.154	476.645				
Passivo fiscal diferido	(302.834)	(297.808)	(303.749)	(298.915)				
Ativo fiscal diferido, líquido - Controladora	141.278	104.134	141.278	104.134				
Passivo fiscal diferido, líquido	-	-	-	-				
Ativo fiscal diferido – Controladas	-	-	157.127	73.596				
Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido								
Saldo no início do exercício	104.134	(16.360)	177.730	(7.303)				
Despesa reconhecida no resultado	37.079	120.434	120.611	184.971				
Realização de imposto diferido reconhecida no patrimônio líquido	65	60	64	62				
Saldo no final do exercício	141.278	104.134	298.465	177.730				

18.4. Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a performance do Grupo, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário será recuperado de acordo com o seguinte cronograma:

	Controladora		Consolidado	
Previsão de recuperação	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23
2024	-	251.375	-	298.352
2025	285.074	44.621	362.468	74.112
2026	47.547	47.567	68.596	47.567
2027	56.513	43.305	82.849	43.305
2028	43.026	15.074	67.582	15.289
2029 em diante	8.952	-	20.659	-
Total	444.112	401.942	602.154	476.645
Ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias, apresentado líquido no passivo	444.112	401.942	508.162	461.980
Ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal em empresas controladas	-	-	93.992	14.665

18.5. Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

A Companhia possui quatro discussões em fase administrativa com a Receita Federal, relacionadas à glosa de amortização fiscal do ágio decorrentes de aquisições de empresas no valor de R$ 38.758, cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite maior que 50%), por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ e CSLL em relação a essas ações.

19. Resultado por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora / Consolidado	
Itens de resultado por ação	Dez/24	Dez/23
Básico		
Lucro líquido do exercício	1.199.864	1.054.973
Média ponderada do número de ações ordinárias	1.646.227	1.695.194
Lucro por ação em R$ - básico	0,72763	0,62233
Diluído		
Lucro líquido do período	1.199.864	1.054.973
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	1.654.988	1.659.712
Lucro por ação em R$ - diluído	0,72500	0,63564

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, totalmente integralizado no valor de R$ 4.000.000 (R$ 4.000.000 – Dez/23), representado por 1.718.007.200 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 1.290.335.615 ações ordinárias (1.278.007.707 ações ordinárias – Dez/23).

O Estatuto Social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 2.000.000.000 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2024, a composição acionária da Companhia está assim apresentada:

	Quantidade de ações		Participação %	
Composição acionária	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23
Acionistas controladores	421.659.013	436.381.651	24,54	25,40
Ações em circulação	1.290.335.615	1.278.000.707	75,11	74,39
Ações em tesouraria	6.012.572	3.624.842	0,35	0,21
Total	1.718.007.200	1.718.007.200	100,00	100,00

Os acionistas controladores estão representados pelas famílias Pipponzi, Pires Oliveira Dias e Galvão.

A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

Movimentação	Ações em circulação
Posição em 01 de janeiro de 2023	1.209.031.054
(Compra)/Venda de ações vinculadas, líquida	68.969.653
Posição em 31 de dezembro de 2023	1.278.000.707
(Compra)/Venda de ações vinculadas, líquida	12.334.908
Posição em 31 de dezembro de 2024	1.290.335.615

Em 31 de dezembro de 2024, as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R$ 22,00 fechamento do dia (R$ 29,40 – Dez/23).

(b) Reservas de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, até que essa atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% (trinta por cento) do capital social, não é obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite equivalente a até 65% (sessenta e cinco por cento) do resultado do exercício para a formação da "Reserva Estatutária de Lucros", que tem por finalidade e objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, observado que seu saldo, somado aos saldos das demais Reservas de Lucros, excetuadas a Reserva para Contingências e Reserva de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite máximo, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendo.

A reserva de incentivos fiscais se refere aos benefícios fiscais de ICMS obtidos nos Estados da Bahia, Goiás e Pernambuco, normatizados pela Lei Complementar nº 160/17, convênio ICMS Confaz 190/17 e alteração da Lei nº 12.973/14. Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007). Essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecida no resultado do exercício, em conta redutora de impostos sobre a venda, e é a ela destinada a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, a mesma não entra na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Por meio da Lei nº 14.789/2023, foi revogado o Artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, desobrigando os contribuintes a constituir reserva de incentivos fiscais a partir de 1º de janeiro de 2024.

(c) Ações em tesouraria

Segue a movimentação das ações em tesouraria do exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora	
Movimentação de ações em tesouraria	Quantidade (em ações)	Valor das ações
Posição em 01 de janeiro de 2023	4.179.812	80.605
Ações entregues aos executivos relativo a 3ª tranche da outorga de 2019, a 2ª tranche da outorga de 2020 e a 1ª tranche da outorga de 2021	(678.189)	(13.078)
Ações entregues aos executivos relativo a 1ª parcela de 2021, 2ª parcela de 2020 e a 3ª parcela de 2019 das empresas controladas	(16.198)	(312)
Bonificação de Ações	139.417	-
Posição em 31 de dezembro de 2023	3.624.842	67.215
Ações entregues aos executivos relativo a 3ª tranche da outorga de 2020, a 2ª tranche da outorga de 2021 e a 1ª tranche da outorga de 2022	(708.801)	(14.858)
Ações entregues aos executivos relativo a 1ª parcela de 2022, 2ª parcela de 2021 e a 3ª parcela de 2020 das empresas controladas	(35.150)	(652)
Aquisição de ações de emissão da própria Companhia	3.131.681	73.286
Posição em 31 de dezembro de 2024	6.012.572	124.991

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de mercado das ações em tesouraria, tendo como referência a cotação de R$ 22,00 (R$ 29,40 – Dez/23), corresponde a R$ 132.277 (R$ 106.570 – Dez/23).

(d) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é garantido aos titulares de ações de qualquer espécie, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	Controladora	
Movimentação de remuneração aos acionistas	Dez/24	Dez/23
Lucro líquido do exercício	1.199.864	1.054.973
Reserva legal	(59.993)	(52.749)
Realização da reserva de reavaliação no exercício	125	142
Reserva de subvenção para investimento (Nota 18b)	-	(294.450)
Base de cálculo do dividendo (a)	1.139.996	707.916
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	284.999	176.979
Dividendo proposto	210.000	167.300
Juros sobre o capital próprio e adicional proposto	389.500	360.200
	599.500	527.500
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(54.306)	(49.923)
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	545.194	477.577
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	47,82%	67,46%
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	260.195	300.598
Pagamento antecipado de dividendos aprovados em RCA de 15/12/2023	-	(83.000)
Pagamento antecipado de dividendos aprovados em RCA de 17/04/2024	(84.300)	-
Pagamento antecipado de dividendos aprovados em RCA de 30/09/2024	(106.000)	-
Saldo de dividendos a pagar	69.895	217.598

Foi apropriado juros sobre o capital próprio no montante de R$ 389.500 (R$ 360.200 – 2023), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP nos exercícios de 2024 e de 2023, e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor de R$ 260.195 (R$ 300.598 – 2023), excedente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia, foi registrado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto.

A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:

	Controladora	
Movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio	Dez/24	Dez/23
Saldo em 1º de janeiro de 2023	23.508	62.417
Adições	692.882	497.105
Pagamento	(474.573)	(535.501)
Prescritos	(341)	(513)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	241.476	23.508

(e) Plano de ações restritas

Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP

Desde março de 2014, a Companhia oferece aos seus executivos o Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas ("Plano de ações restritas"), que tem por objetivo ofertar uma oportunidade de receber uma remuneração variável desde que o executivo permaneça por período mais longo de tempo na Companhia.

O número máximo de ações que poderão ser entregues em decorrência do exercício do Plano está limitado a 3% do Capital Social da Companhia durante todo prazo de vigência do Plano. O preço de referência por ação restrita, para fins de determinação da quantidade alvo que será outorgada para cada Beneficiário será equivalente à média da cotação da ação na B3 (ponderada pelo volume de negociações) nos últimos trinta pregões que antecederem a outorga.

Conforme estabelece o Plano de ações restritas, uma parcela de sua remuneração anual variável (participação nos resultados), será paga ao profissional em dinheiro e o saldo remanescente será obrigatoriamente pago em ações da Companhia ("ações de incentivo").

Caso o profissional decida utilizar uma parcela ou o valor total da remuneração variável recebida em dinheiro para comprar ações da Companhia ("ações próprias") em Bolsa de Valores, a Companhia oferecerá ao profissional, igual quantidade de ações adquiridas em Bolsa.

Ainda e, de forma discricionária, a Companhia poderá conceder a esse profissional, mais ações da Companhia tendo como referência a quantidade de ações próprias adquiridas pelo profissional em Bolsa de Valores.

As ações ofertadas ao profissional por meio do Plano de ações restritas, não poderão ser alienadas, cedidas, transferidas a terceiros pelo prazo de quatro anos a partir da data da outorga. A partir do segundo, terceiro e quarto anos após a data da outorga, os executivos terão direito a receber um terço das suas ações restritas, em cada um desses exercícios. A parcela não exercida nos prazos e condições estipuladas será considerada automaticamente extinta sete anos a partir da respectiva outorga.

Performance shares

Em reunião do Conselho de Administração em 22 de outubro de 2020 foi aprovada a outorga de ações restritas nos termos do Plano de Outorga de Ações Restritas – *Performance Shares* ("Plano"), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de setembro de 2020.

O Plano tem por objetivo: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle; (b) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses dos acionistas; e (c) estimular a permanência dos Beneficiários na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, podendo contar com um comitê consultivo criado ou indicado pelo Conselho de Administração para assessorá-lo nesse sentido. Os beneficiários serão escolhidos e eleitos pelo Conselho de Administração a cada nova outorga.

O número máximo de ações que poderão ser entregues em decorrência do exercício do Plano está limitado a 2% do Capital Social da Companhia na data da aprovação do Plano. O preço de referência por ação restrita, para fins de determinação da quantidade alvo que será outorgada para cada Beneficiário será equivalente à média da cotação da ação na B3 (ponderada pelo volume de negociações) nos noventa pregões anteriores a 1º de janeiro do ano em que ocorrer a outorga.

A transferência definitiva das Ações Restritas estará condicionada ao cumprimento de período de carência de quatro anos contado da data da outorga e, ao final do período de carência, o participante deverá estar vinculado à Companhia para que as outorgas não sejam canceladas. As Ações Restritas que ainda não tenham cumprido o período de carência se tornarão devidas e serão transferidas aos titulares, seu espólio ou herdeiros em caso de falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria.

O Plano prevê que a liquidação deverá ocorrer mediante a transferência de ações, entretanto na hipótese de a Companhia não dispor de ações em tesouraria no momento da liquidação e/ou na impossibilidade de adquirir ações no mercado, o Conselho de Administração pode optar por liquidar a entrega das Ações Restritas em dinheiro.

Movimentação das ações restritas

A movimentação das ações restritas está demonstrada a seguir:

	Dez/24		Dez/23	
Movimentação das ações restritas	Ações	Valor	Ações	Valor
Saldo inicial em 1º de janeiro	6.295.098	69.577	4.108.984	49.048
Apropriação de ações no período / exercício	2.283.149	37.507	2.741.084	33.528
Entrega de ações no período / exercício	(743.951)	(16.847)	(554.970)	(12.999)
Saldo final	7.834.296	90.237	6.295.098	69.577

Posição do plano de ações restritas

Apresentamos abaixo o detalhamento das premissas que regem cada plano de outorga:

Outorgas	Data de outorga	Quantidade de ações outorgadas (i)	Data em que se tornarão exercíveis	Prazo de restrição à transferência das ações	Valor justo das ações na data de outorga (i)
Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP					
2021 - 3ª Tranche	01/03/2021	271.184	28/02/2025	28/02/2025	R$ 22,72
2022 - 2ª Tranche	01/03/2022	411.805	28/02/2025	28/02/2025	R$ 23,90
2022 - 3ª Tranche	01/03/2022	411.805	28/02/2026	28/02/2026	R$ 23,90
2023 - 1ª Tranche	01/03/2023	623.457	28/02/2025	28/02/2025	R$ 23,90
2023 - 2ª Tranche	01/03/2023	623.457	28/02/2026	28/02/2026	R$ 23,90
2023 - 3ª Tranche	01/03/2023	623.457	28/02/2027	28/02/2027	R$ 23,90
2024 - 1ª Tranche	01/03/2024	563.148	28/02/2026	28/02/2026	R$ 26,76
2024 - 2ª Tranche	01/03/2024	563.148	28/02/2027	28/02/2027	R$ 26,76
2024 - 3ª Tranche	01/03/2024	563.148	28/02/2028	28/02/2028	R$ 26,76
Performance share					
2021 - 1ª Tranche	01/01/2021	302.990	01/02/2025	01/01/2026	R$ 33,99
2022 - 1ª Tranche	01/01/2022	381.554	01/02/2026	01/01/2027	R$ 31,18
2023 - 1ª Tranche	01/01/2023	435.443	01/02/2027	01/01/2028	R$ 31,18
2024 - 1ª Tranche	01/01/2024	450.275	01/02/2028	01/01/2029	R$ 31,18

(i) Após a aplicação do efeito de desdobramento das ações, aprovada em AGE realizada em 15 de setembro de 2020 e em 10 de abril de 2023 título de bonificação, 1 (uma) ação nova para cada 25 (vinte e cinco) ações de emissão da Companhia em circulação.

21. Receita líquida de vendas

21.1. Política contábil

A NBC TG 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda. Essa norma estabelece um modelo que visa identificar se os critérios para a contabilização da receita, foram satisfeitos e compreende os seguintes aspectos:

i) Identificação de um contrato com o cliente;
ii) Determinação das obrigações de desempenho;
iii) Determinação do preço da transação;
iv) Alocação do preço da transação; e
v) Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período de tempo, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa do Grupo de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e os descontos, além das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste a valor presente, conforme nota explicativa nº 6.1.

Vendas de mercadorias (medicamentos, perfumaria e produtos de autoatendimento)

As receitas do Grupo advêm principalmente da venda de medicamentos, produtos de perfumaria e uma série de produtos de autoatendimento (medicamentos sem necessidade de receituário médico, produtos alimentícios etc.) para o consumidor final, realizadas tanto por meio de farmácias físicas quanto pelo e-commerce. Tratando-se de um Grupo que atua na indústria de varejo de medicamentos na qual o consumidor geralmente se serve da mercadoria nas farmácias nas quais os preços e descontos são informados mediante consulta aos funcionários da Companhia ou obtidos nos locais onde as mercadorias estejam expostas e que a transferência de controle acontece quando da entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas, conclui-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferências de controle das mercadorias e serviços aos consumidores.

Ainda assim, outras transações da Companhia sujeitas à avaliação segundo a NBC TG 47 / IFRS 15 estão representadas por contraprestações variáveis associadas aos acordos comerciais por meio dos quais mercadorias podem ser comercializadas em conjunto com outras mercadorias ou com descontos os quais são, substancialmente, negociações promovidas pelos fornecedores nos pontos de venda do Grupo. A receita de vendas reconhecida nas demonstrações financeiras contempla os valores justos das transações ocorridas que, segundo as naturezas das negociações, consideram valores de venda e de recebimento de consumidores complementados por recebimentos de fornecedores.

As receitas são apresentadas nas demonstrações financeiras líquidas dos descontos comerciais e das devoluções.



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos incidentes sobre vendas

Consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, para as mercadorias não sujeitas ao regime de substituição tributária, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%) e à COFINS (7,60%) para mercadorias não sujeitas ao regime monofásico de tributação (Lei nº 10.147/00).

Devoluções e cancelamento

Para contratos que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com a NBC TG 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado a partir do valor total da transação e apresentado na demonstração financeira líquido dos impostos indiretos, de devoluções e cancelamentos.

21.2. Composição do saldo

Composição da receita líquida	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Receita de vendas de mercadorias	38.077.796	33.369.892	41.547.697	36.133.251
Receita de serviços prestados	68.596	106.383	234.276	216.195
Receita bruta de vendas	**38.146.392**	**33.476.275**	**41.781.973**	**36.349.446**
Impostos incidentes sobre vendas	(1.867.697)	(1.551.175)	(2.168.128)	(1.706.374)
Devoluções, abatimentos e outros	(634.365)	(579.110)	(742.323)	(669.282)
Receita líquida de vendas	**35.644.330**	**31.345.990**	**38.871.522**	**33.973.790**

22. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

O Grupo apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Natureza das despesas	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Custo com estoques vendidos (Nota 8)	(24.393.311)	(21.412.578)	(27.254.259)	(23.714.554)
Despesas com pessoal	(4.440.500)	(3.980.660)	(4.659.666)	(4.166.367)
Despesas com ocupação (i)	(431.540)	(358.332)	(438.583)	(402.107)
Depreciação e amortização (ii)	(1.783.685)	(1.647.067)	(1.801.624)	(1.661.346)
Despesas com prestadores de serviços	(497.027)	(495.650)	(505.263)	(509.143)
Despesas com taxas de operadoras de cartões	(572.956)	(460.415)	(583.828)	(496.109)
Outras	(1.192.591)	(656.287)	(1.269.965)	(1.009.601)
Total	**(33.311.610)**	**(29.380.989)**	**(36.513.188)**	**(31.959.227)**

Classificado na demonstração do resultado como:

Função das despesas	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(24.390.727)	(21.416.143)	(27.314.741)	(23.766.426)
Com vendas	(7.479.652)	(6.567.441)	(7.627.819)	(6.689.275)
Gerais e administrativas	(1.441.231)	(1.397.405)	(1.570.628)	(1.503.526)
Total	**(33.311.610)**	**(29.380.989)**	**(36.513.188)**	**(31.959.227)**

(i) Referente a gastos com locação de imóveis, condomínios, energia, água, comunicação e IPTU.

(ii) As depreciações e amortizações em 2024 totalizaram um montante de R$ 1.783.685 (R$ 1.647.067- 2023) para a Controladora, sendo que R$ 1.533.413 (R$ 1.450.004 - 2023) corresponde a área de Vendas e o montante de R$ 250.272 (R$ 197.063 - 2023) a área Administrativa e R$ 1.800.624 (R$ 1.661.346 - 2023) para o Consolidado, o montante R$ 1.535.364 (R$ 1.452.183 - 2023) corresponde a área de Vendas e o montante de R$ 266.001 (R$ 209.162 - 2023) corresponde a área Administrativa. Esses montantes estão líquidos de crédito de PIS e COFINS sobre o direito de uso de arrendamento que proporcionou uma redução de despesa no montante de R$ 51.066 (R$ 47.981 - 2023).

No decorrer do primeiro trimestre de 2024 a Administração da Companhia concluiu o processo de revisão da alocação de suas despesas operacionais, visando garantir uma maior correlação frente às atividades operacionais. Eventuais reclassificações que se fizessem necessárias em períodos anteriores não afetariam o resultado, se configurando apenas como redistribuição entre Receitas de Serviços, Despesas Gerais e Administrativas e Despesas de Vendas. A Administração avaliou o impacto e entendeu que em decorrência da imaterialidade dos valores envolvidos não é necessária uma reapresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 dezembro de 2023, portanto os valores incluídos de forma comparativa nestas demonstrações financeiras estão apresentados como originalmente divulgadas. As principais mudanças se referem à alocação das taxas de entrega cobradas dos clientes nas vendas digitais e suas correspondentes deduções, que deixam de integrar a receita bruta e passam a ser alocadas como despesas com vendas, rubrica na qual estão inclusas as despesas referentes a essas entregas, e à reclassificação de certas despesas gerais e administrativas para despesas com vendas, como (i) despesas com marketing referentes às bandeiras Raia e Drogasil e às Marcas Próprias; (ii) despesas com licenciamento de softwares e computação em nuvem que suportam diretamente as vendas, sobretudo no caso dos canais digitais, e (iii) outras reclassificações diversas.

23. Outras receitas ou despesas operacionais, líquidas

As outras receitas/(despesas) operacionais totalizaram em 2024 um montante de R$ 11.714 (R$ 129.637 – 2023) para a Controladora e o montante de R$ (7.297) (R$ 78.435 – 2023) para o Consolidado. Esses montantes são compostos por despesas e receitas não recorrente, estão demonstrados a seguir:

Natureza das receitas / (despesas)	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Ressarcimento de ICMS-ST sobre margem não praticada em períodos anteriores	89.909	41.461	100.317	41.461
Recuperação de tributos 1/3 de Férias	29.277	-	29.277	-
Apropriação de crédito de INSS de períodos anteriores	386	5.156	386	5.156
Créditos de anos anteriores - PIS e COFINS - 2018 a 2023	247	125.068	15	131.562
Provisão do ICMS-DIFAL (Nota 17)	-	-	(1.115)	(60.955)
Baixa de imobilizado e intangível devido ao encerramento de farmácias	(9.717)	861	(9.717)	861
Baixa de mais valia e ágio por expectativa de rentabilidade	-	(30.111)	-	(30.111)
Perdas não seguradas	(5.778)	-	(5.778)	-
Doações	(159)	(468)	(145)	(495)
Investimento Social	(11.286)	(9.275)	(11.286)	(9.275)
Restruturação Societária	(5.000)	-	(25.534)	-
Despesa de anos anteriores, sobretudo de AVP – Estoques	(70.013)	-	(73.605)	-
Outras despesas	(6.152)	(3.055)	(10.112)	231
Total	**11.714**	**129.637**	**(7.297)**	**78.435**

24. Resultado financeiro

Receitas financeiras	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Ajuste a Valor Presente (AVP)	272.257	282.671	327.796	328.552
Rendimentos de aplicações financeiras	10.777	16.557	36.043	52.780
Variações monetárias	42.175	28.539	64.698	30.326
Descontos obtidos	5.799	2.565	6.657	2.604
Juros sobre mútuo	24	33	24	43
Outras receitas	-	-	9.371	14.427
Total das receitas financeiras	**331.032**	**330.365**	**444.589**	**428.731**

Despesas financeiras	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23
Ajuste a Valor Presente (AVP)	(473.684)	(479.618)	(520.695)	(521.053)
Juros sobre arrendamento (i)	(378.544)	(313.125)	(378.565)	(312.917)
Encargos sobre debêntures	(334.665)	(276.729)	(334.665)	(276.729)
Juros, encargos e taxas bancárias	(34.853)	(46.712)	(41.857)	(60.763)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(9.836)	(46.166)	(26.488)	(46.166)
Juros sobre obrigação com acionista de controlada	(31.151)	(33.486)	(31.151)	(41.212)
Variações monetárias	-	(380)	(33.973)	(26.538)
Amortização de custos de transação	(9.372)	(6.915)	(9.372)	(6.915)
Desconto concedido	-	-	(935)	(238)
Total das despesas financeiras	**(1.272.105)**	**(1.203.131)**	**(1.377.701)**	**(1.292.531)**
Resultado financeiro	**(941.073)**	**(872.766)**	**(933.112)**	**(863.799)**

(i) Juros sobre arrendamento são demonstrados de forma líquida de PIS e COFINS.

25. Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

25.1. Política contábil

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados a valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado)
- Mensurados ao custo amortizado

A classificação depende do modelo de negócio do Grupo para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)
- Investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e as perdas são registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso depende do modelo de negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso depende de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Perda por redução ao valor recuperável – *impairment*

Perdas de crédito esperadas em clientes são mensuradas por meio de estimativas ponderadas de probabilidade das perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

De acordo com o NBC TG 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros, as perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para doze meses: essas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de doze meses após a data do balanço.
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: essas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou contraparte.

Hierarquia de valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

25.2. Instrumentos financeiros por categoria

Itens de instrumentos financeiros	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Ativos				
Ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	460.262	318.002	528.002	412.321
Aplicações Financeiras (Nota 6)	27.774	26.506	15.706	-
Clientes (Nota 7)	1.916.599	2.515.546	2.666.758	3.084.940
Outras contas e créditos a receber	460.282	392.296	499.647	425.390
Depósitos judiciais (Nota 17)	30.635	19.183	253.781	228.446
Total dos ativos	**2.898.582**	**3.271.533**	**3.963.894**	**4.151.097**
Passivos				
Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Obrigação com acionista de controlada	13.573	98.197	13.573	98.197
Subtotal	**13.573**	**98.197**	**13.573**	**98.197**
Outros passivos				
Fornecedores e Fornecedores risco sacado (Nota 14)	5.307.632	4.659.044	5.816.222	5.091.454
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	3.204.348	2.903.309	3.293.930	3.130.703
Outras contas a pagar e obrigações	439.701	492.919	516.227	554.846
Arrendamento a pagar (Nota 16)	4.418.993	3.932.581	4.424.537	3.936.761
Subtotal	**13.370.674**	**11.987.853**	**14.050.916**	**12.713.764**
Total dos passivos	**13.384.247**	**12.086.050**	**14.064.489**	**12.811.961**

25.3. Gestão de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas do Grupo são realizadas em Reais (R$), não existindo risco em virtude de variações cambiais.

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo tem como prática não operar com instrumentos financeiros derivativos, exceto em situações específicas. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não apresentava operações com instrumentos derivativos.

Risco de taxa de juros

As operações de empréstimos e financiamentos da Companhia estão atreladas ao CDI acrescido de *spread* bancário. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são principalmente o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas de clientes. O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A classificação dos ratings dos equivalentes de caixa está de acordo com as principais agências de classificação de risco, conforme quadro abaixo:

Classificação de *ratings*	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
***Rating* – Escala nocional**				
brAAA	157.187	48.473	206.520	133.104
brAA+	5.940	2.186	5.940	2.186
brA	166	286	166	289
(*) n/a – Caixa e aplicações automáticas	296.999	267.057	315.376	274.573
(*) n/a – Fundos de investimento	-	-	-	2.169
Total – Escala nocional	**460.292**	**318.002**	**528.002**	**412.321**

(*) Não aplicável, pois não consta classificação de risco para caixa, aplicações automáticas e fundos de investimentos.

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as vendas com recebimento a prazo representaram 68% (65% - 2023) na Controladora e 70% (67% - 2023) para o Consolidado, sendo que desse total 80% (84% - 2023) na Controladora e 72% (76% - 2023) no Consolidado são relativos às vendas com cartão de crédito que, com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 20% (16% - 2023) na Controladora e 28% (24% - 2023) para o Consolidado são substancialmente créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM's") e convênios, que são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes.

(c) Risco de liquidez

A Administração do Grupo acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

(d) Análise de sensibilidade

A Companhia elabora análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros, as quais a Companhia está exposta.

O cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela Administração, considera um acréscimo de 3,0% da taxa de juros. Adicionalmente, dos outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

Controladora

Operação	Valor nocional	Efeito no resultado e Patrimônio líquido: Cenário (provável)	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Aplicações financeiras - CDI	278.648	8.359	10.449	12.539
Receita	-	8.359	10.449	12.539
Empréstimos e financiamentos - CDI	3.204.348	(96.130)	(120.163)	(144.196)
Despesa		(96.130)	(120.163)	(144.196)
Efeito no resultado		(87.771)	(109.714)	(131.657)

Consolidado

Operação	Valor nocional	Efeito no resultado e Patrimônio líquido: Cenário (provável)	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Aplicações financeiras - CDI	297.018	8.911	11.138	13.366
Receita	-	8.911	11.138	13.366
Empréstimos e financiamentos - CDI	3.293.930	(98.818)	(123.522)	(148.227)
Despesa		(98.818)	(123.522)	(148.227)
Efeito no resultado		(89.907)	(112.384)	(134.861)

(e) Gestão de capital

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

O Grupo tem como política não alavancar sua estrutura de capital com empréstimos e financiamentos, exceção feita às linhas de longo prazo de debêntures, com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade do Grupo.

Dessa forma, esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial individual e Consolidado, com a dívida líquida, como apresentamos abaixo:

Itens de gestão de capital	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	3.204.348	2.903.309	3.293.930	3.130.703
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(460.292)	(318.002)	(528.002)	(412.321)
Dívida líquida	**2.744.056**	**2.585.307**	**2.765.928**	**2.718.382**
Patrimônio líquido, atribuído aos acionistas da Controladora	6.433.460	5.956.001	6.433.460	5.956.001
Participação de não controladores	-	-	13.427	72.300
Total do patrimônio líquido	**6.433.460**	**5.956.001**	**6.446.887**	**6.028.301**
Total do capital	**9.177.516**	**8.541.308**	**9.212.815**	**8.746.683**
Índice de alavancagem financeira (%)	**29,90%**	**30,27%**	**30,02%**	**31,08%**

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de passivo de arrendamento na Controladora e no Consolidado correspondeu a R$ 4.418.993 e a R$ 4.424.537 respectivamente. Considerando o passivo de arrendamento no cálculo de gestão de capital, o índice de alavancagem da Companhia e do Grupo seria de 52,68% na Controladora e 52,73% no Consolidado. Considerando o saldo passivo de arrendamento nas datas dos balanços no cálculo da gestão de capital, o índice de alavancagem da Companhia e do Grupo seria como segue:

Dívida líquida ajustada com o passivo de arrendamento	Controladora Dez/24	Controladora Dez/23	Consolidado Dez/24	Consolidado Dez/23
Dívida líquida	2.744.056	2.585.307	2.765.928	2.718.382
Passivo de arrendamento	4.418.993	3.932.581	4.424.537	3.936.761
Dívida líquida ajustada	**7.163.049**	**6.517.888**	**7.190.465**	**6.655.143**
Total do patrimônio líquido	6.433.460	5.956.001	6.446.887	6.028.301
Total do capital ajustado	**13.596.509**	**12.473.889**	**13.637.352**	**12.683.444**
Índice de alavancagem financeira ajustada (%)	**52,68%**	**52,25%**	**52,73%**	**52,47%**

(f) Estimativa do valor justo

Os saldos de aplicações financeiras informados no Balanço Patrimonial são equivalentes ao valor justo em virtude das suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os montantes de contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o prazo de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 58 dias.



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método de custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado. Os valores justos estimados são:

	Controladora				Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo		Valor contábil		Valor justo	
Estimativa do valor justo	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23
Debêntures	3.204.348	2.592.379	3.204.348	2.592.379	3.204.348	2.592.379	3.204.348	2.592.379
Outros	-	310.930	-	310.930	89.582	538.324	89.582	538.324
Total	3.204.348	2.903.309	3.204.348	2.903.309	3.293.930	3.130.703	3.293.930	3.130.703

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos relevantes mensurados ao valor justo nos Níveis 1 e 2 na hierarquia de valor justo. A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora/Consolidado	
	Obrigações com acionista de controlada	
Movimentação de obrigação com acionista de controlada	Dez/24	Dez/23
Saldo em 1º de janeiro	98.197	64.710
(-) Pagamento pelo exercício da 2ª Opção de Compra das ações	(117.817)	-
Despesas reconhecidas no resultado	33.193	33.487
Saldo final	13.573	98.197
Total de despesas no período incluídas no resultado	33.193	33.487
Variação das despesas não realizadas no período incluídas no resultado	2.041	33.487

26. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Ativo				Montante transacionado			
Parte relacionada	Relacionamento	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23
Ativo circulante									
Valores a receber									
Convênios (i)									
4Bio Medicamentos Ltda.	Controlada	38	87	-	-	585	133	-	-
Regimar Comercial S.A.	Acionista / Família	22	16	22	16	130	33	130	33
Impulso	Controlada	5	5	-	-	72	7	-	-
RD Ads	Controlada	-	6	-	-	-	10	-	-
Amplisoftware Tecnologia Ltda.	Controlada	1	1	-	-	-	-	-	-
Labi Exames S.A.	Coligada	1	2	1	2	-	-	-	-
Helomar Ltda.	Acionista / Conselho de Administração	2	2	2	2	14	4	14	4
Healthbit Performasys Tecnologia	Controlada	30	1	-	-	-	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores									
City Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. (ii)	Acionista / Família	-	-	-	-	3.552	-	3.552	-
Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire Advogados (iii)	Acionista / Família	17	120	17	120	1.040	-	1.040	-
Outros valores a receber									
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.) (vi)	Acionista / Família	-	-	-	-	615	-	615	-
Subtotal (a)		116	240	42	140	6.008	187	5.351	37
Outros valores a receber									
Stix Fidelidade e Inteligência S.A. (vii)	Coligada	41.887	45.453	41.887	45.453	30.173	42.439	30.173	42.439
Impulso (xii)	Controlada	5.886	-	-	-	5.514	-	-	-
ZTO Tecn. e Ser. de Infor (xviii)	Controlada	14	-	-	-	72	-	-	-
4Bio Medicamentos S.A. (iv)	Controlada	1.373	791	-	-	86	411	-	-
Subtotal		49.160	46.244	41.887	45.453	35.845	42.850	30.173	42.439
Total Ativo Circulante		49.160	46.244	41.887	45.453	35.845	42.850	30.173	42.439
Ativo não circulante									
Mútuo									
ZTO Tecn. e Ser. de Infor (viii)	Controlada	-	213	-	-	474	60	-	-
SafePill Com. Varejista de Med. Manip. Ltda (x)	Controlada	-	-	-	-	-	67	-	-
Full Nine Digital Consultoria (Conecta Lá) (ix)	Coligada (até novembro de 2023)	-	-	-	-	-	62	-	62
Total Ativo não circulante		-	213	-	-	474	189	-	62
Total de direitos com partes relacionadas		49.276	46.697	41.929	45.593	42.327	43.226	35.524	42.538

		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Passivo				Montante transacionado			
Parte relacionada	Relacionamento	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23
Passivo circulante									
Fornecedores de serviços									
Stix Fidelidade e Inteligência S.A. (vii)	Coligada	17.976	16.867	17.976	16.867	100.754	77.844	100.754	77.844
City Consultoria e Gestão Empresarial Ltda. (ii)	Família	1.138	-	1.138	-	5.137	32	5.137	32
Subtotal		19.114	16.867	19.114	16.867	105.891	77.876	105.891	77.876
Valores a pagar									
Aluguéis (v)									
Helomar Ltda.	Acionista / Conselho de Administração	-	35	-	35	349	366	349	366
Antonio Carlos Pipponzi	Acionista / Conselho de Administração	10	10	10	10	98	139	98	139
Rosalia Pipponzi Raia	Acionista / Conselho de Administração	10	10	10	10	98	139	98	139
Cristiana Almeida Pipponzi	Acionista / Conselho de Administração	4	4	4	4	33	46	33	46
André Almeida Pipponzi	Acionista / Conselho de Administração	4	4	4	4	33	46	33	46
Marta Almeida Pipponzi	Acionista / Conselho de Administração	4	4	4	4	33	46	33	46
Subtotal (a)		32	67	32	67	644	782	644	782
Fornecedores de serviços									
Impulso (xii)	Controlada	303	-	-	-	4.484	-	-	-
Amplisoftware Tecnologia Ltda. (xvi)	Controlada	584	175	-	-	7.276	4.256	-	-
Healthbit Performasys Tecnologia (xvi)	Controlada	376	320	-	-	2.841	2.927	-	-
Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire Advogados (iii)	Acionista / Família	757	284	757	284	4.312	4.644	4.312	4.644
RD Ads (xii)	Controlada	-	760	-	-	-	4.076	-	-
Healthbit Serviços Médicos Ltda. (xvi)	Controlada	55	152	-	-	1.555	1.280	-	-
Labi Exames S.A. (xiii)	Coligada	-	-	-	-	151	5	151	5
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.) (vi)	Acionista / Família	-	-	-	-	23.227	22.770	23.227	22.770
CI&T ICT Comércio de HardWare e Software Ltda e CI&T Softwares S.A. (xiv)	Acionista / Membro do Conselho de Administração entre abril/21 e abril/23	-	-	-	-	-	6.268	-	6.268
Sensedia S.A. (xvi)	Acionista / Membro do Conselho de Administração entre abril/21 e abril/23	-	-	-	-	-	1.300	-	1.300
4Bio Medicamentos Ltda. (xvii)	Controlada	7	6	-	-	61	26	-	-
Subtotal (a)		2.082	1.697	757	284	43.910	47.552	27.690	34.987
Total do Passivo Circulante		19.114	16.867	19.114	16.867	105.891	77.876	105.891	77.876
Total de obrigações com partes relacionadas		21.228	18.331	19.903	16.918	150.445	126.210	134.225	113.645

(a) Os saldos de contas a receber e de contas pagar com partes relacionadas decorrentes das transações comerciais entre a Companhia e suas Partes Relacionadas, são alocados por sua função, junto das transações de mesma característica realizadas com terceiros.

As transações com partes relacionadas, substancialmente compras e vendas de produtos, foram realizadas a preços, prazos e condições usuais de mercado.

(i) São vendas realizadas por convênios, cujas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.

(ii) Serviços de operação da aeronave de propriedade da Raia Drogasil S.A., que pagará à operadora uma remuneração mensal a título dos serviços de assessoria operacional, *compliance*, financeira, coordenação de manutenção e controle técnico de manutenção.

(iii) Transações referentes à assessoria jurídica.

(iv) Outros a receber composto por comissões sobre indicações da Raia Drogasil S.A. (R$ 1.373), demonstrado na rubrica "outras contas a receber".

(v) Transações referentes a aluguel de imóveis comerciais para estabelecimento de farmácias.

(vi) Os saldos e as transações referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e concepção de revista de circulação interna da Companhia.

(vii) Transações de contas a receber e contas a pagar referente ao programa de pontos da Stix.

(viii) Transação de mútuo com controlada ZTO Tecnologia e Serviços de Informação na Internet Ltda - Manipulaê no montante de R$ 180 que são atualizados em CDI + 1,45% a.a.

(ix) Transação de mútuo realizada entre a Raia Drogasil S.A. (mutuante) e a Full Nine Digital Consultoria - Conecta Lá (mutuária) nos valores de R$ 700 e R$ 400 com atualização calculada pelo CDI + 3,50% a.a. A operação foi totalmente liquidada em novembro de 2023.

(x) Transações de mútuo entre a Raia Drogasil S.A. e SafePill Comércio Varejista de Med. Manip. Ltda no montante de R$ 400 em agosto de 2022, com correção vinculada ao CDI + 3,26% a.a., e vencimento agosto de 2024.

(xi) Os saldos e as transações se referem a prestação de serviços de implantação de prontuários eletrônicos para médicos e sistema nas farmácias para que os clientes consigam agendar exames e consultas nas farmácias.

(xii) Representa o reembolso de compartilhamento de custos ou despesas, como consultorias e licenciamento de *software*.

(xiii) Prestação de serviços relacionados a exames.

(xiv) Transações referentes a serviços de consultoria de tecnologia da informação, sendo um contrato celebrado em março de 2020 com a CI&T Comércio de Hardware e Software Ltda. e outro em novembro de 2020 com a CI&T Softwares S.A., com objeto de consultoria para a transformação digital e squads.

(xv) Os saldos e as transações referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados na implantação em transformação digital.

(xvi) Prestação de serviços relacionadas a programas de saúde.

(xvii) Saldo referente a intermediações de comissões.

(xviii) Outros a receber composto por comissões sobre indicações da Raia Drogasil S.A. (R$ 14), demonstrado na rubrica "outras contas a receber".

Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais que não sejam os valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas corresponde ao pessoal-chave da Administração da entidade.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores, Conselheiros da Administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Itens de remuneração	Dez/24	Dez/23	Dez/24	Dez/23
Pagamento baseado em ações	30.367	30.217	30.367	30.217
Gratificações e encargos sociais	21.103	16.049	21.103	16.049
Subtotal gratificações e encargos	51.470	46.266	51.470	46.266
Proventos e encargos sociais	30.182	28.919	30.182	28.919
Benefícios indiretos	474	423	474	423
Total	82.126	75.608	82.126	75.608

A Companhia aplicou o requerido pelo NBC TG 05 (R3) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, e também considerou a orientação do Ofício CVM SNC/SEP nº 01/2021 observando aspectos qualitativos de divulgações de transações de partes relacionadas e concluiu que não há impactos relevantes que necessitem informações adicionais para divulgações nas demonstrações financeiras.

27. Cobertura de seguros

O Grupo tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada, considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores dos seguros.

As coberturas de seguros somam R$ 1.155.255, considerando apólice de Riscos Operacionais, Responsabilidades Civil, D&O, Cibernética, Transportes, Frota, Aeronave e Ambiental.

28. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2024, as principais transações que não envolveram caixa do Grupo foram:

a) A atualização do passivo financeiro oriundo da obrigação com acionista de controlada Nota 25.2 (f);

b) Durante o segundo trimestre de 2024, houve a aquisição de 15% de participação na controlada 4Bio, sem alteração no controle, conforme informado na Nota 10.1. Em decorrência desta variação percentual de participação, foi reconhecido no Patrimônio Líquido da Controladora o ajuste no valor de R$ 59.708;

c) Parte da remuneração do pessoal-chave da Administração associada ao plano de ações restritas Nota 26 (b);

d) A aquisição a prazo de bens do ativo imobilizado no valor de R$ 26.979 (R$ 10.853 - Dez/23);

e) Reconhecimento de passivo de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo, cujas adições de novos contratos no montante de R$ 708.214 (R$ 438.452 - Dez/23) para Controladora e R$ 710.899 (R$ 438.452 – Dez/23) para o Consolidado, remensurações de R$ 646.247 (R$ 578.409 - Dez/23) para Controladora e R$ 648.023 (R$ 580.987 – Dez/23) para o Consolidado e rescisões contratuais no montante de (R$ 15.314) ((R$ 4.285) - Dez/23) para a Controladora e (R$ 15.973) (4.285 - Dez/23) para o Consolidado.

29. Eventos subsequentes

Em 18 de Fevereiro de 2025, a Controlada 4Bio realizou operação de empréstimo em moeda estrangeira - capital de giro, no montante de R$90.000, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDI, acrescida de uma sobretaxa de 0,86% ao ano com prazo de pagamento de seis meses. O pagamento ocorrerá integralmente na data de vencimento. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro. A Controlada mantém contrato de *swap* de taxa de juros, que está sendo utilizado como *hedge* da exposição às variações no valor justo do empréstimo garantido de 0,86%.

DIRETORIA

Renato Cepollina Raduan – CEO
Antonio Carlos Coelho – Vice-Presidente Financeiro e de Administração
Fernando Kozel Varela – Vice-Presidente de Transformação Digital
Maria Susana de Souza – Vice-Presidente de Gente, Cultura e Sustentabilidade
Afonso Celso Florentino de Oliveira – Diretor de Controladoria
Marcello De Zagottis – COO
Melissa Teixeira Cabral – Vice-Presidente de Operações de Farmácia
Juliana Lopes Marques Paixão – Vice-Presidente Comercial
Bruno Wright Pipponzi – Vice-Presidente de Negócios de Saúde
Celso Pissi Filho – Contador e Responsável Técnico – CRC 1SP236090/O-5

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório do Auditor Independente favorável sem ressalvas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

COMENTÁRIO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nesta seção, conforme Resolução CVM nº 80/2022, confrontamos as projeções de aberturas de farmácias da Companhia com os dados evolutivos de abertura de farmácias efetivamente realizadas a cada exercício. As projeções para 2016 e 2017 foram divulgadas ao mercado em 28 de julho de 2016, as projeções para 2018 e 2019 em 9 de novembro de 2017, a projeção para 2020 em 3 de outubro de 2019 e as projeções para 2021 e 2022 foram divulgadas em 29 de setembro de 2020.

Em 28 de julho de 2016, revisamos a projeção anterior de 165 aberturas em 2016 e 195 aberturas em 2017 para 200 aberturas de lojas para cada ano. Em 27 de outubro de 2021, revisamos a projeção anterior de 240 aberturas em 2022 para 260 aberturas. Em 31 de outubro de 2022, revisamos a projeção anterior para os períodos de 2023 a 2025 de 240 aberturas por ano para 260 aberturas por ano. Em 8 de novembro de 2023, revisamos a projeção anterior de 260 aberturas brutas por ano em 2023, 2024 e 2025 para 270 em 2023 e entre 280 e 300 aberturas brutas por ano para os exercícios de 2024 e 2025.

Em 29 de novembro de 2024, revisamos a projeção anterior de 280 a 300 aberturas por ano para 330 a 350 aberturas por ano no exercício de 2025.

Ano	Projeção Anterior	Projeção Atual	Realizado Acumulado
2016	165 aberturas	200 aberturas	212 aberturas
2017	195 aberturas	200 aberturas	210 aberturas
2018	-	240 aberturas	240 aberturas
2019	-	240 aberturas	240 aberturas
2020	-	240 aberturas	240 aberturas
2021	-	240 aberturas	240 aberturas
2022	240 aberturas	260 aberturas	260 aberturas
2023	260 aberturas	270 aberturas	270 aberturas
2024	260 aberturas	entre 280 e 300 aberturas	300 aberturas
2025	entre 280 e 300 aberturas	entre 330 e 350 aberturas	-



RADL - B3 LISTED NM

rdsaude.com.br

CNPJ 61.585.865/0001-51

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Raia Drogasil S.A. O Conselho Fiscal da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e, com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório da Revisão Especial favorável sem ressalvas dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados. São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

Paulo Sergio Buzaid Tohmé - Conselheiro Fiscal | **Gilberto Lerio** - Conselheiro Fiscal | **Adelido Paulino** - Conselheiro Fiscal | **Zeila Thoaldo Canter** - Conselheira Fiscal

Relatório Anual do Comitê de Auditoria da RD Saúde

O Comitê de Auditoria da Raia Drogasil S.A. ("Comitê" e "RD Saúde" ou "Companhia") foi instalado pelo Conselho de Administração em fevereiro de 2022, com funcionamento permanente e natureza não estatutária. O Comitê tem por missão auxiliar, no âmbito de sua competência, o Conselho de Administração no exercício de suas funções. Deve ter pleno conhecimento dos princípios e valores da Companhia e dos propósitos e crenças dos acionistas e demais públicos de relacionamento ("stakeholders"), zelando para que sejam efetivamente praticados por meio da adoção e aprimoramento das melhores práticas de governança corporativa. Composto por três membros independentes, incluindo uma líder externa e independente (que exerce a função de coordenadora), um especialista em contabilidade societária e uma conselheira independente, o Comitê exerce as atribuições e responsabilidades estabelecidas pelo Conselho de Administração por meio do Regimento Interno do Comitê de Auditoria. Essas atribuições incluem: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente e acompanhar os seus trabalhos; (ii) avaliar as demonstrações financeiras; (iii) acompanhar o Plano Anual de Auditoria Interna e supervisionar as atividades da área; (iv) acompanhar as atividades da área de controles internos; (v) avaliar e monitorar as exposições e o gerenciamento dos riscos; (vi) avaliar, monitorar e submeter ao Conselho de Administração transações com partes relacionadas; (vii) avaliar, monitorar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia; (viii) monitorar os processos de Compliance e Canal Conversa Ética; e (ix) reportar ao Conselho, anualmente, o relatório resumido do Comitê. Em seu quarto ano de pleno funcionamento e ao longo do exercício social de 2024, o Comitê se reuniu em 12 reuniões ordinárias, atendendo o plano de trabalho previamente aprovado pelo Conselho de Administração, incluindo 5 encontros com o Conselho Fiscal e 4 com os auditores independentes da Companhia. Adicionalmente, foram realizadas 2 reuniões extraordinárias para aprofundamento em temas específicos. Nestes encontros, foram realizadas sessões com os times de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Controles Internos, Controladoria, Ética e Compliance, Gestão de Fornecedores, Cybersegurança e Privacidade de Dados. O relato das atividades desempenhadas foi reportado ao Conselho de Administração trimestralmente, em conjunto com a submissão da análise sobre as demonstrações financeiras intermediárias. Nessa oportunidade, também foram submetidas e discutidas as recomendações do Comitê sobre os temas de sua competência, como, por exemplo, as transações entre partes relacionadas celebradas no período. No que se refere aos temas discutidos, destacamos: • Aprovação das Demonstrações Financeiras de 2023 e intermediárias de 2024; • Controles Internos; • Gestão de sociedades investidas; • Transações entre Partes Relacionadas; • Compromissos de Sustentabilidade; • Gestão de Riscos; • Continuidade de negócios incluindo recuperação de desastres, sistemas de tecnologia e comitê de crises; • Acompanhamento dos processos de Ética e Compliance; • Mecanismos de cybersegurança e políticas de inteligência artificial. No exercício de suas funções, o Comitê reportou ao Conselho de Administração os seguintes temas no decorrer do exercício social de 2024, consignando suas recomendações: • Plano de trabalho e orçamento do Comitê de Auditoria para 2024, compreendendo o Plano Anual da Auditoria Interna; • Transações entre Partes Relacionadas – aprovação de novos contratos, revisão anual das operações vigentes e reporte daquelas aprovadas pela Diretoria; • Ética e Compliance – revisão de determinados processos do Canal Conversa Ética e reporte periódico das atividades da área de Compliance, incluindo treinamentos e ações de comunicação; • Gestão de Riscos - monitoramento e controles; • Cybersegurança e gestão de privacidade de dados.

Parecer do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da RD, em cumprimento às disposições legais e competências atribuídas pelo Conselho de Administração, revisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, com base nas informações ali contidas, trabalhos realizados no decorrer do exercício e, ainda, informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pela Ernst & Young Auditores Independentes, recomendou ao Conselho de Administração a sua aprovação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

Maria Fernanda dos Santos Teixeira - Líder do Comitê de Auditoria

Sylvia de Souza Leão Wanderley | **Pedro Guilherme Zan**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Raia Drogasil S.A.** - São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Raia Drogasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Raia Drogasil S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Ambiente de tecnologia - Devido ao volume de transações e pelo fato das operações da Companhia e suas controladas serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, somados à natureza do seu negócio e sua dispersão geográfica, consideramos o ambiente de tecnologia como um principal assunto de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto* - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho dos controles gerais de tecnologia da informação ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, gestão de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela diretoria da Companhia, bem como a existência de segregação de funções no processo. Adicionalmente, analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Por fim, avaliamos o processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis e executamos testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas da Companhia. Envolvemos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos. Identificamos deficiências nos controles de gestão de mudanças referentes a segregações de funções, gestão de acessos relativos à transferências de acessos, usuários administrativos e revisão de perfis de acessos, bem como, oportunidades de melhorias no processo de gestão de terceiros. As deficiências no desenho e operação dos ITGCs alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2024. Levando isto em consideração, os resultados dos procedimentos de auditoria efetuados nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Acordos comerciais nas compras de mercadorias para revenda - Conforme divulgado na Nota Explicativa 4 (d), a Companhia negocia acordos comerciais com seus fornecedores de mercadorias para revenda, os quais podem ser de natureza particular ou complexa no âmbito do setor varejista. Nesse contexto, existem diferentes categorias de acordos que, substancialmente, possuem vinculação com a revenda das mercadorias para obtenção de benefícios pela Companhia. Assim sendo, se faz necessária a realização de procedimentos por parte da diretoria, em especial, analisar e concluir sobre os valores e período correto em que os efeitos devem ser reconhecidos no custo das mercadorias vendidas. Mediante o exposto, consideramos o reconhecimento dos efeitos dos acordos comerciais, especialmente quanto à totalidade e ao seu registro no correto período contábil, como um principal assunto de auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto* - Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, os seguintes: • Atualização do entendimento dos processos de negócio estabelecidos pela diretoria para identificação, mensuração e registro contábil dos acordos comerciais no momento apropriado, além de análise de possíveis saldos no passivo correspondentes a acordos comerciais; • Confirmação externa de determinados fornecedores, considerando os aspectos de relevância e riscos de valores e amostra representativa; • Entendimento dos principais termos contratuais, individualmente relevantes ou com características particulares e os correspondentes indicadores de performance que, quando atingidos, geram o direito da Companhia ao benefício acordado, recálculo, além de verificação de sua liquidação financeira subsequente com base em testes amostrais; e • Teste do reconhecimento dos efeitos no correto período de competência. • Teste de detalhes no reconhecimento de acordos comerciais no custo, com inspeção dos termos de acordos comerciais assinados; evidências de aprovação dos fornecedores para compensação de saldos e/ou liquidação financeira subsequente. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os acordos comerciais, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 4(d), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso - Conforme descrito na nota explicativa 16, a Companhia possui registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pelo NBC TG 06 (R3) (IFRS 16). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía saldo de ativo de direito de uso de R$3.881.567 mil na Controladora e R$3.886.677 mil no Consolidado, além de passivo de arrendamento de R$4.418.993 mil na Controladora e R$4.424.537 mil no Consolidado. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos, tanto em relação aos saldos patrimoniais quanto sobre o resultado do exercício, o alto volume de contratos e aditivos em lojas e centros de distribuições, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto* - Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, os seguintes: • Análise do inventário de contratos de arrendamento da Companhia, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo das normas previstas no IFRS16 e NBC TG 06 (R3). • Teste de razoabilidade dos critérios adotados pela Companhia para uma amostra de contratos selecionados de forma aleatória, considerando as informações dos contratos e de seus aditivos, além de recalcular os montantes mensurados pela Companhia para estas transações. • Teste do reconhecimento dos efeitos no correto período de competência. • Análise dos critérios adotados pela administração para determinação da taxa de desconto (taxa incremental de financiamento) utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento. • Exame da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas, incluindo os requerimentos do NBC TG 06 (R3) (IFRS 16) e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os registros contábeis preparados pela diretoria para mensuração dos impactos do NBC TG 06 (R3) (IFRS 16) nos contratos de arrendamento, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 16, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado** - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** - A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

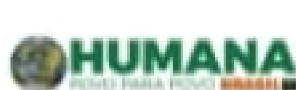
São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP-034519/O

Patricia Nakano Ferreira
Contadora CRC-SP234620/O

















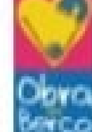














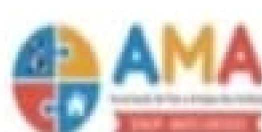


















Eufrázio

ESTADÃO 150 ANOS

150 ANOS DE HISTÓRIA E TRADIÇÃO NO JORNALISMO PAUTADOS PELA TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE.

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.


LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS


A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês


+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS


LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE


ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA:



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: **(11) 3856-2442**

ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107.3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AE AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)

QUARTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2025

agro
ESTADÃO



Veja mais notícias sobre agronegócio

Reciprocidade
Embaixador Graça Lima analisa impacto das medidas do presidente Trump para o agro
Pág. 2

Marco temporal
Impasse para demarcação de terras indígenas continua e prazo para comissão de conciliação foi prorrogado novamente
Pág. 3

Foto: Abrapa / Divulgação



83% da produção brasileira de algodão tem certificado de boas práticas agrícolas

Brasil consolida liderança global na produção de algodão

Com rastreabilidade e sustentabilidade, País ultrapassa EUA em exportações e reforça protagonismo no mercado mundial

Por Daumildo Júnior

O algodão é uma das fibras mais antigas usadas pela humanidade, com registros que datam de mais de 4.000 anos a.C. Hoje, essa matéria-prima representa entre 21% e 23% de tudo o que é consumido pela indústria têxtil de todo o mundo. No Brasil, a utilização desse material é ainda maior, chegando a 40% – em 2024, 700 mil toneladas de algodão passaram pelos maquinários e se transformaram em fios e tecidos nas indústrias brasileiras.

Também no ano passado, o País consolidou seu protagonismo na produção de algodão e se tornou o maior exportador mundial, ultrapassando os Estados Unidos. Em 2024, foram vendidos cerca de 2,8 milhões de toneladas ao mercado externo, segundo dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Boas práticas

A maior parte da produção local (83%) é atestada com um certificado de boas práticas agrícolas, o Protocolo Algodão Brasileiro Responsável (ABR), que é o padrão nacional de certificação socioambiental do algodão no País. Muitos produtores têm buscado essa certificação, conseguida após uma auditoria externa coordenada pela Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), para demonstrar responsabilidade socioambiental aos investidores e consumidores. "Hoje existe um movimento das varejistas em relação a tecidos mais sustentáveis e a questões relacionadas ao ESG", avalia Silmara Ferraresi, diretora de Relações Institucionais da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa).

A rastreabilidade do algodão da lavoura até as araras das lojas não só atende às exigências de transparência do consumidor de hoje, como também fortalece a competitividade das marcas brasileiras no mercado global. Esse diferencial tem atraído grandes varejistas como Renner, C&A, Reserva, Dohler, Dudalina e Individual. Em fase-piloto, o Sou ABR (Sou de Algodão Brasileiro Responsável) é um programa criado para atender consumidores que valorizam a sustentabilidade e estão conscientes do impacto de suas decisões de compra – e já contabiliza mais de 194 mil peças de roupas e itens rastreáveis.

"Acreditamos que rastreabilidade e sustentabilidade devem ser acessíveis. Ao levar isso para o grande varejo, como Renner e C&A, conseguimos mostrar ao consumidor que essas práticas também estão ao alcance dele", diz Silmara Ferraresi.

Esse compromisso com a sustentabilidade também impulsiona o movimento Sou de Algodão, promovido pela Abrapa para aproximar confecções, fiações, malharias e varejistas. Com 1.728 marcas parceiras, o movimento ganhou destaque na São Paulo Fashion Week em desfiles coletivos assinados por 12 estilistas. A próxima edição já está confirmada para outubro de 2025.

Novo recorde

A produção brasileira da fibra deve bater novo recorde na safra 24/25, com cerca de 3,761 milhões de toneladas. Caso as previsões se confirmem, o Brasil continuará liderando as exportações mundiais de algodão. As projeções são tratadas com cautela, pois a colheita se inicia em maio e, até lá, o clima pode influenciar na produtividade. "É cedo para afirmar com certeza. Houve um pequeno aumento na área plantada e, se o clima colaborar, a expectativa é de alcançar esses números ao final da safra", diz o presidente da Abrapa, Gustavo Piccoli.

Eufrázio

Novo mandato de Trump redefine cenários para o agro no Brasil

Em entrevista ao *Agro Estadão*, embaixador José Alfredo Graça Lima analisa impacto da reciprocidade tarifária no etanol brasileiro e os acordos com os EUA. Diplomata vê com ceticismo a inclusão da taxação do açúcar nas negociações

Por Sabrina Nascimento

O agronegócio acompanha desafios e oportunidades após o presidente Donald Trump assumir seu segundo mandato nos Estados Unidos (EUA) e reforçar o protecionismo com tarifas que redefinem fluxos comerciais. As primeiras medidas miraram México e Canadá, e a imposição ou aumento de tarifas foram adiados por um mês após acordo. Se aplicadas nesses dois países, o Brasil pode ter a chance de ampliar exportações de carne suína e suco de laranja para o México e café para o Canadá.

Além disso, uma nova guerra comercial entre EUA e China pode começar após Trump impor uma tarifa de 10% sobre produtos importados dos chineses. Em resposta, Pequim retaliou com tarifas de 10% sobre petróleo bruto, equipamentos agrícolas e automóveis americanos, além de taxas de 15% para carvão e gás natural liquefeito. Nesse caso, assim como em 2018, o Brasil pode expandir a oferta de grãos para a China.

Por outro lado, medidas de Trump podem afetar setores estratégicos do agro, como o sucroenergético. Um memorando assinado pelo republicano prevê a revisão de tarifas de reciprocidade, destacando que o etanol brasileiro entra nos EUA com uma tarifa de 2,5%, enquanto o norte-americano é tributado em 18% para entrar no Brasil.

Em entrevista ao *Agro Estadão*, o embaixador José Alfredo Graça Lima, vice-presidente do conselho curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), avaliou a intenção do País de usar o açúcar como moeda de negociação com os EUA e a relação comercial histórica entre Brasil e Estados Unidos.



Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

Graça Lima considera que, no caso do etanol, redução de tarifas seja um benefício para a economia e para o consumidor

O que o anúncio de reciprocidade de Trump ao etanol brasileiro representa para as relações comerciais entre os dois países?

As relações comerciais dos EUA sempre foram pautadas pela nossa participação no GATT [Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio] e posteriormente na OMC [Organização Mundial do Comércio]. Na década de 1970, os EUA tiveram dificuldades para ampliar importações, mantendo tarifas baixas para a maioria dos produtos. Com o tempo, o comércio bilateral foi se abrindo, mas o Brasil continua deficitário na balança com os EUA, o que, em tese, reduz o risco de restrições comerciais mais severas.

Há, no entanto, disparidades setoriais. O etanol é um exemplo claro: enquanto a tarifa americana é de 2,5%, a brasileira chega a 18%. Apesar dessa diferença, os produtos não são diretamente comparáveis, já que o etanol dos EUA é produzido a partir do milho, enquanto o brasileiro vem da cana-de-açúcar.

A postura de Trump em forçar uma negociação bilateral é uma tentativa de enfraquecer as normas de negociações estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC)?

Eu vejo essa medida como uma ação abrangente. Qualquer setor que apresentar diferença na tarifa vai cair nessa malha fina, mas como isso vai ocorrer na prática, ainda não se sabe. É claro que toda ação unilateral é violatória dos compromissos da OMC [Organização Mundial do Comércio]. E as próprias negociações que levam a restrições voluntárias à exportação são contrárias ao acordo de salvaguardas. Agora, essa é a maneira que o comércio e os governos vão ter que encontrar para não interromper os fluxos, evitando rupturas. Então, em alguns casos pode ser uma maneira de provocar uma negociação que talvez não seja tão ruim, dependendo do caso específico. No caso do etanol, considerando um cenário otimista, eu diria que a redução de tarifas pode ser um benefício, não necessariamente para o setor, mas para a economia, especialmente para o consumidor.

Como a estrutura de comércio entre Brasil e Estados Unidos pode influenciar na aplicação de tarifas de reciprocidade?

Isso depende do setor. Conforme mencionado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a comercialização dos principais produtos exportados dos EUA para o Brasil apresenta um superávit em favor dos EUA. E isso é lógico, pois interessa ao importador praticar tarifas que não acrescentem ao custo do produto e, portanto, supram uma necessidade, seja da indústria ou do consumidor. No caso dos EUA, o etanol é uma exceção, já que o comércio com o Brasil é muito focado em trocas entre produtos industriais.

Na questão do etanol, o setor acredita que haja oportunidade de o governo negociar uma tarifa de reciprocidade para o açúcar. Qual é sua avaliação?

Essa negociação quase aconteceu na época da visita do ex-presidente Jair Bolsonaro [PL] a Washington, durante a primeira administração Trump [em 2019]. O açúcar é altamente protegido nos EUA. Ainda assim, vale a pena tentar. Mas é preciso que ambas as partes estejam dispostas a negociar. Sendo assim, vejo com pouca confiança o açúcar entrar em uma barganha, embora essa seja uma aspiração legítima por parte do Brasil.

Diante dessa postura protecionista dos Estados Unidos, como fica o comércio global?

Lendo o noticiário, tem-se a impressão de que o comércio com os EUA representa uma parcela muito mais expressiva do que ela efetivamente é. Apenas os produtos importados pelos EUA podem sofrer algum tipo de restrição, como aço, microprocessadores, farmacêuticos e automóveis. No caso específico dos automóveis, o impacto é maior na Europa do que no Brasil, já que não exportamos carros para os Estados Unidos.

De modo geral, mais de 80% do comércio global ocorre sob a cláusula de nação mais favorecida, em bases não discriminatórias [a regra garante que, se um país concede benefícios comerciais a uma nação, esses mesmos benefícios devem ser aplicados a todos os outros países que participam do acordo]. Isso é muito importante porque demonstra que esses acordos que foram negociados ao longo do tempo não interferiram no andamento do comércio, que continua ativo e crescendo dentro das regras da OMC.



Foto: Adobe Stock

Em 2024, a Funai concluiu 11 declarações de limites de terras indígenas e cinco homologações

Impasse na conciliação prolonga incertezas sobre demarcação de terras

Queda de braço entre indígenas e produtores rurais se arrasta, enquanto o Congresso tenta manter a Lei do Marco Temporal

Por Igor Savenhago

Os entraves na demarcação de terras indígenas e no debate sobre a Lei do Marco Temporal (14.701/23), atualmente em fase de audiências de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF), aumentam as incertezas e acirram os conflitos fundiários no Brasil. O Marco Temporal é uma tese que defende que os povos indígenas têm direito apenas às terras que estavam sob sua posse ou uso contínuo na data de promulgação da Constituição Federal de 1988, algo que o STF declarou ser inconstitucional em 2023, mas que foi restabelecido pelo Congresso, que aprovou uma nova lei retomando esse entendimento.

O texto foi vetado pelo presidente Lula, mas o veto acabou revogado pelos parlamentares. Em nova ação de inconstitucionalidade no STF, criou-se uma comissão de conciliação para o tema que seria finalizada no dia 24 de fevereiro, mas foi adiada e deve funcionar até o dia 2 de abril.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) deixou a mesa de negociação alegando desequilíbrio na representatividade – das 24 cadeiras, apenas seis eram ocupadas por indígenas. O coordenador jurídico da Apib, Maurício Terena, afirma que, desde o início das discussões, a entidade identificou uma grave ameaça aos direitos territoriais indígenas. "A condução dos magistrados pode ser considerada inapropriada em um contexto de diversidade cultural. [...] Diversos recursos foram ajuizados e até agora não houve resposta." A expectativa para o desfecho da conciliação é de "pé no chão", afirma Terena. "Esperamos que as medidas legislativas não avancem, por seu caráter inconstitucional." Segundo ele, há ainda uma esperança mais remota de que a União também abandone a conciliação.

Para o deputado Pedro Lupion (PP/PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), os conflitos no campo devem se agravar se o assunto não avançar no STF. "Acredito menos do que já acreditei [em uma solução]. Com mais invasões e violência, fica mais difícil." Ele cita invasões em Guaíra, no Paraná, e em Mato Grosso do Sul por indígenas paraguaios que, segundo ele, se passam por brasileiros para reivindicar terras. "Áreas invadidas não podem entrar nas negociações", afirma.

Segundo o deputado, é possível que o Congresso se mobilize para votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/2023, que amplia o poder do Legislativo para suspender atos normativos de outros poderes. Lupion defende a legalidade do Marco Temporal e diz haver votos suficientes para alterar a Constituição, se necessário.

Já o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) afirma que a suposta manutenção de um marco temporal prorroga a insegurança jurídica e física nos territórios e no entorno das questões fundiárias. E que as demarcações e a defesa dos direitos originários dos indígenas são pautas prioritárias. "A salvaguarda do direito territorial é premissa para que os povos indígenas mantenham seus modos de vida, suas culturas e seus conhecimentos, conforme previsto no artigo 231 da Constituição, além de também propiciar benefícios a toda a sociedade com a proteção dos ecossistemas desses territórios", declarou o MPI, em nota ao *Agro Estadão*.

Demarcações suspensas

Em 2024, a Funai realizou onze declarações de limites de terras indígenas e cinco homologações. De acordo com Sheila de Carvalho, secretária de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça, todas as situações se adequaram à legislação vigente sobre o Marco Temporal, ou seja, foram feitas levando em consideração como estava a ocupação desses territórios no momento da promulgação da Constituição de 1988. Mas só tiveram andamento aquelas que não dependiam de questões avaliadas pelo Supremo. "Outros procedimentos demarcatórios ainda estão sob análise e não devem ser concluídos até que haja uma decisão do STF."

A secretária acrescenta que o ministério tem atuado para a defesa do que está estabelecido na Constituição Federal e participado ativamente das reuniões de conciliação. "O governo brasileiro quer a conclusão desse processo o mais rápido possível para que possa dar cabo das obrigações devidas em relação a garantir acesso a direitos no Brasil."

Indenização a produtores rurais

A indefinição sobre o Marco Temporal também impacta a discussão sobre a indenização de produtores rurais por terras demarcadas. Em setembro de 2023, o STF decidiu que os que ocuparam as áreas "de boa-fé", por meio de procedimentos judiciais regulares, têm direito a indenização. E que os pagamentos deverão ser feitos de forma apartada do processo demarcatório.

Enquanto não há uma jurisprudência definitiva, a análise tem sido caso a caso. Em setembro do ano passado, por exemplo, o STF fechou uma negociação para encerrar uma disputa pela Terra Indígena Ñande Ru Marangatu com fazendeiros da região de Antônio João (MS) – que deixaram a área de forma pacífica. O impacto do acordo foi previsto em R$ 146 milhões para os cofres públicos – R$ 28 milhões para compensar benfeitorias feitas nos imóveis e R$ 118 milhões pelo Valor da Terra Nua (VTN) – índice que limita territorialmente a área rural.

Ao *Agro Estadão*, o ministro da Agricultura e Pecuária (Mapa), Carlos Fávaro, disse que "se o Estado precisa acomodar indígenas em alguma propriedade, deve indenizar pelo valor comercial, em dinheiro, à vista, o proprietário que tem a sua escritura, a sua posse". Segundo Fávaro, "é possível dialogar sem transgredir a legislação e acomodar sem excesso".

Para o advogado Vitor Rhein Schirato, professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e sócio do escritório Rhein Schirato Meireles Advogados, a previsão de indenizações distorce o que diz a Constituição: que terrenos ocupados indevidamente não devem ser indenizados, independentemente se foram ou não de boa-fé. "Se usarmos, então, o marco temporal de 88, será um marco temporal distorcido."

Schirato diz ainda que as tentativas de conciliação no Supremo agravam o quadro, já que a falta de previsibilidade sobre os resultados das audiências representa uma alta insegurança jurídica, exatamente o contrário do que prega a Constituição. "A grande questão é saber como vai ficar essa mediação. Se vai resolver o caso ou voltar para a estaca zero e começar um novo processo."

'Agro Estadão' completa um ano como referência para o campo

Produtor rural ganhou nova fonte de informação, atualizada em tempo real e produzida pelo **Estadão**, um dos jornais mais tradicionais do País

Por Letícia Luvison

O *Agro Estadão*, portal especializado em agronegócios e notícias do campo, completou seu primeiro ano no dia 8 de fevereiro. Lançado em parceria com a Pyxys Inteligência Digital, já colheu resultados expressivos durante essa curta trajetória – foram mais de 9,3 milhões de pageviews, cerca de 6,7 milhões de usuários únicos e quase 1 milhão de pessoas impactadas pelas redes sociais, números que colocam o portal, que já publicou cerca de cinco mil reportagens no último ano, entre os principais veículos de informação do País no segmento. E quem quiser receber os principais destaques do dia no mundo do Agro pode receber, ainda, uma newsletter que é disparada de segunda a sexta para os leitores que se cadastram.

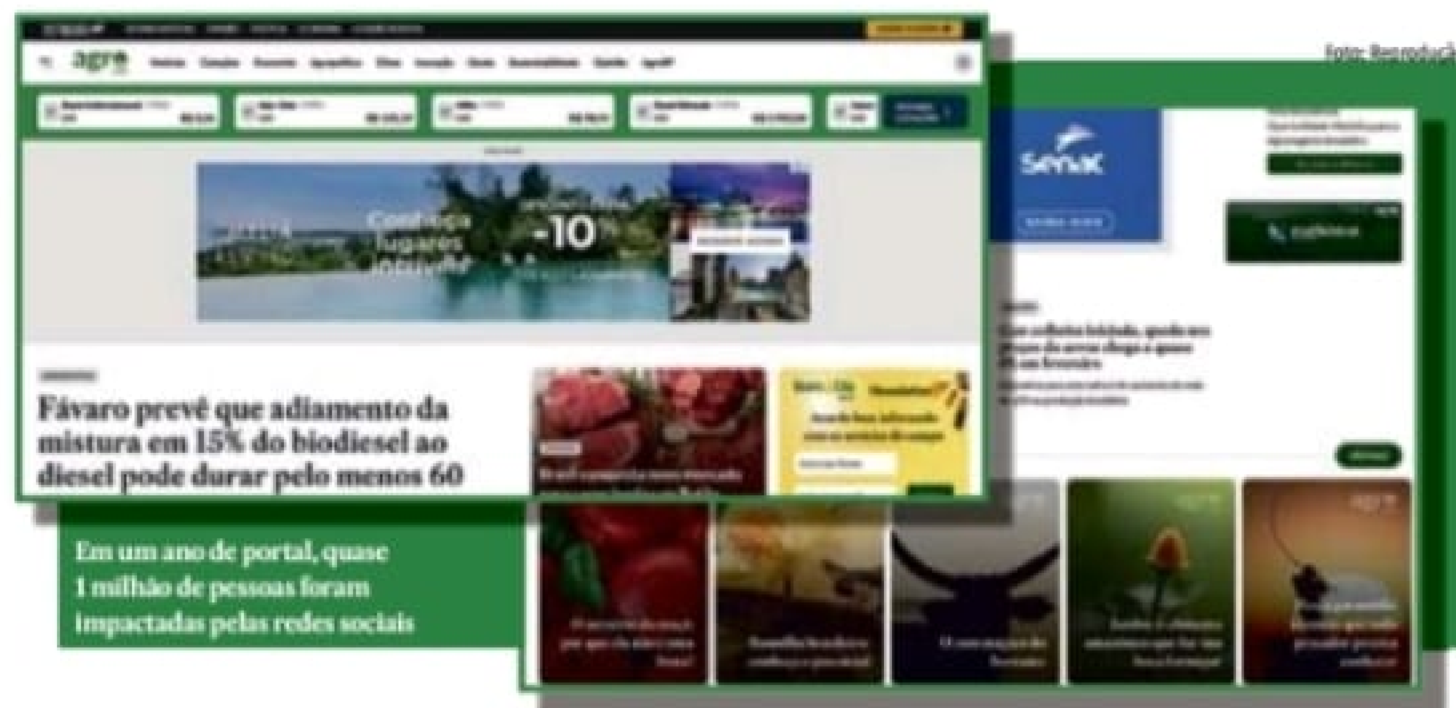


Foto: Reprodução

Em um ano de portal, quase 1 milhão de pessoas foram impactadas pelas redes sociais

"O **Estadão** tem uma tradição centenária na cobertura do agronegócio brasileiro. E o *Agro Estadão* é a atualização do nosso compromisso em levar informação de qualidade para todo o setor produtivo brasileiro", afirma Rodrigo Flores, diretor de Marketing e Inteligência de Mercado do **Estadão**.

Em um ano, o portal cobriu as queimadas, enchentes e seus impactos no agronegócio. O Pantanal, Cerrado e interior de São Paulo enfrentaram os efeitos do fogo, enquanto no Rio Grande do Sul a fúria das águas levou ao maior desastre climático já registrado no Brasil. Além das questões ligadas ao aquecimento global, que preocupam o produtor rural, a reportagem do *Agro Estadão* se debruçou sobre outras questões que são centrais para o setor, como tecnologia, inovação, sustentabilidade, agricultura regenerativa, mercado e o impacto da agropecuária na economia do País, entre outros temas.

Além da cobertura diária, o portal traz análises de especialistas relevantes para o setor, como Celso Moretti, ex-presidente da Embrapa; Francisco Turra, ex-ministro da Agricultura; José Carlos Vaz, ex-secretário de Política Agrícola do Mapa; Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Brasil; Teresa Vendramini, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira; e Marcos Fava Neves, professor da USP e da Harven Agribusiness.

Além do digital

Na última quarta-feira de cada mês, o *Agro Estadão* pode ser lido também no jornal impresso, onde fala com um público que não necessariamente acompanha o setor, mas que se interessa pelo noticiário desse que é um dos pilares da economia brasileira. O **Estadão** realiza anualmente o Summit Agro, quando reúne autoridades, pesquisadores e produtores para debates sobre o agronegócio brasileiro.

O *Agro Estadão* conquistou seu primeiro prêmio jornalístico com a reportagem *Embrapa faz análises agrícolas em 30 segundos*, de Igor Savenhago, vencedora na categoria Jornal Impresso do Prêmio Abag RP de Jornalismo José Hamilton Ribeiro.

Inteligência artificial no agro mescla otimismo e preocupação

Tecnologias podem garantir aumento de produtividade e gestão ambientalmente sustentável, mas custos, falta de conectividade e formação de mão de obra são vistos como gargalos

Por Igor Savenhago

A granja de corte administrada por Luciana Dalmagro, em Batatais (SP), manda para o abate quatro milhões de frangos por ano. Para gerenciar o plantel, ela implantou nos últimos meses, com treinamento dado por empresas parceiras, duas tecnologias com inteligência artificial (IA).

Uma delas otimiza a cadeia logística de rações. Combinados com um software, equipamentos com visão computacional monitoram o volume nos silos com até 98% de precisão.

Outra solução, em fase de validação, pesa as aves apenas por imagens. Uma câmera tira foto dos frangos e o sistema avalia se o desenvolvimento está satisfatório. "Uma grande inovação, que tira a balança manual da jogada e traz acurácia e facilidade ao processo. Tecnologia promissora que, certamente, logo ganhará escala."

Para Luciana, a IA não substitui o produtor, mas potencializa a capacidade de tomar decisões. Segundo ela, quem souber usar as ferramentas terá diferenciais no mercado. "Poderá produzir mais e melhor, com menor impacto ambiental, maior bem-estar animal e maior eficiência."

Apesar dos benefícios, a cofundadora da Vida de Granja – nome da propriedade – afirma que o Brasil enfrenta um problema estrutural crônico: falta de conectividade no campo. Outro ponto é que as novas tecnologias exigem um período de adaptação. E, nesse processo, o engajamento das pessoas é ponto-chave. "A tecnologia sozinha não resolve tudo. É preciso combinar com a experiência do produtor."

Foto: Vida de Granja/Divulgação



Luciana Dalmagro: tecnologias com IA permitem gerir, com maior precisão, os quatro milhões de aves abatidas por ano

Lucro e mão de obra – A visão de Luciana é compartilhada por outros executivos do agro. Em estudo divulgado pela consultoria PwC agora no início de fevereiro, 61% dos empresários do setor no País consideram que a IA vai ampliar seus lucros nos próximos 12 meses.

Por outro lado, 38% dizem temer a falta de mão de obra qualificada para trabalhar com IA. A preocupação tem motivado a oferta de treinamentos para os colaboradores, além de manutenção e contratação apenas dos mais capacitados. Tanto que 17% declararam ter reduzido o quadro funcional por causa da IA.

Outro levantamento, realizado em 2024 pelo Talenses Group, holding especializada em recrutamento para posições de lideranças, demonstrou que as maiores preocupações dos executivos, nesta ordem, são a formação de profissionais, resistência de produtores e empresários em adotar novas tecnologias, conectividade e custos para implementação de IA – nesse caso, especialmente para pequenos produtores.

Espaço para crescer – Matheus Machado, criador da Ascendero, empresa de Ribeirão Preto (SP) que capacita pessoas a lidar com IA, explica que, apesar de o agro ser um setor que investe em tecnologia, as questões estruturais ainda dificultam a chegada de informações aos produtores. "Há poucas empresas usando IA em relação a outros setores, mas isso acaba sendo um bom sinal. Se tem poucos, tem muito espaço para crescimento."

Ele acredita que a IA pode contribuir inclusive com isso, ajudando a promover letramento digital. "Muitas funções são por comando de voz, o que agiliza as operações." Com facilidades desse tipo, o especialista espera que a IA promova integração efetiva entre diversas áreas do agro, como planejamento de produção, controle de frota, indústria, entre outros. "É interessante notar que a tecnologia, antes vista como acessório, se tornou protagonista. Temos uma dependência tão absurda que o mundo para se ela faltar."